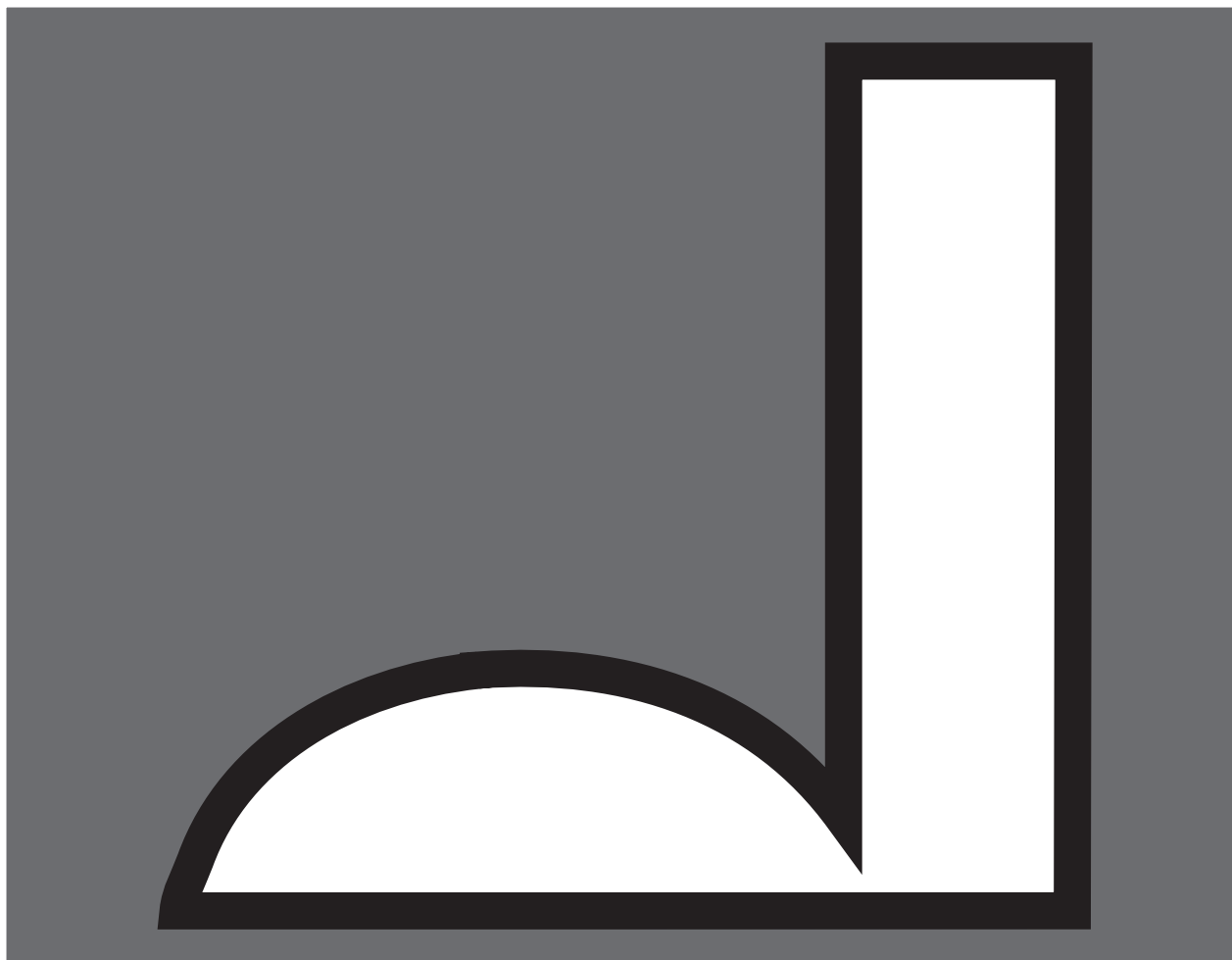




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de novembro de 2010)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXV – SUP. AO Nº 198 – QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2010 – BRASÍLIA-DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de novembro de 2010)		
1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 37ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2010.....	117	
1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2010.....	139	
Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	156	
1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 45ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de novembro de 2010.....	160	
Ata da 46ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2010.....	172	
Ata da 47ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2010.....	206	
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2010.....	230	
Ata da 44ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2010.....	248	
Ata da 45ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2010.....	278	
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2010.....	292	
Ata da 28ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2010.....	298	
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		
Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2010.....	330	
Ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	347	
1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		
Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2010.....	349	
Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de novembro de 2010.....	358	
Ata da 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	373	
1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		
Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2010.....	385	
1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR		
Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2010.....	404	
Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2010.....	406	
Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	408	
1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		
Ata da 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2010.....	413	
1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT		
Ata da 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2010.....	421	
Ata da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2010.....	445	
Ata da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2010.....	461	



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura - 2010**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Novembro/2010**

**A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

Sessões plenárias do Senado Federal

01 a 30/11/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	12
Especial	1
Não Deliberativa	7
Total de sessões realizadas	22
Reunião não realizada	1
Total de sessões não realizadas	1

Quadro Geral de Matérias

01 a 30/11/2010

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	0	-	1	-	7	0	1	9
PLC	15	3	0	0	2	19	0	39
PLS	0	2	0	1	0	31	4	38
PDS	3	0	0	0	2	0	0	5
PRS	3	0	0	0	0	0	0	3
MSF	16	-	-	-	-	0	0	16
Total	37	5	1	1	11	50	5	110

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 30/11/2010

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	2	-	2
PLV	-	4	4
Total	2	4	6

Quadro de Requerimentos *
01 a 30/11/2010

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	23
Auditoria	3
Congratulações, pesar e assemelhados	23
Desapensamento de matérias	6
Informações	21
Missão (em representação do Senado Federal)	20
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	12
Retirada de matéria	6
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	17
Total Geral	134

*No período de 01 a 30/11/2010 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
01 a 30/11/2010

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1	-	17	18
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	2	-	2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	3	0	3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	3	-	3
Total	1	8	17	26

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

01 a 30/11/2010

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	86
Art. 40 (2)	2
Art. 43, I (3)	5
Art. 43, II (4)	12
Total Geral	105

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

01 a 30/11/2010

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	20

(1) Missão (em representação do Senado)

* Requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no quadro de Requerimentos

Resenha Consolidada**Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/11/2010**

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	20
Deliberativa Ordinária	80
Especial	9
Não Deliberativa	85
Para entrega de premiação	1
Total de sessões realizadas	195
Reunião	17
Reunião não realizada	14
Total de sessões não realizadas	31

Quadro Geral de Matérias

02/02 a 30/11/2010

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	9	-	1	-	8	0	3	21
PLC	52	65	1	2	7	19	0	146
PLS	2	155	7	19	7	39	16*	245
SCD	4	0	0	0	0	0	0	4
ECD	0	0	0	0	1	0	0	1
PDS	56	589	0	0	2	0	0	647
PRS	56	3	0	0	1	0	0	60
MSF	67	-	-	-	-	0	0	67
OFS	3	-	-	-	-	6	0	9
Total	249	812	9	21	26	64	19	1.200

* Compatibilizados os valores numéricos do quadro com a descrição das matérias apreciadas.

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/11/2010

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	10	1	-	-	11
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	0	9	1	10

Quadro de Requerimentos 02/02 a 30/11/2010

Natureza	Total
Alteração de despacho	2
Audiência de comissão na tramitação de matéria	80
Auditoria	9
Congratulações, pesar e assemelhados	378
Criação ou alteração de comissão temporária	3
Desapensamento de matérias	23
Homenagem de pesar	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	68
Licença Saúde / Interesse Particular (superior a 120 dias)	10
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	89
Não realização de sessão	2
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	4
Prorrogação de comissão temporária	2
Prorrogação de prazo de indicações	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	51
Retirada de matéria	31
Sobrestamento	3
Tramitação conjunta	76
Urgência para matéria	8
Voto de aplauso ou semelhante	1
Voto de censura	1
Total Geral	845

* Compatibilizados os valores numéricos do quadro com a descrição das matérias apreciadas.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/11/2010

	PRES REP	SF	CD	TST	STM	CN	MPU	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	15	-	95	5	1	-	1	117
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	157	-	-	-	-	-	157
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	8	4	632	-	-	1	-	645
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	59	-	-	-	-	-	59
Total	23	220	727	5	1	1	1	978

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

02/02 a 30/11/2010

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13	728
Art. 40 (2)	8
Art. 43, I (3)	51
Art. 43, II (4)	67
Total Geral	854

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

Observação: Requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Rquerimentos.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

02/02 a 30/11/2010

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	89

(1) Missão (em representação do Senado)

* Requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no quadro de Requerimentos

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 30/11/2010

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 9**1. Ao arquivo. Total: 9****Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 61/2003	Altera o inciso II do artigo 52 e a alínea c do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal, para transferir do Supremo Tribunal Federal para o Senado Federal o julgamento dos membros de Tribunais Superiores, nos crimes de responsabilidade.	Geraldo Mesquita Júnior	11/11/2010

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 8/2003	Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.	Paulo Octávio	12/11/2010
PEC 46/2003	Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.	Ana Júlia Carepa	12/11/2010
PEC 2/2004	Altera os artigos 102 e 105 e acrescenta parágrafo ao artigo 111 da Constituição Federal, para restringir a utilização dos recursos extraordinário, especial e de revista.	Paulo Paim	12/11/2010
PEC 16/2004	Acrescenta § 13 ao art. 201 da Constituição Federal, para assegurar a contagem do tempo exercido por estagiário ou bolsista para os fins de fruição de aposentadoria e outros benefícios previdenciários.	Sérgio Zambiasi	18/11/2010
PEC 3/2006	Acrescenta parágrafo único ao art. 83 da Constituição Federal para instituir férias para o Presidente da República.	Ney Suassuna	18/11/2010
PEC 85/2007	Altera o art. 201 da Constituição para instituir hipótese de aposentadoria proporcional no âmbito do regime geral de previdência social.	Paulo Paim	18/11/2010
PEC 31/2008	Estabelece a possibilidade de instituição de cadastros de imóveis rurais por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; mantém a exigência de regularidade cadastral para fins de alienação de imóvel rural; transfere a competência para instituição e arrecadação do imposto territorial rural para os Estados e o Distrito Federal; e estabelece a possibilidade de legislação estadual ou distrital condicionar a alienação de imóvel rural à apresentação de certidão negativa de débito desse tributo.	Expedito Júnior	23/11/2010

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 51/2009	Dá nova redação ao inciso XI do art. 52, ao inciso I do art. 95 e ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para sujeitar os Ministros do Supremo Tribunal Federal a confirmação, a cada quatro anos, pelo Senado Federal.	Marcelo Crivella	16/11/2010

Matéria: Medida Provisória. Total: 2**1. À promulgação. Total: 2****Aprovada na íntegra. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 493/2010	Altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para modificar a divisão por níveis da Carreira de Diplomata, extingue cargos de Assistente de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado.	Presidente da República	10/11/2010
MPV 498/2010	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.978.448.870,00 (um bilhão, novecentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta reais), para os fins que especifica.	Presidente da República	24/11/2010

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4**1. À sanção. Total: 4****Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 10/2010	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	10/11/2010
PLV 11/2010	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas; altera as Leis nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivos das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	24/11/2010
PLV 12/2010	Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União, sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União, transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	24/11/2010
PLV 13/2010	Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.	Câmara dos Deputados	25/11/2010

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 39

1. À Câmara dos Deputados. Total: 8

Aprovada pelo Plenário. Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 22/2002	Proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.	Carlito Merss	10/11/2010
PLC 53/2004	Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).	Celso Russomanno	10/11/2010
PLC 3/2005	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências.	Benedito de Lira	10/11/2010
PLC 116/2006	Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.	João Herrmann	10/11/2010
PLC 60/2007	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.	José Carlos Elias	10/11/2010
PLC 158/2008	Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.	Daniel Almeida	17/11/2010
PLC 11/2009	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.	Carlos Abicalil	17/11/2010

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 323/2009	Cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências.	Max Rosenmann	29/11/2010

2. Ao arquivo. Total: 21

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 45/2006	Altera dispositivos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (Dispõe sobre serviços e multas referentes a notários e registradores).	Mauro Benevides	22/11/2010
PLC 105/2008	Permite o registro de nascimento no local onde foi realizado o pré-natal.	Lobbe Neto	22/11/2010

Prejudicada. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 34/2003	Acrescenta parágrafo ao artigo 578 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal (torna obrigatória a entrega em duas vias do recurso em que se alegue falta de fundamentação da decisão recorrida, devendo a segunda via ser encaminhada ao órgão de controle da atividade judiciária).	José Roberto Batochio	09/11/2010
PLC 36/2003	Dispõe sobre o interrogatório do acusado.	José Roberto Batochio	09/11/2010

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 39

2. Ao arquivo. Total: 21

Prejudicada. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 77/2004	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, permitindo ao companheiro prosseguir na ação penal, no caso de morte do ofendido ou declaração judicial de sua ausência, e dá outras providências.	Alberto Fraga	09/11/2010
PLC 93/2004	Dá nova redação ao art. 210 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal (Determina recolhimento de testemunhas em salas próprias, separando as arroladas pelo Ministério Público das arroladas pela Defesa Técnica).	Presidência da República	09/11/2010
PLC 69/2005	Altera o art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais (determina que acordo somente seja homologado quando do seu cumprimento).	Antonio Carlos Biscaia	09/11/2010
PLC 135/2005	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, que institui o Código de Processo Penal. (Dispõe sobre o julgamento antecipado da lide).	Feu Rosa	09/11/2010
PLC 35/2006	Determina o envio de cópia da sentença penal mediante carta registrada ao ofendido ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, descendentes ou ascendentes.	Fernando Coruja	09/11/2010
PLC 64/2006	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, e do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, (inclui os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica entre as testemunhas que têm a prerrogativa de ajustar previamente o local, dia e hora da inquirição).	Roberto Magalhães	09/11/2010
PLC 4/2007	Dispõe sobre a contagem do prazo nos casos de intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria Pública, alterando a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Eduardo Gomes	09/11/2010
PLC 35/2007	Acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III - Dos Procedimentos - do Título VI - Do Acesso à Justiça - da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Comissão Parlamentar Mista - Exploração Sexual	09/11/2010
PLC 98/2007	Altera a redação do art. 197 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e acrescenta os arts. 197-A a 197-G ao mesmo diploma legal, disciplinando o procedimento do agravo de instrumento em execução penal.	Vieira da Cunha	09/11/2010
PLC 8/2008	Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 424, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (Inclui como motivo para desaforamento a segurança da vítima, das testemunhas e dos peritos).	Sandes Júnior	09/11/2010
PLC 202/2008	Revoga o inciso II do caput do art. 393 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (Retira a hipótese de lançamento do nome do réu no rol dos culpados, em caso de sentença condenatória recorrível).	Regis de Oliveira	09/11/2010
PLC 205/2008	Altera dispositivos e revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (Relativos à investigação criminal).	Presidente da República	09/11/2010
PLC 8/2009	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos aos recursos e ações de impugnação e aos procedimentos.	Presidente da República	09/11/2010
PLC 127/2009	Dá nova redação ao art. 612 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (Concede preferência de julgamento às ações penais que menciona).	Regis de Oliveira	09/11/2010
PLC 145/2009	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, e ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal (dispõe que o estabelecimento penal reserve instalação para realização de audiência judicial com os presos).	Vander Loubet	09/11/2010
PLC 182/2009	Legitima o Ministério Público a requerer revisão criminal.	Vinicius Carvalho	09/11/2010
PLC 39/2006	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispondo sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário e dá outras providências.	Fernando Coruja	10/11/2010

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 39
3. À sanção. Total: 10
Aprovada pelo Plenário. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 145/2008	Institui o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico.	Vanessa Grazziotin	03/11/2010
PLC 81/2004	Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.	Edna Macedo	10/11/2010
PLC 87/2010	Altera a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, no tocante ao subsídio dos Policiais Rodoviários Federais.	Presidente da República	10/11/2010
PLC 7/2008	Altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (É obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).	Solange Amaral	17/11/2010
PLC 46/2008	Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).	Magela	17/11/2010
PLC 122/2008	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.	Eduardo Cunha	17/11/2010
PLC 5/2009	Inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.	Alexandre Silveira	17/11/2010
PLC 13/2009	Fixa critério para instituição de datas comemorativas.	Sandra Rosado	17/11/2010

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 56/2010	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.	Gilmar Machado	22/11/2010
PLC 15/2010	Altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. (Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro).	Celso Russomanno	26/11/2010

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 38
1. À Câmara dos Deputados. Total: 2
Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 197/2004	Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. (Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência - PAED).	Sérgio Zambiasi	23/11/2010
PLS 215/2009	Altera o § 1º do art. 1.516 e o art. 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para ampliar os prazos para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento.	Valdir Raupp	26/11/2010

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 38

2. Ao arquivo. Total: 36

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 117/2003	Altera a Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes.	Magno Malta	26/11/2010

Prejudicada. Total: 31

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 248/2002	Acrescenta parágrafo único ao artigo 185 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e § 3º ao artigo 792 do mesmo diploma processual, para dispor sobre a realização de interrogatório a distância e a dispensa do comparecimento físico do acusado e das testemunhas nas audiências, mediante a utilização de recursos tecnológicos de presença virtual.	Romeu Tuma	09/11/2010
PLS 437/2003	Altera dispositivos da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998 e do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para agravar penas, condicionar a liberdade provisória ao pagamento de fiança e, após sentença condenatória recorrível, à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime, exigir o cumprimento mínimo de metade da pena para obtenção de benefícios penais, e dá outras providências.	Demóstenes Torres	09/11/2010
PLS 479/2003	Altera o artigo 312 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal, para mudar as condições em que poderá ser decretada a prisão preventiva.	Demóstenes Torres	09/11/2010
PLS 486/2003	Altera dispositivos da Código de Processo Penal e dá outras providências. (Para tornar mais rígida a legislação sobre os crimes contra a administração pública).	Pedro Simon	09/11/2010
PLS 514/2003	Altera e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para extinguir a figura processual do curador ao menor de 21 anos e dá outras providências.	Demóstenes Torres	09/11/2010
PLS 77/2004	Altera o Decreto-Lei nº 3689, de 03 de outubro de 1941, (que cria o Código de Processo Penal Brasileiro) para incluir o parágrafo único no artigo 244 no referido Código. Altera a Lei nº 4898 de 09 de outubro de 1941 (Lei de Abuso de Autoridade) para incluir a letra "j" ao artigo 4º. Altera o Decreto-Lei nº 3992, de 30 de dezembro de 1941, (Lei das Estatísticas Criminais) para incluir o artigo 2º-A.	Paulo Paim	09/11/2010
PLS 82/2004	Revoga os artigos 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal -, para retirar do ordenamento processual penal pátrio o instituto do protesto por novo júri.	Aelton Freitas	09/11/2010
PLS 116/2004	Revoga os Capítulos II, III, IV e V do Título II, do Livro II (artigos 513 a 540), do Decreto-Lei nº 3689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para revogar os procedimentos especiais relativos aos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, de calúnia e injúria e contra a propriedade imaterial e o procedimento sumário.	Demóstenes Torres	09/11/2010
PLS 365/2004	Adiciona parágrafo único ao art. 123 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para permitir que as coisas apreendidas que não forem reclamadas sejam destinadas a entidades filantrópicas.	César Borges	09/11/2010
PLS 1/2005	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para ampliar a competência do tribunal do júri, dar ao juiz poder para negar testemunhas protelatórias e prever possibilidade de prisão preventiva para réu foragido que tenha cometido crime a que seja cominada pena de detenção.	Alvaro Dias	09/11/2010
PLS 367/2005	Altera a redação do art. 667 do Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (Disciplina a impetração do habeas corpus).	Pedro Simon	09/11/2010
PLS 148/2006	Acrescenta parágrafo único ao art. 86 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências", para determinar a detração no rito sumaríssimo.	Serys Slhessarenko	09/11/2010
PLS 160/2006	Revoga os artigos 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal. (Dispõe sobre a extinção do recurso especial da defesa contra as decisões do Tribunal do Júri nos casos em que a pena imposta for superior a 20 anos).	Romeu Tuma	09/11/2010

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 38

2. Ao arquivo. Total: 36

Prejudicada. Total: 31

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 230/2006	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que "Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal", para que seja disciplinada a interceptação de comunicações de qualquer natureza.	Romeu Tuma	09/11/2010
PLS 276/2006	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.	Cpi - Bingos - 2004	09/11/2010
PLS 280/2006	Altera os arts. 394 a 396 e 581 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer o oferecimento de defesa prévia do acusado antes do recebimento da denúncia ou queixa.	Edison Lobão	09/11/2010
PLS 119/2007	Altera a redação de Título e artigos, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Pedro Simon	09/11/2010
PLS 149/2007	Altera Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para destinar, prioritariamente, o dinheiro apurado em leilão público de coisas apreendidas e seqüestradas à reparação do dano sofrido pela vítima.	Marconi Perillo	09/11/2010
PLS 179/2007	Altera o art. 325 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para atualizar os valores da fiança.	César Borges	09/11/2010
PLS 212/2007	Altera o art. 69 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, para definir a autoridade policial competente para lavrar o Termo Circunstanciado.	Tasso Jereissati	09/11/2010
PLS 321/2007	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para retirar o limite de prazo para a diligência de interceptação telefônica e para definir o prazo de conservação dos dados de ligações telefônicas.	Pedro Simon	09/11/2010
PLS 355/2007	Altera o art. 610 do Código de Processo Penal, para suprimir a abertura de prazo de vista ao Ministério Público, nos casos em que especifica.	José Nery	09/11/2010
PLS 422/2007	Altera o art. 81 da Lei nº 9.099, de 29 de setembro de 1995, para que a proposta de transação penal seja formulada após a denúncia.	Magno Malta	09/11/2010
PLS 736/2007	Altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência.	Romeu Tuma	09/11/2010
PLS 270/2008	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para prever novo critério de delimitação dos crimes passíveis de interceptação telefônica, além de prever o recurso de ofício da decisão judicial que autoriza a realização do referido procedimento.	Gerson Camata	09/11/2010
PLS 327/2008	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para regulamentar a instituição, em cada ramo do Ministério Público da União e em cada Ministério Público dos Estados, de conselhos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica.	Alvaro Dias	09/11/2010
PLS 420/2008	Altera o art. 581 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever explicitamente o cabimento de recurso em sentido estrito no caso de não ser recebido o aditamento à denúncia ou queixa.	Magno Malta	09/11/2010
PLS 239/2009	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para assegurar prioridade aos processos cuja competência tenha sido definida pela prerrogativa de função.	Alvaro Dias	09/11/2010
PLS 257/2009	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever destinação social de instrumentos dos crimes de contrabando, descaminho e pirataria.	Garibaldi Alves Filho	09/11/2010
PLS 8/2010	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre alienação antecipada de coisas apreendidas.	Ideli Salvatti	09/11/2010
PLS 209/2002	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário, e dá outras providências.	Casildo Maldaner	10/11/2010

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 38**2. Ao arquivo. Total: 36****Retirada pelo autor. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 378/2005	Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a extinção da punibilidade do crime nas hipóteses indicadas.	Osmar Dias	16/11/2010
PLS 478/2007	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para modificar os critérios de fixação de honorários advocatícios.	Valter Pereira	16/11/2010
PLS 182/2008	Altera a Lei n.º 5.859, de 11 de janeiro de 1973 - Código do Processo Civil - para adequar a execução de prestação alimentícia às modificações implementadas pelas Leis 11.232/05 e 11.382/06.	Valter Pereira	16/11/2010
PLS 103/2010	Estabelece o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural.	Gilberto Goellner	30/11/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 5**1. À Câmara dos Deputados. Total: 3****Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 27/2010	Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2009.	Comissão de Assuntos Econômicos	10/11/2010
PDS 278/2010	Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2010.	Comissão de Assuntos Econômicos	10/11/2010
PDS 279/2010	Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2010.	Comissão de Assuntos Econômicos	10/11/2010

2. Ao arquivo. Total: 2**Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 298/2002	Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (Dispõe sobre criação do Estado do Planalto Central).	Francisco Escórcio	30/11/2010
PDS 230/2006	Autoriza a realização de plebiscito sobre o pagamento da dívida pública externa brasileira, e dá outras providências.	Heloísa Helena	30/11/2010

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 3**1. À promulgação. Total: 3****Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 62/2010	Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América)	Comissão de Assuntos Econômicos	09/11/2010
PRS 63/2010	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 495.000.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução das Perdas Elétricas	Comissão de Assuntos Econômicos	09/11/2010
PRS 64/2010	Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	24/11/2010

Matéria: Mensagem (sf). Total: 16

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 121/2010	Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor DANTE COELHO DE LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.	Presidente da República	09/11/2010
MSF 122/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ALEXANDRE ADDOR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, e, cumulativamente, em Montenegro.	Presidente da República	09/11/2010
MSF 141/2010	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Granada.	Presidente da República	09/11/2010
MSF 245/2010	Submete a apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Sultanato de Omã.	Presidente da República	09/11/2010
MSF 247/2010	Submete a apreciação do Senado Federal a indicação do Tenente-Brigadeiro-do-Ar CLEONILSON NICACIO SILVA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Flávio de Oliveira Lencastre.	Presidente da República	09/11/2010
MSF 260/2010	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição, o nome do Almirante-de-Esquadra MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Rayder Alencar da Silveira.	Presidente da República	09/11/2010
MSF 292/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.	Presidente da República	10/11/2010
MSF 151/2010	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.	Presidente da República	24/11/2010
MSF 261/2010	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor ANTENOR AMÉRICO MOURÃO BOGÉA FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.	Presidente da República	24/11/2010
MSF 275/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.	Presidente da República	24/11/2010
MSF 276/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RONALDO DE CAMPOS VERAS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.	Presidente da República	24/11/2010
MSF 290/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LUCIANA PIRES DIAS para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término de mandato do Senhor MARCOS BARBOSA PINTO.	Presidente da República	24/11/2010
MSF 294/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.	Presidente da República	24/11/2010

Matéria: Mensagem (sf). Total: 16

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 296/2010	Submete à apreciação do Senado Federal em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.	Presidente da República	24/11/2010
MSF 244/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÓ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.	Presidente da República	30/11/2010
MSF 293/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.	Presidente da República	30/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Deferida pela Mesa. Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 742/2010	Desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 118, de 2006 e Complementar e 219, de 2008.	Demóstenes Torres	17/11/2010
RQS 775/2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2010, e do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009.	Roberto Cavalcanti	17/11/2010
RQS 782/2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009	Marisa Serrano	17/11/2010
RQS 783/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143 e 371, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº171, de 2009 e os Projetos de Lei do Senado nºs 155, de 2008, 103 e 279, de 2009	Marisa Serrano	17/11/2010
RQS 789/2010	Tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 32, de 2003, 22, de 2005, 25, de 2007, e 52, de 2009, por versarem matéria correlata	Jarbas Vasconcelos	17/11/2010
RQS 791/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 226, de 2007, 301, de 2006, 460 e 552, de 2009.	Kátia Abreu	17/11/2010
RQS 829/2010	Requer, nos termos do artigo nº258 do regimento Interno do Senado Federal, que ao Projeto de Lei do Senado Federal nº241, de 2009, sejam apensados os Projetos de Lei nº 366 de 2009; e o Projeto de Lei do Senado fedewral nº 93, de 2010, por versarem sobre a menma matéria.	Sérgio Zambiasi	17/11/2010
RQS 556/2010	Desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009.	Eduardo Suplicy	30/11/2010
RQS 806/2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei Senado nº 137, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 470, de 2003; e 82, de 2005.	Eduardo Suplicy	30/11/2010

Aprovada pela Mesa. Total: 20

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 441/2010	Requer, nos termos dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Minas e Energia, Marcio Pereira Zimmermann, informações referentes às ações da Eletrobrás Amazonas Energia no Estado do Amazonas.	Jefferson Praia	18/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Aprovada pela Mesa. Total: 20

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 506/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, informações do âmbito da Receita Federal, sobre a quantidade e quais são as empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei nº 11.770, de 2008.	Patrícia Saboya	18/11/2010
RQS 507/2010	Requer, com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea "a", do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário relativas à repartição da propriedade fundiária no País, conforme os dados oficiais e os publicados pela imprensa.	Pedro Simon	18/11/2010
RQS 509/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, e arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre operações realizadas pelo Banco do Brasil S/A e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo a administração da Folha de Pagamento dos servidores estaduais e a exclusividade na concessão de crédito consignado.	Comissão de Fiscalização e Controle	18/11/2010
RQS 572/2010	Requer, nos termos dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado à Ministra de Estado do Meio Ambiente o envio de relatório com informações detalhadas sobre ações desenvolvidas em cada unidade de conservação no Estado do Amazonas.	Jefferson Praia	18/11/2010
RQS 585/2010	Requer, na forma do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre a Reserva Global de Reversão - RGR, sob a gestão das Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, nos termos que especifica.	Marconi Perillo	18/11/2010
RQS 599/2010	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente acerca da arrecadação e distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH e dos impactos produzidos pelo PLC Nº 315, DE 2009, na gestão dos recursos hídricos no país.	Arthur Virgílio	18/11/2010
RQS 600/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a arrecadação e distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, nos anos de 2007, 2008 e 2009.	Arthur Virgílio	18/11/2010
RQS 617/2010	Requer, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre os repasses orçamentários para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO para investimentos no Aeroporto Santa Genoveva de Goiânia - Goiás.	Marconi Perillo	18/11/2010
RQS 648/2010	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitados ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás sobre os Planos de investimentos da empresa e de suas subsidiárias no Estado de Sergipe.	Antonio Carlos Valadares	18/11/2010
RQS 673/2010	Requer, nos termos dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN, sobre as razões pelas quais a Refinaria de Manaus (Reman) não foi contemplada com o aporte de recursos para sua modernização, da ordem de R\$ 1,5 bilhão, dentro do Plano de Negócios da Petrobras para 2010 a 2014.	Jefferson Praia	18/11/2010
RQS 751/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas informações ao Ministro das Relações Exteriores a respeito das relações do Brasil com a Bolívia.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	18/11/2010
RQS 773/2010	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado dos Transportes, informações a respeito dos recursos destinados ao Estado de Roraima entre os anos 2007 e 2010.	Mozarildo Cavalcanti	18/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Aprovada pela Mesa. Total: 20

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 186/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a política fiscal do governo e as metas de inflação.	Marconi Perillo	26/11/2010
RQS 187/2010	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Trabalho sobre os resultados dos programas Jovem Aprendiz e Projovem.	Marconi Perillo	26/11/2010
RQS 269/2010	Requer, com base nos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre quais critérios foram adotados para definição dos grupos de risco que receberão vacinação contra a influenza H1N1.	Kátia Abreu	26/11/2010
RQS 366/2010	Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres relativas à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, assinado durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007.	Marisa Serrano	26/11/2010
RQS 497/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre o custo total, bem como a participação de recursos federais e estaduais, para construção da Ponte Malhada-Carinhanha, sob o Rio São Francisco, que interliga esses dois municípios baianos.	César Borges	26/11/2010
RQS 58/2010	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, para que encaminhe ao Senhor Ronaldo Mota Sardenberg - Presidente da Anatel, solicitando informações sobre a cobrança e o valor das tarifas de celulares, assim como o custo dos serviços prestados pelas operadoras móveis no Brasil.	Marconi Perillo	26/11/2010
RQS 811/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República informações relativas às gravações em vídeo efetuadas por cinegrafistas e técnicos da TV NBR, as quais são relacionadas à participação do Chefe do Executivo em comícios e eventos de campanha eleitoral, conforme matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo do dia 20 de setembro de 2010.	Alvaro Dias	26/11/2010

Aprovada pelo Plenário. Total: 72

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 793/2010	Requerem, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do dia 11 de novembro de 2010, seja dedicado a comemorar o centenário da Associação Psicanalítica Internacional.	Marisa Serrano	03/11/2010
RQS 801/2010	Requerem, nos termos do art. 154, III, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o período do Expediente da Sessão do dia 10 de novembro de 2010, destinado a comemorar o transcorrer dos 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor.	Renato Casagrande	03/11/2010
RQS 805/2010	Requerem, nos termos dos arts. 160 e 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do dia 9 de novembro de 2010 seja destinado a homenagear o Cardeal Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, pelos seus 90 anos de existência.	João Faustino	03/11/2010
RQS 838/2010	Requer, nos termos dos arts. 39, Inciso I, e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 18 a 28 de novembro de 2010, para participar como observador parlamentar, da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas, comunica ainda que estará ausente do País no mesmo período.	Demóstenes Torres	03/11/2010
RQS 844/2010	Prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 10ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.	Conselho de Diploma Mulher-cidadã Bertha Lutz	03/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Aprovada pelo Plenário. Total: 72

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 855/2010	Em aditamento ao Requerimento nº 793, de 2010, solicitando que a comemoração ao Centenário da Associação Psicanalítica Internacional, seja realizada em 25 do corrente.	Marisa Serrano	03/11/2010
RQS 678/2010	Requerem, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do expediente da sessão do dia 18 de novembro de 2010 seja destinado a comemorar os oitenta anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.	Valter Pereira	09/11/2010
RQS 771/2010	Requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, e no inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União cópia do relatório de auditoria referente ao Processo nº 012693/2009-9, acerca da governança das agências reguladoras que especifica.	Alvaro Dias	09/11/2010
RQS 837/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar, como convidado do Governo Chinês, em visita oficial àquele País, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.	Heráclito Fortes	09/11/2010
RQS 842/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 5 a 15 de novembro de 2010 para participar, como convidado do Governo Chinês, de visita Oficial àquele País, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, que estará ausente do país no mesmo período.	Eduardo Azeredo	09/11/2010
RQS 843/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010, para participar, como convidado do Governo Chinês, em visita oficial àquele País, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período acima informado.	Augusto Botelho	09/11/2010
RQS 845/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010 para participar, como convidado do Governo Chinês, de visita oficial àquele País, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, comunica, nos termos do art. 39, Inciso I, que estará ausente do País no mesmo período.	Adelmir Santana	09/11/2010
RQS 846/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 4 a 15 de novembro de 2010, para participar, como convidado do Governo Chinês, de visita Oficial àquele País, comunicando ainda, que estará ausente do País no mesmo período.	João Tenório	09/11/2010
RQS 171/2010	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal para homenagear a passagem do 30º aniversário de falecimento do ex-Senador Petrônio Portella Nunes.	João Vicente Claudino	10/11/2010
RQS 56/2010	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 19 de novembro de 2010, destinada a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, bem como o Dia de Zumbi dos Palmares.	Paulo Paim	10/11/2010
RQS 828/2010	Em aditamento ao Requerimento nº 171, de 2010, seja a sessão especial em homenagem ao ex-Senador Petrônio Portela, realizada no dia 22 de novembro de 2010.	João Vicente Claudino	10/11/2010
RQS 853/2010	Em aditamento aos Requerimentos nºs 171 e 828, de 2010, solicitando que a Sessão Especial em homenagem à passagem do 30º aniversário do falecimento do ex-Senador Petrônio Portella Nunes, seja realizada no dia 29 do corrente.	João Vicente Claudino	10/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Aprovada pelo Plenário. Total: 72

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 862/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 10 a 12 de novembro de 2010, para representar o Senado Federal no VI Foro Parlamentar Iberoamericano, na cidade de Buenos Aires, Argentina; comunica, ainda, que se ausentará do País no período de 10 a 13 de novembro de 2010	Marco Maciel	10/11/2010
RQS 866/2010	Requer, com fundamentação na Resolução nº 2, de 2007 - CN, e nos termos do art.40 ,II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, a formalização da indicação para participar da Sétima Assembléia Plenária do FIPA (Fórum Interparlamentar das Américas), representando o Senado Federal nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2010, na cidade do México - México.	Mão Santa	10/11/2010
RQS 868/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 12 de novembro de 2010, para fins de representar a Casa no encontro com o Senador Gilberto Bonalumi, Presidente da RIAL - Rede Itália América Latina, em Milão, na Itália; e comunica, nos termos do art. 39, que estará ausente do país no período da noite do dia 11 até a manhã do dia 16 de novembro de 2010.	Alfredo Cotait	10/11/2010
RQS 873/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal licença dos trabalhos da Casa para participar da 7ª Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA, que ocorrerá no período de 17 a 19 de novembro de 2010, na Cidade do México. Comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal que estará ausente do País no período de 17 a 19 de novembro de 2010.	José Nery	11/11/2010
RQS 879/2010	Em aditamento ao Requerimento nº 56, de 2010, solicitando que a Sessão Especial Comemorativa do Dia Nacional da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares seja convertida em Sessão Especial de Homenagem aos Grupos vítimas de discriminação e preconceito, para o período do expediente do dia 19 do corrente, destinada a homenagear o povo negro brasileiro e demais grupos de minorias.	Paulo Paim	11/11/2010
RQS 882/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 11 de novembro de 2010, quando participará da Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina; comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 11 a 12 de novembro de 2010.	Aloizio Mercadante	11/11/2010
RQS 898/2010	Requerem, nos termos do artigo 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão da data de 1º de dezembro de 2010 seja destinada à comemoração especial do Dia Internacional da solidariedade ao Povo Palestino.	Eduardo Suplicy	23/11/2010
RQS 899/2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010, para participar, na qualidade de observador, da 65ª Assembléia Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York - EUA. Comunica, ainda, que se ausentará do país no período de 28 de novembro a 4 de dezembro de 2010.	Sérgio Guerra	23/11/2010
RQS 900/2010	Solicita que o período do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 30 do corrente, seja destinado à comemoração especial do "Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino".	Eduardo Suplicy	23/11/2010
RQS 528/2010	Audiência da CAE	Aloizio Mercadante	24/11/2010
RQS 529/2010	Audiência pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.	César Borges	24/11/2010
RQS 530/2010	Audiência pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	César Borges	24/11/2010
RQS 539/2010	Audiência pela Comissão de Assuntos Econômicos..	César Borges	24/11/2010
RQS 540/2010	Audiência pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.	César Borges	24/11/2010
RQS 581/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 8, de 2009; 53, de 2008; e 544, de 2009.	João Tenório	24/11/2010
RQS 586/2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2009, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007.	Romero Jucá	24/11/2010
RQS 587/2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2007.	Kátia Abreu	24/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Aprovada pelo Plenário. Total: 72

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 606/2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, com os Projetos de Lei da Câmara nºs 11, de 2007, e 23, de 2010.	Mão Santa	24/11/2010
RQS 627/2010	Desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2009 que tramita em conjunto com as PECs nºs 24, 50, 58 e 65 de 2005; 45, de 2006; 17, de 2007 e 9, 12, 20 e 35, de 2009.	Marisa Serrano	24/11/2010
RQS 628/2010	Audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2010.	Renato Casagrande	24/11/2010
RQS 629/2010	Audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2006.	Neuto de Conto	24/11/2010
RQS 645/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 21, de 2010; e 138, de 2009.	Renato Casagrande	24/11/2010
RQS 660/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2006.	Renato Casagrande	24/11/2010
RQS 665/2010	Audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2010.	Romero Jucá	24/11/2010
RQS 671/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2010.	Jefferson Praia	24/11/2010
RQS 677/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 324 e 547, de 2009.	Jayme Campos	24/11/2010
RQS 723/2010	Tramitação em conjunto dos Projetos de Lei da Câmara nº 143, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007, tendo em vista que ambos alteram o mesmo diploma legal (Lei nº 8.935/1994).	João Vicente Claudino	24/11/2010
RQS 725/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 323, de 2006, e 243, de 2008, por regularem a mesma matéria.	Papaléo Paes	24/11/2010
RQS 726/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2010.	Sérgio Zambiasi	24/11/2010
RQS 727/2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2010.	Sérgio Zambiasi	24/11/2010
RQS 744/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2007.	Eduardo Suplicy	24/11/2010
RQS 763/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 92, de 2010 e 180 de 2006 aos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006, 340, de 2007 e 375 de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.	Belini Meurer	24/11/2010
RQS 777/2010	Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2003.	Sérgio Zambiasi	24/11/2010
RQS 780/2010	Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010.	Marisa Serrano	24/11/2010
RQS 781/2010	Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010.	Marisa Serrano	24/11/2010
RQS 785/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 217, de 2004; 102, de 2006; e 43, de 2009	Marisa Serrano	24/11/2010
RQS 797/2010	Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2008.	Marisa Serrano	24/11/2010
RQS 827/2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, com o Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007.	Roberto Cavalcanti	24/11/2010
RQS 849/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2009.	Flávio Arns	24/11/2010
RQS 854/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 279, de 2003, e 494, de 2008.	Renato Casagrande	24/11/2010
RQS 859/2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, que encontra-se apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 48, de 2004; 183, de 2008; e 39, de 2010	Gilberto Goellner	24/11/2010
RQS 867/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2009, e 65, de 2010.	Delcídio Amaral	24/11/2010
RQS 888/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2010.	Eliseu Resende	24/11/2010
RQS 889/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2010.	Renato Casagrande	24/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Aprovada pelo Plenário. Total: 72

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 890/2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2010.	Renato Casagrande	24/11/2010
RQS 891/2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007.	Roberto Cavalcanti	24/11/2010
RQS 906/2010	Retirada do Requerimento nº 695, de 2010.	Renato Casagrande	24/11/2010
RQS 908/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2010, com o propósito de participar da Audiência Anual da União Interparlamentar com as Nações Unidas, a ser realizada na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2010, comunica nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal que estará ausente do País no mesmo período.	João Tenório	24/11/2010
RQS 911/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 26, 29 e 30 de novembro de 2010, para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, no Uruguai, e comunica, que se ausentará do País no período da manhã do dia 27 até a manhã do dia 30 de novembro de 2010.	Alfredo Cotait	25/11/2010
RQS 912/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, sua participação nos dias 29 e 30 de novembro de 2010, por ocasião da XXVII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, e comunica, que se ausentará do País no período de 28 a 30 de novembro de 2010.	Inácio Arruda	25/11/2010
RQS 913/2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 29 e 30 de novembro de 2010, e informa, que se ausentará do País no período de 28 a 30 de novembro de 2010.	Geraldo Mesquita Júnior	25/11/2010
RQS 914/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 29 de novembro de 2010, quando participará da XXVII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai, e comunica, que estará ausente do País no período de 28 a 29 de novembro de 2010.	Aloizio Mercadante	25/11/2010
RQS 915/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, nos dias 29 e 30 de novembro de 2010, para participar da XXVII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul na cidade de Montevidéu, Uruguai, e esclarece que estará ausente dos trabalhos da Casa no período citado.	Neuto de Conto	25/11/2010
RQS 916/2010	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, para participar na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, e informa que se ausentará do País no período de 28 a 30 de novembro de 2010, para desempenho da referida missão.	Magno Malta	25/11/2010
RQS 919/2010	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa a fim de participar de Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul nos dias 29 e 30 de novembro de 2010, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, e, nos termos do artigo 39 do referido Regimento, comunica que estará ausente do País no período de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2010.	Marisa Serrano	25/11/2010

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 886/2010	Retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2009.	Marcelo Crivella	16/11/2010
RQS 887/2010	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2005.	Osmar Dias	16/11/2010
RQS 893/2010	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2008.	Valter Pereira	16/11/2010
RQS 894/2010	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2007.	Valter Pereira	16/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 923/2010	Retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº103, 2010.	Gilberto Goellner	30/11/2010

Encaminhada pela Presidência. Total: 20

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 847/2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Jorge Kalume, ocorrido em 26 de outubro de 2010.	Marco Maciel	03/11/2010
RQS 850/2010	Requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Queiroz dos Santos, conhecido como Luizinho Taj Mahal, ocorrido no dia 21 de outubro de 2010.	Magno Malta	03/11/2010
RQS 851/2010	Requer, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado voto de congratulações ao Arcebispo de Aparecida, São Paulo, Dom RAYMUNDO DAMASCENO ASSIS, pela sua elevação a cardeal da Igreja Católica Apostólica Romana, pelo Papa Bento XVI, em 20 de outubro de 2010.	Eduardo Azeredo	03/11/2010
RQS 865/2010	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Gilson Costa de Oliveira.	Paulo Paim	08/11/2010
RQS 869/2010	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao Estado de Sergipe pelo falecimento do Drº LAURO DE BRITO PORTO, falecido em Aracaju - Sergipe, no dia 30 de outubro de 2010.	Antonio Carlos Valadares	09/11/2010
RQS 874/2010	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento em Cuiabá, no dia 18 de outubro de 2010, da Sra. Almerinda Silva Oliveira, conhecida como Irmã Pequena.	Jayme Campos	10/11/2010
RQS 877/2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal homenagens de pesar pelo falecimento de NEMÉSIO MORQUECHO MARINA.	José Bezerra	10/11/2010
RQS 878/2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao município de Capanema/PA, pelo transcurso, no dia 5 de novembro, dos seus 100 anos de emancipação.	Flexa Ribeiro	10/11/2010
RQS 880/2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos Anais desta Casa, VOTO DE CONGRATULAÇÃO à CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC, e em particular ao Drº Antônio Oliveira Santos, pela sua oitava reeleição para o cargo de presidente da citada confederação. Requer, ainda, que o VOTO DE CONGRATULAÇÃO seja levado ao conhecimento da instituição e ao homenageado.	Gerson Camata	11/11/2010
RQS 881/2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor Máximo Vieira Varejão.	Gerson Camata	11/11/2010
RQS 895/2010	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Dineuza Lisboa de Melo, ocorrido em Brasília, no dia 17 de novembro de 2010.	Marco Maciel	17/11/2010
RQS 897/2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do escultor Espedito Oliveira da Rocha, ocorrido dia 18 de novembro de 2010, em Curitiba.	Alvaro Dias	18/11/2010
RQS 905/2010	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do escritor cearense Moacir Costa Lopes, ocorrido no dia 21 de novembro de 2010, em Fortaleza/CE.	Inácio Arruda	24/11/2010
RQS 907/2010	Requer nos termos regimentais voto de pesar à família, amigos e colegas do Sr. RONALD THADEU RAVEDUTTI, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, pelo seu falecimento, na manhã de 24 de novembro de 2010.	Flávio Arns	24/11/2010
RQS 910/2010	Requer, nos termos dos artigos 218 c/c 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, no dia 22 de novembro de 2010, do Desembargador aposentado ERNANI VIEIRA DE SOUZA.	Jayme Campos	24/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Encaminhada pela Presidência. Total: 20

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 920/2010	Requer, na forma do disposto do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências a seus familiares, ao Colégio Santa Maria, da qual foi fundadora e Diretora; à Faculdade Santa Maria, pelo falecimento da professora MARIA DAS DORES MUNIZ DE MELO, ocorrido em Recife, em 26 de novembro de 2010.	Marco Maciel	30/11/2010
RQS 922/2010	Requer, nos termos do disposto nos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 25 de novembro de 2010, do ex-prefeito SALOMÃO GADELHA, do município de Sousa, na Paraíba.	Cícero Lucena	30/11/2010
RQS 932/2010	Requer, nos termos do artigo nº 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja oficiado Voto de Aplauso ao AMÉRICA FUTEBOL CLUBE, de Belo Horizonte, Minas Gerais, pela classificação para a Série "A" do Campeonato Brasileiro de 2011.	Eduardo Azeredo	30/11/2010
RQS 935/2010	Requer, nos termos do artigo nº 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Desembargadora RAIMUNDA GOMES NORONHA, eleita Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o biênio 2011/2013.	Flexa Ribeiro	30/11/2010
RQS 936/2010	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao estudante paraense, da UFPA, Lucas Ferreira, ganhador da medalha de ouro das Olimpíadas de Matemática das Escolas Públicas.	Flexa Ribeiro	30/11/2010

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 872/2010	Em aditamento aos Requerimentos nºs 200 e 818, de 2008; 93 e 1.275, de 2009; e 431, de 2010, a prorrogação até o dia 22 dezembro próximo, da CPI destinada a apurar a utilização da internet na prática de crimes de <i>¿pedofilia¿</i> , bem como a relação desses crimes com o crime organizado.	Flávio Arns	10/11/2010

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 450/2010	Requer, com fulcro no § 2º, do artigo 50, da Constituição da República Federativa do Brasil combinado com o artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça, informações sobre as ações criminosas de supostos integrantes do grupo guerrilheiro autodenominado Exército do Povo Paraguai (EPP), que estaria mantendo contatos e negócios permanentes com narcotraficantes transnacionais, principalmente paraguaios e brasileiros, que atuam na fronteira do Paraguai com os Estados do Mato Grosso do Sul (MS), e do Paraná (PR).	Romeu Tuma	18/11/2010

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 695/2010	Requer, nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2010, que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo, até que tenham sido dirimidas as dúvidas.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	24/11/2010

Matéria: Requerimento. Total: 134

Publicada. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 856/2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senador Romeu Tuma.	Marconi Perillo	03/11/2010
RQS 861/2010	Requer, conforme o disposto no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Acadêmico Padre Fernando Bastos de Ávila, ocorrido em Belo Horizonte, em 6 de novembro de 2010.	Marco Maciel	08/11/2010
RQS 884/2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao "Jornal Razão" pelos seus 15 anos de atividade em Santa Catarina.	Raimundo Colombo	16/11/2010

Rejeitada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 611/2010	Requer, nos termos do inciso IV, do art. 71, da Constituição Federal, seja solicitada ao Senhor Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, quanto ao montante dos recursos federais repassados para investimentos no aeroporto Santa Genoveva de Goiânia, Goiás, desde 2004 e a execução desses investimentos.	Marconi Perillo	10/11/2010
RQS 710/2010	Requer nos termos regimentais e do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, seja solicitado ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO a realização de auditoria na Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, a fim de avaliar a atuação de sua auditoria interna, da ouvidoria e de seu sistema de controle interno no período de 2003 a 2009.	Raimundo Colombo	10/11/2010

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 105

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

Novembro/2010				
RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
750-M	Pedro Simon	13	03 e 04.11	Atividade Parlamentar
751-M	Gerson Camata	43, II	03.11	Licença Particular
752-M	Jarbas Vasconcelos	43, II	09 a 11.11	Licença Particular
753-M	Sérgio Guerra	13	03 e 04.11	Atividade Parlamentar
754-M	Mário Couto	13	03 e 04.11	Atividade Parlamentar
755-M	Jayme Campos	13	03.11	Atividade Parlamentar
756-M	Eliseu Resende	13	03 e 04.11	Atividade Parlamentar
757-M	Kátia Abreu	13	03.11	Atividade Parlamentar
758-M	Fernando Collor	13	03.11	Atividade Parlamentar
759-M	Cícero Lucena	13	03 e 04.11	Atividade Parlamentar
760-M	Gilberto Goellner	13	03.11	Atividade Parlamentar
761-M	Renan Calheiros	13	03.11	Atividade Parlamentar
762-M	Regis Fichtner	13	20.10	Atividade Parlamentar
763-M	Regis Fichtner	13	04.11	Atividade Parlamentar
764-M	Aloizio Mercadante	13	03 e 04.11	Atividade Parlamentar
765-M	Eduardo Azeredo	13	04.11	Atividade Parlamentar
766-M	Jayme Campos	13	04.11	Atividade Parlamentar
767-M	Magno Malta	13	04.11	Atividade Parlamentar
768-M	Ideli Salvatti	13	04.11	Atividade Parlamentar
769-M	Fernando Collor	13	04.11	Atividade Parlamentar
770-M	Renan Calheiros	13	04.11	Atividade Parlamentar
771-M	Marcelo Crivella	13	08 a 22.11	Atividade Parlamentar
772-M	Gilberto Goellner	13	26, 27 e 28.10	Atividade Parlamentar
773-M	Adelmir Santana	13	04.11	Atividade Parlamentar
774-M	Patrícia Saboya	43, I	03 e 04.11	Licença Saúde
775-M	Sérgio Guerra	13	09 e 10.11	Atividade Parlamentar
776-M	Cristovam Buarque	13	17 a 19.11	Atividade Parlamentar
777-M	Magno Malta	13	09.11	Atividade Parlamentar
778-M	Fernando Collor	13	09.11	Atividade Parlamentar
779-M	Renan Calheiros	13	09.11	Atividade Parlamentar
780-M	Hélio Costa	43, II	16 a 20.11	Licença Particular
781-M	Hélio Costa	13	09.11	Atividade Parlamentar
782-M	Marina Silva	43, I	08 a 12.11	Licença Saúde
783-M	Tião Viana	13	11.11	Atividade Parlamentar
784-M	Fátima Cleide	13	10.11	Atividade Parlamentar
785-M	João Durval	13	11.11	Atividade Parlamentar
786-M	Renan Calheiros	13	10.11	Atividade Parlamentar
787-M	Tasso Jereissati	43, II	17 a 29.11	Licença Particular
788-M	Ideli Salvatti	13	11.11	Atividade Parlamentar
789-M	Gilberto Goellner	13	16.11	Atividade Parlamentar
790-M	Cícero Lucena	13	11.11	Atividade Parlamentar
791-M	Francisco Dornelles	13	11.11	Atividade Parlamentar
792-M	Fernando Collor	13	11.11	Atividade Parlamentar
793-M	Kátia Abreu	13	11.11	Atividade Parlamentar
794-M	Fátima Cleide	13	11.11	Atividade Parlamentar
795-M	Marconi Perillo	43, II	15 a 25.11	Licença particular
796-M	Mário Couto	13	16 a 18.11	Atividade Parlamentar
797-M	Kátia Abreu	43, II	12 a 19.11	Licença Particular
798-M	Garibaldi Alves Filho	13	16.11	Atividade Parlamentar
799-M	Sérgio Guerra	13	16.11	Atividade Parlamentar
800-M	Maria do Carmo Alves	13	16.11	Atividade Parlamentar
801-M	César Borges	13	29.11 a 04.12	Atividade Parlamentar
802-M	Magno Malta	13	16.11	Atividade Parlamentar
803-M	João Tenório	13	16.11	Atividade Parlamentar

Novembro/2010				
RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
804-M	Eduardo Suplicy	40, sem ônus	21 a 25.11	Participar da Conferência dos Ministros do Desenvolvimento Social dos Países Africanos, em Khartum, República do Sudão, África.
805-M	Renato Casagrande	13	11.11	Atividade Parlamentar
806-M	Renato Casagrande	13	18.11	Atividade Parlamentar
807-M	Geraldo Mesquita Júnior	43, II	16.11	Licença particular
808-M	Maria do Carmo Alves	13	17.11	Atividade Parlamentar
809-M	José Agripino	13	16 a 19.11	Atividade Parlamentar
810-M	Alfredo Nascimento	13	16.11	Atividade Parlamentar
811-M	Paulo Paim	13	16.11	Atividade Parlamentar
812-M	Marina Silva	43, I	15 a 19.11	Licença Saúde
813-M	Regis Fichtner	13	09.11	Atividade Parlamentar
814-M	Regis Fichtner	13	10.11	Atividade Parlamentar
815-M	Regis Fichtner	13	11.11	Atividade Parlamentar
816-M	Papaléo Paes	13	18.11	Atividade Parlamentar
817-M	Maria Carmo Alves	13	18.11	Atividade Parlamentar
818-M	José Sarney	43, I	05 e 06.10	Licença Saúde
819-M	Flexa Ribeiro	40, sem ônus	22 a 25.11	Participar da Exposição Internacional de Mineração (EXPOSIBRAM AMAZÔNIA 2010) e do II Congresso de Mineração da Amazônia, em Belém-PA.
820-M	Jayme Campos	13	23.11	Atividade Parlamentar
821-M	Valdir Raupp	13	23.11	Atividade Parlamentar
822-M	Sérgio Guerra	13	23.11	Atividade Parlamentar
823-M	Magno Malta	13	23.11	Atividade Parlamentar
824-M	Mão Santa	13	23.11	Atividade Parlamentar
825-M	Renato Casagrande	13	25.11	Atividade Parlamentar
826-M	Jarbas Vasconcelos	13	01 a 04.12	Atividade Parlamentar
827-M	Almeida Lima	43, I	16 a 18.11	Licença Saúde
828-M	Tião Viana	13	24 e 25.11	Atividade Parlamentar
829-M	Renan Calheiros	13	24.11	Atividade Parlamentar
830-M	Serys Slhessarenko	13	03 a 09.12	Atividade Parlamentar (Cancelado pelo Ofício GSSS 319, de 01.12.2010)
831-M	Efraim Moraes	13	24.11	Atividade Parlamentar
832-M	Geraldo Mesquita Júnior	13	25.11	Atividade Parlamentar
833-M	Marcelo Crivella	13	25.11	Atividade Parlamentar
834-M	Ideli Salvatti	13	25.11	Atividade Parlamentar
835-M	Heráclito Fortes	13	01 a 07.12	Atividade Parlamentar
836-M	João Ribeiro	13	25.11	Atividade Parlamentar
837-M	Sérgio Guerra	13	25.11	Atividade Parlamentar
838-M	Cícero Lucena	13	25.11	Atividade Parlamentar
839-M	Kátia Abreu	43, II	25.11	Licença Particular
840-M	Efraim Moraes	13	25.11	Atividade Parlamentar
841-M	Renan Calheiros	13	25.11	Atividade Parlamentar
842-M	Regis Fichtner	13	30.11 e 1, 2, 7, 8 e 9.12	Atividade Parlamentar
843-M	Delcídio Amaral	13	30.11	Atividade Parlamentar
844-M	Valdir Raupp	13	30.11	Atividade Parlamentar
845-M	Hélio Costa	13	30.11	Atividade Parlamentar
846-M	Cícero Lucena	13	02 a 07.12	Atividade Parlamentar
847-M	Garibaldi Alves Filho	43, II	01 e 02.12	Licença Particular
848-M	Fernando Collor	13	30.11	Atividade Parlamentar
849-M	Marina Silva	13	30.11	Atividade Parlamentar
850-M	Arthur Virgílio	43, II	30.11 a 07.12	Licença Particular
851-M	Roberto Cavalcanti	43, II	18.11	Licença Particular
852-M	Mauro Fecury	43, II	16.11 a 22.12	Licença Particular
853-M	Cícero Lucena	13	24.11	Atividade Parlamentar
854-M	Alfredo Nascimento	13	30.11	Atividade Parlamentar

**B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL****Resenha**
01 a 30/11/2010**Sessões Conjuntas do Congresso Nacional**

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	003
Total	003

Quadro Geral de Matérias

Lidas	Quantidade
Vetos (dispositivos)	692

Resenha Consolidada

02/02 a 30/11/2010

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	012
Conjunta Solene	009
Total	021

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLNs (aprovados)	011
Retificações (aprovadas)	004
Vetos (dispositivos)	074
Total	089

Sessões Realizadas

01 a 30/11/2010

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	18-11-2010, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Conjunta	24-11-2010, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Conjunta	25-11-2010, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

01 a 30/11/2010

Nº	Assunto
39/2010 (public. no DOU de 16/11/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 502, de 20 de setembro de 2010, que "Dá nova redação às Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências".
40/2010 (public. no DOU de 16/11/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 503, de 22 de setembro de 2010, que "Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO".
41/2010 (public. no DOU de 16/11/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 504, de 22 de setembro de 2010, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)".
42/2010 (public. no DOU de 16/11/2010)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 492, de 29 de junho de 2010, que "Acréscce dispositivo ao art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, abre prazo para os Municípios regularizarem os parcelamentos relativos a contribuições sociais previdenciárias, e institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de novembro do corrente ano.
43/2010 (public. no DOU de 17/11/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 505, de 24 de setembro de 2010, que "Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES".
44/2010 (public. no DOU de 17/11/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 506, de 28 de setembro de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 210.000.000,00, para o fim que especifica".
45/2010 (public. no DOU de 17/11/2010)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 490, de 7 de junho de 2010, que " Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.287.072.416,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 18 de outubro do corrente ano.
46/2010 (public. no DOU de 17/11/2010)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 491, de 23 de junho de 2010, que "Institui o Programa Cinema Perto de Você e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de novembro do corrente ano.
47/2010 (public. no DOU de 25/11/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, que "Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal".
48/2010 (public. no DOU de 30/11/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 508, de 8 de outubro de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 01 a 30/11/2010

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
488/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2010 (Medida Provisória nº 495, de 2010), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 25 de novembro do corrente ano, que "Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006".
486/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminha o Parecer nº 43, de 2010-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, bem como, a título de subsídio, o processado da Medida Provisória nº 490, de 7 de junho de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.287.072.416,00, para os fins que especifica".
485/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.339, de 26 de novembro de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.978.448.870,00, para os fins que especifica", cujas disposições foram adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República como Medida Provisória nº 498, de 29 de julho de 2010.
483/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2010 (Medida Provisória nº 496, de 2010), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 24 de novembro do corrente ano, que "Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo Fifa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União e sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União; transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências".
481/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 2.109-Seses-TCU-Plenário, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, informando a constatação de indícios de irregularidades graves em obra que menciona, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
478/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 24-11-2010, o Of. Pres. nº 411/2010/CMO, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração do cronograma dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 38, de 2010-CN, que "Altera o Anexo I da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008-2011". Encaminha, em anexo, o novo cronograma.
475/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Mensagem nº 168, de 2010-CN (nº 652/2010, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2010, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
474/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 22-11-2010, a Mensagem nº 169, de 2010-CN (nº 647, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 86, de 2010-CN, que "Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011", tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
473/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 22-11-2010, o Aviso nº 35, de 2010-CN (nº 318/MF/2010, na origem) encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao segundo trimestre de 2010, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
472/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 24 de novembro do corrente, quarta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
469/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 18 de novembro do corrente, quinta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
467/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.917-Seses-TCU-Plenário, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, informando os resultados do levantamento de auditoria com o objetivo de verificar a legalidade da utilização de recursos provenientes da compensação financeira de que trata o art. 20, § 1º, da Constituição Federal, para amortização da dívida pública mobiliária federal interna (TC 011.588/2009-9), tendo sido a matéria despachada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
463/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 46, de 2010-CN (Ofício nº 1197/2010 – BNDES GP, na origem), relativo ao Relatório de Gerencial Trimestral do BNDES, referente ao terceiro trimestre de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 5/11/2010 e vai ao exame da CMO.
462/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, o processado da Medida Provisória nº 510, de 2010, que “Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol- RECOM; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências”.
459/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.839-Seses-TCU-Plenário, na origem, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.788/2010-TCU-Plenário, tendo sido a matéria despachada à CMO.
458/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Com referência ao Ofício nº 1.610/SGM-P, de 9/11/2010, dessa Casa, comunica que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.337, de 12/11/2010, que “Altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para modificar a divisão por níveis da Carreira de Diplomata, extingue cargos de Assistente de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado”, cujas disposições foram adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República nos termos da MPV nº 493, de 2/7/2010.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES**C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes****Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 30/11/2010**

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	04	00	02	06
CAS	00	03	02	05
CCJ	02	03	01	06
CE	06	01	01	08
CMA	02	02	01	05
CDH	01	01	00	02
CRE	01	04	00	05
CI	00	02	00	02
CDR	00	03	00	03
CRA	00	03	00	03
CCT	00	04	00	04
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL	12	25	07	44

21ª - REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CAE (38ª), E CMA (28ª), REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

22ª - REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CE (45ª), E CAS (39ª), REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010

23ª - REUNIÃO DA CAS, COM A REUNIÃO DA CASDEF, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

24ª - REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CAE (41ª), E CCJ (48ª), REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	01	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	00	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	00	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	01	01	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	00	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	01	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	03	01	00

Proposições Apreciadas 01 a 30/11/2010

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	Emen. PLOA	ECD	Emen. PPA	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	10	00	01	00	01	04	00	00	00	00	00	00	00
CAS	04	00	02	00	03	04	00	00	00	00	00	00	00
CCJ	08	04	09	05	13	04	00	00	24	00	00	00	00
CE	13	01	13	00	16	04	01	04	00	00	00	00	00
CMA	06	00	03	00	02	05	00	00	00	00	00	00	11
CDH	02	00	09	00	08	03	00	00	00	00	00	00	00
CRE	02	00	00	00	01	04	00	00	00	00	00	00	00
CI	00	00	01	00	00	06	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	03	00	00	04	00	00	00	00	00	00	00
CRA	03	00	02	00	04	04	00	00	00	00	00	00	00
CCT	04	00	12	54	13	03	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	52	05	55	59	61	45	01	04	24	00	00	00	11

Proposições Apreciadas 01 a 30/11/2010

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EME NDA PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	04	00	00	00	02	01	02	00	00	00	00	00	00	25
CAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	13
CCJ	00	01	09	03	09	00	02	00	00	00	01	00	02	94
CE	00	00	00	01	02	01	00	00	00	00	00	00	01	57
CMA	00	00	00	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	30
CDH	00	00	00	00	03	02	00	00	00	00	00	00	00	27
CRE	09	00	02	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	19
CI	00	00	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	09
CDR	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	08
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	13
CCT	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	87
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	13	01	11	04	21	07	04	00	00	00	01	00	03	382

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem “SF”
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas 02/02 a 30/11/2010

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	26	4	12	42
CAS	0	25	17	42
CCJ	25	13	12	50
CE	24	18	8	50
CMA	13	11	7	31
CDH	1	19	3	23
CRE	10	21	2	33
CI	0	29	1	30
CDR	0	16	0	16
CRA	0	24	2	26
CCT	0	33	2	35
CMMC	0	1	0	1
TOTAL GERAL	99	214	66	379

1ª – 4ª REUNIÃO DA CAS, COM A 1ª REUNIÃO DA CASAÚDE, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010.

2ª – 9ª REUNIÃO DA CAS, COM A 1ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.

3ª – 10ª REUNIÃO DA CMA, COM A 11ª REUNIÃO DA CDH, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.

4ª – 10ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 13ª REUNIÃO DA CMA, COM A 14ª REUNIÃO DA CDH, COM A 11ª REUNIÃO DA CRE, COM A 8ª REUNIÃO DA CRA, COM A 11ª REUNIÃO DA CCT, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010.

5ª – 12ª REUNIÃO DA CAS, COM A 2ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010.

6ª – 15ª REUNIÃO DA CDH, COM A 12ª REUNIÃO DA CRE, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010.

7ª – 17ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 14ª REUNIÃO DA CAE, COM A 15ª REUNIÃO DA CAS, COM A 18ª REUNIÃO DA CMA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2010.

8ª – 16ª REUNIÃO DA CAS, COM A 2ª REUNIÃO DA CASAÚDE, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010.

9ª – 19ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 16ª REUNIÃO DA CAE, COM A 18ª REUNIÃO DA CAS, COM A 21ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010.

10ª – 16ª REUNIÃO DA CCT, COM A 20ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 19ª REUNIÃO DA CAS, COM A 22ª REUNIÃO DA CE, COM A 21ª REUNIÃO DA CMA, COM A 17ª REUNIÃO DA CAE, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010.

11ª – 20ª REUNIÃO DA CAS, COM A 5ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2010.

12ª – 22ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 19ª REUNIÃO DA CAE, COM A 21ª REUNIÃO DA CAS, COM A 25ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2010.

13ª – 24ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 21ª REUNIÃO DA CAE, COM A 23ª REUNIÃO DA CAS, COM A 29ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010.

14ª – 25ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 22ª REUNIÃO DA CAE, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010.

15ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (26ª), CAE (25ª), CAS (26ª) E CE (31ª), REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2010.

16ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (31ª), CAE (27ª), CAS (29ª) E CE (33ª), REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2010.

17ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (32ª), CAE (28ª), CAS (30ª) E CMA (24ª), REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2010.

18ª – REUNIÃO DA COMISSÃO: CAS (31ª), COM A SUBCOMISSÃO: CASDEF (2ª), REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2010.

19ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CRA (20ª), E CI (27ª), REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2010.

20ª – REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CCJ (36ª), CAE (33ª), CAS (33ª) E CMA (26ª), REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2010.

21ª – REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CAE (38ª), E CMA (28ª), REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

22ª – REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CE (45ª), E CAS (39ª), REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

23ª – REUNIÃO DA CAS, COM A REUNIÃO DA CASDEF, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

24ª – REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CAE (41ª), E CCJ (48ª), REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

TOTAL DE REUNIOES CONJUNTAS: 24

*1ª - SEMINÁRIO DA CE, COM A CAS, REALIZADO EM 13 DE MAIO DE 2010.

TOTAL DE SEMINÁRIOS: 01

1ª - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO - CI, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2010.

TOTAL DE REUNIÕES DE GRUPO DE TRABALHO: 01

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	03	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	02	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	06	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	01	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	02	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	03	02	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	03	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	01	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	21	02	00

Proposições Apreciadas 02/02 a 30/11/2010

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	Emen. PLOA	SCD	ECD	Emen. PPA	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	98	16	37	0	69	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0
CAS	60	44	25	0	110	8	1	6	0	0	0	0	0	0	0
CCJ	92	56	66	5	209	8	3	5	0	0	36	0	0	0	0
CE	61	48	32	0	97	8	3	9	8	0	0	1	0	0	0
CMA	32	3	8	1	46	10	1	0	0	0	0	0	0	0	11
CDH	35	0	19	0	15	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0
CRE	31	0	3	53	24	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CI	12	2	10	0	31	12	0	0	0	0	0	0	0	0	6
CDR	8	1	11	0	11	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRA	23	3	9	3	31	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CCT	30	4	29	644	41	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CMMC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL	482	177	249	706	684	90	10	20	8	0	36	1	0	0	18

*OBS: O PDS nº 862, de 2010, foi computado indevidamente no dia 10.03.2010.

*OBS: O PDS nº 188 de 2010, não foi deliberado na reunião do dia 16.06 de 2010.

Proposições Apreciadas 02/02 a 31/10/2010

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMEN PLEN	REC	TUR SUP	Total
CAE	59	3	0	1	13	1	5	0	0	0	2	0	2	311
CAS	2	0	0	4	17	0	1	0	0	0	3	0	7	284
CCJ	11	2	41	30	55	17	2	0	0	0	2	2	12	650
CE	0	2	0	26	20	1	0	0	0	0	0	0	6	314
CMA	0	0	1	1	8	1	1	0	0	0	0	0	0	119
CDH	0	0	0	0	7	3	1	0	2	0	0	0	0	86
CRE	40	0	4	4	7	0	0	0	0	0	0	0	0	170
CI	9	0	0	1	4	3	0	0	0	0	0	0	1	85
CDR	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	37
CRA	0	0	0	1	5	0	0	0	0	0	1	0	0	80
CCT	0	0	0	1	4	2	0	0	0	0	5	0	2	766
CMMC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL	121	7	46	69	140	30	10	0	2	0	13	2	30	2902

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem “SF”
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes 01 a 30/11/2010

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho

Vice Presidente: Senador Delcídio Amaral

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

CERIMÔNIA DE APOSIÇÃO DO RETRATO DO SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DA COMISSÃO

Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 274, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Primeira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP-II)”, inserido na Segunda Linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até US\$ 3,000,000,000.00 (três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 295, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 495,000,000.00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução de Perdas Elétricas.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2010 - CAE NÃO TERMINATIVO

Requer que seja convidado o senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para prestar esclarecimentos sobre as operações de empréstimo do BNDES.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros senhores Senadores.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA (SF); DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CD); DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (CD) E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (CN)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao artigo 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assunto: Exposição do Presidente do Banco Central do Brasil, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das Políticas Monetárias, Creditícia e Cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º Semestre de 2009 e 1º Semestre de 2010.

PARTICIPANTE:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN (Projeto de Lei de Orçamentária Anual) NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador Delcídio Amaral

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro)

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01 MENSAGEM (SF) Nº 290 DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LUCIANA PIRES DIAS para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término de mandato do Senhor MARCOS BARBOSA PINTO.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Resultado: A Comissão aprova a indicação por 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02 MENSAGEM (SF) Nº 269 DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte PROFISCO/RN.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria Ad Hoc: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos

do PRS que apresenta. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2010 - CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer realização de audiência pública, em conjunto com a CCT, a CMA, a CE e a CCJ, para que sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116 de 2010, que “dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Sr. Amilcare Dallevo Junior; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Sr. Manoel Rangel; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (Abta), Sr. Alexandre Annenberg; e o Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. Carlos Alkimim.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2010 - CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como convidados o Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e a Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos sobre a crise no Banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil.

Autoria: Senador Romero Jucá

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2010 - CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer realização de audiência pública destinada a debater as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; Sr. Adalberto Coelho, Diretor Suplente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia-FIEB e membro do Conselho de Integração Nacional da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Francisco Carlos Cavalcanti, Superintendente do Banco do Nordeste na Paraíba; Sr. Reinaldo Sampaio, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; e Sr. Jair Pereira, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba.

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 28 – CAE, 2010 e nº 89 – CCJ – 2010, com a finalidade de prestar “esclarecimentos sobre a crise no Banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil”

PARTICIPANTES

Exmo. Sr. **Henrique Meirelles** – Presidente do Banco Central do Brasil;
Sra. **Maria Fernanda Ramos Coelho** - Presidente da Caixa Econômica Federal.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166 DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Goldman

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.

**ITEM Nº 02
OFÍCIO “S” Nº 49 DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal decisão tomada nos autos da Petição Avulsa nº 200920000001832, de autoria do Instituto Amazônico da Cidadania - IACI, apresentada contra o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Autoria: Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti

Relatório: Pelo arquivamento do Ofício “S” e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo arquivamento do Ofício “S” e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57 DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 (garante cobertura do saldo devedor remanescente a mutuário que tenha contribuído para o FCVS em mais de um financiamento em localidades diversas, ou em dois financiamentos no mesmo município).

Autoria: Deputado Luiz Carlos Hauly

QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230 DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera os arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para garantir os benefícios legais dos contratos imobiliários financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), aos contratos de compra e venda celebrados sem a interveniência da instituição financiadora.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável ao PLC nº 57 de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 230 de 2007.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao PLC nº 57 de 2007, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 230 de 2007.

ITEM Nº 04
AVISOS NºS 43 E 75 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Autoria: Ministério da Fazenda

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti

Relatório: Pelo conhecimento dos Avisos nºs 43 e 75 de 2010, e posterior arquivamento.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento dos Avisos nºs 43 e 75 de 2010, e posterior arquivamento.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento dos Avisos nºs 43 e 75 de 2010, e posterior arquivamento.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 27, DE 2010 - CAE
NÃO TERMINATIVO

Aditamento ao Requerimento nº 27/2010-CAE, para inclusão no rol de convidados da audiência pública a ser realizada com a finalidade de discutir as medidas propostas no PLC nº 116 de 2010 dos seguintes nomes: Ministro do Tribunal de Contas da União, Exmo. Sr. José Jorge; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. Ronaldo Mota Sardenberg; Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp), Sr. Roberto Moreira; Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro (Sicav-RJ), Sra. Marisa Leão; e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sr. Carlos Ari Sunenfeld.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
ADITAMENTO REQUERIMENTO Nº 27, DE 2010 - CAE
NÃO TERMINATIVO

Aditamento o Requerimento nº 27/2010-CAE, para que também seja convidado a participar da audiência pública destinada a debater o PLC 116 de 2010 o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2010 - CAE
NÃO TERMINATIVO

Requerimento de realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania– CCJ, para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença de seu presidente, Luciano Coutinho

Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Antônio Carlos Júnior

Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 04
Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 25
Aditamento e Requerimento – CAE: 10
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Emenda – CAE: 01
Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 04
Mensagem “SF” (não terminativo): 04
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Ofício “S”: 01
Aviso: 02

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora Rosalba Ciarlini

Vice Presidente: Senador Paulo Paim

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a União a indenizar os aposentados e pensionistas vinculados a entidades fechadas de previdência complementar abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados por empresas aéreas; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; determina a promoção de transação judicial ou extrajudicial por parte da União nas ações judiciais propostas por empresas aéreas contra a União e nas ações judiciais promovidas pelos assistidos e beneficiários de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar vinculadas a empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas n.ºs. 1, 2 e 3 – CAS.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para permitir à condenada a permanência com seus filhos até a idade de três anos em estabelecimento penal.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2010 – CAS

Nos termos, do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2010 que “regulamenta as profissões de Pesquisador de Mercado, Opinião e Mídia e de Técnico de Pesquisa de Mercado, Opinião e Mídia”, com os convidados a serem indicados, posteriormente, por esse Senador perante a secretaria desta Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir as implicações trabalhistas e previdenciárias ocorridas decorrentes da aquisição da Brasil Telecom pela Oi, com os convidados a serem indicados, posteriormente, por esse Senador perante a secretaria desta Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2010 – CAS

Requer, nos termos regimentais, a realização de um Seminário na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal nos dias 23 e 24 de novembro de 2010, para discutir os temas do I Congresso Mundial dos Aposentados. Para tanto gostaríamos que fossem convidados representantes da categoria e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2010 – CAS

De acordo com o que preceitua os artigos 90, incisos II e V e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema “Primeira Infância e Cultura da Paz”. Ressalta-se que esta audiência pública está inserida na programação da 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal e que se realizará entre 16 e 19 de novembro vindouro.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 62, de 2010 – CAS e 42, de 2010 – CE.

Autor: Senadoras Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano.

Assunto: Debate sobre a Primeira Infância e Cultura da Paz.

PARTICIPANTES:

Senhor **Bernard Golse**, Chefe do Serviço de Psiquiatria Infantil Hospital Necker-Enfants Malades – Paris/França;

Senhor **Sylvain Missonier**, do Instituto de Psicologia Universidade Paris V – Paris/França; e

Senhora **Elvidina Nabuco Adamson-Macedo**, da Universidade de Wolverhampton – Wolverhampton/Inglaterra.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010, CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CASDEF**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2010 – CAS.

Autor: Senador Flávio Arns.

Assunto: Discutir a Sugestão nº1, de 2010, da Associação em Defesa do Autismo, em que é apresentada sugestão de Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências.

PARTICIPANTES:

Senhor **Julceli Vianna Antunes** - Presidente da Associação em Defesa do Autista (ADEFA).

Senhora **Marisa Furia Silva** - Presidente da Associação Brasileira de Autismo (ABRA), Fundadora da Associação dos Amigos do Autista (AMA) e Conselheira no Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Senhora **Rita Valéria Brasil Santos** - Presidente da Associação dos Amigos do Autista da Bahia (AMA-BA).

Senhor **Gustavo Adolfo de Medeiros** - Pesquisador da Associação em Defesa do Autista (ADEFA).

Senhora **Marcos Tomanik Mercadante** - Professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anula)
NÃO TERMINATIVO**

Relatoria: Senador Efraim Morais

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro)

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**NÃO HOUVE APRECIÇÃO DE MATÉRIAS****TOTAL DE REUNIÕES: 05**

Extraordinária – Deliberativa: 03

Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 13

Requerimento – CAS: 04

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02

Emenda – CAS: 03

Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 04

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF

Presidente: Senador Flávio Arns

Vice Presidente: Vago

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2010 – CAS.****Autor:** Senador Flávio Arns.**Assunto:** Discutir a Sugestão nº1, de 2010, da Associação em Defesa do Autismo, em que é apresentada sugestão de Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências.**PARTICIPANTES:**Senhor **Julceli Vianna Antunes** - Presidente da Associação em Defesa do Autista (ADEFA).Senhora **Marisa Furia Silva** - Presidente da Associação Brasileira de Autismo (ABRA), Fundadora da Associação dos Amigos do Autista (AMA) e Conselheira no Conselho Nacional de Saúde (CNS).Senhora **Rita Valéria Brasil Santos** - Presidente da Associação dos Amigos do Autista da Bahia (AMA-BA).Senhor **Gustavo Adolfo de Medeiros** - Pesquisador da Associação em Defesa do Autista (ADEFA).Senhora **Marcos Tomanik Mercadante** - Professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina.**TOTAL DE REUNIÕES: 01****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

Presidente: Senador Demóstenes Torres

Vice Presidente: Vago

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o aviso de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação.

Autoria: Deputado Geraldo Resende.**Relatoria “ad hoc”:** Senador Demóstenes Torres.**Relatório:** Contrário à matéria.**Resultado:** Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário ao Projeto.**ITEM Nº 02****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, no tocante ao subsídio dos Policiais Rodoviários Federais.

Autoria: Presidente da República.**Relatoria “ad hoc”:** Senadora Níura Demarchi.**Relatório:** Favorável à matéria..**Resultado:** Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto.**ITEM Nº 03****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, e dá outras providências.

Autoria: Senador Sibá Machado.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Contrário à matéria, tanto por razões de mérito quanto por inconstitucionalidade.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário ao Projeto, em decisão unânime, por inconstitucionalidade.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Octávio e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senadora Níura Demarchi.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 05
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senadora Níura Demarchi.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 06
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso II do artigo 52 e a alínea “c” do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal, para transferir do Supremo Tribunal Federal para o Senado Federal o julgamento dos membros de Tribunais Superiores, nos crimes de responsabilidade.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 07
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 95, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso III, do § 1º e § 2º do artigo 40 e aos §§ 1º e 8º do artigo 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a aposentadoria das pessoas portadoras de deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 08
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 102 e 105 e acrescenta parágrafo ao artigo 111 da Constituição Federal, para restringir a utilização dos recursos extraordinário, especial e de revista.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 09
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 13 ao artigo 201 da Constituição Federal, para assegurar a contagem do tempo exercido por estagiário ou bolsista para os fins de fruição de aposentadoria e outros benefícios previdenciários.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador Álvaro Dias.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 83 da Constituição Federal para instituir férias para o Presidente da República.

Autoria: Senador Ney Suassuna e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 85, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 201 da Constituição para instituir hipótese de aposentadoria proporcional no âmbito do regime geral de previdência social.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta.

ITEM Nº 12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 46, 56 e 79 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a vacância do mandato de Presidente da República, Senador e Deputado).

Autoria: Senador Arthur Virgílio e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o inciso XII e §§ 5º e 6º ao artigo 167 da Constituição Federal, criando regras para a limitação de empenhos e de pagamentos para a execução da lei orçamentária anual.

Autoria: Senador Efraim Morais e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senadora Níura Demarchi.

Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, pela prejudicialidade da Proposta.

ITEM Nº 14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Altera o § 2º do artigo 20 da Constituição Federal, para reduzir a faixa de fronteira para quinze quilômetros de largura.

Autoria: Senador Osmar Dias e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, pela prejudicialidade da Proposta.

**ITEM Nº 15
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 7, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Institui Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – a ser conferida anualmente, pelo Senado Federal, a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF).

Relatoria “ad hoc”: Senadora Níura Demarchi.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2009
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas).

Autoria: Deputado Vic Pires Franco.

Relatoria “ad hoc”: Senador Romero Jucá.

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CRE (substitutivo).

Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 323, DE 2009
TERMINATIVO**

Cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências.

Autoria: Deputado Max Rosenmann.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2010
TERMINATIVO**

Altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. (Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro).

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria “ad hoc”: Senador César Borges.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2003**

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria “ad hoc”: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 05**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 734, DE 2007****TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Relatoria: Senador Osmar Dias.

Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 - CCJ.

ITEM Nº 06**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2009****TERMINATIVO**

Altera o § 1º do artigo 1.516 e o artigo 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para ampliar os prazos para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2009****TERMINATIVO**

Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis.

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria: Senador Osmar Dias.

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CMA (substitutivo).

Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 08**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2005****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Determina que a pessoa que for retirada cautelarmente da moradia comum, por maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, está obrigada a prestar alimentos)

Autoria: Deputado Paulo Rocha.

Relatoria “ad hoc”: Senador Romero Jucá..

Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 09**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2006****NÃO TERMINATIVO**

Altera dispositivos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Dispõe sobre serviços e multas referentes a notários e registradores).

Autoria: Deputado Mauro Benevides.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Autoria: Deputada Perpétua Almeida.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITANDO EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação à alínea “e” do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República.

Autoria: Senador Delcídio Amaral.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITANDO EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea “e” do respectivo artigo 38, denominado VOZ DO BRASIL.

Autoria: Senador Álvaro Dias.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITANDO EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa “A Voz do Brasil”.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITANDO EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITANDO EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. (Dispõe sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita da radiodifusão).

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, nos termos da Emenda nº 1 – CCT (substitutivo), e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs. 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007; 368, de 2008 e 376, de 2009.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, nos termos da Emenda nº 1 – CCT/CCJ (substitutivo), e contrário aos PLS nºs. 294/2004; 219/2005; 353/2007; 368/2008 e 376/2009, que tramitam em conjunto. Votam vencidos os Senadores Antônio Carlos Valadares e Efraim Morais. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Permite o registro de nascimento no local onde foi realizado o pré-natal.

Autoria: Deputado Lobbe Neto.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 12
EMENDA Nº 2, DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 320, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, e acrescenta dispositivos ao artigo 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação dos valores arrecadados no leilão de veículos apreendidos e não reclamados por seus proprietários.

Autoria da Emenda: Senador Sérgio Zambiasi.

Autoria do Projeto: Deputada Rose de Freitas.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 2 de Plenário.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal, ao dispor sobre a política de aplicação dos recursos financeiros nos Programas de Caráter Regional a cargo da União, e dá outras providências.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Disciplina nova hipótese de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para assegurar o Funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo em unidades da Federação.

Autoria: Senador Tião Viana e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta, com as Emendas nºs. 1 e 2 - CCJ.

ITEM Nº 15
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao artigo 187 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a capacitação de jovens de 16 a 24 anos, nos serviços de assistência técnica e extensão rural, domiciliados há mais de cinco anos nas comunidades rurais).

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta.

ITEM Nº 16
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 50 e 52 da Constituição Federal para dispor sobre o comparecimento de autoridades regulatórias ao Congresso Nacional.

Autoria: Senador Aloizio Mercadante e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Álvaro Dias.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta.

ITEM Nº 17
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 14, para dar novo regulamento às inelegibilidades e à ação de impugnação de mandato.

Autoria: Senador Almeida Lima e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 18
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a possibilidade de instituição de cadastros de imóveis rurais por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; mantém a exigência de regularidade cadastral para fins de alienação de imóvel rural; transfere a competência para instituição e arrecadação do imposto territorial rural para os Estados e o Distrito Federal; e estabelece a possibilidade de legislação estadual ou distrital condicionar a alienação de imóvel rural à apresentação de certidão negativa de débito desse tributo.

Autoria: Senador Expedito Júnior e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Efraim Moraes.

Relatório: Contrário à matéria e à Emenda nº 1 apresentada pelo Senador Expedito Júnior.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à Proposta e à Emenda nº 1 de autoria do Senador Expedito Júnior.

ITEM Nº 19
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 3º do artigo 128 da Constituição, para dispor que os Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal sejam escolhidos pelos integrantes dos respectivos Ministérios Públicos.

Autoria: Senador Expedito Júnior e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta.

ITEM Nº 20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 6º da Constituição Federal para incluir o direito à busca da Felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, mediante a dotação pelo Estado e pela própria sociedade das adequadas condições de exercício desse direito.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Álvaro Dias.

Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO (SF) Nº 84, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Sociólogo **Bolívar Lamounier**, pela entrevista “A Classe C quer muito mais”, publicada na Revista Veja, em 24 de fevereiro de 2010.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO (SF) Nº 365, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jornalista, escritor e blogueiro **Orlando Farias** pelo lançamento, em Manaus, do oportuno livro “A Dança dos Botos”, um minucioso roteiro elucidativo de eleições no Amazonas.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO (SF) Nº 402, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao embaixador **Rubens Ricupero**, pelo lançamento, em Brasília, no dia 27 de abril de 2010, do livro “Diário de Bordo – A Viagem Presidencial de Tancredo”, editado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 24
REQUERIMENTO (SF) Nº 635, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Prefeito de Petrópolis/RJ, **Paulo Mustrangi**, pela inauguração da Estrada José Carneiro Dias, no dia 13 de junho de 2010, para ligar a região de Cascatinha à Estrada Mineira.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO (SF) Nº 641, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, Voto de Aplauso ao Mestre e Doutor em Educação, **Antônio Carlos Caruso Ronca**, por ter sido escolhido Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE no dia 8 de junho de 2010.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 26
REQUERIMENTO (SF) Nº 662, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Grupo KLB, **Kiko, Leandro e Bruno**, que tem se engajado na Campanha contra a Pedofilia.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 27
REQUERIMENTO (SF) Nº 683, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Cesar Asfor Rocha, pelo lançamento do livro “Cartas a um jovem Juiz – Cada processo hospeda uma vida”.

Autoria: Senador Arthur Virgílio e outros senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 28
REQUERIMENTO (SF) Nº 684, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Procurador **Carlos Alberto Souza de Almeida** por ocasião de sua posse, dia 7 de julho de 2010, no cargo de Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 29
REQUERIMENTO (SF) Nº 711, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais **Vitor Inácio Peixoto Parreiras Henriques** pela posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 30
REQUERIMENTO Nº 89 – CCJ, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados o senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil, e a senhora **Maria Fernanda Ramos Coelho**, Presidenta da Caixa Econômica Federal – CEF, a prestarem esclarecimentos sobre a crise no Banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil.

Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 31
REQUERIMENTO Nº 90 – CCJ, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2007, de autoria do Senador Augusto Botelho. Nestes termos, solicito que, para participarem da audiência pública acima citada sejam convidadas as seguintes autoridades: senhor **Dirceu Raposo de Mello**, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; senhor **Edmundo Klotz**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA; senhora **Rosana Radominsk**, Presidenta da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO; e senhor **Gilberto Laefer**, Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 32
REQUERIMENTO Nº 91 – CCJ, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 89, de 2010, que propõe a realização de audiência pública, a indicação dos seguintes convidados: um representante do **Banco Fator/KPMG**; e um representante da **Deloitte**.

Autoria: Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas).

Autoria: Deputado Vic Pires Franco

Relatoria: Senador Romero Jucá

Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLC nº 67, de 2009, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis.

Autoria: Senador Gerson Camata

Relatoria: Senador Osmar Dias

Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 477, de 2009, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5197, de 03 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.

Autoria: Fábio Feldmann

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Goldman

Relatoria: Senador Eliseu Resende

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável ao Projeto

Resultado: Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Almeida Lima

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário ao Projeto

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 14 da Lei nº 5700, de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal.

Autoria: CPI - ONGs - 2001 (SF)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatoria *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o sistema constitucional de composição de Tribunais.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko e outros

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Contrário à Proposta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário à Proposta. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy.

ITEM Nº 09
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta alínea c ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer, em benefício dos comprovadamente pobres, a gratuidade do registro da escritura pública do imóvel destinado à residência da família.

Autoria: Senador José Maranhão e outros

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Contrário à Proposta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário à Proposta.

ITEM Nº 10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal, para disciplinar a autorização de referendo e a convocação de plebiscito mediante iniciativa popular.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi e outros

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Votam vencido os Senadores Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, Valter Pereira e Edison Lobão.

ITEM Nº 11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Contrário à Proposta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário à Proposta.

ITEM Nº 12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Modifica o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, alterando a lista de biomas brasileiros, conforme classificação adotada pelo IBAMA.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Relatoria: Senadora Marina Silva

Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento dos Municípios Portuários.

Autoria: Senador Osmar Dias e outros

Relatoria: Senador Marco Maciel

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, contrário à Proposta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário à Proposta.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 298, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (Dispõe sobre criação do Estado do Planalto Central).

Autoria: Senador Francisco Escórcio e outros

Relatoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 230, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a realização de plebiscito sobre o pagamento da dívida pública externa brasileira, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Heloísa Helena e outros

Relatoria: Senador Adelmir Santana

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 417, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

Autoria: CPI - Bingos - 2004 (SF)

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Augusto Botelho

Relatoria: Senador Almeida Lima

Relatoria ad hoc: Senador Efraim Moraes

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Susta a eficácia das alterações promovidas pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008, no Anexo I do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Autoria: Senador Neuto De Conto

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatoria ad hoc: Senador Efraim Morais

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 19
AVISO Nº 206, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 833/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI do Judiciário para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do processo TRT-PA-1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, relativos à Portaria AP nº 1, de 25.05.99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatoria ad hoc: Senador Efraim Morais

Relatório: Pelo arquivamento do Aviso.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pelo arquivamento do Aviso.

ITEM Nº 20
AVISO Nº 22, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos na alínea "g" do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares em decisão definitiva por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no artigo 91 da Lei nº 8.443, de 1992, informa, ainda, que manterá a referida relação atualizada e disponível para consulta no site daquele Tribunal, de 1º de julho a 31 de dezembro de 2004.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Pelo arquivamento do Aviso.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pelo arquivamento do Aviso.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO Nº 92 – CCJ, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, na forma do disposto no art 58, § 2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Senhora **ERENICE ALVES GUERRA**, ex-Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República convidada para, em reunião desta Comissão, prestar esclarecimentos sobre as denúncias amplamente veiculadas pela revista *Veja* e outros órgãos de imprensa, notadamente o jornal *O Estado de S. Paulo*, de esquema de pagamento de propina envolvendo o senhor Israel Guerra e outros integrantes do governo, com a participação da Casa Civil da Presidência da República."

Autoria: Senador Alvaro Dias

Resultado: Rejeitado

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE
ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 28 – CAE, 2010 e nº 89 – CCJ – 2010, com a finalidade de prestar “esclarecimentos sobre a crise no Banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil”

PARTICIPANTES

Exmo. Sr. **Henrique Meirelles** – Presidente do Banco Central do Brasil;
Sra. **Maria Fernanda Ramos Coelho** - Presidente da Caixa Econômica Federal.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN

(Projeto de Lei de Orçamentária Anual)

NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro)

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 93 – CCJ, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

“Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença de seu presidente, LUCIANO COUTINHO.”

Autoria: Senador Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 94 – CCJ, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

“Requeiro, nos termos Regimentais, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências, com a presença das pessoas listadas a seguir: JOSÉ JORGE, Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU; EMANUEL SOARES CARNEIRO, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; AMILCARE DALLEVO JÚNIOR, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA; CARLOS ALKIMIM, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Programadores de Televisão por Assinatura - ABPTA; ALEXANDRE ANNENBERG, Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA.

Autoria: Senador Antonio Carlos Júnior.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 95 – CCJ, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

“Requeiro nos termos do art. 93, inc. I do regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCT, a CMA, a CAE e a CE, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABRA), Sr. AMILCARE DALLEVO JUNIOR; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. EMANUEL CARNEIRO; **Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL)**, Sr. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. MANOEL

RANGEL; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Sr. ALEXANDRE ANNENBERG; e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. CARLOS ALKIMIM.”

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 96 – CCJ, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

“Nos termos regimentais, requeiro realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2007, que “ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências”, convidando: um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA; um representante da Casa Civil da Presidência da República; um representante do Comando do Exército Brasileiro; um representante da Secretaria de Patrimônio da União; um representante da Advocacia Geral da União – AGU.”

Autoria: Senador Romero Jucá

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Deliberativa: 03
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 94
Requerimento – CCJ: 08
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 09
Projeto de Decreto Legislativo (SF): 05
Emenda – CCJ: 13
Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 04
Proposta de Emenda à Constituição (não terminativo): 24
Projeto de Resolução “SF” (não terminativo): 01
Requerimento “SF” (não terminativo): 09
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 03
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 09
Aviso “SF” (não terminativo): 02
Emenda de Plenário (não terminativo): 01
Turno Suplementar (terminativo): 02

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE
Presidente: Senadora Fátima Cleide
Vice Presidente: Senadora Marisa Serrano

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2010
TERMINATIVO

Institui o Plano Nacional de Cultural – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

Autoria: Deputados Gilmar Machado e Iara Bernardi.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2004

TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 (Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Especializado aos Portadores de Deficiência – PAED).

Autoria do Projeto: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Obs: Durante o turno suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo, nos termos do artigo 282, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

TEM Nº 03
EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.253-B de 2008 do Senado Federal (PLS nº 237/07, na Casa de Origem), que inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senadora Serys Slhessarenko.

Relatoria: Senadora Níura Demarchi.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Emenda.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater os resultados da campanha 1 Gol – Educação para Todos, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Francisco das Chagas Fernandes**, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação; senhor **Daniel Cara**, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; senhor **Roberto Franklin Leão**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação – CNTE; representante da **União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME**; e representante do **Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSEED**.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal o professor **Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Educação, para prestar esclarecimentos sobre o ENEN – Exame Nacional do Ensino Médio, realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2010.

Autoria: Senadores Marisa Serrano e Romero Jucá.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação dos resultados do III Caucus Internacional e da COP-10 para Povos Indígenas, com a presença dos seguintes convidados: senhora **Maria Auxiliadoras da Silva**, Povo Indígena Baré; senhora **Maria Miquelina B. Machado**, Povo Indígena Tukano; senhor **Daniel Monteiro Costa**, Povo Indígena Munduruku; senhora **Lúcia Fernanda Inácio Belfort**, Povo Indígena Kaingang; e senhor **Mariano Marcos Terena**, Povo Indígena Terena.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a formação inicial e continuada dos profissionais de educação, com a presença dos seguintes convidados: senhora **Edla Lima Soares**, Relatora do Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre o Censo Normal de Nível Médio; senhor **Francisco Aparecido Cordão**, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; senhor **Roberto Franklin Leão**, Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação; representante da **Comissão de Educação da Câmara dos Deputados**; representante do **Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED**; e representante da **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME**.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater os Acordos Internacionais e o Reconhecimento de Certificações entre Países da Comunidade de Língua Portuguesa, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Amandio Silva**, Presidente da Mares Navegados; senhor **Domingos Simões Pereira**, Embaixador de Cabo Verde; senhora **Lúcia Helena de Sá**, da Casa Brasil Agostinho Silva; e senhor **Sam Cyrus**, do Movimento Internacional Lusófono.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos II e V e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a finalidade de discutir o tema “Bullying Homofóbico nas Escolas”. Serão convidados: senhor **Jean Willys**, Educador e Deputado Federal; senhor **Carlos Laudari**, Diretor da Pathfinder do Brasil; senhora **Luma Andrade**, Doutoranda em Educação; senhor **Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Educação; senhor **Vincent Defourny**, representante da UNESCO no Brasil; e senhor **Beto de Jesus**, Diretor da ABGLT.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2010 – CE

De acordo com o que preceitua os artigos 90, incisos II e V e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema “Primeira Infância e Cultura da Paz”.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2010 – CE

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo senhor **Ministro de Estado da Educação**, informações a respeito das seguintes questões: 1. Quais as providências tomadas pelo Ministério da Educação – MEC diante dos problemas enfrentados pela a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA? 2. Como se encontra o processo de saneamento financeiro da ULBRA? 3. Em que circunstâncias o MEC tomou conhecimento do acordo entre a ULBRA e a Escola Global de Educação Avançada – EGEA para o desenvolvimento de ações de educação a distância? 4. Quais providências vêm sendo tomadas pelo

MEC diante do rompimento do referido acordo pela ULBRA, bem como das dificuldades enfrentadas por alunos, professores e funcionários da EGEA?

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2010 - CE.

Autoria: Senadores Marisa Serrano e Romero Jucá.

Assunto: Debate sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

PARTICIPANTE:

Senhor **Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Educação.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 42, de 2010 – CE e 62, de 2010 – CAS.

Autor: Senadoras Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini.

Assunto: Debate sobre a Primeira Infância e Cultura da Paz.

PARTICIPANTES:

Senhor **Bernard Golse**, Chefe do Serviço de Psiquiatria Infantil Hospital Necker-Enfants Malades – Paris/França;

Senhor **Sylvain Missonier**, do Instituto de Psicologia Universidade Paris V – Paris/França; e

Senhora **Elvidina Nabuco Adamson-Macedo**, da Universidade de Wolverhampton – Wolverhampton/Inglaterra.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.

Autoria: Deputado Zezéu Ribeiro

Relatoria ad hoc: Senadora Marisa Serrano

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, na forma da Emenda nº 01 – CE (Substitutivo).

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais com terceiros, para fins de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.

Autoria: Senador César Borges

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a letra "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal. (A escolha dos Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabatinados pelo Senado Federal, após audiência prévia da Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República).

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 407, de 2005; 308 de 2007; e 587 de 2007, que tramitam em conjunto

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2005

Altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, de forma a dispor que o Senado Federal aprove o nome dos indicados para compor o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Autoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 242, de 2005; 308 de 2007; e 587 de 2007

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2007

Dispõe, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, sobre a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha das autoridades máximas das autarquias e fundações que se enquadram nos critérios mencionados.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 407, de 2005; 242 de 2005; e 587 de 2007

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, DE 2007

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para revogar a determinação de apreciação prévia pelo Senado Federal da escolha dos diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Autoria: Senador Delcídio Amaral

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 407, de 2005; 308 de 2007; e 242 de 2005

Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição do presente projeto e dos PLS 407, de 2005; 308 de 2007; e 242 de 2005, que tramitam em conjunto

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Autoria: Deputada Perpétua Almeida

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Favorável ao presente projeto, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição dos PLS 294/04, PLS 219/05, PLS 353/07, PLS 368/08 e PLS 376/09, que tramitam em conjunto

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2004

Dá nova redação à alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República.

Autoria: Senador Delcídio Amaral

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 219/05, PLS 353/07, PLS 368/08 e PLS 376/09, e pela aprovação do PLC 109/06, na forma do substitutivo oferecido

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2005

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea "e" do respectivo art. 38, denominado VOZ DO BRASIL.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 294/04, PLS 353/07, PLS 368/08 e PLS 376/09, e pela aprovação do PLC 109/06, na forma do substitutivo oferecido

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2007**

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa "A Voz do Brasil".

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2008**

Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 294/04 PLS 219/05, PLS 353/07, e PLS 376/09, e pela aprovação do PLC 109/06, na forma do substitutivo oferecido

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2009**

Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. (Dispõe sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita da radiodifusão).

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e dos PLS 294/04 PLS 219/05, PLS 353/07, e PLS 368/08, e pela aprovação do PLC 109/06, na forma do substitutivo oferecido

Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição do presente projeto e dos PLS 294/04 PLS 219/05, PLS 353/07, e PLS 368/08, e pela aprovação do PLC 109/06, na forma da Emenda nº 01 (Substitutivo).

**ITEM Nº 05
REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 44 – CE, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004, que "Dá nova redação à alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República"; Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea "e" do respectivo art. 38, denominado VOZ DO BRASIL"; Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa "A Voz do Brasil"; Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008, que "Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece."; Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, que "Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. (Dispõe sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita da radiodifusão)."

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Resultado: Aprovado

**ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 45– CE, DE 2010**

NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do art. 93, inc. II do regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCT, a CMA, a CAE e a CCJ, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Sr. Amilcare Dallevo Junior; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), SR. Alexandre Annenberg; e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), SR. Carlos Alkimim.

Autoria: Senadores Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Alvaro Dias

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anual)
NÃO TERMINATIVO**

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Resultado: Foram aprovadas 4 (cinco) emendas

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2010 - CE.

Autoria: Senador Fátima Cleide

Assunto: Bullying Homofóbico nas Escolas

PARTICIPANTES

Sr. André Luiz de Figueiredo Lázaro - Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação - SECAD/MEC

Sr. Beto de Jesus - Secretário da Região Sudeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT

Sr. Célio da Cunha - Professor e Consultor da UNESCO para a área de Educação

Sr. Jean Wyllys - Jornalista, Professor e Deputado Federal eleito pelo Estado do Rio de Janeiro

Sra. Luma Nogueira de Andrade - Presidente da Associação Russana da Diversidade Humana – ARDH

Sr. Carlos Augusto Laudari - Diretor da Associação Pathfinder do Brasil

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 38, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei do Plano Plurianual)
NÃO TERMINATIVO**

Relatoria: Senador José Nery

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro) emendas

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 698, DE 2007
TERMINATIVO

Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Patrícia Saboya

Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria ad hoc: Senador José Nery

Relatório: Favorável, com a emenda 01-CAE/CAS com a subemenda apresentada e oferecendo, ainda, emendas de sua autoria

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CAE/CAS/CE, a Subemenda nº 01-CE a Emenda nº 01-CAE/CAS/CE, aprovando ainda as Emendas nº 02-CE, 03-CE, 04-CE, 05-CE e 06-CE

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2009 - Consolidação
NÃO TERMINATIVO

Consolida a legislação de cultura.

Autoria: Senador Augusto Botelho

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria ad hoc: Senador Marco Maciel

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, com as Emendas nº 01-CE, 02-CE, 03-CE, 04-CE, 05-CE e 06-CE

ITEM Nº 03
AVISO Nº 61, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.201/2008, proferido dos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos Estados e Municípios.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pelo conhecimento da matéria e pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 345/06 que tramita em conjunto

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto de Importação, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo

Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios.

Autoria: Senador Cristovam Buarque, Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e favorável ao PLS 86/04 na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pela rejeição do presente projeto, e pela aprovação do PLS 86/04, na forma da Emenda nº 01 – CE (Substitutivo).

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 46– CE, 2010 (Em aditamento ao Requerimento nº 45/10-CE) NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2010 - CE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requeiro também seja convidado para participar da Audiência Pública conjunta para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 47– CE, 2010 NÃO TERMINATIVO

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeir urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2009, que “Consolida a legislação de cultura.”

Autoria: Senador Flávio Arns

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 48– CE. 2010 (Em aditamento ao Requerimento nº 45 – CE, DE 2010) NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2010 – CE, de realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas. Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Sr. José Jorge; Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (SIAESP), Sr. Roberto Moreira; Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro (SICAV-RJ), Sra. Marisa Leão; e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), SR. Carlos Ari Sunenfeld; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Sr. Ronaldo Mota Sardenberg.

Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns

Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 08

Ordinária – Deliberativa: 03

Ordinária – Audiência Pública: 01

Extraordinária – Deliberativa: 02

Extraordinária – Audiência Pública: 01

Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 57

Requerimento – CE: 13

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 13

Emendas e Subemenda – CE: 16

Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 04

Emenda da Câmara dos Deputados (não terminativo): 01

Emendas ao PL Nº 38/2010 (PLOA): 04

Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02

Aviso: 01

Turno Suplementar (terminativo): 01

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Renato Casagrande

Vice Presidente: Senador Cícero Lucena

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia.

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Relatório: Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CMA (substitutivo

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 29– CMA, DE 2010

Requer, nos termos do disposto no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao senhor **Ministro de Estado das Relações Exteriores** pedido de informação sobre o estágio em que se encontram as negociações de uma convenção sobre direitos do consumidor, que tiveram início por ocasião da Sétima Conferência Interamericana Especializada em Direito Internacional Privado – CIDIP-VII da Organização dos Estados Americanos – OEA.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

ITEM Nº 02

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera os artigos 4º e 11, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para otimizar o funcionamento das agências reguladoras em atenção ao interesse público e à proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 03

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a proteção do consumidor em operações realizadas por meio eletrônico.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 04

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para admitir que o juiz conheça de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, das normas dispostas no Código de Defesa do Consumidor, bem como para determinar ao juiz que conheça, de ofício, da abusividade das cláusulas contratuais, inclusive nos contratos bancários.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 05

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Acrescenta § 2º ao artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o manual de instrução.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 06

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera os incisos I e II do artigo 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dobrar os prazos de reclamação pelos vícios aparentes e de fácil constatação nas relações de consumo.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 07

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Acrescenta o § 10 ao artigo 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dar prioridade aos processos coletivos de natureza consumerista no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 08

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a publicidade de alimentos ao público infantil.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 09

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o aviso de risco aos consumidores relativo ao alto grau de nocividade ou periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo, e dá outras providências.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 10

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Acrescenta o artigo 90-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir eficácia de título executivo extrajudicial às transações referendadas por qualquer dos órgãos públicos de defesa do consumidor.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 11

ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera o artigo 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aumentar a eficácia dos mecanismos de sanção aplicáveis pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

ITEM Nº 12
ANTEPROJETO DO SENADO Nº , DE 2010 – CMA

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a multa civil.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF).

Resultado: Aprovada a apresentação.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010, CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (SF); DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CD); DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (CD) E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (CN)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao artigo 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assunto: Exposição do Presidente do Banco Central do Brasil, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das Políticas Monetárias, Creditícia e Cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º Semestre de 2009 e 1º Semestre de 2010.

PARTICIPANTE:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anual)
NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador Jefferson Praia

Resultado: Foram aprovadas 5 (cinco) emendas

2ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Gilberto Goellner

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Projeto

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.

Autoria: Deputado Deley

Relatoria: Senador Jefferson Praia

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda Substitutiva nº 1 que apresenta

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA (substitutiva), com abstenção da senadora Marina Silva.

ITEM Nº 03

**REQUERIMENTO Nº 30 - CMA, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater o PLC nº 1, de 2010, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com os seguintes convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente;
- Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM;
- Representante do Instituto Socioambiental – ISA

Autoria: Senadora Marina Silva

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04

**REQUERIMENTO Nº 31- CMA, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater a implementação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima e sua regulamentação; os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (COP15), que ocorreu em Copenhague, no ano passado; assim como discutir as posições e os novos compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a COP 16 que acontecerá no México este ano. com os seguintes convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante da Casa Civil da Presidência da República;
- Representante do Meio Ambiente;
- Representante do Greenpeace e
- Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

Autoria: Senadora Marina Silva

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05

**REQUERIMENTO Nº 32, DE 2010-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do art. 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCJ, a CCT, a CAE e a CE, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, que “define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais”.

- Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Sr. Amilcare Dallevo Junior;
- Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Emanuel Carneiro;
- Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira;
- Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel.
- Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Sr. Alexandre Annenberg; e
- **Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. Carlos Alkimim.**

Autoria: Senadora Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2010-CMA, com o objetivo de debater a implementação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima e sua regulamentação; os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (COP15), que ocorreu em Copenhague, no ano passado; assim como discutir as posições e os novos compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a COP 16 que acontecerá no México este ano.

PARTICIPANTES

Sr. **Sérgio Barbosa Serra** - Embaixador Extraordinário para Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores;

Sr. **Johaness Eck** - Sub-Chefe Adjunto na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República;

Sra. **Branca Americano** - Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente;

Sr. **Marcelo Furtado** - Diretor Executivo do Greenpeace Brasil e

Sra. **Paula Bennati** - Consultora da Confederação Nacional da Indústria.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer a necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos para a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF)

Relatoria: Senador Valter Pereira

Relatoria "ad hoc": Senador Jefferson Praia

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão contrário ao Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 8º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos.

Autoria: Senador César Borges

Relatoria: Senadora Marisa Serrano

Relatório: Contrário ao Projeto.

Relatoria “ad hoc”: Senador Jefferson Praia

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Disciplina a comercialização de tintas embaladas em recipiente fechado capaz de emitir spray.

Autoria: Deputado Vic Pires Franco

Relatoria: Senador Adelmir Santana

Relatório: Prejudicialidade do Projeto.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 32 - CMA, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 32, de 2010 – CMA, de realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas: Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Sr. José Jorge; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Sr. Ronaldo Mota Sardenberg; Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (SIAESP), Sr. Roberto Moreira; Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro (SICAV-RJ), Sra. Marisa Leão; e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), SR. Carlos Ari Sundfeld.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 32 - CMA, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento nº 32, de 2010 – CMA, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requeiro também que seja convidado para participar da Audiência Pública conjunta para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema.

Autoria: Senadores Sérgio Zambiasi e Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Ordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 30
Aditamentos e Requerimento – CMA: 06
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Emenda – CMA: 02
Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 05
Anteprojeto – CMA: 11
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 03

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA
USINA DE BELO MONTE – CMABMONTE

Presidente: Senador Flexa Ribeiro
Vice Presidente: Senador Renato Casagrande

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010**ITEM ÚNICO**
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010-CMABMONTE

Requer, nos termos do art. 58, §2, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir as notícias veiculadas na mídia sobre problemas na obtenção das licenças necessárias para permitir o início da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Nestes termos, solicito que, para participarem da audiência pública acima citada sejam convidadas as seguintes autoridades:

- Sr. Marcio Pereira Zimmermann - Ministro de Minas e Energia;
- Sr. Abelardo Bayma Azevedo – Presidente do IBAMA;
- Dr. Ubiratan Cazetta - Procurador Chefe da República no Pará;
- Sr. Carlos Nascimento – Diretor Presidente do Consórcio Norte Energia;

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento CMABMONTE: 01

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador Cristovam Buarque.

Vice Presidente: Senador José Nery.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO**
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anual)
NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Foram aprovadas 3 (três) emendas

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01**
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual.

Autoria: Deputado EDUARDO BARBOSA

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto e a Emenda nº 01 – CDH.

ITEM Nº 02
- PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências.

Autoria: Deputada SANDRA ROSADO e outros

Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatório: Pela Rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais.

Autoria: Deputado Luciano Zica

Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatório: Pela Aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto.

ITEM Nº 04
OFÍCIO “S” Nº 5, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pelo arquivamento da matéria.

ITEM Nº 05
OFÍCIO “S” Nº 7, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha material referente ao acompanhamento de denúncia de seqüestro de duas crianças brasileiras.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pelo arquivamento da matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares.

Autoria: Senador Valter Pereira

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto e a Emenda nº 01, 02 e 03 – CDH.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto e a Emenda nº 01 – CDH.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 570, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens - Projovem.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para criar o auxílio-tratamento à família com criança ou adolescente em tratamento de neoplasia maligna ou da síndrome da imunodeficiência adquirida (aids).

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto e a Emenda nº 01 – CDH (Substitutivo).

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para prever o pagamento de um Benefício de Prestação Continuada adicional à pessoa com deficiência que viva com apenas um dos pais ou responsável legal, sem outros rendimentos.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda aprovada pela Comissão de Serviços e Infraestrutura - CI.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto e a Emenda nº 01 – CI/CDH.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Mão Santa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham bisfenol-A em sua composição.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência físicas, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romeu Tuma

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao projeto com a Emenda nº 01 – CDH.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 34-CDH, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Assunto: “Requeiro a realização de audiência pública, a fim de instruir a SUG nº 1/2010 – Que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências. Para tanto gostaríamos que fossem convidadas as pessoas a serem indicadas por este senador.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 35-CDH, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Assunto: “Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Tema “A Relação com o Trabalhador na Indústria de Alimentação – Frigorífico Aviário”. Para tanto gostaríamos que fossem convidados as pessoas constantes da lista anexa e outros a serem definidos pela própria comissão.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Ordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 27
Requerimento CDH: 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 09
Emendas CDH: 08

Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 03
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 03
Ofício "S": 02

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador Eduardo Azeredo

Vice Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 292, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor **Carlos Alfredo Lazary Teixeira**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO (SF) Nº 866, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Requer, com fundamentação na Resolução nº 2, de 2007 – CN, e nos termos do artigo 40, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno do Senado Federal, a formalização da indicação para participar da Sétima Assembléia Plenária do FIPA (Fórum Interparlamentar das Américas), representando o Senado Federal nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2010, na cidade do México – México.

Autoria: Senador Mão Santa.

Relatoria: Senador João Faustino.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO (SF) Nº 868, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 12 de novembro de 2010, para fins de representar a Casa no encontro com o Senador Gilberto Bonalumi, Presidente da RIAL – Rede Itália América Latina, em Milão, na Itália; e comunica, nos termos do artigo 39, que estará ausente do país no período da noite de 11 até a manhã do dia 16 de novembro de 2010.

Autoria: Senador Alfredo Cotait.

Relatoria: Senador João Faustino.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Requerimento.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 151, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 261, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor ANTENOR AMÉRICO MOURÃO BOGÉA FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gilvam Borges

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável com a Emenda nº 01 – CRE.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 275, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 276, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RONALDO DE CAMPOS VERAS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador João Ribeiro

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 29 – CRE, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados os Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados do Acre, de Rondônia e do Mato Grosso para exporem, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, sobre a situação conjuntural dos respectivos Estados

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM ÚNICO

**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anual)
NÃO TERMINATIVO**

Relatoria: Senador Heráclito Fortes

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro) emendas

2ª PARTE

ITEM Nº 01

**MENSAGEM (SF) Nº 294, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloizio Mercadante

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

ITEM Nº 02

**MENSAGEM (SF) Nº 296, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Heráclito Fortes

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

ITEM Nº 03

**REQUERIMENTO Nº 30 – CRE, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado voto de solidariedade ao Embaixador do Brasil na Argentina, Senhor ENIO CORDEIRO, em razão do tratamento dispensado a Sua Excelência pelo Senhor GUILLERMO MORENO, Secretário de comércio do governo daquele país, segundo fatos amplamente divulgados pela imprensa nacional e internacional.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

**MENSAGEM (SF) Nº 244, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 293, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Ordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Deliberativa: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 19
Requerimento CRE: 02
Emenda CRE: 01
Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 04
Mensagens “SF” (não terminativo): 09
Requerimento “SF” (não terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA -
CREPAFF

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

Vice Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 27 – CRE, 2010

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Assunto: A situação conjuntural dos Estados de Tocantins, Roraima e Amapá

PARTICIPANTES:

Deputado Júnior Coimbra - Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins

Deputado Antonio Mecias Pereira de Jesus - Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima

TOTAL DE REUNIÕES: 01

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice Presidente: Senador Eliseu Resende

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer requisitos de segurança para o transporte de rochas ornamentais.

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti

Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Shlessarenko

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
OFÍCIO "S" Nº 03, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do §1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada para a Prestação de Serviços de Manutenção e Modernização da Frota da Linha 8 - Diamante da CPTM.

Autoria: Governador do Estado de São Paulo

Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner

Relatório: Favorável ao conhecimento do Ofício "S" nº 03, de 2010 e posterior arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao conhecimento do Ofício "S" nº 03, de 2010, e posterior arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.

ITEM Nº 03
OFÍCIO "S" Nº 15, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.472 de 1997, Relatório da Ouvidoria da ANATEL, contendo apreciações sobre a atuação daquele Órgão.

Autoria: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Relatoria "ad hoc": Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável ao conhecimento do Ofício "S" nº 15, de 2010 e posterior encaminhamento do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao conhecimento do Ofício "S" nº 15, de 2010 e posterior encaminhamento do processado ao arquivo.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anula)
NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador Delcídio Amaral

Resultado: Foram aprovadas 6 (seis) emendas.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 09
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 06
Ofício "S" (não terminativo): 02

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Neuto de Conto
Vice Presidente: Senador César Borges

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**NÃO HOUVE APRECIÇÃO DE MATÉRIAS****REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, com os balanços do Fundo devidamente auditados e outros documentos referentes ao exercício de 2009.

Autoria: Banco da Amazônia

Relatoria: Senador Jefferson Praia

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2010, do Banco da Amazônia - BASA, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2010, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao Arquivo do Congresso Nacional.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços da venda de material de construção destinadas a execução de programas e projetos de construção e/ou reforma de habitação popular

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Papaléo Paes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.

Autoria: Senador Jefferson Praia

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN**

(Projeto de Lei de Orçamentária Anual)
NÃO TERMINATIVO

Relatoria ad hoc: Senadora Lúcia Vânia

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro)

TOTAL DE REUNIÕES: 03

Extraordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 08

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03

Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 04

Ofício "S": 01

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Valter Pereira

Vice Presidente: VAGO

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Gilberto Goellner

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada na Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada na CAS.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, DE 2009,

NÃO TERMINATIVO

Estende os incentivos especiais de que trata a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que tem como atividade o cultivo de espécies frutíferas nativas.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Augusto Botelho

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as emendas nºs 1 a 4 que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1–CRA a 4-CRA.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 20 - CRA, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com o objetivo de apresentar os trabalhos da **EMBRAPA** realizados no exterior e, assim, subsidiar a discussão e votação da **MP 504/2010**, com a participação dos seguintes convidados:

- **Sr. Pedro Arraes** – Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - **EMBRAPA**;

- **Ministro Marco Farani** – Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - **ABC**;

Autoria: Senador Gilberto Goellner.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 21 - CRA, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 62, de 2009-CRA, aprovado em 17 de novembro de 2009, nos termos do inciso V, § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos III e V e 93 inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja **convocado** o **Presidente do IBGE**, Sr. Eduardo Pereira Nunes, **o qual não encontrou espaço em sua agenda para atender aos diversos convites desta Comissão**, para participar de Audiência Pública com o objetivo de debater as inconsistências no censo agropecuário.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anula)
NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador Gilberto Goellner

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro)

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao **Requerimento nº 11, de 2010-CRA**, aprovado em 4/5/2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de analisar e debater os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país;

PARTICIPANTES

Sr. **Luiz Cláudio Meirelles** – Gerente-Geral de Toxicologia – GGTOX – Representante do Sr. **José Agenor Álvares da Silva** – Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**;
Professor Doutor **Geraldo Papa** – Professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – **UNESP de Ilha Solteira** e Doutor em **Entomologia**.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 22 - CRA, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2010-CRA, aprovado em 04 de maio de 2010, nos termos do inciso V, § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos III e V e 93 inciso II, ambos Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o **Senhor José Agenor Álvares da Silva– Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, para participar de Audiência Pública com o objetivo de debater os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país.

A oportunidade apresenta sugestão no sentido de que também sejam convidados para participar da audiência pública:

- representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**;
- representante da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos- **AENDA**; e
- representante da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03

Extraordinária – Deliberativa: 02

Extraordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 13

Requerimentos CRA: 03

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02

Emendas CRA: 04

Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 04

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA - CCT**

Presidente: Senador Flexa Ribeiro

Vice Presidente: Senador Roberto Cavalcanti.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2010 – CCT.****Autoria:** Senador Flexa Ribeiro.**Assunto:** Celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, e debater o Relatório Mundial sobre Ciências, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e que dedica todo um capítulo ao Brasil**PARTICIPANTES:**Senhor **Vincent Defourny**, representante da UNESCO no Brasil;Senhor **Carlos Henrique de Brito Cruz**, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e co-elaborador do capítulo dedicado ao Brasil, no Relatório Mundial sobre Ciências;Senhor **Roosevelt Tomé Silva Filho**, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social; eSenhor **Jailson Bittencourt de Andrade**, Professor Titular da Universidade Federal da Bahia – UFBA e Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC.**Resultado:** Realizada.**REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2005
NÃO TERMINATIVO**

Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, de forma a conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Autoria: Senador Papaléo Paes**Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior**Relatório:** Favorável**Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável, com as emendas nº 01 a 03 - CCT, apresentadas durante a discussão pelo Senador Acir Gurgacz.**ITEM Nº 02****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Roseana Sarney**Relatoria:** Senador Papaléo Paes**Relatório:** Favorável, nos termos do substitutivo aprovado pela CAS, com a subemenda que apresenta, e

pela rejeição do PLS 229, de 2008, que tramita em conjunto.

TRAMITANDO EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Papaléo Paes

Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo aprovado pela CAS, com a subemenda que apresenta, e pela rejeição do PLS 229, de 2008, que tramita em conjunto.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 211, de 2004, na forma da emenda n.º 01 – CAS/CCT (Substitutivo) e pela rejeição do PLS 229, de 2008, que tramita em conjunto, conforme relatório reformulado, durante a discussão, pelo Relator, Senador Papaléo Paes.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 531, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA ALTO DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Favorável, com duas emendas que apresenta

Resultado: Aprovado o projeto com as emendas n.ºs 01 e 02 – CCT

ITEM Nº 04

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 507, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO ANDRADINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gerson Camata

Relatoria ad hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 05

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 419, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ABATIAENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abatiá, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 06

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 423, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à MORIÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florai, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 07

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 424, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BRASIL SUL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 08

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 552, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ASSUNÇÃO DE JALES SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jales, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria ad hoc: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 09

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 561, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA NORTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria ad hoc: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DE INIMUTABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inimutaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 466, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA ALIANÇA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto, com voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti

ITEM Nº 12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 480, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARILAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilac, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 481, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE CARMO DO RIO CLARO E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE MEDEIROS NETO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medeiros Neto, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 461, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, ESPORTIVA E RECREATIVA DE JUSSARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 462, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RECREATIVA E CULTURAL DE BARRA DA ESTIVA - ACRCBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 465, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA LUZ DO SERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uauá, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 486, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA SEMEANDO VITÓRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, DE 2008
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTANHESA MENINO JESUS DE PRAGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Hélio Costa

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 20

**- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 305, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à WEB COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Hélio Costa

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 499, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO BEL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Hélio Costa

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 500, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RENASCENÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador Roberto Cavalcanti

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 503, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador Roberto Cavalcanti

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 544, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga concessão à CDIN - CANAL DIGITAL INTERNACIONAL DE NOTÍCIAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador Roberto Cavalcanti

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 455, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA JOVEM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria ad hoc: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto, com voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti

ITEM Nº 26

**- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 438, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à XARAÊS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Delcídio Amaral

Relatoria ad hoc: Senador Marco Maciel

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 445, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM D.A. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Delcídio Amaral

Relatoria ad hoc: Senador Marco Maciel

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 528, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MATEIROS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mateiros, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Leomar Quintanilha

Relatoria ad hoc: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 526, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marianópolis do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria ad hoc: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 30

**REQUERIMENTO Nº 23, DE 2010-CCT
NÃO TERMINATIVO**

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para debater o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) em elaboração pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, tendo como convidados os Senhores Marcelo Bechara, Procurador-Geral da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil e Walter José Faia de Moura, Presidente do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Autoria: Senador Antonio Carlos Júnior

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2005

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar.

Autoria: Deputado Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Favorável na forma do substitutivo oferecido e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 154/07, 542/07, 625/07 e 735/07, que tramitam em conjunto.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para impor ao fornecedor a disponibilização, nos contratos formalizados por meio eletrônico, de opção para cancelamento de contratos de fornecimento de produtos e de serviços.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 542, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fac-símile, correio de voz, internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico (call centers).

Autoria: Senador Marcelo Crivella

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.

Autoria: Senador João Durval

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 735, 200 DE 7
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o Serviço de Atendimento Pessoal ao Consumidor pelos fornecedores que oferecem atendimento em balcão, por telefone, internet ou outra forma de telecomunicação eletrônica.

Autoria: Senador Romeu Tuma

Resultado: Aprovado o parecer na forma da Emenda nº 01 – CCT (Substitutivo) e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 154/07, 542/07, 625/07 e 735/07, que tramitam em conjunto

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2005
NÃO TERMINATIVO**

Regulamenta as relações entre a Internet e a propaganda eleitoral e dá outras providências.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria: Senador Marco Maciel

Relatório: Pela prejudicialidade dos PLS 148/05 e 291/08, que tramita em conjunto

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Resultado: Aprovado o parecer pela prejudicialidade dos PLS 148/05 e 291/08, que tramitam em conjunto

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 24 - CCT, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do sobrestamento do **Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2010** que “Aprova o ato que outorga permissão à SUPER RÁDIO DM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo”, para juntada do Despacho do Ministro de Estado das Comunicações, proferido em 26 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto p.p. e recebido por esta CCT, com o prosseguimento da análise daquela proposta legislativa, nos termos regimentais.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 553, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE ASSIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relator: Senador Renato Casagrande

Relatoria ad hoc: Senador Gerson Camata

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 590, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA DE PRODUTORES RURAIS DE BREJETUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejetuba, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relator: Senador Renato Casagrande

Relatoria ad hoc: Senador Gerson Camata

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 425, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CORUPÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 426, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PALMA SOLA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma Sola, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 08

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 430, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE TUNÁPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

**ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 474, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CAPINZAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

**ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 524, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA GRUPO MANOEL MARCHETTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

**ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 493, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à VALE VERDE COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

**ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 496, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JERUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

**ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 514, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA TORRE DE PEDRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torre de Pedra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 327, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto, com abstenção do Senador Roberto Cavalcanti

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 488, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RIO ALEGRE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relator: Senador Antonio Carlos Junior

Relatoria ad hoc: Senador Gilberto Goellner

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 492, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PAUBRASILIENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau Brasil, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relator: Senador Antonio Carlos Junior

Relatoria ad hoc: Senador Gilberto Goellner

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 562, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FM SERTANEJA DE ABARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaré, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relator: Senador Antonio Carlos Junior

Relatoria ad hoc: Senador Gilberto Goellner

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 549, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO BOM JESUS DE CUIABÁ para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gilberto Goellner

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 556, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gilberto Goellner

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 508, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NEW LIFE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mercedes, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria ad hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Obs.: Na reunião do dia 17/11/10 foi concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.

Resultado: Aprovado o projeto, com voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti

ITEM Nº 21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 554, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA THATHI DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gerson Camata

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 589, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PIONEIRA AGUIABRANQUENSE DE RADIODIFUSÃO PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águia Branca, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gerson Camata

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 389, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Hélio Costa

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 444, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita D'Oeste, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Hélio Costa

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 467, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SERRA GERAL SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Hélio Costa

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 456, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO RECANTO DOS PINTADOS - ASSOPINTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corguinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Delcídio Amaral

Relatoria ad hoc: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 509, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA E RECREAÇÃO "ADVENTO" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 510, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 533, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatoria ad hoc: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 473, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto

ITEM Nº 31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 41-A e 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a distribuição de parte dos recursos do Fundo Partidário proporcionalmente ao número de candidatas eleitas pelos partidos no pleito para a Câmara de Deputados.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Papaléo Paes

Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do PLS 241/09 e do PLS 366/09, e favorável, com as emendas apresentadas, ao PLS 93/10

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de regular a realização de pesquisas eleitorais com maior precisão nos dias que antecedem às eleições.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

Resultado: Pela declaração de prejudicialidade do PLS 241/09 e do PLS 366/09, e favorável ao PLS 93/10, com as emendas n.º 01 a 06 – CCT, onde destas, 04 (quatro) foram apresentadas durante a discussão pelo Senador Eduardo Azeredo

ITEM Nº 32

REQUERIMENTO Nº 25-CCT, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do art. 93, inc. II do regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCJ, a CMA, a CAE e a CE, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Sr. Amilcare Dallevo Junior; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel. Presidente Executivo da

Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), SR. Alexandre Annenberg; e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), SR. Carlos Alkimim.

Autoria: Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 33
REQUERIMENTO Nº 26– CCT, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento nº 25, de 2010 – CCT, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requeiro também seja convidado para participar da Audiência Pública conjunta para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)
ITEM ÚNICO
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PL Nº 59, DE 2010 – CN
(Projeto de Lei de Orçamentária Anula)
NÃO TERMINATIVO

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Resultado: Foram aprovadas 3 (três) emendas.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 87
Requerimento – CCT: 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 12
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 54
Emendas CCT: 13
Emendas ao PL Nº 59/2010 (PLOA): 03
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC
Presidente Eventual: Senador Marco Maciel.
Vice Presidenta: VAGO.
Relator: VAGO.

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 44
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 380

[illegible]

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Romero Jucá, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Níura Demarchi, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, da Senadora Fátima Cleide. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Cavalcanti, tendo falta justificada em virtude de estar em missão oficial, Marcelo Crivella, tendo falta justificada em virtude de estar em missão oficial, César Borges, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Gerson Camata, Pedro Simon, Renan Calheiros, Efraim Morais, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, tendo falta justificada em virtude de estar em missão oficial, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Antes de iniciar os trabalhos da Comissão, é realizada a aposição do Retrato do Senador Aloizio Mercadante na galeria dos ex-presidentes desta Comissão. Usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Neuto De Conto, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Ideli Salvatti, Jefferson Praia, Paulo Paim, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, a Doutora Maria da Conceição Tavares e o Exmo. Senhor Luiz Antonio Elias, Ministro Interino da Ciência e Tecnologia. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 36ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica que, no dia 11 de novembro, às 10 horas, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, será realizada Audiência Pública conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Exmo. Sr. Henrique Meirelles, para apresentar avaliação do cumprimento dos

objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil – 2º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010. Comunica, ainda, que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 48 de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de julho de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 63 de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de agosto de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 74 de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao terceiro trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 49 de 2010, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de julho de 2010, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 58 de 2010, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de agosto de 2010, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 73 de 2010, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de setembro de 2010, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 1356-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-013.537/2009-9, bem como do Relatório e da Propos-

ta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 23 de 2009; Aviso nº 52 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-011.457/2010-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 11 de 2010; Aviso nº 53 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-011.458/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 13 de 2010; Aviso nº 54 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-014.752/2010-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 16 de 2010; Aviso nº 56 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.969/2010-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 21 de 2010; Aviso nº 57 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-009.412/2010-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 7 de 2010; Aviso nº 62 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-015.644/2010-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 19 de 2010; Aviso nº 65 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.588/2009-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos de-

correntes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 46 de 2009; Aviso nº 66 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-018.994/2010-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 22 de 2010; Aviso nº 67 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-018.999/2010-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 25 de 2010; Aviso nº 68 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.142/2010-2, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 27 de 2010; Aviso nº 69 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-007.278/2010-1, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 5 de 2010; Aviso nº 70 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.152/2010-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 29 de 2010; Aviso nº 71 de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.154/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 30 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Item 1- Mensagem do Senado Federal nº 274 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$

1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do 'Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - Primeira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP-II)', inserido na Segunda Linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até US\$ 3,000,000,000.00 (três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América)", tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2- Mensagem do Senado Federal nº 295 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 495,000,000.00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução de Perdas Elétricas", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior e Eliseu Resende. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 26 de 2010-CAE, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, que requer seja convidado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para prestar esclarecimentos sobre as operações de empréstimo do BNDES. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão, a

presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **DEL-CÍDIO AMARAL**, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS.)

– Gostaria de desejar a todas as autoridades aqui presentes, Senadores e Senadoras, um bom-dia, neste reinício dos trabalhos do Senado Federal. Gostaria de registrar também, antes de iniciarmos os trabalhos da 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que realizaremos a cerimônia de aposição do retrato do Senador Aloizio Mercadante, na Galeria dos Ex-Presidentes desta Comissão, onde esteve à frente, no biênio 2007-2008.

Convido para compor a Mesa o nosso homenageado de hoje: o Senador Aloizio Mercadante. (Palmas)

Tenho o prazer também de convidar para fazer parte da Mesa a nossa convidada de honra, a Professora Drª Maria da Conceição Tavares, que hoje, à tarde, proferirá uma palestra - Desenvolvimento Brasileiro: Evolução e Desafios -, às 14 horas, nesta mesma sala da Comissão de Assuntos Econômicos. Gostaria de convidar também para fazer parte da Mesa o nosso querido Ministro Interino da Ciência e Tecnologia, o Ministro Luiz Antônio Rodrigues Elias, um técnico muito competente.

Quero também cumprimentar os demais Senadores e as demais Senadoras aqui presentes, a imprensa, a equipe, em nome do Luiz – homem que acorda 24 horas para trabalhar 48 -, enfim, toda a equipe – em seu nome e no da Kaká também – do Senador Aloizio Mercadante, brilhante e competente equipe, que, sem dúvida alguma, deu toda essa dimensão, ajudou o Senador Aloizio Mercadante a ter um mandato respeitado no Brasil, absolutamente presente, debatendo os principais temas do País e honrando, acima de tudo, o Partido dos Trabalhadores.

Quero, depois dessa minha fala inicial, passar a palavra para a mestre de cerimônias, que vai conduzir os trabalhos.

A SRª LYA PASSARINHO (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, bom-dia. Damos início à solenidade de aposição do retrato do Senador Aloizio Mercadante, na Galeria de Ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Neste momento, assistiremos a imagens que registram os momentos mais marcantes da trajetória política do Senador Mercadante no Senado Federal e à frente desta Comissão.

(Projeção de imagens com execução do Hino Nacional)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Presido, no âmbito do Senado Federal da República, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta Comissão é responsável por avaliar e aprovar todas as matérias da economia – indústria, comércio e serviços -, todas as matérias financeiras, tributárias e monetárias. Em primeiro lugar, ela aprova os Diretores do Banco Central e faz o acompanhamento de toda a política do Banco Central.

Apresentei um projeto, assim que assumi, e já o aprovei, no sentido de que o Presidente do Banco Central, agora, é obrigado, a cada três meses, a prestar contas das decisões do Banco Central. Então, há debate sobre a política monetária, cambial, meta de inflação, aquela coisa que não existia até então. Quer dizer, não havia um instrumento de fiscalização democrática do acompanhamento de controle do desempenho do Banco Central.

Segundo, também introduzi um dispositivo novo em que, antes de começar a Ordem do Dia, trago algumas instituições importantes para o debate econômico do País, para fazer uma audiência pública prévia. Então, o Presidente do BNDES, o Secretário da Receita Federal, o Secretário do Tesouro, trouxe agência de risco internacional para fazer um debate sobre o critério de classificação do Brasil e, com isso, vamos informando os Senadores, informando o País e permitindo uma discussão mais qualificada sobre os temas econômicos.

Além disso, criei algumas subcomissões no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar de temas de grande interesse do País. Uma subcomissão é a da Reforma Tributária, que está exatamente aprofundando o debate - que vai agora explodir com muita força em setembro, vai entrar com toda força no âmbito do Congresso Nacional - na Câmara e no Senado. Esta subcomissão tem um papel fundamental de pensar um novo sistema. Não podemos ter mais 28 Códigos Tributários, 44 alíquotas de ICMS. Queremos ter apenas 5 alíquotas e um único Código, simplificar, desburocratizar e reduzir a carga tributária, especialmente em investimento e para geração de empregos, para poder gerar mais empregos no País.

Criei uma subcomissão para tratar dos marcos regulatórios, que vai rediscutir o papel das agências de regulação. Hoje é um grande debate de questionamento o papel das agências. Nessa experiência da ANAC tem que ser revisto o papel das agências, os critérios, o acompanhamento, a formulação, então criamos uma subcomissão.

Uma terceira subcomissão trata dos assuntos municipais. Conseguimos aumentar em 1% o repasse do ICMS, que é uma reivindicação antiga dos prefeitos do País e de toda a política do pacto federativo. Com isso, estamos trazendo os temas mais importantes da economia para o debate, no âmbito da Comissão. Além disso, a Comissão vem buscando aprovar projetos que permitam melhorar os serviços bancários do País; reduzimos significativamente a carga tributária em cesta básica de alimentos; a atualização da tabela de imposto de renda; a desoneração da indústria da construção civil e a criação da arbitragem para reduzir os conflitos judiciais da economia. Tudo isso é um trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos. E todos os empréstimos para Estados e Municípios, empréstimos internacionais, têm que ser aprovados no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o que permite também discutirmos a responsabilidade fiscal e os projetos mais importantes, hoje, do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – em termos de infra-estrutura. Precisam ser discutidas as formas de financiamento. Portanto, é uma Comissão que ajuda o Brasil a crescer, ajuda o Brasil a promover distribuição de renda, ajuda o País a promover inclusão social e é das coisas mais importantes do meu mandato de Senador.

(Execução do Hino Nacional)

A SRª LYA PASSARINHO (Mestre de Cerimônias) – Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo e Mestre em Economia pela Universidade de Campinas, nosso homenageado foi eleito deputado federal em 1990, sendo o mais votado pelo Partido dos Trabalhadores, e, em 1999, o mais votado do País. Em 2002, Mercadante também obteve a maior votação da história do País, como Senador da República, com mais de 10 milhões de votos. Nesta Casa legislativa, exerceu a liderança do Governo até junho de 2006 e desempenhou com brilhantismo a função de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, no biênio 2007/2008. Atualmente, ocupa a Presidência do Parlamento do Mercosul – Parlasul – e as lideranças do Partido dos Trabalhadores e do bloco de apoio ao Governo, ambas no Senado Federal.

Dentre as realizações de sua gestão como Presidente desta Comissão, foram apreciados 372 projetos. Podemos destacar a apreciação das seguintes matérias: PLS nº 103/2007, que dispõe sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino. PRS nº 11/2007, que altera o regimento interno do Senado Federal, estabelecendo que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor os fundamentos e a forma de exe-

cução da política monetária. Indicação nº 1/2006, para a criação do Fundo Mundial Ambiental – FMA; PLC nº 32, de 2007, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; MSF nº 154, de 2000, que encaminha ao Senado Federal proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União; PLC nº 89, de 2003; PLS nº 76, de 2000 e PLS nº 137, de 2000, que dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades.

Além da apreciação das matérias elencadas, destacamos a realização do fórum da crise econômica internacional, com a presença do Exmº Sr. Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central do Brasil, e do Exmº Sr. Luiz Gonzaga Belluzzo, doutor em Economia e professor da Universidade Estadual de Campinas, além da criação da página da Comissão Fale com a CAE, onde o público tira suas dúvidas, questiona e faz suas críticas, tendo resposta para todas as indagações.

As reuniões técnicas também foram destaque de sua gestão. Ao lado de grandes pesquisadores, o Senador Aloizio Mercadante debateu assuntos de relevância nacional, a citar, a evolução dos empréstimos, linha de crédito e a política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o Risco Brasil e o Monitoramento por Satélite da Agricultura Brasileira.

Ouviremos agora o Exmº Sr. Senador Aloizio Mercadante, nosso homenageado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Bom-dia a todos e a todas; queria inicialmente saudar o Presidente da Comissão, Senador Delcídio, que leva com muita competência os desdobramentos dessa Comissão que tem um papel tão relevante na República e no nosso Senado Federal; queria saudar a minha querida mestra Maria da Conceição Tavares, ex-deputada dessa Casa e uma intelectual com quem tinha o privilégio de conviver (estava me lembrando aqui, em 1977, eu participei como apoio da tese de livre docente na Unicamp – tem até um agradecimento para mim lá, na tese, 1977) e 33 anos depois estar aqui com você, nós dois do mesmo lado, comprando as mesmas brigas, é uma imensa honra e um prazer muito grande termos esse momento, e ter uma homenagem para você é mais do que justo; queria saudar também Luiz Antonio Elias, com quem também tivemos tantos momentos ao longo desses tantos anos de luta para chegar aonde estamos; queria saudar os Senadores Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Jefferson Praia, Níura Demarchi, Valdir Raupp, Ideli Salvatti; saudar o Luiz Azevedo, Secretário Executivo do Ministério da Articulação Institucional; saudar, estou vendo o Vinícios ali, diretor do Cade; queria a minha assessoria que está aqui, Luiz Antônio, a Cacá, Carolina, Cláu-

dia Lyra, Secretária-Geral da Casa, Marcelo Zero, o nosso Marco Antônio, o nosso Gérson, Adalto, do Tesouro Nacional, a Nana, Sônia, Kátia, enfim, todos os demais; queria saudar a assessoria da Comissão, Jorge, que coordenou aqui as comissões; saudar o Gonzaga e, em nome dele, saudar todos os demais assessores da Comissão de Assuntos Econômicos que, com muita competência desenvolve esse trabalho, com quem tive a honra de conviver durante dois anos, e é imprescindível a qualidade do serviço que esta Comissão oferece ao Estado e ao País; a Ana, que também está aqui; enfim, queria saudar todos os assessores, os jornalistas também que acompanham esta Comissão cotidianamente, todas as terças-feiras pelo menos, e dizer basicamente o seguinte:

Cheguei ao Senado num momento de grande expectativa do País e viemos para cá com muitos sonhos e depois de uma longa história. Vi algumas fotos e o difícil desse vídeo é a gente vê como o tempo passa tão rápido. Fotos de 1989, tem fotos minhas com Lula da campanha de 1989, de 1994, enfim, de lá para cá já se vão algumas décadas

Chegamos a esta Casa, ao Senado da República – ser Senador da República é uma das funções mais nobres da vida democrática, representar o seu Estado e poder conviver com representantes de todos os Estados da Federação –, Casa que tem mais de 180 anos de história e que foi fundamental para manter a integridade territorial do País.

O Senado da República soube, em momentos decisivos da nossa história, mediar os conflitos, encontrar o caminho da negociação, o caminho do equilíbrio, e manter essa integridade continental que o Brasil hoje possui: mais da metade do território da América do Sul – essa é uma das razões de sermos hoje a oitava economia do mundo, um país com imenso potencial e com grandes possibilidades históricas.

Esses oito anos não foram fáceis, quem conviveu conosco no Senado sabe. Primeiro, passamos por algumas crises institucionais que, espero sinceramente, ficarão de lição para os que virão, para que olhem os valores da transparência, da administração pública, do rigor ético na condução da administração da Casa, para que não vivamos novamente no Senado um tempo perdido, um desperdício de energia, um desgaste institucional, o que não ajuda a democracia e não pode se repetir.

Também não foi fácil ser Líder do Governo ou Líder do Bloco de Apoio ao Governo sem ter uma maioria consolidada na Casa: cada negociação era um desafio muito grande, enfrentamos muitas dificuldades. Quero, aliás, publicamente, parabenizar a combatividade da Oposição, aqueles que lutaram por aquilo que acredi-

tam, que nos enfrentaram no plenário e nos debates. Espero que continue assim a dinâmica da democracia, oposição e situação, mas que possamos fazer um enfrentamento mais em torno de ideias, de propostas, de caminhos, de alternativas para o Brasil, isso vai valorizar e enriquecer o Senado. A bem da verdade, é preciso dizer que assim foi no início da legislatura, era um pouco essa a marca deste Senado; nós demos grandes contribuições ao debate republicano, ao debate em prol do desenvolvimento do Brasil.

Mas eu queria dizer, de forma muito breve, que, oito anos depois, nós não resolvemos todos os problemas do País – ainda há graves problemas a serem enfrentados –, mas nós estamos conseguindo conviver, primeiro, com a estabilidade econômica – nesses oito anos, ela foi preservada, inclusive em momentos muito difíceis sobre os quais voltarei a falar.

Segundo: nós conseguimos retomar o crescimento econômico. Nós estamos terminando este período do nosso mandato com o País crescendo 7,5%, o que é um fato muito relevante.

Quero saudar também a Senadora Fátima Cleide e o Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

Foi um momento muito especial da nossa história retomar um crescimento acelerado, de 7,5%, o que deverá colocar o Brasil, no ano que vem, como a sétima economia mundial. Caminharemos, seguramente, para a sexta posição; já com mais dificuldade, poderemos passar à quinta posição – não será fácil passar a Alemanha –, mas, até a sexta, é uma coisa que, nos próximos anos, vamos construir. Seguramente, estamos caminhando nessa direção.

Além da estabilidade e do crescimento, conseguimos avançar muito na matriz energética, consolidando o etanol e o carro bicomcombustível, uma matriz energética renovável. Conseguimos retomar os investimentos na geração de energia hidrelétrica, que estavam relativamente paralisados. Além disso, tivemos as descobertas do pré-sal – foi iniciada agora a produção do pré-sal em Tupi; estive, dia 28, com o Presidente Lula no Rio de Janeiro para o lançamento da primeira produção comercial do pré-sal.

Esse é um fato definidor do que seremos como nação, o Brasil caminha para ser uma das grandes potências produtoras e exportadoras de petróleo. Acho, a propósito, que este Senado tem de fazer com mais profundidade o debate sobre o que vamos fazer com esses recursos do pré-sal. Além da mudança do marco regulatório para se fazer a partilha – estamos falando já de quase quarenta bilhões de barris de petróleo de riqueza potencial; a US\$100 o barril, estamos falando de US\$4 trilhões –, temos de definir o que fazer com essa receita que virá para o Brasil. Ela não pode nos

levar a uma atitude parasitária – conviver com a doença holandesa – de assistirmos à apreciação do real e perdermos o impulso industrializante, da inovação de serviços, da agricultura – a agricultura brasileira já é a segunda do planeta.

Temos que saber como administrar a entrada dessa riqueza e como vincular essa riqueza a um projeto de futuro, a uma sociedade do conhecimento – educação, ciência, tecnologia e meio ambiente. A sustentabilidade e a sociedade do conhecimento, acho, são os dois grandes desafios que nós temos, especialmente a educação, que ainda é o problema estrutural mais grave do Brasil.

Queria terminar dizendo que, além da estabilidade, do crescimento e dos avanços em termos de potencial de matriz energética, nós tivemos nesse período uma fantástica inclusão social: tiramos 28 milhões de pessoas da pobreza, o que é um fato inédito – faltam 21 milhões ainda a serem retirados; criamos uma classe média emergente, e é esse mercado interno de consumo de massas, quando colocamos o social como eixo estruturante do desenvolvimento econômico, que permite ao Brasil crescer nesse ritmo, quando Europa, Estados Unidos e Japão ainda não se recuperaram. Nós não conseguimos crescer para fora, mas estamos crescendo para dentro, com 15 milhões de empregos que foram gerados. Isso é uma mudança de modelo de desenvolvimento e é resultado de políticas públicas deste Governo do Presidente Lula e deste Senado que ajudou a construir e formular políticas e aprimorar propostas que permitiram ao Brasil ter estabilidade e crescer com inclusão social.

Mas, seguramente, também tivemos um período em que o Brasil assumiu um protagonismo internacional. Quem diria: cheguei aqui em 2002, o Brasil devendo US\$14 bilhões ao FMI; hoje emprestamos US\$15 bilhões e somos o décimo país em termos de poder de decisão no Fundo Monetário, democratizando as decisões, mudando a estrutura do Fundo. Isso tem que se estender ao Banco Mundial, às outras instituições multilaterais e isso é uma conquista da diplomacia brasileira.

Estamos aqui hoje neste momento em que o Presidente Lula e a Presidente eleita estão chegando a Seul para participar da reunião do G-20, que também foi uma democratização da governança econômica global, e o Brasil liderou a formação do G-20. Exatamente no auge da crise, nós presidíamos o G-20 e transformamos o G-20 no efetivo substituto do G-8, o que, para os países em desenvolvimento, como Índia, China, Brasil, tem um significado muito especial, de deslocamento do eixo econômico, de democratização

dos fóruns de decisão, apesar de ainda ser muito deficiente a governança econômica global.

Mas o mais importante, eu diria, além da estabilidade, do crescimento, da distribuição de renda, da sustentabilidade, que é uma agenda que vem crescendo no Brasil – em Copenhague, assumimos metas de descarbonização da economia, da inclusão social e da distribuição de renda –, é que nós fizemos tudo isso com o Estado de Direito democrático, com a separação dos poderes, com o Parlamento nas suas prerrogativas preservadas, o Judiciário, o respeito aos contratos, aos direitos e garantias individuais, a mais absoluta liberdade de expressão e de imprensa.

Portanto, a conquista democrática que se expressou agora nas urnas, a vontade do povo, eu diria que é uma das mais importantes realizações desses oito anos, e olhando para a nossa História também não foi uma questão qualquer. E é exatamente a democracia que nos diferencia dos outros países que saíram melhores do que entraram nessa crise global, como é o caso de China e Índia. Nós temos uma cultura democrática, valores democráticos, alternância de poder; aqui, não tem terceiro mandato, aqui não tem veículo de comunicação fechado e não haverá; aqui, nós vamos conviver com a mais ampla e absoluta liberdade de expressão, e isso é um valor e uma conquista muito importante, um valor universal e que tenho certeza de que a próxima Legislatura saberá preservar.

Termino falando da nossa modesta contribuição aqui na Comissão. Eu acho que o Gonzaga sempre destaca isso, e ele devia ter também um retrato aqui na parede, pelo trabalho que vocês, funcionários, fazem na Comissão. O “Fale com a CAE”, a ideia de um portal aberto à Internet, para podermos apresentar nossa pauta, os projetos que estão em discussão, permitir que as pessoas interajam mais com o Legislativo, acho que é uma conquista que precisa ser aprimorada ao longo das próximas gestões. Cada vez usar mais a Internet e, com isso, permitir uma participação cidadã mais intensa na relação com a Comissão.

Também foi muito importante nós termos aprovado as audiências trimestrais do Presidente do Banco Central, porque o regime de câmbio flutuante e metas de inflação exigem um acompanhamento da gestão do Banco Central.

Aqui nós aprovávamos os diretores do Banco Central, mas não discutíamos a política do Banco Central. Passamos a deixar aquela aprovação formal dos agregados monetários do Banco Central para uma discussão da meta da ata, da evolução da inflação, da taxa de juros, da Selic, do spread, da apreciação do câmbio. Enfim, acho que essa pauta é muito importante. Está na hora de termos uma reunião com a Presidência do

Banco Central, para fazermos uma avaliação, especialmente dessa guerra cambial, do desafio cambial que temos pela frente, da política monetária para essa transição de um próximo governo. Considero que esta é uma das grandes tarefas da CAE: fazer esse debate com mais profundidade.

Lembro-me de que o Senado americano tinha esse mecanismo semestral e não evitou a crise financeira e todos os problemas a que nós assistimos no sistema financeiro americano. Por isso, temos de ser muito exigentes aqui na cobrança, na fiscalização, no debate democrático, para garantir que o Banco Central possa continuar este trabalho importante de preservar a estabilidade, mas assegurar o crescimento sustentável, as nossas contas externas. Num período raro, conseguirmos reduzir muito a vulnerabilidade externa. Temos de estar muito atentos, neste momento, a essa agenda.

Termino dizendo que desejo que a próxima legislatura avance muito mais do que nós já fizemos. Estamos terminando o nosso trabalho – no meu caso específico, o mandato de Senador –, mas senti-me muito honrado de ter participado dessa tarefa, de ter convivido com todos esses parceiros, de ter feito o debate que nós fizemos e de poder ter contribuído para este momento tão extraordinário que o Brasil atravessa em termos de crescimento, de distribuição de renda, de protagonismo, de liderança, de estabilidade, mas sobretudo de distribuição de renda e inclusão social.

Portanto, parabéns a todos. Isto aqui é um trabalho coletivo. A Presidência é um pouco a nossa cultura presidencialista, mas não é ele quem faz a pauta, não é ele quem elabora os projetos, não é ele quem dá qualidade ao debate. É a riqueza que o povo tem de colocar essa pluralidade, essa diversidade, essa representação cidadã e democrática que faz o Senado da República.

Muito obrigado e parabéns a vocês! (Palmas.)

A SR^a LYA PASSARINHO – Com a palavra o Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, Exm^o Sr. Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu quero abrir a palavra para o Plenário, Senadores e Senadoras que já manifestaram a intenção de falar um pouco, fazer uma homenagem ao nosso Senador Aloizio Mercadante, especialmente neste dia onde vamos apor o retrato de nosso querido Senador Aloizio Mercadante aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Meu caro Presidente, Senador Delcídio Amaral, Prof^a Maria da Conceição Tavares, Ministro Elias, meu caro amigo

Senador Aloizio Mercadante, eu estou aqui há quase dezesseis anos, cumprindo meu segundo mandato. Portanto, convivi com muitos Senadores. Mas quero registrar que foi um grande privilégio poder, nos últimos oito anos, aprender muito com V. Ex^a, que teve neste Senado um mandato profícuo, exercido com absoluta seriedade. V. Ex^a defendeu o País com obstinação e defendeu as teses não apenas de seu Partido mas do Governo que nós representamos aqui no Senado.

Eu tenho orgulho hoje de dizer que represento também o Governo Lula neste Senado, depois de conhecer melhor o Presidente durante a campanha eleitoral, de ver no Presidente Lula um homem que tem na palavra lealdade uma regra de vida. E foi isso que mais me conquistou durante esse processo eleitoral, porque o Presidente Lula se dedicou a minha campanha ao Governo do Paraná com muito vigor e com muita emoção, porque tanto o Presidente Lula quanto eu nos emocionamos muitas vezes durante a minha campanha lá no Paraná.

Eu acompanhei a sua campanha em São Paulo e posso dizer que o Senado vai perder um grande Senador, porque V. Ex^a está concluindo o seu mandato, mas eu tenho certeza de que o Brasil vai ganhar um grande Ministro. Eu estou torcendo muito para que V. Ex^a possa integrar a equipe da Presidente eleita, Dilma Rousseff, para que o conhecimento que V. Ex^a dedicou ao País durante os oito anos de mandato de Senador possa, agora, ser colocado à disposição de todos os brasileiros num Ministério importante do próximo Governo.

Aqui no Senado, V. Ex^a debateu muito, V. Ex^a propôs muito, mas V. Ex^a defendeu muitas teses e me ensinou muito. Eu, modestamente, posso dizer a V. Ex^a que, durante esses oito anos, nós construímos, aqui, uma amizade, porque sempre fui leal à sua liderança, à sua liderança que foi exercida também com lealdade ao Governo que representou. Eu procurei ser leal à sua liderança pela confiança que depusitei no seu caráter, na sua seriedade, e posso dizer que V. Ex^a não seria, evidentemente, uma unanimidade se o concurso fosse de simpatia, mas posso dizer que V. Ex^a quase chega à unanimidade quando se trata de... E nós podemos falar com autoridade disso, não é? Nós dois podemos falar com autoridade disso, dessa questão da simpatia.

Eu creio, Senador Mercadante, que V. Ex^a escreveu um capítulo muito bonito da história da sua vida, mas um capítulo consistente, como V. Ex^a costuma dizer, muito qualificado na vida republicana, porque o Senado é, sem dúvida nenhuma, uma das instituições mais importantes do País. Nós ajudamos, aqui, a construir políticas que ajudaram a melhorar muito a

vida dos brasileiros e eu costumava dizer, lá na minha campanha, que só quem é cego de coração não enxerga que o Brasil melhorou muito nos oito anos do Lula, e melhorou para todos.

Quando eu ouvia agricultor dizer: “Ah, mas você fez uma aliança com o PT”, eu dizia: “É o PT, sim.” Foi o PT que trouxe a taxa de juros para os agricultores de 12,75 para 4,75; o PT que colocou o crédito para os agricultores empresariais de 30 para 100 bilhões por ano; o Governo do Lula que colocou, de 2 e 400 para a agricultura familiar, como antes o Governo tucano colocava, para 16 bilhões por ano, agora; o Governo Lula que tirou 28 milhões de brasileiros da miséria e colocou 36 na classe média, e, com isso, permitiu que um novo mercado consumidor se formasse, maior que toda a América somada, menos o Brasil. Esse mercado foi o responsável pelo fato de a agricultura não entrar em crise quando a crise pegou os países mais desenvolvidos, inclusive o próprio Brasil. O Brasil saiu antes da crise porque teve um mercado consumidor proporcionado exatamente pelas políticas sociais e econômicas, que, em conjunto, resultaram nessa nova Nação que nós temos, hoje, o privilégio de ter ajudado a construir, aqui no Senado, mas V. Ex^a mais do que todos, na Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Ex^a foi o nono Presidente com o qual eu trabalhei aqui, porque sempre fiz parte da Comissão de Assuntos Econômicos, e não tenho dúvida ao dizer que foi aquele que apresentou os melhores resultados para o País, porque trabalhou em sintonia com a sociedade, em sintonia com o Governo, mas, sobretudo, com a sensibilidade de quem entende de economia mas sabe que só com a economia não se resolvem os problemas dos brasileiros. É com a economia dando certo e com os programas sociais que, hoje, elevaram a qualidade de vida de muita gente neste País – muita gente que, às vezes, não reconhece, como eu dizia, lá, de uma parte dos agricultores do Paraná, de uma parte das cooperativas. Eu até fui chamado de “babá de cooperativa”, aqui no Senado Federal, e, depois, ouvi com tristeza algumas delas dizerem: “Ah, com o PT não dá”. Mas foi o PT que salvou as cooperativas do meu Estado também, junto com o Presidente Lula.

Então, tenha aqui, meu caro amigo Aloizio Mercadante, a minha admiração. Posso dizer a V. Ex^a o seguinte: V. Ex^a vai sair do Senado, deve ser Ministro e vai continuar contando com a minha amizade, com a minha admiração, com o meu respeito e, sobretudo, com o meu apoio quando for preciso.

Obrigado pelo privilégio de ter convivido com V. Ex^a nesses oito anos e de termos, juntos, construído muito para que o Brasil pudesse avançar e chegar onde chegou.

Obrigado, Presidente Delcídio Amaral, e parabéns Aloizio Mercadante!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, meu caro Senador Omar Dias.

Passo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero saudar o Senador Aloizio Mercadante, meu amigo, parceiro...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vai fazer uma declaração de amor...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Depois dessa...Você foi imbatível!

Saúdo a professora Maria da Conceição Tavares, saúdo o Ministro Luiz Antonio, saúdo o Senador Delcídio, saúdo todas as Senadoras e Senadores.

Sr. Presidente, sei que há muitos Senadores para ainda irão se manifestar, no entanto, eu não poderia deixar de, aqui, dar o meu depoimento sobre a pessoa, o trabalho importante e a contribuição dada pelo Senador Mercadante, não só à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), mas ao Senado e ao País.

O Mercadante é um Senador extremamente preparado, inclusive gerou um debate que já era sinônimo de debate qualificado – virou até um jargão nos debates mais acalorados que tínhamos no Plenário –; ele sempre teve a lealdade de bater de frente com a oposição, colocar e defender suas idéias de forma muito clara e de forma muito cartesiana, muito bem colocadas. Sem dúvida alguma, o papel que ele teve no Senado estará na história do Senado.

Sr. Presidente, teria de, aqui, repetir tudo o que o Senador Osmar falou, o que concorreria, no quesito simpatia, com o Mercadante – foi o Osmar que falou aqui das qualidades do Aloizio. Mas dizer que quem conhece o Aloizio Mercadante sabe da seriedade, do compromisso, da responsabilidade que ele tem para com o País e com as causas que abraça. Ele fez isso na Comissão de Assuntos Econômicos, onde fez uma grande gestão. Também aqui, pois desde o primeiro momento que aqui chegamos, vimos como a Comissão evolui. A Comissão tem tido um papel destacado e deverá ter cada vez mais um papel destacado nesse momento em que o Brasil vive, e, sem dúvida, a parcela de colaboração do Mercadante foi muito forte.

Sobre o futuro, não tenho dúvida – eu não tenho a procuração que o Osmar tem para dizer que o Aloizio vai ser Ministro –, ele vai contribuir com o País em qualquer lugar que estiver, e estará em um lugar importante, porque tem todas as condições para fazer isso.

Nesses próximos anos, teremos a prioridade da qualificação, da ação pública e, sem dúvida, o Mercadante terá um papel preponderante nos destinos do País, colaborando, como tem feito até agora como

Senador. Então, muda de lugar, mas não muda a sua função, o seu preparo e a sua condição de contribuir com o País.

Quero parabenizá-lo e dizer que esse retrato aí inspira outros Senadores que estarão presidindo esta Casa e também esta Comissão. No próximo mandato ele não estará aqui como Senador, mas estará como brasileiro, estará como contribuinte do processo de construção de governo da Presidente Dilma, que, tenho certeza, fará um grande governo, nos vamos avançar, acreditamos nisso, ganhamos a eleição com esse discurso, com essa proposta, e teremos de ter pessoas da qualidade de Aloizio Mercadante para implementá-las. Chegamos no primeiro estágio, que foi ganhar a eleição, mas temos uma longa ação para frente, que é implementar todas as ações que precisamos implementar para o Brasil crescer e ocupar um espaço ainda maior.

Parabéns, Mercadante! Você é um grande parceiro, um grande amigo. Estaremos juntos, tenho certeza, complementando ações. Estaremos sempre à disposição. Seja feliz em sua caminhada. Ainda vamos fazer uma despedida no Plenário, porque vamos cobrar um discurso das ações de V. Ex^a. Sei que vai ser difícil resumir, aqui, o trabalho feito nesses oito anos, mas é importante que você pontue momentos que este Senado viveu com a preponderância do seu trabalho. Então, fica aqui o nosso abraço e os nossos votos de felicidade para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; Ministro Luís Antonio Rodrigues Elias, meus cumprimentos; querida professora Maria da Conceição Tavares; querido Senador Aloizio Mercadante, que bom tenha sido hoje, na presença de Maria da Conceição Tavares, está professora de todos nós que estudamos economia no Brasil, cujos ensinamentos inclusive certamente foram responsáveis, em grande parte, por tudo aquilo que aconteceu nesses oito anos do Governo do Presidente Lula, e que certamente assim também o será agora como objetivo maior da Presidente eleita Dilma Rousseff.

A palavra de Maria da Conceição Tavares, inclusive como sua, nossa, professora orientadora, abrihanta este dia.

Eu quero agradecer-lhe, Senador Aloizio Mercadante, esses anos de convívio mais próximo desde o início dos trinta e poucos anos do PT, quando interagíamos já para sermos convidados a ser co-fundadores do Partido dos Trabalhadores. Mas V. Ex^a, sobretudo

de 1982 em diante, ao lado do Presidente Lula, tornou-se assim um assessor, mais do que um amigo, e uma pessoa que a toda hora ponderou sobre os melhores caminhos para a economia brasileira.

Quero aqui também reconhecer a maneira como V. Ex^a inovou quando, por exemplo... Já destacou na sua fala e no vídeo, mas foi extremamente importante para nós da CAE que tivéssemos aqui, a cada três meses, o Presidente e os Diretores do Banco Central, para debater ideias, proposições, fazer os diálogos sobre a definição da taxa de juros, como compatibilizar isso com o melhor crescimento da economia e o equilíbrio do balanço de pagamentos, a taxa cambial, e assim por diante.

Quero também dizer o quanto aprendemos um com o outro nas nossas jornadas em que ambos fomos candidatos. Agora, nesta última eleição, V. Ex^a se dedicou também à governança do Estado de São Paulo, mas dedicando igual energia, se não até maior, para que pudesse ter sucesso a candidatura de Dilma Rousseff.

V. Ex^a deu uma extraordinária contribuição no Estado de São Paulo. Certamente, em qualquer lugar onde esteja, seja como professor, na Unicamp ou nas instituições que certamente continuarão a convidá-lo para falar, no Brasil e no exterior, seja ali no Mercosul, onde V. Ex^a, como presidente da instituição, vem dando uma contribuição de enorme peso, visando à integração das economias da América do Sul e das Américas, V. Ex^a terá sempre um papel. E quero lhe dizer que pretendo continuar a colaborar com V. Ex^a onde qualquer de nós dois estiver.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sr. Senador Delcídio Amaral, Presidente desta Comissão, Ministro Luiz Antonio, Professora Doutora Maria da Conceição Tavares, meu caro eminente Senador Aloizio Mercadante, sinto-me gratificado por estar aqui; gratificado por termos trabalhado, nesta Comissão, os grandes debates da economia do País e por tê-lo como meu Presidente; gratificado por sermos colegas no Plenário, em grandes debates de momentos importantes da história do nosso País.

Como membro da base do Governo, temos na sua história de vida e no seu passado de luta a presença permanente não só de um partido político, de um representante de partido político, mas principalmente com uma visão da Pátria, uma visão do País, com um alcance de futuro, que nos dá esse extraordinário salto de qualidade já bem demonstrado pelos Senadores

que aqui se manifestaram e por V. Ex^a na tribuna, onde todos os brasileiros cresceram.

E nós só seremos grandes quando todos tiverem a oportunidade de crescer juntos. E como colega também, Senador, no Mercosul, onde temos dado uma contribuição extraordinária, lá no Uruguai, na defesa dos interesses do Brasil, mas também do Bloco, para que possamos construir um bloco forte. E agora, na última sessão, no mês passado, tivemos a oportunidade de definir, com os quatro Ministros Chanceleres dos quatro países – Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil – e com a aprovação no plenário, com votação direta, exclusiva, todos os membros do Parlamento do Mercosul, o que é um passo extraordinário. O Brasil também alcançou os seus objetivos, tendo 37 representantes, certamente a partir de 2013.

Por isso eu quero aqui aplaudi-lo, homenageá-lo e cumprimentá-lo por toda essa trajetória. Continue, que estaremos no plenário aplaudindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Neuto de Conto.

Com a palavra o Senador Governador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Muito obrigado, Delcídio, Presidente, Aloizio Mercadante, Maria da Conceição Tavares, Antônio Elias, Ministro Interino, Senadores, Senadoras. Dois registros antes. Primeiro, apresentar a minha suplente, que vai assumir o Senado a partir de janeiro, a Ana Rita, que está aqui presente. Eu quero desejar as boas vindas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito bem-vinda, Senadora Ana Rita.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Você está vendo, Delcídio, que a Bancada vai melhorar muito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito!

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Sai o Casagrande e entra a Ana Rita. Então,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas, por outro lado, a Bancada de Governadores também vai melhorar ainda mais, não é?

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Muito obrigado.

Seja bem-vinda, Ana Rita.

E também fazer um outro registro. O Presidente Sarney marcou para agora, às 11 horas, a primeira sessão de votação do Código de Processo Penal. A primeira votação é uma votação formal, simbólica. Já negociamos com o Supremo Tribunal Federal as mudanças que serão feitas de uma votação no primeiro turno para a votação no segundo turno. Então, na medida

da possibilidade de cada Senador, que vocês possam estar presentes no plenário, o mais rápido que puderem, para que possamos avançar, até o final do ano, na votação da reformulação do Código de Processo Penal, que é uma matéria importante para o combate à criminalidade no Brasil. Então, eu queria fazer esse apelo aos Senadores que estão aqui presentes.

E fazer também o meu registro da importância do Senador Aloizio Mercadante no trabalho aqui no Senado. Aloizio Mercadante conclui o seu mandato agora no final de janeiro. Estamos hoje fixando, inaugurando uma fotografia que vai simbolizar o exercício da sua presidência aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Um economista competente, um profissional competente e um líder do Bloco. Eu fui liderado, sou liderado por ele, e ele, como Líder do Bloco, foi um líder que buscou sempre organizar bem os partidos para que pudéssemos enfrentar os desafios no plenário. Então, o trabalho como articulador político, o trabalho como economista, o trabalho como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, eu só acompanhei nesses últimos anos, quase quatro anos, só acompanhava pela imprensa. Eu era Deputado Federal no período em que ele foi Senador, mas o Aloizio é de produzir resultados. É sério, tem personalidade. E hoje fazemos uma homenagem a ele. Como disse o Senador Romero Jucá, faremos no plenário do Senado a homenagem a quem está saindo da Casa, indo para outros cargos ou para outros desafios, para outras tarefas.

Espero também, Senador Osmar Dias, que o Senador Aloizio Mercadante possa cumprir tarefas importantes na República, que possa contribuir, colaborar com o Governo da Presidente Dilma. Também tenho essa expectativa. Acho que todo mundo tem essa expectativa. Mas, como sou também Governador, nós confiamos na Presidente eleita, de que ela saber compor uma equipe que tenha capacidade de dar sequência a todo esse trabalho que o Presidente Lula tem feito, mas que possa organizar cada vez mais o Estado, profissionalizar o Estado.

E é importante, Senador Aloizio Mercadante – o senhor, que é economista, ao lado de uma gigante do Brasil na área da economia –: as primeiras palavras da Presidente foram boas; foram palavras esclarecedoras daquilo que ela deseja nos próximos quatro anos. E tenho certeza de que, nessa linha, com esse eixo de pensamento que se vai transformar em prática, o senhor poderá colaborar muito. Mas, independentemente disso, independentemente disso, porque isso está nas mãos da Presidente Dilma, independentemente disso, o que nos cabe aqui é ressaltar o papel que o senhor tem cumprido no Senado e que cumpriu aqui, nesta Comissão.

Então, vai aqui o abraço do Espírito Santo, o abraço do meu Partido, do PSB, pelo trabalho que o senhor fez, pela campanha que fez em São Paulo. São Paulo é um Estado em que é difícil fazer campanha. E o senhor teve coragem; mesmo em uma hora em que sua posição na era boa, quando o senhor largou, no início da campanha, teve a coragem de cumprir um papel democrático, partidário, de colocar uma alternativa para o povo paulista. Então, parabéns e conte sempre conosco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casagrande, futuro Governador do Espírito Santo.

Quero convidar o Senador Eliseu Resende a vir à Mesa também, porque S. Ex^a foi Vice-Presidente do Senador Aloizio Mercadante. Honrar-nos-ia muito a presença de V. Ex^a também, aqui na Mesa.

Passo a palavra ao Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Delcídio Amaral, Sr. ex-Presidente Aloizio Mercadante, Sr^a Professora Maria da Conceição Tavares, Sr. Ministro Luiz Antônio Rodrigues, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui fazer uma fala breve. Eu necessitaria de muito tempo, para relatar todas as qualidades e os feitos do bem-fazer do Senador Aloizio Mercadante, mas o tamanho da minha fala não diminui o apreço que tenho por V. Ex^a.

O PMDB teve sempre uma boa convivência com V. Ex^a nesta Casa, e eu tive, espelhei-me em V. Ex^a como um professor, um conselheiro. Em vários momentos, recebi orientações; estava chegando, novo aqui no Senado. E, nesses oito anos, aprendi muito com V. Ex^a. Como Relator do Orçamento, que fui; como Líder da Bancada do PMDB por dois anos; como Relator de projetos importantes também nesta Comissão e em outras Comissões, V. Ex^a sempre me orientou, para que eu pudesse fazer bons relatórios.

Então, queria parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que V. Ex^a fez, não só aqui na Comissão, mas em todos os cargos que ocupou, como Líder e em outras áreas aqui no Senado Federal.

Quero dizer que V. Ex^a sempre foi um campeão de votos também. Nessa última eleição em São Paulo, mesmo não tendo ganhado, teve quase 40% dos votos de São Paulo, o maior colégio eleitoral do País. Não sei quantos milhões de votos foram, mas certamente deram mais do que oito milhões, mais de oito milhões de votos.

Fiquei feliz em ter tirado 481 mil votos em meu Estado. E fui o Senador mais votado da história, fui o político mais votado da história de Rondônia, com 481 mil votos, até o momento. E V. Ex^a teve dez milhões de votos para o Senado, oito milhões de votos agora;

certamente, terá muitos milhões em todas as eleições que disputar.

E V. Ex^a está preparado também, está talhado para ocupar qualquer cargo na República, tanto nacionalmente como internacionalmente. Se depender do PMDB... Não depende de nós, mas, se dependesse do PMDB, V. Ex^a estaria ocupando o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, até a Presidência do Banco Central. Qualidade V. Ex^a tem para ocupar todos esses cargos.

Então, quero aqui encerrar, desejando todo o sucesso. E, como teve até agora, que continue tendo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, Presidente, Senador Dalcídio Amaral.

Quero cumprimentar o Senador Eliseu Resende; nosso Ministro Luiz Antônio Rodrigues; de forma muito carinhosa, a mestra de todos nós, a nossa querida Maria da Conceição Tavares e dizer, Maria da Conceição, que acho que a maior gratificação de um professor, de uma professora é ver que seu aluno se deu bem.

Então, eu imagino a sua emoção, como professora, de estar ao lado do Aloizio Mercadante, que aprendeu muito contigo, não tenho a menor dúvida, e é uma pessoa que todos nós aprendemos a respeitar apesar das dificuldades. Ele não é fácil, todos nós sabemos, ele não é fácil, mas ele é bom, ele é competente, ele é uma pessoa que, efetivamente, faz a diferença e faz diferente. E isso se fez notar nessa atuação do Senador Aloizio na política ao longo de toda a sua vida, mas de forma muito especial aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, onde teve a capacidade de trazer os assuntos, os temas espinhosos, de podermos debater o famoso debate qualificado, e ele acabou ganhando a alcunha de debate qualificado, mas ele realmente teve essa capacidade de fazer acontecer aqui na Comissão de Assuntos Econômicos como também no plenário em inúmeros momentos, em inúmeras ocasiões.

Então, Senador Aloizio Mercadante, eu queria agradecer esses oito anos de convivência. Posso considerá-lo meu professor de política aqui no Senado, de relacionamento, de tratativas, das difíceis tratativas com a Oposição. Não foi nem uma nem duas vezes que tivemos a oportunidade de conversar e eu tive o bom senso de acatar as suas orientações e as suas recomendações, principalmente no exercício da Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores, do Bloco de Apoio e, agora, na Liderança do Governo no Congresso.

Quero deixar aqui, Senador Aloizio Mercadante, o meu carinho, o meu reconhecimento e o desejo de que essa sua competência e essa sua capacidade possam ser bem aproveitadas nestes quatro anos que se desenham a partir de 1º de janeiro de 2011, com a primeira mulher a presidir o Brasil. Tenho certeza que a Dilma buscará se cercar de bons companheiros, de pessoas que têm esse perfil de competência, de responsabilidade e de lealdade. Por isso, só posso desejar sucesso na sua trajetória. Nós dois estamos encerrando nosso mandato e tenho a convicção do aproveitamento que será feito... o Raupp citou inúmeras possibilidades e tenho certeza de que não faltará espaço para a competência que V. Ex^a já teve oportunidade de demonstrar, aqui, à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Estou apenas com uma curiosidade, Senador Aloizio Mercadante: qual foto que irá para lá? Vai ser uma com mais cabelo ou uma com menos cabelo? Porque, no vídeo, tivemos oportunidade de ter algumas imagens um pouco mais cabeludas da sua história. Então estou com muita curiosidade para ver qual é que vai para a foto.

É isso. Um beijo no coração. Parabéns por toda a sua trajetória e a sua atuação política à frente da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cheguei a esta Casa há dois anos e alguns meses, no lugar de um grande Senador, chamado Jefferson Péres. Deus levou o Senador Jefferson Péres, mas eu tenho me empenhado para corresponder, pelo menos um pouco, o trabalho que aquele grande político fez pela Amazônia e pelo Brasil. Encontrei aqui grandes políticos, grandes nomes, e um desses nomes é o de V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante. Quero dizer que pelas poucas vezes que conversamos, mas conversas muito proveitosas para mim, pude perceber que V. Ex^a tem conhecimento – todos já falaram –, tem espírito público e é um homem de bem, um outro conceito, para mim, também importantíssimo.

O retrato de V. Ex^a abrilhantará muito mais todos os presidentes que já temos na Galeria dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Estou muito feliz de estar aqui e quero deixar o meu abraço à professora

Maria da Conceição Tavares – também sou um economista lá da Universidade Federal do Amazonas; muitos dos seus textos, dos seus livros já foram observados por nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Muito obrigado, Senador Jefferson Praia.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Sr. Presidente

Delcídio Amaral, de uma forma muito rápida, cumprimento o Senador Eliseu Resende, o Ministro Luiz Antonio Rodrigues, a minha colega de Câmara dos Deputados – bons tempos! –, querida Maria da Conceição Tavares – bons tempos da alegria que tive de estar com V. Ex^a, bom era estar ao seu lado, e aprendi muito.

Mas quero dizer duas ou três frases só para o Mercadante.

Primeiro, Mercadante, eu conheci você ainda quando eu inicio no movimento sindical, você, muito jovem, assessorava aquele grupo de militantes da área sindical, entre eles, Olívio, Lula, eu e tantos outros, já com Bittar, Abdias, enfim, e depois, ao longo de nossas vidas, aprendi a te respeitar ainda mais. Sem sombra de dúvida, na verdade, você foi o nosso líder, não só do Bloco do Governo, foi líder também da Bancada, e tem dois episódios que eu gostaria de registrar, que são gestos de grandes homens.

Num momento difícil de uma das campanhas do Lula, quando meu amigo Bisol teve que se retirar, você foi chamado, não vacilou, assumiu a candidatura de Vice-Presidente da República, e foi fundamental para o Lula, depois, se reeleger por duas vezes à Presidência da República. Agora, Mercadante, você sabe, eu falei com você: “Mercadante, tem uma eleição ganha para o Senado, você vai arriscar São Paulo, onde vai ser muito difícil?” Você disse que ia refletir, mas a sua grandeza de militante e de homem público, desse projeto que Lula representa, que Dilma representa, foi além do que eu poderia imaginar, quando eu soube que você tinha decidido concorrer ao Governo do Estado, independente do resultado, no seu caso específico como Governador, mas seria fundamental para a vitória da nossa querida Dilma, que hoje é a primeira mulher Presidente da República. Isso é gesto de grandes homens. Só grandes homens fazem gestos como você tem feito. Esses dois episódios, faço questão de registrar.

Não consigo, sinceramente, meu amigo Mercadante – permita-me que eu diga assim –, não usando nem a palavra Senador, meu amigo Mercadante, não vê-lo aqui em Brasília, em algum Ministério – claro que a Dilma é quem vai indicar, a Presidente eleita quem vai indicar –, mas, Senador, eu estou convencido de que você continuar aqui em Brasília ajudando o Brasil, assumindo uma pasta no Ministério da Dilma.

Era só isso. Muito obrigado.

Sou daqueles que diz: sinto-me um privilegiado por ter convivido com V. Ex^a esses anos, e com certe-

za conviveremos outros anos juntos. Um abraço mesmo – como se diz no Rio Grande – aquele de quebra costela. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Senado Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM - MT) – Sr. Presi-

dente, Senador Delcídio Amaral, ilustre Senador Eliseu Resende, prezado Ministro Luiz Antonio, caro amigo, por quem tenho a maior admiração, Senador Aloísio Mercadante, Professora Maria da Conceição, demais colegas Senadoras e Senadores, faço uso da palavra, Sr. Presidente, apenas para manifestar a minha satisfação no dia de hoje de estarmos participando deste evento em que teremos o privilégio de acompanhar a homenagem que está sendo prestada ao valoroso Senador Aloísio Mercadante.

Confesso de público, Senador Aloísio Mercadante, que mesmo não sendo de partido da base aliada do Governo, tenho a maior admiração por V. Ex^a, não só por ser um homem competente mas, acima de tudo, por ser verdadeiro nas suas opiniões, nas suas convicções. Raras as vezes que se veem políticos verdadeiros – hoje está quase em extinção, vamos ser bem claros. Todavia, V. Ex^a aqui conduziu com muita altivez a presidência desta Comissão, nunca tratando os interesses muitas vezes partidários acima dos interesses do Brasil, sobretudo dos legítimos representantes, que somos nós, Senadores da República.

Por isso, quero aqui dizer, Senador Delcídio, que tenho o maior respeito.

Quando assumi o mandato de Senador da República, o Senador Aloizio Mercadante me ligou um dia, à tarde, e disse: “Senador Jayme Campos, (estou) pleiteando o cargo de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Posso contar com o voto de V. Ex^a para ser eleito Presidente daquela Comissão?” Respondi: “Pode registrar no seu caderninho que V. Ex^a vai ter o voto do Senador Jayme Campos, membro daquela Comissão, para ser eleito Presidente”.

Neste momento, Senador Aloizio, como membro do partido Democratas, não posso deixar de, publicamente, reconhecer o valoroso e extraordinário trabalho que V. Ex^a fez como Presidente desta Comissão e, sobretudo, como grande parlamentar no plenário, sempre defendendo os interesses do Brasil, mostrando a importância desta Comissão para a economia, que vinha, em determinados momentos, precisando de esclarecimentos das autoridades da área econômica, sobretudo do Sr. Presidente do Banco Central. V. Ex^a, mesmo sendo do PT, da Base Aliada, sempre contestou aqui o Presidente Henrique Meirelles. São virtudes e qualidades como essa que admiramos. Por isso, tenha

certeza de que reserva a Presidente Dilma, vencedora destas eleições, um cargo importante para V. Ex^a. Imagino que V. Ex^a terá um destaque todo especial em função de sua competência e, acima de tudo, de sua lealdade, da militância que vem praticando ao longo de sua trajetória no Partido dos Trabalhadores.

Sendo assim, quero concluir desejando-lhe, na nova missão que naturalmente o espera, sucesso e felicidades. E se V. Ex^a não quiser mais participar do Governo, vou convidá-lo a ir para o Mato Grosso para trabalharmos na área da indústria e do comércio e da pecuária. Fica o convite para V. Ex^a. Não sei se o salário vai ser substancial, mas será, acima de tudo, muito gratificante V. Ex^a estar conosco lá no meu Estado de Mato Grosso.

Parabéns e sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Delcídio Amaral, nosso homenageado Senador Aloizio Mercadante, Professora Maria da Conceição Tavares, Sr. Secretário-Geral do Ministério de Ciência e Tecnologia, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores, eu não podia deixar de vir até aqui neste momento em que se faz uma homenagem ao ex-Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Aloizio Mercadante.

Estava num seminário da Secretaria de Comunicação do Governo sobre convergência tecnológica nas comunicações, mas apressei-me para vir aqui, Senador, para poder abraçá-lo, parabenizá-lo e dizer da satisfação que a colocação do retrato de V. Ex^a representa para todos nós, pelo trabalho que V. Ex^a desenvolveu à frente desta Comissão como seu Presidente, um trabalho que, além de competente, foi profícuo e trouxe agilidade e benefícios para o nosso País.

O Senador Jayme Campos profetiza que V. Ex^a vai ocupar um cargo de destaque no governo da Presidenta Dilma. Tenho certeza de que V. Ex^a dispõe da competência necessária para ocupar qualquer ministério, não só da área econômica como da área política.

Parabéns a V. Ex^a. Que Deus continue a acompanhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Flexa.

Passo a palavra agora para o Senador Eliseu Resende.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Senador Aloizio Mercadante, estive ao seu lado quando V. Ex^a era Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, eu era seu Vice-Presidente. Tive o privilégio de trabalhar com Aloizio Mercadante, homem que eu

já admirava muito por sua lucidez, por suas reflexões, por ser um cartesiano – é fácil o entendimento entre dois cartesianos.

Sendo assim, eu não poderia deixar de estar aqui para participar desta homenagem que V. Ex^a recebe.

A sua passagem pelo serviço público é cheia de êxitos, coroada de contribuições importantes. Não tenhamos preocupação a respeito do futuro político de Aloizio Mercadante. Não tenhamos receio pela vida profissional de Aloizio Mercadante como cidadão. Essa vida vai ser tratada e vai ser proporcional ao seu talento, e o seu talento nos assegura que quem quer o Brasil enobrecido, através de figuras importantes e ilustres, tem que ter Aloizio Mercadante participando do processo de desenvolvimento. Fui feliz em estar ao seu lado, assisti à sua preocupação na direção desta Comissão, e não poderia deixar de associar-me aos colegas da Comissão de Assuntos Econômicos para lhe trazer o meu abraço e desejar muito sucesso na sua vida pessoal, pública e partidária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador Eliseu Resende.

Concedo a palavra à professora, Dr^a Maria da Conceição Tavares.

A SR^a MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Sr. Presidente, não era para falar, não, porque eu fico comovida mesmo. Este foi um ano muito duro: eu não apenas fiz 70 anos, como dois dos mais brilhantes alunos, um foi derrotado – na verdade, derrotado, não, mas vitorioso na sua derrota –, e a outra ganhou. Então, realmente... Em compensação, os votos da outra banda, que também foram meus queridos alunos em outros tempos, etc... A vida é muito triste.

Eu quero elogiar o Mercadante. O Paim foi embora, mas é o único que pôs a marca numa coisa que acho mais importante. Todos estão de acordo – porque, se não estivessem, seria um absurdo – que ele é reconhecidamente competente, que o debate com ele é alto nível, que é um grande economista, que é uma figura leal, que é uma figura reta, etc. Disso, evidentemente, eu me orgulho muito, mas, evidentemente, a família dele se orgulha ainda mais – os filhos, a mulher, o pai.

Mas eu verdadeiramente me orgulho de ter um amigo, cuja generosidade no cumprimento do seu dever com a Pátria, com os seus mestres, com o seu Partido, com o seu povo, é única. Há anos o Mercadante vai para o sacrifício. Eu vim ser Deputada para substituí-lo. Estava ganho para Deputado, mas ele foi ser vice, substituindo o gaúcho, como foi dito, do Lula, numa eleição que todo o mundo sabia que seria perdida. Foi o mesmo na Prefeitura de São Paulo. Deveria

ser Prefeito. Não, foi ser Vice-Prefeito da Erundina no segundo mandato dela, que todo o mundo sabia que ia ser perdido; com ela, porque, talvez, com ele fosse ganho. E por aí vamos.

Neste ano, todo o mundo sabia que Mercadante se elegeria Senador. Não haveria problema algum, não é verdade? De todos os governos, o mais duro de conquistar e que nós não conseguimos até hoje conquistar é o Governo de São Paulo. Pois bem, estou segura de que, ao fazer isso, ele deu uma contribuição – como já tinha dado como Senador –, mas agora deu uma contribuição para que a Dilma perdesse por muito pouco também em São Paulo. Não se fale mais que foram os nordestinos – ficaram insultando os pobres dos nordestinos – que deram a vitória a nossa Presidente. Não foi. Não foi. Foi o Sudeste que deu a vitória, inclusive nos Estados onde ela foi derrotada. E no caso de São Paulo é evidente que, mais uma vez, o nosso Mercadante, na última reta, dedicou mais tempo à candidatura da Presidente do que à dele mesmo.

Essa marca de generosidade, de sentido de coletivo, de companheirismo, de dedicação, isso sim é muito raro em qualquer ser humano, o que dirá – desculpem-me, Senadores – nos políticos profissionais. É que ele não é um político profissional, ele é um político do espírito brasileiro, da Nação brasileira, é um grande brasileiro o meu amigo. Eu tenho muito orgulho de ter sido amiga dele o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Ministro Luiz Antonio Elias.

O SR. LUIZ ANTONIO ELIAS – Muito obrigado, Senador Dalcídio Amaral, Senador Eliseu Resende, Senador Aloizio Mercadante, minha querida mestre e amiga Conceição Tavares, Srs. Senadores, Srs. Assessores, Senhoras e Senhores aqui presentes, Mercadante, bem brevemente, eu não poderia estar ausente a uma homenagem como esta e faço-a de forma dupla.

Por um lado, pelo reconhecimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, aqui falo em nome do Ministro Sérgio Rezende, que está acompanhando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Seul, pela importância que você deu à agenda de ciência e tecnologia na sua articulação com a política industrial, mas principalmente por nos fazer perceber como gestores públicos a dimensão do progresso técnico como elemento central para recuperação da nossa competitividade e da nossa concorrência não só no mercado interno, mas também no mercado internacional.

Por outro lado, faço uma homenagem como economista que acompanhou toda a trajetória à época do Movimento de Renovação dos Economistas que nos ajudou a fundar, no Rio de Janeiro, o Instituto dos Eco-

nomistas do Rio de Janeiro, onde tivemos a presença e a presidência da Conceição Tavares – tive orgulho de ser seu vice-presidente.

Você nos ajudou a perceber, embora depois como parlamentar de São Paulo levou a isso também, a dimensão não só local mas a dimensão de um território integrado, olhando toda a diversidade e amplitude da economia brasileira como elemento central para integrar a cidadania e o povo nacional.

Portanto, faço esta homenagem de forma dupla, por um lado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e, por outro lado, como economista. A nossa trajetória foi extremamente frutífera. Certamente, aprendemos muito com mestres como Inácio Rangel, Conceição Tavares, Celso Furtado e Carlos Lessa, que nos deram o horizonte de entender este País na sua dinâmica central e perceber, de forma concreta e efetiva, como economistas, o nosso papel a exercer como cidadãos e como militantes de uma grande causa para recuperação da nossa virtude, da nossa cidadania, da nossa dimensão enquanto economia brasileira.

Parabéns, Mercadante! Uma justa homenagem que se faz hoje no Congresso Nacional a este brilhante parlamentar que é o Senador Aloizio Mercadante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado à Profª Drª Maria da Conceição Tavares e ao nosso Ministro Luiz Antonio Elias.

Passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para suas considerações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Quero ser muito breve e dizer que me sinto muito honrado nas palavras que sei sinceras de tantos que aqui falaram.

Quero agradecer ao Senador Osmar pela intervenção, pela amizade; ao Senador Romero Jucá, como Líder do Governo, pela correria que nos é própria; ao meu companheiro e amigo Suplicy; ao competente Senador Renato Casagrande, que agora será Governador do Estado do Espírito Santo e tenho certeza de que será um grande governador; ao querido Neuto de Conto, para mim foi também um grande prazer e uma honra conviver contigo aqui; ao Raupp, com quem fui Líder tanto tempo em período tão difícil e tão importante, pela parceira e pelo companheirismo; à Fátima Cleide, que foi para a Comissão de Educação, porque tem pauta lá para o Governo; à Ideli que também já foi atrás da agenda, a combativa Ideli, que foi, ao longo dos anos, construindo o mandato de Senadora e teve reconhecimento nesta Casa; ao Jefferson Praia, que teve uma tarefa tão difícil, substituir Jefferson Péres. Quero lembrar nesta Comissão que, além de Jefferson Péres que sempre participou ativamente, tivemos Jonas

Pinheiro, que participou ativamente; tínhamos nosso querido Romeu Tuma, que participou ativamente; Antonio Carlos Magalhães, que participou desta Comissão, e o Ramez Tebet, que foi Presidente da Comissão. Cinco Senadores que nós perdemos nesta legislatura e todos participaram ativamente aqui. Rendo minhas homenagens a eles.

Quero saudar meu companheiro Paim, de tanta história comum; saudar Jayme Campos, também para mim foi um prazer conviver contigo, com a franqueza e a transparência que lhe são próprias, como você disse, raras em políticos, mas você soube preservá-las.

Nosso combativo Flexa Ribeiro, parabênizo-o pela votação no Pará. Acho que enriquece o debate nesta Casa.

Saúdo meu parceiro Eliseu Resende como, mais do que Vice, um mestre em sabedoria, serenidade, equilíbrio, com essa “mineiridade” que faz bem à política, e o Senado precisa muito dela. Sempre delicado no trato, gentil, uma pessoa de fino trato, o que todos, aqui, reconhecem. Nós não teríamos feito a gestão na CAE se não fosse juntos. Portanto, todas as homenagens de hoje se estendem a V. Ex^a também, que foi um grande parceiro nesse trabalho.

Saúdo o Ministro Luiz Antonio Elias, agradeço a presença dele e tantos anos, também, de vida em comum, acadêmico, intelectual.

Presidente Delcídio, agradeço a Presidência, a continuidade do trabalho da CAE, que continua com muita competência.

Por último, agradeço à minha querida Maria da Conceição Tavares.

Eu me lembro que, uma vez, fui à Paris e fui ao apartamento do nosso querido Celso Furtado – por sinal, eu o trouxe, quando eu era Presidente da Comissão de Finanças e Tributação na Câmara, para fazer a primeira palestra dele, quando ele estava voltando para o Brasil. Era um apartamento muito simples, muito singelo, muito humilde, e ele já era um intelectual renomado, internacionalmente prestigiado e reconhecido.

Em todos esses anos, tive oportunidade de estar lá em seu apartamento em Laranjeiras. É muito parecido com o dele em tudo: na simplicidade, na dignidade, na vida simples, quer dizer, não fui eu que renunciei, você é que sempre renunciou as ofertas do poder e às tentações de ficar do lado de quem tem mais força e mais privilégio. Você sempre foi um exemplo, como ele, de dignidade intelectual, que acho que inspirou tantos. Por isso, no início dos anos 70, eu já a acompanhava intelectualmente.

São engraçadas as coisas da vida, porque o primeiro artigo que escrevi para o jornal Opinião... Grande ACM, é muito bom você estar aí.

O primeiro artigo que escrevi para o jornal Opinião foi uma palestra que você tinha dado acho que em 1975 ou 1974, já não me lembro a data. São mais de 35 anos de vida em comum e sempre muito próxima, em todos os momentos da vida nacional. Foram tão tumultuados esses anos todos, essas décadas, e você sempre esteve muito próxima, muito presente e sempre com uma atitude muito inspiradora, não só pela competência intelectual, mas pela dignidade, pela coerência, pelo despojamento, que acho que ajudam a ensinar.

Por último, eu queria dizer que não sou Senador. Estive Senador. Senador é uma função da República. O que sou é um professor e um economista, e uma pessoa que tem compromissos com princípios, com valores e com o projeto ao qual dediquei minha vida.

Eu não entrei no Partido, no PT, em 1980, para ter cargo ou função. Não foi para isso. Entrei porque a gente tinha o sonho de construir um País diferente, de distribuir renda, de ser um País mais solidário, mais generoso. Esses princípios, esses valores eu acho tão presentes na minha vida que, portanto, me sinto muito honrado por ter disputado essa eleição como disputei e por ter um compromisso com um projeto como tenho.

Por isso, não tenho nenhuma expectativa de cargos e não os reivindico – aqui, vários falaram dessa possibilidade. Meu compromisso é voltar a ser militante e professor universitário. É a única coisa que eu tinha como segura nas opções que fiz. A gente tem de estar pronto para isso. A gente está servindo o País numa função, mas o que nós somos é aquilo que nós somos mesmo, profissionalmente, e o compromisso é a militância que nós temos.

Eu queria agradecer, de verdade, as palavras, os gestos, a presença de vocês todos, e saudar, também, a assessoria da Oposição, na figura do José Eustáquio, que está aqui, sempre presente na Comissão, dando muito trabalho.

Antonio Carlos...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Senador Mercadante, eu poderia fazer uma pequena manifestação?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Você deve, porque você tem muitas das qualidades que seu pai nos ensinou aqui, nesta Casa, de compromisso, de atitude, de firmeza, e você tem o fino trato, que ele nem sempre tinha. Você conseguiu superá-lo nessa... Em outras coisas ele foi insuperável, sob o ponto de vista da vocação do poder, da agenda, da pauta. Ele estava sempre criando fatos políticos, sempre ajudando a pautar o debate, mas você tem um gesto muito

parceiro, muito amigo, muito correto, muito cordato, que foi também um prazer muito grande.

Portanto, para mim, é muito bom que V. Ex^a esteja aqui nesse momento e possa usar a palavra. Pediria à Presidência, encaminhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Senador Mercadante, nas presenças da professora Maria da Conceição Tavares, do Senador Delcídio, do Dr. Luiz Antonio Elias, do Senador Eliseu e de todos os demais Colegas, eu gostaria de ser testemunho do seu trabalho nesta Casa, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos, em que fizemos muitos debates importantes, um trabalho importantíssimo de discussão de temas fundamentais para o País. Inclusive enriqueceu-me muito ser membro desta Comissão, e participar dos debates que conseguimos fazer na Casa, debates de muita importância e relevância. E V. Ex^a sempre foi o motivador desses debates, sempre provocando os temas importantes, os quais tivemos condições de levar adiante, pois tivemos uma produção excelente na Comissão, além de ser também um Líder do PT do diálogo. Posso dizer que fiz amizade com V. Ex^a aqui, amizade inicialmente herdada, mas depois conquistada. O meu relacionamento com V. Ex^a aqui é o melhor possível. Gostei muito da convivência com V. Ex^a, não só no lado pessoal, mas também no tocante ao trabalho legislativo e ao quesito econômico, em que temos grande identificação.

Portanto, gostaria de saudá-lo nesta homenagem que iremos prestar a V. Ex^a neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Senador Valadares também está inscrito, Senador Mercadante.

Tem a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB

– SE) – Presidente Delcídio Amaral, nesta hora em que foi colocado o retrato do nosso grande Senador, Aloizio Mercadante, que fez e faz história nesta Casa, pelo ensinamentos que conseguir introduzir de como fazer a alta política, a política benfazeja de desenvolvimento social e econômico do nosso País, de uma ação sempre positiva, não só nesta Comissão como no Plenário, participando também como Líder que foi, durante várias oportunidades, de grandes debates, envolvendo temas da mais alta importância, dando apoio ao Governo, mas de forma muito independente e autônoma, acelerando os entendimentos com o Governo Federal no sentido da aprovação de projetos sem subestimar o caráter importante, democrático, da participação da oposição nesta Casa. Por isso, acho que por tudo o que o Senador Aloizio Mercadante nos transmitiu, os seus ensinamentos, a sua qualificação profissional como técnico, como economista, conhe-

cimento profundo da realidade nacional, nós não poderíamos deixar de prestar esta justa homenagem a um homem público que constitui exemplo padrão de eficiência, de trabalho, devotamento e idealismo à causa do Brasil.

Senador Aloizio Mercadante, aceite estas palavras que estou neste instante proferindo, não apenas de um Senador-Colega, mas de um amigo e admirador eterno.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Que-

ro saudar o Senador Antonio Carlos Júnior, agradecer as suas palavras, e dizer publicamente que aqui, sob a nossa Presidência, muitas relatorias relevantes V. Ex^a fez com a maior competência, sempre com o espírito público, independente de partido ou de disputa, sempre olhando o que era melhor para o Brasil, defendendo, com convicção, seus valores. Portanto, enriqueceu muito o trabalho da Comissão.

Meu companheiro Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem uma longa história nesta Casa e permanecerá enriquecendo e valorizando Sergipe, o valoroso e combativo povo sergipano, ajudando no debate e na vida institucional.

Quero parabenizá-lo pelo mandato e pela dedicação que sempre teve a esta Comissão e ao trabalho das Comissões, que é um valor muito importante para a República, para a qualidade do processo legislativo.

Portanto, encerro aqui a minha intervenção, dizendo que foi uma honra ter convivido com todos vocês, como já expressei. Acho que essa pluralidade de sotaques, de trajetórias, de ideologias, de compromissos, é o que faz a beleza do Parlamento.

Esta é uma Instituição, como eu disse, que tem 180 anos, teve um papel destacado na história do Brasil e continuará tendo. Nós conseguimos, nessa grande crise internacional, ajudar a pensar respostas nos debates, na formulação, a estimular o crédito.

Os bancos públicos, BNDES, Caixa, Banco do Brasil, tiveram um papel importante, assim como o Banco Central, liberando o compulsório, a redução de impostos em setores-chaves, para estimular a demanda agregada.

Acho que fizemos uma política anticíclica porque tínhamos construído, com prudência, linhas de defesa. Mas foi uma resposta inteligente do Governo, que o Congresso – e o Senado em particular – ajudou a produzir, a formular e a sugerir.

Portanto, estamos entregando aqui o Brasil em outro cenário, com crescimento, com estabilidade, com distribuição de renda, com protagonismo internacional, com emprego, batendo recordes de emprego, de

crescimento. Acho que é um momento muito especial da vida econômica e social do Brasil, e esta Casa teve um papel destacado.

Muito obrigado mesmo a todos vocês. Vocês contam com um companheiro e amigo onde quer que a gente possa estar no futuro.

Quero saudar também o Eurípedes, que está aqui, nosso ex-senador, assessor da Liderança, aniversariante hoje. Portanto, deixei-o por último. O presente já é a homenagem, Eurípedes.

Agradeço a todos vocês. Um bom trabalho aqui! O Brasil precisa da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Devolvo a palavra ao Cerimonial. Lembro aos Senadores que temos ainda dois assuntos a tratar na pauta ordinária – créditos. Os Relatores já estão aqui presentes. Está faltando o Inácio Arruda, que não estou vendo aqui.

Então, após a cerimônia da fotografia, da placa, nós continuaremos para olhar especificamente esses dois assuntos.

Com a palavra o Cerimonial.

CERIMONIAL – Senhoras e senhores, convidamos a todos para participarem da aposição do retrato do Senador Aloizio Mercadante. (Palmas)

(Exibição de filme)

(Suspende-se a reunião às 11h59min)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico que no dia 11 de novembro, às 10 horas, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, será realizada audiência pública conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Exmº Sr. Henrique Meirelles, para apresentar a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, segundo semestre de 2009 e primeiro semestre de 2010.

Comunico, ainda, aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu co-

nhecimento: o Aviso nº 48/2010, de 26 de agosto de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento com a Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de julho de 2010, como também as razões delas determinantes e as posições das reservas internacionais a ela vinculadas.

Da mesma forma, o Aviso nº 63, de 2010, do Banco Central, referente ao mês de agosto de 2010. É a mesma coisa, só que do mês de agosto. É a mesma coisa do Item 1.

E o Item 3: Aviso nº 74, de 2010, de 27 de outubro de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao terceiro trimestre de 2010 e, conseqüentemente, as razões delas determinantes e as questões das reservas internacionais a ela vinculadas.

Quero também comunicar avisos do Ministério da Fazenda: Aviso nº 49, atendendo à Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de julho de 2010; Aviso nº 58, de 2010, incluindo tabela demonstrativa, como a anterior, da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Ministérios; Aviso nº 73, que tem o mesmo mérito do 49 e do 58, tratando especificamente do mês de setembro de 2010.

Avisos do Tribunal de Contas da União: Aviso nº 1.356, SESIS TCU Plenário, de 25 de agosto de 2010, do TCU, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo do Tribunal de Contas 013.537/2009-9, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 23; Aviso nº 52, de 2010, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 11, de 2010; Aviso nº 53, de 2010, relativo à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2010; Aviso nº 54, de 2010, relativo à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 16, de 2010; Aviso nº 56, de 2010, também relativo à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 21; Aviso nº 57, de 2010, relativo à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 07, de 2010; Aviso nº 62, de 2010, decorrente de operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 19, de 2010; Aviso nº 65, de 2010, decorrente da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 46, de 2009; a mesma coisa, o Item 15, Aviso nº 66, de 2010, relativo à aplicação dos recursos decor-

rentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 22, de 2010; Aviso nº 67, de 2010, também operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 25, de 2010; Aviso nº 68, de 2010, operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 27, de 2010; Aviso nº 69, de 2010, também relativo à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 05, de 2010; Aviso nº 70, de 2010, relativo à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 29, de 2010; e, finalmente, Aviso nº 71, de 2010, do Tribunal de Contas da União, decorrente de operação de crédito também autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 30, de 2010.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Vamos entrar agora no Item 1 da pauta.

Mensagem de nº 274, de 2010, não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito com garantia da República Federativa do Brasil no valor equivalente a até US\$1.000.000.000 (um bilhão de dólares americanos) entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento do Programa BNDES de Crédito Multisetorial de Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas, primeira etapa do convênio de linha de crédito convencional, inserido na segunda linha de crédito condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a US\$3.000.000.000,00 (três bilhões de dólares americanos).

Autoria: Presidente da República; Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. O relatório é favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Senador Delcídio Amaral, como a Comissão já tem uma vivência nessa modalidade de empréstimo, vou resumir as condições, pois já são padronizadas.

É um empréstimo de até US\$1 bilhão de dólares para o BNDES, oferecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; o prazo de desembolso é de quatro anos, a partir do momento da assinatura do contrato; a amortização em 32 parcelas em até 20 anos, com quatro anos e meio de carência; a taxa de juros é a libor, que vive o seu melhor momento do ponto de vista de quem toma empréstimos; a comissão de crédito é 0,75% sobre o saldo devedor; e as despesas com inspeção e supervisão geral, enfim, a comissão administrativa, é de 1%. Portanto, é um empréstimo em condições muito favoráveis que ajudará seguramente

o BNDES a continuar cumprindo o papel decisivo que teve no financiamento ao desenvolvimento, ao investimento e ao impulso ao crescimento econômico.

Queria registrar também, antes – o voto está bem detalhado e também as condições do empréstimo –, que o Senador Antonio Carlos Júnior tem pleiteado a presença do Presidente do BNDES nesta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o portfólio do Banco, sobre as prioridades, os desembolsos, o desempenho, sobre projetos, captação de recursos, enfim. Acho muito importante que mantenhamos esta atitude da Comissão, a exemplo do que fizemos com o Banco Central. Quanto mais transparência, quanto mais fiscalização, quanto mais acompanhamento, quanto mais debate, melhor será a qualidade do sistema financeiro público, melhor será o perfil do desempenho dessas atividades. E acho que aqui é o lugar de debater essas questões com profundidade. Somos nós que acompanhamos, que aprovamos os empréstimos e que temos que fiscalizar e acompanhar essas instituições.

Então, junto com o meu parecer, queria apoiar a reivindicação da Oposição e que marquemos com urgência, se possível ainda no mês de novembro, a vinda do Presidente do BNDES para fazer uma exposição mais detalhada e abrir uma discussão profunda sobre o desempenho do BNDES e suas atividades.

Meu parecer é favorável e igualmente apoio o requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, convidando o Presidente do BNDES para vir prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Nosso voto à demanda de empréstimo é favorável. E quero aqui elogiar a Oposição de estar permitindo que seja aprovado, porque entendem, tenho certeza, que é um empréstimo de interesse estratégico para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador ACM Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz um acordo com o Senador Eduardo Suplicy e vamos fazer, conjuntamente, o requerimento de convite para o Presidente Luciano Coutinho vir aqui explicar as operações ativas e passivas do BNDES, porque acho importante que as saibamos, já que há uma polêmica muito grande em relação à questão das operações com o Tesouro, sobre as quais eu tenho restrições.

Porém, o empréstimo da qualidade do que está sendo discutido aqui, que é de US\$1 bilhão para as micro, pequenas e médias empresas, a custos extremamente favoráveis, faz com que não possamos ser contrários. Então, sou favorável. A restrição que eu tenho diz respeito exatamente à questão sobre a qual

já fiz um acordo com o Senador Suplicy e vou assinar com ele aqui o requerimento de convite. Portanto, apoio a operação de crédito – o Senador Mercadante também vai assinar – e estou retirando a restrição que eu tinha, em função do acordo que fizemos.

Apoio inteiramente, porque esse tipo de financiamento o Brasil não pode perder. O BNDES, a Eletrobrás, o próximo, todos, todos nós temos que apoiar. Não podemos ser radicais nisso aí. Quando for discutida a MP de operações com o Tesouro, eu vou discutir, mas esse empréstimo eu vou apoiar inteiramente o relatório do Senador Aloísio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador ACM Júnior.

Senador Flexa, inscrito, depois o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Dalcídio Amaral, na mesma linha do Senador Antonio Carlos Júnior, não podemos ser contrários a esse empréstimo tão bem relatado pelo Senador Mercadante, que prevê empréstimo no total de US\$1 bilhão para o Programa do BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas.

A Oposição não é uma oposição ao Brasil e não pode se posicionar contrária a esse tipo de empréstimo que vem ao encontro da necessidade das micros, pequenas e médias empresas brasileiras. Mas é importante que possamos ter aqui o nosso Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, nosso amigo, que o Senador Suplicy, já há uns três meses, ficou de trazê-lo, quando da transferência de 180 bilhões do Tesouro para o BNDES, que até hoje não se sabe. O relatório que está divulgado pelo BNDES é bastante discutível em relação às aplicações dos recursos. Ainda agora, Senador Antonio Carlos Júnior, somos brindados com uma medida provisória de ontem, dia 08/11, que dá ao BNDES um empréstimo do Tesouro de R\$20 bilhões para a construção do TAV, o Trem de Alta Velocidade.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Senador Flexa, aí eu sou contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, é medida provisória.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sim, aí eu sou contrário. A essa medida provisória eu sou contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois é. Então, é um absurdo isso aqui. No momento em que o Tesouro Nacional passa US\$20 bilhões para o BNDES para emprestar, com risco para o Tesouro... Senador, não sei se V. Ex^a tomou conhecimento da medida provisória, ou o Senador Suplicy...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Tomei. Já li a medida provisória.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...ou o Senador Aloísio Mercadante. Fica a União, a critério do Ministério de Estado da Fazenda, autorizada a abater, até o limite de R\$20 bilhões, parte do saldo devedor de operações de crédito firmadas com o BNDES em contrapartida às provisões para crédito de liquidação duvidosa registradas por aquele Banco. Ou seja, essa medida provisória está dando R\$20 bilhões a quem for construir, às empresas que forem construir o Trem de Alta Velocidade. Está até escrito isso, por incrível que pareça, está escrito na medida provisória. Se houver inadimplência por parte dos empreendedores, a União assume o débito. Eu não tinha visto isso ainda. Quer dizer, isso é um absurdo de tal grandeza, que nós não podemos aceitar, Senador Dalcídio, não podemos aprovar isso no Congresso Nacional.

E mais, o Tesouro Nacional toma recursos no mercado a taxas superiores ao de empréstimos ao BNDES e quem paga essa diferença? A sociedade, a sociedade é que paga essas benesses do Executivo. E, pior, e pior, aí vem a Presidente eleita propor a recriação da CPMF, como se faltasse dinheiro para a União. Não há falta. Há gastos que são inadequados. Então, não precisamos de CPMF, não precisamos de aumento de carga tributária. Nós precisamos, sim, de ter qualidade no gasto público, de diminuir o tamanho do Estado, de diminuir o número de ministérios, de diminuir os gastos públicos para que a receita da União possa atender os anseios da sociedade.

Quero, desde já, posicionar-me contrariamente a essa Medida Provisória nº 511, de 2010, e espero contar com o apoio da Base Aliada do Governo, inclusive do Presidente Dalcídio Amaral. Eu nunca tinha visto uma medida provisória tão absurda como essa! Precisamos estar no apagar das luzes de uma legislatura para o Governo ter coragem de encaminhar tal medida ao Congresso Nacional! No entanto, não vou pedir vista da medida em função do objeto do empréstimo do BNDES e em respeito ao Senador Suplicy, que assume o compromisso, junto com o Senador Mercadante, de agendar a vinda do Professor Luciano Coutinho à CAE, ainda em novembro, para que possamos ter esclarecidos por ele alguns empréstimos feitos pelo BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente Senador Dalcídio Amaral, queria recomendar a V. Ex^a que entrasse em contato com o Presidente Luciano Coutinho para que, em breve, ele possa mar-

car o dia de sua vinda a esta Comissão, se possível numa terça-feira, no horário normal de reunião da CAE, para que todos nos organizemos para esse importante depoimento. É fato que, já durante o período eleitoral, eu próprio havia assumido o compromisso, tanto em plenário quanto aqui, de convidar o Presidente Luciano Coutinho para prestar esclarecimentos sobre as inúmeras operações do BNDES, seja para as pequenas e médias empresas, seja para o trem de alta velocidade, para os diversos contratos relativos à Petrobras, aos programas de aceleração do crescimento na infraestrutura e assim por diante.

Felizmente, a economia brasileira hoje se encontra num ritmo de crescimento muito positivo e será ótimo que o Presidente Luciano Coutinho venha aqui trazer os esclarecimentos sobre os critérios que vêm sendo adotados pelo BNDES na concessão dos empréstimos.

V. Ex^a já tem em suas mãos, a exemplo de todos os Senadores presentes – só falta o Presidente também assinar –, o documento necessário para formalizarmos o consenso quanto ao convite ao Presidente Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito, registro, Senador ACM Júnior, Senador Flexa, o entendimento por parte da oposição e o nosso compromisso. Já vou aprovar o requerimento, assinado também por mim, para a vinda do Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, cuja presença será muito importante para a Comissão de Assuntos Econômicos, pois teremos a oportunidade de discutir importantes temas listados pelo Senador Suplicy, como as operações de financiamento à Petrobras especificamente e a questão do trem de alta velocidade. Vai ser uma excelente oportunidade para esclarecermos diversos assuntos.

Por isso, hoje mesmo, vou entrar em contato com o Presidente do BNDES para que possamos agendar a sua vinda o mais rápido possível – como diz o Senador Aloizio Mercadante, ainda este mês –, para que se faça um debate qualificado com relação ao papel do BNDES e também quanto ao entendimento desse projeto importantíssimo para as micro, pequenas e médias empresas, sobre o que representa isso efetivamente para a economia brasileira.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, coloco em votação o relatório do Senador Aloizio Mercadante.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que acompanham a matéria, não apontam impedimentos legais ou financeiros para a realização da operação. A Secretaria recomenda apenas que, antes da assinatura do contrato, sejam satisfeitas previamente as condições para o primeiro desembolso e seja verificada a adimplência do BNDES perante a União.

Isso posto, passamos agora para o Item nº 2.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PC do B – CE) – Sr. Presidente, não sei se é necessário um pedido de urgência, para que a matéria possa constar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se todos os Senadores estiverem de acordo, também tramitar em regime de urgência, para que essa matéria seja apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – O Democratas está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado aos Democratas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O PSDB também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E ao PSDB também.

Item nº 2 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº 295, DE 2010, não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externa, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$495 milhões dos Estados Unidos da América, de principal, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S. A – Eletrobras, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinado a financiar parcialmente o programa corporativo das empresas de distribuição da Eletrobras e da melhoria de qualidade dos serviços e de redução de perdas elétricas – aliás uma operação altamente relevante, principalmente para as distribuidoras do Sistema Eletrobras.

Autoria do Presidente da República. O Relator é o Senador Inácio Arruda.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, nobre Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PC do B – CE) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de registrar todo o apreço do PC do B ao nosso Senador Aloizio Mercadante. Não pude estar exatamente na hora em que sua foto, depois da caminhada para o Governo de São Paulo, foi colocada na galeria dos Presidentes desta Comissão – ficou muito bem.

Nós estivemos juntos em três grandes oportunidades em que o Senador disputou cargos majoritá-

rios: para o Senado da República, participamos da sua eleição e, nas duas disputas ao Governo do Estado de São Paulo. É uma personalidade por quem temos grande apreço, tanto do ponto de vista nacional e especialmente no Estado de São Paulo.

Então, quero dar os parabéns pela Comissão, que teve a oportunidade de tê-lo como Presidente, e a ele pelo seu desempenho como Senador da República e pelo seu desempenho nas disputas eleitorais de que tem participado, além da Presidência que ocupa *pro tempore* no Parlamento do Mercosul, Parlasul, onde temos oportunidade de participar também conjuntamente.

Sr. Presidente. V. Ex^a já fez referência ao empréstimo que a Eletrobras busca com o Banco Interamericano. Destaco exatamente esse aspecto do benefício para as distribuidoras, porque um empréstimo destinado às distribuidoras do Nordeste e Norte brasileiro que estão nas alças da Eletrobras – Piauí, Alagoas, Roraima, lá em cima, que ainda tem muitas dificuldades na área de fornecimento de energia, na distribuição, na manutenção e na modernização dos seus equipamentos. Destaco que o empréstimo, além de beneficiar o Estado de Amazonas, Roraima, Acre, Piauí e Alagoas, diretamente vai ser objeto de geração de emprego, porque muitas empresas vão ser atraídas pela modernização desse parque de distribuição nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

É um empréstimo muito significativo, muito importante, e o nosso parecer não poderia ser outro: nós votamos pela aprovação da solicitação, nos termos do projeto de resolução que apresentamos.

Então, nosso parecer é favorável, nos termos do projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Senador ACM Júnior e, depois, Senador Eliseu Resende.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma maneira que avaliei o financiamento dado ao BNDES, também este financiamento é extremamente favorável para a Eletrobras, já que seus custos são extremamente convidativos. Portanto, da mesma maneira, toda vez que o Governo brasileiro tiver oportunidade de tomar recursos a esses custos, não podemos deixar de concordar e até de aplaudir, porque são recursos mais baratos e que são fundamentais para o desenvolvimento do País. Portanto, da mesma maneira, eu não posso ser contrário. Sou favorável e também serei favorável à urgência do projeto, se ela for pedida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PC do B – CE) – Então, Sr. Presidente, já fica pedida a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Já fica pedida a urgência. Se todos os Senadores estão de acordo, peço para a Secretaria encaminhar para que essa matéria também seja rapidamente votada no plenário do Senado Federal. Se aprovada, é claro.

Senador Eliseu Resende.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Presidente, a Eletrobrás desenvolveu um programa de distribuição de energia e de redução de perdas. É louvável de nossa parte, é importante que a Eletrobrás se aperfeiçoe nesse ramo. É importante destacar também que esse é um programa financiado pelo Banco Mundial, que tem seus critérios para o exame dos projetos dos financiamentos. De forma que acho recomendável a aprovação desse projeto de acordo com o relatório do Senador Inácio Arruda.

Gostaria de fazer uma observação a respeito do ponto levantado pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Trata-se do trem-bala. Não é o caso apenas de olhar as condições e a metodologia do financiamento. Isso tem de ser examinado profundamente. Mas também precisamos voltar a uma questão básica: a viabilidade econômica do projeto. Há um relatório técnico aqui de uma consultoria do Senado que contra-indica o projeto. A minha experiência junto ao setor de transportes registra que existem inúmeros estudos feitos, há várias décadas, para implantação do trem-bala. Nenhum deles é favorável tecnicamente. Não há estimativa de custos e não há estimativa de demanda que faça com que os benefícios obtidos pelos passageiros do trem superem os custos. É preciso, portanto, um trabalho mais profundo no sentido de ver quanto custa esse trem, estimar o projeto, comparar com os benefícios para, depois, definir a viabilidade econômica. O Brasil não pode engajar-se num investimento de mais R\$40 bilhões sem os estudos adequados que precisam ser feitos particularmente no caso do projeto do trem-bala. Espero que tenhamos a oportunidade de discutir isso aqui e também no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eliseu Resende, homem experiente, vivido, engenheiro; meu caro Senador ACM Júnior, foi presidente da Eletrobrás, portanto conhece o assunto, não só o assunto energia, mas o tema transporte.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, coloco em votação o relatório do Senador Inácio Arruda.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado. Os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional

e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que acompanham a matéria, não apontam impedimentos para realização da operação, em particular quanto às exigências procedimentais e financeiras da Resolução do Senado nº 48, de 2007, e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Secretaria recomenda apenas que, antes da assinatura do contrato, seja feito contrato de contraguarantia entre a União e a Eletrobrás e seja verificada a adimplência da empresa perante a União – a contraguarantia aqui, meu caro Senador ACM Júnior.

Quero também sugerir, se todos os Senadores estiverem de acordo, regime de urgência para tramitação dessa operação de crédito.

Registro a presença do diretor da Eletrobrás em Brasília, Dr. Zenon Pereira Leitão. Quero, em nome de V. S^a, cumprimentar toda a diretoria da Eletrobrás e os empregados da Eletrobrás.

Quero colocar em votação o requerimento aqui assinado por mim, pelo Senador Mercadante, pelo Senador ACM Júnior e pelo Senador Suplicy.

Requerem, nos termos regimentais...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Fora do microfone.) – Com o apoio do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...seja convidado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, para prestar esclarecimentos sobre as operações de crédito do BNDES perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Inácio Arruda, também de acordo, aqui, com esse requerimento.

Nós vamos entrar em contato, hoje, com o Presidente do BNDES para agendar, ainda neste mês, essa audiência pública.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Também aprovados os requerimentos de urgência, como fizemos quando analisamos o item I e o item II da pauta ordinária.

Por último, mas não menos importante, registro, também, que hoje estiveram presentes o Dr. André Ricardo de Souza, Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal; o Dr. Luiz Azevedo, Secretário Executivo do Ministério das Relações Institucionais; o Dr. José Luiz Motta de Avellar Azeredo, que também é do Ministério das Relações Institucionais; e a Secretária Geral do Senado Federal, Sr^a Cláudia Lyra.

Não havendo mais nenhum assunto em pauta, dou por encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, nesta terça-feira, dia 09 de novembro, convidando todos os membros da Comissão de Assuntos

Econômicos para o evento que será realizado hoje, às 14 horas, com palestra da Professora e Doutora Maria da Conceição Tavares.

Muito obrigado a vocês. Tenham uma boa tarde e uma boa semana de trabalho.

(Levanta-se a reunião às 12h32min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta e oito minutos, do dia dez de novembro de dois mil e dez, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senadora **Rosalba Ciarlini**, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, José Nery, Valdir Raupp, Jayme Campos, José Bezerra, Cristovam Buarque e das Senadoras Marisa Serrano e Níura Demarchi, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Augusto Botelho, Gilvam Borges, Regis Fichtner, Mão Santa, Adelmir Santana, Efraim Morais, Eduardo Azeredo, João Durval e a Senadora Fátima Cleide. Justifica ausência o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 37ª Reunião que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1089-GP/TCU, que encaminha cópia do acórdão nº 2.457/2010, retificado pelo Acórdão nº 2.780/2010, prolatados pelo Plenário do Tribunal de Contas da União nos autos do processo nº TC-027.314/2009-5, com cópia do relatório de auditoria operacional a ação de construção de cisternas para armazenamento de água. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 30 – Não Terminativo – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2003.** Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Autoria do PLS:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 520 de 2003. **Resultado:** **Concedida vista ao Senador Flávio Arns, nos termos regimentais.** **ITEM 31 – Não**

Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010. Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador José Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas de Redação nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti, estendida aos demais Senadores.**

ITEM 32 – Não Terminativo – O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2010. Autoriza a União a indenizar os aposentados e pensionistas vinculados a entidades fechadas de previdência complementar abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados por empresas aéreas; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; determina a promoção de transação judicial ou extrajudicial por parte da União nas ações judiciais propostas por empresas aéreas contra a União e nas ações judiciais promovidas pelos assistidos e beneficiários de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar vinculadas a empresas de transporte aéreo, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS.**

ITEM 33 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2006. Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Pela reatuação deste Projeto de Lei Ordinária como Projeto de Lei Complementar e por sua aprovação nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti, nos termos regimentais.**

ITEM 34 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2008. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para permitir à condenada a permanência com seus filhos até a idade de três anos em estabelecimento penal. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto.**

ITEM 35 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº

59, DE 2010 – CAS. Nos termos do inciso I do art. 93 do RISF, requeiro a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 138 de 2010 que “regulamenta as profissões de Pesquisador de Mercado, Opinião e Mídia e de Técnico de Pesquisa de Mercado, Opinião e Mídia”, com os convidados a serem indicados, posteriormente, por esse Senador perante a secretaria desta comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 36 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 60, DE 2010 – CAS. Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir as implicações trabalhistas e previdenciárias ocorridas decorrentes da aquisição da BRASIL TELECOM pela Oi, com os convidados a serem indicados, posteriormente, por esse Senador perante a secretaria desta comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.**

EXTRAPAUTA

ITEM 37 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 61, DE 2010 – CAS. Requer, nos termos regimentais, a realização de um Seminário na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal nos dias 23 e 24 de novembro de 2010, para discutir os temas do I Congresso Mundial dos Aposentados. Para tanto gostaríamos que fossem convidados representantes da categoria e outros a serem definidos pela própria comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 38 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2010 – CAS. De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema “Primeira Infância e Cultura da Paz”. Ressalta-se que esta Audiência Pública está inserida na programação da 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal e que se realizará entre 16 e 19 de novembro vindouro. **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado.** Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 01 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008;** **Item 02 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2010;** **Item 03 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2008;** **Item 04 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2009;** **Item 05 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 567, de 2009;** **Item 06 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2005;** **Item 07 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2007;** **Item 08 – Terminativo – Pro-**

jeto de Lei do Senado nº 580, de 2007; **Item 09** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006; **Item 10** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008; **Item 11** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005; **Item 12** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006; **Item 13** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2009; **Item 14** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009; **Item 15** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010; **Item 16** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2009; **Item 17** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2008; **Item 18** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005; **Item 19** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008; **Item 20** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2008; **Item 21** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2008 **Item 22** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2006; **Item 23** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006; **Item 24** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2004; **Item 25** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2004; **Item 26** – Terminativo – Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2009; **Item 27** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2009; **Item 28** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007; **Item 29** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2009. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, José Bezerra, Papaléo Paes, Jayme Campos, Roberto Cavalcanti; e as Senadoras Níura Demarchi, Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidente encerra a Reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Eliana Almeida Zamboni Rodrigues da Cunha, Secretária-Adjunta da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 40ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1089GP/TCU que encaminha cópia do Acórdão nº 2.457/2010,

retificado pelo Acórdão nº 2.780/2010, prolatados pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo nº TC027.314/2009.5, com cópia do relatório de auditoria operacional, ação de construção de cisternas para armazenamento de água.

Passa-se à apreciação dos itens 1 ao 36, conforme pauta previamente divulgada.

Iniciaremos pela apresentação e análise de requerimentos que foram apresentados pelos Senadores. Primeiramente o Requerimento nº 2010, de autoria do Senador Paulo Paim.

O Senador Paulo Paim encaminha a esta Presidência, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a solicitação para realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2010, que regulamenta as profissões de pesquisadores de mercado, opinião e mídia e de técnico de pesquisa de mercado, com os convidados a serem indicados posteriormente por esse Senador perante a secretaria desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Posso falar, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Exª permitir, poderíamos colocar esse primeiro projeto já em votação. É um projeto que visa, como diz o próprio teor, a regulamentação das profissões de pesquisador de mercado, opinião e mídia e de técnico de pesquisa no mercado. Como há muito trabalho com mídia, confesso que é um momento adequado, talvez, para que nesse seminário possamos discutir, inclusive, a questão voltada às próprias eleições no que tange às pesquisas que são divulgadas.

Então, é o momento adequado – não marquei data – para podermos debater as pesquisas nas eleições conforme os cálculos que são colocados para a opinião pública mediante cada instituto.

O Senador Flávio Arns, que acabou de chegar, poderia lembrar de oito anos atrás. Ele era o terceiro ou o quarto nas eleições para o Senado e chegou na frente com um milhão de votos. Eu, nesta última eleição, estava em terceiro lugar, mas cheguei em primeiro com 500 mil votos na frente, fazendo 2/3 praticamente do universo de seis milhões de votos.

Portanto, se possível, gostaria de termos esse seminário, essa audiência pública para debatermos a regulamentação da profissão de pesquisadores de mercado, opinião e mídia, e, ao mesmo tempo, aproveitarmos para discutir as pesquisas.

Sei que V. Exª foi sempre vitoriosa desde a primeira até a última, inclusive nas urnas. Eu fui, graças a Deus, mas atravessei as pesquisas.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Eu também tive experiência. Quando candidata ao Senado, não aparecia como eleita. E no dia fui a Senadora eleita, vencendo dois nomes que tinham uma força muito grande: o Senador Fernando Bezerra, que era Líder do Governo aqui no Senado, e o ex-Senador Geraldo Melo, que também tinha sido Governador e tinha sido Vice-Presidente da Casa. E nessa eleição tinham muitas pesquisas. Tinha pesquisas para todo gosto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Algumas diziam que iria ter segundo turno, mas, na realidade, foi tudo resolvido no primeiro turno. Isso angustia não somente a nós, que somos candidatos, mas também a população, que fica recebendo informações que precisam ser mais confiáveis. Mesmo não estando de acordo com o que realmente está acontecendo, têm influência, nós sabemos, em uma parcela de eleitores. Portanto, seja muito bem-vindo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento está aprovado e, no momento oportuno, será marcada a data para a audiência pública.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir as implicações trabalhistas e previdenciárias ocorridas decorrente da aquisição da Brasil Telecom pela Oi, com os convidados a serem indicados posteriormente por este Senador perante a Secretaria desta Comissão.

A autoria é do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, de forma rápida, o próprio requerimento já diz tudo. Tem uma série de complicações trabalhistas e previdenciárias que envolvem os trabalhadores que estavam em atividade no momento em que a companhia, da Brasil Telecom, foi adquirida pela Oi. E nós queremos dialogar na busca da saída, de um entendimento entre os trabalhadores. A antiga companhia e a Oi. Esse é o motivo da audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, se me permitir também, há um terceiro requerimento de minha autoria.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador, pode apresentá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se olhar a pauta, de 30 projetos 29 são meus. Não sei se terá quórum para votá-los, naturalmente. Mas como o requerimento não precisa de quorum em plenário, eu queria propor, se possível, que colocássemos extrapauta um outro requerimento que se refere a uma área que atuo muito no Congresso Nacional, a situação dos aposentados.

Nós gostaríamos de fazer, Srª Presidente, e já está praticamente articulado, um congresso mundial dos aposentados e pensionistas aqui no Senado. A data seria 23 e 24 de novembro. Para que seja no espaço físico do Senado, fui orientado para que esse congresso fosse transformado em um seminário e, por isso, eu queria o apoio da Comissão de Assuntos Sociais para que pudéssemos fazer com que o seminário mundial dos aposentados e pensionistas se realizasse nos dias 23 e 24. Estão confirmadas as presenças, Srª Presidente, por convite que fiz antecipadamente, do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e do Ministro da Previdência.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Quero também apresentar um requerimento extrapauta, de minha autoria.

De acordo com o que preceituam os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o tema Primeira Infância e Cultura da Paz.

Ressalta-se que essa audiência pública está inserida na programação da Terceira Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado, que se realizará entre 16 e 19 de novembro vindouro.

Sou autora e acho que é um tema fundamental, importante, que reporta olharmos para o futuro. O futuro de paz que queremos construir começa exatamente quando criamos as condições de assistência educacional, social, de saúde, de atendimento à primeira infância. Como se diz, se cuidarmos dos pequeninhos, não precisaremos, no futuro, de prender os grandes.

Então, eu quero, aqui, colocar em discussão, já que o requerimento é de minha autoria. Não sei nem se eu poderia apresentá-lo, mas é requerimento, não é, Senador Paim? O senhor é o Vice-Presidente. Não sei se estou indo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Governadora eleita pode.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada.

Então, coloco em votação.

Os senhores que aprovam...

Nós estaremos, em breve, já anunciando essa data, que será de 16, 19, acordando com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Direitos Humanos.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Está aprovado.

Passamos, agora, ao Item 30.

Decisão não terminativa. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de novembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro.

Autoria do substitutivo: Câmara dos Deputados. Autoria do PLS: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, esse projeto de lei, na verdade, é uma fusão de um projeto de minha autoria e da Senadora Serys Slhessarenko. Como os dois foram para a Câmara, a Câmara fez o substitutivo, garantindo a Semana da Consciência Negra e também o 20 de Novembro.

Como já debatemos amplamente esse projeto e ele já foi aprovado nesta Comissão, o meu parecer agora, como Relator, é pela aprovação do projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Eu só estou pedindo, Srª Presidente, um esclarecimento ao Relator, porque considero o projeto da mais alta importância. O Dia Nacional da Consciência Negra é importante, é necessário, mas só que eu pergunto se foi mantida a ideia de ser feriado nacional nesse dia. Quer dizer,

se houver feriado nacional, eu penso que deva haver uma discussão maior sobre o assunto, porque, naturalmente, a sociedade toda vem questionando, a gente sabe muito, a questão dos feriados.

Então, eu considero o dia e a semana como fundamentais, mas só gostaria de algum esclarecimento sobre se será feriado também, ou não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, o projeto que foi para lá... Na fusão, foi inserida, sim, a questão do feriado no dia 20 de novembro. Esta é a explicação.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Então, eu peço vista, Srª Presidente, não no sentido de ser contra o projeto. Sou a favor do projeto, só que eu acho que criarmos mais um feriado exige, sem dúvida, reflexão maior, discussão maior sobre o tema.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Vista concedida.

Passamos, agora, ao Item 32, cujo Relator é o Senador Flávio Arns.

É um projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza a União a indenizar os aposentados e pensionistas vinculados a entidades fechadas de previdência complementar abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados por empresas aéreas; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; determina a promoção de transação judicial ou extrajudicial por parte da União nas ações judiciais propostas por empresas aéreas contra a União e nas ações judiciais promovidas pelos assistidos e beneficiários de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar vinculadas a empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.

Autoria do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, agora, ao Relator, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Agradeço, Srª Presidente.

Quero destacar que é um projeto de lei do amigo, Senador Paulo Paim, preocupado com inúmeras questões na área social, e uma das referências, sem dúvida, no Brasil, no encaminhamento desses debates, relacionado também à questão da liquidação do Instituto Aerus de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, responsável pela complementação das aposentadorias e pensões de ex-empregados de empresas como Varig, Transbrasil, Vasp e outras.

Quero dizer aqui que isso é uma questão inclusive humanitária. Pessoas que se dedicaram a vida toda a voar, a participar dessas empresas, mas essas empresas, várias delas, foram liquidadas, faliram, e es-

ses funcionários, esses profissionais estavam certos de que teriam seus direitos assegurados, garantidos através do sistema de previdência complementar, qual não foi a surpresa deles, e nossa, ao perceberem que, de fato, isso não estava absolutamente nada garantido. O que caracteriza, digamos, uma omissão grave da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, que tem a responsabilidade de acompanhar e de fiscalizar esses fundos.

Fizemos várias reuniões no Senado Federal, na Mesa do Presidente do Senado, Senador José Sarney, com a participação de Senadores de todos os partidos políticos, objetivando o encaminhamento dessa situação.

O Advogado Geral da União, na época, o atual Ministro Toffoli, organizou um grupo de trabalho, fruto inclusive da recomendação do Supremo Tribunal Federal, para que uma solução fosse encontrada. O grupo foi constituído e não chegou, infelizmente, a uma conclusão, que era a recomendação do Supremo Tribunal Federal e do nosso Advogado Geral da União à época, mas, infelizmente, não se chegou a um termo melhor. Eu até diria que houve um desinteresse em relação à busca de uma solução para um problema que aflige a tantas famílias no Brasil, e não se chegou, infelizmente, a uma conclusão.

Quanto o Senador Paulo Paim apresentou o projeto de lei, fruto desse entendimento com a área, inclusive relatei ao Paulo Paim que eu próprio participei de reuniões com a Advocacia-Geral da União para dizer: “Olha, vamos fazer um texto que convirja para um solução para esse problema.” Porém, depois de uma reunião inicial, não houve mais a participação da Advocacia-Geral da União na busca de um texto que refletisse os problemas e as soluções.

Estamos apresentando o relatório favorável ao projeto de lei, com pequenas alterações colocadas na forma de emendas, inclusive na ementa do projeto de lei e na redação de algum artigo, para que agente possa dar continuidade a esse projeto, por que decisão não terminativa, e ainda irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e para a Comissão de Assuntos Econômicos, para que o projeto possa tramitar.

A proposição – vou ler apenas uma página – prevê a autorização para que a Advocacia-Geral da União, a Superintendência de Previdência Complementar (Previc) – que foi omissa nesse caso –, as empresas aéreas e o Instituto Aerus de Seguridade Social transacionem sobre os diversos aspectos envolvidos, no âmbito jurídico e judicial, julgando ser a melhor forma de se alcançar uma solução. Ou seja, abrindo essa possibilidade nesse sentido.

Também o art. 3º do projeto introduz modificação na Lei de Recuperação de Empresas, Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, acrescentando novo dispositivo ao art. 7º, que trata da verificação e da habilitação dos créditos. Tal dispositivo pretende classificar à frente de todos os demais créditos da falência, nos termos do art. 83 da referida lei, aqueles obtidos pela União como resultado de transação judicial, para quitar débitos com planos de benefício de entidades fechadas de previdência complementar – o próprio Governo deveria fazer isso; então, abre-se uma possibilidade – a fim de assegurar o pagamento das aposentadorias e das pensões.

Significa dizer que as empresas que estiverem em falência mas que tiverem ações ajuizadas contra a União, caso esta opte pela via da negociação, os valores transacionados servirão para pagar primeiramente as dívidas com seu respectivo fundo de pensão, antes de quaisquer outros créditos.

Outra medida proposta é a criação de uma espécie de fundo de resseguro destinado a complementar benefícios aos participantes e assistidos de fundos de pensão. A receita desses fundos viria de parcela das contribuições de entidades participantes, de parte da arrecadação da taxa de fiscalização e controle da previdência complementar e de multas aplicadas pela Previc.

O PLS nº 147, portanto, de autoria do Senador Paulo Paim, ainda deve tramitar pelas Comissões que eu mencionei.

Em função desses aspectos e dada a relevância desse assunto, o voto é pela aprovação do projeto de lei do Senado acrescido das emendas a seguir apresentadas e que foram discutidas também, para o Senador Paulo Paim ter conhecimento como autor, com a parte envolvida, para refletir melhor a ementa que foi alterada e o art. 2º, conjuntamente com o disposto no art. 1º dessa lei.

A União deverá realizar transação nas ações judiciais promovidas pelos sindicatos ou outras entidades de classe legalmente constituídas para representar os participantes assistidos de planos de benefícios mantidos por entidades fechadas de previdência complementar a fim de assegurar o pagamento de seus benefícios.

Eu penso, Senador Paulo Paim, que é um projeto da mais alta importância. É um caminho que o Senado Federal pode apresentar para o encaminhamento do problema, abrir essa possibilidade e chamar o Governo Federal para a busca dessa solução, porque, de fato, houve, na minha óptica, omissão séria da Secretaria de Previdência Complementar, que deveria estar acompanhando muito de perto tudo isso. Em função dessa

omissão, milhares de famílias no Brasil estão sem seus direitos assegurados, quando no decorrer da vida se organizaram para que tivessem uma aposentadoria adequada através da previdência complementar, com a esperança de que a Secretaria estivesse acompanhando esse processo e assegurando aposentadoria e pensão a quem teria direito. No momento, estão aí sofrendo todo tipo de problema, sem dinheiro, sem salário, sem recurso, e tendo contribuído; tendo, no decorrer da vida, confiado que essa fiscalização aconteceria por parte do Governo Federal, o que lança dúvidas, eu diria, sobre outros tantos planos em que as pessoas terão que ficar inquietas, sem saber exatamente como vai ser o seu futuro se o órgão que deve fiscalizar não fiscaliza.

Então, o projeto de lei do Senador Paulo Paim me parece justo, adequado. Ele vai ser mais debatido ainda, mas espero que possamos, Senador Paulo Paim, nas outras duas Comissões, inclusive trabalhar pela celeridade desse processo.

É o parecer, Sr^a Presidente, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2010, acrescido das emendas que foram apresentadas.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, de forma muito rápida, para ganhar tempo inclusive.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todo o debate desse projeto que se refere aos aposentados e pensionistas do Aerus, não só eu, o Senador Flávio Arns e tantos outros Senadores viemos dialogando sobre esse tema há mais de dez anos. Isso não é uma questão de ontem nem de anteontem. É de há mais de dez anos. Fomos inclusive, em uma oportunidade, ao Supremo Tribunal Federal dialogar com os Ministros, fizemos inúmeras audiências públicas aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, tivemos inúmeros encontros nos Ministérios. E a última recomendação que recebi foi a de construir um entendimento que atendesse, nem que fosse em parte, o interesse dos aposentados e pensionistas que – ampla maioria – estão recebendo hoje nem o salário mínimo, R\$100,00, R\$200,00, R\$300,00, muitos deles que foram comandantes de aviões e que recebiam salários de R\$8 mil, R\$10 mil, R\$12 mil ou de R\$5 mil, R\$6 mil. Esse foi o objetivo. Conversamos com o Senador Flávio Arns, que aceitou ser o Relator e fez duas emendas que melhoraram a qualidade da redação do projeto. O projeto não é terminativo, não é terminativo. Vamos discuti-lo em

outras comissões, e depois ainda irá para a Câmara dos Deputados.

Então, não vejo motivo nenhum de nós não aprovarmos esse projeto, continuarmos a dialogar para criarmos aquilo que... Repito: é apenas um conforto legal, um projeto autorizativo. É mais uma esperança que vamos dar aos milhares de aposentados e pensionistas que estão morrendo. Muitos deles não ganham sequer um salário mínimo, e estão na expectativa de ver pelo menos parte do seu benefício voltar, a partir da negociação, que o próprio Supremo recomenda. Eles cancelaram a decisão final... Não cancelaram. Adiaram a decisão final, na expectativa de que houvesse um acordo entre o Legislativo e o Executivo, os advogados do Aerus, enfim, todos aqueles que estão participando desse processo.

Eu quero só cumprimentar o Senador Flávio Arns, eleito agora vice-Governador do Paraná. Foi um grande Senador, como agora, tenho certeza, será um grande vice-Governador, pela forma como estudou, debateu e dialogou com todos os setores envolvidos para essa construção.

Era isso. O meu voto só poderia ser favorável.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agora, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Quero aqui parabenizar o Senador Flávio Arns pelo relatório e o Senador Paulo Paim, que vem nessa luta persistente, determinada, como ele aqui colocou, já há dez anos. Esse assunto, Senador Papaléo, vem sendo tratado sem que se encontre realmente um porto seguro para que ele possa trazer resultados a todos esses que necessitam dessa assistência, os assistidos e beneficiados dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

Então, quero também aproveitar e parabenizar o Senador Flávio Arns, que agora vai dar uma grande contribuição. Já contribui bastante para o seu Estado e para o Brasil, como Senador, mas agora, no Executivo, ao lado do Governador eleito, ele, como vice-Governador, com certeza, com a sua experiência, vai ajudar bastante para que o Paraná faça uma boa administração.

Passamos agora ao Item 31.

Decisão não terminativa.

Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2010, que estabelece alíquota zero de contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Cofins, incidente sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.

A autoria é da Senadora Kátia Abreu, e a Relatoria, do Senador José Bezerra. Item 31. O Relator é V. Ex^a, Senador José Bezerra, também do Rio Grande do Norte. Item 31. O senhor é Relator. Refere-se à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Cofins, incidente sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, depois de apreciada nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador José Bezerra, para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Obrigado, Senadora, Governadora do meu Estado.

A respeito do projeto de autoria da Senadora Kátia Abreu, somos pela sua aprovação com algumas emendas, com o intuito de meramente corrigir alguns problemas jurídicos que havia no projeto de lei.

Assim, a medida proposta pelo projeto de lei possui inegável mérito e deve ser apoiada. Porém, na elaboração do projeto ocorrem dois pequenos equívocos de técnica legislativa na enumeração dos dispositivos alterados na Lei nº 10.833, de 2003, e na Lei nº 10.865, de 2004.

Ademais, em virtude das alterações promovidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2009, o termo “anti-solar” deve ser substituído por “antissolar”.

Por essas razões, apresentamos três emendas de redação, com o intuito de sanar os equívocos apontados, sem alterar o mérito do projeto de lei, que é a isenção de PIS e Cofins para os protetores solares importados e nacionais, para poder dar acesso, principalmente, ao homem que trabalha no campo, algo que é tão necessário, porque a irradiação no campo é muito mais prejudicial à saúde humana do que propriamente nas cidades, onde estamos nos ambientes com ar-condicionado. No campo, está-se, o tempo todo, à exposição do sol, o que traz grandes malefícios para os trabalhadores.

Era esse o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, recebi aqui um pedido, para que eu solicitasse vista do projeto, porque ele tem impacto na Cofins e

no PIS/Pasep. Na verdade, aqui estamos falando já nas contribuições para a Seguridade Social. Então, o Governo quer fazer um estudo mais detalhado desse impacto. Pediram que eu pedisse vista. Consequentemente, estou pedindo vista do projeto.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Vista concedida.

Agora, gostaria de fazer uma ressalva importante, pelo grande alcance na saúde que esse projeto traz. Nós sabemos que o câncer de pele vem, no nosso Brasil, infelizmente, com as irradiações que estão ficando cada vez mais fortes, em função da poluição do meio ambiente e da emissão de muitos gases poluentes.

Então, está havendo um crescimento muito grande de câncer de pele, atingindo... Não mais apenas câncer de pele. Houve um tempo em que ele só aparecia nas pessoas mais maduras. Hoje ele está chegando em todas as idades. Então, isso preocupa muito. E os brasileiros, principalmente nós... Sei que o Brasil todo tem essa dificuldade, até porque o nosso clima... Em algumas regiões, pode ser melhor.

Não é o caso do Rio Grande do Sul, Senador Paim. Mas, no Nordeste, é um sol causticante. Quem trabalha no campo, quem está ali na lavoura... Só o fato do deslocamento de crianças para as escolas é algo que... Estão expostas ao sol a toda hora. É uma dificuldade.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Então, o que acontece? Sou médica, todos sabem disso.

E há um trabalho de informação, hoje muito maior, pelos meios de comunicação, pelos trabalhos dos próprios municípios, através de suas secretarias de saúde, colocando a necessidade de as pessoas usarem protetor solar. E noto que essa consciência já vem, de certa forma, tomando corpo. Mas aqueles que são de classe média e média/alta, que têm mais recursos, esses já estão usando, inclusive nas suas criancinhas desde pequenininhas, quando vão à praia, quando estão expostos nas brincadeiras de parque. Digo pela minha experiência de pediatra. Mas, e os mais pobres, que precisam ter também a mesma proteção, porque também são filhos de Deus, como os mais ricos?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidente, V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Então, é justo que se peça vista, é para ser debatido, é para ser analisado, mas, quero, desde já, fazer uma convocação do nosso Vice-Presidente, a quem parabenizamos, Senador Paim, porque realmente eu fiquei preocupada. Eu, lá do Rio Grande do

Norte, acompanhava, torcia por sua vitória, mas via que a pesquisa dizia que V. Ex^a não ia ser eleito e, de repente, disparou em primeiro lugar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – As pesquisas não gostam de mim, mas as urnas gostam. Isso é o que interessa.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Isso que é importante.

Que seja rápido esse visto, para que a gente possa avaliar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidente, a senhora me permite?

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Só para sugerir. O Senador Paulo Paim referiu-se ao pedido de vista para análise do impacto econômico. Sugiro o seguinte: já que a nossa Comissão está julgando o mérito da matéria, independente da questão econômica do Governo, de despesas, sugiro que a matéria seja encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos para essa avaliação e que aqui fizéssemos a devida aprovação técnica.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Do mérito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, para um pedido seu, sempre olho com enorme carinho, agora, neste caso específico, Senador, vamos ver ali, estamos tratando inclusive dos produtos importados, e pobre compra muito pouco produto importado. Como há todo um impacto no COFINS e no PIS/PASEP – eu não estou dizendo que sou contra o projeto –, apenas pedi vista, na semana que vem ele retorna, os senhores poderiam pedir a vista coletiva e nós, de imediato, encaminhamos. Eu apenas faria uma reflexão, tranquila, como também o Senador Flávio Arns pediu vista de um projeto porque trata da questão do negro, e todo mundo sabe o carinho que eu tenho com essa questão racial. Eu acatei o pedido de vista com tranquilidade e, provavelmente, na próxima semana, vamos construir um acordo, inclusive mediante um relatório já apresentado pelo Senador Heráclito Fortes, que eu nem sabia, eu não tinha percebido.

É apenas uma questão de precaução minha. Por isso faço um pedido a V. Ex^a que concorde, embora regimentalmente, e na semana que vem a gente vota a matéria com a maior tranquilidade.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu concordo plenamente com V. Ex^a. Eu estava apenas querendo acelerar o processo, se fosse a questão puramente econômica. O Senador Mozarildo até me disse que na Feira do Paraguai tem os produtos mais baratos, e eu não sabia porque eu não frequento. Obrigado.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Senador Paulo Paim, eu queria também discutir um pouco mais com V. Ex^a pelo seguinte. O senhor disse que pobre não compra produto importado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não disse que não compra, eu disse que ali estamos tratando inclusive de produtos importados.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Isso, e que pobre não compra produto importado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu preferiria fortalecer o mercado nacional nessa área. Em vez de eu dar anistia para o produto importado, eu queria gerar emprego aqui dentro, gerar divisa aqui dentro, distribuição de renda aqui dentro. Consequentemente, se nós valorizarmos o produto nacional, para mim seria mais interessante, mas como eu pedi vista do projeto, eu acho que ficou para a semana que vem, pelo entendimento que fizemos. A gente pode, na semana que vem, fazer a discussão inclusive de quem vai votar contra ou a favor, que é legítimo. Agora, nesta reunião, não vamos mais votar porque há uma vista pedida.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Está bom. Lamento.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Não vai ser votado, mas, espero, Senador... Peça vista coletiva que aí é uma semana.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Só lamento que estou aqui pela minha última semana. Minha última semana. E uma única vez que pedi vistas em um processo, a Casa quase cai.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse é o argumento mais sólido. Esse é o argumento mais sólido.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Esses projetos que trituram a maioria são de V. Ex^a, que trituram a pequena empresa brasileira, trituram esta Casa. Vou chamar esta Comissão de trituradora da pequena e micro empresa brasileira o resto da minha vida. Aqui os projetos são meramente, meramente, a custa dos outros, e no momento, o único momento que é para o Governo arcar, um Senador do PT, do Governo, pede vistas.

Quando é para pequeno e micro empresa arcar, aqui passa de rodo, de rodo. São dez dias, oito dias para a pessoa que morreu um parente poder ficar em casa, o pai poder ficar em casa. A pequena e micro empresa não suportam isso. As grandes corporações... o Estado do Rio Grande do Sul realmente tem grandes grupos empresariais; o meu Estado não tem, são pequenos e micro empresários, como também o nosso sol é causticante, por isso que relatei esse projeto com muita propriedade, porque justamente há uma necessidade muito grande, pois o sol é bravo. No Rio

Grande do Sul o sol é mais ameno, demora muito a ter sol. Lá temos sol 365 dias por ano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vai transferir seu título para Rio Grande do Sul para votar em mim.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – E isso tenho só que lamentar. E vê-se aqui na CAS... Não se faz com a pequena e micro empresa o que se faz aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, V. Ex^a está sendo muito inflexível. Estou pedindo praticamente dois ou três dias. Na semana que vem...

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Estou só lamentando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... o senhor volta aqui. Vai estar aqui na semana que vem.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Não volto, não. Não estou mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então eu proponho o seguinte: V. Ex^a leia o seu relatório. Já leu, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Já leu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O relatório fica lido em uma homenagem a V. Ex^a; não indicamos outro Relator e o parecer vai ser o de V. Ex^a. Só estou pedindo... Não sei por que a sua agressividade, que acho desnecessária.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Senador Paulo Paim, faça uma homenagem ao Senador Bezerra e vamos votar.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Agressividade, não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Até porque eu aprendi a respeitá-lo muito. Fizemos muitos debates.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Não é agressividade, Senador. Estou sendo realista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E respeito. Eu tenho compromisso também com a micro e pequena empresa, como olho também para a grande empresa. Não tenho nada contra a grande nem contra a pequena. Acho que o empresário cumpre um papel fundamental, o empreendedor tanto do campo quanto da cidade. Só o que eu pedi aqui foi uma tolerância de mais dois dias. Recomendei as vistas coletivas. O projeto será votado na quarta-feira que vem. E em homenagem a V. Ex^a, quem sabe cheguemos a este entendimento: não indicaremos outro Relator e fica o seu relatório feito e apresentado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Senador Paulo Paim. Posso fazer um aparte ao Senador Paulo Paim?

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, já que sempre foi um generoso e competente Senador, que façamos uma homenagem ao Senador Bezerra e votemos essa matéria, até porque V. Ex^a é defensor do trabalhador brasileiro. Todos nós reconhecemos. Não é só do grande, mas também do micro empresário, que gera dois, três, quatro, cinco empregos. Dessa maneira, imagino a vontade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é esse o entendimento. Ele fica só contra o micro e pequeno.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ... a vontade tanta de votar...

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Vou fazer uma ressalva.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ... teríamos uma oportunidade em um momento ímpar, sobretudo na vida pública dele, de votarmos e o homenagearmos aqui. Mesmo V. Ex^a pedindo vistas, acho que vamos transpor esse pedido e vamos homenagear o Bezerra que, nesses 120 dias, foi um valoroso Senador da República.

Portanto, faço esse apelo em nome da nossa amizade e como seu seguidor nesta Casa em todas as matérias e diante dos projetos que V. Ex^a defende. Acho que, neste momento, temos que homenagear esse brilhante Senador José Bezerra, que passou esses 120 dias nesta Casa, sobretudo nesta Comissão.

V. Ex^a, que é uma pessoa de um coração enorme, vamos homenageá-lo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, se fosse pelo apelo feito por V. Ex^a, não tenho nenhuma dúvida de que aceitaria, como também se fosse feito pelos outros Senadores. Mas da forma como o debate se desenvolveu nesta Comissão, pela qual tenho o maior respeito, pois é a Comissão que tem mais compromisso, para mim, com o povo brasileiro. Sei que tem muita gente que não gostaria que houvesse Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Direitos Humanos, comissão que combate os preconceitos, mas elas existem, fazem parte da democracia.

E aqui é legítimo que haja posições divergentes nos mais variados temas, mas nem por isso posso aceitar que esta Comissão, sob a Presidência da Senadora Rosalba Ciarlini, que fez um excelente trabalho, tanto que se elegeu Governadora do seu Estado – e esta Comissão tem mérito pela forma de atuar aqui – seja considerada uma Comissão que quer triturar os empresários e empreendedores.

Eu que tenho tido esse cuidado...

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Pequeno empresário vírgula, as grandes corporações aguentam porque determinam preço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ninguém quer triturar pequeno e micro. Fizemos diversas audiências públicas aqui. O senhor tem o direito de ter a sua visão.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Eu tenho o direito, portanto vou continuar com ela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O senhor tem de me dar o direito de eu manter a minha.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Por favor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que eu não quero aceitar é que esta Comissão seja considerada... Eu me dou o direito de não aceitar. O senhor mantém a sua posição. Eu mantenho a minha. O pedido de vista é regimental. Eu aceitei o pedido de vista do meu amigo Flávio Arns sobre um tema que é muito caro e nem por isso fiz uma guerra. Eu concordei. E não usei termos agressivos ao Senador. A democracia é isto, é o direito, dentro do Regimento, de, em certos momentos concordar, discordar. Eu diria: que bom que estamos praticamente concordando aqui, Senador Jayme Campos! Olhe o que eu propus: vista coletiva. E votamos o projeto na semana que vem. O relatório lido por V. Ex^a, e V. Ex^a colocará em seu currículo lá para o Nordeste, e eu poderei dizer que estive junto com V. Ex^a com muito orgulho. O projeto da Senadora Kátia Abreu... Diga-se de passagem, 99% dos meus projetos que caem na mão dela, ela não os lê, diz que é contra, encaminha voto contra. O que eu vou fazer? É democracia. E eu respeito.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador, eu gostaria de que esse debate...

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Espero que não seja vingança com a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Eu gostaria de pedir ao Senador Paim e ao Senador José Bezerra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu aceitei uma recomendação do Executivo quanto aos cálculos.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Eu levei azar, Sr^a Presidente, de ter relatado um projeto da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não tem nada a ver com isso. A Senadora Kátia Abreu nem sequer lê os projetos e dá parecer contrário.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Paim, por favor, Senador José Bezerra. Acho que esse debate não vai levar a nada. Nós estamos aqui, temos de respeitar o Regimento. Se o

Senador Paulo Paim entender por bem pedir a retirada de vista, por saber que esse assunto vai para Comissão de Assuntos Econômicos, onde, com certeza, uma análise será mais detalhada, mais acompanhada com relação à questão econômica... Aqui, na realidade, é o método. O Senador tem o direito regimental de solicitar vista. Foi concedido, porque, na realidade...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Entendimento regimental.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Dentro do Regimento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – A senhora me permite, Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Só para lembrar que, nesta Comissão, já foi aprovada e fui até relator de uma matéria que propõe ao Governo distribuir aos trabalhadores que se expõem ao sol protetores solares. Foi aprovada aqui, graças a Deus. Estamos respeitando o Regimento, é um direito que tem, mas a questão fundamental é econômica. Acho que na próxima quarta-feira... Nós estamos pedindo vista coletiva. O senhor ainda estará aqui na quarta-feira?

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Não, tomando posse.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas fique até quarta-feira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos fazer um apelo ao titular para que conceda a V. Ex^a até quarta-feira da semana que vem. Eu faria o apelo.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Não tem como, regimentalmente também não é permitido. É fatal também.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Mas eu tenho certeza, Senador Paim, de que o Senador José Bezerra...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Manter o relatório do Senador José Bezerra. Logicamente, acredito que, na quarta-feira, o que vai ocorrer será o encaminhamento da Comissão de Assuntos Econômicos para saber qual o impacto sobre as finanças do Governo.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Até porque o projeto também beneficia o nacional. Coloca também como o nacional. Que surjam os genéricos, para podermos ter ainda mais barato.

Mas eu gostaria...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Já que o Senador Paim mantém, eu quero também pedir vista coletiva.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Se possível, o item 5 da pauta, do qual sou Relator, gostaria que V. Exª colocasse em votação. Serei breve no meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador, o problema é que ele é terminativo. Nós estamos esperando para iniciar os itens terminativos quando houver quórum.

Antes de passarmos para outro item, gostaria de dizer que entendo perfeitamente que o Senador José Bezerra, que veio durante esse período para prestar serviço ao nosso Estado e ao Brasil, traz o sentimento de quem trabalha no campo, de quem conhece a realidade do interior do Nordeste, as dificuldades que vivencia a nossa gente.

Na realidade, Senador Paim, eu quero até colocar, porque, como Presidente da Comissão, eu acho que ele colocou mal. Não é a Comissão que tritura os projetos, é quando a maioria, muitas vezes até orientada, como o senhor, acredito até... Muitas vezes, o senhor está aqui, mas o próprio Governo pede que peça vista, que oriente. O senhor é da base do Governo e faz isso.

Muitas vezes, os projetos de maior alcance também são protelados, há pedidos de vista, muitas vezes não são aprovados em função dos interesses do Governo. Isso é do jogo democrático. É da base defender exatamente o seu lado.

O Senador José Bezerra, durante esse período, agora, de três ou quatro meses – não foi, Senador? –, esteve, aqui, defendendo os interesses do Brasil, da Nação e, principalmente, daquilo que é ligado... Eu conheço o seu trabalho, a sua luta como presidente da associação dos criadores, como presidente do Sebrae, também. Com tudo isso, ele teve essa experiência e sente a angústia de saber que o mandato vai terminar e que algo que poderia ser benéfico para população vai ser... Embora saiba que ainda vai chegar na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. E fico...

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Depois, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu conheço pessoas... Isso vai ser analisado com essa visão de se é ou não prejudicial às finanças do Brasil, se vale a pena, se vai estimular emprego interno ou não e, depois, ainda vai para o plenário, depois vai à Câmara, quer dizer, ainda tem um grande percurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E vai para o Presidente, ainda.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Mas, Senador José Bezerra, quero dizer que a sua passagem, a sua vinda aqui... Realmente, foi importante trazer a sua experiência, a sua visão do trabalho de quem está na base e que chega ao Senado para poder contribuir.

Da mesma forma, o Senador Paim tem sido um defensor, aqui, intransigente das questões trabalhistas, na defesa do trabalhador. Nós temo-nos ombreado em muitas e muitas ações, em muitos e muitos movimentos, principalmente dos aposentados.

Todos têm os seus valores e, agora, o importante é que nesta Comissão possa, de forma democrática e republicana, haver a convivência dos contrários e o respeito pelas opiniões divergentes.

A SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, me permita, ainda, só para concluir, eu queria que ficasse firmado um acordo, aqui entre nós – porque o Senador José Bezerra, pelo qual tenho enorme respeito, leu o seu relatório, a vista foi conjunta –, de que nós votaremos o projeto na próxima quarta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Da nossa parte, na quarta-feira, nós colocaremos em pauta, já que o Senador garante que estará aqui, já trazendo o projeto.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Presidente, realmente, só tenho a lamentar e a agradecer a deferência, em parte, do Senador Paulo Paim, não é? Volto, realmente, a dizer que eu posso ter-me expressado mal com relação à Comissão, mas que, realmente, inúmeros projetos que dão entrada aqui, principalmente com referência à legislação trabalhista, que já é altamente penalizante para o pequeno e o micro empresário, mas é... Eu falo isso, Senador, não como empresário. Eu também fui juiz classista do trabalho e só quem viveu lá, como juiz, sabe o que é, o que sofre o pequeno e o micro empresário dentro de uma junta do trabalho. Só sabe quem viveu e eu acho que fui o único juiz classista do Brasil a ter renunciado faltando dois anos para o término do meu mandato, porque o meu coração não aguentava mais e o que os olhos não vêem, o coração não sente. Então, era um martírio para mim frequentar aquela Junta para ver as inúmeras – inúmeras – injustiças cometidas contra o pequeno e o micro empresário brasileiro.

As leis são feitas, elaboradas aqui, as grandes corporações suportam porque determinam o preço dos seus produtos e os pequenos, que não conseguem determinar os seus preços, porque não podem agregar aqueles custos inerentes aos novos projetos, são levados – inúmeros, milhares, centenas de milhares deles – à falência.

Isso eu conheço, o senhor também conhece, deve ter também no Rio Grande do Sul e em todas as regiões brasileiras. Isso acontece todos os dias e continua a acontecer.

A isso eu assisti aqui, também. Numa das votações, aqui, reclamei, tive uma desavença com o Senador César Borges, da Bahia, e, justamente por isso, gostaria de deixar aqui essa experiência que tenho como pequeno empresário e como ex-juiz classista, dizer que está ficando insuportável essa legislação trabalhista. Não há, no Brasil, qualquer empresário que tenha conhecimento dela; e não há pequeno e micro empresário que tenham condições de bancar advogados trabalhistas, tributário, ambientalista... Enfim, para todo tipo de legislação tem-se de ter um advogado, um veterinário, um agrônomo, um contador, porque o microempresário não consegue arcar com essas legislações que são criadas aqui, além de modificações na legislação, que são diárias; fala-se que são quase cento e tantas modificações diárias – decretos, artigos, leis –, e quem consegue acompanhar isso?

Então, a Lei Maior, a Constituição, ainda diz que “todo cidadão brasileiro, por lei, é obrigado a conhecer a legislação”. Eu queria conhecer esse cidadão brasileiro.

Era isso o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DM – RN) – Passamos, agora ao Item 33, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006.

O SR. JOSÉ BEZERRA (PSOL – PA) – Srª Presidente, apenas para um esclarecimento. O item 30 já foi discutido?

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DM – RN) – Já foi votado. Vistas, pedido pelo Senador Flávio Arns.

O SR. JOSÉ BEZERRA (PSOL – PA) – Foi pedido de vistas, não é? Certo.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DM – RN) – Foi.

O SR. JOSÉ BEZERRA (PSOL – PA) – Vista coletiva.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Quero esclarecer, porque o Senador Paulo Paim até concorda, porque ele, revendo as anotações, leu o parecer do Senador Heráclito Fortes sobre o assunto, relativo à aprovação do dia da semana, mas não aprovação como feriado.

O SR. JOSÉ BEZERRA (PSOL – PA) – Lógico, lógico.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Então, nesse sentido, há um entendimento para que seja votado nesse sentido na semana que vem.

O JOSÉ BEZERRA (PSOL – PA) – O meu sobressalto era exatamente de dar a um País que tenta competir com o mundo mais um feriado. Paciência.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DM – RN) – Item 33, senão não aprovaremos o restante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero alertar o Senador Flávio Arns que o parecer do Senador Heráclito Fortes já aponta nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DM – RN) – Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, que acrescenta art. 373-b à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Observação: votação simbólica em virtude da conclusão do voto do relator.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para proferir o seu relatório.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Para objetivar, Srª Presidente, porque está muito claro este relatório, e todos o tem em mãos, eu vou ler o voto.

VOTO

Do exposto – todos já leram o relatório, que é de uma página e meia –, voto pelo envio da matéria à Mesa do Senado Federal para que os procedimentos regimentais, como projeto de lei complementar e por sua aprovação – é uma reautuação – na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2006 – COMPLEMENTAR (SUBSTITUTIVO)

Dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e sobre a restituição dos valores pagos pela rescisão do contrato de trabalho.

Art. 1º É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Art. 2º Quando a confirmação ou o início da gravidez ocorrer durante o período de aviso prévio, indenizado ou não, a empregada será reintegrada, a partir da notificação do fato ao empregador, e os valores eventualmente recebidos a título de indenização serão descontados em parcelas mensais não superiores a trinta por cento do salário líquido percebido.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Em votação a matéria.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Vista concedida ao Senador da Paraíba Roberto Cavalcanti.

Vamos agora ao item 34.

Item 34. Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2008, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para permitir à condenada a permanência com seus filhos até a idade de três anos em estabelecimento penal.

A autoria é do Senador Expedito Júnior. A Relatora é a Senadora Marisa Serrano, a quem concedo a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Presidente, estamos aqui três médicos, mas nenhum é oftalmologista. Nem a senhora, nem o Mozarildo nem eu sou oftalmologista. O assunto hoje é só “vistas”.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Só conseguimos aprovar os requerimentos; o resto foi pedido de vista.

Acho que depois da eleição voltou todo mundo analisando com mais calma, mais cuidado.

Olha, eu quero limpar a pauta até o final desta legislatura. Quando recebo uma missão, um trabalho, eu quero dar conta dele direitinho. Temos ainda muita coisa a ser aprovada.

Então, os senhores já fiquem cientes de que, a partir da próxima semana, vamos fazer uma convocação maior, para fazermos reuniões com 60 ou 70 itens. Vamos fazer um dia de mutirão.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senadora Marisa.

Com a palavra a Relatora do Projeto de Lei nº 12, de 2008.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Srª Presidente, esse projeto de lei, de autoria do Senador Expedito Júnior, observa na justificção que o ordenamento jurídico em vigor já assegura o convívio entre as presidiárias e seus filhos durante o período de amamentação. Defende, contudo, a necessidade de ampliar esse prazo de convivência devido à importância para a formação das estruturas afetivas e psicológicas do indivíduo do contato entre a mãe e o filho nos primeiros anos de vida. Alega, por fim, que a determinação da oitiva do Ministério Público antes da decisão judi-

cial mostra-se necessária diante da complexidade do tema e dos riscos que os estabelecimentos prisionais podem oferecer à integridade física e ao desenvolvimento psíquico sadio das crianças pequenas.

Originalmente distribuído à decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto não chegou a ser ali apreciado antes de sua remessa à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para exame prévio em decorrência da aprovação de requerimento também de autoria do Senador Expedito Júnior.

A matéria não foi objeto de emendas.

O PLS nº 12, de 2008, não apresenta vícios de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado, cabe a esta Casa opinar, entre outras coisas, sobre a proteção e defesa da saúde.

Também são atendidos no projeto os requisitos formais, materiais, de constitucionalidade.

No que respeita ao objeto da proposição, há ponderações relevantes a serem feitas, uma vez que trata de matéria extremamente sensível do ponto de vista social. De um lado está o legítimo direito das mães presidiárias de acompanhar o crescimento dos seus filhos desde o parto, prerrogativa que a restrição do direito de ir e vir não lhe pode negar. De outro, o direito da criança à convivência familiar e comunitária em ambiente livre de violência e da insalubridade inerente às prisões figura ao lado do direito à liberdade.

Nesse contexto, poder-se-ia argumentar que manter a criança em ambiente carcerário até os três anos de idade significa estender temporariamente a ela a pena imposta à mãe, hipótese que sofre expressa vedação pelo inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal. Ademais, com essas preocupações em mente, o legislador federal recentemente alterou a Lei de Execução Penal com explícita finalidade de assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.

A nova redação da Lei prevê a garantia de acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo à criança; reconhece às condenadas o direito de cuidarem de seus filhos e inclusive de amamentá-los pelo menos nos seis primeiros meses de vida; e obriga as penitenciárias a terem uma seção para a parturiente, além da creche para abrigar crianças com mais de seis meses e menos de sete anos de idade que se encontram desamparadas por conta do encarceramento de suas mães.

Observemos também que, de acordo com a citada lei, tanto a seção para a parturiente e a gestante quanto a creche devem funcionar em unidades autônomas, em horário que garanta melhor assistência à

criança e à mulher, e deve contar com pessoal qualificado para o atendimento.

Por essas razões, entendemos que essa lei já pacifica as preocupações motivadoras da apresentação desse PL nº 12, pois oferece solução para os casos em que a prisão da mãe significa o abandono completo dos filhos ainda na primeira infância.

Assim, recomendamos que a matéria, por já estar legislada, seja declarada prejudicada, nos termos do art. 334 do RISF.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 12 e seu consequente arquivamento.

Resumindo, Sr^a Presidente, a Lei já dá às mulheres presidiárias garantia de seis meses para amamentar os filhos, de ter uma creche ao lado para crianças que são desamparadas por conta do encarceramento das mães e, além disso, obriga a ter uma seção de parturientes para o atendimento às crianças ainda pequenas. O que não podemos é deixar que crianças de até três anos fiquem encarceradas junto com a mãe. Isso vai contra a liberdade que esperamos para o ser humano.

Portanto, é por isso que voto pela prejudicialidade desse projeto.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Aprovam o parecer...

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Da Senadora... Não, em votação o parecer, com o pedido da prejudicialidade.

Rejeitado, então. O projeto foi rejeitado.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Foi prejudicado.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O parecer, não é?

Foi aprovado o parecer, que conclui pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2008.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e cidadania.

Vamos encerrar nossa reunião em função de que todos os projetos que se encontram para serem votados...

A SR^a NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senadora.

A SR^a NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Sr^a Presidente, hoje também é minha última participação nesta Comissão. Gostaria de deixar registrada a minha alegria por ter participado desta Comissão de Assuntos Sociais, dirigida por V. Ex^a, e por ter relatado três projetos que considero altamente importantes para o País, para todas as pessoas, especialmente para a nossa classe trabalhadora, o setor produtivo nacional, especialmente porque tratam da vida com profundidade, de pessoas importantes a todos os setores. E por terem os três projetos caráter terminativo, não haverá votação, quero me despedir desta Comissão, dos demais Senadores com quem convivi e que me deram um ensinamento extraordinário, toda a equipe que coordena e que cuida desta Comissão, todos os seus servidores, toda a sua direção.

Deixo registrada, Sr^a. Presidente, minha satisfação de relatar o projeto do Senador Jefferson Peres, que altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, que objetiva instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômica e financeira da empresa, que considero extremamente importante. De outra forma também, o Projeto nº 127, apresentado pelo Senador Paulo Paim, que assegura, com a legislação que altera o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.930, de junho de 1994, para dispor sobre o prolongamento da concessão de seguro desemprego em até doze meses para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Nós tivemos alguns questionamentos, mas considero a importância dele inclusive para pessoas que, quando estão trabalhando, perdem seu trabalho por diversas razões e ficam amparadas pelo Seguro Desemprego.

Mas, em caso de situações de calamidade pública, esse trabalhador, por meio desse Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador, tem oportunidade de ver-se segurado por mais tempo.

Considero o projeto extraordinário, de suma importância também, do Senador Paulo Paim.

De todo modo, o último projeto que relatei *ad hoc*, nesta Casa, o Item 12, também considerei extremamente importante para todo o povo brasileiro. De autoria do Senador Valdir Raupp, é o projeto que dispõe sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado, e dá outras providências.

Gostaria de deixar isso registrado, Sr^a Presidente, e de agradecer especialmente à senhora, que, no meu primeiro dia de trabalho no Senado Federal, pela tribuna, convidou-me para participar desta Comissão.

Quero dizer que tive aqui uma grata satisfação, um grande aprendizado. Espero, de forma muito simples, muito humilde, ter contribuído com meu País, representando o Estado de Santa Catarina, na qual o Governador Raimundo Colombo acabou de eleger-se, como a senhora, no Rio Grande do Norte, dois nomes extremamente reconhecidos pelo voto em primeiro turno.

Quero dizer que brevemente estará aqui, novamente, o Senador Raimundo Colombo até o final do mandato, neste ano, e que assumirá o Senador Casildo Maldaner, que já foi Senador e que é um brilhante político catarinense, que estará aqui fazendo as vezes e as vozes do nosso Estado de Santa Catarina.

Então, quero agradecer, finalizando aqui, nesta Comissão, meu trabalho, no dia de hoje.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Peço a palavra, Presidente, antes de V. Exª (*interrupção do som.*).

Quero cumprimentar a Senadora Níura e dizer-lhe que a grata surpresa foi nossa de tê-la aqui conosco, tão atuante, participando de todas as ações, diuturnamente estando aqui nesta Casa, auxiliando os companheiros, dando seus pareceres, participando do Plenário.

Para nós, realmente, foi muito bom tê-la aqui conosco. Esperamos que possamos ter a oportunidade de tê-la mais vezes aqui e, oxalá, efetivamente conosco nos próximos anos. Quem sabe abre-se alguma brecha, e ela possa permanecer conosco mais um pouco.

É um prazer enorme tê-la aqui, nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, permita-me...

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Paulo Paim.

Primeiro, o Senador José Bezerra tinha pedido a palavra. Depois passo ao senhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RN) – O Senador José Bezerra sempre terá meu apoio, na hora em que falar. Com certeza. E vou falar de V. Exª depois.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – É porque somos dois grandes: Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro. E gosto muito dele. Ele sabe disso.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Eu peço em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Esse é o Brasil que se encontra, de mãos dadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faço questão de falar depois dele sobre o mandato de ambos.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Depois, o Senador Paim.

Senador José Bezerra.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Srª Presidente, sem muita delonga, sou homem do campo, meio cru, um pouco...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Um homem de bem, sei disso. Isso que importa.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – ... calejado. Mas quero apenas pedir a palavra...

Não tenho muitos adjetivos afeitos à vida parlamentar, mas quero dizer que a Senadora Níura deu um exemplo de como se deve exercer um mandato de Senador nesta Casa.

Quero dar-lhe os parabéns, reconhecer que acompanho, desde o primeiro dia, esse mandato e dizer-lhe que ela tem todos os predicados que possam existir de uma pessoa pública.

Ela deve seguir, com certeza, na vida pública. E um dia esta Casa a verá como uma Senadora de fato e de direito pelo Estado de Santa Catarina, representando aquele povo tão hospitaleiro, tão digno e que tanto produz para o bem-estar deste Brasil, principalmente os pequenos e médios produtores rurais daquele Estado. Ela vai honrar muito seu Estado, sua região de Jaraguá do Sul.

Esta Casa sentirá a sua falta, Senadora, com certeza.

Era isso que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Passamos a palavra ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Rosalba Ciarlini, também quero tecer aqui as minhas considerações à Senadora Níura Demarchi, uma Senadora sempre presente, de segunda-feira à sexta-feira, nas Comissões, no Plenário, intervindo, fazendo apartes, usando a tribuna e dando manifestações como essa aqui.

Senadora quero elogiá-la pelo seguinte – e vou elogiar, em seguida, o Senador José Bezerra.

Houve aqui um debate um pouco duro, até áspero, mas faz parte da democracia. O senhor sabe que o considero um homem do bem, e por isso tomei a liberdade de falar da forma que falei, e também V. Exª falou. A Senadora Níura, em seguida, fala e elogia inclusive dois projetos de minha autoria, sabendo o carinho que ela tem também pelo Senador José Bezerra. Mas isso não faz que ela não consiga separar quando um projeto, na visão dela, é positivo e, quando não é, ela naturalmente vai advogar o contrário. Isso é grandeza política, de uma grande Senadora, que eu lamento muito que não vai continuar conosco aqui

para travarmos os debates no mais alto nível como sempre fizemos.

Fiquei muito feliz de participar com V. Ex^a, nesse período, inúmeras vezes no plenário e nas comissões. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a continuará na vida pública, para o bem do povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a.

Senador José Bezerra, olha que estou torcendo ainda, estou aqui com aquela coisinha que fica no canto do coração da gente, para que V. Ex^a tivesse aqui na semana que vem, para que eu pudesse votar junto com V. Ex^a. Eu entendi os seus argumentos. Muitas vezes eu ouço e às vezes respondo com a mesma intensidade, mas ninguém pense que quando estou ouvindo eu não estou refletindo e não estou também reconhecendo os argumentos daquele que pensa diferente.

Eu sempre digo, Senador José Bezerra, que aquele que vem para o debate e já acha que só ele sabe e ele é o dono da verdade, ele já começou perdendo. Sei que não é assim que V. Ex^a pensa.

V. Ex^a argumentou aqui, com muita coerência, com muita precisão, na sua visão e principalmente na visão do micro e pequeno empresário. E nós sabemos que quem mais gera emprego neste País é o micro e pequeno. E V. Ex^a aqui defendeu, durante todo o debate que tivemos, e até muitas vezes na comissão, sendo opção minoritária, mas muito firme também, com as suas convicções.

Agradeço a V. Ex^a pela forma como sempre atuou. Isso é bom para a democracia.

V. Ex^a volta agora para o seu Estado. Quero aqui assumir um compromisso, porque na semana que vem nós vamos votar o seu relatório: apenas vou receber os dados que o Ministério está me mandando e tenho certeza de que vamos construir um entendimento em cima do seu relatório.

Parabéns a V. Ex^a.

Oxalá ambos voltem para esta Casa e, se Deus quiser, eu esteja aqui ainda: faço questão de trabalhar com ambos. São duas pessoas do bem. E isso é bom, e nem sempre nós temos que concordar. Sei que V. Ex^a entende isso e muito bem. A discordância na democracia é muito bom. Chego a dizer, e o Senador Cavalcanti sabe disso, que defendo uma oposição, em relação inclusive ao Governo Federal, ou mesmo estadual ou municipal, sempre forte. A oposição é um símbolo, para mim, de que a democracia está viva. No momento em que não tiver uma oposição forte, contundente e que cobre efetivamente, seja da nossa governadora eleita agora lá no seu Estado, seja do Governador Tasso Genro, que nós elegemos lá no meu Estado, seja da Ministra eleita Presidente da República. A oposição cumpre um papel fundamental. Eu fui oposição, hoje

sou da base, mas isso é o que fortalece o processo democrático.

Parabéns a ambos. Oxalá ambos voltem como Senadores, no futuro, a esta Casa, para continuarmos trabalhando juntos.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, em meu nome.

Concordo com V. Ex^a que a oposição deve ser assim, não da maneira do Presidente da República, que quis extirpar a oposição no Brasil, principalmente o Partido Democratas deste País. E, tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Norte, mostramos que ainda estamos vivos, apesar de toda perseguição que sofremos nesses oito anos que passamos.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr^a Presidente, quero me associar às manifestações todas, enaltecer o trabalho da Senadora Níura, de Santa Catarina – sempre digo que sou do Paraná, mas as minhas origens são de Santa Catarina, do Município de Forquilha, perto de Criciúma e do Município de Brusque, perto de Itajaí também – e dizer que a Senadora teve neste período, sem dúvida, um belo trabalho no Senado, com muito embasamento, com muita profundidade, responsabilidade. E faço este apelo inclusive aos amigos da família e de todos de Santa Catarina que permitam que a Senadora Níura continue na vida pública, porque ela tem muito a contribuir para Santa Catarina e para o Brasil. Os cumprimentos também pelo belo trabalho desenvolvido e ao companheiro e amigo, José Bezerra, da mesma forma, pois no belo Estado do Rio Grande do Norte, com muita gente estando lá e todo mundo enaltecendo a hospitalidade, a amizade do povo, a beleza do Estado, a contribuição que o Estado pode dar. E o Senador José Bezerra contribuiu também, decisivamente, para os debates todos acontecidos aqui no Senado Federal, com preocupação, com posicionamentos claros a respeito do que deve acontecer e com observações feitas, inclusive agora há pouco, a respeito da importância do partido no cenário político nacional, partido que deve ser fortalecido também, já que tantas lideranças expressivas estão no partido no dia de hoje. Então, meus cumprimentos também ao Senador José Bezerra. É uma alegria ter participado e convivido com V. Ex^{as} aqui no Senado Federal.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Sr^a Presidente, minha vez.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Muito obrigado. Não sei agora como é que me dirijo a V. Ex^a: Sr^a Governadora Senadora, Sr^a Senadora Governadora? Agora também temos ao nosso lado o Sr. Senador Vice-Governador. O negócio aqui... Meu

padrão de amizade, graças a essa convivência salutar no Senado, enriqueceu-se muito.

Gostaria de fazer uma constatação. Aqui cheguei no início de fevereiro de 2009, numa época extremamente difícil do Senado Federal, racismo ideológico, racismo cultural. Eu uso o termo “racismo” porque é crime. Havia preconceito, inclusive nominalmente, na hora em que subíamos na tribuna ou éramos citados com a pecha “quantos Senadores suplentes têm no Senado Federal no momento?”, considerando uma desqualificação o Senador suplente.

Tivemos, ao longo da evolução política do nosso Senado, a conclusão de 2009 e 2010, um ano bem mais tranquilo, e eu diria que, exemplarmente, Deus faz as coisas certas. Trouxe extraordinários Senadores suplentes que aqui exerceram seus mandatos. Os exemplos da Senadora Níura Demarchi e do Senador José Bezerra são dois casos emblemáticos no Senado Federal. Sou uma pessoa que sou atenta. Na minha vida não sou político, sou empresário, mas, na verdade, a minha vocação é prestar atenção às pessoas. O empresário presta atenção às pessoas para dali saber se trabalha ou não com elas, se faz ou não negócio com elas.

Eu tive pelos dois uma extrema admiração, até entendendo as dificuldades por que passa um Senador aqui exercendo um tempo limitado, como é difícil. Mas os dois conseguiram dar uma aula a todos nós. Setenta e nove Senadores, nesse caso, assistiram a esses dois Senadores aqui representarem os seus Estados – o Estado de Santa Catarina e o Estado do Rio Grande do Norte. Eu ganhei demais, me enriqueci demais com a convivência com eles. E aprendi a gostar um pouco mais do meu vizinho Rio Grande do Norte, do qual V. Ex^a estará no comando durante os próximos quatro, talvez oito anos. Também aprendi a admirar ainda mais Santa Catarina e, especificamente, Jaraguá do Sul, sobre o qual me enriqueci, sabendo das pujanças já conhecidas daquela região por intermédio das conversas paralelas.

Assim, meus parabéns aos dois. Estaremos juntos, sem dúvida, na vida cotidiana, na política ou em qualquer outra atividade. Ganhei dois grandes amigos.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, Senador Roberto Cavalcanti. V. Ex^a, com a experiência de quem chegou aqui também como suplente, sabe o que isso representa e significa.

Mas eu quero, mais uma vez, encerrando a reunião de hoje, dizer que tivemos a oportunidade de apreciar nove projetos, entre requerimentos e projetos não terminativos: seis aprovados, três pedidos de vis-

ta. Está marcada a próxima reunião para quarta-feira, às 11 horas.

Ao mesmo tempo, aproveito para parabenizar a força da mulher catarinense que aqui veio e dizer que este Brasil tem muitas rosas. Rosas que mostram seu trabalho e sua ternura, sua contribuição para fazer este Brasil mais forte, mais unido, mais vivo. Esse foi um trabalho que nossa Senadora Níura desenvolveu durante esses dias em que aqui estivemos. Com certeza, o futuro a Deus pertence, mas faça a sua parte, porque Ele sempre disse: “Faça a sua parte que eu te ajudarei”. Santa Catarina precisa da senhora.

E leve para o nosso amigo, que deverá estar voltando em pouco, Raimundo Colombo, ao povo de Santa Catarina os parabéns pela linda vitória. Tenho certeza de que Raimundo Colombo, pelo que conheci dele como Senador, pelo que foi como prefeito, será um grande governador daquele Estado.

E também ao nosso José Bezerra, o irmão, o amigo, lá do Rio Grande do Norte, que esteve comigo durante toda essa luta que desenvolvemos agora, onde o povo do Rio Grande do Norte me escolheu para ser sua governadora pelos próximos quatro anos, no primeiro turno, uma vitória que realmente marcou. Enfrentamos lá todas as estruturas de governo estadual, federal. Senador José Bezerra, como o senhor sempre disse, nós viramos a resistência do Nordeste, porque Democrata eleita governadora mas a nossa disposição é fazer o Rio Grande do Norte acontecer. E vou contar com a sua experiência, vou contar, tenho certeza, com as suas ideias, suas sugestões, principalmente na área dos pequenos, dos micro e dos que trabalham no campo, uma área que o senhor conhece, domina e tem dado uma contribuição ao nosso Estado. E não foi diferente aqui como Senador, querendo contribuir para o fortalecimento das pequenas e médias empresas, que geram milhares e milhares e que deveremos fortalecer, porque o Brasil precisa do crescimento das micro, pequenas e médias empresas para dar mais oportunidades ao nosso povo.

Muito obrigada. Parabéns pela sua atuação. Hoje, estamos, com a graça de Deus, encerrando mais uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

(Levanta-se a reunião às 13h03min.)

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às onze horas e treze minutos, do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião

sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini**, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho e das Senadoras Marisa Serrano e Fátima Cleide. Justificam ausência os Senadores Jayme Campos e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Regis Fichtner, Mão Santa, Adelmir Santana, Raimundo Colombo e Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI Nº 59, de 2010-CN** que Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011” (Projeto de Lei Orçamentária para 2011). **Autor do Projeto:** Presidente da República. **Relator das Emendas da CAS:** Senador Efraim Moraes. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Efraim Moraes, que dá início ao seu Relatório comunicando que foram apresentadas cinquenta e três (53) Emendas nesta Comissão ao Projeto. Após a leitura do Relatório procede-se à discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 100, do Regimento Interno do Senado Federal, esclarecendo-se que a Comissão poderá apresentar quatro Emendas de Apropriação e quatro Emendas de Remanejamento. Em seguida, encerra-se a discussão e passa-se à votação. **Resultado:** são aprovadas por unanimidade as seguintes Emendas de Apropriação ao PLOA-2011: **Emenda nº 1 – CAS** – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). **Valor:** R\$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadora Lúcia Vânia, e Senadores Inácio Arruda e Romero Jucá. **Emenda nº 2 – CAS** – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. **Valor:** R\$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, e Senadores Papaléo Paes, Regis Fichtner, Romero Jucá, Valdir Raupp e Mão Santa. **Emenda nº 3 – CAS** – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada de Saúde – Nacional. **Valor:** R\$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, e Senador Romero Jucá. **Emenda nº 4 – CAS.** Implantação e melhoria de Sistemas Públicos

de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). **Valor:** R\$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senador Romero Jucá. Usam da palavra os Senadores Efraim Moraes, Papaléo Paes, Augusto Botelho e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 59, de 2010, Projeto de Lei Orçamentária para 2011.

Foram recebidas 53 emendas.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Efraim Moraes, para a leitura do seu relatório.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso relatório na Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 53 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 59, de 2010, CNN, Projeto de Lei Orçamentária para 2011, conforme a seguir discriminado.

Foram apresentadas 53 emendas, Srª Presidente.

Senadores que apresentaram emendas: Cristovam Buarque apresentou as Emendas nºs 01, 02 e 03; Senadora Fátima Cleide, a de nº 04; a de nº 05, Flávio Arns; a de nº 06, também Flávio Arns; Senadores Ignácio Arruda, José Nery, Lúcia Vânia, todas emendas de apropriação de acréscimo.

Portanto, aqui, em anexo, já publicadas no nosso relatório as 53 emendas, vamos diretamente à análise das propostas.

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 44, §1º, inciso II da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, pode acrescentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional.

Nesse relevante aspecto, algumas propostas estão em desacordo com o dispositivo ou o disposto no art. 44, §2º, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Foram consideradas propostas de emendas inadmitidas as de nº 02, 03 e 08.

Com o objetivo de atender ao maior número possível de emendas, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre emendas de apropriação que propunham ações dentro da mesma unidade orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das mesmas.

Assim, adotamos como critério para a seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas pela Comissão a manutenção da coerência com a programação encaminhada pelo Poder Executivo.

Dessa forma, propomos a aprovação das seguintes emendas de apropriação:

- nº 01 – implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em Municípios de até 50 mil habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico, no valor de R\$250 milhões;

- as emendas aglutinadas nºs 07, 14 e 34 – assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, serviço social autônomo, Associação das Pioneiras Sociais, R\$250 milhões;

- emendas aglutinadas nºs 09, 20, 27, 39, 46, 47 e 50;

- nº 03 – estruturação de unidades de atenção especializada de saúde.

Nós tivemos, aí, atendidas, no valor de R\$250 milhões, 11, 43 e 45.

E, finalmente, tivemos a implantação da melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50 mil habitantes exclusivos de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico, atendida a Emenda nº 32, de 250 milhões.

Diante do exposto, é o voto, Srª Presidente.

Votamos por que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação anteriormente citadas e propomos

que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o meu relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Queremos aqui registrar a presença dos médicos que fazem parte desta Comissão – o Senador Augusto Botelho, o Senador Papaléo e a Presidente, que também é médica – e dizer que a importância do trabalho que os que são ligados à área de saúde...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Como engenheiro, calculei as emendas.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Foi muito importante – como são muitas emendas e poucas nós poderíamos apresentar – o grande trabalho do Senador Efraim, que, apesar de engenheiro, teve a sensibilidade do cidadão que sabe o quanto é importante a saúde. Podemos dizer que as emendas que foram aprovadas – claro, aqui não há várias emendas voltadas... – resultaram em uma emenda maior, 250 milhões para implantação e melhoria do sistema público de manejo sólido, que é importantíssimo para a saúde, em municípios de até 50 mil habitantes; assistência médica qualificada e gratuita a todos os membros da população; desenvolvimento de atividades educacionais, sendo que muitas voltadas para a Rede Sarah, que é um sistema de atendimento à saúde importantíssimo no nosso Brasil; estruturação de unidades de atenção especializada de saúde, pois hoje sabemos o quanto é importante que se tenha como dar continuidade ao atendimento – faz-se o atendimento básico, mas quando é detectado, por exemplo, um câncer, deve haver uma assistência especializada, uma cirurgia mais especializada, um exame, e aí está uma grande dificuldade para o sistema SUS –; e implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes. Então, tudo a ver com qualidade de vida e com saúde.

Senador Efraim, quero parabenizá-lo pelo relatório, que aprovamos por unanimidade, por entender que a nossa Comissão está relacionada a várias questões: social, do trabalho e da saúde. Mas sem saúde não podemos, de forma alguma, avançar em nenhuma outra atividade. Parabéns pelo brilhante trabalho que o senhor realizou. Esperamos que, no Orçamento, trabalhem para fazer valer esse trabalho, realmente.

Que sejam aprovadas e que o Governo possa avançar mais nessas áreas, principalmente na saúde.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Permita-me, Sr^a Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, Sr. Relator, Senador Efraim Moraes, quero exatamente parabenizá-los, no caso o Relator, por conseguir condensar 53 propostas de emenda ao Orçamento de Senadores e de Senadoras. Porque V. Ex^a usou o bom senso, ou seja, usou suas qualidades humanísticas e suas qualidades técnicas de bom Parlamentar que é, e conseguiu agrupar muitas dessas emendas, resultando exatamente em quatro emendas que vão para o Orçamento da União.

Quero parabenizar V. Ex^a e dizer que nós que fazemos parte desta Comissão, que é uma Comissão realmente de Assuntos Sociais, que envolve todas as questões sociais do nosso País.

Ficamos muito satisfeitos em presenciar, Senadora Rosalba, da sua condução aqui, nesta Casa, da nossa Comissão. Eu, que participei – e participo ainda – desde o início do meu mandato da Comissão de Assuntos Sociais, presenciei que passamos por vários presidentes, que cumpriram com suas obrigações, mas V. Ex^a realmente tem, além da sensibilidade para presidir uma comissão como esta, um dinamismo muito grande, capaz de fazer com que V. Ex^a tivesse cumprido um mandato exemplar na prefeitura de Mossoró, no seu Estado, e agora foi eleita Governadora, em primeiro turno, naquele Estado.

Parabenizo V. Ex^a e digo que tenho certeza absoluta de que todos nós temos um grande orgulho de V. Ex^a, que honra esta Casa como Governadora eleita em primeiro turno lá no seu Estado. Portanto, parabéns a V. Ex^a, parabéns ao Senador Efraim Moraes, de quem reconheço o companheirismo que sempre o acompanhou nesta Casa. Particularmente, reconheço esse companheirismo. Meus respeitos a V. Ex^a e parabéns pelos seus anos de mandato aqui, no Congresso Nacional.

Senadora, portanto, V. Ex^a está de parabéns. Parabéns também ao nosso relator, que é engenheiro e sabe que depende de nós, médicos, para ter boa saúde. Por essa, razão, ele achou por bem atender às nossas necessidades principalmente na área da saúde. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO – RR) – Apenas uma observação, Sr^a Presidente. É para dizer que as nossas emendas este ano foram todas na área

da saúde, graças. Houve aquela de resíduos sólidos, que também é na área da saúde e a de água tratada para pequenas populações, que também se refere à área da saúde. Além disso, há essa parte da assistência médica que ficou aqui bem esclarecida, as pioneiras sociais e estruturação de unidades especializadas de saúde. Sabemos das dificuldades que as pessoas têm para ter um especialista. Espero que essa emenda seja realmente aplicada e que torne mais fácil o acesso. Temos que ter oportunidades iguais para todos. O objetivo principal da nossa Constituição é melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas e dar-lhes oportunidades. Então, meus parabéns pela seleção, Senador Efraim Moraes, e parabéns à nossa Presidente pelo mandato de governo que via exercer lá na sua terra.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sou eu que agradeço aos companheiros da nossa Comissão. Acho que fica registrada, por exemplo, a questão do Sarah. Estamos indicando aqui uma emenda no valor de R\$250 milhões para o Sarah. É um trabalho que vem sendo desenvolvidos pelos Parlamentares, por todos nós, além das nossas emendas individuais. E o fizemos porque reconhecemos o trabalho da Associação das Pioneiras Sociais. Por isso parabenizo a V. Ex^{as} e espero ter calculado bem para que haja saúde neste País. Um abraço.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Fico feliz com o resultado e quero aqui, com referência ao Sarah, dizer que se trata de uma rede que se estende a alguns Estados. E agora, como Governadora, vou ser incansável na luta para, quem sabe, ter o Sarah também no nosso Estado. Fica vizinho à Paraíba, o que vai facilitar muito, porque, nós, que estamos na base, sabemos o quanto é difícil, porque as pessoas ficam à busca de vagas e precisam vir a Brasília ou a outros Estados.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO – RR) – Vamos iniciar outra reunião?

Eu gostaria de pedir a permissão da Sr^a Presidente para votar um item.

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Temos que encerrar uma para começar a outra.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando a próxima para ter início agora, às onze e meia. Gostaria de convidar o Senador Papaléo Paes para me substituir enquanto me ausento por pouco tempo.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a sessão às 11h27min)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 15:00 HORAS NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.**

Às quinze horas e vinte minutos do dia três de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Bezerra, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro e das Senadoras Ideli Salvatti, Lúcia Vânia e Níura Demarchi reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Tião Viana, Pedro Simon, Gilvam Borges, Edison Lobão, Jayme Campos, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Osmar Dias e a Senadora Kátia Abreu. Justifica ausência o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 59) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2003.** Não Terminativo. Altera o sistema constitucional de composição de Tribunais. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko e outros. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 64) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2004.** Não Terminativo. Acrescenta § 13 ao art. 201 da Constituição Federal, para assegurar a contagem do tempo exercido por estagiário ou bolsista para os fins de fruição de aposentadoria e outros benefícios previdenciários. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o parecer contrário à Proposta. **ITEM 63) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2004.** Não Terminativo. Altera os artigos 102 e 105 e acrescenta parágrafo ao artigo 111 da Constituição Federal, para restringir a utilização dos recursos extraordinário, especial e de revista. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Relatoria:** Senador Demóstenes

Torres. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 53) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2010.** Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, no tocante ao subsídio dos Policiais Rodoviários Federais. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria ad hoc:** Senadora Níura Demarchi. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 68) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2006.** Não Terminativo. Altera os artigos 46, 56 e 79 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a vacância do mandato de Presidente da República, Senador e Deputado). **Autoria:** Senador Arthur Virgílio e outros. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 62) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 95, DE 2003.** Não Terminativo. Dá nova redação ao inciso III, do § 1º e § 2º do artigo 40 e aos § 1º e 8º do artigo 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a aposentadoria das pessoas portadoras de deficiência. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à Proposta, em face de sua prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 65) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2006.** Não Terminativo. Acrescenta parágrafo único ao art. 83 da Constituição Federal para instituir férias para o Presidente da República. **Autoria:** Senador Ney Suassuna e outros. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 66) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 85, DE 2007.** Não Terminativo. Altera o art. 201 da Constituição para instituir hipótese de aposentadoria proporcional no âmbito do regime geral de previdência social. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 55) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2006.** Complementar. Não Terminativo. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Sibá Machado. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio

Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário ao Projeto, tanto por razões de mérito quanto por inconstitucionalidade. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto, em decisão unânime, por inconstitucionalidade. **ITEM 57) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2003.** Não Terminativo. Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Octávio e outros. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatoria ad hoc:** Senadora Níura Demarchi. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 60) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2003.** Não Terminativo. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Júlia Carepa e outros. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatoria ad hoc:** Senadora Níura Demarchi. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 61) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2003.** Não Terminativo. Altera o inciso II do artigo 52 e a alínea c do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal, para transferir do Supremo Tribunal Federal para o Senado Federal o julgamento dos membros de Tribunais Superiores, nos crimes de responsabilidade. **Autoria:** Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à Proposta, por inconstitucionalidade. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta, em decisão unânime, por inconstitucionalidade. **ITEM 73) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2003.** Não Terminativo. Acrescenta o inciso XII e §§ 5º e 6º ao artigo 167 da Constituição Federal, criando regras para a limitação de empenhos e de pagamentos para a execução da lei orçamentária anual. **Autoria:** Senador Efraim Morais e outros. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatoria ad hoc:** Senadora Níura Demarchi. **Relatório:** Pela prejudicialidade da Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela prejudicialidade da Proposta. **ITEM 52) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 2008.** Não Terminativo. Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o aviso de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação. **Autoria:** Deputado Geraldo Resende. **Relatoria:** Senador Eli-seu Resende. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário ao Projeto. Durante a Reunião, o Senador Demóstenes Torres avoca a relatoria e altera o voto concluindo pela rejeição do Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 74) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2009.** Não Terminativo. Altera o § 2º do art. 20 da Constituição Federal, para reduzir a faixa de fronteira para quinze quilômetros de largura. **Autoria:** Senador Osmar Dias e outros. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pela prejudicialidade da Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela prejudicialidade da Proposta. **ITEM 75) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, DE 2010.** Não Terminativo. Institui Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – a ser conferida anualmente, pelo Senado Federal, a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica. **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF). **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria ad hoc:** Senadora Níura Demarchi. **Relatório:** Favorável à matéria. A matéria será apreciada também, pela Comissão Diretora. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 58) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2003.** Não Terminativo. Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante e outros. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do autor. **ITEM 67) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2009.** Não Terminativo. Dá nova redação ao inciso XI do art. 52, ao inciso I do art. 95 e ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para sujeitar os Ministros do Supremo Tribunal Federal a confirmação, a cada quatro anos, pelo Senado Federal. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella e outros. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do autor. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos do dia três de novembro de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens da Pauta, a saber: **ITEM 1) PLC Nº 15, DE 2010; ITEM 2) PLS Nº 414, DE 2009; ITEM 3) PLS Nº 477, DE 2009; ITEM 4) PLS Nº 316, DE 2007 tramita em conjunto com o PLS Nº 317, DE 2008. ITEM 5) PLS Nº 310, de 1999 tramita em conjunto com PLS Nº 315, de 1999; PLS Nº 67, de 2002 e PLS Nº 267, de 2004; ITEM 6) PLS Nº 457, de 2003 tramita em conjunto com PLS Nº 59, de 2006; ITEM 7) PLS Nº 196, de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 280, de 2005 e PLS Nº 301, de 2005; ITEM 8) PLS Nº 269, de 2004; ITEM 9) PLS Nº 416, de 2005; ITEM 10) PLS Nº 65, DE 2006; ITEM 11) PLS Nº 164, DE 2006; ITEM 12) PLS Nº 195, DE 2006; ITEM 13) PLS Nº 197,**

DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 7, DE 2008; **ITEM 14)** PLS Nº 209, DE 2006; **ITEM 15)** PLS Nº 319, DE 2007; **ITEM 16)** PLS Nº 369, DE 2007; **ITEM 17)** PLS Nº 436, DE 2007; **ITEM 18)** PLS Nº 517, DE 2007; **ITEM 19)** PLS Nº 734, DE 2007; **ITEM 20)** PLS Nº 218, DE 2008; **ITEM 21)** PLS Nº 272, DE 2008; **ITEM 22)** PLS Nº 370, DE 2008; **ITEM 23)** PLS Nº 400, DE 2008; **ITEM 24)** PLS Nº 127, DE 2009; **ITEM 25)** PLS Nº 246, de 2009; **ITEM 26)** PLS Nº 296, de 2009; **ITEM 27)** PLS Nº 351, de 2009; **ITEM 28)** PLS Nº 405, de 2009; **ITEM 29)** PLS Nº 87, de 2003; **ITEM 30)** PLS Nº 117, de 2003; **ITEM 31)** PLS Nº 331, de 2003; **ITEM 32)** PLS Nº 365, de 2003; **ITEM 33)** PLS Nº 535, de 2003; **ITEM 34)** PLS Nº 111, de 2004; **ITEM 35)** PLS Nº 144, de 2004; **ITEM 36)** PLS Nº 157, de 2004; **ITEM 37)** PLS Nº 225, de 2004; **ITEM 38)** PLS Nº 378, de 2005; **ITEM 39)** PLS Nº 210, de 2006; **ITEM 40)** PLS Nº 269, DE 2006; **ITEM 41)** PLS Nº 428, de 2007; **ITEM 42)** PLS Nº 549, de 2007; **ITEM 43)** PLS Nº 569, de 2007; **ITEM 44)** PLS Nº 410, de 2008; **ITEM 45)** PLS Nº 422, de 2009; **ITEM 46)** PLS Nº 538, de 2009; **ITEM 47)** PLS Nº 167, de 2006; **ITEM 48)** PLS Nº 724, de 2007; **ITEM 49)** PLS Nº 292, de 2009; **ITEM 50)** PLS Nº 396, de 2003; **ITEM 51)** PLS Nº 418, de 2008; **ITEM 54)** PLS Nº 124, de 2004; **ITEM 56)** SCD Nº 163, de 2000; **ITEM 59)** PEC Nº 39, de 2003; **ITEM 67)** PEC Nº 51, de 2009; **ITEM 69)** PEC Nº 41, de 2006; **ITEM 70)** PEC Nº 43, de 2007; **ITEM 71)** PEC Nº 5, de 2009; **ITEM 72)** PEC Nº 53, de 2007, tramita em conjunto com PEC Nº 56, de 2009; **ITEM 76)** PLC Nº 323, de 2009; **ITEM 77)** Emenda nº 2, de Plenário ao PLC Nº 320, DE 2009; **ITEM Nº 78)** PLC Nº 67, DE 2009; **ITEM 79)** PLS Nº 247, DE 2007; **ITEM 80)** PLS Nº 44, DE 2006, tramita em conjunto com o PLS Nº 110, DE 2006 e com o PLS Nº 312, DE 2007; **ITEM 81)** PLS Nº 250, DE 2005-Complementar e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotíпия informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 42ª e 43ª reuniões extraordinárias e da 44ª reunião ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 81.

Passo a Presidência ao Senador Suplicy, para que eu possa fazer a relatoria do Item nº 59.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Item nº 59

Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003, não terminativo, que altera o sistema constitucional de composição dos tribunais, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros.

O Relator é o Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a Senadora Serys Slhessarenko apresenta a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2003.

Pela proposta da Senadora Serys Slhessarenko, em primeiro lugar, modifica-se o art. 93, inciso I, da Constituição Federal, para que todos os concursos do Poder Judiciário sejam feitos por entidade externa ao próprio Poder, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público.

Pelo inciso III desse dispositivo do art. 93, o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e por merecimento, alternadamente, apurados na última e única instância.

Por essa alteração, o acesso deverá ser feito por eleição direta entre os juízes de primeiro grau de jurisdição ou juízes do Tribunal de Alçada, que já não existem mais. Os juízes elegeriam diretamente os desembargadores. E os desembargadores ficariam no cargo por no máximo 8 anos, vedada a recondução para o período imediatamente subsequente.

O art. 94 também seria modificado. Ele trata da composição de um quinto dos lugares dos tribunais ali mencionados, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

A proposta da Senadora intenta determinar que o quinto constitucional mencionado seja composto, assim como estatui o dispositivo vigente, por membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e por advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de atividade profissional, escolhidos igualmente pelo chefe do Poder Executivo. A diferença é que também terão mandato de 8 anos, e a escolha da lista tríplice ocorrerá pelos órgãos de representação das respectivas classes, ou seja, pelas associações.

O art. 101 da Constituição versa sobre a composição do Supremo Tribunal Federal. No Supremo, a

proposta da Senadora é impor mandato de 10 anos para os Ministros nomeados, vedada a recondução para novo mandato imediatamente sucessivo. E como se daria a escolha? A nomeação pelo Presidente da República dar-se-ia após aprovação por no mínimo três quintos do Senado Federal, escolhidos em lista tríplice formada alternadamente pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Militar, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Ministério Público, ou seja, sairia da mão do Presidente da República.

No parágrafo único desse mesmo art. 101, a PEC objetiva tornar inelegíveis por 4 anos quem ocupou a função de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministro de Estado e membros do Congresso Nacional.

Quanto ao art. 104, segundo a proposta da Senadora, a composição do Superior Tribunal de Justiça seria aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal. E a proposta também prevê mandato de 8 anos para essas autoridades, vedada a recondução. E quem elaboraria a lista? Um terço entre juízes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em listas tríplices, eleitas pelos próprios tribunais; e um terço em partes iguais entre advogados e membros do Ministério Público, estes indicados em listas tríplices, eleitas pelos respectivos órgãos de representação das categorias.

O art. 107 seria modificado em relação aos Tribunais Regionais Federais, que seriam compostos por 7 juízes, nomeados por mandatos de 8 anos, sendo que um quinto desses juízes seriam escolhidos em listas tríplices formadas pelos respectivos órgãos de representação das categorias, ou seja, as associações. E os demais, eleitos pelos juízes federais de primeiro grau da respectiva jurisdição.

O art. 111 da Constituição modificaria a composição da Justiça do Trabalho.

O art. 111-A, que versa sobre a composição do Tribunal Superior do Trabalho, é alterado pela proposta. Então, reduz-se o número de 27 para 17 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, além do que eles também passarão a ter mandato de 8 anos, 11 serão escolhidos dentre os juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, 3 dentre os advogados e 3 dentre os membros do Ministério Público do Trabalho.

O art. 115, que trata da composição dos Tribunais Regionais do Trabalho, diz que eles passarão a ter também mandato de 8 anos, os Magistrados dos Tribunais serão Juízes do Trabalho escolhidos em listas tríplices, eleitas pela Magistratura do Trabalho de primeiro grau, e advogados e membros do Ministério Público do Trabalho escolhidos em listas tríplices,

eleitas pelos respectivos órgãos de representação de categorias.

E, finalmente, o art. 123, que versa sobre a composição do Superior Tribunal Militar, também estabelece o mandato de 8 anos para esses ministros. E a cláusula de nomeação pelo Presidente, depois de aprovada a escolha pelo Senado, sendo 3 dentre os Oficiais Gerais da Marinha, 3 da Aeronáutica, 4 do Exército e 5 civis. A nomeação seria dos ministros civis diferente pelo fato de que os advogados, bem como os juízes, auditores e membros do Ministério Público seriam escolhidos sob listas tríplices, eleitas pelos membros das categorias respectivas.

O art. 2º diz ainda que, cessada a investidura, ou seja, passados esses 8 anos, os membros dos tribunais retornarão às carreiras de origem.

E o seu parágrafo único prescreve que o acesso a tribunal superior ou ao Supremo Tribunal Federal suspende o mandato em tribunal de segundo grau.

Bom, de qualquer forma, eu considero, primeiramente, que essa emenda é absolutamente inconstitucional em relação ao sistema jurídico adotado no Brasil de vitaliciedade ou da vitaliciedade. Esse sistema assegura para o juiz que, inclusive, a perda do seu cargo deve se dar por decisão judicial. Os juízes têm todas as garantias para que exerçam dignamente a sua função (juízes e membros do Ministério Público).

Então, eles não podem ter a redução dos seus vencimentos e, além do que, eles são garantidos à investidura por concurso público, exceto nos tribunais superiores em que essas indicações são alternadamente feitas por listas dos próprios tribunais, ou dos órgãos em lista sêxtupla, que depois são reduzidas pelos tribunais e encaminhados ao Presidente da República.

O vício, que a Senadora Serys tenta corrigir, na minha opinião, é um vício mais da escolha e não da duração do mandato ou do tempo de investidura – porque hoje não é mandato, a Senadora passa a querer mandato –, menos do tempo de investidura do que propriamente das escolhas que nós fazemos.

Os senhores vejam o seguinte: o tanto que é bom, o que é feito hoje no Brasil é praticamente tudo o que acontece em países civilizados. Na França é assim, na Inglaterra também é assim; em algum ou outro país tem uma distinção. Mas o vício, por exemplo, para escolha de membro do Supremo Tribunal Federal ou membros dos tribunais superiores, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça, esse vício se encontra mais dentro de nós, Senadores da República, que temos a obrigação de fazer uma sabatina exemplar. Lembremos o que acontece nos Estados Unidos: um membro da Corte Suprema chega a ser sabatinado por dois, três meses. Todas as questões sobre sua

vida pessoal – claro que não a vida de alcova –, mas sua vida pessoal, o seu desempenho como profissional respeitável, porque ele tem que ter um conhecimento jurídico notável. Então, tudo isso é averiguado.

Aqui nós fazemos uma sabatina que, quando demora seis, sete, oito horas, há uma reclamação quase que unânime para se abrir o processo de votação, as urnas serem abertas imediatamente, quando deveria ser um processo exaustivo, deveríamos perquirir sobre as preferências ideológicas do candidato ao Supremo, aos tribunais superiores. Deveríamos perquiri-lo sobre a sua experiência profissional, sobre como ele pensa acerca de temas polêmicos. E isso poderia durar dias. Não há pressa.

Então, o defeito apontado pela Senadora dá uma vazão muito grande inclusive às pretensões da magistratura de primeiro grau, que gostaria de ver muito os seus juízes por associações ou diretamente elegerem seus desembargadores. Mas isso também gera um perigo terrível, qual seja de se partidizar o Poder Judiciário. Os juízes já estariam em campanha permanente para se tornarem desembargadores, e os desembargadores para se tornarem ministros.

E o mérito – que é o que busca a Senadora Serys Slhessarenko – estaria, na minha opinião, totalmente descartado.

Além do que a garantia da vitaliciedade é dada justamente para que não haja o chamado “populismo judicial”. O ministro, o desembargador, ministros dos tribunais superiores, o ministro do Supremo têm, ao contrário de muitos de nós, todas as garantias para que a sua opinião possa ser a melhor possível, isenta de qualquer influência. O ministro vitalício, ao menos em tese, deve receber as partes, deve receber os advogados, deve receber qualquer um, se assim lhe aprouver, mas, ao mesmo tempo, deve ouvir as pessoas, mas deve julgar com a isenção que a Constituição lhe dá. E um dos pilares dessa isenção é justamente a vitaliciedade. Parece-me que é de todo temerário – primeiro eu mantenho a minha posição de que é totalmente inconstitucional dentro do sistema brasileiro, porque estaríamos rasgando a vitaliciedade. Nós estaríamos colocando os juízes – excetos os de primeiro grau – de maneira temporária. E ainda há um perigo muito grave, o do retorno dessas pessoas ao seu tribunal de origem assim que cessar o mandato ou mesmo a carreira de advogado. Como é que essa pessoa iria advogar depois? Quais seriam os impedimentos para advogar tendo participado de um órgão colegiado e até mesmo do Supremo Tribunal Federal?

Então, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, por melhor que seja a intenção da Senadora Serys Slhessarenko, o meu voto é pela inconstitucionalidade do

projeto, da Proposta de Emenda à Constituição, melhor dizendo; e no mérito também pela sua rejeição por entender que é completamente inoportuno mudar o sistema de composição dos tribunais brasileiros.

O que nós precisamos, sim, ainda mais agora que o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional do Poder Judiciário, precisamos é dar atribuições de sobra a esses poderes para que os vícios sejam coibidos. Inclusive nós já aprovamos aqui a perda de mandato pelo Conselho Nacional do Ministério Público, ou melhor a perda do cargo ou função pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Nacional do Poder Judiciário. Com que finalidade? Fazer com que aqueles que estejam exercendo mal, indignamente, desviando a sua conduta, que eles possam ser punidos, inclusive com a perda do seu cargo ou função.

Então, esta é a minha opinião: preliminarmente, pela inconstitucionalidade; e, no mérito, pela rejeição da proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Alguém gostaria de...

Senador Presidente, eu estou como Presidente em exercício, mas, se me permite, eu posso discutir também?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – V. Ex^a argumentou que seria inconstitucional esse projeto. Parece-me... Não tenho o seu conhecimento jurídico, mas, na medida em que não é um projeto de lei, mas é uma proposta de emenda à Constituição, e se propõe uma modificação, nos termos da Constituição, seja na maneira como são escolhidos aqueles que seriam indicados, para que o Presidente da República, então, designe a pessoa para determinado órgão, tribunal superior ou até para o Supremo Tribunal Federal; seja para que os Ministros, então, tenham, em vez da vitaliciedade, um tempo – seja de oito ou de dez anos, no máximo, no caso de membros do Supremo Tribunal Federal. E, se essa decisão é através de proposta de emenda à Constituição, parece-me que, pelo menos na visão de muitos juristas que conheço pessoalmente e que têm, inclusive, proposto isso, juristas especializados, parece-me que isso poderia ser objeto de proposta de emenda à Constituição, conforme propõe a Senadora Serys.

Como S. Ex^a não está aqui, e como ainda recentemente eu ouvi de eminente jurista que ele considera que seria adequada uma proposição no sentido de limitar o tempo dos Ministros do Supremo, de um lado, e, de outro, que seria até considerado de bom senso

que a comunidade jurídica pudesse eleger dentre os seus pares quais as pessoas... digamos, elaborar uma lista tríplice, ou uma lista segundo a qual o Presidente, então, tendo em conta aqueles considerados pelo meio jurídico como os mais capacitados para serem indicados, faria a escolha, para então ser apreciada pelo plenário do Senado Federal, conforme a nossa atribuição constitucional.

Mas, tendo em conta – coincide, Sr. Presidente – que, ainda nesse final de semana, eu ouvi uma exposição entusiasta de um eminente jurista nessa direção, com todo carinho e respeito por V. Ex^a, se me permite, eu peço vista, até para aguardar até a próxima semana. Vou levar o seu parecer para o eminente jurista e, na próxima semana, eu... porque é regimental e é até uma questão de respeito para com a Senadora Serys. Está bem?

Então, peço vista, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Eu pediria vista também, tornando a vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Está bem!

Defiro, então, a vista coletiva e passo novamente a Presidência para o nosso eminente Presidente e jurista Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – Vamos para outra.

ITEM 64

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 16, DE 2004

Acrescenta § 13 ao art. 201 da Constituição Federal, para assegurar a contagem do tempo exercido por estagiário ou bolsista para os fins de fruição de aposentadoria e outros benefícios previdenciários. Autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros. Relatoria: Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a já leu o enunciado. A constitucionalidade desta matéria é justificada pelos autores argumentando-se, literalmente, pela relevância do tema, embora hoje exista a possibilidade na legislação pertinente de o estagiário interessado em recolher a devida contribuição e contar com o respectivo tempo para fins previdenciários, entendemos que até pela sua importância tal direito social dever estar escrito na Carta Magna. Esta é a justificativa para a constitucionalidade desta matéria.

Na sequência, estagiários e bolsistas, tanto do setor público quanto do privado, uma vez contribuído para o regime geral, poderão utilizar os respectivos

tempos de atividade para fins de aposentadoria, não só no regime geral inscrito no art. 201 da Constituição Federal, mas também na Previdência do Serviço Público, caso venham a se tornar servidores públicos. Justificativa, portanto, para a constitucionalidade.

Como vimos, a inclusão previdenciária dos estagiários está assegurada na legislação infraconstitucional. Não vemos no horizonte risco algum de que esse direito venha a ser suprimido, mesmo porque a relevância do fator idade da concessão de aposentadorias tem sido enfatizada pela política previdenciária. O estagiário precisa de algumas garantias da securidade mas o cômputo desse período de contribuição dificilmente terá impacto, a longo prazo, sobre as aposentadorias por tempo de contribuição especial e por idade.

Em face das razões expostas, votamos pela rejeição da proposta.

Como me referi já há direitos assegurados na legislação infraconstitucional. E nós não vemos risco de que eles sejam subtraídos. Por isso, estamos considerando desnecessária a inclusão dessa matéria no texto da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão .(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer do Senador Alvaro Dias, pela rejeição.

A Sr^a NIURA DEMARCHE (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Só para encerrar. A matéria vai ao plenário.

Com a palavra a Senador Niura Demarche.

A Sr^a NIURA DÉMARCHE (PSDB – SC) – Sr. Presidente, solicito uma inversão de pauta, dentro da possibilidade, do item 53 do PLC 87 de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Está entre os consensuais? Vamos inverter. Vamos fazer só mais um relatório.

Passo a presidência ao Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem tem a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Eu também gostaria de pedir a inversão de pauta para o item 58.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Foi retirado de pauta a pedido do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Passo a presidência ao Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PR – BA) – Item 63, pág. 752.

Proposta de Emenda à Constituição nº 2 de 2004, não terminativo.

Altera os arts. 102 e 105 e acrescenta § ao art. 111 da Constituição Federal para restringir a utilização dos recursos extraordinário especial e de revista.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, a proposta apresentada pelo Senador Paulo Paim de mérito é muito boa. Mas essa proposta de emenda à Constituição foi apresentada antes da aprovação da Emenda 45. E aqui a proposta do Senador Paulo Paim trata de uma espécie de súmula com efeito vinculante e de repercussão geral, que foram medidas aprovadas na emenda 45 e, depois, regulamentadas através de outras leis. Alguns outros dispositivos encontram-se agora ou estão sendo agora regulamentados ou alterados pela proposta do novo Código Civil, que já se encontra em discussão, inclusive com a comissão já constituída, comissão especial.

O projeto é constitucional, jurídico e regimental, mas, no mérito, pela sua rejeição, porque já são matérias absolutamente tratadas em outras ocasiões na Casa.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PR – BA) – Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do Senador Demóstenes Torres.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador Demóstenes Torres.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item 53 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2010, página 618. Altera a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, no tocante ao subsídio dos policiais rodoviários federais. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Renan Calheiros. Na sua ausência, nomeio Relatora *ad hoc* a Senadora Niúra.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a NIÚRA DEMARCHI (PSDB – SC) – Passo a relatar o projeto, Sr. Presidente.

Análise. Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2010. Atende ao que dispõe a Constituição Federal quanto à iniciativa do Presidente da República estabelecido no seu art. 61, § 1º, alínea a, combinado com o seu art. 84, inciso III, tendo em vista tratar-se de aumento de remuneração de servidor público federal.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre a matéria, devendo o projeto ser apreciado posteriormente pelo Plenário. O subsídio para a carreira de policial rodoviário federal está regrado por meio da Lei nº 11.784, de 2008, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 431, de 2008, que dispõe sobre planos de cargos de diversas carreiras do âmbito do Poder Executivo, cujo Anexo 13 reproduz o Anexo 3 da referida Lei nº 11.358, de 2006.

A modificação a ser introduzida pelo projeto aprovado pela Câmara dos Deputados na legislação que rege o assunto resume-se, por conseguinte, em antecipar em três meses – abril, maio e junho – os efeitos financeiros que estavam previstos para vigorar a partir de primeiro de julho de 2010, conforme determina a Lei nº 11.784, de 2008.

De acordo com o parecer da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, a antecipação em três meses, de primeiro de julho para primeiro de abril de 2010, da vigência dos efeitos financeiros decorrentes da aprovação do projeto em exame não resultará em qualquer aumento contido na proposição originalmente encaminhada pelo Poder Executivo, que é vedado pelo art. 63 da Constituição Federal, conforme a tabela que consta do parecer, que indica ter sido suprida com folga o valor da antecipação de primeiro de novembro de 2008 para primeiro de julho de 2008, que estava prevista pelo projeto original, ficando assim demonstrado que, em todas as classes e padrões da carreira, a transferência de datas dos efeitos financeiros permite antecipação superior até mesmo aos três meses previstos pelo projeto aprovado.

Quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto, já existe para o Orçamento exercício de 2010 a previsão orçamentária de 38 milhões para atender à despesa decorrente de sua aprovação, inclusive a que se refere expressamente o seu art. 2º, contida no item 4.6 do Anexo 5 da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, a LOA, em que são relacionadas as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais.

Assim, não há reparos a fazer quanto à sua conformação à Lei Maior., à ordem jurídica e ao Regimento Interno desta Casa.

Quanto ao mérito, o projeto se insere na política do Governo Federal de promover os necessários ajustes na remuneração do servidores públicos das diversas carreiras do Poder Executivo, em especial a de policial rodoviário, de modo a assegurar a dignidade profissional dos valorosos patrulheiros rodoviários.

O voto, então, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2010, no mérito e quanto a seus aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar favoravelmente, dizer que é uma matéria importante para os policiais rodoviários federais do Brasil. Essa matéria já estava atrasada; não foi votada anteriormente à eleição. Portanto, somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o parecer, a matéria vai a Plenário.

Item 68 da pauta.

Passo a Presidência para o ilustre Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PR – BA) – **Item 68** (página 799):

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2006.

Não terminativo. *Altera os arts. 46, 56 e 79 da Constituição Federal. Dispõe sobre a vacância do mandato de Presidente da República, Senador e Deputado.* Autoria: Senador Arthur Virgílio e outros. Relatoria: Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esta é a Proposta de Emenda nº 32, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O que pretende o Senador Arthur Virgílio? Alterar os arts. 46, 57, 79 e 81 da Constituição Federal, para retirar do Vice-Presidente da República e dos Suplentes de Senador a condição de sucessores dos respectivos titulares, mantendo sua função de substitutos nos casos de eventual impedimento. O artigo

único da proposição promove as seguintes alterações no texto constitucional... Já as mencionei.

Eu retirei apenas em relação aos Suplentes de Senador, porque nós já aprovamos uma matéria, que se encontra no Plenário, de que fui o relator e que se encontra desde 2008 na gaveta da Presidência. E o que dispõe, então, aquela...

O SR. ... (*Fora do microfone.*) – Da Presidência do Senado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Da Presidência do Senado. Desde 2008. Foi um consenso.

Só para lembrar, eu mesmo fui o relator e, nos termos do texto aprovado nesta Comissão, cada Senador será eleito com um Suplente – e não dois –, vedada a eleição de Suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau ou por adoção do titular.

Novo § 1º-A, acrescido ao art. 56, prescreve que, se ocorrer vaga de Senador, o Suplente será convocado para exercer o mandato até a eleição geral ou municipal mais próxima.

Então, se, como já aconteceu aqui, morrer um Senador no mês de junho e em outubro houver uma eleição, a eleição acontece em outubro e o Suplente fica só naquele período de junho até a posse em 1º de fevereiro. Então, na primeira eleição... Lembro até que eu ponderava que essa eleição devia acontecer em 90 dias, em qualquer caso, mas foi vitoriosa a sugestão do Senador Marco Maciel, que dizia que encarecia muito – e foi consenso – realizar eleição quando nós poderíamos fazer... Porque sempre, a cada dois anos, temos eleição no Brasil; sempre vamos ter uma eleição muito próxima da vacância do cargo. Foi a tese vitoriosa.

Muito bem. Então, eu retirei aqui porque nós já temos o projeto lá especificamente para ser votado nesses termos, de sorte que... Essa proposta é a PEC nº 11, de 2003, que tem, junto com ela, mais seis propostas em anexo. Em 9 de abril de 2008, nós a aprovamos, nesses termos que acabei de relatar, em relação a Suplente de Senador, de forma que apresentei um Substitutivo tratando de Suplentes de Deputados Federais e do Vice-Presidente da República – repetindo – porque já se encontra aprovada por esta Comissão a proposta relativa a suplente de Senador.

Como é a proposta que apresento, que é também parecida com a do Senador Arthur Virgílio, só que vazada, inclusive, no princípio da isonomia?

“O suplente do Deputado Federal será convocado, nos casos de vaga, na representação partidária de cada Estado e do Distrito Federal, de investidura em funções previstas nesse artigo ou de licença superior a 120 dias. Ocorrendo vaga de Deputado e não havendo

suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de 15 meses para o término do mandato”.

É claro que será remotíssima essa hipótese, por quê? Porque há um monte de suplentes de Deputados Federais. Mas, de qualquer forma, em caso de vacância, ocorrendo a vacância, que deverá acontecer em caso de vacância, morte, por exemplo, também substitui apenas temporariamente se faltarem mais de 15 meses para o término do mandato.

“O Vice-Presidente substituirá Presidente no caso de impedimento. Vagando o cargo do Presidente da República, far-se-á eleição 90 dias depois de aberta a vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição será feita 30 dias depois da abertura da vaga pelo Congresso Nacional, na forma da lei. Em qualquer dos casos, o eleito deverá completar o período do seu antecessor”.

Então, essa é a redação proposta para Deputado Federal e Vice-Presidente da República, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PR – BA)

– Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PR – BA)

– Senador Antonio Carlos, para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Eu queria aqui confirmar as palavras do Senador Demóstenes Torres. Nós fizemos um acordo, praticamente um acordo consensual na Comissão, na questão do suplentes dos Senadores, e agora essa proposta vem completar e vem evitar... Caso ela venha a ser vitoriosa, os Estados teriam depois que se adaptar também com os Vice-Governadores, cada Estado. Na verdade, é importante porque ela evita principalmente... Inclusive, não só ela disciplina a questão dos suplentes e dos Vices como também ela evita que a substituição definitiva do Senador ou do Presidente venha a ser feita por um Parlamentar do lado contrário ao do Presidente ou do Governador. Quer dizer, você perde o mandato e de repente assume... No caso de suplente do Senador, havia uma proposta que possibilitava ao segundo colocado ser... Evita essa questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É verdade. Era a proposta original.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Então, teremos nova eleição, mas não se guindaria o segundo colocado, que também, no caso de Governador, seria um absurdo se colocar o perdedor da eleição em substituição ao vencedor da eleição. Então, tem essa blindagem, que foi objeto aqui de discussão. E prevaleceu essa tese, que foi vitoriosa, em relação a suplente de Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E V. Ex^a até lembrou bem, porque há uma hipótese em que não se realiza eleição nem para Deputado Federal agora, nem para Senador, que é a hipótese de o Senador ser chamado para ser Ministro ou de Deputado Federal também ser chamado para ser Ministro e aceitar o convite. Então, nessa hipótese, enquanto permanecer Senador ou permanecer Deputado, o suplente ocupará o cargo do titular.

Mas havendo a vacância por perda de mandato, por morte, por cassação...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Por invalidez.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – ... por invalidez, uma série de outras questões, o suplente assume apenas temporariamente, enquanto não se realiza a eleição, ou eleição geral, ou eleição municipal, que ocorre a cada dois anos no Brasil. É justamente isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Presidente Demóstenes Torres, acho importante que tenhamos aqui a apreciação e votação da questão relativa ao suplente. V. Ex^a mencionou que, desde 2008, por consenso, estaria na gaveta do Presidente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não. Por consenso, nós aprovamos. Na gaveta está por vontade dos Presidentes que passaram por lá. De todos eles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Do Senado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Do Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Gostaria, então, de propor que, tendo essa proposta sido votada aqui por maioria da Comissão de Constituição e Justiça, eu queria só perguntar: V. Ex^a disse que a proposta ainda não foi ao plenário, é isto?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Está no plenário, mas na gaveta do Presidente. Jamais foi votada. E olha que de lá para cá nós tivemos, acho, uns quatro presidentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas eu gostaria de aqui reiterar que essa questão dos suplentes tem sido inclusive colocada como um dos principais itens de eventual reforma política que, hoje, pessoas de todos os partidos têm dito como relevantes. Em estando ela pronta para ser votada, eu acho que seria próprio que os Senadores venhamos a transmitir ao Presidente José Sarney, quem sabe neste período antes de encerrar esta legislatura, possamos votar esta matéria em plenário. Era o apelo que eu queria fazer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sem dúvida. Eu concordo perfeitamente. Aliás, de dois

anos para cá, todas as vezes que eu pude exercer a liderança, ainda que eventualmente, sempre pautei na reunião dos Líderes, pedi que essa matéria fosse colocada para votação. Mas, infelizmente, nós não conseguimos – eu não consegui – que essa matéria fosse votada. E se nós conseguíssemos, seria de uma relevância extraordinária.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM – BA)

– Senador Demóstenes, eu vou fazer um apelo de nova tentativa na terça-feira, na reunião dos Líderes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– O Senador Antonio Carlos Magalhães Junior, pelo DEM, já vai fazer. Se V. Ex^a conseguir do PT, também, essa disposição...

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Eu me empenharei na mesma direção. Eu sou um dos que tinha projeto relativamente à eleição direta de suplentes de Senadores, mas achei que a proposta aqui aprovada pelo menos em grande parte atendia às aspirações. Então, me empenharei junto à Liderança do PT. O Senador Aloizio Mercadante deverá estar aqui na próxima reunião de Líderes para que também se junte a sua voz. Gostaria de lembrar apenas que...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – PEC 11, de 2003.

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – ...com respeito aos suplentes, eles terão direito de participar da eleição, uma vez confirmados por seus partidos, não é isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eles já participam.

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Da nova eleição.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM – BA) – Sim, poderão

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sim, sim, poderão. Poderão se candidatar.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM – BA) – Poderão se candidatar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Claro que poderão.

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Então, isso é um dado importante. Queria só registrar isso. Obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Permanece em discussão.

V. Ex^a preside.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Borges. PR – BA)

– Não havendo mais quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

A matéria foi aprovada pelo parecer do Senador Demóstenes Torres.

A matéria vai ao plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item 62. Página 740. **Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2003, dá nova redação ao inciso 3 do §1º e §2º do art. 40 e aos §§1º e 8º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre aposentadoria das pessoas portadoras de deficiência.** Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Álvaro Dias, que pede que seja nomeado um relator *ad hoc*.

Nomeio relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Magalhães Junior. Página 740. Há consenso, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM – BA) – Simplesmente, Senador Demóstenes, em função dos argumentos que estão já colocados no parecer, eu vou diretamente ao voto. Então, em função do que o relatório do Senador Álvaro Dias aponta, o voto é pela rejeição da Proposta de Emenda Constitucional nº 95, de 2003, em face da sua prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Ou seja, já foi aprovado outro projeto na mesma direção.

Em discussão

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer pela prejudicialidade.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer, a matéria vai ao Plenário.

Item 65 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2006, pág. 766.

Acrescenta parágrafo único ao art. 83 da Constituição Federal, para instituir férias para o Presidente da República.

Autoria do Senador Ney Suassuna e outros.

Relatoria do Senador Álvaro Dias.

Não estando presente, nomeio relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior – pág. 766.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em que pese que ela haja, digamos, todas as características de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, mas, no mérito, o parecer do Senador Álvaro Dias é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Rejeitada a matéria.

Vai ao Plenário.

Item 66, pág. 774.

Proposta de Emenda à Constituição nº 85, de 2007.

Altera o art. 201 da Constituição, para instituir hipótese de aposentadoria proporcional no âmbito do Regime Geral da Previdência Social.

Autoria do Senador Paulo Paim e outros.

Relatoria do Senador Alvaro Dias.

Não estando presente, nomeio *relator ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, trata-se de nova modalidade de aposentadoria no âmbito do Regime Geral de Previdência Social para assegurar aposentadoria aos 55 anos, se homem, e 50 anos, se mulher, desde que tenham contribuído, no mínimo, 23 anos e 4 meses e 20 anos, respectivamente. O valor do benefício será proporcional ao tempo de contribuição.

O Relatório alega que a proposta não contribui para o equilíbrio das contas públicas. Somente com a redução da necessidade de financiamento no setor público é que teremos uma ampliação da poupança nacional. Outro aspecto a ser considerado é o caráter contributivo do sistema previdenciário de seu enorme déficit.

Então, o voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado o projeto e, consequentemente, aprovado o parecer.

A matéria vai ao Plenário.

Item 55 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2006 – Complementar.

Altera e acresce dispositivo à Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e dá outras providências.

Autoria do Senador Sibá Machado.

Relatoria do Senador Jayme Campos.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Pág. 642.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio Relator *ad hoc*, para proferir o Relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, o projeto altera 17 artigos da Lei Complementar nº 76, de 1973, dispõe sobre o procedimento contraditório especial, em rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

A alteração tem a finalidade de combater a lentidão dos processos judiciais que versem sobre a desapropriação de imóveis rurais, o que se dará com a remoção de entraves que dificultam o processo de desapropriação e que repercutem em aumento dos custos finais da indenização. Além disso, pretende-se a dedução do pagamento das indenizações por desapropriação de imóvel destinado à reforma agrária os valores concernentes à depreciação do meio ambiente.

Entende o Relator que a matéria pouco tem de transformadora e pode acarretar enorme carga de subjetividade ao processo relativo à desapropriação. Daí que o voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer, declarando a inconstitucionalidade.

Declarada a inconstitucionalidade pelo Sr. Relator, em obediência ao art. 101, § 1º, do Regimento Interno do Senado, quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e juridicidade qualquer à proposição, será essa considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo não sendo unânime o parecer e recurso interposto, nos termos do art. 254.

Será, portanto, comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 57 – pág. 676.

Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2003.

Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição, e dá outras providências.

Autoria do Senador Paulo Otávio e outros.

A SR^a NIURA DEMARCHI (PSDB – SC) – A PEC cria regras para a limitação de empenhos e pagamentos sem autorização legislativa específica formalizada em decreto legislativo aprovado com base

na proposta do Poder Executivo, seguindo rito similar ao estabelecido para o projeto da LOA, que permite que a LOA autorize o Executivo a, mediante decreto, limitar empenhos e pagamentos nos valores e condições nela especificadas.

Assim, a proposta tem por finalidade retornar ao Poder Legislativo o poder efetivo de definição sobre a alocação de recursos públicos. A relatoria, Sr. Presidente, é pela prejudicialidade da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, a matéria é declarada prejudicada e vai ao plenário.

Passo a presidência ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Item 52, página 611: **Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2008**, não terminativo, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, dispor sobre o aviso de vencimento da carteira nacional de habilitação. A autoria: Deputado Geraldo Resende; relatoria: Senador Eliseu Resende.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, meu parecer é totalmente contrário. É gerar despesa para o Erário. Se a pessoa tem a carteira vencida, a obrigação dela é revalidá-la. Então vamos criar mais uma despesa para o contribuinte para avisar a quem tem a carteira vencida que ela está vencida, quer dizer, avisar-lhe o que ela deve estar sabendo. Meu parecer é totalmente contra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai a plenário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Aprovado o parecer, rejeitado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item 74, página 883: **Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2009**, altera o § 2º do art. 20 da Constituição Federal para reduzir a faixa de fronteira par 15 quilômetros de largura. A autoria: Senador Osmar Dias e outros. Relatoria: Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel para proferir o relatório.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, nobre Senador Demóstenes Torres, eu gostaria, inicialmente, de dizer que sou relator da proposição a que se referiu V. Ex^a.

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2009, cujo primeiro signatário é o Senador Osmar Dias. A ementa é a transcrita acima, ou seja, “Da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2009, sendo primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera o § 2º do art. 20 da Constituição Federal para reduzir a faixa de fronteira par 15 quilômetros de largura.

Sr. Presidente, essa matéria já foi anteriormente observada. Em que pese as virtudes da PEC nº 22, de 2009, a Comissão já analisou matéria semelhante há pouco, qual seja a PEC nº 49, de 2006, o que torna desnecessária nova análise do assunto. Daí entendermos que a proposição encontra-se, a meu juízo, prejudicada. Voto, assim, ante o exposto pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2009, propondo, em consequência, o seu arquivamento..

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer senados. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, fica prejudicada a matéria, que vai ao plenário.

Item 85, página 894: **Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2010**. Institui menção honrosa, ciência pela paz e desenvolvimento a ser conferida anualmente pelo Senado Federal a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica. A autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

Não estando presente, nomeio a Senadora Níura para que possa proferir o relatório no lugar do Senador Tasso Jereissati. Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Já exposto, Sr. Presidente. Pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

(Encerrada a reunião às 16 horas e 23 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dez de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Tião Viana, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Osmar Dias, Renato Casagrande, Inácio Arruda, César Borges, Renan Calheiros, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Moraes, Adelmir Santana, José Bezerra, Eli-seu Resende, Flexa Ribeiro, e das Senadoras Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Níura Demarchi e Patrícia Saboya reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati e a Senadora Serys Slhessarenko. Registra presença o Senador Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2009** Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas). **Autoria:** Deputado Vic Pires Franco **Relatoria:** Senador Gilvam Borges **Relatoria ad hoc:** Senador Romero Jucá **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). **Observações:** – Votação nominal; – A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLC nº 67, de 2009. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do

RISF. **ITEM 2)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 323, DE 2009** Cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Max Rosenmann **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. **Observações:** – Votação Nominal; – Durante a discussão, o relator, Senador Eduardo Suplicy, altera o relatório concluindo pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ. **ITEM 3)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2010** Altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. (Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro). **Autoria:** Deputado Celso Russomanno **Relatoria:** Senador Jayme Campos **Relatoria ad hoc:** Senador César Borges **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** – Votação Nominal; – Em 04/08/2010, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que não se manifestou. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2003** Cria o instituto do Juiz Anônimo e dá outras providências. **Autoria:** Senador Hélio Costa **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares **Relatório:** Pela rejeição do Projeto, por inconstitucionalidade. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2003** Altera a Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes. **Autoria:** Senador Magno Malta **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko **Relatoria ad hoc:** Senador Eduardo Suplicy **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 19)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2005** Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a extinção da punibilidade do crime nas hipóteses indicadas. **Autoria:** Senador Osmar Dias **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do autor. **ITEM 38)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 734, DE 2007** Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Osmar Dias **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** – Votação Nominal; – A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; – Durante a discussão, o relator, Se-

nador Osmar Dias, reformula o relatório concluindo pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 41)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2008** Altera o Código Penal para incluir o crime de induzir pessoa não maior de quatorze anos a presenciar ato de libidinagem. **Autoria:** Senador Papaléo Paes **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** – Votação Nominal; – Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 47)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2009** Altera o § 1º do art. 1.516 e o art. 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para ampliar os prazos para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento. **Autoria:** Senador Valdir Raupp **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 55)** – Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2009** Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis. **Autoria:** Senador Gerson Camata **Relatoria:** Senador Osmar Dias **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CMA. **Observações:** – Votação Nominal; – A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 477, de 2009. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 63)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2005** Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio-ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais. **Autoria:** Deputado João Grandão e outros TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2008** Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, referente à destinação de bens apreendidos. **Autoria:** Deputado Sarney Filho **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatório:** Favorável ao PLC nº 23, de 2005, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1-CMA; e pelo arquivamento do PLC nº 3, de 2008. **Observações:** As matérias vão à Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 64)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2005** Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Determina que a pessoa que for retirada cautelarmente da moradia comum, por maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, está obrigada a prestar alimentos). **Autoria:** Deputado Paulo Rocha **Relatoria:** Senador Valdir Raupp **Relatoria ad hoc:** Romero Jucá **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 65)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2006** Altera dispositivos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (Dispõe sobre serviços e multas referentes a notários e registradores). **Autoria:** Deputado Mauro Benevides **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 66)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2006** Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. **Autoria:** Deputada Perpétua Almeida TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2004** Dá nova redação à alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República. **Autoria:** Senador Delcídio Amaral TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2005** Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea “e” do respectivo art. 38, denominado VOZ DO BRASIL. **Autoria:** Senador Alvaro Dias TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2007** Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa “A Voz do Brasil”. **Autoria:** Senador Cícero Lucena TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2008** Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomu-

nicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece. **Autoria:** Senador Expedito Júnior **TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2009** Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. (Dispõe sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita da radiodifusão). **Autoria:** Senador Expedito Júnior **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, nos termos da Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo), e contrário aos PLS nº 294, de 2004; nº 219, de 2005; nº 353, de 2007; nº 368, de 2008; e nº 376, de 2009. **Observações:** As matérias foram apreciadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e serão apreciadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, nos termos da Emenda nº 1 – CCT-CCJ (Substitutivo), e contrário aos PLS nº 294, de 2004; nº 219, de 2005; nº 353, de 2007; nº 368, de 2008; e nº 376, de 2009. Votam vencidos os Senadores Antonio Carlos Valadares e Efraim Morais. **ITEM 68) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2008** Permite o registro de nascimento no local onde foi realizado o pré-natal. **Autoria:** Deputado Lobbe Neto **Relatoria:** Senador Marco Maciel **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 70) – Não Terminativo – EMENDA Nº 2, DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 320, DE 2009** Altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, e acrescenta dispositivos ao art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação dos valores arrecadados no leilão de veículos apreendidos e não reclamados por seus proprietários. **Autoria do PLC:** Deputada Rose de Freitas **Autoria da Emenda de Plenário:** Senador Sérgio Zambiasi **Relatoria:** Senador Jayme Campos **Relatório:** Contrário à Emenda nº 2, de Plenário ao Projeto. **Observações:** A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2, de Plenário, oferecida ao Projeto. **ITEM 71) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2003 – Complementar** Regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal, ao dispor sobre a política de aplicação dos recursos financeiros nos Programas de Caráter Regional a cargo da União, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Renan Calheiros **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko **Relatoria ad hoc:** Se-

nador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Observações:** A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 74) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2006** Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. (Controle de concessão de florestas públicas pelo Poder Legislativo). **Autoria:** Senador Pedro Simon **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2006** Acresce e altera dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para dispor sobre a aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal (Paof), a repartição dos recursos dos preços florestais, a nomeação dos membros do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a criação do Conselho Gestor do SFB. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio e outros **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2007** Altera a Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti **Relatoria:** Senador Renato Casagrande **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Contrário aos PLS nºs 44 e 110, de 2006, e ao PLS nº 312, de 2007, por inconstitucionalidade. **Observações:** As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos; e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Alvaro Dias, nos termos regimentais. **ITEM 77) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2009** Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para destinar recursos para os Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência, mantidos pelos governos estaduais. **Autoria:** Senador Valter Pereira **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, contrário ao Projeto. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 80) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUI-**

ÇÃO Nº 55, DE 2005 Acrescenta alínea c ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer, em benefício dos comprovadamente pobres, a gratuidade do registro da escritura pública do imóvel destinado à residência da família. **Autoria:** Senador José Maranhão e outros **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 81) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 2005** Disciplina nova hipótese de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para assegurar o Funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo em unidades da Federação. **Autoria:** Senador Tião Viana e outros **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável à Proposta, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ. **ITEM 82) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 2006** Acrescenta o § 3º ao art. 187 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a capacitação de jovens de 16 a 24 anos, nos serviços de assistência técnica e extensão rural, domiciliados há mais de cinco anos nas comunidades rurais). **Autoria:** Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros **Relatoria:** Senador Gilvam Borges **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 83) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2006** Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal, para disciplinar a autorização de referendo e a convocação de plebiscito mediante iniciativa popular. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 85) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2007** Altera o art. 50 e 52 da Constituição Federal para dispor sobre o comparecimento de autoridades regulatórias ao Congresso Nacional. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante e outros **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati **Relatoria ad hoc:** Senador Alvaro Dias **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 86) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2007** Altera o art. 14, para dar novo regulamento às inelegibilidades e à ação de impugnação de mandato. **Autoria:** Senador Almeida Lima e outros **Relatoria:** Senador

Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 87) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 2007** Dá nova redação ao § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para incluir os alimentos e as bebidas no rol de produtos, práticas e serviços cuja propaganda comercial estará sujeita a restrições legais. **Autoria:** Senador Augusto Botelho e outros **Relatoria:** Senador Tião Viana **Relatório:** Favorável à Proposta, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender Requerimento nº 90, de 2010-CCJ, de realização de Audiência Pública para instruir a matéria. **ITEM 89) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2008** Acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 90) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2008** Estabelece a possibilidade de instituição de cadastros de imóveis rurais por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; mantém a exigência de regularidade cadastral para fins de alienação de imóvel rural; transfere a competência para instituição e arrecadação do imposto territorial rural para os Estados e o Distrito Federal; e estabelece a possibilidade de legislação estadual ou distrital condicionar a alienação de imóvel rural à apresentação de certidão negativa de débito desse tributo. **Autoria:** Senador Expedito Júnior e outros **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu **Relatoria ad hoc:** Senador Efraim Moraes **Relatório:** Contrário à Proposta e à Emenda nº 1. **Observações:** Em 28/10/2009, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Expedito Júnior, que recebeu Parecer contrário. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Expedito Júnior. **ITEM 93) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2009** Dá nova redação ao § 3º do art. 128 da Constituição, para dispor que os Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal sejam escolhidos pelos integrantes dos respectivos Ministérios Públicos. **Autoria:** Senador Expedito Júnior e outros **Relatoria:** Senador Pedro Simon **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à Proposta. **ITEM 94) –**

Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2009** Altera os arts. 28, 29, 32 e 81 da Constituição Federal, para estabelecer as regras de sucessão do Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos, em caso de vacância. **Autoria:** Senador Renato Casagrande e outros **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 95)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2009** Altera a redação do art. 81 e acrescenta novos dispositivos à Constituição Federal, para determinar a realização de nova eleição para os executivos Federal, estaduais e municipais no caso de vacância nos três primeiros anos de mandato e indicar os sucessores no caso da vacância ocorrer no último ano. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati e outros **Relatoria:** Senador Marco Maciel **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 97)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2010** Altera o artigo 6º da Constituição Federal para incluir o direito à busca da Felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, mediante a dotação pelo Estado e pela própria sociedade das adequadas condições de exercício desse direito. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria ad hoc:** Senador Alvaro Dias **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 99)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 84, DE 2010** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Sociólogo BOLÍVAR LAMOUNIER, pela entrevista “A Classe C quer muito mais”, publicada na Revista Veja, em 24 de fevereiro de 2010. **Autoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 100)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 365, DE 2010** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao jornalista, escritor e blogueiro ORLANDO FARIAS pelo lançamento, em Manaus, do oportuno livro “A DANÇA DOS BOTOS”, um minucioso roteiro elucidativo de eleições no Amazonas. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 101)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 402, DE 2010** Re-

quer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao embaixador RUBENS RICUPERO, pelo lançamento, em Brasília, no dia 27 de abril de 2010, do livro “Diário de Bordo – A Viagem Presidencial de Tancredo”, editado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 102)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 635, DE 2010** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao PREFEITO DE PETRÓPOLIS/RJ, Paulo Musturangi, pela inauguração da Estrada José Carneiro Dias, no dia 13 de junho de 2010, para ligar a região de Cascatinha à Estrada Mineira. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 103)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 641, DE 2010** Requer, nos termos regimentais, Voto de Aplauso ao Mestre e Doutor em Educação, Antônio Carlos Caruso Ronca, por ter sido escolhido Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 8 de junho de 2010. **Autoria:** Senador Flávio Arns **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 104)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 662, DE 2010** Requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Grupo KLB – Kiko, Leandro e Bruno, que tem se engajado na Campanha contra a Pedofilia. **Autoria:** Senador Magno Malta **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 105)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 683, DE 2010** Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro CESAR ASFOR ROCHA, pelo lançamento do livro “Cartas a um jovem Juiz – Cada processo hospeda uma vida”. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio e outros **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 106)** – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 684, DE 2010** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Procurador CARLOS

ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA por ocasião de sua posse, dia 7 de julho de 2010, no cargo de Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 107)** – Não Terminativo - **REQUERIMENTO Nº 711, DE 2010** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais VÍTOR INÁCIO PEIXOTO PARREIRAS HENRIQUES pela posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG. **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 89, DE 2010-CCJ** “Nos termos do inciso V, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e a Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF, a prestarem esclarecimentos sobre a crise no Banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil.” **Autoria:** Senador Antonio Carlos Júnior **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 90, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 58, §2, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir a PEC 73/2007, de autoria do Senador Augusto Botelho. Nestes termos, solicito que, para participarem da audiência pública acima citada sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. Dirceu Raposo de Mello – Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Sr. Edmundo Klotz – Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA; Dr^a Rosana Radominsk – Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO; Sr. Gilberto Laefer – Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR” **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 91, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos regimentais, seja ADITADO ao requerimento CCJ 89/2010, que propõe a realização de audiência pública, a indicação dos seguintes convidados: um representante do Banco Fator/KPMG; um representante da Deloitte.” **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e Senador Aloizio Mercadante **Resultado:**

Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e quinze minutos do dia dez de novembro de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens da Pauta, a saber: **ITEM 4)** PLC Nº 26, DE 2010; **ITEM 5)** PLS Nº 316, DE 2007 tramita em conjunto com o PLS Nº 317, DE 2008. **ITEM 6)** PLS Nº 310, de 1999 tramita em conjunto com PLS Nº 315, de 1999; PLS Nº 67, de 2002 e PLS Nº 267, de 2004; **ITEM 9)** PLS Nº 331, de 2003; **ITEM 10)** PLS Nº 365, de 2003; **ITEM 11)** PLS Nº 396, de 2003; **ITEM 12)** PLS Nº 457, DE 2003 tramita em conjunto com PLS Nº 59, DE 2006; **ITEM 13)** PLS Nº 535, DE 2003; **ITEM 14)** PLS Nº 111, DE 2004; **ITEM 15)** PLS Nº 144, DE 2004; **ITEM 16)** PLS Nº 157, DE 2004; **ITEM 17)** PLS Nº 196, DE 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 280, DE 2005 tramita em conjunto com PLS Nº 301, DE 2005; **ITEM 18)** PLS Nº 225, DE 2004; **ITEM 20)** PLS Nº 416, DE 2005; **ITEM 21)** PLS Nº 65, DE 2006; **ITEM 22)** PLS Nº 164, DE 2006; **ITEM 23)** PLS Nº 167, DE 2006; **ITEM 24)** PLS Nº 195, DE 2006; **ITEM 25)** PLS Nº 197, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 7, DE 2008; **ITEM 26)** PLS Nº 209, DE 2006; **ITEM 27)** PLS Nº 210, DE 2006; **ITEM 28)** PLS Nº 269, DE 2006; **ITEM 29)** PLS Nº 247, DE 2007; **ITEM 30)** PLS Nº 319, DE 2007; **ITEM 31)** PLS Nº 369, DE 2007; **ITEM 32)** PLS Nº 428, DE 2007; **ITEM 33)** PLS Nº 436, DE 2007; **ITEM 34)** PLS 517, DE 2007; **ITEM 35)** PLS Nº 549, DE 2007; **ITEM 36)** PLS Nº 569, DE 2007; **ITEM 37)** PLS Nº 724, DE 2007; **ITEM 39)** PLS Nº 218, DE 2008; **ITEM 40)** PLS Nº 272, DE 2008; **ITEM 42)** PLS Nº 400, DE 2008; **ITEM 43)** PLS Nº 410, DE 2008; **ITEM 44)** PLS Nº 418, DE 2008; **ITEM 45)** PLS Nº 73, DE 2009; **ITEM 46)** PLS Nº 127, DE 2009; **ITEM 48)** PLS Nº 246, DE 2009; **ITEM 49)** PLS Nº 292, DE 2009; **ITEM 50)** PLS Nº 296, DE 2009; **ITEM 51)** PLS Nº 313, DE 2009; **ITEM 52)** PLS Nº 351, DE 2009; **ITEM 53)** PLS Nº 389, DE 2009; **ITEM 54)** PLS Nº 414, DE 2009; **ITEM 56)** PLS Nº 422, DE 2009; **ITEM 57)** PLS Nº 449, DE 2009; **ITEM 58)** PLS Nº 538, DE 2009; **ITEM 59)** PLS Nº 75, DE 2010; **ITEM 60)** PLS Nº 77, DE 2010; **ITEM 61)** PLS Nº 162, DE 2010; **ITEM 62)** PLS Nº 69, DE 2003; **ITEM 67)** PLS Nº 25, DE 2008; **ITEM 69)** PLC Nº 186, DE 2008; **ITEM 72)** PLS Nº 124, DE 2004; **ITEM 73)** PLS Nº 250, DE 2005-Complementar; **ITEM 75)** PLS Nº 93, DE 2007; **ITEM 76)** PLS Nº 374, DE 2007-Complementar tramita em conjunto com PLS Nº 375, DE 2007 – Complementar; **ITEM 78)** PLS Nº 146, DE 2010; **ITEM 79)** PEC Nº 39, DE 2003; **ITEM 84)** PEC Nº 41, DE 2006; **ITEM 88)** PEC Nº 18, DE 2008; **ITEM 91)** PEC Nº 5, DE 2009; **ITEM 92)** PEC Nº 24, DE 2009; **ITEM 96)** PEC Nº 10, DE 2010; **ITEM 98)** PEC Nº 22, DE 2010 e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei

a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 45ª Reunião Extraordinária. Os senhores senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 107.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE.) – Senador Demóstenes Torres, se V. Exª me permitir, gostaria de lembrar que, na pauta da sessão de hoje, tem um item, da qual sou relator, que diz respeito ao Projeto de Lei nº 396/2003, que acrescenta inciso IV ao art. 44 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil, para incluir as organizações religiosas como modalidade de pessoa jurídica de Direito Privado. Se essa matéria puder ser apreciada, agradeceria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Não, vamos apreciar.

O SR. ALVARO DIAS (DEM – PR.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (DEM – PR. Sem revisão do orador.) – Para consultá-lo, Sr. Presidente, dois requerimentos aguardam deliberação. São de minha autoria e convidam duas ex-Ministras para que compareçam à Comissão de Justiça: a ex-Ministra Erenice Guerra e a ex-Ministra Dilma Rousseff. Consulto a V. Exª sobre a possibilidade de deliberação desses requerimentos na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – O problema é um só, Senador Alvaro Dias: também sou favorável à deliberação, só que, se colocarmos em deliberação, a situação vai pedir verificação de quórum e não conseguiremos fazer nada. Então vamos fazer o seguinte: vamos deixar encher o Plenário, vamos votar essas matérias que são consensuais e, ao final, colocamos em deliberação esses requerimentos. Mando avisar a Situação para que compareça, porque acho que não tem...

O SR. ALVARO DIAS (DEM – PR.) – A Situação acho que não está presente, salvo o senhor Senador

Eduardo Suplicy. Quem sabe o Senador concorde e votaremos, simbolicamente, a aprovação desses requerimentos, já que trata-se de convites, e não convocação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Por uma questão de lealdade, como estabeleci com o Senador Romero Jucá, vou pedir para avisá-lo para que compareça, e assim deliberaremos. Peço à assessoria que comunique o Senador Romero Jucá.

O SR. ALVARO DIAS (DEM – PR.) – O Senador Suplicy está na Liderança do PT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (BLOCO/PT – SP.) – Creio que, por uma questão de respeito para com o Senador Romero Jucá, com que houve esse entendimento que o Senador Demóstenes Torres está mencionando, acho que seria adequado que possamos esperar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Fiz esse entendimento para possibilitar quórum, senão não daria quórum. Veja que temos o quórum mínimo: 12 Senadores, incluindo a minha presença. Então não posso colocar em deliberação, a não ser que o Senador Suplicy responda por isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (BLOCO/PT – SP.) – Eu gostaria que isso pudesse ser objeto de diálogo também com o Líder do Governo, então quem sabe ele possa, quando chegar, havendo um entendimento, mas não apenas da minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Vamos votando e, assim que ele chegar, deliberaremos.

O SR. ALVARO DIAS (DEM – PR.) – A minha intransigência vai só até certo ponto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Obrigado, Senador Álvaro Dias. Senão não teríamos nem condição de abrir a sessão.

REQUERIMENTO

Nos termos do inciso V, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados o senhor Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e a senhora Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal, a prestar esclarecimento sobre a crise no Banco PanAmericano e o seu nível de inadimplência no Brasil.

Senador Antonio Carlos Júnior, em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade o que queremos é simplesmente um es-

clarecimento sobre a situação que o Fundo garantidor de crédito, gerido pelo Banco Central, aportou dois bilhões e meio do Banco PanAmericano, que tem 49% de participação da Caixa Econômica – e é recente essa participação. Queremos saber por que isso e se a Caixa, quando avaliou, não detectou esses problemas. É simplesmente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Permanece em discussão. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (DEM – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para aduzir ao que coloca o Senador Antonio Carlos Júnior, a Caixa Econômica adquiriu 49% das ações do Banco e desembolsou mais de R\$700 milhões em operação que se deu em 2009. Portanto é preciso ouvir sim o Presidente da Caixa Econômica sobre as razões que levaram a instituição a fazer esse aporte de recursos, a tornar-se sócio das dificuldades e se não houve previsão exatamente porque o País não pode socorrer banqueiros e deixar milhares de pessoas num plano secundário como vem ocorrendo. Aliás é preciso que se coloque a verdade substituindo a ficção, substituindo o imaginário. É preciso que prevaleça a realidade e, no Brasil, infelizmente, a mistificação, a mentira, o imaginário e a ficção têm prevalecido, não só durante o processo eleitoral, mas vai além dele. Então, essas questões precisam ser esclarecidas aqui, esclarecidas diante desta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.) Não havendo quem queira ...
Senador José Bezerra.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Senador Demóstenes, Presidente desta Comissão eu sugeriria que fosse convocado o Presidente do Banco Central e a Presidente da Caixa Econômica Federal para a próxima quarta-feira, a quarta-feira da semana que vem, para essas explicações. Muito estranho o momento. Isso foi em junho, ninguém sabia de nada. Agora, depois da campanha estoura como outros assuntos que estão pertinentes na Comissão de Assuntos Econômicos, como, por exemplo, com relação ao Frigorífico JBS em que depois daqueles grandes empréstimos ao Frigorífico JBS surgiu aquela história da Erenice dos 5% e, durante a campanha, a Presidente usou o jatinho do JBS. Será que foi fruto do sucesso da operação. Isso tudo tem que ser esclarecido o mais breve possível. Está havendo uma verdadeira farra com o dinheiro público e, no momento em que o Governo diz que precisa de dinheiro para suas despesas, quando sabemos que o dinheiro está sendo usado de maneira muito incorreta, principalmente agora que o Tribunal de Contas da

União detectou 39 obras com superfaturamento, das quais somente em duas a bagatela de R\$2 bilhões e 900 milhões de superfaturamento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Senador Tião Viana e, em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Presidente Senador Demóstenes, Srs. Senadores, quero apenas um esclarecimento de V. Ex^a.

V. Ex^a está colocando em apreciação o requerimento do Senador Alvaro Dias ..

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Não, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Júnior, desculpe, sobre a vinda da Presidente da Caixa e do Presidente do Banco Central, o que diz respeito às atividades pertinentes à Casa, a atividade fiscalizadora do Parlamento. É isso mesmo, estamos num final de legislatura, mas é esse o papel do Senado e das comissões, então nenhuma estranheza quanto a isso.

Agora, diante do ambiente necessário de cordialidade, de gentileza que sempre reinou nas comissões, a tradição da gentileza, eu só indago a V. Ex^a se a expressão usada é convite.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – É convite.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – Senador Suplicy.

O SR. EUDARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente eu só gostaria de saber o porquê da iniciativa na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que se trata de assunto tipicamente da área de assuntos econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – É uma questão que envolve legalidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO.) – É uma questão que envolve legalidade. Então, não tem propriedade. Já temos feito assim outras vezes. Mas, é um requerimento. Compete ao Plenário aprovar ou não o requerimento.

O SR. EUDARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu só gostaria de indagar do autor se é para examinar os objetivos, a finalidade de ações do Banco Central e da Caixa Econômica Federal. Parece-me que a comissão apropriada para essa iniciativa seria a Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso que peço esclarecimentos

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Na verdade, o objetivo é que a gente ganhe celeridade e a CCJ, também, é uma comissão que tem deveres no acompanhamento dos órgãos públicos.

É uma Comissão que tem o dever no acompanhamento dos órgãos públicos. Não vejo nenhum inconveniente que nós apresentemos aqui na CCJ, não vejo nenhum problema. Aqui ou na CAE não vejo problema. O importante é a celeridade desse assunto, porque não pode ficar para a próxima legislatura. Esse assunto é urgente e, portanto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria até de esclarecer que, tendo em conta o compromisso que foi assumido ainda ontem, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos a vinda do Presidente do BNDES para esclarecer as operações todas do BNDES que V. Ex^a mencionou há pouco. Já foi ontem cumprido o compromisso...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Na verdade, nós temos uma questão urgente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... citado o episódio.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – ... nós temos uma questão urgente, que é a ingestão de recursos em um banco recém-adquirido pela Caixa Econômica. Então, é preciso que a gente veja... Por que esse rombo não foi detectado antes até na própria due diligence, quer dizer, o processo de auditoria que os compradores fazem nos vendedores, na empresa a ser comprada? Então, é preciso saber por que isso aconteceu e como é que aconteceu? Quais são as razões?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Suplicy, acho que aí ficou esclarecido. O problema não é nem de aporte de recursos econômicos, mas o da compra que foi feita recentemente. O que quer saber o Senador é se comprou um banco já detectada essa situação defeituosa.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Ou se houve fraude recente que o Banco Central se pronuncie em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então é bem pertinente à Comissão de Justiça.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só quero fazer um adendo às palavras do Senador Antonio Carlos. Senador Demóstenes Torres...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – É convite, é convite; não é convocação. É convite.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu só quero fazer um esclarecimento. É meritória a convo-

cação do Senador Alvaro Dias, o convite que se está fazendo, na medida em que hoje, nos jornais, V. Ex^{as} devem ter acompanhado, nós temos que ver se o valor do banco, ou seja, o PL, o patrimônio líquido do banco, vale o que foi aportado pela Caixa Econômica Federal. Essa é a dúvida que tenho. Acho que é objeto desta Comissão como também da Comissão de Assuntos Econômicos convocar a presidência da Caixa Econômica aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Podemos inclusive fazer uma reunião conjunta...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O que se comenta...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Podemos fazer uma reunião conjunta com a CAE.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O que se comenta – não sei se V. Ex^{as} acompanharam hoje pela imprensa – é que o que foi aportado é maior do que o valor do patrimônio líquido do Banco PanAmericano. Então temos que apurar, sobretudo ver se esses valores são maiores ao que de fato vale o banco. Então o questionamento é objeto de que a Comissão de Assuntos Econômicos e a CCJ...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Jayme Campos, só um aparte. Só para dizer a V. Ex^a que há questões de legalidades que cabem à Comissão de Constituição e Justiça. Eu posso citar que realmente a Caixa adquiriu 35% do PanAmericano, R\$739,2 milhões, valorizando o banco em R\$2,1 bilhões, e a operação começou em 2009, mas só foi aprovada pelo Banco Central em 2010.

Então são questões que devem ser elucidadas. Por que uma operação de 2009 só foi aprovada pelo Banco Central em 2010? Por que esse aporte de recursos? Se a Caixa não detectou dificuldades no PanAmericano e tornou-se sócia dessas dificuldades com dinheiro público? São questões que envolvem sim legalidade, que temos de discutir nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Muito bem, não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Solicito à assessoria que providencie o convite para o Sr. Henrique Meirelles e à Sr^a Maria Fernanda Ramos Coelho para que, na próxima quarta, venham à audiência pública nesta Comissão.

Houve um pedido do nosso conselheiro Marcelo Neves, do Conselho Nacional de Justiça, que foi escolhido representante do Senado e que está lá com um ano de mandato, para vir aqui fazer uma prestação de contas das suas atividades no Conselho Nacional

de Justiça. Eu tomei a liberdade de aceitar esse oferecimento ad referendum do próprio plenário, porque achei extremamente interessante. Quer dizer, alguém que o Senado indica para compor o Conselho Nacional de Justiça e que se oferece para, num prazo razoável, fazer explicações das suas atividades no Conselho Nacional de Justiça. De sorte que eu pedi para que ele aqui comparecesse.

Peço a V. Ex^{as} que confirmem ou não o convite que acabei de formular.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, parabenizar a Presidência por essa atitude. É um fato inédito, lamentavelmente, porque não conheço outro precedente semelhante de uma indicação do Senado Federal que venha, num prazo relativamente breve, apresentar o trabalho que fez, os temas de que tratou, as preocupações que manifestamos naquela ocasião da indicação do Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP) Dr. Marcelo Neves. É um gesto muito importante. A Comissão deve valorizar essa iniciativa, e, inclusive, devemos pensar em procedimentos futuros, para que todos os cargos que este Senado eventualmente indique contem com esse procedimento de prestação de contas. Isso aprimora a democracia, mostra nossa responsabilidade com as indicações e muda a qualidade do relacionamento.

Quero parabenizar o Dr. Marcelo Neves pela iniciativa e, de acordo com as informações que tenho, pela qualidade do trabalho que fez no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convido o Conselheiro Marcelo Neves, representante do Senado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a vir a esta Mesa fazer a exposição.

Convido também, uma vez que se encontram nesta Comissão – considero visitas honrosas –, a virem à Mesa os Conselheiros Marcelo Nobre, que representa a Câmara; Nelson Tomaz Braga, que representa o Tribunal Superior do Trabalho (TST); e Jefferson Kravchychyn, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Sejam bem-vindos! É uma honra para nós recebê-los. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Conselheiro Marcelo Neves.

Lembro que, antes, por escrito, o Conselheiro Marcelo Nobre, embora indicado pela Câmara, também teve a iniciativa de fazer uma prestação de contas a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tem a palavra o Conselheiro Marcelo Neves.

O SR. MARCELO NEVES – Exm^o Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, Exm^{os} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, é um prazer estar aqui.

Agradeço a presença aos colegas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que me acompanharam até aqui.

Aqui, cumprimento os Senadores reeleitos, na pessoa do Senador Demóstenes Torres; os que aqui permanecem, na pessoa do Senador Suplicy, que foi o Relator do meu processo à época; e aqueles que encerram seu mandato, no nome de duas pessoas: o Senador Mercadante, que indicou meu nome para a Comissão, e o ilustre Senador pernambucano Marco Maciel, que honrou seu cargo e minha terra neste Senado Federal.

Nosso trabalho no CNJ tem sido feito com duas orientações básicas: o trabalho de plenário, de tribunal administrativo, e o trabalho de políticas públicas. Nessas duas vertentes, temos atuado com muita eficiência e com muita dedicação.

Desde que entramos, na Presidência de Gilmar Mendes, atuamos em vários processos, afastando do Judiciário pessoas que não agiam de acordo com a dignidade do cargo. Tivemos muitas incompreensões. Porém, nosso trabalho de enfrentar uma tradição e uma cultura, que, muitas vezes, implicam vícios profundos, estamos realizando com dificuldade.

Mas estamos avançando nesse sentido para modificar a cultura judicial. De outro lado, nas políticas públicas, atuamos em vários setores. Como membro da Comissão de Gestão Estratégica, atuei organizando projetos de metas que foram aprovados pelos juízes brasileiros em congresso, no ano passado, realizado pelo CNJ. Também tive papel importante e fundamental como relator da resolução que trata da transparência no Judiciário. O que ocorria antes? Ninguém sabia dos orçamentos dos tribunais. Por provocação do Presidente Gilmar, elaborei uma resolução, onde todos os orçamentos devem estar expostos para que se saiba com o quê está se gastando. Isso foi um avanço muito grande para o próprio controle da sociedade. A sociedade civil, hoje, pode controlar as contas dos tribunais e, dessa maneira, exercer sua crítica. Então, essa talvez tenha sido, entre outras resoluções, a minha maior contribuição como representante, honrando este Senado – eu diria: a minha maior contribuição nesta gestão na parte da elaboração de resoluções.

Também participo da Comissão do Grupo de Trabalho Infojuris, que é para dar também informação sobre todas as decisões tomadas pelo CNJ na Rede Mundial de Computadores. Nisso nós estamos avançando com certa dificuldade. Nosso gabinete é pequeno. Só temos uma assessora, um estagiário – que está aqui presente – e uma secretária. Estamos trabalhando e tentando avançar, com todas as dificuldades estruturais que temos. Nesse sentido, Srs. Senadores, posso garantir que, com os meus colegas, estamos fazendo um trabalho muito correto e procurando aperfeiçoar as instituições judiciais neste País, porque o aperfeiçoamento do Judiciário é o aperfeiçoamento da cidadania.

Nesse sentido, queria dizer que a nossa produtividade tem sido alta. Vejam bem que, com todos os limites – apenas com uma assessora –, nossa cota de congestionamento, comparada com a do Judiciário, que é de 80%, a média, a nossa, do meu gabinete, é de 14%, porque tinha um acúmulo histórico. Mesmo assim, há uma redução. Os processos da época em que entrei, para atualmente, reduzi à metade o número de processos que permanecem em tramitação, que hoje são apenas 24. Então, nesse sentido, posso afirmar que estou atuando para corresponder às expectativas dos Srs. Senadores e contribuir para o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Agradeço a atenção.

Entrego aqui o relatório. E, posteriormente, entregarei em cada gabinete o resumo que o CNJ trará dos relatórios do meu gabinete – está fazendo para todos os gabinetes.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Abro a palavra a qualquer dos Srs. Senadores que deseje fazer um questionamento. (Pausa.)

Não havendo, agradeço a V. Ex^a...

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Desejo apenas...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – ...Senador, Presidente Demóstenes Torres, cumprimentar o Conselheiro Marcelo Neves pelo relato que acaba de fazer. Isso abre uma boa interlocução entre as instituições do Senado Federal e, naturalmente, o trabalho que ele realiza no CNJ. Daí por que acho que foi extremamente oportuna essa interlocução entre a Casa e, consequentemente, o CNJ.

O SR. MARCELO NEVES – Estou à disposição para qualquer esclarecimento no meu gabinete. E, a qualquer momento, posso retornar à Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a e agradeço imensamente a todos os demais conselheiros que aqui se fazem presentes.

Muito obrigado. É uma honra muito grande poder recebê-los. (Pausa.)

Item 97 da pauta, página 1.264:

ITEM 97 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2010

Altera o artigo 6º da Constituição Federal para incluir o direito à busca da Felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, mediante a dotação pelo Estado e pela própria sociedade das adequadas condições de exercício desse direito.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Relatoria: Senador Arthur Virgílio

Não estando presente, nomeio relator ad hoc o Senador Alvaro Dias, a consenso. Página 1264.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Enquanto o Senador Álvaro Dias acha a página, eu gostaria de pedir a V. Ex^a, gostaria de saber se V. Ex^a defere um requerimento meu para a retirada de um projeto de lei que apresentei, que já está relatado e está para ser votado aqui. Quero saber se ainda há possibilidade de eu retirá-lo definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Há possibilidade.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Trata-se do item 43, Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Retiro de pauta, e V. Ex^a faz o requerimento de retirada definitivo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – E quais os itens que V. Ex^a deseja votar?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sou relator, Presidente. São itens que estão em caráter terminativo, item 23...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Separem assim que, quando houver quórum para votação de matérias em caráter terminativo, vamos votar os projetos cuja relatoria está a cargo do Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – São três projetos em caráter terminativo, de que sou relator. Se houver possibilidade de votá-los hoje, eu gostaria de fazer os relatórios até porque, Sr. Presidente, da-

qui a uns dias, estou me despedindo de V. ex^a e do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Lamentavelmente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – De acordo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Presidente, o relator deste projeto é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é de autoria do Senador Cristovam Buarque. Mediante o projeto, pretende-se estabelecer as condições adequadas para que o Estado atenda a um direito consagrado no art. 6º da Constituição Federal, que diz respeito à busca da felicidade.

O parecer é do Senador Arthur Virgílio. Como há consenso e por economia processual, vou deixar de fazer a leitura do seu relatório. S. Ex^a opina pela aprovação da proposta do Senador Cristovam Buarque, com uma emenda de redação apenas. A emenda altera o art. 6º da Constituição Federal para direcionar os direitos sociais à realização da felicidade individual e coletiva.

Essa questão da felicidade é complicada, Sr. Presidente, mas, de qualquer maneira, o parecer do Senador Arthur Virgílio é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado o relatório, a matéria vai ao Plenário. (Pausa.)

O item 68 é o que pediu V. Ex^a, Senador Marco Maciel?

Item 68, página 854. Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2008.

ITEM 68 – Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2008

Permite o registro de nascimento no local onde foi realizado o pré-natal.

Autoria: Deputado Lobbe Neto

Relatoria: Senador Marco Maciel

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, relator da matéria, para que possa proferir o seu relatório.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Alvaro Dias pelo relatório que fez aqui. Por lei, todos aqui vão ter felicidade.

O Senador Alvaro Dias conseguiu fazer um relatório muito importante para a vida de todos hoje.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu apenas li o relatório do Senador Arthur Virgílio. Só faltou

incluir um item, Senador Demóstenes, que dissesse o seguinte: para que todos possam ser felizes, todos ganharão todas as eleições.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de começar a ler o relatório, gostaria de dizer que, de fato, já nos pensadores gregos a busca da felicidade era tida até como uma forma de definir o processo de democrático.

Sr. Presidente, passo a relatar agora o projeto que está inserido como 68º item da pauta da reunião de hoje.

Esta Comissão analisa o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2008, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que preconiza a alteração do art. 50 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de registros Públicos), para permitir a realização do registro de nascimento no local em que tenha sido feito o acompanhamento prénatal.

O art. 3º da proposição se limita a fixar o início da vigência da lei que dela eventualmente resultar na data da respectiva publicação.

Na justificativa, pondera-se “a mulher grávida residente e domiciliada em um Município onde não há maternidade pública ou privada, que ali vive a sua vida, tem que se dirigir a uma cidade mais próxima para dar à luz o seu filho”, nela realizando, posteriormente, o registro do nascimento. A “consequência gravosa” dessa situação, argumenta-se, “é ficar a cidade de origem sem o registro, e com um contingente cada vez menor de pessoas ali nascidas”.

Não foram apresentadas emendas.

Vou procurar sintetizar a análise, dizendo que os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre registros públicos, a teor do disposto no art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

Consoante o art. 50 da Lei de Registros Públicos, *todo nascimento ocorrido no território nacional* deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses

para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório (os destaques não pertencem ao original). Nos termos desse dispositivo, os genitores, por ocasião do registro de nascimento da prole, tanto poderão prestigiar o local do efetivo natalício quanto aquele no qual a família tem a residência estabelecida (diminuindo, portanto, o risco de que a cidade de origem fique sem o registro, preocupação que anima o autor da proposição).

Mas não é só: à vista do artigo em referência, a alteração em apreço poderia, ainda, revelar-se inócua ou disfuncional, conforme o caso. É que, normalmente, o pré-natal é realizado ou no município onde reside a genetriz ou naquele onde se dará o parto, de modo que, qualquer que seja a situação, o escopo do projeto estará atendido pela legislação em vigor.

Concluo dizendo que, em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão.

Não havendo quem deseje discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, rejeitado o projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Estamos votando os itens não terminativos.

Item nº 81 da pauta. (Pausa.)

Item nº 64, pg. 784, **Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2005**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e determina que a pessoa que for retirada cautelarmente da moradia comum por maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente está obrigada a prestar depoimento. Autoria: Deputado Paulo Rocha. Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Não estando presente, designo Relator ad hoc o Senador Romero Jucá, Item nº 64, pg. 784, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Relator é o Senador Valdir Raupp, que apresenta voto pela aprovação do projeto com a seguinte emenda:

“Dê-se à emenda do Projeto de Lei da Câmara nº 43 a seguinte redação:

Acrescenta o parágrafo único ao art. 130 ao Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmen-

te em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial.”

Portanto, o parecer é favorável com a emenda que apresenta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 77 da pauta, pg. 994. *Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública para destinar recursos aos programas educacionais de resistência às drogas e à violência, mantidos pelos governos estaduais.*

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu queria só registrar que nós fizemos um entendimento de que, se tivéssemos quórum e fizéssemos a reunião, não votaríamos os requerimentos do Senador Alvaro Dias. A Base está vindo e está ficando em dúvida. Quero registrar que minha posição é que não votemos os requerimentos, de acordo com o entendimento feito, para que não fique nenhum tipo de informação... Alguns estão vindo, achando que pode ser votado, que pode não ser votado. Eu queria que não votássemos hoje, conforme o entendimento, e marcaríamos outra reunião para votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sem problema. Eu mantenho o entendimento que fiz com V. Ex^a. Do contrário, a reunião de hoje nem seria aberta, conforme disse V. Ex^a.

Nós podemos marcar, então, para a próxima quarta-feira, se V. Ex^a concordar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Para a próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Faremos, V. Ex^a traz os seus Senadores da Base, e nós faremos a discussão.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Aliás, nós poderíamos, como parece que agora há quórum, votar as matérias terminativas.

Peço aos Srs. Senadores – temos um grande número de matérias terminativas consensuais – que fiquem até que possamos encerrar esta pauta.

Registro, com muito orgulho, a presença do Senador eleito pelo Mato Grosso, o nobre Procurador da República Pedro Taques. Bem-vindo. Sua visita é honrosa para a nossa Comissão.

Item nº 1, pg 62. **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009.** *Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas.* Autoria: Deputado Vic Pires. Relatoria: Senador Gilvam Borges. Votação nominal. Não estando presente, concedo a palavra ao ilustre Senador Romero Jucá para que seja o Relator ad hoc neste caso.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá – Item nº 1, página 62.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exª, se possível, que fizesse uma inversão na pauta para que pudéssemos apreciar o Item nº 70, que já se encontra nesta Comissão há muito tempo. O Deputado Ciro Pedrosa, já há seis meses, vem me pedindo que interceda no sentido de que essa matéria seja apreciada...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos fazer. O Item nº 70 é terminativo?

Logo que encerrarmos aqui, nós faremos; com qualquer quorum, nós faremos sem qualquer problema.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o projeto dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, que obriga as concessionárias de serviços aéreos a divulgar nota oficial, em noventa dias, após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas, dando a posição dos dados oficiais do levantamento.

O parecer do Senador Gilvan Borges é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada forma legislativa e, no mérito, pela aprovação. Portanto, o parecer é favorável sem nenhuma emenda, Sr. Presidente, de acordo com a forma pela qual a matéria foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Em votação.

Senador Eduardo Suplicy, como vota V. Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Níura Demarchi.

A SRª NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – José Bezerra.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Está sendo aprovado o substitutivo apresentado pelo Senador Gilvan Borges que foi referendado pelo Relator ad hoc, Senador Romero Jucá.

Encerrada a votação, a matéria foi aprovada.

O parecer foi aprovado por unanimidade. O substitutivo também foi aprovado por unanimidade e será submetido a turno suplementar na próxima reunião, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item nº 55 da pauta – página 650.

Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2009, que dispõe sobre a responsabilidade das empresas que te-

nham como atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis. Autoria: Senador Gerson Camata; relatoria: Senador Osmar Dias.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Osmar Dias para proferir o seu relatório.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Gerson Camata atribui às empresas que tenham como atividade a venda e a instalação de vidros automotivos a responsabilidade pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis, o que inclui o acondicionamento, disponibilização para coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de vidros automotivos.

É um projeto moderno, Presidente, exatamente dentro do espírito da preservação ambiental. O que está propondo aqui o Senador Gerson Camata recebe o nosso voto favorável, pela aprovação, já que ele passou também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde recebeu substitutivo – estamos aprovando o substitutivo que veio daquela Comissão.

É pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação do substitutivo.

As Sr^{as} e os Srs...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O projeto é terminativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Com o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Níura Demarchi.

A SR^a NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – José Bezerra.

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Osmar Dias...

A matéria foi aprovada por unanimidade pelos presentes...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante: com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Aprovada a matéria pela unanimidade dos presentes, como se trata de substitutivo, será submetida a turno suplementar nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal, na próxima sessão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu acompanhei aquela solicitação de um convite ao Presidente do Banco Central Henrique Meirelles e à Presidente da Caixa Maria Fernanda. Entendo ser um papel do Senado Federal acompanhar o sistema financeiro, mais da Comissão de Assuntos Econômicos, mas de qualquer forma não há impedimento para que a CCJ o faça. Quero propor um aditivo ao convite, e gostaria de fundamentá-lo de forma muito breve.

Havia indícios de fraude no balanço do Banco PanAmericano que vinha desde 2006. O Banco Central, a partir desses indícios oficializou informações para poder ter um quadro que pudesse cruzar as informações do banco com o próprio mercado para avaliar se havia, de fato, inconsistência no patrimônio líquido do banco. Ao fazer essa apuração, o próprio controlador do banco ... E eu quero registrar que a solução não terá nenhuma implicação para o dinheiro público. O Fundo Garanti-

dor de Crédito, que é uma instituição que existe desde 1995, que aporta recursos para exatamente preservar a consistência do sistema financeiro e que é gerida pelos bancos privados, com recursos dos bancos privados, fez uma operação de empréstimo por solicitação do sócio do banco majoritário do Banco PanAmericano e esse empréstimo teve como contrapartida a garantia de todo o patrimônio, televisão, empresas, todas as garantias que o sistema financeiro privado achou por bem viabilizar o empréstimo. Mesmo porque o fundo garantidor tinha interesse na manutenção do banco em função dos depósitos que são da ordem de 1 bilhão e 700 milhões. O que queremos aditar a esse contrato. Quer dizer, não é uma solução tipo Proer, não há dinheiro público envolvido na solução; é exclusivamente uma solução no âmbito privado. Mas queremos aditar o convite à KPMG, a empresa de auditoria que fez a due diligence para a Caixa Econômica Federal e que não identificou esse problema e também a Deloitte, que também é uma outra grande empresa internacional de auditoria que tinha, por parte do sócio majoritário a responsabilidade de auditar o balanço do banco. São duas empresas de prestígio, são duas empresas importantes e que não identificaram os problemas que levaram a essa situação.

Então, temos que também identificar, aqui nessa comissão especial o problema da responsabilidade dos auditores, o auditor externo e o auditor interno, duas empresas de nome que não identificaram e foi o Banco Central que identificou os problemas existiam na gestão do banco e a fragilidade de sua situação patrimonial.

Então, eu queria oferecer à Comissão essa sugestão e oficializarei, por escrito, agora, que nós convidássemos, também, o responsável da KPMG e da Deloitte para participarem da audiência pública para explicarem como foi feita a auditoria e por que não identificaram os problemas que foram depois identificados pelo Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não vejo problema algum. Pede a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

Concedo a palavra ao ilustre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Bom, como autor do requerimento, também, não tenho nenhuma oposição à adição das empresas de auditoria. Só gostaria que uma eventual ausência delas não atrasasse a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não, não.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Mas concordo, e a gravidade da coisa é o seguinte: o banco, numa pressão normal para bancos de médio

porte vender parte da sua carteira de ativos a outros bancos maiores é um procedimento normalíssimo. O que aconteceu é que eles não baixaram. Quando se vende um ativo, bota-se dinheiro no caixa, vai ter que baixar da conta de financiamento. E eles não baixaram dessa conta de financiamento. Ou seja, o patrimônio líquido ficou inflado com mais de dois bilhões e meio. É exatamente o que queremos descobrir, o que queremos nos certificar.

Portanto, a direção do Banco é responsável por isso, mas o que queremos ver é toda a história para saber por que a auditoria não pegou antes, se essa prática já vinha de trás. É possível que já viesse e vinha sendo acumulada; não é algo que tenha começado agora, mas também não foi toda feita agora. Então, portanto, é para deixar tudo às claras.

Portanto, concordo com o convite às empresas de auditoria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Júnior às claras, ou seja, eu concordo com o convite às empresas de auditoria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Queria agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, que sempre é muito correto em seus posicionamentos, e só adicionar que esse banco fez um IPO em 2007 e o problema de balança já era anterior ao IPO. Portanto, nem a due diligence que foi feita anterior à IPO identificou esse problema de inconsistência no balanço.

Quero também registrar a atitude do... por que se manteve o banco funcionando, não houve intervenção do Banco Central. Porque o responsável pelo banco, o sócio majoritário, assumiu esse ônus integralmente, fez o empréstimo do fundo garantidor e colocou todo o seu patrimônio à disposição para poder viabilizar a operação. Então é uma solução que merece ser analisada pela Casa e agradeço o apoio do autor do requerimento, para que a KPMG e a Deloitte participem da audiência pública que faremos.

Evidentemente não há da nossa parte nenhum interesse em protelar. Essa é uma matéria que deve ser discutida, o Brasil deve esclarecer, mesmo porque estamos construindo uma solução muito mais inteligente do que a Europa e os Estados Unidos fizeram, de pegar dinheiro do Tesouro Nacional e socorrer banco privado quebrado. É uma solução do mercado por bancos privados, colocando o patrimônio do sócio controlador para garantir operação. É o caminho que o Brasil deve construir com solidez. É mais um exemplo da nossa eficiência do ponto de vista da gestão do sistema financeiro do Brasil.

De qualquer forma, essas empresas devem esclarecer por que não identificaram as fraudes nos balanços e os problemas de inconsistências no patrimônio líquido do banco.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Peço só a V. Ex^a que formalize o requerimento, que eu já coloco imediatamente em votação.

ITEM 3

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2010

Altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de introdução às normas do Direito Civil Brasileiro).

Autoria: Deputado Celso Russomano.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Foi nomeado Senador ad hoc o Senador César Borges, a quem concedo a palavra. Item 3, página 92. Votação nominal. Matéria consensual. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como o Senador César Borges já fez o seu relato, eu consulto ao Senador Eduardo Suplicy, que pediu vista, se tem alguma manifestação decorrente desse pedido de vista. Item 3, página 92.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Não há manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não há manifestação. Pergunto ao Senador César Borges se tem mais alguma consideração a fazer.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Não, Sr. Presidente. Fui relator ad hoc e continuo mantendo a posição do Relator da matéria, o Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – A matéria foi aprovada e seguirá comunicado ao Presidente do Senado para ciência do plenário e publicação no Diário da Casa.

ITEM 8 – Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2003

Altera a Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Não estando aqui presente a Senadora Relatora, designo Relator ad hoc o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se do projeto de lei do Senado de autoria do Senador Magno Malta que altera a Lei nº 8.906, Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes. A matéria tramitou nesta Comissão, e foi designada como Relatora a Senadora Serys, que apresentou relatório concluindo pela rejeição.

Devido a requerimento de tramitação conjunta, o relatório não fora apreciado, sendo o projeto remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que se manifestou pela tramitação autônoma da proposição. Retorna a esta Comissão para prosseguimento da tramitação, segundo despacho inicial.

A iniciativa não recebeu emendas no prazo regimental. É sugerida a alteração do Estatuto da Advocacia, no sentido de obrigar o advogado a declarar, pormenorizadamente, a origem dos honorários percebidos de seu representado, no caso de crimes relacionados ao “tráfico de entorpecentes e organizações criminosas”. Além disso, pretende punição criminal para o advogado que deixar de informar ou que informar incorretamente a origem dos recursos.

A proposta, em sua intenção, é meritória. Não obstante, a implementação da norma é difícil, praticamente impossível e, em certos desdobramentos, flagrantemente inconstitucional.

O advogado, entendemos, na maioria das vezes, pode não ter a possibilidade física de garantir a origem real e a legalidade dos recursos. No caso de ele estar sendo enganado pelo representado, seria absurdo exigir-se que ele só assumisse a causa após ter certeza da origem legal do dinheiro. Logo, dificilmente poderá ser imputado.

Impedir que o advogado exerça sua profissão, negando-lhe o direito de defender o réu, com base no desconhecimento da origem dos recursos com os quais está sendo pago, ou porque se desconfia que as informações fornecidas são falsas, ou mesmo em razão de ele não conseguir comprovar a origem lícita desses recursos, constituir-se-ia no ferimento de direitos individuais capitulados em nossa Carta Magna. Mais grave ainda seria sancioná-lo penalmente por isso, como pretende a proposta.

Os mandamentos constitucionais desobedecidos são cláusulas pétreas contidas no art. 5º da Lei Maior, especificamente os incisos XIII e LV, que assim dispõem:

“Art. 5º

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

A Lei Maior já concede ao Ministério Público a missão de *defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis* (art. 127).

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pelo desenvolvimento da argumentação bem elaborada da Senadora Serys, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Lembro que quem vota com o Relator vota “não”. O parecer é pela rejeição.

Como vota o Senador Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – O Senador Eduardo Suplicy é o Relator.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Almeida Lima?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Valter Pereira?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota a Senadora Níura de Demarchi?

A SRª NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como vota o Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Foi aprovado o parecer.

A matéria foi rejeitada em decisão terminativa.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – O Senador Alvaro votou com o Relator. Só para...

Senadora Lúcia Vânia.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

Só para retificar o voto do Senador Alvaro Dias, que é com o Relator. Pronto, retificado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador, eu pedi pela ordem por duas razões: primeiro, para anunciar a presença do Governador do Paraná, Orlando Pessuti...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – A quem considero visita honrosa nesta Comissão.

Muito obrigado pela visita.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – E nós todos também assim consideramos. Então, agradecemos aqui a visita do Governador do Paraná, Orlando Pes-

suti, acompanhado de seus assessores. E quero pedir, Sr. Presidente, que V. Ex^a me permita apresentar o parecer sobre o item 38.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Faremos, faremos logo em seguida, Senador.

A Senadora Lúcia Vânia também pede inversão. Vamos fazer as inversões.

ITEM 2 – Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 323, DE 2009

Cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências.

Autoria: Deputado Max Rosenmann

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy para fazer o relatório. Item 2, página 83. É sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

A proposta, ao criar os conselhos federal e regionais de zootecnia, constitui estes, no conjunto, como uma autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos zootecnistas que, para o exercício de sua profissão, deverão inscrever-se nos conselhos regionais de sua região de atuação.

Quanto à estrutura, à organização e ao funcionamento dos conselhos, o plc nº 323, de 2009, do deputado max rosenmann, saudoso, pois falecido em outubro de 2008, determina que a regulamentação destes tópicos deve ser disciplinada em estatuto próprio e aprovada por decreto.

No prazo regimental, a matéria não recebeu emendas.

Nos termos do art. 101, incisos i e ii, do regimento interno, cabe à ccj opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Não se identificam vícios de constitucionalidade formal no plc nº 323, de 2009, pois a matéria situa-se no âmbito da competência legislativa da união e das atribuições do congresso nacional, nos termos dos artigos 22 e 48, respectivamente, da constituição da república. tampouco ultrapassa os limites da iniciativa reservada ao poder legislativo, conforme dispõe o art. 61, da mesma lei maior. a previsão de existência do conselho federal e dos conselhos regionais de zootecnia já consta de lei federal (lei nº 5.550/1968, art. 4º,).

Quanto à técnica legislativa, o projeto atende às prescrições da lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A análise do mérito inicia-se com a constatação de que o exercício da profissão de zootecnista está regulamentado pela lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968. desde essa data, a classe anseia pela criação do órgão de fiscalização da profissão, pois, já no ato originário de regulamentação, consta a previsão da instituição da autarquia federal nesse sentido.

Da jurisprudência, retira-se que o supremo tribunal federal (stf) reconheceu a natureza autárquica dos conselhos regulamentadores e fiscalizadores de profissões, quando do julgamento de ação direta de inconstitucionalidade.

“com efeito, não parece possível, a um primeiro exame, em face do ordenamento constitucional, mediante a interpretação conjugada dos artigos 5º, xiii, 22, xvi, 21, xxiv, 70, parágrafo único, 149 e 175 da c.f., a delegação, a uma entidade privada, de atividade típica de estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que tange ao exercício de atividades profissionais.”

Constata-se que este projeto pretende apenas criar uma autarquia. Segundo definição apresentada pelo Dr. Walter Motta Ferreira, chefe do Departamento de ...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Há consenso, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Havendo consenso, Sr. Presidente, declaro que o parecer é pela aprovação em caráter terminativo deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Há consenso inclusive dos veterinários e agrônomos aqui presente, inclusive o nosso Governador foi presidente do Conselho.

Senador Marco Maciel, peço a V. Ex^a...Se V. Ex^a sai agora, derrubamos o quórum para votação terminativa. Vamos apenas encerrar essa votação.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimento todos aqueles que trabalham em zootecnia, inclusive o Governador Pessuti, os professores e estudiosos da USP que aqui estão presentes para acompanhar a votação desta matéria. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – No meu Estado também todos querem que haja a criação do Conselho Federal e Regional de Zootecnia, só que se padece de um vício de inconstitucionalidade insanável, que é justamente o fato de o Poder Legislativo não poder criar autarquias, não poder criar conselhos. Então, sugiro a V. Ex^a que faça uma emenda autorizando o Poder Executivo a criar esse conselho. Se V. Ex^a assim o fizer, sana-se o vício.

cio de inconstitucionalidade. Tenho certeza de que o Presidente da República vai sancionar, como já fez de outras vezes.

Se V. Ex^a concordar, seria resolvido, porque não podemos, nós, Poder Legislativo, autorizar a criação de cargos, conselhos e autarquias, mas podemos autorizar o Presidente a fazê-lo. Se V. Ex^a concordar, seria resolvido.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, considero de bom senso e, pelo seu conhecimento jurídico, estou de acordo e vou seguir sua recomendação. Nem sempre estamos inteiramente de acordo. Quem sabe hoje até discordemos, mas, neste caso, vou acatar a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – A democracia não é fácil.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Peço então que a assessoria possa me ajudar nessa diretriz. Portanto, fica em caráter autorizativo, com a convicção de que, assim, irá o Presidente da República acatar a sugestão aqui aprovada pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, já com a alteração feita pelo Senador relator Eduardo Supply, tornando autorizativo o Projeto de Lei nº 323.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – A matéria foi aprovada por unanimidade.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, quero registrar meu voto. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Dornelles vota com o Relator. Está computado o voto.

Aprovado por unanimidade, será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Vamos votar o projeto do Senador Osmar Dias. Vamos votar o projeto da Senadora Lúcia Vânia.

Os dois pediram inversão de pauta. E também os três pediram inversão de pauta.

Senador Supply, se V. Ex^a ficar, há consenso.

Vamos fazer o seguinte: votamos, colhemos os votos e suspendemos as votações. Em seguida, quando aparecerem outros Senadores, nós completamos.

V. Ex^a vai lá e volta; não é isso?

Então, vamos proceder assim.

Senadora Lúcia Vânia, minha compatriota.

Item 47, página 546.

(Terminativo.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2009

Altera o § 1º do art. 1.516 e o art. 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para ampliar os prazos para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento.

Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Votação Nominal.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se, nesta oportunidade, ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 215, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que objetiva alterar o Código Civil, para ampliar, de noventa para cento e oitenta dias, o prazo para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento.

Como todos os Srs. Senadores têm o material em mão, vou aqui apenas dizer que o projeto não apresenta não apresenta vícios de regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos. No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável.

No mérito, entendemos que o projeto merece aprovação, diante da inegável proposta de aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à união matrimonial, que se soma ao esforço legislativo que vem sendo desencadeado desde a entrada em vigor do Código Civil de 2002, no sentido de tornar gratuitos aos mais necessitados todos os procedimentos relativos ao registro civil do casamento.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2009.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

(interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – (...) a votação e, assim que houver quórum, nós continuaremos a votação.

Item 38 e, em seguida, o de nº 70.

O Senador Osmar Dias já está há muito tempo nessa fila.

Item 38, página 450.

(Terminativo.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 734, DE 2007

Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.

Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Osmar Dias, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto de lei, na verdade, atualiza a Lei nº 10.883, de 2007, porque, pela referida lei, aqueles que se formam em Engenharia de Alimentos não podem trabalhar como fiscais federais agropecuários para fazer a inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia.

Então, há um equívoco aqui, porque, na verdade, pela lei, pode exercer o cargo de fiscal federal agropecuário Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários – como o Governador Pessuti –, Zootecnistas, Farmacêuticos e Químicos.

Logo, o engenheiro de alimentos não pode exercer, para fazer a fiscalização sanitária do acondicionamento de alimentos.

No Brasil, hoje, temos 65 cursos de graduação em engenharia de alimentos, 30 cursos de mestrado e 19 de doutorado em ciência e tecnologia de alimentos, Sr. Presidente. Então, para atualizar a lei, para permitir que esses profissionais possam também ser contratados e exercer cargos na carreira de fiscal federal agropecuário, o Senador Arthur Virgílio apresentou a lei, e eu, como Relator, estou dando parecer favorável pela aprovação.

No entanto, Sr. Presidente, faço aqui uma pequena alteração, para que seja em caráter autorizativo, porque não podemos interceder ou interferir no Executivo. Mas, para ser justo com esses profissionais da engenharia de alimentos, profissionais que podem, com muita competência, exercer a inspeção sanitária dos alimentos, estou dando parecer favorável, com essa observação de que seja autorizativo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação, com a modificação feita pelo Sr. Relator, que torna autorizativo o projeto.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Suspendo a votação para que possamos completar o quórum.

Vamos passar a votar agora os não-terminativos e ver se completamos o quórum para voltarmos a votar os terminativos.

Item nº 70, pg. 869. **Emenda nº 2 de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 2009.** *Altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, e acrescenta dispositivos ao art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação dos valores arrecadados no leilão de veículos apreendidos e não reclamados por seus proprietários.* Autoria da emenda: Senador Sergio Zambiasi. Autoria do projeto: Deputada Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jayme Campos, a quem concedo a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorna a esta Comissão o projeto de lei da Câmara, PLC nº 320, de 2009, que altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, e acrescenta dispositivos ao art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação dos valores arrecadados no leilão de veículos apreendidos e não reclamados por seus proprietários, para análise da emenda de Plenário apresentada pelo Senador Sergio Zambiasi.

O projeto assegura preferência ao pagamento da comissão do leiloeiro e das despesas com remoção e guarda dos veículos após o pagamento de multas, tributos, encargos legais, taxas e despesas com notificações. Complementarmente, acrescenta parágrafos ao art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503 de 1997, para ratificar a nova ordem de prioridade acima citada e para dispor sobre casos específicos em que o serviço público de remoção e guarda dos veículos sejam concedidos à iniciativa privada: o veículo apreendido seja objeto de roubo ou furto; o veículo apreendido tenha registro em outro Estado da Federação.

No caso de serviço concedido, estipula que a empresa receberá o valor correspondente às tarifas e encargos referentes ao serviço prestando, devendo esses valores, bem como a forma da sua atualização, constar dos editais de licitação.

Após essa exposição, Sr. Presidente, passo à fase de análise e conclusão final.

Embora consideremos justa a preocupação do Senador Sérgio Zambiasi, entendemos que o pagamento do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre já está contemplado na expressão encargos legais, incluídos ao lado dos tributos e multas na arrecadação da pro-

posta de emenda nº 1 – CAE, inciso II, parágrafo 2º, do art. 5º da Lei nº 6.575, de 1978.

Além disso, alguns juristas entendem que o DPVAT apresenta natureza jurídica de contribuição social, ou seja, de tributo, uma vez que não há liberdade para o segurado na escolha da seguradora e que o pagamento das indenizações aos acidentados independe da inadimplência do condutor.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2, do plenário, ao PLC nº 320, de 2009.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer, rejeitada a emenda. A matéria vai ao plenário.

Registro as presenças da Sr^a Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Sr^a Regina Portes; do Sr. Diretor-Geral do Tribunal Regional, Sr. Ivan Gradowski; e do Deputado Estadual Kielse, visitas honrosas a esta Comissão.

Item nº 66 da pauta – página 809.

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006. *Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.* Autoria: Deputada Perpétua Almeida.

O Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004, tramita em conjunto. Dá nova redação à alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República. Autor: Senador Delcídio Amaral.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2005, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar facultativamente o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea “e” do respectivo art. 38, denominado Voz do Brasil. Autoria: Senador Alvaro Dias.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007. Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias das comissões em andamento no Senado Federal em de-

corrência da veiculação obrigatória do programa Voz do Brasil. O Senador Cícero Lucena é o autor.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008. Dá nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece. Autor: Senador Expedito Júnior.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009. Dá nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Dispõe sobre as programações da Voz do Brasil e convocações de rede obrigatória gratuita da radiodifusão. Autoria: Senador Expedito Júnior; relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

As matérias foram apreciadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e serão apreciadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Demóstenes Torres, Srs. Senadores, o PLC nº 109, de 2006, dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

V. Ex^a, na leitura do processo, já fez alusão a vários projetos que foram apensados, todos eles tratando dessa flexibilização solicitada para o programa Voz do Brasil, que hoje, pela lei vigente, tem transmissão obrigatória a partir das 19h. Então, sessões são interrompidas do Congresso para que possam transmitir, cumprir a obrigação.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia nós fizemos uma discussão bastante aprofundada, inclusive o Senador Antonio Carlos Júnior participou com bastante competência dessa discussão e buscamos manter a divulgação das informações dos poderes da República que são importantes para a sociedade brasileira, mas também dar ao setor de comunicação brasileiro a possibilidade de flexibilizar esse horário e não ser rigidamente somente às 19 horas.

Então, aprovamos um parecer para a flexibilização do horário de transmissão do programa. Hoje, como disse, é transmitido das 19 horas às 20 horas. Pela proposta, passará a ser transmitido das 19 horas até às 23 horas, ou seja, terá que ser transmitido no dia em que a notícia foi construída. Então, mencione-se que a emenda propõe que A Voz do Brasil seja retransmitida sem cortes, não haverá cortes, mas com início

I às 19 horas, horário oficial de Brasília pelas emissoras educativas;

II entre 19 horas e 23 horas no horário oficial de Brasília pelas emissoras comerciais e comunitárias;

III entre 19 horas e 23 horas, horário oficial de Brasília, pelas emissoras educativas vinculadas ao poder legislativo federal, estadual ou municipal nos dias em que houver sessão deliberativa no plenário da respectiva Casa legislativa.

Presidente Demóstenes, isso é para evitar, como disse no início, a interrupção da transmissão das sessões deliberativas para a transmissão da A Voz do Brasil.

Então, o voto, Sr Presidente.

Ante as razões expostas somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 109 de 2006, nos termos da Emenda nº 1 CCT, Substitutivo, aprovada pela CCT e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 294 de 2004, 219 de 2005, 353 de 2007, 368 de 2008 e 376 de 2009.

Como eu disse, os aperfeiçoamentos que foram propostos pelo Senador Antonio Carlos Júnior contribuem bastante. São contribuições pertinentes e adequadas aos propósitos desse projeto que acabei de proferir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão o projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Para discutir o Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Para discutir não, simplesmente para referendar as palavras do Senador Flexa Ribeiro. Essa matéria foi fruto de um grande acordo que nós fizemos na CCT, onde conseguimos reunir todas as opiniões em relação a essa questão da A Voz do Brasil e fizemos um relatório consensual da comissão. Fui o relator e o Senador Flexa está agora referendando também essa posição que foi tomada pela unanimidade da CCT.

Portanto, é só para parabenizar o relatório do Senador Flexa Ribeiro e dizer que foi uma construção de consenso e de unanimidade, inclusive que estamos agora propondo a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Continua em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, só uma informação.

Ontem, Senador Antonio Carlos Júnior, fui procurado, no plenário do Senado, por representantes das entidades de classe da área de comunicação dizendo que haveria uma informação de que se nós não alterássemos o horário para as 10 horas em vez de 11 horas,

como está previsto na discussão da CCT, o Ministro da Comunicação Social, o Ministro Franklin Martins iria sugerir o veto ao Presidente da República. Eu não quis nem acreditar na informação como verdadeira, e sim mais como um boato, porque eu não vejo como o Ministro pode ter – e não acredito que ele tenha feito esse comentário – em função de dez... qual a diferença entre ter a Voz do Brasil transmitida até às 10h ou até às 11h? A preocupação nossa, Senador Antonio Carlos, era que não ultrapassasse o dia, porque a ideia inicial era que pudesse começar às 24h e aí, sim, passaria para o dia seguinte, com o que não concordamos. Agora, 10h ou 11h não há nenhuma alteração nisso. Eu espero que seja realmente boato, que não seja tentativa do Ministro Franklin Martins.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Continua em discussão.

Eu particularmente vou votar contra a matéria. Eu acho que a Voz do Brasil é um programa tradicional. Muitas vezes vejo pessoas no interior do meu Estado, no interior do Brasil que ainda se dedicam a ouvir a Voz do Brasil, que traz notícias relevantes para a sociedade. O horário quase sempre vai ficar mesmo para a partir das 23h, o que vai matar a audiência. Então respeitando as opiniões de V. Ex^a, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu voto pela rejeição. Apesar da defesa intransigente do nosso Senador Flexa Ribeiro, eu acho que V. Ex^a tem toda a razão. É uma tradição, não tenho nenhum preconceito contra a mudança de horário, mas já é uma tradição do povo brasileiro, que já sabe o horário da chamada Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com os votos contrários meu e do Senador Antonio Carlos Valadares, a matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, só uma informação.

O Senador Antonio Carlos Valadares fez um comentário absolutamente correto, quer dizer, a divulgação do horário da tradição, que já é hábito de todos os brasileiros ouvirem-na às 19h, terá de ser informada antecipadamente pelo veículo de comunicação.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Às 19h inclusive o veículo tem de dizer a que horas vai transmitir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A que horas vai transmitir a Voz do Brasil, ou seja, a informação será mantida à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos encerrar as duas votações nominais que nós...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, trata-se de uma emenda à Constituição, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que disciplina a autorização de referendun e convocação de plebiscito mediante iniciativa popular. Indago a V. Ex^a se, não sendo votação nominal, essa proposta poderia ser objeto de apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – É o item 83. Há consenso? Vou verificar. Se houver...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É que atualmente, como sabe V. Ex^a, o referendun e o plebiscito são autorizados pelo Congresso Nacional através de iniciativa de um deputado ou senador. O que o Senador Sérgio Zambiasi propõe é que os Parlamentares continuem a ter esta iniciativa de propor referendun ou plebiscito e que também através de um processo de iniciativa popular isso possa ser realizado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos analisar. Só para concluir então a votação do item 38.

Continua em votação. Lembrando que, do item 38, foi Relator o Senador Osmar Dias, foi alterado o parecer para autorizar o Presidente da República a acrescentar a atribuição ao cargo de Fiscal Federal Agropecuário. São nove votos “sim”.

(Continua o processo de votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – A matéria foi aprovada, portanto, por unanimidade.

O projeto foi aprovado com emenda e será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

ITEM 47

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2009

Altera o § 1º do art. 1.516 e o art. 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para ampliar os prazos para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Há consenso. Há nove votos favoráveis.

Consulta os Srs. Senadores.

(*Procede-se à votação nominal.*)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – A matéria, portanto, foi aprovada por unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, ouvido o Plenário, eu pediria uma inversão de pauta. Há um requerimento sobre a mesa, para que possamos fazer uma audiência pública, para instruir a PEC do Senador Augusto Botelho, a PEC nº 73, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos votar.

Diz o requerimento:

“Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir a PEC nº 73, de 2007, de autoria do Senador Augusto Botelho.

Nesses termos, solicito que, para participar da audiência pública acima citada, sejam convocadas as seguintes autoridades: Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia); Dr^a Rosana Radominski, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso); Sr. Gilberto Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (Conar).”

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos pautar a matéria para daqui a duas quartas-feiras. Na semana que vem, já há audiência pública.

ITEM 90 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2008

Estabelece a possibilidade de instituição de cadastros de imóveis rurais por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; mantém a exigência de regularidade cadastral para fins de alienação de imóvel

rural; transfere a competência para instituição e arrecadação do imposto territorial rural para os Estados e o Distrito Federal; e estabelece a possibilidade de legislação estadual ou distrital condicionar a alienação de imóvel rural à apresentação de certidão negativa de débito desse tributo.

Autoria: Senador Expedito Júnior e outros.

Relatoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatório: contrário à Proposta e à Emenda nº

1.

Observações: em 28/10/2009, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Expedito Júnior, que recebeu Parecer contrário.

Não estando aqui presente a Senadora Kátia Abreu, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Efraim Moraes, a quem concedo a palavra, para proferir o relatório.

Este é o Item 90, à pág. 1153.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Trata-se da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31, de 2008**, de autoria do Senador Expedito Júnior e de outros Srs. Senadores.

Sr. Presidente, a análise da nossa Relatora, Senadora Kátia Abreu, diz que “compete a esta Comissão o exame das propostas de emenda à Constituição quanto à sua admissibilidade e mérito, a teor do art. 356 do texto regimental”.

Sr. Presidente, vou diretamente ao voto, que é pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Parecer e rejeitada a Emenda, a matéria vai ao Plenário.

ITEM 71 – Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2003 – Complementar

Regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal, ao dispor sobre a política de aplicação dos recursos financeiros nos Programas de Caráter Regional a cargo da União, e dá outras providências.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko

A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não estando presente S. Ex^a, concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer da Senadora Serys é pela rejeição do PLS nº 239, de 2003 – Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer e rejeitado o projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 74 da pauta, página 924:

ITEM 74 – Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2006

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. (Controle de concessão de florestas públicas pelo Poder Legislativo).

Autoria: Senador Pedro Simon

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2006

Acresce e altera dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para dispor sobre a aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal (Paof), a repartição dos recursos dos preços florestais, a nomeação dos membros do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a criação do Conselho Gestor do SFB.

Autoria: Senador Arthur Virgílio e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2007

Altera a Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências”.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Renato Casagrande

Não estando presente o Senador Renato Casagrande, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Antes, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço vista. Já em entendimento com o Senador Pedro Simon, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então, o Relator dá como lido o relatório... Pode ser? E concedo vista a V. Ex^a.

Item 80 da pauta, página 1025:

ITEM 80 – Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2005

Acrescenta alínea c ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer, em benefício dos comprovadamente pobres, a gratuidade do registro da escritura pública do imóvel destinado à residência da família.

Autoria: Senador José Maranhão e outros

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Não estando presente S. Ex^a, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto do Senador Eduardo Azeredo é pela aprovação da PEC nº 55, de 2005, com um Substitutivo que apresenta.

Vou ler o substitutivo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2005 (SUBSTITUTIVO)

Acrescenta § 4º ao art. 236 da Constituição Federal, para estabelecer, em benefício dos comprovadamente pobres, a gratuidade da lavratura e do registro da escritura pública ou título equivalente do imóvel destinado à residência da família, quando único.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 236 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 236

.....

§ 4º Nos estados que instituírem fundos compensatórios, serão gratuitos, em proveito dos reconhecidamente pobres, assim definidos segundo requisitos específicos e objetivos estabelecidos em lei federal, a lavratura e o registro da escritura pública ou título equivalente do imóvel destinado à residência da família, quando único, facultado à lei estadual a fixação de valor-limite para os imóveis beneficiados. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.”

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Esse último dispositivo, então, prevê uma compensação. É isento, mas o Estado tem que criar um mecanismo para compensar o cartório.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então, vou pedir vista da emenda.

E vou conceder o pedido de vista. (Risos.)

Desculpe ter colocado V. Ex^a numa fria.

Vista concedida.

Item 83, página 1067.

ITEM 83 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2006

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal, para disciplinar a autorização de referendo e a convocação de plebiscito mediante iniciativa popular.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi e outros

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Concedo a palavra o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Com a autorização de V. Ex^a, eu gostaria de fazer um resumo, uma síntese da proposta de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, Senador do Rio Grande do Sul, que, apesar de grandes perspectivas em torno de sua reeleição, preferiu sair do Senado e dedicar-se às suas atividades profissionais. Este é o momento de fazermos uma homenagem a um Senador que brilhou nesta Casa, que teve várias propostas aprovadas, com grande repercussão no âmbito do Senado e do Congresso Nacional. Portanto, não é somente uma homenagem a ele, mas ao povo brasileiro, porque sua proposta fortalece mais ainda o princípio da soberania popular. Hoje, por iniciativa de Deputados e Senadores, pode ser aprovado um decreto legislativo propondo um plebiscito ou um referendo, mas a iniciativa popular está de fora. O projeto de iniciativa popular é permitido. Temos alguns exemplos como o da ficha limpa, da compra de votos, que foram da ini-

ciativa popular. Mas, no caso de um referendo ou um plebiscito, a população não está autorizada. O que ele quer, em resumo, é isto, ou seja, que possa, através de um por cento do eleitorado, o que significa um milhão e trezentos mil eleitores, possa ser proposto ao Congresso Nacional um referendo ou um plebiscito visando solucionar este ou aquele assunto de repercussão nacional. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Parabenizo-o e ao Senador Zambiasi, mas a minha posição é totalmente contrária a isso. Acho que, primeiramente, os parlamentares são eleitos para elaborar as leis. Raramente, mas raramente mesmo, deve-se consultar a população acerca de determinados temas, porque foi para isso que fomos eleitos. No caso do plebiscito, ainda é tolerável, mas, no caso do referendo, significa que toda lei fica condicionada, toda e qualquer lei fica condicionada porque terá que ser aprovada e, em seguida, um por cento da população, em assinaturas colhidas, pode vir aqui e pedir para que uma lei seja convalidada ou não. Qualquer lei.

Então, minha opinião é totalmente contrária. Acho que desmoralizamos o Congresso Nacional, que é uma maneira de lavarmos as mãos em temas polêmicos. Permita-me discordar, mas em relação ao referendo, acho absurda a proposta, porque, nesse caso, toda e qualquer lei jamais entrará em vigor plenamente, já que a qualquer momento pode não se convalidar. Até o código Penal, que foi aprovado em 1941, pode ser objeto de referendo. Podem dizer: vamos referendar, a partir de agora. Por quê? Porque está em vigência. Então, toda e qualquer lei poderá ser objeto de referendo pela população.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, permite-me fazer um adendo?

Digo a V. Ex^a e à Comissão que é uma proposta de iniciativa popular. Não significa que se transforme em lei, vai passar no Congresso Nacional, nas duas Casas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Então, só se o Congresso Nacional resolver apoiar. O referendo ou o plebiscito não se tornam leis, nesse caso, sem a aprovação do Congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu confio nas instituições.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu confio no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado.

Sr. Presidente, permita-me argumentar. O art. 14 da Constituição dispõe o seguinte: a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, pelo voto direto e

secreto e também através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, nós não estamos em nada contra a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Por que ampliar?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nós estamos dizendo que a soberania popular, como está na Constituição, pelo plebiscito, referendo e iniciativa popular e, entre os projetos que podem ser apresentados por iniciativa popular, está o da apresentação do referendo e do plebiscito, através do decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu acho que nós temos de assumir...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Decreto! Não significa que já está aprovado. Vai passar em todas as Casas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Perfeito. Eu concordo. Eu acredito é que nós temos de assumir as nossas responsabilidades. Nós fomos eleitos para decidir. Os temas polêmicos nós temos de enfrentá-los. A população nos elegeu para isso. Eu me lembro que, quando cheguei aqui, havia na pauta cerca de quatorze referendos para se fazer. Nós iríamos viver fazendo referendo no Brasil, e isso sem contar a iniciativa popular. Porque aí qualquer um poderia dizer: “eu quero fazer um referendo sobre o tema ‘x’”. Ora, tudo bem, nós podemos rejeitar ou aprovar, mas os senhores sabem muito bem o que é enfrentar a opinião pública. E muitos não têm a coragem de enfrentar a opinião pública.

Por isso digo: acredito nas instituições. Eu acho que nós não devemos mexer em algo que está perfeito, tranquilo. Eventualmente, como no caso das armas, nós consultamos a população por meio do referendo. Eu acho que nós vamos trazer uma instabilidade, inclusive jurídica, ao País. Eu acho que nós vamos criar mais um mecanismo de não dar segurança jurídica ao Brasil, porque, a qualquer tempo, uma lei pode ser questionada.

É claro que V. Ex^a tem razão: não significa que a apresentação da proposta ... Ela será, primeiro, aprovada pela Casa e, depois, se submetida a apreciação popular, não quer dizer que a população vá concordar com aquela proposta. Mas que é uma temeridade é. Na minha opinião, é uma temeridade. Nós criamos um mecanismo... Eu reconheço a boa intenção do Senador Zambiasi, reconheço a boa intenção de V. Ex^a, mas acho temerário, além do que nós estamos vulga-

rizando a atuação do Congresso Nacional, porque nós fomos eleitos, Deputados e Senadores, inclusive para enfrentar os temas polêmicos.

O que eu vejo aqui: os temas polêmicos nós enfrentamos na CCJ e, depois, eles são engavetados. Então, a população está insatisfeita porque nós não votamos. Vão à Presidência da Casa para ver. E não é o Presidente Sarney não; todos que passaram por ali engavetaram. Há lá projetos sobre suplentes... Daqui a pouco vão questionar, por emenda, se deve haver suplente ou não. Está lá, acabando com suplente, melhorando essa condição. Há lá, ainda, redução da maioridade penal. Porque nós não temos coragem de...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, há projetos que, quando não votamos aqui, o Supremo vota.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Isso. V. Ex^a diz aí...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É por isso que temos de ter a iniciativa popular.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não; aí vai ficar pior ainda. Aí nós vamos ficar completamente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A reforma política e a reforma tributária, Sr. Presidente, há quantos anos nós estamos tentando fazer aqui e não conseguimos?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pois é; mas aí é apresentação de proposta. Não significa que ela vá ser votada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu acho que, se a população tomasse a iniciativa de pedir uma reforma política, aqui no Congresso Nacional haveria reforma política, haveria reforma tributária. Porém, do jeito que está aí, Sr. Presidente, nunca vai haver reforma política neste País.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Muito bem; mas hoje já pode a população apresentar a proposta de reforma política. O que estamos ampliando é para referendo e plebiscito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para facilitar, eu pediria vista da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu também peço vista porque sou contrário à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vistas concedidas.

Item 82, página 1.053

(Não Terminativo.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2006

Acrescenta o § 3º ao art. 187 da Constituição Federal. Dispõe sobre a capacitação de jovens de 16 a 24 anos, nos serviços de assistência técnica e extensão rural, domiciliados há mais de cinco anos nas comunidades rurais. Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros. Relatoria: Senador Gilvam Borges. Não estando presente, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a implementação da proposta resultará indubitavelmente na realização do estímulo social necessário para que se dinamize mais ainda a economia do meio rural brasileiro, pela ampliação da produção, da produtividade, do emprego e da renda, proporcionada por uma assistência técnica e extensão rural adequadamente qualificadas e executadas pelos jovens das próprias comunidades rurais.

Pelo exposto, a manifestação do Senador Gilvam Borges é favorável à Proposta de Emenda nº 25, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, a matéria vai ao Plenário.

Item nº 85, pg. 1091.

Altera o art. 50 e 52 da Constituição Federal para dispor sobre o comparecimento de autoridades regulatórias ao Congresso Nacional. Autoria: Senador Aloizio Mercadante e outros. Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

Não estando presente o Senador Tasso Jereissati, nomeio Relator *ad hoc*, Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Tasso Jereissati é um relatório competente, como sempre, e me parece que há consenso em torno da matéria. Tendo em vista que as agências vêm sofrendo inúmeras críticas, malgrado seu importante papel, a iniciativa sob análise é conveniente, por possibilitar ao Congresso Nacional exercer sua nobre missão de vigilância também em relação a instituições que, no mundo de hoje, cumprem tarefas de mais alta responsabilidade e do maior interesse público. Esse mesmo interesse público será beneficiado se a proposta for aprovada, o que nos leva a opinar pelo seu acolhimento. É o que diz o Relator Tasso Jereissati.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação desta emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Acho que a matéria é muito boa porque estabelece a função das agências reguladoras de comparecerem ao Senado ao menos uma vez por ano para prestar conta de suas atividades. Proposta que realmente vem ao encontro do que nós precisamos. Concordo com o relatório do Senador Alvaro Dias. Parecer favorável.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Estou de acordo também, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Também estou completamente de acordo com o relatório lido pelo Senador Alvaro Dias, do Senador Tasso Jereissati.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permanecerem sentados. (Pausa.)

Aprovado o relatório, a proposta de emenda à Constituição vai ao Plenário.

Item nº 89, pg. 1143.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2008

Acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Não estando presente o Senador Crivella, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto do Senador Crivella é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu vou pedir vista desta matéria também.

Já imaginou se o Poder Público tiver de pagar segunda via de documento para todas as pessoas que são roubadas ou furtadas neste país todos os dias? Vai ser... Acho que o princípio é tranquilo, não é? Mas, daqui a alguns dias, vai ter de pagar também o carro que foi roubado, vai ter de pagar... Isso seria ótimo, não é?

Vou pedir vista para ver como é que resolvemos constitucionalmente essa questão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item nº 92.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Uma ideia alternativa é logo se instituir a renda básica de cidadania para que a todos se garanta o suficiente para...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Para não roubar.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – ...necessidades vitais, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Veja V. Ex^a que a tese da distribuição de recursos como fator inibidor da criminalidade foi desmoralizada pelo seu Governo.

O que acontece? O Governo fez uma distribuição de renda ótima, espetacular, foi muito boa, pelo menos na campanha disseram, e eu acredito, que foram tirados 28 milhões de brasileiros da miséria e 34 milhões da pobreza. Então, foram 62 milhões de brasileiros que melhoraram de vida. No entanto, a criminalidade aumentou 80%. Como é que uma coisa justifica a outra? Se a melhora de vida implicaria a diminuição do crime... O crime aumentou, então, parece-me que os países civilizados têm mais razão.

Nós devemos continuar distribuindo renda, claro, mas devemos ter uma política efetiva de segurança pública também, porque é absurdo o que acontece em matéria de segurança pública no Brasil.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Até concordo, mas, infelizmente, V. Ex^a não pode se manifestar.

Concordo com a existência de programas sociais. Eles são ótimos, excelentes, mas eles não inibem a criminalidade. Venho insistindo nisso desde que cheguei aqui. Há mais de cem causas para explicar a criminalidade. Nós queremos pegar uma... Então, as outras 99 vão continuar largadas.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Permita V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu concordo com o projeto de renda mínima de V. Ex^a, acho que é uma boa. Não exatamente 100%, mas acho que V. Ex^a tem razão.

Item nº 92 da pauta.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Tenho a convicção de que, se for instituída plenamente a Renda Básica de Cidadania, um dos seus maiores efeitos – teremos de comprovar isso – será a diminuição da criminalidade.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Aconteceu o contrário: o Brasil melhorou, o povo ficou mais rico, e o crime aumentou também.

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2009. Altera o artigo 159 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento dos Municípios Portuários. Autoria: Senador Osmar Dias e outros; relatoria: Senador Marco Maciel.

Não estando presente o Senador Marco Maciel, vou retirar a matéria da pauta para que ele apresente o seu relatório na próxima sessão – ele sempre está aqui, saiu ainda há pouco.

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2009 – página 1.212. Dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 128 da Constituição para dispor que os Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal sejam escolhidos pelos integrantes dos respectivos Ministérios Públicos. Autoria: Senador Expedito Júnior e outros; relatoria: Senador Pedro Simon.

Não estando presente o Senador Pedro Simon, nomeio relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto do Senador Antonio Carlos Valadares é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2009, com o seguinte substitutivo apresentado.

O substitutivo altera os artigos 14 e 81 da Constituição Federal para estabelecer as regras de sucessão do Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos quando houver vacância dos cargos, inclusive no caso de impugnação dos respectivos mandatos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

“Art. 1º – A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações.

Art. 14...”

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O projeto parece que é outro.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Opa!

O voto: o voto é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai ao plenário.

Item 94, página 1213:

ITEM 94 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2009

Altera os arts. 28, 29, 32 e 81 da Constituição Federal, para estabelecer as regras de sucessão do Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos, em caso de vacância.

Autoria: Senador Renato Casagrande e outros

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Vamos retirar da pauta? Isto daqui já deu uma polêmica danada em relação à vice-presidência na semana passada.

Item 95, página 1234:

ITEM 95 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2009

Altera a redação do art. 81 e acrescenta novos dispositivos à Constituição Federal, para determinar a realização de nova eleição para os executivos Federal, estaduais e municipais no caso de vacância nos três primeiros anos de mandato e indicar os sucessores no caso da vacância ocorrer no último ano.

Autoria: Senador Tasso Jereissati e outros

Relatoria: Senador Marco Maciel

É a mesma situação. Vamos também retirá-lo de pauta, porque senão daqui a pouco vão me acusar de dar golpe na Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vai para a reforma política, Sr. Presidente. Manda para a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Passo a presidência para o Senador Antonio Carlos Júnior para que eu possa fazer os relatórios. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Item 81:

ITEM 81 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 2005

Disciplina nova hipótese de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para assegurar o Funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo em unidades da Federação.

Autoria: Senador Tião Viana e outros

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) –

Esta é uma proposta do Senador Tião Viana que visa resolver dois graves problemas que enfrentamos no Brasil nesta última legislatura. Primeiro, o caso de Rondônia, que acabou sendo objeto aqui de uma comissão externa, de que tive a oportunidade de participar. O que aconteceu em Rondônia? Mais da metade do Poder Legislativo estava envolvido em corrupção. E aí qual era a solução? Não tinha solução. Tudo que era previsto não era capaz de solucionar aquele problema. Não havia possibilidade de intervenção do Executivo no Legislativo. O Poder Judiciário se virou precariamente. Por algum tempo, alguns foram afastados, assumiram alguns suplentes, mas depois conseguiram voltar, aqueles mesmos acusados, aos postos de Deputado.

Da mesma forma aconteceu com o Governador daquela época, que também... Se não me engano, ele mesmo tinha filmado os Deputados e, depois, acabou também envolvido. E não havia solução para o caso.

O Senador Tião Viana faz a proposta, então, de que, nesse caso, haja prevista na Constituição a intervenção federal, a intervenção nos mesmos mecanismos que nós temos hoje: a determinação do Poder Judiciário, a resolução expedida pelo Presidente da República e a aprovação pelo Senado por no mínimo três quintos dos seus integrantes, porque também pode virar uma ditadura, obviamente, do Executivo, se conferirmos essa prerrogativa ao Executivo.

Então, com todas estas cautelas – decisão do Judiciário, resolução do Presidente da República e a aprovação pelo Senado por no mínimo três quintos dos seus integrantes –, fica a possibilidade, então, de afastar... O inciso IX fica redigido da forma como propôs o Senador Tião Viana, o inciso VIII, melhor dizendo, que é: “modifica o art. 34 da Constituição para assegurar o funcionamento do Poder Legislativo do Estado ou do Distrito Federal quando houver fundados indícios de que a maioria absoluta de seus membros esteja sujeita a perda de mandato, em face das hipóteses previstas nas respectivas Constituições estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal”. Isso fica modificado só para nova redação.

E no caso do inciso XIX, só para melhorar a redação, eu disse: “Afastar o Governador do Estado ou do Distrito Federal na hipótese de prática incompatível com o exercício do cargo e relacionada a situação descrita no inciso VIII [ou seja aquele envolvimento com os Deputados], nos termos da respectiva Constituição, da Lei Orgânica indicar o interventor e definir os seus poderes”. Então fica definida a questão, porque realmente há uma omissão grave, depois tivemos essa mesma

omissão no caso do Distrito Federal. Se aprovarmos, nós resolvemos esse problema da omissão, quando mais da metade do Poder Legislativo efetivamente estiver envolvida em desvios apontados pela Constituição do Estado ou pela Lei Orgânica respectiva.

O parecer então é favorável, com a emenda que apresento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) –

ITEM 86 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2007

Altera o art. 14, para dar novo regulamento às inelegibilidades e à ação de impugnação de mandato.

Autoria: Senador Almeida Lima e outros

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO.)

– O Senador Almeida Lima propõe que, no caso de nepotismo, candidaturas, se discipline, inclusive em decorrência do que já decidiu o Supremo Tribunal Federal, em súmula, que haja um novo disciplinamento dessa questão.

Eu concordo, mas apresentei um Substitutivo que me parece que fica mais claro, nos seguintes termos:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, através de eleições livres e periódicas e, nos termos da lei, mediante:

.....
§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito, com a observância de que a inelegibilidade:

I – refere-se aos pleitos que se realizarem dentro do mandato em curso;

A proposta do Senador quis falar das próximas eleições, mas as próximas sempre são... Então era realmente isso que ele pretendia, ou seja, que durante o mandato evidentemente as pessoas apontadas não possam participar da eleição. Se for no próximo mandato, participa e não tem efeito algum. Então, refere-se aos pleitos que se realizarem dentro do mandato em curso daquele que detém o mandato naturalmente, inclusive na reeleição.

II – não é removida pela cessação, por qualquer causa, do exercício do mandato antes do seu término;

Então a pessoa renuncia – isso já acontece hoje também – e evidentemente o seu cônjuge pode ser candidato no próximo pleito. Portanto fica afastada essa hipótese e há uma série de decisões nesse sentido.

III – não atinge os que, referidos neste parágrafo, sejam titulares de mandato eletivo e pretendam eleição a outro cargo ou mandato ou reeleição;

É claro, o governador pode renunciar antes para ser candidato a Senador, por exemplo. Continua da mesma forma.

IV – estende-se ao cônjuge e parentes de quem haja substituído ou sucedido os Chefes de Executivo nos seis meses anteriores ao pleito.

Por exemplo, se o vice-governador assume, ele fica impedido e também a sua mulher e seus parentes naturalmente, porque ele exerceu o cargo de governador de Estado.

Parágrafo 12 – esse é interessante. “A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser julgada no prazo máximo de 90 dias.”

Era só assim, só que nós já sabemos que o Poder Judiciário, por uma série de motivos, não obedece o prazo. Então, o que estamos dizendo: “A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser julgada no prazo máximo de 90 dias, contado a partir da data de sua propositura, findo o qual terá prioridade sobre todos os feitos em trâmite na respectiva instância, à exceção de *habeas corpus* e mandato de segurança, que têm preferência constitucional.”

Então, nós estamos dando a preferência, aqui, passado aquele prazo de 90 dias, para que o juiz julgue logo, para que a pessoa também acusada de corrupção eleitoral, de fraude eleitoral não fique indefinidamente com o processo sem ser julgado.

Em síntese, foi o substitutivo que apresentei, concordando com as ideias do Senador Almeida Lima, em parte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Item 65 (página 791):

Não terminativo

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2006

Altera dispositivos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (Dispõe sobre serviços e multas referentes a notários e registradores).

Autoria: Deputado Mauro Benevides.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Esse é um projeto que beneficia simplesmente os cartórios. É um projeto que estabelece que a pessoa que tem de suceder é a que está dentro do cartório, que faz investimentos, que os concursos sofrem modificação, então, na minha opinião, é matéria já consensual, um projeto péssimo. O que já foi estabelecido aqui, muito... Em 1994, foi feita uma lei, a Lei nº 8.935.

Eu acho que não tem razão alguma para a gente aprovar esse tipo de projeto. Meu parecer é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa)*

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Agora, itens de 99 a 107. São todos requerimentos de aplauso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Já que vamos votar requerimentos de aplausos, por que não votamos – estou sendo cobrado, aqui, pelo Twitter – os requerimentos que convidam Erenice Guerra e Dilma Rousseff para dar explicações ao Senado e ao País, nesta Comissão, sobre os escândalos da Casa Civil?

O Senador Romero Jucá esteve presente à reunião e, certamente, deixou recomendações ao Senador Suplicy...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, ele esteve e se manifestou. Foi questionado, ele mesmo levantou a questão de ordem, aliás, melhor, pela ordem, e disse que se nós votássemos, ele derrubaria a sessão, que ele queria o cumprimento do acordo.

Então, nós estabelecemos o seguinte acordo: na semana que vem, nós votamos de qualquer forma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente. É preciso votar até para que não fique a impressão de que era um requerimento eleitoral. Não é.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito, perfeito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A eleição passou. Nós queremos esclarecimentos, investigação, responsabilização.

É evidente que a Polícia Federal, o Ministério Público, instituições sérias estão atuando, mas o Poder Legislativo tem responsabilidade, principalmente no que diz respeito a conferir transparência. A população tem o direito de saber o que ocorreu na Casa Civil da Presidência da República nos últimos anos.

Portanto, na próxima quarta-feira, certamente, como prioridade, votaremos esses requerimentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Com certeza, assim o faremos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Itens de 99 a 107 são moções de aplausos de vários autores. Para tanto, nomeio como relator *ad hoc* de todos eles o Senador Demóstenes Torres.

Os pareceres são favoráveis.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O parecer é favorável para todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Coloco em discussão as matérias. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os relatórios.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Os relatórios passam a constituir parecer da Comissão e a matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Há algum requerimento ou relatório a ser votado? (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há pouco V. Ex^a fez uma afirmação de que os indicadores de criminalidade no Brasil aumentaram em 20%.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em 80%.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em 80%. Estatística oficial do Governo, divulgada há menos de um mês.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeceria se V. Ex^a pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mando para V. Ex^a a estatística oficial.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Por exemplo, furtos e roubos: 85%.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas é preciso considerar diversos aspectos: como são esses indicadores em relação, por exemplo, ao crescimento da população?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – A população brasileira cresceu muito pouco. Houve até uma frustração.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E qual foi o período?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agora, de dois anos para cá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De dois anos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Exatamente. Dados oficiais do Governo de V. Ex^a. Eu lhe mando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou procurar recolher as informações. Inclusive num período todo, digamos em um período significativo, se possível no período ...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Lula.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nos últimos 16 anos, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pode ser; aumentou também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...e vamos examinar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Há um enfraquecimento da política de combate à criminalidade. Se apostou erradamente. Eu venho dizendo aqui. Isso não quer dizer que eu sou contra.

Eu sou a favor dos projetos de distribuição de renda. Agora, criminalidade não se combate só com distribuição de renda. Essa é a lição que o mundo inteiro nos ensinou, e nós não estamos aprendendo. Não é discordância da política do Governo. Quero deixar isso claro. A discordância é com a política de combate à violência, que é esdrúxula. Que também não foi grande coisa no outro governo não. Aliás, isso aí vem... A diminuição da área de segurança pública no Brasil é algo histórico.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) –Sr. Presidente, ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas um comentário, permita-me Senador Alvaro Dias.

Conheço experiências mais localizadas, em que se constatou, inclusive durante períodos de gestão na Prefeitura de São Paulo, onde a expansão de programas sociais por áreas contribuíram para diminuir a criminalidade. Mas eu ...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – E só não foi um desastre total porque houve a diminuição do número de homicídios em São Paulo significativamente, porque senão seria um desastre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Os dados, que eu me lembre, do Estado de São Paulo são de diminuição. Por isso que eu gostaria de verificar os dados gerais para o Brasil. Vou me comprometer a obter essa informação de maneira mais completa, mas agradeço se V. Ex^a puder enviar-me os dados que tem, pois serão importantes.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Os enviarei a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Demóstenes, eu tenho uma questão, mas antes, em razão desse debate elucidativo, se não tivéssemos vencido as eleições, Senador, eu sugeriria o seu nome para o Ministério da Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) –...para trabalhar, certamente com muita competência, a questão da segurança pública no Brasil.

Consulto se não há possibilidade de votar o Projeto nº 93, de minha autoria, que está na pauta há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Há consenso?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Parece-me que há consenso.

Projeto nº 93, de 2007, ratifica os títulos de alienação de concessões de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteiras, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não há consenso? (Pausa.)

Não há consenso, Senador, o Governo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas o botamos da outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não há consenso, Senador. O Governo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas colocamos da outra vez. Vamos colocar na frente, porque aí votamos com ou sem consenso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É um projeto de lei.

A SR^a LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – É um projeto de lei. A própria CNA pede que a gente retire.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A CNA faz questionamentos aqui, mas certamente o Senado Federal é soberano para decidir.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sem dúvida.

Vamos colocá-lo então, na pauta seguinte, entre os primeiros.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na próxima semana, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – E votamos de qualquer forma.

Eu vou fazer só... Como o Senador Aloizio Mercadante não formalizou aquele requerimento que disse que iria formalizar, o que vou fazer? Vamos aprovar o requerimento, e aí o Senador ou qualquer outro membro, talvez V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sim. Já está aí pronto?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. Está pronto?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então, não estando pronto, vou dar como recebido e V. Ex^a se compromete comigo a apresentar esse requerimento.

Em discussão o aditamento formulado pelo Senador Aloizio Mercadante para que os representantes das empresas e das instituições mencionadas possam também comparecer à audiência pública requerida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, que foi aprovada por esta Comissão.

Em discussão. *(Pausa)*

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Da minha parte, nenhum obstáculo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – Encerrada a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado o aditamento ao requerimento, formulado pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Um momento, Sr. Presidente.

Eu pedi ao Secretário de Segurança do Ministério da Justiça que obtivesse a informação. Eu queria informar-lhe, Sr. Presidente, que de 2004 para cá, ano a ano, a informação é de diminuição de criminalidade. Mas até a próxima sessão eu vou dar os dados mais adequados possíveis. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

É um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – Se quiser trazer o Secretário também, será um prazer debater com ele.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 15 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Gilvam Borges, Valter Pereira, Edison Lobão, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Renan Calheiros, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Efraim Morais, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeira,

ro, e das Senadoras Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, e as Senadoras Ideli Salvatti e Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A CRISE NO BANCO PANAMERICANO E O SEU NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA NO BRASIL.**

Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 89, de 2010-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Júnior, e nº 91, de 2010-CCJ, de iniciativa dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante.

CONVIDADOS: HENRIQUE MEIRELLES, Presidente do Banco Central do Brasil; MARIA FERNANDA RAMOS COELHO, Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF; JUAREZ ARAUJO, Presidente da Deloitte Touche Tohmatsu Brasil; PEDRO MELO, Presidente da KPMG no Brasil. **Resultado:** Adiada. **2ª PARTE:**

ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2009 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas). **Autoria:** Deputado Vic Pires Franco **Relatoria:** Senador Romero Jucá **Observações:** Em 10/11/2010, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLC nº 67, de 2009, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLC nº 67, de 2009, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 2 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2009** Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis. **Autoria:** Senador Gerson Camata **Relatoria:** Senador Osmar Dias **Observações:** Em 10/11/2010, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 477, de 2009, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 477, de 2009, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2007** Dispõe sobre a criação

do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República **Relatoria:** Senador Romero Jucá **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 59 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2003** Altera a Lei nº 5197, de 03 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna. **Autoria:** Fábio Feldmann **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto. **Observações:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto. **ITEM 60 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008** Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno **Relatoria:** Senador Pedro Simon **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 62 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Alberto Goldman **Relatoria:** Senador Eliseu Resende **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável ao Projeto **Observações:** A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 63 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2002** Inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências. **Au-**

toria: Senador Mozarildo Cavalcanti **Relatoria:** Senador Almeida Lima **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Observações:** – A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 64 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2003** Altera o artigo 14 da Lei nº 5700, de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal. **Autoria:** CPI – ONGs – 2001 (SF) **Relatoria:** Senador Jayme Campos **Relatoria ad hoc:** Senadora Ideli Salvatti **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 72 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2010** Altera o art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir a atualização monetária de bens imóveis de pessoa física na apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da respectiva alienação, a qualquer título. **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Romero Jucá e Efraim Morais, nos termos regimentais. **ITEM 74 – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2003** Altera o sistema constitucional de composição de Tribunais. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko e outros **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres **Relatório:** Contrário à Proposta. **Observações:** – Em 03/11/2010, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. – Em 10/11/2010, foi recebido o Voto em Separado, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que conclui pela aprovação da Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy. **ITEM 75 – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2005** Acrescenta alínea c ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer, em benefício dos comprovadamente pobres, a gratuidade do registro da escritura pública do imóvel destinado à residência da família. **Autoria:** Senador José Maranhão e outros **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Contrário à Proposta. **Observações:** – Em 10/11/2010 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; – Em 17/11/2010, durante a discussão, o Senador Antonio Carlos Júnior reformula o Relatório concluindo pela rejeição da ma-

téria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 76 – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2006** Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal, para disciplinar a autorização de referendo e a convocação de plebiscito mediante iniciativa popular. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** – Em 10/11/2010 foi concedida vista aos Senadores Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Votam vencido os Senadores Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, Valter Pereira e Edison Lobão. **ITEM 79 – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2008** Acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Contrário à Proposta. **Observações:** – Em 10/11/2010 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; Em 17/11/2010, durante a discussão, o Senador Antonio Carlos Júnior reformula o Relatório, concluindo pela rejeição da matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 80 – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2009** Modifica o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, alterando a lista de biomas brasileiros, conforme classificação adotada pelo IBAMA. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros **Relatoria:** Senadora Marina Silva **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 81 – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2009** Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento dos Municípios Portuários. **Autoria:** Senador Osmar Dias e outros **Relatoria:** Senador Marco Maciel **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 84 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 298, DE 2002** Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás.

(Dispõe sobre criação do Estado do Planalto Central). **Autoria:** Senador Francisco Escórcio e outros **Relatoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Observações:** Foram realizadas duas Audiências Públicas para instruir a matéria.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 85 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 230, DE 2006** Autoriza a realização de plebiscito sobre o pagamento da dívida pública externa brasileira, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Heloísa Helena e outros **Relatoria:** Senador Adelmir Santana **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 86 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 417, DE 2006** Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação. **Autoria:** CPI – Bingos – 2004 (SF) **Relatoria:** Senadora Ideli Salvatti **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 87 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2007** Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima. **Autoria:** Senador Augusto Botelho **Relatoria:** Senador Almeida Lima **Relatoria ad hoc:** Senador Efraim Morais **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Observações:** A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 88 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, DE 2009** Susta a eficácia das alterações promovidas pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008, no Anexo I do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006. **Autoria:** Senador Neuto De Conto **Relatoria:** Senador Jayme Campos **Relatoria ad hoc:** Senador Efraim Morais **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 90 – Não Terminativo – AVISO Nº 206, DE 2000** Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 833/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI do Judiciário para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do processo TRT-PA-1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, relativos à Portaria AP nº 1,

de 25.05.99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994. **Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União **Relatoria:** Senador Jayme Campos **Relatoria ad hoc:** Senador Efraim Morais **Relatório:** Pelo arquivamento do Aviso. **Observações:** – A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Aviso. **ITEM 91** – Não Terminativo – **AVISO Nº 22, DE 2004** Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos na alínea “g” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares em decisão definitiva por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no artigo 91 da Lei nº 8.443, de 1992, informa, ainda, que manterá a referida relação atualizada e disponível para consulta no site daquele Tribunal, de 1º de julho a 31 de dezembro de 2004. **Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União **Relatoria:** Senador Jayme Campos **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório:** Pelo arquivamento do Aviso. **Observações:** – A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Aviso. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 92, DE 2010-CCJ** “Requeiro, na forma do disposto no art 58, § 2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Senhora ERENICE ALVES GUERRA, ex-Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República convidada para, em reunião desta Comissão, prestar esclarecimentos sobre as denúncias amplamente veiculadas pela revista *Veja* e outros órgãos de imprensa, notadamente o jornal *O Estado de S. Paulo*, de esquema de pagamento de propina envolvendo o senhor Israel Guerra e outros integrantes do governo, com a participação da Casa Civil da Presidência da República.” **Autoria:** Senador Alvaro Dias **Resultado:** Rejeitado. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e cinquenta minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens da Pauta, a saber: **ITEM 3)** PLS Nº 93, DE 2007; **ITEM 5)** PLC Nº 26, DE 2010; **ITEM 6)** PLS Nº 316, DE 2007 tramita em conjunto com o PLS Nº 317, DE 2008. **ITEM 7)** PLS Nº 310, de 1999 tramita em conjunto com PLS Nº 315, de 1999; PLS Nº 67, de 2002 e PLS Nº 267, de 2004; **ITEM 8)** PLS Nº 331, de 2003; **ITEM 9)** PLS Nº 365, de 2003; **ITEM 10)** PLS Nº 366, DE 2003; **ITEM 11)** PLS Nº 396, de 2003; **ITEM 12)** PLS Nº 457, DE 2003 tramita em conjunto com PLS Nº 59, DE 2006; **ITEM 13)** PLS Nº 535, DE 2003; **ITEM 14)** PLS Nº 111, DE

2004; **ITEM 15)** PLS Nº 144, DE 2004; **ITEM 16)** PLS Nº 157, DE 2004; **ITEM 17)** PLS Nº 196, DE 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 280, DE 2005 tramita em conjunto com PLS Nº 301, DE 2005; **ITEM 18)** PLS Nº 225, DE 2004; **ITEM 19)** PLS Nº 416, DE 2005; **ITEM 20)** PLS Nº 65, DE 2006; **ITEM 21)** PLS Nº 164, DE 2006; **ITEM 22)** PLS Nº 167, DE 2006; **ITEM 23)** PLS Nº 195, DE 2006; **ITEM 24)** PLS Nº 197, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 7, DE 2008; **ITEM 25)** PLS Nº 209, DE 2006; **ITEM 26)** PLS Nº 210, DE 2006; **ITEM 27)** PLS Nº 269, DE 2006; **ITEM 28)** PLS Nº 247, DE 2007; **ITEM 29)** PLS Nº 319, DE 2007; **ITEM 30)** PLS Nº 369, DE 2007; **ITEM 31)** PLS Nº 428, DE 2007; **ITEM 32)** PLS Nº 436, DE 2007; **ITEM 33)** PLS 517, DE 2007; **ITEM 34)** PLS Nº 549, DE 2007; **ITEM 35)** PLS Nº 569, DE 2007; **ITEM 36)** PLS Nº 616, DE 2007; **ITEM 37)** PLS Nº 724, DE 2007; **ITEM 38)** PLS Nº 218, DE 2008; **ITEM 39)** PLS Nº 272, DE 2008; **ITEM 40)** PLS Nº 400, DE 2008; **ITEM 41)** PLS Nº 410, DE 2008; **ITEM 42)** PLS Nº 418, DE 2008; **ITEM 43)** PLS Nº 73, DE 2009; **ITEM 44)** PLS Nº 127, DE 2009; **ITEM 45)** PLS Nº 246, DE 2009; **ITEM 46)** PLS Nº 292, DE 2009; **ITEM 47)** PLS Nº 296, DE 2009; **ITEM 48)** PLS Nº 313, DE 2009; **ITEM 49)** PLS Nº 351, DE 2009; **ITEM 50)** PLS Nº 389, DE 2009; **ITEM 51)** PLS Nº 405, DE 2009; **ITEM 52)** PLS Nº 414, DE 2009; **ITEM 53)** PLS Nº 422, DE 2009; **ITEM 54)** PLS Nº 449, DE 2009; **ITEM 55)** PLS Nº 538, DE 2009; **ITEM 56)** PLS Nº 75, DE 2010; **ITEM 57)** PLS Nº 77, DE 2010; **ITEM 58)** PLS Nº 162, DE 2010; **ITEM 61)** PLC Nº 186, DE 2008; **ITEM 65)** PLS Nº 463, DE 2003; **ITEM Nº 66)** PLS Nº 124, DE 2004; **ITEM 67)** PLS Nº 262, DE 2004 tramita em conjunto com o PLS Nº 337, DE 2004; **ITEM 68)** PLS Nº 250, DE 2005-Complementar; **ITEM 69)** PLS Nº 44, DE 2006 tramita em conjunto com o PLS Nº 110, DE 2006 tramita em conjunto com o PLS Nº 312, DE 2007; **ITEM 70)** PLS Nº 250, DE 2006; **ITEM 71)** PLS Nº 374, DE 2007-Complementar tramita em conjunto com PLS Nº 375, DE 2007 – Complementar; **ITEM 73)** PLS Nº 218, DE 2010 **ITEM 77)** PEC Nº 41, DE 2006; **ITEM 78)** PEC Nº 18, DE 2008; **ITEM 82)** PEC Nº 10, DE 2010; **ITEM 83)** PEC Nº 22, DE 2010; **ITEM 89)** PDS Nº 787, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta

a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 42ª Reunião Ordinária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 01 a 91.

Esclarecimento à Comissão: tínhamos marcado para hoje a audiência pública com o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, e outros convidados. Acontece que o Sr. Henrique Meirelles, através de sua assessoria, ligou e pediu que fosse remarcada para 4ª feira da semana vindoura, uma vez que ele já tinha compromisso já anteriormente agendado. Não coloquei qualquer obstáculo, uma vez que se trata também de convite.

Da mesma forma, o Presidente Delcídio Amaral deseja fazer uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos. Estamos tratando para ver da possibilidade. Não há qualquer empecilho da nossa parte, desde que, naturalmente, como também vem falar sobre programação monetária, se nosso assunto for tratado, em primeiro lugar, não teremos qualquer dificuldade em realizar essa Reunião.

Lembrando a V. Ex^{as} que, na semana vindoura, vou estar representando o Senado Federal nas Nações Unidas, como o faço todo ano. Portanto, quem vai presidir a Sessão vai ser o Senador Antonio Carlos Júnior. Naturalmente, por uma questão regimental, pode ser o Senador Pedro Simon, por ser o mais idoso. Se este Senador não se dispuser a assumir a Presidência, já fica designado a exercer a Presidência o Senador Antonio Carlos Júnior.

Lembrando também que, se o Senhor Presidente da República, fizer a indicação do novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, como é esperado, imediatamente designarei o Relator, e a primeira sessão acontecerá na 4ª feira vindoura. Esta primeira sessão é só para leitura do currículo pelo Sr. Relator e é concedida vista automática, sendo que a sabatina acontecerá na segunda sessão, além de outros itens.

Espero que possamos realizar essa sessão, na próxima 4ª feira, de maneira tranqüila.

Item nº 01 da pauta:

Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009.

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Obriga as concessionárias de serviços aéreos a di-

vulgar nota oficial em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas.

Autoria: Deputado Vic Pires. Relatoria: Senador Romero Jucá.

Em 10 de novembro de 2010, foi aprovado Substitutivo oferecido ao PLC nº 67, de 2009, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de Substitutivo integral, nos termos do art. 282, §2º, do Regimento Interno.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram apresentadas emendas. Neste caso, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item nº 02:

Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 477, de 2009.

Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis.

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria: Senador Osmar Dias.

Em 10/11/2010, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 477.

Em discussão o Substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, que eram possíveis no termo do art. 282, § 2º, do Regimento Interno, considero aprovado definitivamente o Substitutivo, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 59:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2003

Altera a Lei nº 5197, de 03 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.

Autoria: Fábio Feldmann.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Não estando presente o Senador Eduardo, designo Relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o PLC nº 69/2003, preenche os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Além disso, está elaborado segundo boa técnica legislativa e em conformidade com as determinações da Lei Complementar nº 95, 26/02/1998, que, acrescida das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26/04/2001, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Portanto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 69/2003.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria, que vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item nº 60:**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008**

Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que explorem serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Não estando presente o Senador Pedro Simon, designo Relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o projeto, quanto à técnica legislativa, para obedecer aos ditames do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26/02/98, faz-se necessária apresentação de uma emenda, a fim de constar da ementa da proposição objeto da lei porventura resultante desse PLC nº 25/2008.

Portanto, o voto é pela aprovação do projeto de lei da Câmara, com a emenda que diz: “Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20/06/83, para abrandar as exigências relacionadas aos antecedentes criminais de diretores e empregados de empresas particulares que explorem o serviço de vigilância e transporte de valores.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item nº 63:**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2002**

Inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatoria: Senador Almeida Lima.

Não estando presente o Senador Almeida Lima, designo Relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, O SR. PRESIDENTE declarar uma sociedade como de interesse público é iniciativa vedada a qualquer membro do Poder Legislativo, o que torna incontornável a inconstitucionalidade da matéria sob comento.

Ademais, conforme mencionado em preceito da Lei Maior, só o Poder Executivo poderia considerar uma entidade como método complementar de ensino no Brasil, porque tal decisão é questão atinente à organização e funcionamento da administração federal, que deveria ser regrada por decreto e não mediante lei.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 241, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM

– GO) – O parecer é pela rejeição.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneceram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório e rejeitada a matéria, que vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Item 64:

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2003

Altera o artigo 14 da Lei nº 5700, de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal.

Autoria: CPI – ONGs – 2001 (SF)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Não estando presente, designo Relatora ad hoc a Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, o projeto teve origem na Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs e altera o art. 14 da Lei nº 5.700,

de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da bandeira nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal.

O Senador Jayme Campos, que era o Relator, coloca de forma clara que são atendidos os requisitos formais de constitucionalidade e diz também que, em que pesem as nobres intenções dos autores, o projeto de lei do Senado padece de inconstitucionalidade.

Primeiramente, o projeto gera obrigação aos chefes do Poder Executivo de outros entes federados, os prefeitos, sujeitando-os, inclusive, a punições administrativas em caso de descumprimento.

Macula-se, assim, tanto o princípio constitucional da separação dos poderes quanto o da autonomia dos entes federativos.

Na redação proposta para o inciso II do art. 1º e do § 1º do art. 14, a Lei nº 5.700 viola o princípio de separação dos poderes ao criar obrigações para agentes da administração pública indireta, no caso da Fundação Nacional do Índio, Funai.

E, ainda que não fosse a questão da inconstitucionalidade, o referido projeto acarretaria problemas de implementação, afinal é temerário atribuir obrigação a membros de associações nacionais ou estrangeiras que atuem nesses povoadamentos, portanto entidades privadas. Caso isso fosse possível, ainda há um questionamento de como se controlaria a conduta.

Então o parecer do Relator, do qual eu comungo, é de que, por mais nobres que sejam as intenções dos autores, o projeto não deve prosperar.

Portanto o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2003.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerem sentados. (Pausa.)

Aprovado o Relatório. Fica rejeitada a matéria, que vai ao Plenário.

Item nº 75 da pauta (Página 1005):

Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2005.

“Acrescenta alínea c ao inciso LXXVII do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer o benefício dos comprovadamente pobres da gratuidade do registro da escritura pública de imóvel destinado à residência da família.”

Autoriza o Senador José Maranhão e outros.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação da PEC nº 55, de 2005, com o substitutivo que acrescenta o § 4º ao art. 236, da Constituição Federal, para estabelecer que, em benefício dos comprovadamente pobres, a gratuidade da lavratura e o registro da escritura pública ou título equivalente do imóvel, destinado à residência da família quando único...

Então, o art. 236 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“§ 4º. Nos Estados que instituïrem fundos compensatórios serão gratuitos, em proveito dos reconhecidamente pobres, assim definidos segundo requisitos específicos e objetivos estabelecidos em lei federal, a lavratura e o registro da escritura pública ou título equivalente do imóvel destinado à residência da família, quando único, facultada à lei estadual a fixação de valor limite para os imóveis dos beneficiados.

Esta emenda entra em vigor na data da sua publicação”.

Este é o voto com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão.

Eu pondero que no substitutivo passado, ele dava para o Estado pagar essas escrituras, compensar os cartórios. Não era isso? Se não me engano, a polêmica da semana passada Foi isso.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Ele retirou esta cláusula de o Estado pagar os cartórios. Não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – É. Essa parte aqui não está no substitutivo, mas talvez seja importante ver dentro do corpo do projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu acho que foi pedida vista na semana passada.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Foi pedida sim.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – “Nos Estados que instituïrem fundos compensatórios serão gratuitos...”. Esses fundos compensatórios é justamente para o Estado pagar o cartório.

Eu acho que vou votar contra.

Com a palavra o Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, deixe-me fazer aqui uma ponderação ao nosso Relator, Senador Antonio Carlos Júnior.

É evidente que nós temos um grande problema de moradia no Brasil, há um grande déficit para a população de baixa renda. Agora, a equação da população de baixa renda não é o Estado assumir pagar a escritura; é arrumar condições de financiamento subsidiado, como está sendo feito. Nós vamos abrir uma brecha que é muito difícil de controlar e fiscalizar, muito difícil de operacionalizar e é muito melhor o Estado contribuir para a moradia popular, financiando em condições subsidiadas como está fazendo, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida e outros programas estaduais, uma casa em que a prestação é fixa de R\$50,00 por mês ou R\$80,00 por mês...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E o registro vai junto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E o registro vai junto, porque está embutido no custo...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Eu não concordo... Esse relatório... Nós vamos criar um relatório do Senador Azeredo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu só estou ponderando... Eu acho que o Presidente Demóstenes tem razão. Como é que você vai controlar? Como é que o cartório vai fiscalizar? Porque no financiamento estão embutidos todos os custos decorrentes do imóvel, e aquele financiamento é subsidiado, porque a prestação é fixa.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Então eu acho que nós devíamos fortalecer esse caminho e não abrir...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então é rejeitar.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Estou lendo o relatório do Senador Azeredo. Eu também não sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então, vamos votar contra. Acho que é a maneira de a gente arrumar isso. Depois do financiamento isso já entra, o registro.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Eu não sou favorável. Estava lendo simplesmente o relatório que estava pronto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Então, eu reformulo o relatório e dou parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – O parecer é contrário.

Em votação o parecer reformulado pelo Relator ad hoc, Senador Antonio Carlos Junior. O parecer é contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado o relatório reformulado. Rejeitado o projeto, que vai ao plenário.

Item 76 da pauta, página 1019.

Item 76:

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2006

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal, para disciplinar a autorização de referendo e a convocação de plebiscito mediante iniciativa popular.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi e outros

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Foi dada vista coletiva.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para suas considerações finais. Não sei qual é a posição do Senador Antonio Carlos Valadares, pois eu também fui autor desse pedido de vistas, porque sou totalmente contra esse projeto. Já imaginou um referendo? Todas as leis ficam pendentes.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu também me manifestaria contrariamente ao projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Qual é a página?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Página 1019. Com a palavra o Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com todo respeito a V. Ex^a e ao Senador Antonio Carlos Júnior, é mais uma tentativa por parte do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, de democratizar cada vez mais as decisões importantes, convocando o povo quando necessário.

A nossa Constituição é bem claro de que o poder emana do povo, e é exercido diretamente ou através de seus representantes. Diretamente quando há plebiscito, referendo, iniciativa popular, esses institutos são utilizados na prática.

O que o Senador Zambiasi propõe é justamente isto, que a iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de decreto legislativo, obedecidas às exigências e subscrições previstas no artigo 61, §2º, isto é, hoje, para a convocação de um plebiscito ou um referendo, só o Congresso Nacional pode tomar a iniciativa, a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal. O que ele deseja, o que ele objetiva é democratizar mais essa ação,

para não ficar somente na alçada dos representantes do povo, que somos nós.

Acho que, sem dúvida alguma, é mais uma figura, um mecanismo que se cria objetivando fortalecer a democracia semidireta que estamos vivendo, onde o poder exercido por seus representantes, que somos nós, Deputados e Senadores, ou diretamente através do povo.

Acho que rejeitar essa proposta, já que ela ainda vai a plenário, vai à Câmara dos Deputados, pode não dar uma boa impressão à Comissão de Justiça de que estamos querendo barrar a participação do povo em assuntos relevantes que podem ser da iniciativa do eleitorado.

Seria o caso, Sr. Presidente, de votarmos essa matéria já que ela não é definitiva, sob dois aspectos. Não é definitiva se votarmos agora e o Plenário do Senado confirmar. E se ela for, por acaso, aprovada pela Câmara dos Deputados, quem disse que um iniciativa popular desse jaez será aprovada pelo Congresso Nacional no futuro? Desse tipo....fica mais claro!

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Então, Presidente, eu quero ponderar junto aos nossos nobres colegas que façamos uma homenagem a duas pessoas: primeiro, a quem nos dá o emprego, que é o povo brasileiro, uma homenagem ao povo, porque rejeitar uma matéria dessa é ter medo do povo; segundo, uma homenagem ao autor, que está se despedindo da Casa, que foi um Senador brilhante, que tem sido um parlamentar vigilante e uma pessoa muito ponderada e equilibrada. Resolve voltar a suas atividades radiofônicas, como radialista, lá no Rio Grande do Sul, mas não vai abandonar a política. Então, ele está naturalmente interessado. Ele não está aqui, mas me pediu para dar este recado: pedir a V. Ex^{as} que, neste momento em que o Brasil se abre para o mundo, como uma democracia cada vez mais participativa, uma democracia fortificada, até mesmo pela eleição, pela primeira vez, de uma mulher, a Presidente Dilma... Então, o Brasil tem dado um exemplo marcante de como se comporta internamente com relação a suas atividades eleitorais, políticas e partidárias. Portanto, Sr. Presidente, apesar dos risos com que V. Ex^{as} estão, talvez... É sobre outro assunto, não é?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Por coincidência, eu estou falando e V. Ex^a, sorrindo, dando a entender que a minha argumentação está causando uma certa... euforia. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – V. Ex^a é respeitado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Então, eu pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, em homenagem ao povo e em homenagem ao Senador autor, que nós aprovássemos essa matéria, porque, ao aprovarmos essa matéria, ela não vai valer de imediato. E, mesmo se for aprovada pela Câmara, nós teremos a responsabilidade de apreciar qualquer iniciativa popular com este objetivo, de o referendo e o plebiscito serem da iniciativa do eleitorado.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço também a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Por que eu sou contra esse projeto? Bom, revogação de leis mediante motivação de plebiscito popular, a ser ainda referendada pelo Congresso Nacional. Bom, isso começaria a gerar insegurança jurídica. No momento em que você faz leis e pode, logo em seguida, revogar essas leis mediante motivação popular, acho que isso gera insegurança jurídica. Nós fazemos leis, somos delegados pelo povo para fazer as leis, por que, agora, o povo vai nos solicitar a revogação dessas leis? Ora, isso pode ser feito no curto prazo e gera insegurança jurídica. É claro que nós teríamos que ter a capacidade de atualizar essas leis e não ficar à mercê de movimentações de caráter mesmo popular, mas, de qualquer maneira, de motivações pontuais e motivações, às vezes, emocionais no sentido de revogação de leis, o que pode trazer insegurança jurídica. Então, eu sou contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Permanece em discussão. (Pausa.)

Eu só faço uma ponderação ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que é um dos Senadores mais respeitáveis desta Casa – e sabe disso, quantas vezes não pedi a V. Ex^a para relatar projetos de minha autoria! V. Ex^a é um estudioso, está cotado agora para ser Ministro – se for, tenho certeza de que continuará honrando esta Casa, mesmo um pouco à distância do Parlamento – , mas esse projeto, essa proposta de emenda à Constituição, primeiro, ela diminui a função parlamentar. Por quê? A consulta popular via plebiscito deve ser feita de uma forma muito restrita, acredito eu. Muitas matérias, nós devemos assumir mesmo o ônus de votá-las, matérias polêmicas, matérias que, de certa forma, podem gerar constrangimento, dividir esta Casa, dividir o Parlamento.

Nós somos eleitos para isso. Em relação ao referendo, acho que ainda é pior porque com o referendo toda e qualquer lei fica pendente, algum dia, de alguém ou de a população apresentar uma proposta. Aprovamos aqui uma lei qualquer, algum dia alguém apresenta uma proposta para haver referendo, ela é aprovada pelo Parlamento e nós teremos de fazer aquele referendo. Uma lei que está vigendo há quatro, cinco, dez anos de repente pode cair. Muitos perguntam: isso é possível? É rara a hipótese? É rara a hipótese, mas em tese ela é plenamente possível. Então colocaríamos uma insegurança jurídica terrível em cima do país, de sorte que, respeito a opinião de V. Ex^a – V. Ex^a sabe que não é uma opinião gratuita em relação a V. Ex^a, ao nosso grande Senador Sérgio Zambiasi –, mas da minha parte vou escolher outra maneira de homenagear esse grande gaúcho, Senador, grande homem público. Eu também votarei contra, assim como o Senador Antonio Carlos Júnior, para que possamos derrubar esse pleito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, eu devo uma explicação a V. Ex^a e à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – V. Ex^a se referiu à minha pessoa como possível Ministro. Quero explicar o seguinte: José Eduardo, que é meu primeiro suplente, Presidente do Partido dos Trabalhadores, foi escolhido como meu primeiro suplente porque eu tencionava me eleger Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sem dúvida, e se eleger.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É o apoio de José Eduardo, do PT, lá em Sergipe, para minha eleição era imprescindível. Então eu fiz um acordo político com o PT, com o Partido dos Trabalhadores, para eu continuar no Senado, elegendo-me Senador, e ele ser o primeiro suplente sem nenhuma orientação no sentido de que eu pudesse ser Ministro. Não houve nada disso. A especulação foi para a imprensa. A especulação é livre. A imprensa é livre. José Eduardo realmente foi um grande parlamentar, foi um grande Senador da República,...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como dizia Tancredo, às vezes as especulações coincidem com a realidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – ...mas isso não implica que tenhamos feito um acordo, mesmo porque o povo de Sergipe me aprovou como Senador da República não nessa condição. Aprovou para que eu continuasse a ser o Senador

que sou, atuando com legitimidade, com ética, com decência, trabalhando por Sergipe e pelo Brasil. Não foi para ser Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Grande Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu queria dar essa explicação sem nenhum intuito de atingir meu companheiro e amigo José Eduardo, que é merecedor de todas as homenagens do nosso Partido, PSB.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu até confesso a V. Ex^a que nem sabia quem era seu primeiro suplente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – A opinião de V. Ex^a ainda é mais sincera e significativa. Senador Antonio Carlos Valadares, deveria colocar isso no seu currículo. Ele disse que nem sabia quem era seu suplente, que estava fazendo uma defesa pelo mérito.

Independentemente desse tema, eu queria falar sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – O projeto propõe apenas que a iniciativa popular possa apresentar ao Congresso Nacional proposta de plebiscito ou referendo. Já abrimos a comissão de participação popular para tratar de outras matérias. Por que nós excluiríamos esse tema? Porque, na realidade, quem deve... Eu sou contra a iniciativa popular, por exemplo, estabelecer um plebiscito porque estaria violando o princípio constitucional do papel do Poder Legislativo de elaborar e autorizar a realização de referendos. Acho que isso é prerrogativa daqueles que foram eleitos pelo voto direto, universal e disputado da democracia. Quanto à iniciativa popular propor à Casa, não há prejuízo algum. Isso vai passar pela Câmara, passar pelo Senado, os Senadores vão ser favoráveis ou não. Há muitos pedidos de plebiscitos e referendos que não foram autorizados. Por exemplo, fizemos aquele do desarmamento. Fizemos o plebiscito, o referendo do desarmamento, e a opinião pública, inclusive, o povo teve uma posição diferente do que era o sentimento majoritário no Congresso.

Então, é um instrumento que o Brasil precisa fortalecer. Nós temos usado muito pouco – como a democracia americana e europeia o fazem – plebiscitos e referendos. Eu acho que é um instrumento que ajuda a motivar a população a ter uma melhor relação com o Congresso, a trazer iniciativas e proposições.

Então, eu queria encaminhar favoravelmente ao parecer do Senador Antonio Carlos Valadares e à iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Olha, o referendo genérico é desastroso, Senador Mercadante, o genérico. Toda lei fica sujeita a referendo, toda lei, 100%.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Cem por cento!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Ele vai apresentar o pedido de referendo ou o plebiscito ao Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – ...a quem vai analisar se compete ou não, naquela matéria, a realização do referendo ou do plebiscito. Qual é a diferença? Por exemplo, se as entidades da sociedade civil procurarem um Senador, o Senador Demóstenes Torres, com uma proposta de plebiscito ou referendo, argumentando, fundamentado, V. Ex^a vai apresentar, algum Senador ou algum Deputado vai apresentar. Isso não fere a prerrogativa do poder. E qual é a prerrogativa do poder? Só o Congresso Nacional, ou as duas Casas, Câmara e Senado é que devem aprovar a consulta popular, seja da forma que for.

De qualquer forma, sei que não há entendimento, mas quero apenas manifestar aqui o meu apoio à proposição do Senador Zambiasi, tão bem relatada pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senadora Ideli.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas eu queria declarar o meu voto em apoio ao projeto do Senador Zambiasi e à relatoria do Senador Valadares, com o entendimento de que, muitas vezes, a correlação de forças e o entendimento do Congresso obstruem determinados assuntos que a população muitas vezes tem a sabedoria de apresentar.

Eu queria usar como exemplo o projeto do Ficha Limpa, que não evoluía dentro do Congresso, e foi uma iniciativa popular que fez com que o projeto não só fosse apresentado, mas também que tramitasse e fosse aprovado, apesar dos problemas que temos de vários casos ainda em julgamento. Temos parcelas significativas de processos eleitorais ainda pendentes, por causa da interpretação que o Tribunal Superior Eleitoral e o STF têm dado ao projeto, à lei aprovada em si.

Portanto, dar a prerrogativa da iniciativa da matéria para a população considero absolutamente saudável,

até porque não está retirando do Poder Legislativo a tarefa de fazer a tramitação e a aprovação ou não.

Portanto, eu fico com o projeto do Senador Zambiasi e o parecer do Senador Valadares. E, se precisar de apoio, aqui está o Valadares... Se precisar de apoio, viu, Senador Valadares, para a sua indicação para Ministério, eu já estou encabeçando a lista, está bom?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu só pediria aos Srs. Senadores que prestassem atenção ao que nós estamos aprovando: nós estamos aprovando um texto que vai trazer insegurança jurídica ao Brasil, especialmente em relação a referendo.

A iniciativa popular para apresentação de projeto de lei está preservada. Em relação a referendo, referendo é diferente: alguém pode apresentar um projeto, uma proposta ao Congresso – que, é claro, o Congresso tem de aprovar –, para que aquela lei, já aprovada e sancionada pelo Presidente da República, seja confirmada por uma votação popular.

Isso significa que 100% de tudo aquilo, até para o Código Penal, que foi aprovado lá em 1941, alguém pode dizer: “Olha, vamos precisar de um referendo!”. Se, num momento de maluquice, nós aprovarmos isso, o povo vai decidir se o Código Penal vale ou não.

Quer dizer, então, nós estamos brigando para que o Brasil tenha o quê? Tenha segurança jurídica. Esse projeto causa insegurança jurídica. Nenhuma lei brasileira, nenhuma lei brasileira terá, a partir da aprovação dessa Proposta de Emenda à Constituição...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Espere aí. Presidente, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – ...“definitividade”. Acabou.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – ...só se o Congresso Nacional for extinto...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – ...porque... qual é a insegurança jurídica? V. Ex^a tem o voto de Senador.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu tenho o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – A Câmara dos Deputados também tem voto...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – ...pode decidir.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Por que, então... Que insegurança jurídica?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador, em tese...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em tese...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É um projeto de decreto legislativo. É um ante-projeto, porque chega ao Congresso, e então a Câmara vai decidir sobre se ele tem validade ou não. Depois, se a Câmara aprovar, vai passar no Senado. Qual é a insegurança jurídica que há?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Bem, a insegurança, até foi lembrado aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Se de imediato fosse aprovada a possibilidade do referendo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Hoje, a última palavra... Nós aprovamos, escutem só... Nós aprovamos que a última palavra sobre constitucionalidade de lei era do Supremo, mas que nós é que tiraríamos ou não a lei do ordenamento jurídico, depois de o Supremo decidir.

O que nós aqui... Vieram os Ofícios S, e o que decidimos? Que temos de cumprir o que o Supremo decidiu. Agora, ainda é pior: depois de o Supremo decidir sobre se a lei é constitucional ou não ou coisa semelhante, ainda o povo – olhe que estamos sendo eleitos em nome do povo; estamos deixando claro – pode, a qualquer momento, derrubar uma lei. É claro, mas o Congresso tem de aprovar, para que haja consulta popular de referendo. Na minha opinião, é causar uma insegurança completa ao País.

Nós fomos eleitos, em nome do povo, para fazer leis. Nós. Não temos de delegar isso para ninguém, não. Como o Senador Aloizio Mercadante disse, já temos a delegação para propor plebiscito e referendo.

Referendo é algo... A lei é aprovada, sancionada; depois é que se consulta o povo. Havendo a possibilidade de referendo por iniciativa popular, todas as leis, algum dia, poderão ser questionadas. É isso que estou dizendo.

Então, para que criar um mecanismo como esse, um mecanismo contra o Congresso, contra a segurança jurídica do Brasil?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a me permita...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Permito.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que estamos, na verdade, diante de um projeto que sugere a ideia da democracia direta, não tenho dúvida nenhuma.

A democracia direta significa o quê? A substituição dos órgãos legislativos pela manifestação direta da população. Perderia sentido a função de legislar do Município, do Estado e da União. Nós estamos, realmente, diante de uma proposta que pode trazer transtornos que hoje não somos capazes de enxergar.

Acho que essa questão tem de ser amadurecida, preliminarmente, numa ampla discussão na sociedade. Não é aqui, numa reunião como esta, que vamos deliberar sobre uma matéria que pode ter repercussões, como V. Ex^a muito bem sublinhou, até na segurança jurídica.

E sabemos como se dão as coisas; sabemos como temos mudado a legislação. Sabemos que tudo começa numa pressão social e de repente se torna uma avalanche, que acaba induzindo-nos a aprovar coisas que acabam, lá na frente, trazendo aborrecimentos.

Portanto, meu posicionamento é no sentido contrário a essa proposta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Romero Jucá, que já tinha pedido antes; em seguida, Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Apenas para fazer uma observação.

Nós vamos votar essa matéria e, se votarmos contra, ela não se encerra aqui. Ela irá ao Plenário com parecer contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É verdade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, ao votar contra, nós não estamos obstaculizando a votação. Nós estamos apenas dando uma posição de constitucionalidade, de mérito da CCJ.

Quero dizer que votarei contra. Acho um risco, acho uma temeridade. V. Ex^a relatou aí questões. Outros também se manifestaram. Portanto, gostaria só de lembrar que, ao votar contra e dar parecer contrário, esta matéria irá ao Plenário e poderá ser discutida ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, respeitando obviamente as posições contrárias, quero me solidarizar ao parecer do Senador Valadares e ao projeto do Senador Zambiasi.

Atende a uma norma constitucional, consagra a norma constitucional que todo poder emana do povo e em nome dele é exercido, sem gerar nenhuma insegurança jurídica, porque, se, eventualmente de origem popular, surgir um decreto legislativo com o objetivo de se convocar um referendo, nós deliberaremos a respeito como fizemos em relação à Lei da Ficha Limpa. A Lei da Ficha Limpa não causou nenhuma insegurança jurídica. A mecânica é a mesma. Nós estamos ampliando mecanismos de participação popular. Ao ampliarmos mecanismos de participação popular, nós estamos estimulando a conscientização política da sociedade.

Portanto, eu creio que há méritos no projeto. Quanto mais ampliarmos a participação democrática da população, mais estaremos nos aproximando dela. E é evidente que o Congresso Nacional está distanciando dos anseios populares em razão de episódios que, lamentavelmente, desgastaram a instituição.

Eu creio que não há, na proposta do Senador Zambiasi, nenhum propósito de gerar a insegurança jurídica. E, como eu entendo desta forma, votarei favoravelmente, evidentemente respeitando a opinião do nosso Presidente, do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, do Senador Jucá. Mas votarei favoravelmente por entender que é uma aprimoramento da norma constitucional, que estabelece que todo poder emana do povo e em nome dele deve ser exercido.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Como diz V. Ex^a, em nome dele. Somos nós.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – E diretamente. Está na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sem dúvida. Trata-se de projeto de iniciativa popular. Está preservado. O meu temor chama-se referendo. Toda lei fica sujeita, em tese, à confirmação. Toda, toda, 100% das leis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas dependerá da aprovação do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Claro.

Encerrada a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como temos quorum numérico, gostaria de votar os dois requerimento que ficaram acertados semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Requerimento. Senador Alvaro Dias. Requer a convocação da Sr^a Erenice Alves Guerra. Convite, aliás. Já não é mais Ministra. Ex-Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da República. Para vir a esta Comissão prestar esclarecimentos sobre as denúncias amplamente veiculadas pela Revista Veja e outros órgãos de imprensa, notadamente o jornal o Estado de São Paulo, de esquema de pagamento de propina envolvendo o Sr. Israel Guerra e outros integrantes do Governo com participação da Casa Civil da Presidência da República.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quando apresentamos esse requerimento, estávamos no auge da crise, com uma enorme repercussão do escândalo que eclodiu na Casa Civil da Presidência da República. Fatos gravíssimos foram levados ao conhecimento da opinião pública pela imprensa nacional, e o Congresso Nacional não pode se omitir nessas circunstâncias.

É evidente que nós não temos nenhuma pretensão de investigar em profundidade e de resolver dúvidas que possam ser suscitadas em relação às denúncias. O objetivo, a meu ver, do Congresso Nacional é propor transparência, é oferecer à população do País a oportunidade de acompanhar os fatos e cobrar o cumprimento do dever das instituições que devem agir no episódio: a Polícia Federal, o Ministério Público.

É claro que o Congresso Nacional tem o poder de realizar a investigação política, que complementa a investigação judiciária. Isso, quando há a possibilidade da instalação de comissão parlamentar de inquérito. Neste caso, como a Polícia Federal já está agindo, o Ministério Público, da mesma forma, cabe ao Senado Federal, como Congresso, como Poder Legislativo, propor transparência às investigações em curso para dar satisfação à sociedade brasileira. Essa é a razão.

Eu imagino que a própria Erenice Guerra gostaria de ter a oportunidade de apresentar a sua versão dos fatos. Não creio que seja, do ponto de vista do interesse pessoal dela, algo comprometedor. Pelo contrário; é uma tribuna para que ela possa se defender, se é que há possibilidade de defesa nesse caso.

O que nós não podemos é ficar calados, passivamente assistindo a um espetáculo de corrupção. Se na Casa Civil se instalou um balcão de negócios, é preciso investigar e responsabilizar. Se na Casa Civil se instalou um propinoduto, não há por que não investigar em profundidade e responsabilizar, civil e criminalmente, os envolvidos. Nós não podemos convalidar o sistema de que o crime existiu mas os res-

ponsáveis jamais existirão. É preciso que se apontem responsabilidades e que as penalidades previstas na legislação brasileira sejam adotadas com rigor. Esse é o objetivo, Srs. Senadores.

Nós, quando encaminhamos esses requerimentos, estávamos em plena campanha eleitoral. Muitos imaginaram que o objetivo era eleitoral, e nunca nós tivemos esse objetivo, tanto é que voltamos a insistir assim que as eleições acabaram.

Por isso, Sr. Presidente, creio que é oportuno. Isso valoriza a nossa instituição, isso credencia o Senado, trata-se de cumprimento do dever. Vejo que isso é a favor das aspirações da sociedade, e nós devemos proceder dessa forma. Por isso o apelo para que as Lideranças governistas no Senado possam concordar com esse convite. Trata-se de um convite.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Lembrando que, como se trata desse requerimento, nós falamos, então, por bancada.

Pelo PMDB, fala o Senador Romero Jucá.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que é despicienda a convocação ou o convite, porque há um inquérito da Polícia Federal, as providências foram tomadas, a Ministra foi demitida, transparentemente a imprensa tem noticiado todos os andamentos desse processo. Portanto, seria apenas uma tentativa do Senador Alvaro Dias de criar um fato político. Já passou a eleição, portanto é uma matéria vencida nesse processo da forma como foi colocado.

Então, nós encaminhamos contrariamente os dois requerimentos, tanto o do convite da Erenice Guerra quanto o da Presidente eleita, Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, ainda sobre a votação da Emenda Constitucional nº 26 – votação anterior –, não havia ficado muito claro para mim o processo de votação. A minha manifestação é contrária ao parecer do relator.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Anotarei a manifestação de V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Antonio Carlos Júnior, pelo Bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – É sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Falou Alvaro Dias, como autor do requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Eu gostaria, inclusive, de defender o requerimento. Acho que o assunto não ficou ainda devidamente esclarecido. É preciso que nós tenhamos as explicações da Sr^a Erenice porque o assunto foi de extrema gravidade. Foi dentro da Casa Civil, dentro do núcleo de poder do Governo Federal. Então, as explicações são necessárias, o debate é necessário, e o nosso encaminhamento é favorável ao requerimento do Senador Alvaro Dias. Portanto, o Bloco da Minoria, Democratas e PSDB, é favorável ao requerimento do Senador Alvaro Dias, porque os esclarecimentos não foram ainda feitos e não se sabe se isso vai ficar claro efetivamente. Então, nós precisamos investigar e precisamos apurar. Portanto, eu sou favorável ao requerimento. Em nome do Bloco da Minoria, sou favorável ao requerimento do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Permanece em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pelo PT, Senador. PMDB e PT não é bloco. Pode falar. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Senador Demóstenes, demais Senadores, nós tivemos indícios importantes de irregularidades na gestão da Casa Civil. Imediatamente, as providências foram tomadas. Não só a Ministra foi afastada, como foi aberto inquérito da Polícia Federal, o Ministério Público investigando, a Procuradoria-Geral da República deu parecer sobre todos os indícios que foram apresentados, ela já deu depoimento na Polícia Federal, as investigações transcorrem com as instituições que têm a competência específica para esses desdobramentos. O convite, inclusive, deveria ser encaminhado a Ministro de Estado. Esse é o papel. Não cabe à CCJ tratar de um assunto já absolutamente ultrapassado do ponto de vista daquilo que seria nossa competência.

Se as instituições republicanas não tivessem agido com eficiência, com energia, com a presteza com que agiram nesse episódio, o Congresso Nacional poderia, sim, se posicionar. Depois das eleições, insistir nesse encaminhamento... Porque nas eleições tem um significado político; hoje, parece que tem um sabor de revanche.

Eu proporia, sinceramente, que a Oposição retirasse esses requerimentos. Se não o fizer, nós vo-

taremos, evidentemente, contrariamente a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Concordam com a aprovação do requerimento. (Pausa)

A matéria, evidentemente, foi rejeitada, com votos a favor do Senador Efraim Morais, Eduardo Azeredo, Alvaro Dias, Antonio Carlos Júnior. Osmar Dias?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Muito bem. Requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Temos outro requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – “Requeiro, na forma do disposto no art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Sr^a Dilma Vana Rousseff, ex-Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, convidada para reunião desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prestar informações sobre as denúncias veiculadas na imprensa, envolvendo a prática de tráfico de influência no âmbito daquela Pasta, por parte de servidores do órgão e de familiares de sua sucessora, a ex-Ministra Erenice Alves Guerra.”

Para sustentar o requerimento...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu queria fazer um apelo público aqui ao Senador Alvaro Dias, combativo Senador Alvaro Dias. Primeiro, está demonstrada qual é a correlação de forças nesta Comissão. Segundo, acho que seria um gesto importante da Oposição, depois de uma eleição, não termos que votar esse requerimento na CCJ, uma Presidenta que foi legitimada pelo voto popular em uma eleição transparente, pública, como tivemos no Brasil. Já foi feito o gesto, já fizemos o debate no caso da Erenice.

Eu faria aqui o apelo público para que fosse retirado o requerimento, ao Senador Alvaro e aos demais membros da Oposição neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Alvaro, para responder ao Senador Aloizio Mercadante e, se não retirar, para defender seu requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, é óbvio que nós não podemos gerar jamais falsa expectativa em nenhuma circunstância. Não há como aprovar esse requerimento. Então, deliberar sobre ele é perder tempo, já que a maioria governista...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – V. Ex^a retira o requerimento?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...está toda instalada aqui e, obviamente, nós não teremos nenhuma possibilidade de êxito. Obviamente cabe, prudentemente, até por uma questão de respeito às pessoas, a retirada do requerimento nesta hora. Mas, deixar muito claro, Sr. Presidente: o nosso objetivo foi cumprir o nosso dever ao apresentar esse requerimentos.

O Senado Federal não pode se calar diante de denúncias de tamanha gravidade. Por que o convite à ex-Ministra Dilma Rousseff? Porque os fatos ocorreram durante a sua gestão à frente da Casa Civil da Presidência da República. E nós não podemos convalidar ações de desonestidade que chegam à opinião pública com viés de gravidade sem precedentes. A Casa Civil se transformou numa fortaleza de escândalos. Esse não foi o primeiro. Nós não podemos compactuar com esse cenário de escândalos que ocorrem exatamente às portas do Presidente da República.

Essa foi a razão da apresentação do requerimento. Não houve nenhum propósito eleitoral, como não há agora nenhum objetivo de revanche. Nós não atuamos com a mediocridade dos que buscam através de ressentimentos pessoais a revanche como arma para revidar adversários. Não é esse o nosso objetivo. Acho eu nós temos que estar ao lado das aspirações populares, procurando consagrar a moralidade na atividade pública, entendendo que a corrupção é uma praga nacional que tem que ser combatida, que a impunidade é outra praga que tem que ser combatida, e esse é o nosso objetivo.

Retiramos, sim, o requerimento agora, porque não há nenhuma razão para mantê-lo, uma vez que não há nenhuma possibilidade de sucesso. Mas queremos acentuar que a Oposição tem o dever de se manter atenta a todos os episódios que possam, eventualmente, ocorrer no seio do atual e do próximo Governo.

Por isso, Sr. Presidente, lamento que o Senado federal não tenha este apetite, não tenha esta disposição e não assuma esta responsabilidade de contribuir para que a transparência seja uma realidade do nosso País, para que os atos públicos sejam de inteiro, de absoluto conhecimento da população. Não vejo nenhuma contradição no fato de convidarmos ou convocarmos para depor no Senado Federal pessoas acusadas de corrupção. Isso, ao contrário, de comprometer a investigação judiciária, ao contrário de des-

valorizar o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, é uma contribuição para o aperfeiçoamento da investigação judiciária e para a valorização da atuação de duas instituições que são essenciais para a moralização no País: a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Retirado, portanto, o requerimento de convite à Sr^a Dilma Rousseff, formulado pelo Senador Alvaro Dias.

Pela ordem V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que o item 74, que trata da definição de mandato para os membros do Supremo, pudesse ser colocado, já aproveitando o quórum, porque é uma matéria importante. Eu, particularmente, sou contra a fixação de tempo, de prazo de mandato para os Ministros do Supremo, mas gostaria de ver essa matéria discutida, agora, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item 74. Eu sou o relator, já dei o parecer contrário. Há um voto em separado do Senador Eduardo Suplicy. Portanto, passo a Presidência para o Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item 74. Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003, que altera o sistema constitucional de composição de tribunais, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senadores. Relator: Senador Demóstenes Torres.

Em 3/11/2010, foi concedida vista, nos termos regimentais.

Em 10/11/2010, foi recebido voto em separado de autoria do nobre Senador Eduardo Suplicy, que conclui pela aprovação da proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Passo a palavra, portanto, ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para proferir o voto em separado.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, vou me restringir a alguns pontos essenciais.

No que tange aos aspectos jurídico-constitucionais, avaliamos que a PEC nº 39, de 2003, não fere a limitação temporal, constante do § 1º, do art. 60, da Constituição da República, nem toca nas limitações materiais – forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos Poderes; e direitos e garantias individuais – previstas no § 4º, do mesmo artigo da Constituição.

A questão levantada pelo Relator da matéria, Senador Demóstenes Torres, de que a proposta em discussão poderia “vir a ser inquinada de ‘emenda constitucional inconstitucional’”, por ferimento à garantia de vitaliciedade, cláusula pétrea que tem por objetivo assegurar a independência dos magistrados”, não nos parece a melhor visão de consenso, pois alarga, em demasiado, os conceitos de direito fundamental e de “direitos e garantias individuais”. Direitos fundamentais são os direitos humanos que foram constitucionalizados. Não são direitos de um grupo ou de uma classe específica. São direitos iminentes a toda pessoa.

A vitaliciedade, por seu turno, é, sem sombra de dúvidas, uma das garantias de independência dos órgãos judiciários que deve ser preservada. A especificidade dessa garantia é livrar o magistrado de pressões externas ou internas (do próprio Poder Judiciário), para que o mesmo não esteja sujeito às penalidades decorrentes de qualquer tentativa de intromissão (interferência).

Trata-se de um conceito que encerra a ideia de que, uma vez tornado vitalício, o titular do cargo somente pode ser afastado por vontade própria ou por determinação legal. Hoje em dia, a lei já prevê as hipóteses de perda da vitaliciedade por sentença judicial transitada em julgado ou por aposentadoria compulsória por idade. Observamos que o termo vitaliciedade não traz o pressuposto da permanência no cargo por toda a vida.

Sendo assim, já discutindo o mérito da matéria, afirmamos que a PEC nº 39, de 2003, não fere a garantia de independência dos órgãos judiciários, pois apenas fixa prazos para ocupação dos cargos nos tribunais. Entendemos ser uma novidade salutar que vem para “oxigenar” a ocupação dos tribunais de 2º grau e dos tribunais superiores. Os cargos nos tribunais, uma vez aprovada esta proposta, continuarão vitalícios, não podendo ser os seus titulares removidos por decisão política. Apenas o desempenho da função judicante nos tribunais ocorrerá dentro de um período de tempo definido, o que possibilitará a renovação dos quadros dos tribunais de forma planejada. Como no Direito, a verdade é obtida por consenso, entendemos que o estabelecimento das funções nos tribunais permitirá uma evolução natural da Ciência Jurídica em consonância com o movimento social que naturalmente ocorre no País.

São necessárias algumas alterações ao texto proposto originalmente, a maioria delas em função das mudanças realizadas no texto constitucional pela Reforma do Judiciário. Além disso, torna-se oportuno fazer uma pequena correção no art. 94, acrescentando mais um parágrafo ao já existente, para atender

posicionamento da Ministra Eliana Calmon, proferido durante sabatina nesta CCJ, em 4 de agosto passado, da qual se retira:

“Eu acho que temos hoje uma deformação na constituição do STJ em razão de uma superpresença do quinto, porque o quinto entra nos tribunais intermediários, se jurisdicionalizam e ingressam no STJ como magistrados de carreira. E, hoje, nós temos, com os três que chegaram da Ordem dos Advogados, num tribunal de 33, serão 18 representantes do quinto constitucional, quando a Constituição diz que 2/3 é de magistrados de carreira”.

Assim, Sr. Presidente, diante do exposto, opinamos pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003, nos termos do seguinte substitutivo, que está às páginas 995 a 998 que eu pediria a gentileza dos colegas para lerem com atenção porque estou um pouco afônico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, Relator da matéria, para suas considerações finais. Com a palavra, V. Ex^a

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em texto discutido na semana passada, meu parecer foi contra porque a Senadora Serys Slhessarenko propunha inversão completa na forma de se escolherem desde desembargadores até ministros do Supremo Tribunal Federal com eleição pela classe e mandato de oito anos para os tribunais ordinários, oito anos para os tribunais superiores e dez anos para o Supremo Tribunal Federal.

O Senador Eduardo Suplicy apresenta um substitutivo em que concorda com o meu parecer, embora ele ressalve a hipótese dos mandatos para oito anos; ou seja, permanece o mandato de oito anos para os tribunais ordinários, oito anos para os tribunais superiores e dez anos para o Supremo Tribunal Federal.

Devo dizer que sou completamente contra; o problema não reside ali. O Presidente da República indica para o Senado os membros para os tribunais superiores; seria retirada do Presidente da República essa prerrogativa, mas o Senador Eduardo Suplicy volta com ela. O problema não está ali; o problema é nosso porque somos nós que sabatinamos. No Congresso americano, o indicado fica dois, três meses, se for o caso, respondendo sobre detalhes de sua vida, vida escolar, problemas enfrentados. Nós escolhemos um método, nós sabatinamos. Mas a Constituição não diz em quanto tempo devemos fazer essa sabatina; ela diz que devemos sabatar. Repito, na minha opinião, o problema não está no mandato de um ministro do Supremo ou de um ministro do Superior Tribunal de

Justiça ou do Superior Tribunal Militar. Então o meu parecer também é contra.

Acho que não devemos limitar até porque, ao contrário de outros locais em que é permitido o mandato, aqui nós temos a vitaliciedade do magistrado. E, se se estabelece esse tempo, logicamente temos que ver o que vem depois porque não é disciplinado aqui. O que vai acontecer depois com o juiz promovido a desembargador que vai ficar oito anos no tribunal? O que vai acontecer com ele? Vai voltar a ser juiz? O ministro que veio, que é advogado, membro do Ministério Público ou coisa semelhante, o que vai acontecer com ele? E o ministro do Supremo? Vamos dizer do Ministro Toffoli: ele vai voltar a ser advogado depois de 10 anos de mandato? “Mas vão se aplicar apenas aos futuros.” Quem garante isso? Não há essa determinação. Então eu particularmente acho que o problema não está aí; o problema de se estabelecer um mandato para o ministro... Seria até interessante um aspecto de rotatividade; mas a rotatividade é mais comum em outras profissões. Quanto a ministro do Supremo ou do Superior Tribunal de Justiça, quanto mais tempo permanece, mas se consolida. Os vícios hoje podem acabar no Conselho Nacional de Justiça. Aprovamos aqui uma PEC de autoria da Senadora Ideli Salvatti, primeira signatária, que permite ao Conselho Nacional de Justiça demitir o magistrado, inclusive ministro do Supremo Tribunal Federal; exonerar, colocar para fora qualquer magistrado que não honrou as atribuições, os encargos e a dignidade do cargo da magistratura.

E o Conselho Nacional de Justiça, na minha opinião, tem funcionado muito bem, Sr. Presidente. Ao contrário, por exemplo, do Conselho Nacional do Ministério Público, que ainda não pegou a envergadura necessária para que aqueles que se desviarem também possam pagar pelo que fizeram.

Em síntese, eu acho que o problema não reside aí. Eu até vi um artigo ontem na Folha de S.Paulo, do jurista Ives Gandra, concordando com o Senador Eduardo Suplicy, dizendo que vai haver mandato... Essa briga é acadêmica. Tem gente que é a favor, tem gente que é contra. Tem um monte de gente que é contra. Na Constituição de 1988, isso foi discutido à larga.

Agora, eu particularmente acho que, pelo sistema constitucional que temos, não é possível se estabelecer o mandato. Segundo, não é conveniente se estabelecer o mandato. A nossa magistratura é completamente diferente da magistratura de outros países, até porque temos a dimensão de um continente europeu. E o problema, se existe, reside na escolha. Não reside nem na indicação do Presidente. O Presidente – nós podemos aferir isso – verifica se a pessoa tem notável saber jurídico e se tem reputação ilibada. E aí

nós vamos decidir isso. Nós podemos recusar. O problema é que não há tradição do Parlamento brasileiro em fazer essa recusa.

Então, Senador Eduardo Suplicy, com todo o respeito, acho que o problema reside mais em nós mesmos do que na forma de indicação. Acho que não valeria a pena mudar esse sistema. Nós temos o sistema alemão, que estabelece o mandato, mas nós temos o sistema americano, que não tem nem a idade limite. Então, a pessoa pode chegar, como acontece... Vamos abrir ali... Eu tenho o hábito de ficar de madrugada assistindo aos debates no Supremo Tribunal Federal, e quantos não trazem os julgados da Corte Suprema americana como referência? E há pessoas com 90 anos, 92 anos, 96 anos de idade. Não estou dizendo que devemos chegar a tanto, mas também estabelecer o mandato, sob o pretexto de se oxigenar, não me parece que seja razoável.

Então, meu parecer, ainda, continua sendo contrário, pela rejeição da matéria da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Azeredo e, em seguida, o Senador Aloizio.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero manifestar a concordância com a argumentação do Senador Demóstenes Torres.

Não há realmente sentido nessa forma de alteração. Apenas eu faria algum reparo de que não haveria problema em que, depois do mandato, a pessoa voltasse a uma outra profissão. Isso não me parece que seja tão importante. V. Ex^a mesmo colocou assim, que não é o ponto principal. O ponto principal seria realmente a vitaliciedade. É o que me parece ser o ponto principal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Veja que, na Bélgica, por exemplo, eles pagam ao ex-ministro para ele não voltar a advogar. Há um bônus para que ele...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, exatamente. A vitaliciedade que me parece é o motivo mais importante, e devemos acompanhar o parecer de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante e, em seguida, o Senador Casagrande.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu quero primeiro registrar o respeito que temos pela Senadora Serys e pela dedicação que ela tem à causa da magistratura. Essa é uma iniciativa pessoal dela. Não é uma posição de Bancada.

Acho que esse debate pode ser aprofundado na democracia brasileira. Acho absolutamente precipitado votarmos essa matéria dessa forma, porque ele altera a relação entre os Poderes. E se, no regime parlamentarista, os ministros das cortes superiores têm um mandato fixo, a relação entre os Poderes é de outra qualidade. No regime presidencialista, o Judiciário ter a vitaliciedade significa a prerrogativa, a independência, a total despreocupação em relação ao pós-decisão, seja qual for a matéria sobre a qual o juiz tenha que tomar a decisão. E isso tem significado no Brasil o equilíbrio e a independência dos Poderes, que vêm se construindo e vêm fortalecendo a República e o Estado democrático de direito.

Assim, acho que realmente não deveríamos patrocinar uma mudança como essa, especialmente sem um amplo debate com o próprio Judiciário. Uma matéria como essa requereria uma audiência pública com o Presidente do Supremo, com o Presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), para que pudéssemos discutir isso com mais profundidade.

Quando nós votamos a reforma do Judiciário, chegamos a pensar em outras soluções. Optamos por um caminho que foi constituir o Conselho Superior da Magistratura, a que havia resistências no Judiciário, originalmente – acho que hoje o próprio Judiciário reconhece que foi um passo importante do ponto de vista da eficiência, da administração, da moralidade, da transparência daquele Poder. Demos, como bem destacou o Senador Demóstenes, poderes e prerrogativas ao Conselho Nacional da Magistratura. Então, sugiro que nós façamos audiência pública para debater esta matéria com mais profundidade, ou eu votarei contra.

Por isso, quero ponderar ao Senador Suplicy, especialmente não estando aqui a Senadora Serys, a dificuldade, como Líder da Bancada, de votar contra uma iniciativa de uma Senadora da minha Bancada.

Então, ou o Relator solicita uma audiência pública para aprofundar esse debate, incluindo os presidentes da magistratura, ou, se não há possibilidade de adiar, quero dizer que votarei, não como Líder – a nossa Bancada está liberada para votar como achar que deve –, mas eu, particularmente, votarei contra. Acho que nós não deveríamos fazer uma mudança como esta sem um amplo debate da democracia brasileira. Em princípio, acho que nós não deveríamos fazer, mesmo com debate.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão.

Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente Renan Calheiros.

Também considero oportuno o debate sobre este tema, mas, naturalmente, insuficiente para que uma mudança tão radical possa ser feita no funcionamento dos nossos Tribunais Superiores. Nós precisamos acumular um processo de discussão maior. Mas, mesmo sabendo que a discussão pode ser aprofundada, considero fundamental que nós tenhamos condições de fortalecer o Conselho Nacional de Justiça, que tem funcionado bem, e que este Congresso possa acompanhar mais de perto o funcionamento e a produção dos Tribunais Superiores, no sentido de fazer esse intercâmbio de estabelecimento de metas na produção do Poder Judiciário. Nós temos muitas coisas para fazer no acompanhamento do Poder Judiciário antes de propormos uma mudança dessas, porque, na hora em que propomos uma mudança dessas, parece que estamos avançando na direção do aperfeiçoamento do órgão. E isso não é garantido, não existe nenhuma garantia de que nós teremos uma melhoria na prestação do serviço. Porque nós questionamos a melhoria na prestação do serviço, nós acompanhamos, Senador Demóstenes Torres, o quanto o Conselho Nacional de Justiça produziu, especialmente na sua relação com os Tribunais de Justiça dos Estados. E no estabelecimento de metas, no meu Estado, houve um episódio em que o Conselho atuou, e atuou muito bem. Então, nós temos um espaço de caminhada ainda para aperfeiçoarmos o que nós temos antes de promovermos uma mudança radical no funcionamento dos Tribunais Superiores.

Mais à frente, com o acúmulo da discussão, pode ser que nós proponhamos outras mudanças, mas o que nós temos hoje permite que nós possamos avançar ainda mais na prestação desse serviço.

Por isso, o meu voto também, mantida a proposta, será contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os males do Judiciário não são originados pela vitaliciedade dos cargos. Na verdade, como disse o Senador Demóstenes, a escolha dos membros é que é fundamental. Ou seja, a escolha do Presidente, a sabatina no Senado Federal. E a agilização, a melhoria da qualidade do Judiciário vem da melhoria das leis, do Código de Processo Civil, do Código de Processo Penal, do Có-

digo de Processo Eleitoral, e também da atuação do Conselho Nacional de Justiça, que pode fazer com que a máquina judiciária trabalhe melhor.

A mudança, realmente, é, digamos, extremamente radical. E como também falou o Senador Aloizio Mercadante, para o sistema presidencialista, ela fica completamente fora de propósito.

Portanto, embora a discussão seja salutar, a minha posição é contrária, absolutamente contrária à mudança.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para discutir a matéria.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não. Serei breve, Sr. Presidente.

Entendo, como penso que é o sentimento aqui do Plenário, que a medida não se coaduna com a experiência republicana que temos desde a Constituição de 1891, que foi a primeira Constituição republicana.

Eu considero, portanto, que a alteração proposta, em que pese os bons e desejados objetivos dos autores, que seja uma matéria inoportuna e que nós devemos conservar, consequentemente, uma tradição que já tem mais de um século de existência.

Daí porque, considero que como estamos praticando o regime republicano federativo e presidencialista, não vejo como não considerarmos importante mantermos a prática que vem sendo cumprida ao longo de nossa evolução constitucional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, conforme o Senador Demóstenes Torres ressaltou, há inúmeros juristas, como Ives Gandra da Silva Martins, que, desde a Constituinte de 88 – ele reportou no seu artigo na Folha –, colocam que esta seria um caminho na linha do que propôs a Senadora Serys Slhessarenko, que pode ser considerado muito respeitável e de bom senso, a fim de propiciar um melhor funcionamento dos tribunais superiores em nosso País.

Há outros juristas, como o Professor Dalmo de Abreu Dallari, que têm aprofundado os seus estudos nessa mesma direção. O professor está por redigir o texto de um novo livro a respeito exatamente desta matéria.

Então, eu queria lembrar ao Senador Demóstenes Torres que – aliás, o Senador Eduardo Azeredo também mencionou –, na verdade, há exemplos de Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal que, depois, voltam à carreira de advogados, e eles têm feito com muita dignidade e respeito por parte da sociedade brasileira.

Então, eu respeito os argumentos que foram colocados, mas aqui ressalto que a proposta feita pela Senadora Serys Slhessarenko ela tem o respaldo de eminentes juristas brasileiros.

Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares para discutir a matéria, depois das considerações finais do Senador Suplicy, que apresentou voto em separado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Renan Calheiros, Senador Demóstenes, acho que a proposta é inovadora, tem avanços no segmento jurídico do nosso País. Há vantagens que devem ser apreciadas, comentadas, valorizadas, como, por exemplo, a temporariedade, o tempo que passa a ser contado no Supremo, no exercício de um mandato elegível por dez anos; nos demais tribunais superiores é de oito anos.

Sem dúvida que isso causa uma situação benéfica de renovação no Supremo e nos demais tribunais, porque hoje, quando um Ministro é nomeado para o Supremo, ele só sai na compulsória ou se renunciar ao mandato que lhe foi conferido com o apoio do Senado Federal e com a assinatura do Ato Presidencial.

Quer dizer, ele terá um mandato não temporário, mas vitalício, e, ainda, um mandato intocável, porque ele não poderá sofrer nenhuma sanção, a não ser que cometa uma irregularidade prevista na Constituição.

Então, eu acho que tem esses fatores positivos, mas nós não temos essa tradição, a não ser no Tribunal Superior Eleitoral, nos tribunais eleitorais, porque os mandatos ali são temporários. Não há nenhum membro desses tribunais que tenha um mandato efetivo, permanente, como acontece no Supremo ou no STJ.

Aí, é avaliar: “Venha cá, é bom esse mandato temporário nos tribunais eleitorais. Quer dizer, de dois em dois anos, mudar a composição?” Foi uma experiência que o Brasil adotou, mas somente no Justiça eleitoral. Então, eu acho que a gente mudar uma tradição de tantos e tantos anos é temerário. Esse é um assunto que eu acho deve se debatido com muita profundidade.

Já houve audiência pública nesse sentido, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não houve, houve um pedido de vista e o voto em separado que exime completamente a possibilidade de haver agora, nesta altura, uma audiência pública, infelizmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Diante de uma inovação tão grande quanto esta, uma audiência pública poderia clarear mais ainda o assunto.

A minha opinião é que ou tenhamos audiência pública; caso contrário, votarei pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – O meu voto é pelo relatório do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Relatório do Senador Demóstenes Torres.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Voto de acordo com o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado.

A matéria vai ao plenário.

Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu quero dizer que votei com o relatório do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Obrigado.

Vamos só votar matérias não terminativas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador, o item 72, se pudermos votar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – O item 72 é terminativo ou não? Porque, com a saída do Senador Marco Maciel e do Senador Renan, já não temos mais quórum.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então, vamos votar o item 72.

Só não terminativo. Tem um que é não consensual, o item 62.

O Senador Eduardo Azeredo pede para votar esse que não é consensual. Podíamos votar e alguém pede vista e fica para a semana que vem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Apenas se tratando da atualização do valor do imóvel na venda pelo IPCA, em vez de ser como é hoje, em que existe uma taxa sobre variação monetária e não sobre valor patrimonial.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu peço vista da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Então, pronto. Mas vamos anunciar, pelo menos.

ITEM 72: – Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2010

Altera o art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir a atualização monetária de bens imóveis de pessoa física na apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da respectiva alienação, a qualquer título

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

É bem razoável esse projeto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Romero, não há...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas eu peço vista, porque como mexe no Imposto de Renda, eu preciso ter a posição da área econômica do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Ok. Então, V. Ex^a dá como lido o relatório, pede vista e, na semana que vem...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É um relatório do Senador Dornelles, na verdade. Eu sou o autor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Aliás, eu nomeio o relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior. V. Ex^a dá como lido?

E vista coletiva. Tudo certo.

ITEM 79 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2008

Acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior

A essa matéria, acho que poderíamos dar parecer contrário também, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Embora o voto seja favorável, eu sou contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – O parecer do Relator ad hoc é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – ...com o parecer reformulado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, contrário à proposta, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer reformulado pelo Senador Antonio Carlos Júnior, contrário à proposta.

A matéria vai ao plenário.

Item 62, página 760.

ITEM 62 – Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Goldman

Relatoria: Senador Eliseu Resende

Não estando presente o Senador Eliseu Resende, nomeio Relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em discussão é terminativo na Comissão de Infraestrutura, mas nós vamos tratar dos aspectos jurídicos e constitucionais.

Em relação às questões de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, o projeto atende aos requisitos e, portanto, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – O mérito será discutido na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 80, página 1065.

ITEM 80 – Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2009

Modifica o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, alterando a lista de biomas brasileiros, conforme classificação adotada pelo IBAMA.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Relatoria: Senadora Marina Silva

Não estando presente S. Ex^a, concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio Relator ad hoc, para fazer as suas considerações.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– O parecer é pela aprovação da PEC nº 5, de 2009, com uma emenda substitutiva que apresenta e que tem a seguinte redação:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2009

Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a Caatinga, o Cerrado e os Pampas entre os biomas considerados patrimônio nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O § 4º do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 225.

.....
.....
.....

§ 4º Os biomas brasileiros Amazônia, Caatinga, Cerrado, Costeiro, Mata Atlântica, Pampas e Pantanal são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

.....” NR

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Essa é a emenda substitutiva apresentada pela Senadora Marina para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Nós até poderíamos dá-lo como prejudicado, porque foi aprovada pelo plenário no ano passado a chamada PEC do Cerrado, de que sou até o autor. Mas acho que aqui inclui os pampas.

Então, o parecer é favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai ao plenário.

Item 81, página 1.078.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item 81: **Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2009.**

Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento dos Municípios Portuários.

Autoria: Senador Osmar Dias e outros.

Relatoria: Senador Marco Maciel. Não estando S. Ex^a presente, nomeio Relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a PEC pretende criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento dos Municípios Portuários na administração pública federal, cujos recursos seriam aplicados exclusivamente pelos governos municipais na execução de planos, programas, projetos e ações voltados para a mitigação dos impactos sociais e urbanos das atividades portuárias.

A proposta prevê que lei disponha sobre as diretrizes de aplicação dos recursos, o funcionamento e a composição do seu conselho deliberativo.

Entende o relator, embora seja louvável a iniciativa, que, caso aprovada, a proposição em análise constituiria um precedente perigoso já que poderia ensejar reivindicações para a criação de fundos análogos em benefício de municípios onde se localizem outras infra-estruturas federais.

O parecer do Senador Marco Maciel, embora a constitucionalidade, e a juridicidade estejam adequadas, é pela rejeição da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, rejeitada a matéria, que vai ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item 85:

Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2006.

Autoriza a realização de plebiscito sobre o pagamento da dívida pública externa brasileira e dá outras providências.

Autoria: Senadora Heloísa Helena e outros.

Relatoria: Senador Adelmir Santana.

Não estando S. Ex^a presente, nomeio Relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior para que profira seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– O voto é pela rejeição do **Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2006.**

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM –

GO) – Imaginem o que vem aí de iniciativa popular.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, rejeitada a matéria, que vai a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Item 86:

Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2006 (página 1201).

Estipula prazo para a Caixa Econômica Federal regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias, determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo a possível prorrogação.

Autoria: CPI dos Bingos.

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

(Pausa.)

Isso já está prejudicado. Parece que já foi resolvido lá atrás.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, esse contrato com a Gtech já foi superado. Hoje a Caixa Econômica já opera com seus próprios instrumentos e estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela prejudicialidade.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela prejudicialidade. Apesar de a iniciativa ter sido louvável à época, a proposta se encontra prejudicada porque a Caixa já extinguiu esse contrato. Esse negócio jurídico já exauriu seus efeitos. O contrato entre a Caixa e o GTEC para a operação de canal lotérico já não se encontra em vigor, sendo que atualmente a própria Caixa executa toda a atividade de gerenciamento. O contrato que a Caixa tinha, que era bastante antigo – nós herdamos esse contrato –, tinha muitas amarrações no interesse da GTEC, totalmente contrário aos

interesses da própria população brasileira e da própria Caixa Econômica. E ele não pôde ser eliminado quando nós assumimos em 2003, até porque o contrato em si tinha uma série de amarrações e a operacionalidade da lotérica, do sistema lotérico no Brasil impedia que fosse abruptamente também interrompido, porque teria de ser substituído por mecanismos e toda uma estrutura técnica que demandava um certo tempo. Mas isso tudo já está absolutamente resolvido e o projeto, portanto, perdeu a sua validade, não tem mais objeto. Ele perdeu o objeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer, pela prejudicialidade.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Plenário.

Item 87 da pauta, p. 1.222:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 201, DE 2007

Autoriza, nos termos do §3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Augusto Botelho

Relatoria: Senador Almeida Lima

Não estando presente, concedo a palavra ao ilustre Senador Efraim Morais, a quem nomeio Relator ad hoc, p. 1.222:

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, o parecer do Relator, Senador Almeida Lima, é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, pela rejeição da matéria, que vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 84, p. 1.122:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2002

Convoca plebiscito nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (Dispõe sobre criação do Estado do Planalto Central).

Autoria: Senador Francisco Escórcio e outros

Relatoria: Senador Marconi Perillo

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio Relator ad hoc, na ausência do Senador Marconi, para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora constitucionalmente e com juridicidade e regimentalidade flagrantes, no mérito, obviamente – e não poderia ser outra a posição do Senador Marconi Perillo –, é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneceram como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, rejeitado, portanto, o plebiscito nos Estados de Minas e de Goiás, para a criação do Estado do Planalto Central.

A matéria vai ao Plenário.

Item 88, p. 1.228:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 2009

Susta a eficácia das alterações promovidas pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 09 de março de 2008, no Anexo I do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Autoria: Senador Neuto de Conto

Relatoria: Senador Jayme Campos

Na ausência do Senador Jayme Campos, nomeio Relator ad hoc o Senador Efraim Morais, a quem concedo a palavra, p. 1.228.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, o Relator optou pela prejudicialidade do **Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2009**.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneceram como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Prejudicada a matéria, que vai ao Plenário.

Item 90, p. 1.250:

AVISO Nº 206, DE 2000

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 833/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI do Judiciário, para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do Processo TRT–PA–1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, relativos à Portaria AP nº 1, de 25.05.99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Jayme Campos

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Não estando presente o Senador Jayme Campos, nomeio Relator ad hoc o Senador Efraim Morais – página 1.250 –, a quem concedo a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, o voto é pelo arquivamento do Aviso nº 206, de 2000, após o conhecimento da matéria pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Portanto, o voto é pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneceram como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Item nº 91, página nº 1.264.

AVISO Nº 22, DE 2004.

Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos na alínea “g” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares em decisão definitiva por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no artigo 91 da Lei nº 8.443, de 1992. Informa ainda que manterá a referida relação atualizada e disponível para consulta no site daquele Tribunal, de 1º de julho a 31 de dezembro de 2004.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Jayme Campos.

Não estando presente, concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, para que profira o seu relatório.

Nomeio o Senador Relator ad hoc.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto é pelo arquivamento do Aviso, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

As terminativas acabaram? (Pausa.)

Não havendo mais matérias não terminativas consensuais, só terminativas consensuais, não havendo quorum, antes de encerrar a sessão, novamente digo que, na semana que vem, estarei representando o Senado na Assembleia-Geral da ONU e que, portanto, a reunião será presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior; e que há prevista uma audiência pública, com a presença, entre outros, do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PSB – SE) – Sem pauta para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não. Temos pauta... Inclusive, se for indicado pelo Presidente da República, se o Presidente da República indicar o novo Ministro do Supremo, designo o Relator, faremos aquela primeira audiência, que é a leitura do curriculum, com cessão de vista coletiva, além de emendas... As emendas... lembrando que, também, na semana que vem, votaremos as emendas ao Orçamento, obrigatoriamente, as emendas de Comissão. Também o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior presidirá a reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Acho que vai ser uma reunião apartada, não é?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – E já fica... Se realmente se encerrar o prazo, já fica convocada essa reunião.

Com a palavra, o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a representará o Senado na ONU. Queria justificar também que, no dia 24, quinta-feira, farei uma palestra sobre o combate à fome e à pobreza na experiência do Brasil com a transferência de renda e sobre as perspectivas da Renda Básica de Cidadania, para os Ministros da área de desenvolvimento social, da África, em Cartum, capital do Sudão, e que, por essa razão, vou precisar ausentar-me na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a o comunicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia nove de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Valter Pereira, Níura Demarchi, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Romero Jucá, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Jayme Campos, Eliseu Resende e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, João Faustino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Flávio Arns e Eduardo Azeredo. Justificam a ausência os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti e Sérgio Zambiasi. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra o pesar pelo falecimento do Senhor Senador Romeu Tuma, membro atuante desta Comissão, ocorrido no dia 26 de outubro de 2010, na cidade de São Paulo. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, da Senhora Deputada Fátima Bezerra (PT/RN); Senhor Deputado Gilmar Machado (PT/MG); Senhor Gustavo Vidigal, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Cultura; Senhora Morgana Eneile, Secretária de Cultura do Partido dos Trabalhadores e Senhor Afonso Luz, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Neste momento, a Senhora Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento e sua imediata deliberação, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 37/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Romero Jucá, que requerem "... nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal o Professor Fernando Hadad, Ministro de Estado da Educação, para prestar esclarecimentos sobre o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2010". O Requerimento é apro-

vado. Prosseguindo, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 006: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Inscreve o nome de Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria”. A relatora designada é a Senadora Níura Demarchi e o parecer favorável é aprovado. Logo após, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria dos Deputados Gilmar Machado e Iara Bernardi, que “Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 005: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Flávio Arns ao **Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. (Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência – PAED)”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, passa a Presidência à Senhora Senadora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, para relatar o seguinte item: **Item 016: Requerimento nº 36/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer “... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater os resultados da campanha *1 Gol – Educação para Todos*, com a presença dos seguintes convidados: Francisco das Chagas Fernandes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação; Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Roberto Franklin Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação – CNTE; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED”. O Requerimento é aprovado. Logo após, a Senhora Senadora Fátima Cleide requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de quatro Requerimentos, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta**

Itens 002; 003; 004 e 005). Prosseguindo, a Senhora Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de dois Requerimentos, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Itens 006 e 007**). Dando prosseguimento à pauta, passa-se à deliberação do seguinte item: **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que “Altera dispositivos da Lei nº 10219, de 11 de abril de 2001, que cria o Programa de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa Escola, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é pela prejudicialidade. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência da Presidenta da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP, Sra. Ester Alves Pacheco Henriques, endereçada ao Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, Presidente desta Casa, encaminhando o Manifesto do Movimento Pestalozziano sobre a atual Política Nacional de Educação Inclusiva. O Movimento Pestalozzi, com mais de 80 anos de experiência acumulada, defende a necessidade de revisar a atual política nacional de educação inclusiva, com aumento significativo de recursos para um melhor financiamento do setor e a realização de ajustes no desenvolvimento de ações entre o MEC, os sistemas de ensino, a escola regular e a especial. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia do Manifesto poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da Nota Informativa nº 1.366/2010, da Consultoria Legislativa desta Casa, em resposta à STC nº 201004313, desta Presidência, atendendo solicitação do Excelentíssimo Senhor Senador Flávio Arns, aprovada na Reunião do dia 03 de agosto do corrente, para que fosse elaborado um estudo, em forma de síntese, do acórdão proferido nos autos do processo TC 028.514/2009-0, assim como no relatório e no voto que fundamentaram aquela deliberação, esclarecendo os riscos a que a Copa do Mundo de Futebol de 2014 está sujeita nas áreas de construção ou reforma de estádios, infraestrutura aeroportuária, mobilidade urbana, e na sistemática de gerenciamento das ações a cargo do governo federal. O estudo será encaminhado aos Senhores Senadores por meio magnético”. A Matéria vai ao arquivo. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 38/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima

Cleide, que requer "... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação dos resultados do III Caucus Internacional e da COP-10 para Povos Indígenas, com a presença dos seguintes convidados: – Maria Auxiliadora da Silva, Povo Indígena Baré; – Maria Miquelina B. Machado, Povo Indígena Tukano; – Daniel Monteiro Costa, Povo Indígena Munduruku; – Lucia Fernanda Inacio Belfort, Povo Indígena Kaingang; – Mariano Marcos Terena, Povo Indígena Terena". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 39/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer "... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a formação inicial e continuada dos profissionais de educação, com a presença dos seguintes convidados: – EDLA LIMA SOARES, Relatora do Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre o Censo Normal de Nível Médio; – FRANCISCO APARECIDO CORDÃO, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; – ROBERTO FRANKLIN LEAO, presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação; – Representante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; – Representante do Conselho Nacional de Secretários de educação – CONSED; – Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 004: Requerimento nº 40/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer "... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater os Acordos Internacionais e o Reconhecimento de Certificações entre Países da Comunidade de Língua Portuguesa, com a presença dos seguintes convidados: – Amandio Silva, Presidente da Mares Navegados; – Domingos Simões Pereira, Embaixador de Cabo Verde; – Lucia Helena de Sá, Casa Brasil Agostinho Silva; – Sam Cyrous, Movimento Internacional Lusófono". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 005: Requerimento nº 41/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer "... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a finalidade de discutir o tema "Bullying Homofóbico nas Escolas". Serão convidados: – Jean Willys, Educador e Deputado Federal; – Carlos Laudari, Diretor da Pathfinder do

Brasil; – Luma Andrade, Doutoranda em Educação; – Fernando Haddad, Ministro da Educação; – Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil e – Beto de Jesus, Diretor da ABGLT. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 006: Requerimento nº 42/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "... De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema 'Primeira Infância e Cultura da Paz'. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 007: Requerimento de Informação nº 43/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "... Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, informações a respeito das seguintes questões: 1. Quais as providências tomadas pelo Ministério da Educação (MEC) diante dos problemas enfrentados pela a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)? 2. Como se encontra o processo de saneamento financeiro da Ulbra? 3. Em que circunstâncias o MEC tomou conhecimento do acordo entre a Ulbra e a Escola Global de Educação Avançada (EGEA) para o desenvolvimento de ações de educação a distância? 4. Quais providências vêm sendo tomadas pelo MEC diante do rompimento do referido acordo pela Ulbra, bem como das dificuldades enfrentadas por alunos, professores e funcionários da EGEA?". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2003; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2009; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 022, de 2010; Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 215, de 2009; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2009; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 036, de 2009; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 2009; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2010; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2009 e Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 006, de 2007.** A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente

Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADORA MARISA SERRANO**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom dia. Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Bom, eu gostaria de iniciar essa nossa primeira reunião, após o processo eleitoral do ano de 2010, registrando nosso pesar, desta comissão, pela perda do nosso companheiro, Senador Romeu Tuma, do PTB do Estado de São Paulo.

Com certeza, o Senador Romeu Tuma fará uma grande... Será notada sua ausência entre nós. Mas gostaria aqui de registrar, nesse momento, o pesar, que eu sei coletivo, da nossa comissão.

Bom, nós temos uma pauta com vários itens terminativos, temos o Item 2, que é extremamente importante, porque cria o plano, institui o Plano Nacional de Cultura, Senador Jucá, e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e dá outras providências, cuja relatora está presente, que é a Senadora Marisa Serrano.

Porém, nós temos um requerimento, apresentado pela Senadora Marisa Serrano, e eu gostaria de propor, como dinâmica dos nossos trabalhos, que nós possamos já aprovar como extrapauta o requerimento da Senadora Marisa Serrano, de convite para a vinda do Ministro Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, para prestar esclarecimentos sobre o ENEM.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senadora...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Esse requerimento está subscrito também pelo líder do Governo, Senador Romero Jucá.

Em seguida, nós apreciaríamos o projeto não terminativo, de relatoria da Senadora Níura e, a partir desse, o terceiro ponto seria o Plano Nacional de Cultura, relatado pela Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para fazer uma observação. Eu quero registrar a importância do requerimento da Senadora Marisa Serrano e registrar também que assinei, coadjuvando esse requerimento, porque é intenção do Governo e do Ministro Fernando Haddad prestar todos os esclarecimentos necessários sobre essa questão da prova do ENEM.

O Ministério da Educação está fazendo todos os levantamentos necessários, a partir dessa semana, portanto, na próxima semana, o Ministro está à disposição para que possa ser marcada a data. E falei pessoalmente com ele, sei que V. Exa. também comunicou com o Ministro Fernando Haddad e, portanto, da nossa parte, da parte do Governo, da parte do Ministro, a disponibilidade é total para que nós possamos, não só prestar as informações, mas ouvir colaborações dos senadores e senadoras, e podermos até aperfeiçoar os trabalhos.

Portanto, eu gostaria de registrar essa disposição do Ministro Fernando Haddad de deixar claro todo esse procedimento, e eu, como líder do Governo, assinei o requerimento de convite em conjunto. Portanto, faz parte, tanto da oposição como da base do Governo, esse convite ao Ministro, para que, na próxima semana, impreterivelmente, ele possa estar aqui e dar todas as informações necessárias ao Senado e ao país.

[interrupção no áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há um outro requerimento sobre a Mesa, da minha autoria?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Podemos ver após os projetos?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Claro, mas entraria hoje ainda?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, sim. Temos vários outros requerimentos na Mesa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está bom. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Certo? Só para complementar a informação dada pelo Senador Romero Jucá, o Ministro Fernando Haddad também entrou em contato com a Presidência desta comissão e se colocou à disposição para, na próxima semana, estar aqui, prestando todos os esclarecimentos e ouvindo as contribuições e sugestões dos senadores da República.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gostaria de falar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano, sobre o requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, Sra. Presidente.

O ano passado, Sra. Presidente, eu fiz um requerimento de igual teor justamente sobre o ENEM, dos problemas que nós vivenciamos a primeira vez, que as provas do ENEM serviram como base para a escolha, a entrada dos candidatos no ensino superior brasileiro.

E dessa vez voltamos com a mesma, com o mesmo requerimento. O ano passado, o Ministro não veio, veio o Presidente do INEP. Eu espero que o Ministro venha dessa vez prestigiar essa comissão, prestigiar esta Casa, mas não isso, prestigiar os mais de quatro milhões de alunos que fizeram o ENEM, nesse final de semana, e que precisam ter uma resposta muito rápida e efetiva.

Eu ouvi o Sr. Ministro hoje, no *Bom Dia Brasil*, e ele colocando as dificuldades do ENEM e as soluções que o MEC estava encontrando, mas não ouvi do Sr. Ministro nenhuma palavra aos alunos, aos quatro milhões de alunos que precisam ter, saber, também, qual é a atitude que eles, alunos, possam tomar a partir de agora, porque o impacto não é só em cima dos quatro milhões de alunos, mas os pais, o pai e a mãe, irmãos, a família toda que foi envolvida nesse processo.

E levantando aqui, ainda, para o esclarecimento dos Srs. Senadores e daqueles que estão nos vendo e ouvindo, que as questões que mais nos preocupam e que precisam de uma resposta efetiva e oficial do MEC, porque nós estamos ouvindo o Ministro falar com a imprensa, etc. e tal, mas, mais do que falar com a imprensa, ele tem que falar com esta Casa, que é a Casa que tem a obrigação de acompanhar e fiscalizar as ações do governo.

Nós tivemos problemas, aí, no caderno de questões, as primeiras 45 questões eram de Ciências Humanas e as outras 45 eram de Ciências da Natureza, e essas questões foram trocadas. Como os alunos já tinham feito a primeira... Muitos deles – eu recebi vários *e-mails* – fizeram a primeira, responderam a primeira questão, e, quando eles perceberam que estava trocada, eles não podiam apagar, porque a maioria não tinha condições de... Não puderam usar o lápis e a borracha.

Eu recebi um *e-mail* do aluno que ele teve... Que ele apagou, ficou com medo, não sabia o que fazer, apagou com – ele me colocou – dedo e cuspe. Ele apagou as questões, porque ele ficou tão angustiado, que ele não sabia o que fazer, não podia rasurar a prova,

porque não ia entender, e era a forma que ele achou de resolver a questão.

E outros alunos tiveram a oportunidade de ter lápis e borracha. Quer dizer, foi algo que prejudicou alguns, em detrimento de outros.

Mas além... Continuando nas questões mais pontuais, no caderno de respostas, no primeiro subtítulo, referente às primeiras 45 perguntas, que foram trocadas, isso foi algo que prejudicou a maioria absoluta dos alunos.

Além disso, tivemos problemas nas questões do caderno amarelo. E, no caderno amarelo, as questões foram várias, não foi uma questão só. Tinha folhas do caderno branco, folha branca, na folha amarela, ainda tivemos problemas nas numerações das questões, questões repetidas.

Quer dizer que isso impactou milhões de alunos nesse país. Essas questões são importantes que se discuta, porque, há pouco tempo atrás, ainda no primeiro semestre, nós viemos aqui discutir justamente a questão de mais de 12 milhões de alunos que tiveram seu sigilo fiscal aberto pelo INEP. Quer dizer, na facilidade de cada um entrar no sistema e conhecer os dados pessoais dos alunos através do INEP.

Então, essas questões, fora a questão do ano passado, fora a questão dos dados sigilosos que foram colocados à disposição da população brasileira e, além disso, essas questões, agora, que nós estamos vivenciando. São questões pontuais, mas extremamente graves.

O que nos preocupa, Senador Suplicy, é justamente a questão da capacidade de organização e de fiscalização, porque nós não estamos aqui discutindo o conteúdo das questões, estamos discutindo a forma como as coisas foram feitas. Isto é, a logística que está errada. E é preciso que isso tenha um basta, porque o ENEM foi criado com uma linha, que era... Foi criado na época do Fernando Henrique ainda, do governo... quando era Ministro Paulo Renato. Foi criado para ter condições de melhorar o Ensino Médio, através do acompanhamento do grau de conhecimento dos alunos.

O que o ENEM transformou – não está errado, eu sou a favor do ENEM, quero deixar isso muito claro aqui – em um grande vestibular estatal; hoje, ao invés do vestibular ser feito por várias universidades, está sendo feito pelo MEC para todo o país.

O que nós precisamos é resgatar algumas questões fundamentais do ENEM. O ENEM tem que servir para melhorar o Ensino Médio, tem que servir como fonte de conhecimento de como estamos ajudando os nossos alunos a conhecer mais as disciplinas, que são fundamentais para que ele entre numa universidade.

E para terminar, Sra. Presidente, eu quero lembrar que a ONG Todos pela Educação fez um levantamento – aí, sim – do acompanhamento do que os alunos aprendem. E chegou à conclusão que, na última série do Ensino Médio, por exemplo, em Matemática, só 10% dos alunos têm conhecimento suficiente daquilo que deviam aprender no Ensino Médio.

Então, nós precisamos usar o ENEM também para aquilo que ele foi criado, para dar ferramentas para que a gente possa melhorar o Ensino Médio brasileiro, que é a grande questão, não é só o exame vestibular ou o exame através do ENEM, mas principalmente melhorar a qualidade da educação brasileira.

Eram essas minhas palavras, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para encaminhar a orientação para a comissão, nós estamos discutindo, discutindo o requerimento, apresentado pela Senadora Marisa Serrano e Senador Romero Jucá, para convite do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a vir prestar esclarecimentos sobre o ENEM, aqui. nessa comissão.

Estão inscritos o Senador Suplicy e Senadora Ideli.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezada Presidente, Senadora Fátima Cleide, já ontem eu ouvi o pronunciamento de V.Exa., Senadora Marisa Serrano, da Tribuna do Senado, assim como também acompanhei de perto as inúmeras entrevistas que o Ministro Fernando Haddad, da Educação, fez com respeito ao ENEM.

Eu acho mais do que legítimo, direito e a responsabilidade de V.Exa., Senadora Marisa Serrano, e o próprio líder do Governo, Senador Romero Jucá, também apresentou, porque todos nós sentimos a responsabilidade de o Senado, através da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ouvir o Ministro Fernando Haddad, que eu tenho a certeza, é o primeiro que quer prestar estes esclarecimentos, ainda mais diante da decisão da Justiça de propor até... ou até de suspender a validade do ENEM. E ele próprio, ontem, disse que está tentando conversar e esclarecer todos os pontos para a juíza que tomou essa decisão, porque tem a certeza que, uma vez esclarecidos os diversos pontos, como é que, em mais quatro milhões de estudantes que fizeram o ENEM, dois mil e poucos foram prejudicados por erros que aconteceram e que poderão ser corrigidos especialmente para esses, mas faz-se necessário, é mais do que natural, que todas as questões levantadas pela Senadora Marisa Serrano possam devidamente ser explicadas.

E, por outro lado, é tão importante nós sabermos o quanto que o ENEM representa um avanço de de-

mocratização para os estudantes brasileiros poderem, inclusive, ter maior oportunidade de acesso a um número mais extenso de faculdades e de universidades de ensino superior.

Então, quero ressaltar a importância, inclusive o seu ponto de concordância com a relevância do ENEM, mas eu espero que possa o próprio Ministro Fernando Haddad marcar, possivelmente na companhia do Presidente do INEP, mas o próprio Ministro Fernando Haddad ter a oportunidade de aqui nos esclarecer, então.

Acho que o convite é o caminho certo para que, em breve, aqui, no Senado, termos a oportunidade de certamente todos os estudantes brasileiros e seus pais estarão melhor esclarecidos sobre os problemas havidos e como superá-los.

Inclusive, o próprio Presidente Lula, ainda ontem, em Maputo, quando perguntado a respeito, disse que teve uma longa conversa com o Ministro Fernando Haddad no domingo, que esclareceu sobre estes pontos.

Então, estou de acordo com esta iniciativa do convite e com a certeza que o Ministro Fernando Haddad esclarecerá a relevância do ENEM, como estes problemas serão rapidamente superados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, Senador Suplicy. E a manifestação do Ministro, hoje, já foi desta forma. Tenho certeza que ele virá até a comissão e prestará todos os esclarecimentos que são necessários.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, PT de Santa Catarina.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada, Presidente, Senadora Fátima, cumprimentar todos os senadores e senadoras aqui presentes.

E eu quero fazer a seguinte reflexão: hoje, no Brasil, nós temos 5 milhões e 200 mil universitários, aproximadamente. Portanto, da população brasileira, Senadora Marisa, nós temos uma parcela, eu diria ínfima, comparativamente à população brasileira, em torno de 5 milhões e 200 mil brasileiros cursando, estando atualmente com oportunidade...

Hã?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, nós temos cursando universidade no Brasil, hoje, 5 milhões e 200 mil brasileiros, nesse momento.

Portanto, eu acho que é nesta dimensão que nós devemos entender a importância do ENEM. Porque o ENEM propicia, abre, coloca uma abertura para uma

população buscar acessar a universidade quase que na equivalência dos que estão cursando, e abre de uma forma diferenciada, porque eu cansei... Inclusive apresentei... Foi uma das primeiras iniciativas que eu tomei, quando cheguei aqui: apresentar um projeto para que o vestibular fosse realizado no Brasil todo, num único dia. Por quê? Porque nós chegamos ao absurdo de, no Brasil, termos turismo de vestibular. Ou seja... E isso acontece... Eu tive oportunidade de ver no meu estado aviões fretados para que filhos da classe alta pudessem ter a oportunidade de prestar vestibular nas melhores universidades do Brasil e poder concorrer em várias ao mesmo tempo.

Então, o ENEM é algo absolutamente revolucionário, primeiro porque ele propicia uma abertura, ele dá a oportunidade, independente da faixa de renda, independente de oportunidade de poder pagar passagem de avião, para poder fazer o exame – entende? – do vestibular de Medicina em duas, três, quatro universidades – entende? – pelo país, concorrendo... Muitas vezes trancando a vaga, porque passa e tranca a vaga, e aí alguém que não teve a oportunidade e não pode acessar aquela vaga que fica trancada, porque, obviamente, quem tem uma condição dessa passa em mais do que uma, em um vestibular.

Então, o ENEM, ele é revolucionário, sim, ele abre oportunidade, ele dá uma condição de maior igualdade na disputa das vagas das universidades do ProUni.

Então, nós temos que ter o cuidado... É óbvio que nós não podemos ser condescendentes com erros, erros inclusive grosseiros como esse, entende, de grampear, de incluir folha que não estava na ordem certa.

Então, acho que nós temos que ter todo o cuidado e por isso que o requerimento, a vinda do Ministro, vamos aperfeiçoar... Agora, ter o todo o cuidado, todo o cuidado, que, nessa busca do aperfeiçoamento, a gente não acabe jogando fora, ou criminalizando, ou inviabilizando, um dos instrumentos de democratização do acesso à universidade brasileira, inclusive de colocar as oportunidades acessível, de forma mais acessível, principalmente para as classes de menor poder de renda, porque é isso que o ENEM propicia, é isso que ele busca atender, é este o principal objetivo do ENEM.

Então, nós devemos ter, sim, todo cuidado, aperfeiçoar, corrigir, fazer uma revisão profunda desses erros que foram cometidos, já foram cometidos no ano passado, alguns cometidos este ano. Agora, sempre prestar atenção nesses números, porque os números são muito contundentes. Nós temos 5 milhões e 200 mil universitários, atualmente, no Brasil, e o ENEM propicia, abre a porta para mais de 4 milhões, para mais

de 4 milhões poderem disputar em condição de maior igualdade, de oportunidades mais acessíveis.

Então, eu quero colocar estas questões, porque eu acho que a gente tem que enxergar os erros a partir da ótica do grande acerto que é o ENEM, do grande acerto, e que precisa ser indiscutivelmente aperfeiçoado.

Por isso que eu acho que a vinda do Ministro Fernando Haddad vai ser muito esclarecedora e colocar um foco sobre a visão correta que a gente precisa ter, inclusive na busca do aperfeiçoamento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Posso usar a palavra, Sra. Presidente? Bem rapidinho. Dois minutinhos só.

Eu queria só dizer à Senadora Ideli, que talvez ela não tenha ouvido o começo de minha fala e de todos que falaram aqui, que todos foram a favor do ENEM. Ninguém é contra o ENEM.

O ENEM foi criado no Governo Fernando Henrique com uma função precípua de melhorar a qualidade do Ensino Médio, que nós precisamos melhorar. Isso aí é ponto pacífico. E o ENEM foi transformado, depois, num grande vestibular, um vestibular único em todo o país.

Agora, eu só quero reclamar daquilo que a senhora, V. Exa., disse, que nós não podemos inviabilizar o ENEM. Nós não queremos inviabilizar ninguém, muito menos o ENEM. Não é função nossa. O ENEM está com falhas estruturais, logísticas, que precisam ser sanadas. Não pode o aluno brasileiro ser penalizado por isso, nós temos aqui que defender a população brasileira. Não estamos defendendo aqui a incompetência, isso nós não vamos defender. Nós estamos defendendo aqui são quatro milhões de alunos que estão fazendo a prova, a prova tem que ser dada, tem que ser feita. Nós somos a favor de ENEM, temos falado sempre isso, falamos isso ano passado, estamos repetindo este ano, mas tem que resolver a questão aí de competência para aplicar essa prova. Não é possível que todos os anos... Isso vai acabar inviabilizando. Ontem eu ouvi a imprensa colocar que isso pode acabar realmente inviabilizando o ENEM, se continuar todos os anos tendo problemas como este.

Então, eu acredito que aí o MEC tem que atacar profundamente a questão de logística. Não é nem de conteúdo, é de logística da prova, que é uma coisa que depende de competência técnica para ser executado.

Eu acredito que é só esta a questão que eu queria levantar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Fátima, se me permite só mais um segundinho.

Senadora Marisa, em nenhum momento eu fiz... Apesar de ter citado V. Exa. e tal, até porque a autora do requerimento é a senhora. Então, eu acho que parabenizar pela iniciativa para a gente poder ter os esclarecimentos e as medidas que vão ser adotadas.

Mas, Senadora Marisa, V. Exa. pode ter certeza que, como mexeu em interesses profundos, esta democratização do acesso e a realização do vestibular desta forma, mais acessível, mais democratizada, V. Exa. pode ter certeza que mexeu em interesses, sim, e tem segmentos...

[interrupção no áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Espera aí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pronto. E tem segmentos dentro da sociedade brasileira que gostariam de acabar com o ENEM e retornarmos ao sistema elitista anterior.

Portanto, nós precisamos estar muito atentos que o objetivo é este: é aperfeiçoar, é garantir, é melhorar a qualidade, a logística, mas a gente manter esta lógica de acessibilidade que o ENEM traz.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu diria política de inclusão social.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, bem isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas eu queria fazer um apelo, que nós estamos ainda discutindo o requerimento, vamos votar a inclusão em pauta como extrapauta e votar o requerimento.

E antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, quero registrar aqui a presença honrosa dos nossos... Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte; do Deputado Gilmar Machado, PT de Minas Gerais; do Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Cultura, Gustavo Vidigal; e da Morgana, que é Secretária de Cultura do Partido dos Trabalhadores, todos interessados no Plano Nacional de Cultura.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, atendendo inclusive ao seu apelo, eu quero ser muito rápido.

Olha, quem viu hoje, pela manhã, o *Bom Dia Brasil*, onde o Ministro Fernando Haddad foi entrevistado, sinceramente ele deu um *show* em matéria de conhecimento e demonstrou o porquê ele é um dos ministros mais prestigiados.

Eu digo, sinceramente: eu tenho pouca interferência no Governo, mas, se eu pudesse indicar um Ministro para continuar na Pasta de Educação, eu insistiria com o Ministro Haddad. Ele só não demonstrou todo seu conhecimento e competência para diri-

gir esta pasta, como também fez até um desafio no fim da entrevista, dizendo que bom que seria que nós convidássemos especialistas em educação do mundo todo para vir ao Brasil, aqueles que conhecem efetivamente a educação, e diz ele: "Se me convidarem, eu estarei junto neste debate, senão estarei assistindo." E diz ele: "Eu tenho certeza que o depoimento que eles dirão do Brasil, nos últimos dez anos, e não do século passado, em matéria de educação, é praticamente uma questão revolucionária."

Por isso eu quero cumprimentar, inclusive, a iniciativa, o Ministro tem mais é que vir aqui mesmo. Olha, e se pudesse, até convidaria essa juíza que resolveu dizer que todo o ENEM, todo o concurso teria que ser feito novamente. Houve erro, claro que houve erro, senão não teríamos dois mil alunos questionando, enfim, que chegou ao tema do debate de hoje, mas nem por isso nós não teríamos... Agora, ter uma medida... Como acabei falando ontem, entrar quase num estado de guerra, prejudicando praticamente quatro milhões de pessoas que fizeram.

Temos que ouvir o Ministro, que bom que o requerimento vai ser aprovado hoje, e com mais rapidez possível que ele vier aqui, resolve essa questão, e eu tenho certeza que a própria Justiça vai mudar a sua opinião depois de ouvir o Ministro.

Era isso, obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Paim.

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento, apresentado pela Senadora Marisa Serrano e Senador Romero Jucá: "*Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal o Professor Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, para prestar esclarecimentos sobre o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2010. Sala das Comissões, 9 de novembro de 2010, Senadora Marisa Serrano, Senador Romero Jucá.*"

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovados.

Em votação a... Em apreciação o requerimento. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos passar, então, ao Item 6 da Pauta. O Item é não terminativo. Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, "*Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.253-B de 2008, do Senado Federal, PLS nº 237/07, na Casa de origem, que inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da*

Pátria". Autoria: Câmara dos Deputados; a relatoria: Senadora Níura Demarchi; o relatório é favorável.

Observações: "O PLS 237/07, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, foi aprovado em 27 de agosto de 2008, no Senado Federal. A matéria será apreciada pelo Plenário".

Com a palavra a relatora, Senadora Níura Demarchi.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC):

Obrigada, Presidente.

Antes de fazer o breve relato, gostaria de agradecer a V. Exa., à designação, também, e à generosidade da Senadora Marisa Serrano, membro desta comissão, que, a pedido, fez aqui a redistribuição, e que a senhora, como Presidente, passou a mim, catarinense, essa relatoria desse projeto, que considero especial.

Venho e peço a licença para ler na íntegra o relatório, análise e também o histórico breve de Anita Garibaldi.

"Vem a esta Comissão Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 237, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.

O projeto de lei, acolhido nesta Casa, foi submetido à revisão da Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Educação e Cultura deliberou, em caráter conclusivo quanto ao mérito, por sua aprovação.

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania aprovou, por sua vez, parecer relativo à constitucionalidade e boa técnica legislativa da proposição. Aprovou, também, a emenda oferecida pelo relator, Deputado Fernando Coruja, que suprime o parágrafo único, do art. 1º, do projeto sob exame, uma vez que a data nele designada para evento futuro já havia transcorrido.

Seguindo a determinação do art. 65, parágrafo único, da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, retornou à Casa de origem, sendo encaminhado a esta comissão para decisão relativa à emenda recebida na Câmara dos Deputados.

Em análise a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde foi examinada a proposição de origem, que versa sobre homenagem cívica, compete deliberar sobre a emenda aprovada na Câmara dos Deputados.

A delonga no trâmite do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, nas duas Casas do Congresso Nacional, levou à extemporaneidade do parágrafo único de seu art. 1º, que determina que o dispositivo neste artigo, ou seja, a inscrição do nome de Anita Garibaldi no Livro dos Heróis da Pátria, dar-se-á em 04 de agosto de 2009.

De tal sorte, a ação prevista para a execução da lei passou a se situar em data necessariamente anterior à da vigência dessa lei, caracterizando sua injuridicidade.

Diante desse fato, mostrou-se necessária a supressão do citado dispositivo pela emenda aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, restituindo, assim, juridicidade à proposição originária desta Casa, cujo mérito foi unanimemente aprovado nas diversas instâncias.

Não há óbices relativos à constitucionalidade ou à técnica legislativa da emenda sob análise."

Antes de ler o voto, Sra. Presidente, quero aqui transcrever a admiração, não só do povo catarinense, a esta grande guerreira e heroína de dois mundos, Anita Garibaldi, que é admirada no Brasil, idolatrada na Itália, onde morreu.

A jovem pobre de Laguna, Santa Catarina, Ana Maria de Jesus Ribeiro, uniu-se ela a um revolucionário, foi soldada, enfermeira, esposa e mãe. Em todos os papéis, sua batalha sempre foi travada em nome da liberdade e da justiça; tornou-se assim Anita Garibaldi, a heroína de dois mundos, que, para nós, Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina também, é um momento muito especial e também um momento especial, de que, no município de Laguna, em 30 de agosto do 1821, a filha do tropeiro Bento Ribeiro da Silva e também filha de Maria Antônia de Jesus Antunes, de família pobre, descendente de imigrantes dos Açores, que ajudaram a povoar Santa Catarina, no século XVIII.

"Após a morte do pai, Anita passou a ajudar no sustento familiar e casou-se em 30 de agosto de 1835, aos 14 anos de idade, com Manoel Duarte Aguiar, por pressão da mãe. Depois de três anos de matrimônio, o marido alistou-se no exército imperial, deixando para traz essa jovem esposa.

Durante a Revolução Farroupilha, o guerrilheiro italiano Giuseppe Garibaldi, a serviço da República Riograndense, participou da tomada do Porto de Laguna, aonde conheceu Anita, início do relacionamento amoroso, que ficaram juntos durante o resto da vida de Anita, que seguiu Garibaldi em seus combates,

em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Itália.

O casal teve quatro filhos, o primeiro dos quais chamado Menotti Garibaldi, que nasceu no Rio Grande do Sul. Na Batalha de Curitiba nos, no início de 1840, Anita foi feita prisioneira, mas o comandante do Exército Imperial, admirado de seu temperamento indômito, deixou-se convencer e deixou-a procurar o cadáver do marido, supostamente morto na batalha.

Em um instante de distração dos guardas, tomou um cavalo e fugiu. Após atravessar a nado com o cavalo o Rio Canoas, chegou ao Rio Grande do Sul e encontrou-se com Garibaldi, em Vacaria.

Em 16 de setembro de 1840, nasceu o primeiro filho do casal; depois de poucos dias, o Exército Imperial cercou a casa de Anita, que fugiu a cavalo com o recém-nascido nos braços e alcançou o bosque, onde ficou deitada por quatro dias até que Garibaldi a encontrou.

Em 1841, quando a situação militar da República Riograndense tornou-se insustentável, Garibaldi solicitou, e obteve do General Bento Gonçalves, a permissão para deixar o Exército Republicano.

Anita, Giuseppe e Menotti transferiram-se a Montevideú, no Uruguai, aonde permaneceram por sete anos. Em 1842, oficializaram sua união. No Uruguai, nasceram os outros três filhos do casal: Rosa, Tereza e Ricciotti.

Em 1847, Anita foi para a Itália com os filhos e, em 09 de fevereiro de 1849, presenciou com o marido a Proclamação da República Romana, mas a invasão franco-austríaca de Roma, depois da Batalha do Janículo, no Janículo, os obrigou a abandonar a cidade; com 3.900 soldados, Garibaldi deixou Roma. Anita, grávida, teve complicações de saúde, quando chegaram na República de São Marino. O casal não aceitou o salvo-conduto, oferecido pelo embaixador americano, e continuaram a fuga. Com a saúde fragilizada, foi transportada às presas à Fazenda Guiccioli, próxima a Ravena, onde morreu em 04 de agosto de 1849.

Em 1832, seu corpo foi finalmente sepultado, num monumento construído em sua homenagem, no Janículo, em Roma.

Mulher de coragem, Sra. Presidente, de força, e que não se furtou em lutar por um ideal de justiça, rompendo preconceitos e estigmas. Serviu e ainda serve de exemplo a todas as mulheres do nosso país.

Heroína reconhecida no Brasil e na Itália, não recebeu ainda o título de Heroína da Pátria. Por isso apresentamos este projeto para que façamos justiça à sua história de luta e dedicação na busca por um mundo mais justo”.

Aqui transcrevo as palavras, também, da Senadora Serys Slhessarenko, que fez essa análise anterior, transcrevo de forma carinhosa o grande trabalho da Senadora Marisa Serrano, da Senadora Ideli Salvatti, de todo o povo catarinense, da Senadora Fátima Cleide, que dirige tão brilhantemente esta Comissão, mas dizer que, para mim, catarinense, é um orgulho relatar um projeto que diz que esta mulher merece ser heroína da Pátria, ser reconhecida no Panteão dos Heróis da Pátria do Brasil.

Mediante isso e com toda a minha comoção, minha emoção, no sentido das mulheres brasileiras, de que, cada dia, se levantam e lutam por seus ideais, mediante esse exposto, o Voto é pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputado ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007.

Com muita alegria no coração e o meu agradecimento também à Presidência desta comissão.

SRA. PRESIDENTE FÁTIMA CLEIDE (PT-RO):

Nós é que agradecemos, senadora relatora.

Em discussão o Item 6. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora

Fátima, queria, primeiro lugar, parabenizar a Senadora Níura, pela relatoria do projeto.

E dizer que para nós, catarinenses, é algo extremamente relevante a aprovação dessa matéria. Primeiro lugar, pelo papel que Anita Garibaldi desempenhou na história do nosso estado, do nosso país e, como todos nós a conhecemos, a heroína de dois mundos, porque ela teve esse papel, também, em todas as lutas da unificação da Itália, acompanhando Giuseppe Garibaldi.

E eu queria apenas fazer um registro, porque Santa Catarina é um estado que se destaca pelas suas mulheres. Em primeiro lugar pelo nome do estado em si. Santa Catarina foi uma figura de grande enfrentamento, que se sobrepôs a todas as formas de perseguição, na defesa da sua convicção, da sua fé, e enfrentou maus-tratos, tortura, e ela é uma figura muito marcante, dentro da historiografia e da questão da religião católica. E ela marcou o nosso estado, a ponto de denominá-lo, e nós sermos o único estado no Brasil com um nome de mulher.

E aí nós temos, também, esta figura fantástica e maravilhosa da Anita Garibaldi. Se nós pegarmos a primeira guerra efetiva pela luta da terra e do enfrentamento, inclusive internacional, numa concessão que aconteceu no nosso estado, que acabou envolvendo

Paraná e Santa Catarina, que foi a Guerra do Contestado, nós temos uma outra figura, que nós vamos precisar trabalhar também para registrá-la no livro, que é a Maria Rosa, que é uma figura emblemática na Guerra do Contestado, uma figura feminina muito marcante. Outra mulher catarinense que tem pouco destaque e nós deveríamos trabalhar mais na sua divulgação é que a primeira parlamentar negra do Brasil, a primeira mulher negra a ser eleita no Brasil foi catarinense, foi Antonieta de Barros, e ela foi eleita em 1934, praticamente dois anos depois de nós termos conseguido o direito de votarmos e sermos votadas.

Na sequência, nós temos ainda uma das santas, sua história também é catarinense, a Madre Paulina, Santa Madre Paulina, e, mais recentemente, uma outra mulher que também nos orgulha muito pelo fato de ser catarinense, Zilda Arns.

Então, eu fiz aqui um pequeno relato das mulheres de Santa Catarina que nos orgulham e que fizeram história e contribuíram com a história, não só do nosso estado, mas também com a história brasileira.

Então, eu acho que a aprovação da matéria, no dia de hoje, apenas faz jus à participação extremamente ativa das mulheres catarinenses no cenário nacional e, no caso de Anita Garibaldi, nacional e internacional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Senadora Ideli.

Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como... Como riograndense, eu não poderia deixar também de declarar meu voto pela participação na Revolução Farroupilha, tanto do Giuseppe Garibaldi como também da Anita.

Anita é uma liderança, uma heroína, como aqui foi já lembrada, nos dois mundos e, naturalmente, em diversos estados. Então, em nome do Rio Grande, eu quero me somar a esta homenagem, declarando meu voto, à grande Anita Garibaldi e, ao mesmo tempo, também, faço homenagem ao Giuseppe Garibaldi, que lutou na Revolução Farroupilha pela chamada República Riograndense.

Era isso, obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Paim.

Último inscrito, Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Presidente Fátima Cleide, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, não podia me furtar desta oportunidade, pois a história da Anita Garibaldi, ela está escrita, está neste projeto de lei e principalmente no relatório da eminente Senadora Catarinense Níura.

Eu queria dizer que eu estive em Roma, estive na localidade de Janículo, onde tem o maior monumento,

fora do Brasil, de uma brasileira ou de um brasileiro, e, no seu pé, tem uma frase fantástica: “Com os cabelos ao vento e dos estampidos dos fuzis, Anita Garibaldi foi para a Itália, para o Brasil e para Giuseppe Garibaldi a verdadeira expressão da lealdade”.

É com essas palavras que eu queria fazer a minha homenagem ao projeto, à relatora e esta Casa.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Neuto.

Em votação. Não havendo mais ninguém inscrito, em votação o Item 6, Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007. Aqueles que concordam com o parecer favorável da Senadora Níura Demarchi, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos passar à apreciação do Item 2, terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010: “*Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e dá outras providências*”. Autoria: Deputado Gilmar Machado, que temos a honra de tê-lo aqui, presente, e Deputada Iara Bernardi. Relatoria: Senadora Marisa Serrano; o relatório é favorável, pela aprovação do projeto.

Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente. Quero também cumprimentar aqui o Deputado Gilmar Machado, que foi meu Presidente na Comissão de Educação, quando eu era Deputada Federal, e é um prazer enorme tê-lo aqui, Deputada Fátima, sejam sempre bem vindos a esta Casa.

Sra. Presidente, a proposição tem o objetivo de instituir o Plano Nacional de Cultura – PNC, apresentado em forma de anexo, ele é realmente extenso, o qual vigorará pelo período de dez anos, que está fundamentado em princípios e objetivos claros e que poderão ser acessados por todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, no anexo completo que temos aqui, na Casa.

“Em seguida, o projeto também passa a enumerar as atribuições do poder público no que concerne à implantação do PNC, determinando que caberá ao Ministério da Cultura a função de coordenação executiva e de implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, o SNIIC.

São estabelecidas também normas relativas ao financiamento das ações previstas no PNC, entre as quais se destaca a determinação de que o Fundo Nacional de Cultura, por meio de seus fundos setoriais, será o principal mecanismo de fomento às políticas culturais.

São, em seguida, definidas as diretrizes do sistema de monitoramento e avaliação do PNC e apresentadas as disposições finais, determinando, entre outros aspectos, a revisão periódica do plano e a criação do Comitê Executivo, responsável pela revisão das diretrizes e estabelecimento das metas”.

A proposição foi recebida pelo Senado Federal, no dia 07 de maio de 2010.

Passo, então, à Análise, Sra. Presidente.

“As comissões que nos antecederam abordaram os aspectos constitucionais e econômicos da proposição. Cumpre-nos, então, destacar os aspectos atinentes à competência específica desta comissão, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O PNC, em síntese, constitui uma espécie de agenda para a atuação do poder público, a partir das cinco temáticas acima mencionadas”, e eu vou mencionar, posteriormente, essas temáticas. “A sua concretização, na forma de projeto de lei, dá cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, no § 3º, do art. 215, conforme abaixo transcrito”. O art. 215, da Constituição Federal, diz o seguinte: “§ 3º: A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público que conduzem à: I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens da cultura; V – valorização da diversidade étnica e regional”.

Esses são os itens que estão na nossa Constituição Federal, instituindo já o Plano Nacional de Cultura.

“Na realidade, constata-se que, ao perseguir os objetivos definidos na Carta Magna, o PNC organiza lista de ações para pautar a atuação estratégica da administração pública superior, no tocante à cultura”.

Em seu capítulo primeiro, trata do Estado e do fortalecimento das funções deste Estado na institucionalização de políticas públicas para a cultura.

“No Capítulo II, aborda diversidade e adota como eixo a perspectiva do reconhecimento das diferenças como forma de proteger as artes e expressões culturais.

No Capítulo III, trata do acesso, são estipuladas medidas com o propósito de universalizar o alcance dos brasileiros à arte e à cultura, assim como qualificar ambientes e equipamentos culturais para formação e fruição do público. Da mesma forma, são definidas medidas para, na outra ponta da dinâmica do mercado cultural, facilitar aos criadores os recursos e demais condições para a produção cultural.

No Capítulo IV, define as maneiras de se alcançar o desenvolvimento sustentável e são estabelecidas estratégias e ações, com o objetivo de ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico e promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura.

No Capítulo V, que trata da participação social, toma como princípio o estímulo à organização de instâncias consultivas e à construção de mecanismos para a participação da sociedade civil.

Sra. Presidente e Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, Srs. e Sras. Deputadas, é fundamental ressaltar que, não obstante sua relevância, o plano sob análise possui natureza essencialmente principiológica, isto é, embora reforce o compromisso do Estado em garantir a todos os brasileiros os direitos culturais, como aliás já determina nossa Constituição, nesse instrumento não são assegurados, ainda, os meios para tal realização.

A implementação das diretrizes, estabelecidas no PNC, dependerá de políticas públicas eficazes e do aperfeiçoamento, no âmbito do Congresso Nacional, do marco legal do setor. Há, portanto, um longo caminho a ser trilhado, para que a universalização do acesso à produção e a fruição cultural seja uma realidade no país.

Portanto, tendo em vista o fato de atender satisfatoriamente às exigências constitucionais e de servir como ponto de partida para um conjunto de políticas culturais a serem construídas, consideramos oportuno e meritório o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010”.

Assim, Sra. Presidente, com a presença, aqui, de um dos autores, senador, o deputado, quem sabe senador na próxima, o Deputado Gilmar Machado, e da relatora na Câmara dos Deputados, na Comissão de Educação da Câmara, a Deputada Fátima, dou o meu voto, que é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Marisa.

Antes de passar a palavra para a discussão, eu gostaria de registrar a presença de Afonso Luz, que é Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.

Em discussão a matéria. Senadora Níura e, em seguida, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Primeiramente, Sra. Presidente, eu quero parabenizar a relatora Marisa Serrano, por tão abrangente e tão aprofundado relatório, que prestou ao Projeto de Lei do deputado, aqui presente, Deputado Gilmar Machado, e também Deputada Iara Bernardi, que institui o Plano Nacional de Cultura.

Acredito que este projeto, Sr. Deputado e Sra. Senadora Relatora, venha trazer para o país, para o Brasil, aquilo que nós todos perseguimos, desde a instituição da nossa Carta Magna, que realmente é tratar como definição de política de estruturação e também de objetivos, tão amplamente definidos, e ações que vão pautar, realmente, essa estrutura da cultura dos nossos estados, especialmente do nosso país.

Eu queria citar aqui, Sra. Presidente, um exemplo de Santa Catarina, que foi criado recentemente um fundo social no Estado de Santa Catarina, promovido pelo Governador do Estado e também pela Assembleia Legislativa, que desse fundo social participou-se aí o fundo da cultura para todo o estado catarinense.

E aqui, dentro dessa amplitude do projeto, deste plano nacional, nós vemos como podemos abarcar, de fato, as metas a serem conquistadas. No Estado de Santa Catarina, isso, hoje, já é uma grande realidade, porque se colocou em grandes situações sociais, em grandes locais sociais e municípios, inclusive, com muito poder pequeno, digamos assim, para ampliar sua cultura e história, hoje, isso acontece de forma diferenciada, graças também a um planejamento, mas especialmente a um processo de cultura, também, intragoverno, administração pública, de se aplicar recursos efetivamente nesse sentido.

Quero aqui parabenizar, mais uma vez, à Senadora Marisa Serrano, pelo relatório, mas especialmente ao deputado que trouxe, no âmbito da Carta Magna, exatamente aquilo que o Brasil precisa, um planejamento cada vez mais... Não alternativo, mas um planejamento sistemático daquilo que nós queremos provar como cultura, que é tão rica e tão ampla no estado brasileiro.

Então, parabéns e vai aqui também o apoio total ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Níura.

Senadora Ideli Salvatti, para discutir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pronto, já... Bom, Sra. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos num grande esforço para trazer quórum aqui para a comissão.

Esta é uma matéria extremamente importante, ela tem um processo de tramitação bastante longo, tivemos a participação muito efetiva, inclusive dos nossos deputados, que estão aqui prestigiando a votação. Seria muito importante que nós pudéssemos fazer a votação no dia de hoje.

Nós temos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos e estamos mobilizando mais alguns. Mas eu não poderia deixar de me reportar a... Em primeiro lugar porque nós realizamos um processo de construção desse Plano Nacional de Cultura, de seu aperfeiçoamento, a partir de um processo democrático das conferências municipais estaduais, e a grande Conferência Nacional de Cultura, que foi realizada e que tivemos a participação de milhares de pessoas.

Todos os segmentos, todas as modalidades culturais, a diversidade cultural fantástica que nosso país tem teve a oportunidade de participar, de se manifestar, de apresentar os seus pleitos, de apresentar... Eu diria, assim, até a expectativa que tem o setor cultural no nosso país, com a organização do Plano Nacional de Cultura.

A cultura, ela emprega muita gente, ela movimenta a economia, ela tem uma participação e um potencial econômico fantástico no nosso país, que é absolutamente subutilizado, absolutamente subutilizado.

Quando nós fizemos a discussão aqui, no Congresso, aqui no Senado, da necessidade de nós termos uma agência reguladora, não apenas do cinema, mas do audiovisual, ou seja, da produção, dessa questão toda que envolve as imagens, tudo aquilo que está agora tão interligado com as revoluções midiáticas que nós temos, eu tive a oportunidade até de produzir um artigo, foi publicado na *Folha de São Paulo*, e nós fizemos um debate a partir do seguinte: se, hoje, uma das principais economias mundiais têm, na sua sustentabilidade, ou seja, o primeiro lugar em faturamento nos Estados Unidos é, infelizmente, da indústria bélica, e o segundo faturamento nos Estados Unidos é exatamente da indústria do audiovisual. E esta... Este foco econômico que se dá... Tem também um foco de dominação, tem um foco de busca, de disputa da hegemonia mundial, que se dá ou pela força, pelo domínio pela força ou pelo domínio pelas ideias, pela forma como as pessoas se expressam, pela forma como as pessoas exteriorizam as suas crenças, a sua forma de ver o mundo, de se relacionar.

Por isso que nós estabelecermos um Plano Nacional de Cultura, ele é tão fundamental para o nosso país, se nós quisermos fazer o enfrentamento que o domínio cultural infelizmente [soa a campainha] está colocado no mundo como um todo.

Portanto, quando o Plano Nacional de Cultura estabelece entre seus princípios, e aqui eu quero fazer a leitura de alguns que eu considero absolutamente intrínsecos à soberania do nosso país, que é: a liberdade de expressão, criação e fruição; a diversidade cultural; o respeito aos direitos humanos; o direito de todos à arte e à cultura, e aí nós temos o indicadores que, no nosso país, a quantidade de brasileiros e brasileiras que têm acesso à cultura é realmente ínfimo, em comparação ao potencial e a qualidade da produção cultural; o direito à informação, à comunicação e à crítica; o direito à memória e às tradições; a responsabilidade socioambiental e a valorização da cultura como vetor de desenvolvimento sustentável.

Estes princípios que norteiam o Plano Nacional de Cultura é que nos dá a convicção de sua importância, da sua relevância.

Por isso eu queria parabenizar toda a tramitação, o Substitutivo que foi aprovado lá na Câmara dos Deputados, e nós poderemos ter, no dia de hoje, o quórum necessário, os 14 senadores e senadoras presentes, para que a gente possa ter a votação na matéria no dia de hoje.

Então, era isso, Sra. Presidente, e quero fazer coro a todos aqui, inclusive parabenizando os representantes do Ministério da Cultura, que se fazem presentes aqui, no dia de hoje, porque realmente esta é uma matéria estratégica para a soberania e o desenvolvimento do nosso país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Ideli.

Gostaria, também, de parabenizar a Senadora Marisa Serrano, inclusive pela sua pronta disposição de oferecer o relatório ainda nesse final de ano, para que nós pudéssemos fechar o ano de 2010 com o Plano Nacional de Cultura, aprovado nesse país.

E quero fazer aqui mais um apelo: estamos precisando de quatro senadores. Um apelo para os que estão, que não saiam, e para os que já assinaram aqui o livro de presença, para que venham, porque nós estamos dependendo de quatro senadores para aprovarmos o maior instrumento da cultura brasileira, que é o Plano Nacional de Cultura.

Com a palavra o Senador Paim, para discutir a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, eu já estou convencidíssimo, mas, cumprindo a missão aqui, enquanto

os senadores não chegam, faltam ainda quatro, eu quero, primeiro, homenagear este grande Deputado Gilmar Machado, pela iniciativa, trabalho brilhante, feito junto com a Deputada Iara Bernardi. E, ao mesmo tempo, estendo aqui meus cumprimentos, a minha homenagem à nobre Senadora Marisa Serrano, pelo seu parecer, parecer sem nenhuma emenda, colaborando, e muito, para que o projeto seja aprovado ainda esse ano, projeto este que, como foi dito, foi debatido amplamente a nível nacional, foi, inclusive, aprovado, numa Conferência Nacional de Cultura, onde participaram mais de três mil pessoas, entre eles artistas, pesquisadores, técnicos, políticos e simpatizantes com militância na área.

Aqui, se fôssemos ler todo o relatório, inúmeros são os elogios que poderíamos, nesse momento, destacar a este belíssimo projeto. Mas eu vou me dedicar, neste momento, a listar cinco capítulos que compõem o PNC, incorporando muitos avanços já conquistados nessa trajetória, de sua construção coletiva, inclusive com inovações na política do setor.

O Capítulo I, Sra. Presidente, trata do papel do Estado; o II, da diversidade--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paim, um minutinho, por favor, apenas para pedir ao Plenário um pouco de silêncio, para que a gente possa ouvir o orador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O III, do aceso; o IV, do desenvolvimento sustentável, onde discute a sustentabilidade e a economia da cultura; e o V, da participação social, um item que foi amplamente discutido na elaboração do plano.

Concluo, Sra. Presidente, já que outros senadores também já pediram a palavra, cumprimentando a nobre Senadora Relatora Marisa Serrano, pelo seu conhecimento sobre o tema e a sua posição muito clara, pedindo a aprovação sem emenda.

Era isso, obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Antonio Carlos Valadares é o próximo inscrito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senadora Fátima Cleide, gostaria de registrar esse fato histórico da aprovação do Plano Nacional de Cultura, um instrumento que, de forma inegável, vai contribuir para a valorização do processo cultural em nosso país.

Nós sabemos que o Brasil tem uma vasta e diversificada cultura em todos os estados. E eu posso destacar, por exemplo, a alegria que recentemente eu senti, como senador do Estado de Sergipe, com o anúncio, pela UNESCO, que reconheceu a Praça São Francisco, em São Cristóvão, a quarta cidade mais an-

tiga do Brasil, como patrimônio cultural da humanidade. Foi um acontecimento comemorado em todas as instâncias políticas e sociais do meu estado, de Sergipe, num reconhecimento a um período da cultura sergipana, num período colonial que foi preservado através de bens que foram restaurados convenientemente pelo governo federal, pelo governo estadual, e revelando, assim, uma preocupação constante e permanente com o nosso passado, com a nossa história, com aquilo que fez parte de um momento ímpar da nacionalidade, que foi a colonização, os primeiros passos que o Brasil construiu para o seu desenvolvimento e, depois, a sua existência como nação.

Por isso que eu acho que esse projeto tem a maior importância, a mais alta relevância para o desenvolvimento da cultura do nosso país, porque estabelece objetivos muito claros, entre os quais eu posso destacar a proteção e a promoção ao patrimônio histórico, artístico material e imaterial, que eu falei sobre o reconhecimento pela UNESCO, da importância da Praça São Francisco como patrimônio da humanidade, a valorização e difusão de criações artísticas e os bens culturais, como também a promoção direito à memória, por meio de museus, arquivos, coleções, e também a universalização do acesso à arte e à cultura e a presença da arte e da cultura no ambiente educacional, justamente nas escolas, onde os jovens começam a ter os primeiros contatos com o nosso passado histórico, com a nossa cultura. Eles precisam de incentivo e de oportunidade, para que, no amanhã, estando em postos-chaves da nação, possam prosseguir no trabalho dos nossos antepassados em favor da cultura.

Por isso, Sra. Presidente, eu quero parabenizar ao autor da matéria, o Deputado Gilmar Machado, e também às relatoras: Ideli Salvatti, na Comissão de Justiça; a Senadora Marisa Serrano, como também a Iara Bernardi, que foi relatora na Câmara dos Deputados. É um fato histórico que devemos comemorar, sem dúvida alguma, a aprovação dessa matéria.

Sra. Presidente, apenas uma indagação: essa matéria está em caráter terminativo. Quer dizer, mais uma razão para que nós estejamos comemorando este fato. Logo depois, a matéria será sancionada, certamente, pelo Presidente da República.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, Senador Valadares.

Senador Paim.

Eu gostaria só de... Para quem está nos vendo e ouvindo, todo esse esforço e esse corre-corre é para que a gente possa garantir quórum--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É para dar o quórum. Só falta mais um.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --e votar a matéria o mais rápido possível. Falta só um senador.

Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chegou!

[palmas]

Me permita, Presidente, já que tem quórum, só para dizer essa palavra, ainda do tema anterior. Que a cidade de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, considerada a cidade do champanhe [soa a campainha], no Brasil, é uma homenagem ao Giuseppe Garibaldi. Obrigado. Deu quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam. Falta só um ainda. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidenta, eu quero fazer uma consulta à Mesa. Esse projeto foi debatido, houve Audiência Pública, não precisa disso? Também consultar a relatora. Todos os envolvidos no assunto da cultura foram ouvidos ou a gente ficou apenas com a Conferência? E, na conferência, estavam todos representados?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sr. Senador, eu acompanhei, como V. Exa. deve ter acompanhado, o trabalho da Conferência, um trabalho nacional, e me apareceu suficiente para que a gente pudesse discutir o projeto hoje.

Eu dei... Na minha leitura que fiz hoje, aqui, eu coloquei que a implementação dessas -- são apenas princípios, não há determinação aqui de ações, são apenas princípios -- diretrizes estabelecidas dependerá de políticas públicas eficazes e do aperfeiçoamento, no âmbito desse Congresso Nacional, do marco legal do setor, que nós vamos ter que fazer aqui.

São apenas princípios, princípios baseados naqueles itens da Constituição. Não feriu nenhum item da Constituição. Os cinco itens que a Constituição diz que são fundamentais para estabelecer o Plano Nacional de Cultura foram os itens que foram discutidos e colocados mais detalhadamente no Plano.

Portanto, não há nada extra, acredito eu, pelo menos na minha ótica, que poderia levar a gente a postergar mais a apreciação dessa proposta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria fazer um apelo, porque houve uma grande dificuldade de nós conseguirmos o quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos votar, agora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, que nós votemos imediatamente, até porque, depois, se alguém ainda quiser se pronunciar, poderemos fazer depois da votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em votação o Item 2, terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010.

Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Voto com a relatora e a favor do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Voto com Gilmar Machado, Iara Bernardi e Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Como vota Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Também cumprimentando a Senadora Marisa Serrano, Fátima Bezerra, Gilmar Machado, Iara Bernardi, e todos que colaboraram com esse projeto e toda a equipe do Ministério da Cultura. A favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o autor, deputado... A relatora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Níura Demarchi.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com a relatora, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Voto com a relatora, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano, voto conhecido.

Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu não posso votar, porque estou na Presidência, mas faço questão de dizer que voto pela aprovação do Plano Nacional de Cultura.

[palmas]

O projeto está aprovado e vai à sanção presidencial.

[palmas]

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Presidente, gostaria de, enquanto temos quórum, da possibilidade de votar o Item nº 3. Eu acho que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Gostaríamos de pedir aos companheiros senadores e senadores que permaneçam na Casa, para que possamos votar o Item 3, que será relatado... O relator, Senador Jefferson Praia, o senador não se encontra, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É possível por *ad hoc*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sucintamente, nós temos... O Regimento pede que o relator abra mão, infelizmente. Nós passaremos... Na outra sessão, priorizaremos o Item 3.

Eu quero convidar a Senadora Marisa Serrano...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, não poderia, em uma homenagem até ao Senador Romeu Tuma, votar o item?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Item 12. Temos ainda que designar relator *ad hoc*, certo?

O Item 5. Passaremos à leitura e à apreciação do Item 5, terminativo, **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2004**, em turno suplementar. "*Altera o parágrafo único, do art. 4º, da Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência – PAED*". [soa a campanha] Autoria do Substitutivo: Senador Flávio Arns; autoria do PLS 197/04: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Flávio Arns. O relatório é favorável, na forma do Substitutivo oferecido.

Observações: "*O Substitutivo, de autoria do Senador Flávio Arns, ao PLS nº. 197/04 foi aprovado na reunião do dia 03 de agosto de 2010. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão*".

A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Gostaria de convidar a Senadora Marisa Serrano para presidir os trabalhos, uma vez que eu terei que me ausentar para um compromisso inadiável nesse momento.

Antes, quero agradecer a toda a Comissão de Educação, a todos os que fizeram o esforço para estar aqui, para que pudéssemos aprovar o relatório da Senadora Marisa Serrano, com parecer favorável ao Plano Nacional de Cultura. Com certeza, cada um que aqui esteve, nessa manhã, escreveu seu nome na história da cultura brasileira.

Meus parabéns a todos e meu muito obrigada.
[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 232? Não tem aqui. Esse requerimento? Esse requerimento?

Continuando a nossa sessão, coloco em discussão o requerimento da Senadora Fátima Cleide, no seguinte teor: *“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater os resultados da campanha I Gol – Educação para Todos, com a presença dos seguintes convidados: Francisco das Chagas Fernandes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação; Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Roberto Franklin Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED”*.

Item 16 da pauta. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que... Com a palavra o autor do requerimento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa Serrano, presidenta dessa comissão, Senadores Cristovam e Senadora Níura.

Essa campanha, *I Gol – Educação Para Todos*, foi tema, inclusive muito importante, dos jogos da Copa do Mundo, este ano, na África do Sul. Seus resultados são importantíssimos e acredito que é importante e fundamental, também, para esta comissão, conhecer o significado da campanha *I Gol – Educação Para Todos* e os seus resultados.

Por isso, peço a aprovação desse requerimento e já aproveito, Senadora Marisa, para pedir também a inclusão extrapauta de três requerimentos de minha autoria: um para a realização de audiência pública para debater os acordos internacionais e o reconhecimento de certificações entre os países da comunidade de

língua portuguesa; outro, para realização de audiência para debater a formação inicial e continuada dos profissionais da educação; o terceiro, realização de audiência para apresentação dos resultados do III Caucus Internacional e da COP-10 para povos indígenas.

Esperando a aprovação da comissão, agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está em votação o requerimento, o Item 16 da pauta, requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide, que solicita a realização de Audiência Pública para debater os resultados da campanha *I Gol, Educação Para Todos*. Senadores e senadoras que aprovam o atual requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

A inclusão extrapauta dos três requerimentos, aqui apresentados pela Senadora Fátima Cleide. O do III Caucus Internacional e do Cop-10 Para Povos Indígenas, a formação inicial e continuada dos profissionais de educação e a certificação entre países da Comunidade de Língua Portuguesa. A inclusão extrapauta. Aqueles que acordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Quero também colocar extrapauta dois requerimentos da minha autoria, um pedindo que... solicitando que a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, uma Audiência Pública para discutir o tema “Primeira Infância e Cultura de Paz”, essa junto com a Comissão de Educação.

Essa Audiência Pública está inserida na programação da III Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, que será organizada pelo Senado Federal, que se realizará entre 16 e 19 de novembro vindouro, apoiado por esta comissão.

E o outro requerimento, solicitando que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Educação informações a respeito de várias questões envolvendo a ULBRA, e outras... a EGEA e outras entidades do setor, pedindo informações ao Sr. Ministro da Educação.

Então, solicito aqui a aprovação para incluir extrapauta os dois requerimentos de minha autoria. Os senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Marisa, eu ainda tenho um requerimento para ser incluído extrapauta para a realização de Audiência Pública por esta comissão.

Esta comissão, durante os três últimos anos, tem se debruçado para discutir e debater a violência, as formas de preconceito, a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas. Eu gostaria de pedir a realização de

Audiência Pública por esta comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de discutir o tema “Bullying Homofóbico nas Escolas”, uma vez que a Câmara dos Deputados realizará importante seminário para discutir esse tema nos dias 23 e 24 de novembro.

Nós aproveitaríamos que aqui já estarão vários dos convidados e também faríamos mais esta importante discussão e debate nessa comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Colocado para a votação extrapauta. Aqueles senadores e senadoras que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Passo agora à votação dos requerimentos apresentados hoje aqui.

Primeiro requerimento para votação: Audiência Pública para apresentação dos resultados do III Causus Internacional e da COP 10 para Povos Indígenas. Aqueles... Em discussão. Os senadores que concordam com o presente requerimento permaneçam como se acham. Aprovado.

Realização de Audiência Pública para debater a formação inicial e continuada dos profissionais de educação, apresentado pela Senadora Fátima Cleide. Em discussão. Os senadores e senadoras que concordam permaneçam como se acham.

Audiência Pública para debater os acordos internacionais e reconhecimento de certificações entre países da Comunidade de Língua Portuguesa está em discussão. Senadores e senadoras que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Realização de Audiência Pública, também da Senadora Fátima Cleide, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de discutir o tema “Bullying Homofóbico nas Escolas”. Em discussão. Os senadores que concordam com a aprovação dessa Audiência Pública permaneçam como se acham. Aprovado.

Audiência Pública, realizada no âmbito dessa comissão, com a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o tema “Primeira Infância e Cultura de Paz”. Em discussão. Os senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

E o requerimento de informação ao Ministro da Educação, pedindo informações a respeito de diversas questões, entre as quais a providência tomada pelo Ministério de Educação – MEC, diante dos problemas enfrentados pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, como se encontra o processo de saneamento financeiro da ULBRA, em que circunstâncias o MEC tomou conhecimento do acordo entre ULBRA e Escola Global de Educação Avançada – EGEA, quais

as providências vem sendo tomadas pelo MEC, diante do rompimento do referido acordo pela ULBRA, bem como das dificuldades enfrentados por alunos professores e funcionários da EGEA. Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Senador Cristovam, para adiantar o nosso trabalho, nós poderíamos colocar aqui o Item 15, de autoria do Senador Gerson Camata, cuja relatoria é de V. Exa., que “*Altera dispositivo da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, que cria o Programa de Renda Mínima, vinculada à educação – Bolsa Escola, e dá outras providências*”. Ele é terminativo, mas, se V. Exa. concordar, nós poderíamos fazer a leitura.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Claro que concordo, Presidente.

E a leitura que faço do relatório, de uma maneira resumida, é de que: “*O projeto vem para exame desta comissão, em caráter terminativo, pela qual foi instituído o Programa de Renda Mínima vinculada à Educação – Bolsa Escola.*”

As modificações apresentadas são as seguintes: alteração do inciso IV, do art. 2º, da referida Lei 10.219, para dar ao Conselho Gestor Municipal caráter intersetorial; 2º) majoração para R\$ 60,00 do valor do benefício pago às famílias que mantenham crianças de 6 a 15 anos”.

Eu quero lembrar que esse projeto já tem algum tempo de ser apresentado, por isso esse valor, mas o art. 4º, da Lei 10.219/2001, que criou a Bolsa-Família, estabelecia o valor de 15 por criança, limitando a 45 por família.

“3º) inclusão da possibilidade de que o Conselho Intersectorial de cada município, uma vez instituído, possa rejeitar a relação de famílias, apresentada pelo Poder Municipal”. Ou seja, quem indicaria as famílias seria o poder municipal, mas quem definiria as famílias que ficam seria esse Conselho Intersindical.

“O Senador Gerson Camata, na sua justificativa, afirma que as alterações propostas têm o objetivo de fortalecer a atuação dos conselhos municipais, possibilitando que atuem também no acompanhamento de outras iniciativas voltadas para as famílias, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o da Bolsa-Alimentação”. Com isso, se reduziria muito a ideia de que programas como este possam ter caráter de influência nos resultados eleitorais. Ele defende ainda o aumento do valor pago às famílias como fator importante na redução dos índices de repetência e de evasão escolar.

“A proposição foi inicialmente encaminhada para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu pela inconstitucionalidade do pro-

jeto, sugerindo sua rejeição. A CCJ apontou problemas de ordem formal, destacando o vício de iniciativa, por considerar ser da esfera do Poder Executivo a competência exclusiva sobre as matérias, objeto das alterações propostas”.

A análise Sra. Presidente... E eu coloco todos os dados necessários para entender bem o projeto, mas eu vou direto ao voto. É de que eu lamento votar, mas que, diante de todo o exposto e da inconstitucionalidade na CJ, os objetivos propostos nesse PLS 45/2003 são... Levam à apresentação do voto pela declaração de prejudicialidade da matéria.

Eu gostaria muito de ver o projeto que retomasse o conceito inicial da Bolsa-Escola, e eu fico satisfeito de ver a preocupação do Senador Camata com essa intersectorialidade acima do poder municipal, mas, diante da própria definição da CCJ, fica impossível para nós votarmos pela aprovação do projeto.

Por isso o meu parecer da prejudicialidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Cristovam.

Como nós não temos quórum suficiente para votação, abro a discussão. Não havendo quem queira discutir, fica o projeto adiado, a sua votação, para uma próxima reunião.

Comunicado. “*Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência da Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP, Sra. Ester Alves Pacheco Henriques, encaminhando o Manifesto do Movimento Pestalozziano sobre a atual Política Nacional de Educação Inclusiva. O Movimento Pestalozzi, com mais de 80 anos de experiência acumulada, defende a necessidade de revisar a atual política nacional de educação inclusiva, com o aumento significativo de recursos para o melhor financiamento do setor e a realização de ajustes no desenvolvimento de ações entre o MEC, os sistemas de ensino, a escola regular e a especial. Os Srs. Senadores e Senadoras que desejarem uma cópia do Manifesto poderão se dirigir à Secretaria desta comissão*”. A matéria vai ao arquivo.

Segundo comunicado. “*Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de Nota Informativa nº 1.366, de 2010, da Consultoria Legislativa desta Casa, em resposta à STC nº 201004313, desta Presidência, atendendo solicitação do Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, aprovada na reunião do dia 03 de agosto do corrente, para que fosse elaborado um estudo, em forma de síntese, do acórdão proferido nos autos do processo TC 028.514/2009-0, assim como no relatório e no voto que fundamentaram aquela deliberação, esclarecendo os riscos a que a Copa do Mundo de Futebol de 2014 está sujeita, nas áreas da construção ou reforma de*

estádios, infraestrutura aeroportuária, mobilidade urbana e na sistemática de gerenciamento das ações a cargo do Governo Federal. O estudo será encaminhado aos Srs. Senadores por meio magnético”. A matéria vai ao arquivo.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ah, sim, desculpe.

Senadora Níura... Antes... Senador Cristovam... Nós gostaríamos aqui de, antes de encerrar a sessão de hoje, agradecer a participação de V. Exa. nesta comissão e nesta Casa. Dizer que foi gratificante para todos nós tê-la como companheira, temos certeza que a veremos outras vezes aqui conosco, esperamos vê-la, e que V. Exa. Continue, aí, lutando pelas grandes questões nacionais, como fez e demonstrou aqui, nessa Casa, no tempo em que permaneceu conosco.

Muito obrigada pela presença, parabéns pelo trabalho executado nessa Casa e que Deus continue lhe abençoando.

Quero terminar a sessão de hoje, lembrando do Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente, que será realizado de 11 a 14 de novembro, esta semana, na Estância Ecológica SESC Pantanal, com o apoio... Apoio não. Com a organização desta comissão.

Muito obrigada.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h52.

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às onze horas e dezenove minutos do dia dezois de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Flávio Arns, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Efraim Moraes e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque. A Senhora Presidente, Senadora Fátima

ma Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, do Senhor José Henrique Paim Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Educação. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Reunião Ordinária, em atendimento ao Requerimento nº 37/10-CE, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Romero Jucá, destinada a ouvir o Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, sobre o “Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM”. Neste momento, antes de iniciar a exposição do Ministro, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, convida para compor a Mesa o Senhor Joaquim José Soares Neto, Presidente do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Finda a apresentação do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Marisa Serrano – autora do Requerimento e os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Aloísio Mercadante (não-membro da Comissão, que usa a palavra como líder do Partido dos Trabalhadores – PT), Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi e Ideli Salvatti. Logo após, a Presidência solicita ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, cópia da Nota Técnica do INEP e da decisão citada em sua exposição referente à “Teoria da Resposta ao Item”, para o arquivo desta Comissão. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Suplicy solicita a palavra para fazer a leitura de um testemunho de autoria do Senhor João Monlevade, Consultor do Senado Federal, a respeito da revolução provocada pelo Exame Nacional do Ensino Médio em Ceilândia – DF, o que é aprovado. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, solicita cópia do referido documento para arquivar nos anais da Comissão. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADORA FÁTIMA CLEIDE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 37/10, desta Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Romero Jucá, para a realização desta Audiência Pública destinada a prestar esclarecimento sobre o Exame Nacional do Ensino Médio.

Já estamos, aqui, contando com a presença do Ministro da Educação, porque o nome da Comissão é Educação, Cultura e Esporte, Ministro, e, às vezes, a gente comete os equívocos. Mas o Ministro da Educação, Fernando Haddad, a quem nós agradecemos a pronta disposição de comparecer e responder o convite desta Comissão de Educação para prestar esclarecimentos sobre o Exame Nacional de Ensino Médio, o Enem, realizado recentemente.

Ministro, a dinâmica dos nossos trabalhos se dará da seguinte forma: o senhor terá um tempo mínimo de 30 minutos, que é a sua necessidade. Nós poderemos colocar mais alguns minutos a sua disposição. O Ministro conta, aqui, na Mesa com a presença do Presidente do Inep, e nós registramos, também, a presença do Sr. Henrique Paim, que é Secretário Executivo do Ministério da Educação, seja bem-vindo. Agradecemos, aqui, a presença, desde já, dos Senadores Augusto Botelho, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Marisa Serrano e Alvaro Dias.

Após a exposição do Ministro, cada senador inscrito – sendo que teremos prioridade para aqueles que requisitaram a presente audiência –, cada um terá cinco minutos e, após, o Ministro terá, também, cinco minutos para sua resposta. Pode...

A palavra está à disposição do Ministro da Educação, Fernando Haddad.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senadora Fátima Cleide, eu gostaria de cumprimentar, em seu nome, todos os senadores presentes. Agradecer o convite para que o Ministério e o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, o Inep, possam prestar os devidos esclarecimentos e informar em que situação nos encontramos, hoje, em relação ao episódio do Exame Nacional de Ensino Médio, o Enem. E, sobretudo, louvar as inúmeras reuniões que tivemos ao longo dos últimos cinco anos em que eu tenho estado

à frente do Ministério, porque os debates nessa comissão sempre se deram em um nível excelente, sempre em proveito da educação como política de Estado, e o que eu espero é deixar claro, nessa reunião, que o Enem é um projeto muito importante para a educação brasileira e que ele deve, com toda a nossa energia, ser preservado, para que ele impacte, sobretudo, a qualidade do Ensino Médio.

Eu sempre faço referência, Senador Mercadante, ao fato de que o Enem será para o Ensino Médio, aquilo que a Prova Brasil já é para o Ensino Fundamental. A Prova Brasil revolucionou o Ensino Fundamental no Brasil. A Prova Brasil, aplicada ao final do Fundamental I e ao final do Fundamental II, já impactou, Senador Suplicy, fortemente a qualidade do Ensino Fundamental ministrado no nosso país. Você veja que todos os indicadores de qualidade que estavam sofrendo um decréscimo ao longo dos anos, com a Prova Brasil, sofreu uma reversão muito significativa. E nós atingimos, em 2009, as metas propostas para 2011, ou seja, com dois anos de antecipação.

No Ensino Médio, a nossa tarefa não é menor. Eu diria até que a nossa tarefa é até maior do que impactar favoravelmente a qualidade do Ensino Fundamental, porque o Ensino Médio, ele padece de uma série de problemas, dentre os quais o vestibular, que impede a melhoria da qualidade do ensino. O Ensino Médio vem buscando a sua identidade. É de se registrar o esforço de governadores para a melhoria da qualidade do Ensino Médio, é de se notar o esforço federal de ampliação das vagas na rede federal do Ensino Médio, é de se notar a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional, a expansão do Bolsa-Família para o Ensino Médio, medidas muito importantes, que ampliaram o atendimento da população de 15 a 17 anos e estancaram um movimento que vinha em prejuízo da qualidade, já com alguma repercussão favorável, mas ainda tímida, nessa etapa do ensino.

E eu estou inseguro em dizer que se nós não vencermos o desafio de superar a modalidade adotada no Brasil, de seleção individualizada dos alunos, nós não vamos prosperar em relação ao atendimento da nossa juventude, ou seja, é imprescindível que nós tenhamos condição de superar aquilo que me parece ser um dos traços idiossincráticos da realidade educacional brasileira, que não se vê em nenhum outro país. O Brasil é o único país que ainda convive com o vestibular tradicional. Pelo menos da dimensão do Brasil, eu não conheço nenhum outro país que tenha um sistema tão irracional de seleção dos estudantes que ingressam na Educação Superior. Não há exemplos na Europa, não há exemplos nos Estados Unidos de um sistema que obriga o aluno a pagar taxas de

inscrição elevadas, a se deslocar pelo território nacional, com custos associados, para fazer frente a mais de um processo seletivo, e que obriga o estudante a usar a sua nota no exame especificamente para uma instituição. Ele não pode usar aquela nota para nenhuma outra instituição, a não ser aquela que fez aquele determinado processo seletivo.

Então, eu estou convencido de que não há outro caminho a seguir, não há alternativa a não ser insistir, com todos os problemas que nós temos que enfrentar do ponto de vista logístico, do ponto de vista de calibração da prova. Não há outro caminho a seguir a não ser superar esse anacronismo da realidade educacional brasileira que significa o vestibular tradicional. É uma pauta do movimento estudantil de quando eu era Presidente de centro acadêmico. Já naquela ocasião – e acho, penso que antes disso –, nós já defendíamos o fim do vestibular. Então, nós estamos falando de alguma coisa que habita o imaginário do movimento estudantil, que tem, no mínimo, 30 anos, e nós resolvemos enfrentar esse desafio que não é simples, mas alguém precisava tomar a iniciativa, alguém precisava enfrentar esse bicho com a coragem devida para superar esse anacronismo.

Muito bem. Quando que o Enem, Senadora Marisa Serrano, ganha a dimensão que ganha? Quando é que ele se torna um exame aplicado a três, quatro milhões de jovens? Ele vinha em um ritmo crescente de inscrição... Ele vinha em um ritmo crescente de inscrição, sofreu, ali, um pequeno abalo em 2003, mas a partir de 2004 e, sobretudo, em 2005, nós temos um evento que marca a história da educação brasileira, que é a criação de um programa de acesso da população de baixa renda à Educação Superior, que é o ProUni.

Naquela ocasião, o Presidente Neto não estava, ainda, à frente do Inep, o Professor Reynaldo Fernandes era o Presidente do Inep. Cabe frisar: um professor titular da Universidade de São Paulo, especializado em Economia da Educação. Nós sentamos com a equipe do Inep, em 2004, e discutimos com eles qual seria a forma mais republicana de acesso às bolsas do ProUni, qual seria o acesso que permitisse aos alunos ter a certeza absoluta de que seriam selecionados exclusivamente pelo mérito, nenhuma outra condição sendo considerada. E o Inep, naquela ocasião, sugeriu, a meu ver corretamente, que o Enem fosse utilizado para esse fim. Porque o Enem tem um processo... É um processo anônimo de inscrição, aplicação e correção das provas que garantiria total lisura do processo de seleção dos estudantes, ou seja, não haveria nenhum tipo de interferência de qualquer ordem na seleção dos estudantes bolsistas.

Esta proposta no Inep foi submetida ao Congresso Nacional, e o Congresso Nacional avalizou esta opinião técnica no nosso instituto. Portanto, o Enem ganha a projeção que ganhou a partir de uma decisão técnica no Inep, com o aval do Congresso Nacional. Não houve, naquela ocasião, nenhuma emenda sugerindo alteração. Não é que não ouve votação, não houve sequer uma emenda sugerindo que a porta de entrada no ProUni não fosse o Enem, ou seja, naquela ocasião, estávamos todos absolutamente de acordo de que esse instrumento deveria ser utilizado para a seleção dos bolsistas do ProUni. Então, passou, repito, pelo crivo técnico do Inep e pelo crivo político do Congresso Nacional, que teve tempo, e já houve alterações da Lei do ProUni, de 2004 para cá, e jamais alguém sugeriu outra forma de seleção que não essa. Não há registro de uma única proposta de projeto de lei que altere a forma de seleção dos alunos do ProUni.

Muito bem, a partir daí nós triplicamos o número de inscritos, ou melhor, quadruplicamos o número de inscritos, e triplicamos o número de pessoas que realizam a prova. E o Enem se tornou esse exame com essa capilaridade e essas exigências, do ponto de vista logístico, que são conhecidas de todos.

Quem são os parceiros do Enem? Quem são as pessoas que realizam o exame? A linha de frente do exame, obviamente, é representada pelo Inep. É o instituto que conforma o exame, sobretudo do ponto de vista do conteúdo, do que é exigido nas provas. Mas o Enem, ele é realizado, há 14 anos, basicamente com os mesmos parceiros. O Cespe e a Cesgranrio são, historicamente, os responsáveis pela execução do exame. O Inep elabora as provas, o Correio distribui as provas e nós temos a questão da impressão com segurança.

Do meu ponto de vista, que eu respondo apenas por uma opinião pessoal, há só duas gráficas, no Brasil, capazes de imprimir o Enem com segurança. Não conheço outras. Há gráficas que têm capacidade operacional, o que é uma coisa, mas não basta a capacidade operacional, é preciso a capacidade operacional e é preciso a capacidade de oferecer a segurança para que aqueles que manipulam a prova, dentro da gráfica, não vazem o seu conteúdo. Essas duas gráficas foram testadas: a primeira, o ano passado – e houve uma falha de segurança dentro dessa gráfica –, e a segunda, esse ano, em que houve uma falha na impressão de alguns cadernos de questões, ou seja, houve falhas de um lado, o ano passado, houve uma falha na segurança... Vocês vejam que, inclusive, o furto foi descoberto pela câmera da própria gráfica, não foi por uma investigação muito aprofundada, não se exigiu uma investigação muito aprofundada para a

localização daqueles que eram os responsáveis pelo crime cometido contra o exame. Bastou recuperar as fitas gravadas em vídeo para identificação dos responsáveis pelo furto da prova.

E cabe lembrar, senadores, senadora, cabe lembrar que no dia em que ocorreu o episódio, o Inep, os funcionários do Inep foram acusados, por aquele que prestava depoimento na Polícia Federal, de terem sido os responsáveis pelo vazamento. Naquela ocasião, sem que ninguém, depois, se sentisse na obrigação de se retratar junto aos servidores, os funcionários do Inep foram acusados na entrevista que o criminoso deu à jornalista que fez chegar ao conhecimento do MEC o furto da prova. Aquele rapaz fazia referências explícitas à responsabilidade dos funcionários do Inep. Nós, de pronto, rechaçamos a acusação, porque nós tínhamos tido a informação, pela jornalista, de que a prova vazada estava impressa, e o Inep não tem a prova impressa. Mas se não fosse por esse detalhe que escapou à percepção de quem cometeu o crime, se não fosse por um detalhe que escapou à sua percepção, talvez, até hoje, nós tivéssemos funcionários respondendo por aquilo que não fizeram, por um erro que não cometeram. Quis o destino que nós descobríssemos e identificássemos os responsáveis depois da apuração, desonerando os funcionários do Inep de qualquer responsabilidade pelo que ocorreu.

De fato, o consórcio contratado e a gráfica contratada tinham que zelar pela segurança da prova, e não é por outra razão que estão respondendo, no plano administrativo e, depois, no judicial, pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Tesouro Nacional, ou seja, não há que se falar em responsabilização criminal ou civil de ninguém do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. É óbvio que, no calor da emoção, todas as hipóteses foram levantadas, e o papel da autoridade, sobretudo que investiga, é não descartar nenhuma hipótese. Mas o fato concreto é que um das maiores gráficas do país não foi capaz de zelar pela segurança, tendo emitido uma nota oficial, no dia do adiamento, de que ali, no ambiente da gráfica, não teria havido nenhuma ocorrência grave. Para, uma semana depois, nós descobrimos que não, que havia, ali, um problema de segurança que foi causado por uma decisão que sequer havia sido comunicada ao Inep, a decisão de abrir um campo de embalagem das provas não previsto no projeto básico da impressão do Enem 2009.

Então, vejam vocês que, no momento em que ocorre o problema, é natural até que o Poder Público seja chamado a prestar os esclarecimentos. Mas, naquela semana em que eu estive aqui, inclusive, naquela semana que eu vim aqui, ao Senado, também a convite, o rumor, a hipótese mais provável era de que

havia algum tipo de envolvimento do serviço público. E essa... O processo administrativo foi feito, a sindicância foi aberta, também um processo administrativo disciplinar foi realizado, toda essa documentação foi mandada para os órgãos de controle, sem nenhuma reserva. Estão disponíveis todos os documentos, tanto na Controladoria-Geral da União quanto no Tribunal de Contas da União, sem que um único servidor do Inep pudesse ser responsabilizado por aquele incidente. As questões que estão sendo discutida são de outra ordem, que não tem nada a ver com o incidente de 2009, absolutamente nada a ver.

A outra gráfica capaz de realizar um empreendimento dessa natureza é a que foi contratada esse ano, por processo licitatório, diga-se de passagem. Não é verdade que o que é licitado é mais bem-contratado do que o que não é, depende da natureza do objeto. Os Correios, por exemplo, não foram licitados, foram contratados por inexigibilidade, ou seja, dentro das normas da 8.666, e que fizeram uma distribuição absolutamente perfeita, a distribuição das provas. Absolutamente perfeita. E foram contratados com dispensa de licitação porque o poder público não é obrigado a contratar os Correios para esse fim, como não contratam os Correios, por licitação, para distribuir o livro didático, por exemplo. É contrato da mesma natureza, pelo objeto contratado.

Muito bem, essa segunda gráfica que, na minha opinião, é a segunda e única. Quer dizer, são duas únicas capazes de imprimir com segurança, também falhou. Também falhou. E às 11 horas da manhã de segunda-feira, às 11 horas da manhã de segunda-feira, havia um ofício, na minha mesa, assinado pelo diretor superintendente dessa gráfica, assumindo total responsabilidade pela necessária reaplicação dos alunos que, por ventura, tiverem sido prejudicados no exame que foi realizado 10 dias atrás, assumindo totalmente os custos por essa necessária reaplicação. Nós estamos falando aí, o nosso número estimado continua na casa de 0,1% dos alunos, porque foi apenas um lote de 20 mil provas, em um contexto de 10 milhões impressas, que apresentaram erro gráfico. E para todos aqueles em que for necessária a reaplicação, nós vamos marcar data, convocar e realizar a segunda prova, como fizemos o ano passado por uma razão que não envolveu falha humana, envolveu um evento da natureza. Duas cidades do Espírito Santo foram inundadas, a prova não pode ser realizada e nem por isso os alunos foram prejudicados. Seja por causa natural, seja por falha humana, o direito dos estudantes deve ser assegurado, não muda a natureza do problema. A natureza do problema continua rigorosamente a mesma,

alunos que, por alguma razão, foram prejudicados e não puderam realizar a prova.

O remédio para esse problema, o antídoto para esse problema continua sendo o mesmo, o mesmo do ano passado. O ano passado, nós aplicamos, e foi isso que nós levamos ao conhecimento do Judiciário, nós aplicamos três provas do Enem. Três provas do Enem. A primeira prova, que foi aquela adiada para todos os estudantes... Foi a primeira prova. A segunda prova, por recomendação da Polícia Federal, a prova aplicada àqueles que enfrentam penas privativas de liberdade. A segunda prova, portanto, nos presídios, é realizada em dia distinto da prova geral. Nessa segunda prova, foram realizadas as provas de quem perdeu o exame pelas enchentes do Espírito Santo. Então, foi um segundo dia de aplicação, que reuniu os prejudicados pelas enchentes com a população carcerária. Mas houve... Se for possível recuperar, e o noticiário deu esse episódio, alguns presidiários fizeram a inscrição manual – porque toda a inscrição, desde o ano passado, é feita eletronicamente –, mas algumas inscrições manuais não chegaram ao Inep, 220 presos se sentiram prejudicados, e foi feita uma terceira aplicação para 220 presidiários. Detalhe: desde o ano passado, a metodologia do Enem responde à Teoria da Resposta ao Item. O que é esta teoria? É a mesma teoria que embasa Saresp, Saeb, Prova Brasil, exames nacionais como PISA, SAT, TOEFL. É uma tecnologia que garante, Presidente, que não importa o número de edições de uma prova, elas respondem ao mesmo critério de dificuldade, à mesma escala, à mesma matriz, permitindo que as notas sejam comparáveis no tempo.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, se realizam sete edições do SAT, que é o Enem americano, e o aluno pode fazer até três no ano, e algumas universidades selecionam pela média, outras selecionam pelo último resultado. De acordo com a autonomia universitária, escolhem o processo seletivo mais adequado. Mas ninguém discute que essa métrica do Enem, do SAT, do PISA permite a comparabilidade no tempo. Esse foi o problema que nós tivemos que superar e enfrentar a semana passada: levar ao conhecimento, pela primeira vez, do Poder Judiciário de que a tecnologia educacional dos últimos 50 anos – porque essa tecnologia é dos anos 60, e foi importada pelo Governo Fernando Henrique em 1995 –, que essa tecnologia permite a comparação no tempo. Por exemplo, o bônus pago ao professor do sistema paulista por melhoria de desempenho tem a Teoria da Resposta ao Item, a TRI, como pressuposto, porque se não fossem comparáveis... Se os desempenhos não fossem comparáveis, não haveria que se falar

em melhoria da qualidade do ensino. E mais do que afirmar sobre, fazer afirmações sobre a melhoria da qualidade do ensino, é possível medir essa melhoria. E essa Teoria da Resposta ao Item é, justamente, a que permite essa métrica de você acompanhar a evolução de indicadores tão precisos.

Muitos de nós conhecemos jovens que fizeram o TOEFL, por exemplo. Ninguém repete o TOEFL. O TOEFL é feito para aquela turma, e ele não se repete nunca mais. Aquela prova, só aquele conjunto de 50 alunos fizeram. Aqueles 50 alunos fazem o TOEFL e, depois, uma outra prova remarcada, outros 50 alunos fazem outro TOEFL. No entanto, os *scores*, o rendimento é comparável, e tem um prazo de validade, inclusive. Alguns exames têm dois anos de validade, outros exames têm um ano de validade. Quer dizer, não é algo estranho à comunidade dos educadores a realização de muitas edições de uma mesma prova, cujos resultados sejam comparáveis entre si. Não há nenhuma novidade nisso. Os psicometristas conhecem a tecnologia, os pedagogos conhecem a tecnologia, os economistas da educação conhecem a tecnologia. O que nós fizemos, a semana passada, foi levar ao conhecimento do Judiciário, e com um apoio muito importante, muito importante.

Na quinta-feira, Senador Suplicy, eu já havia recebido telefonemas dos representantes de organismos internacionais no Brasil, UNICEF, UNESCO, PNUD, basicamente o Sistema ONU. E, na quinta-feira, eu conversava com um deles, e dizia: “Veja só, o Brasil está discutindo, nesse momento, um assunto que já foi completamente apropriado pela comunidade internacional, e nós estamos fazendo pela primeira vez essa discussão no Brasil, no calor dos episódios recentes”. E especulou-se, ali, sobre a possibilidade das Nações Unidas, que tinham uma reunião agendada para aquela quinta-feira, quinta-feira da semana passada, emitir uma nota técnica sobre o significado da Teoria da Resposta ao Item.

E às 19 horas, da segunda-feira, eu recebi, no meu gabinete, um ofício das Nações Unidas, sob a liderança da UNESCO, mas também patrocinada pela PNUD e pela UNICEF, dizendo que a tese do Ministério da Educação – que era absolutamente possível, não só possível, como no ano passado, mas desejável – que se aplicasse uma prova para os alunos que pudessem ter sido prejudicados estava absolutamente em linha com todas as providências que são tomadas nos países desenvolvidos. Quando acontece um episódio desse no SAT americano – não é nem americano –, que tem 100 anos de existência, 50 anos de TRI, a entidade responsável pelo exame, que é uma espécie de Inep americano, o ITS americano aplica outra

prova, como foi, inclusive, objeto de matéria veiculada em uma emissora de TV.

Quer dizer, nenhum sistema dessa proporção está imune a problemas técnicos. Pode ser falha humana, pode ser um evento da natureza, pode ser uma combinação das duas coisas, inclusive. Nós tivemos um episódio, por exemplo, em que, em Minas Gerais, um raio derruba uma árvore, a árvore afeta a rede elétrica, os alunos ficam uma hora sem luz. Agora, no mesmo sábado, ficaram sem luz durante uma hora. A luz poderia não ter voltado tão rapidamente quanto voltou. Nós podíamos... O prédio podia ter ficado três ou quatro horas sem energia, porque não há gerador disponível para os nove mil pontos em que a prova se realiza. E os responsáveis tomaram as providências devidas para fazer chegar a luz a tempo do exame não ser prejudicado para aquela comunidade.

Houve um caso em Itajaí, também na edição de 2010, de um caminhão que tombou, caminhão escoltado, tombou, caiu em uma vala, e o baú caiu em uma determinada posição que impediu o acesso aos malotes da prova. Não fosse a diligência da Polícia Rodoviária Federal, que estava escoltando o caminhão, em buscar um guincho, as provas não teriam chegado a tempo. E o que é que aconteceria nesse caso? Reaplicação de 3 milhões e 300 mil provas? Não. Você identifica o problema, mapeia com toda a experiência que o Cespe/Cesgranrio tem e reaplica o exame para os alunos que foram prejudicados.

O problema de ser uma falha humana, ou uma causa natural, pode ser uma motorista de um caminhão, pode ser um operário do chão da fábrica da gráfica, pode ser um servidor público; problemas vão ocorrer. Nós tivemos um episódio, em 2008, de um malote com as folhas de respostas não voltarem para o Inep. Houve uma falha... Nessa edição de 2008, houve uma falha dos Correios, o malote não voltou. O Correio assumiu a responsabilidade. Eram, se eu não me engano, 20 alunos de uma sala do interior da Paraíba. O malote não voltou. Não havia o que fazer, a prova foi reaplicada. Ou seja, o que eu quero dizer é que nós temos algumas instituições importantes no Brasil. Nós temos um parque gráfico importante, e nós não podemos colocar, na minha opinião, a reputação dessas empresas em dúvida, em função de um equívoco. Nós temos duas gráficas importantes no Brasil. E ninguém ouviu, da parte do Ministério da Educação, nenhuma acusação à incompetência do setor privado, da gráfica X ou Y. Não. Há, da nossa parte, a compreensão de que essas instituições fizeram o seu melhor. Fizeram o seu melhor e continuam preparadas para o desafio. Já houve problemas com os Correios, no passado, não nessa edição, mas já houve. Já houve problemas com a dis-

tribuição, já houve problema com causas naturais, já houve problemas no Inep, já houve problemas com o Cespe e Cesgranrio, que são, também, consorciadas, as únicas instituições capazes de realizar um evento dessa magnitude. Ou seja, nas 14 edições do Enem, eu posso assegurar que não houve uma única edição em que nós não tivemos que enfrentar um problema técnico dessa natureza. Nenhuma, em nenhuma das 14 edições. Sempre que há um problema há uma solução cabível, que não o cancelamento da prova.

Nós estamos falando de instituições que respondem por um desafio enorme no nosso país, e que se nós formos verificar na minúcia, eu posso assegurar que as duas gráficas, as duas instituições que compõem o consórcio, que aplicam, o Correio, o Inep, todos já cometeram algum tipo de erro nesses 14 anos de existência. São 13 edições de Enem. Nas 13 edições do Enem, em algum momento houve alguma falha, mas em todas as ocorrências houve uma solução tecnicamente adequada para a superação desta falha.

Do que é que nós estamos falando, portanto? Nós estamos falando de um empreendimento da magnitude que esse tem, que precisa ser aperfeiçoado ao longo do tempo, e está sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. A TRI é uma novidade no Enem. Senador Mercadante, quando o exame era reaplicado, antes de 2009, nós não tínhamos comparabilidade, mas ninguém discutia porque era bolsa para aluno de escola pública. Então, parece que o assunto não ganhava o relevo que tem hoje. Porque, hoje, envolve 83 mil vagas das federais, que duplicaram o seu atendimento no período do nosso governo. Então, hoje, nós estamos lidando com uma escala muito grande, são 150 mil bolsas do ProUni, são 83 mil vagas nas federais, só pelo Enem, fora as 150 mil que são oferecidas pelo vestibular tradicional. Nós estamos falando do financiamento estudantil sem fiador, ou seja, nós estamos falando de um empreendimento de democratização do acesso à Educação Superior, talvez o mais robusto que eu tenho notícia, o de maior envergadura que eu tenho notícia. Nós estamos transformando o que era um gargalo em uma banda larga de acesso à Educação Superior.

O Brasil vivia um gargalo, e ainda vive um gargalo. Nós estamos preparando o terreno para o Plano Nacional de Educação, que será submetido a essa Casa, brevemente. Cumprir os seus objetivos, não simplesmente anunciá-los, mas cumprir os seus objetivos. Não é fácil dobrar o parque de universidades federais em tão pouco tempo. Não é fácil. Você tem muitas ocorrências, desde a empreiteira que abandona o canteiro de obra até a licitação que precisa ser refeita, até uma mudança de entendimento do TSE, que proíbe a contratação de professores temporários

em período eleitoral, e que é um entendimento deste ano, que não valeu em 2008, não valeu em 2006, ou seja, você tem uma série de problemas que você tem que enfrentar. Não é fácil dobrar o atendimento na rede federal. Não é fácil convencer a área econômica a aportar recursos para o Fundo Garantidor do FIES, e eximir o aluno de apresentar o fiador, não é fácil esse tipo de debate.

O juro do FIES, hoje, é negativo, abaixo, está abaixo da inflação, você paga o seu financiamento entre 16 e 20 anos depois de formado. O ProUni, que regulamentou a filantropia no Brasil, quantos anos nós tentamos, no Judiciário, quantos anos o poder público tentou, no Judiciário, reclamar as bolsas como contrapartida das isenções constitucionais? E isso tudo está sendo feito para quê? Para atender uma juventude que não tem acesso à Educação Superior. E nós precisamos... Precisávamos criar o passaporte de acesso, porque não nos adiantaria todas as providências se nós não alterássemos a lógica do acesso a esses programas sociais, tanto a expansão das federais quanto o ProUni, quanto o FIES sem fiador. Então, isso é parte de um conjunto de medidas. Você não pode estacar o Enem desse conjunto, e os episódios que ocorreram desse conjunto.

A mesma coisa vale para o Sinaes. A expansão está sendo feita com critério de qualidade, nós não queremos simplesmente matricular, nós queremos matricular em instituições de qualidade. Então, nós estamos suspendendo o vestibular de instituições que não gozam de prestígio, que não têm a qualidade atestada. Nós estamos reduzindo vagas de cursos que não têm bom desempenho no sistema de avaliação. Nós estamos dando autonomia mesmo para as faculdades que não gozam de autonomia, mas que têm qualidade, não têm mais que passar pelo Ministério da Educação para pedir autorização de curso, a autorização é automática. Então, nós estamos, de um lado, expandindo acesso, de outro, garantido que essa expansão se dê por critério de qualidade e, em terceiro lugar, mudando a forma de seleção, para que ela seja a mais democrática possível – 3/4 dos inscritos no Enem sequer pagam a inscrição, porque ou são egressos de escola pública, concluintes de escola pública, ou são autodeclarados de baixa renda; 3/4. O Enem é feito em 1.600 municípios, em nove mil locais de prova, são 10 milhões de cadernos de questões.

Então, nós estamos falando de um empreendimento enorme. E se me permitem, eu não sei quanto tenho tempo... Eu já falei muito. Falar mais cinco minutos sobre o Inep.

O Inep é um órgão que responde por 1% do orçamento do Ministério da Educação. O orçamento do

Ministério da Educação saiu de R\$19 bilhões e chegou a R\$ 60 bilhões. O orçamento do Inep inteiro, inteiro, deve dar 1% do orçamento do MEC. São cerca, se não estou errado, R\$ 500, 600 milhões; 1% do orçamento do MEC.

O Inep tem seis diretorias, três delas finalísticas, uma que cuida do censo, da Educação Básica e da Educação Superior. Trata-se de um censo que não tem paralelo em nenhum outro país, é um censo por aluno. Aquilo que o IBGE faz a cada dez anos para 190 milhões de brasileiros, o Inep faz todo ano para 60 milhões de brasileiros. Repito: o que o IBGE faz a cada dez anos para 190 milhões, o Inep faz todo ano para 60 milhões. Conta nome por nome, os alunos, em que escola está, em que sala está, se foi aprovado, se foi reprovado, em que faculdade está, em que curso está; 60 milhões de registros por ano.

Uma segunda diretoria do Inep avalia 2.500 instituições e 30 mil cursos de graduação. Não conheço nenhum outro país que realize esse evento. Nenhum país conhecido avalia 2.500 instituições e 30 mil cursos de graduação, o Inep faz. E na diretoria que cuida do Enem, essa mesma diretoria avalia, a cada dois anos, 60 mil escolas públicas do país, pela Prova Brasil, e atribui uma nota, pelo Ideb, a essas 60 mil escolas públicas, conferindo se as metas de qualidade estão sendo cumpridas ou não. Recapitulando: estou falando de um órgão que responde por 1% do orçamento do MEC, que tem três diretorias finalísticas que realizam um serviço que não tem paralelo, paralelo em nenhum país do meu conhecimento. Nenhum país do meu conhecimento. É desse instituto que nós estamos falando.

Concluo, dizendo: nós temos dois parceiros importantes no setor gráfico, nós temos dois parceiros importantes na aplicação da prova, nós temos um parceiro importante na distribuição da prova e nós temos tudo isso gerenciado pela Inep, que realiza um caminhão de outras tarefas em proveito da educação brasileira. Esse é o contexto em que nós estamos discutindo uma falha absolutamente superável, a partir do trabalho que está sendo realizado pelo Cespe e pelo Cesgranrio.

Há razões para preocupação? Evidente que há. Nós não estamos falando de qualquer empreendimento, nós estamos falando de uma coisa grande para o país. Nós estamos falando de uma coisa para o bem do país. E eu espero que esse debate se dê nesse contexto, que se perceba a dimensão do problema e as providências que estão sendo tocadas para o seu equacionamento. Ninguém do MEC, nem do Inep jamais se furtou a enfrentar as questões colocadas. Jamais. E jamais se furtou a tomar as providências necessárias

para a melhoria da qualidade do ensino no país, por mais difíceis. É muito mais fácil para alguém que está na minha posição, na posição do Presidente Joaquim Soares Neto: "Olha, vamos deixar essa coisa do vestibular para lá. Deixa cada instituição fazer a sua. Para que assumir essa responsabilidade? Para que assumir esse desgaste?". Só que ninguém, no MEC, pensa assim e ninguém no Inep pensa assim. Se isso implicar sacrifício pessoal não serão as pessoas que estão no MEC, hoje, que vão abdicar da sua responsabilidade para a educação.

A única coisa que eu... Se algum pedido é possível ser feito hoje é no sentido, o seguinte: os indivíduos, eles vão e veem. As instituições, e essas que eu citei não são recuperam, as instituições precisam ser preservadas. E eu estou falando, aqui, de seis instituições, duas empresas privadas, uma empresa pública, uma universidade pública, uma autarquia pública e uma fundação privada envolvidas nesse processo. Eu não estou falando de indivíduos. Esses nós apuramos, responsabilizamos, no limite, punimos, e nós sabemos como proceder. Nós sabemos como proceder. Mas as instituições estão fazendo tudo o que lhes cabe fazer para superar essas questões pontuais. Então, é em proveito do serviço que já prestaram ao Brasil, do compromisso que têm com o Brasil, que eu penso que esse debate deva se dar. Indivíduos... Não é o problema. Isso a cadeia de responsabilização tem que ser alcançada em todas as suas dimensões, não há nenhuma restrição a isso, mas eu penso que as instituições precisam ser olhadas à luz da sua história, de compromisso com a educação brasileira.

Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Ministro.

Eu creio que a sua exposição, aqui, foi... Embora a gente tenha passado um pouquinho do tempo, mas foi valiosa para que a gente possa esclarecer os problemas ocorridos no Enem, versão 2010.

Passamos, imediatamente, a palavra aos senadores e senadora inscritos. Nós temos sete inscrições, porém uma não está presente. Vamos propor dois blocos de três senadores. A gente pede que os senadores e senadora aqui presentes observem a questão do tempo. Nós vamos dar um tempo de cinco minutos para cada um fazer a sua interpelação e, posteriormente, voltamos às respostas do Ministro, considerando o tempo de cada um de nós e o tempo do Ministro e, claro, todos nós queremos iniciar e concluir a debate juntos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sra. Presidente, pela ordem. Apenas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra Senador Alvaro Dias, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O meu desejo é contribuir para que essa reunião seja mais eficiente possível. Eu creio que quando nós formulamos perguntas em bloco o resultado é pífio, não há o contraditório. O ideal seria pergunta e resposta. Eu sei que isso tornará a reunião mais longa, mas certamente ela será mais produtiva. Eu faço esta a sugestão a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não havendo nenhum problema, aqui, com o Ministro, a Mesa acata o procedimento aqui encaminhado pelo Senador Alvaro Dias.

A primeira inscrita é a Senadora Marisa Serrano. Só gostaria que os senadores observassem o tempo, certo?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para que a gente não faça, aqui, uma rodada de pingue-pongue, certo?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu concordo com o Senador Alvaro Dias no tocante a que sejam feitas as perguntas por senadores. Agora, discordo se, eventualmente, forem perguntas e resposta, cada pergunta e cada resposta fazendo que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, se esgotaria--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Isso. É essa observação que eu faço, esgota o tempo e a resposta na Mesa--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que o Senador Alvaro está... Como o temo é Enem, ele queria fazer por múltipla escolha, mas ele vai permitir a resposta em bloco. Cada senador apresenta a sua pergunta e, depois, o Ministro apresenta, dando direito à réplica do senador. Usando o direito à réplica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E há dois minutos para réplica e dois minutos para tréplica do Ministro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas é... Mas é...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu aceito, evidente, a maioria deseja desta forma, mas sem dúvida, pergunta e resposta, pergunta e resposta é muito mais produtiva, muito mais interessante e, certamente, o resultado é outro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): De qualquer maneira, como minoria, eu sou obrigado a aceitar. Um dia o Senador Mercadante foi oposição e, certamente, ele preferia essa forma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não é assim que se [ininteligível]--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, mas eu era oposição antes da Teoria da Resposta ao Item.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Depois dela, não prejudica o desempenho da comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O Senador Antonio Carlos Valadares pediu a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ele sabe que prejudica, sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente Fátima Cleide, gostaria que V. Exa. me inscrevesse.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não.

Então, com a palavra Senadora Marisa Serrano, primeira inscrita e autora do requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente, Senado Ministro, é um prazer tê-lo aqui, Sr. Presidente do Inep.

Nós fizemos esse convite porque achamos que era fundamental que o senhor não fosse só à OAB, não fosse só a outros organismos, mas que viesse a essa Casa, que é a Casa do Povo, e que pudesse, aqui, dar uma explicação não só aos senadores, mas àqueles que nós representamos, aos milhões de pessoas que nós representamos aqui. E quero agradecer a sua presença, e o fiz na forma de convite, justamente para que V. Exa. se sentisse partícipe dessa nossa manhã, aqui, discutindo questões que são fundamentais para a educação brasileira, mas, principalmente, e eu quero deixar muito claro aqui, para o estudante, para o jovem, para aquele que é o objeto maior da nossa estada, aqui, nessa manhã, discutindo esses problemas.

E os jovens, Sr. Ministro, na sua forma um pouco peculiar de se expressar, eles estão chamando e estão colocando como desastroso, fiasco, reprovado,

qualquer tipo de termo está sendo usado para se referir à questão do Enem. E aí nós temos que pensar que não podemos – e eu concordo com V. Exa. -, não podemos deixar que uma boa ideia caia no descrédito. E para não cair no descrédito que nós estamos aqui, para discutir o futuro, para discutir para onde nós vamos. Porque não podemos deixar que o Enem se perca porque não tomamos as providências que devíamos ter tomado no momento certo. E não podemos, principalmente os estudantes, Sr. Ministro, que foram vítimas de problemas de gestão, de logística, eles não podem se comprometer... a avaliação que a gente quer para a educação brasileira e a avaliação, o êxito dessa avaliação que o Enem tem dado ao povo brasileiro, aos estudante do Brasil. Portanto, o enfoque é esse.

Eu recebi milhares de *e-mails*, quando eu fiz o requerimento convidando V. Exa. para vir aqui, de estudantes, de pais de alunos, de professores, professores universitários, professores de cursinho, todo tipo de professor, e as pessoas já descrentes, os trocadilhos acompanhando, e isso me doeu. Porque aí, como educadora, ver que nós estamos... Podemos jogar por chão uma boa ideia, como eu disse.

Então, eu quero colocar aqui, Sr. Ministro, que algumas falhas que aconteceram são inadmissíveis, e nós temos que tomar providências. Aí o Executivo tem que tomar providências e o Legislativo tem que acompanhar e fiscalizar, porque é função nossa fazê-lo. Especialmente porque é a segunda vez que isso acontece.

Quer dizer, dois anos seguidos, dois anos que nós tivemos, que V. Exa. teve que vir aqui. No passado, V. Exa. não pode vir, veio o Professor Reynaldo, do Inep, mas... Para dar explicações. Quer dizer, e tumultuando a questão da avaliação, já que nós estamos falando aí em um exame, em um megaevento, em um megaexame, das quais 36 universidades adotaram esse exame como forma única. É só o Enem, se não tiver o Enem, ela não tem como colocar seus alunos na sala de aula. E dizer que o contingente todo que foi mobilizado para fazê-lo, foi um contingente mesmo... Sumamente expressivo. E se algo, novamente, deu errado, Ministro, eu sei que V. Exa. tem, às vezes, minimizado a questão dizendo que só, apenas... Foi uma frase que V. Exa. deu esses dias, na televisão, que apenas 1%, 0,1% tinha sido prejudicados, os alunos teriam sido prejudicados, e que esses teriam uma segunda chance. [soa a campainha]

Eu acho que 1%... Presidente, eu vou precisar de mais um tempinho. Se menos de 1% tivesse sido prejudicado, já nós teríamos que estar aqui discutindo. Então, qualquer aluno, houve falha, houve aluno prejudicado, o direito dele é o direito de ele poder re-

querer e querer que a gente dê uma solução para os seus problemas.

Então, a ideia é que... Eu quero deixar bem claro aqui, que eu não sou contra o Enem, já disse isso aqui nessa comissão. Foi, como V. Exa. acabou de mencionar, foi criado na Governo Fernando Henrique, eu acompanhei *pari passu* toda a transformação do Enem, aprovei quando V. Exa. colocou o Enem como forma de verificação de acesso, nenhum problema quanto a isso. Eu sou contra, Ministro, às vezes, o descaso que eu ouvi, principalmente, agora, nessa época, com milhões de jovens.

E, principalmente, aqueles jovens que, nesse final de semana, fizeram passeata na minha cidade, Campo Grande, fizeram passeata, se mobilizaram, nariz de palhaço, é a forma do jovem, às vezes, irreverente de colocar a situação. E vi lá professores e pais, juntos, na passeata. Então, significa que nós temos que tomar, rapidamente, uma decisão, Ministro, e esse descaso que me doeu. Eu achei que mesmo agora, V. Exa. falando, o estudante ficou em segundo plano. É a logística, são os milhões, o que nós estamos fazendo, os parceiros, todo mundo, mas nós não estamos dando a quem de direito, a quem é o objetivo e objeto de nossas preocupações, que são os jovens, que são os nossos alunos.

Eu quero fazer algumas perguntas a V. Exa., mas antes V. Exa. disse, aqui, é natural até que o Inep e MEC sejam chamados a dar explicações. É natural até não, é natural mesmo, Ministro. Não é até, é natural que venha dar uma explicação, é função. Quem é que tem responsabilidade, V. Exa. disse, não sei se disse, pelo menos eu li em uma revista de circulação nacional, que o Inep está isento de responsabilidade. Eu não confio nisso e não acredito nisso, tem que ter responsabilidade até para dizer o que V. Exa. disse aqui, hoje, coberto de razão, que isso é possível ter acontecido, mas tem que ser responsabilizado, sim, tem que ter responsabilidade e dizer à população brasileira, aos milhões de alunos, aos milhões de pais o que é que está correndo, principalmente porque os erros... E aí eu quero fazer o meu questionamento, Sr. Ministro, onde está o problema do Enem? No MEC? No Inep? E por que o senhor demorou 48 horas para se pronunciar a respeito? Minimizou o problema, e eu vi V. Exa. falando, e não assumiu as responsabilidades nem se dirigiu aos estudantes, de imediato, e muito menos pediu desculpas a eles e à sociedade.

Por que motivo transformaram um órgão como o Inep, voltado para o conteúdo, em um órgão preocupado com logística e segurança? Isso não provocou uma séria e, talvez, irreversível crise no órgão? Isso porque o Inep é tão importante, é a nossa instituição

de educação, como a Capes é, que a gente preserva, e tem que preservar. O Inep não pode ficar sujeito, Ministro, com a força que ele tem e com a história que o Inep tem, sujeito aí a ficar sendo criticado por causa de falha de logística. Na sua visão, não houve conflito de interesse no controle do contrato do Enem deste ano, uma vez o que presidente do Inep, o Sr. Joaquim Neto, foi ex-Presidente do Cespe, um dos institutos contratados sem fiscalização, sem licitação para aplicar o Enem? É uma pergunta. Que tipos de ação são tomadas, no âmbito do MEC, para controlar a eficiência na operação do Enem? O senhor disse que menos de 0,1% dos alunos submetidos ao exame foram prejudicados. Como ficará o ingresso desses alunos nas universidades? Quando, de fato, será realizada nova prova para eles?

E os alunos que se sentem prejudicados, mas que não consta da ata que eles reclamaram, e que eles se sentem prejudicados, poderão requerer um novo exame? O MEC já busca saída para que, no próximo ano, não ocorram novos erros de logística e de gestão? Existe a possibilidade de regionalizar a realização do Enem, com provas e datas diferentes, como V. Exa. disse aqui, regionalizar a realização do Enem? Será que o gigantismo do exame não prejudica a sua aplicação de maneira eficaz e sem falhas? V. Exa. mesmo disse que é gigante. Se não temos condições de... Será que nós não temos condições de tecnologia suficientes para garantir a lisura de provas, um país que faz exame, que faz eleições do jeito que nós fazemos no país? Gente, não é possível que a gente não tenha condições de fazer provas com a lisura que se espera.

Principalmente, Ministro, para terminar, V. Exa. disse que são duas empresas, apenas, no país, que tem... Só duas gráficas têm capacidade e que as duas falharam. V. Exa. acabou de dizer isso, que só temos duas gráficas capaz de realizar esse exame e as duas falharam. Não fica claro que nós não temos capacidade de realizar exames no molde do que esse que está aí? Será que não era necessário a gente discutir a regionalização ou fazer mais exames por ano? Como V. Exa. disse, nos Estados Unidos se faz. Quer dizer, achar outras saídas que talvez não esse que já está sendo... Isso para que não fique desacreditado. Se nós tivermos o mesmo molde do exame o ano que vem e tivermos novas falhas, aí sim, eu acho que vai ficar difícil resgatar uma boa ideia como essa.

Eram essas minhas perguntas, Sr. Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu quero, aqui, enquanto Mesa, informar que a Senadora Marisa Serrano foi um pouco além do tempo, considerando o fato de ser vice-Presidente dessa comissão e autora do requerimento.

O Ministro, então, responde à Senadora Marisa Serrano.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senadora, contei mais de dez perguntas. Eu vou, na medida do possível, respondê-las. Mas, enfim, tem um pano de fundo geral às suas perguntas que me parece muito importante. Em primeiro lugar, eu, em nenhum momento... Em nenhum momento minimizei o direito de que deve ser assegurado a cada estudante inscrito, ao contrário, cada estudante, um único estudante tem o direito igual a todos os demais 3 milhões e 300 mil inscritos. O que eu fiz referência é que o ano passado, quando houve um erro, uma falha humana... Houve uma falha humana e inscrições de presidiários não chegaram ao Inep, a prova foi aplicada, sem que ninguém convocasse o Inep a dar explicações sobre esse fato, e era um número muito pequeno, eram 220 presidiários.

Quer dizer, se a sua percepção é essa, me parece que ele conflita com a informação que eu estou lhe prestando. Nós vamos zelar pelo direito de cada estudante como zelamos pelo direito desses 220 presidiários prejudicados pela não chegada do malote de inscrição, como zelamos pelos 20 alunos do interior da Paraíba, porque os cartões-resposta não nos chegaram. Vai exatamente de encontro e não ao encontro da sua provocação. Nós fomos atrás de um por um, no ano passado, para que qualquer que fosse a situação do estudante, ele fosse considerado, seja um trabalhador rural, seja alguém que está com pena privativa de liberdade. Todas as pessoas são consideradas, pelo Inep. Todas as pessoas. Então, não existe hipótese do Inep, simplesmente, varrer para baixo do tapete um problema. Ele vai atrás da solução, não importa a classe social, não importa a condição socioeconômica, não importa a condição de vida do estudante.

O Inep tem por princípio a busca da justiça na área da educação, e nunca se furtou a isso, em nenhum episódio. Nunca se furtou. Enfrentou desafios enormes e foi atrás dos problemas, da solução dos problemas com a mesma diligência. A mesma diligência, sem se importar com classe social do prejudicado, se é de classe média ou se é trabalhador rural não importa, o Inep vai atrás de assegurar o direito de todos os estudantes. O mesmo vale para o Cespe, que é um órgão da UNB, é uma repartição pública. O Cespe não é... O Professor Neto, que dirigiu o Cespe, ganha, rigorosamente, a mesma coisa como presidente do Inep, ele é um professor titular da Universidade de Brasília. Repito: ele tem o salário de professor titular da Universidade de Brasília. Estava em um órgão público e continua em um órgão público, nunca prestou serviços privados.

Então, não há que se falar em conflito de interesses, e razão pela qual está aqui, de cabeça erguida, ao meu lado, sem nenhum constrangimento, porque não tem nada a esconder. É um professor especializado em avaliação educacional, um homem que tem uma trajetória de avaliação educacional, que presidiu um órgão, dirigiu um órgão, provavelmente, contratado, em algum momento, até pelo Senado Federal para fazer seus concursos, e sempre sem licitação, porque trata-se de uma universidade pública, e a lei é clara a esse respeito. [soa a campainha] A dispensa é possível. Portanto, nós não estamos falando aqui de nenhum contorno à legislação, ao contrário. Aliás, o Ministério Público, no seu concurso, no seu último concurso, contratou o Cespe sem licitação. Provavelmente, Senado e Câmara devem ter feito o mesmo. E não há, que eu conheça nenhum órgão público federal que não se socorra do Cespe para fazer os seus concursos, e sempre com dispensa de licitação, sempre, porque trata-se da Universidade de Brasília. Então, falar em conflitos de interesses. Quer dizer, um professor titular da Universidade de Brasília, que foi quase que convocado pelo MEC a assumir a presidência do Inep, justamente porque tem experiência na área de concursos, tem experiência em sigilo e logística. Foi chamado, foi convocado exatamente por isso. Nem convidado foi. Eu fui convidado para vir aqui, o presidente do Inep foi convocado, pelo bem do Ministério, a exercer as funções que assumiu.

Então, não tem nenhuma dificuldade em dizer que: 1. Convoquei a pessoa certa. Não conheço uma pessoa que tenha um currículo superior, talvez igual nós encontremos no país. Dei ao Inep total autonomia para montar a sua equipe, não interfiro no Inep, na nomeação de pessoas que ocupam os cargos comissionados. Não interfiro quando o Reynaldo Fernandes, professor titular da Universidade de São Paulo, era o presidente. Não interfiro desde que convoquei o Professor Neto a assumir a Presidência do Inep, porque é um órgão delicado, que cuida de questões delicadas e, portanto, tem que ter a liberdade de constituir a sua equipe, até para sua autoafirmação, independentemente das falhas que possam vir ter cometido nesse episódio, e que estão sendo apuradas.

Então, não tenho ressalva a respeito, não apenas da dignidade, mas da competência técnica para assumir isso. E eu insisto em dizer: nós não contratamos, Senador Mercadante, qualquer gráfica para imprimir o Enem, nós contratamos a maior do mundo, e ocorreu uma falha humana também lá. Lá. Quando se fala nessa questão do setor público, da competência, nós estamos falando de uma gráfica que atua em dezenas

de países, tem sede nos Estados Unidos, fatura US\$ 20 bilhões ao ano--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: --e que é especializada em impressão, com sigilo.

Falando de futuro, que me parece ser a sua maior preocupação. Só encerrando esse capítulo, nós vamos proceder da mesma maneira que procedemos o ano passado. E eu, quando isentei o Inep, isentei em relação a um processo administrativo que já se encerrou e que não apurou a responsabilidade de um servidor pelo furto da prova. O Inep foi vítima de um crime, não concorreu para que o crime ocorresse. Não houve nenhuma participação de servidores do Inep, é a isso que eu me referia. Porque, naquela ocasião, senadora, o Inep foi acusado... O Inep foi acusado, pelos jornais, de ter nos seus quadros o servidor que vazou a prova.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o passado. Fala do presente.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: E eu eximi, porque não há nenhuma responsabilidade do servidor do Inep pelo crime que foi cometido e do qual a Inep foi vítima. Foi vítima. Se alguém contratado para construir uma escola põe abaixo essa escola, isso é vítima. O que ocorreu na estação do metrô, em São Paulo, matou as seis pessoas. Uma obra desabou e seis pessoas morreram, não estamos falando de uma prova, estamos falando da vida de seis pessoas, e da mesma maneira que a senhora, com razão, reivindica o atendimento de direitos de estudantes prejudicados, eu estou falando de direitos que jamais serão atendidos, porque as pessoas morreram. Não obstante a isso--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sra. Presidente, eu só queria interromper o Ministro para dizer que no ano passado o Professor Reynaldo já esteve aqui.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Sim.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E já discutimos as questões do ano passado. Nós estamos discutindo outras questões, agora.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, mas eu... Mas senadora--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, eu quero que V. Exa. se atenha aos fatos que nós estamos discutindo.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Mas eu estou situando o problema--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estamos discutindo, aqui, problema de funcionários do Inep, que isso não entrou na história, ninguém discutiu isso.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, é que a senhora fez referência ao fato de eu ter eximido o Inep--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ah, sim.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: --da responsabilidade pelo ano anterior

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: E o fiz--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não, agora.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, agora não. Eu não fiz isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Apareceu uma revista aí [ininteligível].

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Então, transcreveram de maneira equivocada. Eu posso ter eximido os funcionários do Inep pela falha da impressão dos cadernos de prova. Então, eu não li... Eu não li...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É na revista Época, dessa semana.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu vou até... Posso até mandar uma carta esclarecendo o que eu disse. A entrevista foi rápida e por telefone, nem sempre você vê retratadas as suas palavras em uma entrevista concedida dessa maneira. Fiz referência, e faço, ainda, ao episódio do ano passado, porque os funcionários no Inep foram, sim, acusados de ser em concorrentes com o crime que foi cometido e isso se provou falso. Falso. Como disse em entrevista, na segunda-feira, e repito, aqui, que não é possível, operacionalmente, conferência de 10 milhões de cadernos de prova. O que você autoriza imprimir é a matriz. Você checa a matriz e dá a ordem de imprima-se. E, em relação a esse episódio, também ficou claro, pela própria carta encaminhada pela gráfica ao Inep, que ela, gráfica, assumiu total responsabilidade pela reatuação.

Então, desses dois episódios... Agora, que houve um erro, não tenho a menor dúvida, e o Inep vai apurar. Que houve um erro interno ao Inep, houve, e o Inep está apurando. Mas em relação a esses dois episódios não houve, embora tenha recaído sobre o Inep um desgaste que não devia ser dele. É isso que eu disse e repito.

Sobre o futuro, eu penso que a senhora que toda razão de que esse modelo não se sustenta com uma prova ao ano. Eu já disse isso em outras ocasiões. E nós estávamos programados para fazer uma prova, duas provas em 2010, e eu me permito situar a decisão em que ela foi cancelada, a primeira prova, refe-

rente ao primeiro semestre de 2010. Nós estávamos nos programando para realizá-la por volta de abril ou maio deste ano e fomos surpreendidos com um evento inédito, que é o vazamento da prova da OAB, da Ordem dos Advogados do Brasil. A senhora há de se lembrar que um exame da Ordem dos Advogados do Brasil foi anulado porque se comprovou que os itens, as questões de prova haviam vazado, uma parte do gabarito havia vazado.

O problema... O problema disso, senadora, é que a prova da OAB que foi anulada foi realizada pelo Cespe. Então, nós ficamos de sobre aviso, aguardando a finalização do inquérito da Polícia Federal. Quando nós tomamos conhecimento de que o inquérito desonerava servidores do Cespe de qualquer responsabilidade, na verdade, foi um caso de corrupção na ponta, que não envolvia nenhum servidor ligado ao Cespe, nós retomamos as negociações com o Cespe, para aplicar o Enem 2010. Mas, naquela ocasião, manter a primeira prova poderia ser temerário, porque, talvez, eu tivesse que responder a seguinte pergunta: "Como você realiza, com o Cespe, um prova do Enem sem aguardar o inquérito da Polícia Federal sobre o cancelamento da prova da Ordem dos Advogados do Brasil?"

Foi naquele contexto que nós dissemos: "Bom, vamos aguardar o inquérito". Felizmente, o inquérito foi muito rápido, chegou aos responsáveis muito rapidamente, mas não houve nenhum envolvimento da parte do Cespe. O que eu quero dizer é que há problemas, e eu insisto, há problemas que são internos ao órgão, e há problemas que não podem ser atribuídos ao órgão. Não podem ser. Na minha opinião, o que ocorreu no ano passado, por tudo que eu apreendi nesse processo, por toda leitura que fiz dos processos administrativos, eu entendo que o Inep pagou um preço muito alto por um crime que foi cometido contra a instituição. A instituição se viu em uma situação muito difícil. E nós vamos, agora, verificar o que ocorreu esse ano com a mesma transparência que fizemos em relação ao ano passado, com mesma transparência.

Agora, eu reitero, eu, lendo todos os inquéritos, todas as apurações que foram feitas, eu não consigo verificar um erro grave, que tenha sido cometido pelo Inep, que concorreu com a questão da edição 2009. O Inep sequer foi informado da abertura de uma área anexa à gráfica para o embalamento do material administrativo e das provas. Portanto, em relação a esse episódio, eu penso que está suficientemente esclarecido pela apuração que foi feita.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Dando sequência, eu pergunto à Senadora Marisa, tem direito a uma réplica de dois minutos, aí nós vamos ser rigorosos com o tempo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sim, só--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Dois minutos para a senadora, para a sua réplica e dois minutos para a tréplica do Ministro .

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Os alunos que estão nos vendo e ouvindo, Sr. Ministro, tenho certeza que não estão satisfeitos, porque não ouviram de V. Exa. nenhuma vez dizer quando é que eles poderão requerer, como é que vai ser dada as provas, se as universidades vão... Aquelas que, nesse final de ano, precisam dessa nota no Enem vão esperar para que eles possam... Ser resolvida essa questão.

Quer dizer, eu acredito que é isso que os alunos estão esperando que V. Exa. diga, e não só o retorno ao ano passado, que o Presidente do Inep esteve aqui e falou. V. Exa. não veio o ano passado aqui, foi convidado.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu vim aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Não.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Vim.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

O convite meu, que eu fiz--

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pode se assegurar disso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Foi... Quem veio aqui o...

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu vim

tanto ao Senado quanto à Câmara.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Bom, quem veio aqui foi só o Presidente do INEP.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senadora, estou lhe dizendo que vim.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Bem...

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Agora, o que eu quero lhe dizer é o seguinte: em relação a essa pergunta que a senhora formula agora, assim o que o Cespe/Cesgranrio concluírem, e estão fazendo, nesse momento, a leitura de todo o material administrativo que retornou à base apenas nos últimos dias, a senhora há de convir que trazer o material administrativo de 113 mil salas de aula é uma operação que os Correios levam alguns dias para realizar. Estão sendo feitas as leituras do material e nós nos... Eu me comprometi, inclusive, antes de entrar nessa sala, com os jornalistas, de que os estudantes vão ser convocados por uma nova prova, com um detalhe: garantindo que o cronograma do edital será cumprido, ou seja, as notas vão ser divulgadas sem nenhum atraso no mesmo

prazo que foi pactuado com as instituições, primeira quinzena de janeiro, tá?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Próximo inscrito, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Agradeço, Sra. Presidente.

Gostaria, inicialmente, de fazer três referências. Em primeiro lugar, parabenizar os dois senadores e a senadora, autores do requerimento, para que nós, no Senado Federal, possamos estar fazendo essa Audiência Pública. Audiência Pública, para nós, senadores, é um enriquecimento, e acho que para a população como um todo também. Graças à TV Senado, a Rádio Senado, nós temos oportunidade de mostrar o que atuamos no Senado Federal e damos a oportunidade, aqui... Convidados possam aqui exercer os seus direitos e possam, na verdade, contribuir com a consciência nacional e a nossa própria consciência.

Gostaria, também, de parabenizar, no caso, o Ministro Fernando Haddad, pela exposição em nome do Ministério da Educação; pela sua presença democrática, muitas vezes nós temos uma certa dificuldade em trazer – a obrigação, só quando se trata de CPI e tal –, mas todas as vezes que o Ministro aqui foi convocado teve a gentileza democrática de estar presente; e também pela clareza das exposições, no seu aspecto técnico.

Por fim, no sentido de parabenizar a Comissão de Educação, na pessoa da Senadora Fátima Cleide, que eu considero essa comissão um xodó meu, pessoal, eu acho que além dos membros aqui presentes, mas a estrutura básica, a estrutura de apoio que faz essa comissão, eu reputo que talvez seja a melhor comissão, em termos de equipe, do Senado Federal. Então, parabenizo.

Agora, vou direto ao tema. A minha preocupação, Exmo. Sr. Ministro, se prende, ao se tratar de um tema que atinge jovens e atinge a educação. Então, nós estaríamos, assim, em termos, estrategicamente para o país, falando de dois assuntos importantíssimos, porque o jovem é o futuro do nosso país e a educação é uma coisa que nós todos brasileiros rogamos e torcemos para que o Brasil atinja níveis compatíveis com a sua inspiração de quinta potência mundial. Nós já chegaremos se tiver uma base de educação, uma base de ciência e tecnologia. V. Exa. sabe, mais do que ninguém, a respeito da importância tanto do jovem como da educação.

Então, quando se trata de jovens e quando eu, como nordestino, representando um estado do Nordeste, me deparo com números que são da monta de quê? Em 4.611.441 participantes. Nós temos um contingente

de 1.397.282, isto representa muito para o Nordeste. Então, o percentual de participação nordestina excede a qualquer outra, no tocante à atividade econômica, à população e tal. Razão pela qual eu me preocupei muito, e tenho me preocupado sobre este tema.

Outra minha preocupação se prende a custos. Eu tenho números, pelos elementos que tenho em mãos, dos custos de operação como essa, eu tenho os custos de 2009, na qual representa um investimento, e considero não uma despesa, mas considero um investimento de 116 milhões. E, na verdade, somente da parte gráfica, da reimpressão ou da impressão, são 34 milhões, 34,8 milhões. E não tenho o número de 2010, mas deve ser próximos, porque nós vivemos em uma economia estável, então, deveremos ter números próximos. Poderia até ter essa informação. Mas, na verdade, é uma operação que mexe com milhões de reais que são investidos nessa operação.

O fato em si, caro Ministro, é no sentido dos erros que aconteceram nos cadernos amarelos. Erros de impressões em alguns quesitos. Eu estou sendo pontual, no tocante ao problema, porque a cada ano acontecem fatos. Este ano me parece que foram os erros nos cadernos amarelos em alguns locais. Eu gostaria de relatar a posição presente, jurídica, e tenho a oportunidade de ler, aqui, um pequeno trecho, que é o seguinte: *"A liminar que suspendia o Enem, Exame Nacional de Ensino Médio, de 2010, foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal, o TFR da 5ª Região, nesta sexta-feira"*. Eu me reporto à sexta-feira, porque nós tivemos o sábado, o domingo e a segunda, dias que não tiveram atividade jurídica. A decisão foi tomada pelo Desembargador Luiz Alberto Gurgel de Faria, Presidente do Tribunal Federal da 5ª Região. Eu o conheço pessoalmente, é um excelente jurista, é um desembargador que honra o país, e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, talvez, seja um exemplo de Tribunal Federal no nosso país.

Então, por sorte, pelas decisões iniciais da Primeira Instância terem sido tomadas no Ceará, coube a este Tribunal Regional Federal, sediado em Pernambuco, em Recife, acolher esta decisão. Então, na verdade, eu gostaria de fazer essa referência, no sentido da extrema competência e extrema seriedade com que esse Tribunal trata esses assuntos. E a decisão do Tribunal ressaltou que a suspensão de um exame envolvendo mais de três milhões de estudantes traria transtornos de monta aos organizadores e aos candidatos de todo o Brasil, e que a alteração do cronograma do Enem repercutiria na realização dos vestibulares promovidos pelas instituições de Ensino Superior. Ainda dentro da decisão do Tribunal Regional da 5ª Região, do Desembargador Luiz Alberto Gurgel,

o desembargador destacou, ainda, a possibilidade de um elevadíssimo prejuízo ao erário, razão dos custos que eu levantei os números, para contratação dos serviços para impressão e aplicação de novo exame a todos os inscritos.

Para o desembargador, a decisão do juiz federal cearense, louvada em eventual irregularidade nas provas de menos de 0,05% dos candidatos, equivale a dois mil estudantes, finda por prejudicar todos os demais, cerca de três milhões, afrontando o princípio da proporcionalidade. A demora e o fato gerariam dois ou três meses para que fosse organizada uma nova produção do evento Enem.

Então, na verdade, dito esses pontos, eu gostaria de relatar que para mim, cidadão, restam as lições, que na verdade é o aprimoramento no certame e, na minha visão, também um necessidade de uma maior competitividade entre as gráficas, para que nós possamos evitar alguns riscos de erros e de condições financeiras.

A minha pergunta, finalizando, é o que será aprimorado em 2011? O que é o que Ministério pensa em 2011? E o que poderá ser feito? Já que abrange seis instituições, das quais duas são gráficas, e essas duas gráficas são empresas privadas, e eu venho, minha origem é empresa privada, então a minha preocupação maior visa... Em se tratando de apenas duas que estão tecnicamente habilitadas, isso, lá na frente, não vai gerar um duopólio que vai implicar ou erros ou em fraudes licitatórias, a minha preocupação visa mais no aspecto: o que é que o Ministério está pensando, no sentido de, estando ancorado, simplesmente, em duas empresas que possam, tecnologicamente, fazer um evento desta monta, o que é que pode ser feito para melhorar, no futuro, para permitir uma pulverização maior de empresas que possam efetuar a parte gráfica deste certame?

Parabenizo a todos. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra o Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senador, eu estou absolutamente convencido de que para nós habilitarmos novas empresas gráficas a participar do processo licitatório só há um caminho: mais de uma edição por ano. Com mais de uma edição por ano, os inscritos em cada edição vão se reduzir. Aliás, eu não acredito que esse número de quase cinco milhões de inscritos se mantenha, porque três milhões, dos 4 milhões e 600 mil inscritos, são egressos no Ensino Médio, não são concluintes, já deixaram o Ensino Médio. Estão vendo no Enem, na expansão das oportunidades educacionais, uma razão de voltar a estudar, o que é

muito bem-vindo. Cada brasileiro que se sinta mais apto a voltar a estudar, tanto melhor para o país. Mas não acredito que esse número se repita nos próximos anos, mesmo com uma edição.

Com mais de uma edição, nós vamos ter um número menor de inscritos por edição. Suponha que nós tenhamos duas edições de dois milhões de alunos, ou um pouco menos. O que é que vai acontecer? Outros parceiros vão se habilitar à aplicação do exame e, com o edital tornado público, empresas gráficas que têm grande capacidade operacional, mas pouca cultura de sigilo, vão se preparar para ter cultura de sigilo. Essa gráfica que eu fiz referência, ela é uma gráfica que imprime talão de cheque, bilhete de loteria, ou seja, passaporte para a Polícia Federal, é uma gráfica que está qualificada para impressão com sigilo. E o erro que ela cometeu se deve ao fato dela ter sido extremamente zelosa com a questão de sigilo, não permitindo que os funcionários que trocam chapa vissem a própria chapa, fizessem isso por um sistema de código.

E foi esse sistema, absolutamente imune a que alguém tome contato com o conteúdo da prova é que gerou o problema, que ela assumiu integralmente, inclusive, no que diz respeito aos custos de reaplicação para qualquer aluno que tenha sido prejudicado. Qualquer aluno que tenha sido prejudicado por esse problema vai ter oportunidade de fazer uma segunda edição. Eu repito: não importa de que estado, não importa de que classe social, nós vamos fazer um pente-fino em todas as possibilidades possíveis e imagináveis para que isso se realize o quanto antes, sem comprometer, de maneira nenhuma, o cronograma que estava estabelecido.

Então, respondendo a sua pergunta. O Enem tem um custo por inscrito muito baixo. O custo por escrito do Enem é de R\$ 40,00, apenas. Qualquer exame de vestibular ou qualquer concurso público é um múltiplo disso. O Enem, portanto, tem um custo muito enxuto, porque a escala dele permite que isso aconteça. Então, o problema, na minha opinião, se resolve com mais uma edição. Se nós tivéssemos mais uma edição, como, aliás, estava programado para esse ano ter, conforme eu relatei, eu penso que nós teríamos menos atropelos, mais tranquilidade, mais parceiros, mais empresas interessadas em colaborar com o setor público para realização do exame dessa importância.

Então, eu entendo que fala-se muito em regionalizar, mas regionalizar dependeria de um banco de itens que se constitui ao longo de anos e não de meses. [soa a campainha] O que é desejável fazer é mais de uma edição por ano para que se diluam os riscos, se aumentem as oportunidades, o aluno poder fazer mais de um exame por ano vai ser bom, vai gerar menos

angústia e tudo mais. E, além disso, vai permitir que outras instituições se habilitem a participar e colaborar com o Inep para a sua realização.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço, eu teria direito, da mesma forma que minha vizinha e amiga Marisa Serrano, a ter, não é a réplica, mas é uma constatação. Está constatado de que o duopólio não foi benéfico. Está constatado de que tecnicamente essas duas empresas, elas que, na verdade, pelo gigantismo da operação, elas, talvez, sejam as únicas habilitadas, mas um ano uma errou, o ano seguinte a outra errou.

Então, eu acho que algo tem que ser pensado para que se fracione esta operação de uma forma que outras gráficas brasileiras possam, de forma idônea, exercerem o seu trabalho e, fundamentalmente, o governo fique liberto do aspecto que é o risco financeiro de só duas poderem competir. Isto, realmente, traz uma suspeição positiva, no sentido... A respeito de que isso pode estar mais caro do que nós merecemos estar pagando.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Roberto Cavalcanti.

Antes de passar a palavra para o Senador Alvaro Dias, só para esclarecer uma questão que foi levantada aqui, pela Senadora Marisa Serrano, na realidade dos dois têm razão. A Senadora Marisa Serrano apresentou um requerimento para a vinda do Presidente do Inep, no ano passado, o Presidente veio, foi uma audiência. Nós tivemos outra audiência, no dia 14 de outubro, uma quarta-feira, realizada às 14 horas, com a presença do Ministro Fernando Haddad, que pediu para vir, usando um dispositivo do Regimento do Senado Federal. Só para esclarecer.

Com a palavra Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidente, primeiramente, constatar que a imprensa, no último final de semana, apresenta um relato dos protestos ocorridos em todo o país, e é bom destacar que esses protestos ocorreram sem organização formal e oficial da entidade representativa dos estudantes, a UNE. Foi uma manifestação espontânea. Ela pode ser considerada insuficiente, sob o ponto de vista da organização, mas ela reflete essa enorme insatisfação que, certamente, permeia os estudantes brasileiros. E eu vou ser bastante sucinto para, nesse período, conseguir fazer as indagações.

O Ministério tem defendido a aplicação de uma nova prova. O Presidente Lula disse que o Enem foi um sucesso, é um sucesso, que foi uma grande coisa idealizada no governo que o antecedeu, e ele tem razão. Mas há aí... Ele disse que, se fosse necessário,

o governo organizaria novas provas. O Ministério tem defendido a aplicação de uma prova apenas para os alunos que foram prejudicados no Enem. Seguindo essa tese, o princípio da isonomia no concurso público estará sendo diretamente agredido. A aplicação de novas provas só para alguns colocaria os outros candidatos em desigualdade de condições. Então, para corrigir uma situação caótica, provocada por uma série de erros, o Ministério se utilizará de meios inadequados para tentar corrigir o problema. É esta a questão. Todos os que se julgam prejudicados farão estas provas? Na verdade, há milhares de pessoas que se julgam prejudicadas, milhares de queixas foram apresentadas à Advocacia Pública. Esta é uma questão.

A outra indagação: foi elaborada uma estrutura analítica de projeto adequada à proporção da aplicação da prova? Houve análise de previsão de riscos pelo MEC? Se esses riscos foram devidamente mitigados através de ações preventivas. Os fornecedores contratados foram escolhidos por critérios de competência histórica? Os contratos previam cláusulas devidas de segurança da informação, redundâncias das operações? Houve monitoramento e controle adequado das atividades do projeto? Houve diligenciamento das atividades atribuídas aos fornecedores?

Nós continuamos com professores malpagos, infraestruturas educacionais, muitas vezes, em péssimo estado, alunos sem motivação alguma de estudar. E o que se vê são erros que não deveriam estar ocorrendo. No ano de 2009, logo após uma reformulação do Enem proposta pelo MEC, o que vimos foi uma prova malfeita, cometendo um erro infantil. Publicou, no domingo, após a realização do exame, o gabarito. Esse gabarito considerava corretas respostas que eram totalmente absurdas ao que fora perguntado. Depois de algum tempo, o Enem colocou o gabarito correto, como se nada tivesse acontecido, e não deu qualquer explicação. E falhas voltaram a acontecer agora em 2010. Daí a indagação. São falhas que nós consideramos até ingênuas: celulares dentro de uma sala, erros de impressão, grafia... No caderno de perguntas, as questões de 01 a 45 eram de Ciências Humanas; de 46 a 90, de Ciências da Natureza. Na folha de respostas, o cabeçalho de Ciências da Natureza aparecia primeiro na numeração de 01 a 45; o de Ciências Humanas vinha depois, na numeração de 46 a 90. Esse não é um problema qualquer, é um erro grave. Não basta os fiscais chegarem, na hora da prova, e alertarem os estudantes que a prova está cheia de erros e que eles, além de prestarem atenção com o conteúdo da prova, prestem, também, atenção com os inúmeros erros no exame. Alguns estudantes declararam que as orientações mudaram várias vezes durante a prova. Diante

de uma bagunça dessas, o Sr. Ministro ainda acredita que o exame foi um sucesso?

Eu peço permissão só para concluir as indagações. Mas, neste item, eu indagaria... O Ministro fez referência a um noticiário de TV; esse noticiário relatou, inclusive, que, nos Estados Unidos, onde há um exame similar desde 1901, quando há falhas, há indenização. Houve uma falha, a indenização foi de mais de 400 dólares por estudante. Nós indagamos: e, aqui no Brasil, há essa indenização? O governo cogita de indenizar os alunos prejudicados? O que será feito para corrigir esse erro? E a responsabilização: até que ponto o governo vai admitir a impunidade que, certamente, estimula a repetição do erro?

Em todos os problemas evidenciados no último Enem, nós aprovamos, aqui, na semana passada, apesar de todos esses problemas, com votos contrários do PSDB e do DEM, uma medida provisória que prorroga os contratos dos consultores do Inep responsáveis pelo Enem. Como V. Exa. vê a prorrogação do contrato de consultores, já que o trabalho realizado não convence? Os erros cometidos foram erros crassos.

E, agora, uma indagação. Em que pese o fato de V. Exa. já ter abordado essa questão, eu quero lhe dar a oportunidade para ser ainda mais convincente. V. Exa. nomeou Joaquim Neto, que está ao seu lado, ex-Presidente do Cespe, para a Presidência do Inep, e consta que essa nomeação foi recebida com certa desconfiança, em razão de ter sido, antes, fornecedor e passar para fiscalizador do órgão que presidia anteriormente. Ou seja, em linguagem bem popular, seria colocar o cabrito cuidando da horta. Ou seja, ele era do instituto fornecedor e passa a ser do fiscalizador; se isso não retira a autoridade na fiscalização.

O Cespe foi um dos institutos contratados, e sem licitação. V. Exa. já explicou por que a contratação é sem licitação. Como V. Exa. explica esta situação? O senhor acha que o atual Presidente do Inep pode se considerar tranquilo para realizar a fiscalização, já que ele presidia, antes, o órgão fornecedor?

São algumas questões. Eu teria muito mais, até porque solicitei que me enviassem sugestões de perguntas através da internet, e V. Exa. pode imaginar a quantidade de perguntas que chegaram para que eu pudesse transferir a V. Exa. Isso é impossível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra, o Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senador, eu vou começar a lhe responder pelo que me parece muito importante nesse momento, que é a honra dos servidores. E sem prejuízo de... Se o senhor permitir, passar a palavra para o próprio Professor Neto para

se defender das acusações que o senhor faz. Eu gostaria--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Primeiro, eu não faço acusações, eu faço perguntas.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pois não, subjacente às perguntas--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu disse o seguinte: consta que houve constrangimento.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pois não. Eu entendi.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu não estou fazendo acusação. Eu estou querendo esclarecimentos.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: O senhor é um homem muito inteligente, o senhor sabe que a pergunta revela a intenção.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Se eu tivesse um fato concreto, eu faria acusação. Eu não faço. Não gosto de ser injusto, Ministro.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: O que eu quero lhe dizer, senador, é que nós estamos diante de um professor titular da Universidade de Brasília, que tem uma carreira acadêmica, que tem um currículo disponível, que tem serviços prestados ao país, que recebe o salário de professor e que fez parte de uma repartição pública... De uma repartição pública--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas, Ministro, eu quero poupá-lo desse histórico. A pergunta é pontual.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Senador Alvaro Dias. Não podemos interromper o Ministro enquanto fala. Depois, o senhor terá um tempo para a réplica. Por favor, senão a gente não vai concluir nunca.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Por economia de tempo, eu gostaria que o Ministro poupasse-nos de ouvir o relato do currículo da pessoa que V. Exa. nomeou. Nós queremos saber, apenas, se há essa tranquilidade.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, mas se eu não falo do currículo, eu não explico a nomeação. Como eu vou justificar a nomeação de alguém que era professor e estava em uma função, continua professor e está em outra? Eu tenho que falar dos critérios pelos quais eu escolho os meus assessores. E do mesmo jeito que eu escolhi, quando assumi o Ministério, para presidir o Inep, um professor titular da Universidade de São Paulo, cujo currículo ninguém questiona, para as funções que assumiu, eu estou justificando. Porque, em virtude de o Professor Reynaldo ter deixado o Inep, eu convidei o Professor Neto. Foi rigorosamente pelas mesmas razões, com um acréscimo: o Professor Neto, além de especialista em avaliação educacional, ao di-

rigir o Cespe, acumulou um conhecimento em logística imprescindível para a realização de exames de porte, como é o caso da Prova Brasil, do Encceja, do Enem e do Enade. Então, é a pessoa que, naquela ocasião – e continua sendo assim –, me parecia a pessoa mais qualificada, pelo seu histórico, pelo seu currículo, para assumir as funções que assumiu. Depois, ele pode explicar as providências, do ponto de vista logístico, que tomou para assegurar que o exame transcorresse da melhor maneira possível.

Segundo lugar. Eu penso que, daquilo que recai sobre a responsabilidade do Inep, os episódios do ano passado, eu já fiz questão de sublinhar. Me parece que tudo apurado conforme foi... E eu coloco à disposição de V. Exa. todo o processo administrativo, para que se aproprie das informações cabíveis... Assim como a CGU e o TCU têm acesso, o senhor pode fazer um requerimento, absolutamente informal, e terá acesso. Não houve, da parte dos servidores do Inep, nenhuma responsabilização pelo crime cometido contra a instituição.

E eu faço questão de frisar, senador, também, de maneira bastante firme, o Inep, depois de ter sido violentado por um crime, foi capaz de recuperar 40 dos 60 dias de atraso acarretados pelo adiamento da prova. Eu lembro ao senhor que o exame foi adiado por 60 dias, mas os resultados saíram apenas 20 dias depois do previsto, apenas 20 dias. Isso significa que o Inep conseguiu recuperar, na volta das provas, 40 dos 60 dias previstos. Ao tentar realizar essa recuperação, para que não prejudicasse o calendário universitário, algumas falhas de TI foram cometidas, mas em proveito de um calendário e sem prejuízo de nenhum estudante. O senhor não queira saber o que foi a tarefa de divulgar os resultados ainda em janeiro, depois de adiarmos, por 60 dias, as provas, em virtude de um crime que foi cometido. Não queira saber. E o Inep foi capaz de realizar toda esta operação sem prejudicar o calendário universitário.

Quando eu assumi o Ministério, Senador Suplicy, o calendário universitário estava 120 dias atrasado, o calendário, em função de greves recorrentes. E, hoje, faz cinco anos, não há um atraso do calendário escolar, nenhum atraso do calendário escolar. Mas não é só para os alunos que fazem Enem, para todos os estudantes. Imaginem vocês se nós recuperarmos o prejuízo, já que o senhor fala em indenização, que é uma ideia que tem que ser mais bem-avaliada. Não considero essa ideia afastada. Me parece que, em virtude das grandes avaliações, nós temos que considerar possibilidades: mais de uma prova... Em casos de prejuízo insuperável, como o poder público vai reagir? Bom debate.

Mas, quando o calendário universitário estava atrasado em 120 dias, em função do sucateamento das federais, ninguém levantava a hipótese de indenizar os alunos que levavam seis ou sete anos para se formar. Levavam seis ou sete anos para se formar, não por culpa deles, mas por culpa das greves que ocorriam, ano sim, ano não, nas universidades federais. Veja como é possível aprender com a história e especular sobre formas alternativas de reparação. Não vejo por que não nos debruçarmos sobre essa hipótese e constituirmos um grupo para analisar, no limite, se é o caso ou não. Mas quero lhe lembrar: nós prejudicamos a formatura de milhões de brasileiros que conviveram, ao longo da década passada, com greves recorrentes nas federais, sem a oportunidade de se formar. Profissionais que deixaram de exercer o seu ofício em virtude do descaso, à época, do poder público com o parque das universidades federais.

Professor Neto, se o senhor quiser fazer referência à questão--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Agora não.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Agora não? Perdão. Eu estou...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Porque a audiência é [ininteligível].

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Está bem. Mas eu coloco... O Inep está à disposição para voltar a Casa e discutir alguns detalhes técnicos que o senhor colocou, que seriam mais bem contemplados se o Presidente do Inep respondesse.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Dois minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não. Antes de mais nada, dizer ao Sr. Joaquim José Soares Neto que não faço nenhum julgamento sobre o comportamento adotado no Inep, apenas faço referência às falhas que são, realmente, falhas injustificáveis, já que, muitas delas, falhas terrivelmente simplistas, que poderiam ser perfeitamente evitadas, em uma demonstração de que a eficiência está muito distante daquilo que se deseja.

Eu reitero essa questão, que não foi respondida, sobre a realização das provas para alguns que se sentem prejudicados, se isso não contraria, inclusive, o princípio da isonomia do concurso público. E apenas dizendo que, em relação ao que ocorreu no passado, nós não estamos no passado, nós estamos no presente e temos que focalizar o momento que estamos vivendo. Portanto, eu não poderia, aqui, voltar ao passado para trazer... E indagar do Ministro situações anteriores.

Mas eu vejo que, nos últimos anos, nós tivemos uma evasão nas nossas universidades federais. Tive-

mos um decréscimo de matrículas. Quando se fala em expansão, é preciso verificar que, de 6% ao ano, de crescimento, nós passamos a 3,2% entre 2003 e 2008. E tivemos, também, de 158 mil novas matrículas para 76 mil no mesmo período subsequente. Portanto, há um recuo em matéria de expansão do ensino, pelo menos nas universidades federais.

E quanto ao ProUni, apenas solicitar do Ministro uma atenção para falhas e irregularidades que estão sendo denunciadas, em relação ao ProUni, pelo Tribunal de Contas da União, que detectou, no final de 2008, bolsistas com renda pessoal superior a 200 mil por ano beneficiados pelo ProUni. O relatório apontou 1.700 estudantes com carros de luxo registrados em seu nome. A auditoria também mostrou que a apresentação de documentos é falha. Em muitos casos, faltam comprovantes de renda, de residência e de renda familiar. Estamos aproveitando a presença do Ministro, apenas, também, para colocar essas questões.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Posso responder?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pode. Dois minutos.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Em relação à lei do ProUni, ela estabelece que a conferência pela fidedignidade pelos dados prestados compete às instituições de ensino e que só em caso de denúncia, como foi o caso, o MEC atua para coibir qualquer tipo de abuso. Os bolsistas identificados foram desligados do programa, senador, há mais de um ano. Talvez o senhor não tenha tomado conhecimento disso, mas eu faço questão de encaminhar os desligamentos a V. Exa., para que V. Exa. tome conhecimento. Esse caso específico da renda se comprovou equivocado. Foi um erro de preenchimento da RAIS por parte do empregador. Então não se constatou essa questão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Agradeço a V. Exa. o envio da...

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pois não. Em relação ao número de concluintes, o senhor observa o número de concluintes e não o número de ingressantes, daí a razão do seu espanto em relação aos números. Na verdade, o número de concluintes de 2008 se refere ao número de ingressantes no vestibular de 2002. Então, como no vestibular de 2002 para 2003 entrou muito pouca gente, se formou pouca gente em 2008, cinco anos depois. Então, é só fazer a conta do calendário universitário que o senhor vai localizar que o problema se deu no vestibular de 2002 para 2003, quando o número de vagas disponíveis nas federais era, realmente, muito baixo. De lá para cá, nós dobramos as vagas de ingresso, e o senhor vai ter a repercussão disso ao longo dos anos, porque os jovens brasileiros,

como em todo o lugar do mundo, levam de quatro a cinco anos para fazer a sua graduação.

Em relação ao tema mais importante que o senhor coloca, que é a questão da prova. Por que o Presidente do Tribunal Federal cassou a liminar? Ele cassou a liminar justamente porque ele não entende que há quebra de isonomia. Esse é o fundamento da decisão que cassou a liminar. Então, eu vou encaminhar ao senhor a nota técnica do Inep e a própria decisão do desembargador, Presidente do Tribunal Federal, para a sua consideração. Não há quebra de isonomia quando as provas respondem à teoria da resposta ao item. E eu fiz questão de frisar os eventos do ano passado, que nos obrigaram a formular três provas do Enem sem nenhuma objeção por parte do Ministério Público.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ministro, eu quero, na ocasião, solicitar a V. Exa. que os mesmos documentos a serem encaminhados para o Senador Alvaro Dias sejam encaminhados também à comissão.

Com a palavra, o próximo inscrito. Pela liderança do Partido dos Trabalhadores, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro Fernando Haddad, nosso Presidente Joaquim José Soares Neto.

Quero, primeiro, aqui, publicamente, agradecer a V. Exa. de colocar o seu currículo acadêmico prestando serviço ao país e enfrentando um desafio dessa magnitude. E me solidarizar publicamente, aqui, com o nosso Presidente do Inep.

Eu queria dizer, Ministro, que acho que a sua gestão vai marcar a história da educação no Brasil. Não há como apagar o que foi feito. O ProUni foi uma política de inclusão social absolutamente inédita, inteligente, criativa e abriu as portas das universidades para muitos alunos que jamais poderiam ter essa expectativa. Dobrar as vagas na rede pública de Ensino Federal – e a mesma coisa foi feita em relação às escolas técnicas federais – é uma conquista absolutamente excepcional. Hoje, nós temos um quadro de estabilidade nas universidades federais, de dedicação, de motivação, de carreira, de melhora no ambiente. Não é só que a verba foi triplicada para a educação – o que também é uma coisa espantosa, porque nós passamos anos, nesse país, em que a verba simplesmente era mantida, sem nenhum acréscimo em termo real –, é que houve inovação nas políticas de educação, especialmente naquilo que é competência direta do MEC. E V. Exa., com o seu talento, com a sua competência, foi absolutamente indispensável nessa conquista.

Sobre o Enem. O Enem que nós estamos discutindo, hoje, não é o Enem que nós tínhamos antes. Hoje, o Enem é um instrumento de acesso à universidade pública e ao ProUni. Essa é a mudança de qualidade republicana. O Enem, hoje, é uma política de inclusão social no Ensino Superior, é uma política de dar isonomia de acesso aos estudantes. E é evidente que, à medida que o Enem se consolida, ele vai prejudicar interesses que estavam acomodados com o padrão anterior de pagamento de matrículas para o vestibular, de cursinhos, de toda uma estrutura que vivia em um padrão que tem que ser superado. Se a gente olhar a Europa, os Estados Unidos, o Japão, nós vamos ver que esses países já superaram essa estrutura, e o Brasil vai ter que superar. E, para isso, vai ter que viabilizar o Enem.

Então, se há alguns, e, evidentemente, há, que querem, a pretexto dos erros que foram cometidos, tentar destruir a credibilidade do Enem para que haja um retrocesso ao padrão anterior, quero dizer que nós estaremos aqui para defender que a gente avance em direção ao Enem. Não acho que toda a oposição está nessa posição. Seguramente, não está. Tenho certeza que a Senadora Marisa Serrano, por exemplo, que é uma pessoa atenta aos temas da educação, não está nessa posição.

Nós temos que aprimorar o Enem. A questão que fica é: primeiro, os alunos que foram prejudicados, como já aconteceu no passado, terão seus direitos assegurados? Como o Ministro está dizendo, hoje, aqui, terão. O *site* está no ar, eles podem se inscrever. O MEC está recebendo as dez milhões de provas que foram efetivadas, e dentro do prazo estabelecido. Portanto, não haverá nenhum prejuízo de acesso às universidades. Será feito um novo exame para aqueles que se enquadram dentro do prejuízo material que foi feito por essa impressão indevida de uma gráfica que tem padrão, mas que errou. Então, essa é a questão imediata.

Qual é o debate mais profundo que nós temos que fazer aqui, hoje? É: nós reconhecemos, como a ONU, a UNESCO, a UNICEF reconhecem, e todo o acesso, por exemplo, ao ensino público, ao ensino universitário americano... O TOEFL, por exemplo, que é um exame de habilidade de língua, é feito com a metodologia da teoria da resposta ao item. Você entra em uma sala... Um dia que nós tivermos toda a escola pública informatizada, nós poderemos fazer assim. Você entra em uma sala, aquele exame só tem para 50 alunos. Acabou aquele exame, aquele exame não existe mais. Imediatamente, é dissolvido e não sai com um documento da sala. E é um exame que é feito no mundo inteiro, para todos os países que querem acesso a línguas e

o reconhecimento das universidades e a estrutura de ensino americana.

Então, é possível dar esse salto, porque existe, consolidado, do ponto de vista pedagógico e dos especialistas, como o Professor Joaquim José Soares Neto, de que é possível fazer uma avaliação nos mesmos moldes, com questões diferentes, sobre os temas que estão sendo analisados. Esse é o ponto central, porque se essa teoria é reconhecida, pode ser feito um novo exame sem prejuízo da isonomia dos alunos que prestaram o Enem. E a oposição reconhece que essa teoria existe, tanto que já foi utilizada no Brasil. E a Senadora Marisa sugere: “Vamos fazer por região”. Ora, se nós podemos partir, no futuro, o Enem para fazer por segmentos, por exemplo, regionais, significa que nós podemos partir, hoje, para fazer uma nova prova para quem foi prejudicado, porque o princípio da isonomia está assegurado.

Então, a oposição reconhece que pode ser feito um novo exame e que os prejuízos serão... A não ser o prazo, a ansiedade que é própria – e eu quero, aqui, me solidarizar com os alunos que foram prejudicados involuntariamente –, toda aquela ansiedade juvenil, aquela expectativa, que foi prejudicada, mas, do ponto de vista metodológico, internacionalmente é reconhecido que poderá ser feito, com o banco de informações que o MEC tem, um novo exame, sem nenhum prejuízo do acesso.

Bom, se nós temos a teoria de registro dos itens, eu acho que nós devemos discutir, para o futuro, exatamente a possibilidade de tentar superar o gigantismo, porque é evidente que, com essa magnitude do exame, a logística, o sigilo, a operacionalização, o desafio é de tal ordem que, na cadeia do processo de implantação, seguramente vai ter algum tipo de prejuízo material. Por exemplo, o caminhão que tombou; por exemplo, a luz que caiu; por exemplo, a Amazônia, que, esse ano, a seca... O pessoal do interior não conseguia chegar. Então, você vai ter prejuízo material... Ou o caso do presídio. Então, se nós reduzirmos, conseguirmos partilhar o exame... Por exemplo, como era no passado. Nós tínhamos Ciências Humanas, Biomédicas e Exatas, e eram acessos diferentes. Com isso, você tinha, já, um conceito da prova, uma ênfase na prova diferenciada. Já diminuía o risco. E tinha problemas, no passado: questões que eram anuladas, inclusive provas que foram analisadas. Me lembro, na USP, muitos problemas em muitos vestibulares.

Então, eu sugiro que a gente pense no futuro. Talvez não só fazer dois exames, mas, eventualmente, repensar uma fragmentação ainda maior para eliminar o gigantismo e esse ambiente que nós criamos de insegurança, a dificuldade de informação para as

pessoas que ainda não têm seguro que existe uma teoria do registro do item, que é internacionalmente reconhecida, na qual o MEC se baseia para fazer uma nova prova nas mesmas condições de competitividade daqueles que já fizeram.

Então, eu acho que nós temos, sim, uma perspectiva muito positiva de consolidar o Enem, de garantir todo esse avanço que foi feito e reparar, evidentemente, um erro que eu sei que trouxe uma inquietação, um prejuízo. Eu quero, aqui, expressar a minha solidariedade com todos os alunos do Enem, mas eles têm que estar seguros que a lisura do processo, que a isonomia da oportunidade está assegurada. Todos terão a mesma oportunidade de concluir o Enem, e dentro do prazo que foi estabelecido, que é o mais importante. Acho que o Inep tem que trabalhar com toda a ênfase. Depois dessa audiência aqui, o Joaquim José Soares Neto vai trabalhar ainda com mais empenho e dedicação e garantir que, dentro desse prazo, essas dez milhões de provas sejam analisadas e a gente possa fazer e entregar as notas.

Então, eu quero dizer que acho que essa crise abre uma oportunidade. Se a sociedade entender – como está entendendo, essa audiência aqui, a própria oposição – que é possível fazer uma nova prova garantindo o princípio da isonomia da competição, nós poderemos fazer mais de um Enem e reduzir o risco, no futuro, estabelecendo um ambiente ainda mais favorável a esse avanço fantástico que V. Exa. ajudou a patrocinar, que é a inclusão social no ensino público e particular brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ministro Fernando Haddad.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Agradecer a fala do Senador Mercadante e fazer referência a esse aspecto, a essa dimensão, porque o Enem pode ser analisado por esses problemas que ocorreram e a dificuldade que é para o estudante obter a sua reparação, aguardar as providências do setor público, mas quando se fala que o Enem é um projeto bem-sucedido, nós estamos fazendo referência ao fato de que 4 milhões e 600 mil pessoas se inscreveram e 230 mil vagas vão... Oitenta e três mil de federais e 150 mil do ProUni vão utilizar esse critério como forma mais democrática e republicana de seleção. Então, é preciso olhar a dimensão toda da questão, sem prejuízo--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E 3/4 dos alunos não pagaram nada.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pois é. O que eu estou querendo fazer referência é que nós temos que olhar o Inep em toda a sua complexidade, e o exame dentro de um contexto de ampliação das oportunidades e do fim do gargalo entre o Ensino Mé-

dio e o Ensino Superior. Nos dizeres de um jornalista, dizeres que eu gostei muito, ele diz o seguinte: “*Nós estamos transformando um gargalo em uma banda larga. Banda larga de acesso à Educação Superior*”. É nesse contexto que nós temos que avaliar o projeto.

E é óbvio, em relação às questões que o senhor coloca, Senador Alvaro Dias, a questão é equacionar, mas, deslocado do todo, a questão fica diminuída. E eu penso que, para a educação brasileira, nós temos que enxergar o que está sendo feito de expansão do acesso pelo FIES – sem fiador –, pelo ProUni, pela expansão das federais, onde o Enem se encaixa como uma dimensão do processo.

Então, ou nós analisamos o conjunto da obra, que é transformar o gargalo em banda larga, ou nós vamos, realmente, ficar aqui estigmatizando um órgão, estigmatizando um servidor, ao invés de buscarmos alternativas, como fez o Senador Mercadante, para que esses problemas, se ocorrerem, tenham uma repercussão muito diminuída à luz de futuras inovações.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um último comentário. Se um servidor público que trabalhava em uma repartição pública, por exemplo, na política de formulação, e depois é encaminhado para uma função, pela sua competência, pelo seu currículo, de fiscalização, não pudesse fazer essa mudança, seria a mesma coisa que dizer que eu que fui um senador da oposição não poderia estar na base do governo, e o Senador Alvaro Dias vice-versa. E eu acho que, pela experiência concreta, é melhor que eu continue na base do governo e ele na oposição. Ajuda mais o país.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Próximo inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, prezado Ministro Fernando Haddad, Professor Joaquim José Soares Neto, Presidente do Inep. Quero, também, agradecer a iniciativa do Ministro Fernando Haddad, já de pronto, na semana passada, ter dito que viria aqui atender o convite, a iniciativa tanto da Senadora Marisa Serrano como também do próprio líder do governo, Senador Romero Jucá, e de toda a comissão.

Eu gostaria de especificar algumas questões, tendo em conta toda a explicação já dada. Primeiro, quantos alunos, efetivamente, foram prejudicados? Porque há referências acerca de dois mil a 0,05% dos que, efetivamente, fizeram exames. Os que fizeram exame foram 3 milhões e 300 mil, aproximadamente, de 4 milhões e 600 mil inscritos. Uma pergunta é: por que, dos 4 milhões e 600 mil inscritos, houve apenas 3 milhões e 300 mil que fizeram? E se, por acaso, houve

alguma situação desses que deixaram de fazer, que tiveram impedimentos, que se, porventura, for feito um novo exame, se eles poderão também comparecer. Aqueles que, efetivamente, se sentiram prejudicados, qual a maneira de fazer a inscrição? É apenas acessar, como disse o Senador Aloizio Mercadante, a página do MEC ou do Inep? Qual é a instrução que deve ser dada a estes?

A Senadora Marisa Serrano, há pouco, me disse que V. Exa. não havia respondido inteiramente essa questão, e muitos estudantes estão nos ouvindo e ouvindo a V. Exa. Eu também queria sugerir à nossa Presidente que possa, em algum momento, ainda antes de ser encerrada a nossa audiência, poder, também, ser dada a palavra ao Presidente do Inep, já que o Ministro Fernando Haddad o convidou para estar junto, pelo menos para ouvir alguns esclarecimentos, se ele avaliar que podem ser úteis para nós.

E há uma questão que eu gostaria de ser melhor esclarecido e, certamente, para todos que estão acompanhando esta tão relevante sessão. Pois, eu imagino que a hora que o juiz do Ceará mencionou: “*Vamos anular todo o exame e ter que realizar de novo*”... E não apenas para, se forem dois mil, os prejudicados... E eu até agradecer se puder nos dizer como estão distribuídos, estes que foram prejudicados, no território brasileiro: se foi ali mais no Ceará, onde houve a iniciativa do juiz; se foi no Mato Grosso do Sul, um dos lugares onde houve manifestação; ou em São Paulo.

Eu queria até lembrar ao Senador Alvaro Dias, que mencionou que as entidades estudantis não realizaram protesto, mas eu pude acompanhar, pela imprensa, que o Presidente da UNE, o Presidente de entidades representativas de estudantes secundários estiveram, inclusive, dialogando com o Ministro e pediram esclarecimentos logo nos primeiros dias ou nas primeiras horas após. E, portanto, avalio que, pelo menos muitos deles, consideraram que foram adequadas as respostas. Mas ainda estou vendo nos jornais de hoje, no “O Estado de São Paulo”, por exemplo, que a Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte, por exemplo, esteve na manifestação, ontem. Então, houve algumas entidades... Algumas foram dialogar diretamente com o Ministro, e se sentindo responsáveis, mas outras, inclusive, saíram às ruas.

Mas a questão a que eu estava me referindo, que pode ter levado o juiz lá do Ceará a pedir até um novo exame, o que a Justiça acabou não decidindo assim, é se poderá haver dois exames para... No caso eventual... Perdão. A questão é: como pode ser feita outra prova equivalente a primeira só para uma parcela de alunos, não importa o seu tamanho, que se sentiu pre-

judicada? Quer dizer, na medida em que as perguntas e respostas já tenham até o seu gabarito publicado, esta segunda prova terá um valor equivalente para que as pessoas possam ser avaliadas e de uma maneira tal que todos se sintam com equidade? Eu agradeceria se o Ministro Fernando Haddad possa dar uma explicação sobre como é este sistema, porque acho que muitas pessoas gostariam de conhecer essa técnica que permite que possa ser feito até mais de um exame para o mesmo tipo de qualificação.

E relacionada a esta pergunta, no caso de haver dois exames, seja porque, digamos, algumas pessoas, até por motivos religiosos, não podem fazer naquele sábado e daí fazem no dia seguinte, ou por qualquer outra razão, ou porque houve um impedimento, digamos, um fenômeno climático, uma tempestade ou algo que tenha impedido alguns alunos, em algum lugar do Brasil, de realizar o exame, então o MEC ou o Inep poderia até marcar um segundo exame, por qualquer razão que alguém tenha se sentido prejudicado. Então pode ser realizado um novo exame, mas por que este novo exame, pela técnica adotada, tem uma equivalência do ponto de vista da nota de classificação? Eu acho que isso é importante podermos ser esclarecidos a respeito.

Agradeceria, também, se pode nos dizer quais são as duas gráficas mencionadas que têm a capacidade de realizar e qual aquela que foi em 2010, então, a que realizou o exame, ou se foram as duas. E, quando dos problemas havidos em 2009, eu me lembro que algumas das universidades informaram que não iriam utilizar o Enem, pelo menos naquele ano, mas resolveram fazer os vestibulares. Noto, também, que algumas universidades parece que utilizam o Enem parcialmente. E eu pergunto se, na medida em que os problemas do Enem forem todos superados, em que medida praticamente todas as universidades passarão a utilizá-los?

E a última questão é: como V. Exa. mencionou que poderá haver mais do que um exame, se isso seria para o eventual caso de algumas universidades fazerem dois ingressos anuais, um no primeiro semestre, outro no segundo semestre, como, por exemplo, o faz a escola onde eu sou professor, a Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, ou se os dois exames seriam, inclusive, para aquelas que só têm o ingresso no começo do ano. São essas as questões.

Muito obrigado.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senador Suplicy, muito obrigado pelas questões. A questão da participação ou não das universidades é um assunto interno. Essa decisão é tomada, em geral, pelo colegiado superior da instituição. E quando há desistência,

toma-se a decisão de participar e, porventura, isso não ocorre, é em função do calendário de divulgação dos resultados. Esse ano, nós não estamos trabalhando com essa hipótese. O ano passado, nós, forçosamente, fomos obrigados a rever o calendário em função do adiamento da prova para o conjunto dos alunos. Quer dizer, a situação é bem diferente esse ano do que no ano anterior.

Conforme eu disse, a prova foi adiada 60 dias, os resultados foram adiados por 20 dias, e esses 20 dias impediram algumas instituições de manter o seu compromisso em usar a nota do Enem, em razão do calendário. As universidades estão conhecendo essa nova metodologia agora, também. Não é uma coisa que... Não deixa de ser nova para elas também, estão se familiarizando com essa forma de avaliação. E o Enem, a validade dele é de um ano, mas isso também pode ser revisto. Nada impede que, ao longo do processo, nós atribuamos, ao Enem, validade de dois anos, por exemplo.

Quer dizer, o aluno está desonerado, por dois anos, de refazer o exame, a não ser que queira. Hoje, tem um ano, nós damos um ano de prazo de validade do Enem. E, nesse ano, ele pode usar tanto no primeiro quanto no segundo semestre. Os resultados que vão ser utilizados, agora, para o preenchimento das vagas do primeiro semestre são os mesmos que vão ser utilizados para o preenchimento das vagas do segundo semestre. Independente da realização de uma prova no primeiro semestre, eles poderão ser utilizados. Você não vai obrigar quem fez o Enem, edição 2010, a realizar, de novo, no primeiro semestre para concorrer às vagas do segundo, mesmo que haja uma prova no primeiro semestre de 2011.

Bom, o que é a teoria da resposta ao item? O Professor Neto está muito mais qualificado para responder do que eu, porque é uma pessoa que estuda essa matéria há muitos anos. Mas o que eu quero lhe dizer é que é uma teoria que já tem meio século de existência no mundo e 15 anos de existência no Brasil. Pela primeira vez, em exames individuais; pela primeira vez, desde que o Enem foi reformulado, em exames individuais. Daí o espanto de algumas pessoas com essa possibilidade. É a primeira vez que se faz isso para exames que atribuem o escore para o indivíduo e não para uma escola ou para uma rede ou para um país. Mas isso é costumeiro, no exterior. Os exames internacionais são assim. Eles atribuem um escore para o indivíduo, com base em uma prova única. Algumas provas, só aquele indivíduo fez. No entanto, o escore dele é comparável a qualquer outro que realizou a prova na mesma escala.

O Senador Mercadante citou o TOEFL. O TOEFL é o exemplo mais conhecido no Brasil. É um exame de inglês que é feito para um conjunto pequeno de alunos, em geral uma sala com 50 alunos, 100 alunos, 200 alunos. Aquela prova, da maneira como ela foi construída, nunca mais vai ser realizada, porque o banco de itens é enorme, e a cada etapa, a cada edição, é constituída uma prova quase que única para aquele evento. E, no entanto, o boletim do TOEFL é comparado a qualquer outro boletim e tem validade... Se eu não estou enganado, são dois anos, o TOEFL.

Então, não é novo, para o mundo, isso; é novo para nós. E por que isso é possível? Isso é possível, basicamente, por um expediente chamado de pré-testagem. Os itens todos do banco de questões são pré-testados em grupos de controle. Então é como se a cada questão possível de ser utilizada em uma prova fosse atribuído um coeficiente de dificuldade. Então, essa questão tem um coeficiente de dificuldade 01, aquela tem 02, aquela tem 03. A soma das 180 questões tem que ser, basicamente, a mesma. Ou seja, você calibra o grau de dificuldade da prova, no seu conjunto, à luz da pré-testagem de cada item que compõe o banco de onde a prova é extraída. Então, ao associar um grau de dificuldade a cada uma das questões do banco, se consegue constituir uma prova, formatar uma prova, com o mesmo grau de dificuldade. E isso é inequívoco em qualquer país do mundo. Não foi por outra razão que a UNESCO liderou a confecção de uma nota técnica para auxiliar o Brasil nesse momento em que as coisas estavam enevoadas, não se sabia se podia garantir o princípio da isonomia com uma segunda prova.

E duas razões levaram o Presidente do Tribunal a cassar a liminar. A primeira delas: nós já fizemos isso em 2009. Nós aplicamos três Enems diferentes em 2009: para apenados, para os que foram afetados pelas enchentes no Espírito Santo e a prova geral. Quer dizer, não é novo sequer no Brasil. Em 2009 foram três provas diferentes, em dias diferentes, comparáveis entre si. E a segunda é o respaldo acadêmico e os pressupostos científicos que embasam essa tecnologia. Essa tecnologia é nova para o Brasil, mas ela é velha para o mundo, ela tem 50 anos nos Estados Unidos da América. Então, é próprio da novidade nós estarmos nos deparando com esta situação.

E eu entendo cada um dos estudantes que se manifestou, é evidente. Primeiro, há o prejudicado, que precisa ter a prova refeita, muito bem. Mas e os outros todos que ficaram três dias sem saber se os resultados valiam ou não? Você imagina, 3 milhões e 300 mil pessoas sem saber se o resultado da prova tinha validade. Quer dizer, há dois núcleos, aquele núcleo

que... Pode ser pequeno ou grande, não importa, a prova tem que ser refeita. Podia ser um aluno, a natureza do problema não muda com a quantidade. Um aluno ou mil, nós estamos trabalhando com um universo da casa de 0,1%, ou seja, dois mil, três mil, 1.500. Vamos nos apropriar disso nos próximos dias, para saber dimensionar, exatamente, quantos serão atendidos na próxima edição. Essa é a ordem de grandeza com a qual nós estamos trabalhando hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E do ponto de vista geográfico, no Brasil? Estes 1.500, dois mil, três mil, onde estão?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Olha, eu não tenho o relatório, ainda, com esse grau de refinamento, mas, certamente, eles estão localizados naqueles estados que receberam o maior contingente de provas com erro gráfico e que não fizeram a substituição em tempo hábil.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E a informação precisa para a sua inscrição, que a Senadora Marisa pediu, como é?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: É isso que o Cespe e a Cesgranrio estão fazendo nesse momento. Estão, nesse momento, concentrados na maneira pela qual esses alunos vão ser comunicados de data, local...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas ainda não se iniciou a inscrição?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, não é por inscrição, é por apuração dos relatórios de local de prova. São 113 mil atas que vão nos chegar dando conta de onde o problema ocorreu, para que a solução possa ser dada caso a caso. É isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Próximo inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, Sr. Ministro Fernando Haddad, Dr. Joaquim José Soares Neto, Presidente do Inep.

O que importa, Sr. Ministro, é que, neste momento, há uma preocupação predominante no seio do governo e, mais de perto, do Ministério da Educação, de fazer uma avaliação dos erros que houve com relação a esta prova do Enem, propiciando aos que, legalmente, foram aprovados, a possibilidade de ingressar e de terem acesso normal à universidade; e aqueles que foram prejudicados, terem, também, a possibilidade de fazer uma nova prova. Então, isso, o governo está garantindo. É a democratização de uma decisão justa, equânime, que está sendo tomada pelo governo,

já que o erro havido não teve qualquer participação direta do Ministério da Educação ou do Inep, um erro gráfico que pode ser corrigido com essa substituição, com uma nova prova para fazer justiça àqueles que foram prejudicados.

No mais, eu acho que este é um momento importante para uma reflexão positiva dessa nova metodologia que foi implementada no governo do Presidente Lula, através do Ministério da Educação e do Inep, para o Enem. Não só a prioridade para o acesso facilitado do estudante do Ensino Médio à universidade como também a melhoria da qualidade do ensino. São dois pontos, dois instrumentos indispensáveis para que nós possamos, no amanhã, estar em pé de igualdade com os países mais desenvolvidos, que se utilizaram do processo educacional como mecanismo básico para o enfrentamento dos problemas do desenvolvimento, dos avanços e dos progressos na educação, na ciência e na tecnologia.

Portanto, o Brasil está vivendo um novo tempo, uma nova etapa na sua área educacional, com um avanço impressionante, focando uma preocupação que não pode deixar de estar entre as primeiras de um governo voltado para o social, como é o governo do Presidente Lula. Ora, nós sabemos que apenas 14%, aproximadamente, dos estudantes, de 24 milhões de estudantes entre 18 e 24 anos, estão na universidade. Quer dizer, há uma desigualdade, há uma distorção, ainda, há uma disparidade, e essa disparidade só pode ser corrigida assim, através de processos democratizantes de acesso ao ensino. Porque há uma tradição, no Brasil, infelizmente – que agora está sendo derrubada –, de que o Ensino Superior era uma reserva de mercado das elites. Assim foi desde a colônia, quando as famílias mais poderosas, do ponto de vista econômico – a começar dos escravocratas, dos plantadores de café, dos moedores de cana –, é que tinham o direito de levar os seus filhos para as melhores universidades, inclusive lá em Portugal, a Universidade de Coimbra.

Então, essa diferenciação, essa distorção está sendo corrigida. E tenho certeza que ao invés de nós ficarmos criticando para derrubarmos o Enem... Lógico que nós temos o dever de fiscalizar, isso é importante, não só o Senado como toda a sociedade, mas nós devemos é fortalecer o Enem, cada vez mais. Ao invés de desacreditá-lo, nós temos é que dar notícias positivas também, porque, na medida em que nós estamos fazendo a expansão universitária, como aconteceu lá no nosso Estado de Sergipe... E V. Exa. esteve presente lá em Itabaiana, e eu falei em nome dos parlamentares, agradecendo ao governo a possibilidade de ingresso de estudantes em novos segmentos profissionais. Em

Lagarto, futuramente, a universidade da saúde, que vai ser criada.

Enfim, eu acho que neste momento é o momento de repensarmos em fortalecer o ensino de 2º grau, com a criação, cada vez mais, de escolas profissionalizantes, como está sendo feito pelo governo, e como, também, fortalecer o sistema universitário, melhorando a qualidade de ensino, remunerando melhor os seus professores, montando novos laboratórios, propiciando a oportunidade para que estudantes possam ter o direito de se profissionalizarem e concorrerem no mercado de trabalho em condições mais adequadas.

Enfim, eu gostaria, apenas, para terminar a minha participação, de saber se é possível, diante desse gigantismo – quase cinco milhões de estudantes se inscreveram, mostraram interesse pelo Enem, este ano –, se poderia haver uma descentralização desses exames. Vamos dizer que fizéssemos em duas etapas, em duas regiões diferentes, e sem prejuízo para os estudantes que quisessem entrar em faculdades que estivessem de acordo com os seus sonhos, o seu idealismo profissionalizante. Então, eu gostaria de saber, apenas, se há possibilidade de uma regionalização do Enem, já que as universidades, de um modo geral, públicas, estão aceitando o Enem como um instrumento para substituir o vestibular. Se há... Por exemplo, fazer um exame do Enem envolvendo as regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e outra. Não dá, não é, professora? Porque o estudante quer, às vezes, ir para São Paulo, não é, onde tem uma escola melhor. Mas uma fórmula que venha a evitar que erros como esse venham a acontecer e prejudicar essa imagem, que eu considero positiva, do Enem e do Ministério da Educação, o trabalho que V. Exa. vem realizando para, justamente, estender aos estudantes do Brasil a possibilidade do ensino universitário.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senador, com toda franqueza, acho que, nesses momentos, nós temos que ser muito precisos naquilo que comunicamos, sobretudo em um momento em que há uma transição à vista. O que é desejável e possível, da parte do Inep, é a realização de mais de uma edição por ano. A regionalização – mesmo que se estabeleça que a escala será a mesma, e, portanto, não importa onde o estudante faça a prova, vai ser comparável e utilizável por qualquer instituição do país –, ela exige um banco de itens que tem que somar milhares, dezenas de milhares de questões. Nós estamos falando de um banco de itens com 50 mil questões, a partir do qual é possível, até, uma regionalização.

Enquanto isso não acontece... Porque, cada item... Não basta formular a questão. Essa questão tem que passar por um teste psicométrico, essa questão... Essa

questão envolve custos, não apenas financeiros. A questão, para ser apropriada pelo banco de questões, ela exige um tratamento estatístico e psicrométrico, a partir do qual ela pode ser utilizada em uma prova calibrada para permitir a comparação de resultados.

Então, hoje, o Inep estaria preparado, até porque já está realizando, de maneira tímida, mais de uma edição por ano. O ano passado, foram três edições, mas foram três edições no mesmo semestre, para dar conta dos problemas da edição anterior. Então, deu um problema nos presídios? Realiza outra. Deu um problema de enchentes? Realiza outra. Isso já está sendo feito, como vai ser feito esse ano. Você realiza para resolver um problema que apareceu na edição geral. Mas não precisa ser assim. Você pode diluir essas três provas em três datas distantes entre si, que permita, ao aluno, se inscrever mais de uma vez, que é a preocupação do Senador Suplicy. Quer dizer, ele não precisa... A decisão não precisa ser binária: participo ou não participo. Ele participa de um; se ele, por acaso, não se sair muito bem, ele participa de outro. Se ele, por acaso, se absteve por uma razão familiar, por um problema de saúde, ele tem, ali, no seu horizonte, uma nova oportunidade.

Então, a saída, nesse momento, adequada e já planejada, é que se realizem mais edições do Enem por ano. Isso vai mitigar, se não a totalidade, a quase totalidade dos problemas que o Inep enfrenta com falhas... Às vezes, falhas humanas, e, às vezes, ocorrências que não estão sob a sua governabilidade. Então, é possível e desejável que haja mais de uma edição ao ano, do Enem. Então, o senhor tem razão em apontar esse caminho.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Ministro, quando eu falei na regionalização, não foi com o objetivo de impedir que estudantes das regiões mais pobres pudessem ter acesso à universidade de melhor qualidade—

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu entendi. É, em um mesmo dia, realizar mais de um exame, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): No mesmo dia. Mais de um exame, mais... De posse daquela nota, naturalmente que aprovada pelo Inep, o estudante poderia ter acesso à universidade da sua escolha, desde quando a faculdade tivesse vaga, logicamente.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: A sua sugestão é cabível, do ponto de vista técnico. Só exigirá um esforço enorme para a constituição de um banco robusto de itens, hoje inexistente, mas que, hoje, permite a realização de mais de uma edição nacional do exame.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Próximo inscrito, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Sr. Ministro, Professor Joaquim.

Eu acho que o Enem não tem mais condição de acabar com ele, não se acaba mais, porque foi absorvido pelos estudantes, pela população. Ele estimulou as pessoas, com o ProUni, que já estavam... Tinham desistido de fazer as coisas – eu estou falando em relação ao meu estado -, que começaram a fazer o Enem, também, para conseguir uma vaga na universidade.

Eu acho que essa prova feita duas vezes ao ano, ou a regionalização, tem que ser feita sempre no mesmo dia, senão quem tem mais dinheiro e mais condições vai fazer em vários estados. Então, tem que ser uma prova simultânea em todos os estados. Esse é um ponto. Outro ponto, eu fiquei satisfeito, porque foi bem-afirmado por V. Exa., Ministro, que todas as pessoas que foram prejudicadas por problemas gráficos ou problemas temporais vão ter outra chance de fazer a prova e não serão prejudicadas na hora de escolher a sua faculdade com todos os outros. Isso tem que ficar bem-claro, que é para todas as pessoas entenderem, porque está todo mundo preocupado com relação a esse problema.

Outro fator é em relação ao governo que hoje se encerra, que duplicou as vagas das universidades federais. E, nas escolas técnicas, ele não duplicou, não; ele quase triplicou as vagas das universidades. Espero que a nova Presidente continue com essa política, porque a nossa razão é assim: na universidade, no Ensino Superior, nós temos 2,65 de pessoas frequentando o Ensino Superior, por cento. E, no nível técnico, nós temos 0,54% de pessoas em relação à população residente no Brasil. Nós temos que mudar essa equação. Não diminuir o Ensino Superior, aumentar o Ensino Técnico, para igualar ou superar, porque eu acho que o Ensino Técnico é um ensino que tem que ser estimulado e tem que se fazer, porque melhora as condições de vida das pessoas imediatamente. É uma forma de você melhorar a qualidade de vida.

Outro assunto, como o Ministro falou, eu fico muito triste quando se fecha uma faculdade porque tem má qualidade, porque está ruim. Para mim, incomoda muito, pelo seguinte. Eu sou de Roraima. Lá, a gente tem as cidades... Eu vou citar dois exemplos, o Uiramutã, que é lá na pontinha, na Raposa Serra do Sol, e Caroebe, que é outro município bem distante da capital. Lá em Caroebe é melhor ter uma faculdade de má qualidade do que não ter nenhuma, para as pessoas que vivem lá. Então, eu acho que o MEC, quando for fechar uma faculdade – eu não tenho nenhuma faculdade, eu sou

médico, apenas -, tem que ser mais tolerante com as faculdades, tem que dar mais oportunidade para eles melhorarem.

Quando fecha uma faculdade ruim em um lugarzinho... Lá... Vou citar Caroebe, ou lá no Uiramutã, que é a pontinha do norte do Brasil, acabou a chance das pessoas que não têm condição de sair de lá para estudar. Então, eu gostaria de pedir ao Ministro que, quando fossem fechar, dessem chance. Dá um ano, dá outro ano, dá dois anos. Aí, se não tiver mais jeito, elas podem ser fechadas. Mas, quando fecha, tira a chance das pessoas que estão lá na pontinha e que não têm oportunidade de estudar. Então, eu acho que deve ser pensado muito na hora de fechar uma faculdade, a não ser onde tenha muita faculdade, aqui, Rio, São Paulo, mas no Norte e no Nordeste, nos lugares pequenos.

E parabéns pela explicação, que agora eu fiquei, também, tranquilo, porque eu tinha uma preocupação muito grande em relação a esse... Se vai repetir tudo, o que vai acontecer? Como vai ser? Vai atrasar o começo da faculdade? E muito obrigado pela sua explicação. Eu fiquei satisfeito e espero que a gente ache logo a solução para esses vinte mil, três mil, dois mil, não estou sabendo bem o número certo. V. Exa. falou em 01, mas no papel que eu recebi da juíza foi 00.5, mas qualquer quantidade que for feita, eu sei que vai ser solucionado. Porque eu ignorava essa prova que foi feita com os detentos, que foi feita com as pessoas que tiveram aquele acidente. Eu acho que eu e a maioria das pessoas, no Brasil, ignoram isso. Talvez, o Ministério devesse ter feito uma propagandazinha, ano passado, sobre isso.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Muito obrigado pelos comentários. Mas nós imaginávamos enfrentar esse debate jurídico justamente o ano passado e, para a nossa surpresa, ninguém se manifestou sobre o fato de provas diferentes estarem gerando um boletim comparável, sem nenhum problema para os estudantes.

Então, no nosso entendimento, essa questão estava, do ponto de vista metodológico, superada. Mas, enfim, não deixa de ser interessante notar que o fato de o Judiciário estar se manifestando sobre isso dá a segurança jurídica para que, futuramente, o Ministério possa avançar nesse tipo de iniciativa, fazendo crer aos juízes, desembargadores, ministros desse país que ele está completamente afinado com a experiência internacional, e que os princípios constitucionais de igualdade e isonomia estão absolutamente respeitados. Então, há um legado que o Judiciário vai deixar que vai fazer muita diferença no futuro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidenta Fátima Cleide. Ministro Haddad, Professor Joaquim.

Primeiro, cumprimentá-lo. Eu admiro o trabalho do Ministro Fernando Haddad desde que assumiu esta enorme responsabilidade que o Governo Lula promove, nessa revolução bonita que está acontecendo nesses últimos oito anos que estamos encerrando, agora, aqui. E acho que a primeira, melhor e a principal revolução está acontecendo exatamente na educação. É bonito, Ministro, ir lá na fronteira do Rio Grande e ver a UNIPAMPA sendo um sucesso, uma coisa espetacular, maravilhosa. E, agora, a instalação da UNILA, também, que está mudando, completamente, regiões que estavam perdendo habitantes, Ministro, migrantes.

Eu tenho um estudo das fronteiras gaúchas que mostra que já há uma contenção, uma retenção de jovens que, antes, migravam para a região metropolitana de Porto Alegre, Santa Maria ou Caxias do Sul e que agora já estão ficando ou retornando para a nossa fronteira, por ter sido criado ali uma universidade regional, que é a UNIPAMPA. Isso é um fato relevante que deve ser citado em uma oportunidade como esta.

Mas a minha intervenção é para cumprimentá-lo. Primeiro, pela coragem de assumir, rapidamente, esse problema, e para dizer que o problema não foi do Ministério, foi um problema técnico, gráfico, que a própria gráfica assumiu. E tranquilizar a milhões que foram para os exames, no domingo, e que houve uma grande preocupação, e exatamente com a confusão que se criou pela denúncia do vazamento do ano passado. Quer dizer, a impressão inicial é: "Pô, problema de novo, vazamento, vai anular". Mas o governo, o Ministro Haddad e o Presidente Lula, corajosamente, disseram: "Não serão anuladas, as provas. Se tiver que fazer uma prova pontual, vai ser feita". Amém. Está resolvido, esse problema.

Eu acho que o cidadão precisa ouvir, do governo, afirmações positivas em caso de questões como estas que criam certo pânico, exatamente pela perspectiva não do problema que ocorreu, mas pela anulação. A maior preocupação... Eu falei com pais, com alunos que me abordaram, e vi que a maior preocupação estava com a possibilidade da anulação da prova. E tinha muita gente contando com esta possibilidade para gerar até uma crise política, que, felizmente, pela ação corajosa do governo, não aconteceu.

E coisas boas que a gente vai descobrindo dentro do Enem. Que bom. Vamos falar a maravilha que é o Enem, que faz essa verdadeira inclusão social pela

educação. E eu me senti até um pouco desinformado. Foi agora, lendo, aqui, um exame da assessoria, que eu percebo que o Enem serve também para aqueles mais velhos, com 20, 25, 30 anos, que não conseguiram concluir o Ensino Médio, ter o seu certificado de conclusão, Ministro. Eu acho que isso tem que ser mais divulgado, inclusive. Isso é espetacular, maravilhoso. O sujeito poder aproveitar aquele domingo em que milhões de jovens saem às ruas, alguém já com o cabelo branco, que tinha desistido de estudar, possa resgatar a possibilidade de ter o seu diploma de Ensino Médio. Eu só não sei se ele pode, passando, já ir para a universidade também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pode? Meu Deus. Quer dizer, ele recebe a certificação do Ensino Médio e vai para a universidade, se passar? Ministro, vamos divulgar mais essa informação, porque muita gente não concluiu o Ensino Médio ainda. Muitos com mais de 25, 30, até 40 ou mais de idade, Ministro, e se eles tiverem a oportunidade de receber essa informação, o senhor não vai ter só quatro milhões. Não vai diminuir, não, vai aumentar. Pelo menos, os próximos exames vão aumentar, especialmente com pessoas acima dos vinte e poucos anos de idade, que não tiveram essa oportunidade espetacular que o Enem está oferecendo.

E, por último, Ministro, eu vi que algumas pessoas estão preocupadas com um aspecto que também me preocupa, que é a questão da unificação dos vestibulares federais, porque eu vejo... Eu vi o Alvaro falando que tem pessoas que estão com carro de R\$ 1 milhão na garagem e vão lá para não sei onde para passar em uma universidade pública federal. Então, esse turismo de rico que vai de avião enquanto o pobre, no máximo, vai de carona para fazer um vestibular e não chega a tempo... Talvez, se unificassem os exames federais seria mais uma maneira de fazer com que o rico e o pobre, no mesmo dia, tivessem a mesma oportunidade.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senador Zambiasi, muita satisfação em vê-lo e ouvi-lo, mas queria lhe informar que 600 mil inscritos no Enem requereram o seu certificado de conclusão de estudos, ou seja, independentemente do grau de proficiência, se eles atingirem uma pontuação mínima, eles já estão certificados. Se essa pontuação mínima for superada, eles concorrerão, em condições de igualdade com qualquer outro aluno, às vagas tanto do ProUni quanto das federais. E já há casos em que, de um só golpe, ele resolve a conclusão da Educação Básica e já ascende ao nível seguinte, à Educação Superior.

Então, é por isso que eu gostei da afirmação feita por um jornalista, de que o Enem era a transformação

de um gargalo na banda larga de acesso à Educação Superior. Porque é disso que se trata. Se nós descontextualizarmos o exame e estigmatizarmos o exame à luz desses eventos, nós vamos diminuir a carga de superação que ele representa para milhões de estudantes, a possibilidade de se superar e de progredir nos seus estudos. Obrigado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas eu acho que tem que falar mais sobre isso. Tem muita gente que ainda não sabe e talvez queira, o ano que vem, participar. É uma oportunidade riquíssima, e permitir que essas pessoas ascendam ainda mais através da educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A última inscrita, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Queria cumprimentar o nosso querido Ministro Fernandes Haddad e os demais senadores e senadoras aqui presentes.

E queria apenas repetir o que eu falei, da importância de nós estarmos realizando essa Audiência Pública, hoje, com a presença do Ministro, com os esclarecimentos... Inclusive, o pessoal dizia: "Não precisa perguntar mais nada, porque ele já esclareceu tudo", de forma muito enfática. Agora, Ministro, é o seguinte. Nós temos, hoje, no Brasil, pouco mais de cinco milhões de universitários, pessoas fazendo universidade, no Brasil, quase seis, por aí. E o Enem é um percentual, destes que estão fazendo a universidade, extremamente avassalador. O significado de inclusão social que o Enem traz, de abrir oportunidade... O senhor falou da história da banda larga. É, realmente, pegar o processo que nós tínhamos de acesso à universidade, que era absolutamente restritivo, discriminatório...

Porque eu usei, Senador Zambiasi, eu usei, como exemplo, de que uma das primeiras coisas que eu fiz, quando eu cheguei aqui no Senado, foi apresentar um projeto para que o vestibular de todas as universidades federais se realizasse em um único dia, porque Florianópolis é um caso concreto. Durante muito tempo, nós tínhamos aviões fretados, voo *charter* contratado por famílias de alto padrão para poder permitir que os seus filhos fizessem o vestibular na Universidade Federal de Santa Catarina, nas diversas de Minas, na USP, e assim por diante. E o Enem vem exatamente na contramão disso, vem exatamente para permitir que todos que realizem o exame e tenham uma boa avaliação possam ingressar.

Então, muito mais do que a avaliação do Ensino Médio que o Enem faz, e deve fazer cada vez melhor, é, exatamente, permitir que, cada vez, nós tenhamos uma democratização do acesso às nossas universi-

dades, sejam as universidades públicas, as privadas, ao ProUni e a todos os mecanismos que foram... E, inclusive, com as mudanças significativas que foram feitas no FIES, mesmo acessando em uma universidade particular, poder, depois, ir buscar o financiamento para poder...

Então, Ministro, é claro que nós precisamos aperfeiçoar. É claro que tem falhas cometidas no ano passado e neste ano que são inadmissíveis, que nós temos que fazer de tudo para que elas não se repitam. Agora, o escândalo que fizeram no ano passado e este ano é de quem não quer a democratização do acesso. Por trás de toda essa bateria de crítica ao Enem está os que não se conformam das universidades privadas, das universidades públicas... Que queriam ter essas vagas restritas a um percentual ínfimo da população brasileira. É isso que está por trás. Eu não tenho a menor dúvida, porque o ataque é muito, muito, muito superior, muito, mas infinitamente superior com relação ao que aconteceu, às falhas cometidas, do alcance social que o Enem tem, que nunca é realçado.

Quando o Zambiasi diz que tem que falar mais, tem que divulgar mais, dar ênfase, inclusive, aos benefícios, inclusive a poder convalidar o conhecimento que a pessoa tem e ela ser titularizada e poder ir para a universidade, é porque isto nunca é manchete, isto nunca é notícia. Aliás, se tem uma coisa que é notícia é confusão, nunca a solução. E o Enem é uma grande solução, é uma grande solução para a gente poder abrir o gargalo, o funil da chegada na universidade para a população brasileira.

Então, eu não tenho mais perguntas. Eu queria apenas realçar e ressaltar estas questões que a gente teve a oportunidade de colocar na reunião passada.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senadora, eu gostaria de agradecer as suas palavras. Eu entendo que há, também, um lado que precisa ser considerado. Eu tenho lido algumas matérias, e é incrível a percepção que muitas pessoas que poderiam estar aproveitando o momento... A atitude dessas pessoas que poderiam estar aproveitando o momento no sentido de resguardar o patrimônio que representa o Inep, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, da Superior, e os benefícios que isso vem trazendo para o Brasil, sobretudo em um momento em que as oportunidades são multiplicadas. Então, é verdade, também, que há muitas pessoas, de todos os matizes, que reconhecem, nesse empreendimento, os problemas que ele tem, pelo seu ineditismo e gigantismo, mas que conseguem perceber as transformações que ele trará em um futuro muito... Já trouxe e continuará trazendo no futuro próximo.

Eu venho... Eu sou professor de uma universidade de excelência reconhecida. Tenho muito orgulho de ser professor da Universidade de São Paulo. Se há uma questão que sempre me incomodou é o fato de que aquela universidade, que é considerada, por muitos, a melhor ou entre as melhores universidades do país, conta com 75, 76% das suas vagas preenchidas por pessoas egressas da escola privada, e não da escola pública. Eu penso que nós temos, à frente do Ministério, um compromisso de alterar essa realidade. E eu entendo esse projeto a que eu fiz referência, que diz respeito à expansão das federais, à criação do ProUni, ao fim do fiador para o FIES e às alterações todas das condições de pagamento, inclusive de quitação automática para professores e médicos do serviço público, essas alterações vêm no sentido de transformar profundamente a educação brasileira. E isso está sendo feito observando-se a excelência, tanto no que diz respeito ao SINAES, que é a avaliação da Educação Superior, quanto ao rito de ingresso pelo Enem.

Então, se nós descontextualizamos esses cinco elementos – Enem, SINAES, expansão das federais, ProUni e FIES –, nós não entendemos o que está acontecendo. Se nós colocarmos tudo isso dentro de um contexto e observamos os movimentos do Ministério no sentido de garantir a cada brasileiro que possa avançar até onde permitirem as suas aptidões, aí nós vamos reconhecer falhas, aprimorar o processo e salvaguardar o direito de cada estudante, mas sem colocar em risco o que está sendo construído. Que decisão o país vai tomar? Eu espero que a primeira, a decisão de continuar avançando, de não retroceder.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

E gerar qualidade de ensino.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Então é isso. A Senadora Marisa Serrano faz referência à qualidade da Educação Básica, e eu dizia, na minha fala inicial, Senador Zambiasi, que o Enem está para o Ensino Médio como a Prova Brasil está para o Fundamental. Veja os efeitos que a Prova Brasil trouxe para o Fundamental no que diz respeito à melhoria na proficiência das crianças. Ninguém discute que a qualidade do Ensino Fundamental melhorou, porque os dados são muito eloquentes a esse respeito. Agora, nós precisamos fazer o mesmo pelo Ensino Médio. E eu não tenho a certeza que esse... Essa banda larga repercute para frente, mas repercute para trás também, porque ela reorganiza a escola de Ensino Médio com vistas à promoção e à equalização das oportunidades.

Se nós tivermos a sabedoria de pensar os processos, os sucessos e as falhas em um contexto maior, o Brasil não vai ter dúvida do caminho a trilhar. Então, o meu medo é de reduzir demais a discussão, que é

importante para salvaguardar o direito individual, muito importante. Cada indivíduo, para nós, é importante. Cada estudante, para nós, é importante. Mas, do lado do direito do estudante ter o seu direito resguardado tem um processo em curso, que não pode ser colocado em risco, de democratização das oportunidades educacionais.

Então, que tenhamos, todos, sobretudo nesse momento de transição, tenhamos sabedoria de preservar aqueles que prestaram serviço para o país, sobretudo as instituições. Estou falando tanto dos indivíduos quanto das instituições. E correr para frente para avançar nesse processo de democratização. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Há um professor, João Monlevade, consultor do Senado, que deu um testemunho na linha do que o Ministro Fernando Haddad mencionou, que eu gostaria, aqui, de colocar, Sra. Presidente Fátima Cleide.

Diz ele que mora em Ceilândia, onde há 12 escolas públicas que oferecem o Ensino Médio para cerca de 20 mil alunos. Mais de dez mil dos seus habitantes frequentam faculdades privadas e quase mil estudam na Universidade de Brasília, inclusive no campus recém colocado ali. Mas quem visitasse, até 2008, os seus cursos de Ensino Médio, diurnos e noturnos, ficaria abatido de ver o desinteresse de alunos e professores pelos estudos de quem, teoricamente, estaria se preparando para disputar uma vaga na Educação Superior.

Mas o Enem, diz ele, está realizando uma revolução silenciosa. A partir do momento em que ele passou a ser considerado como forma de acesso ao ProUni e a cursos superiores de universidades públicas e gratuitas, os estudantes, antes apáticos e interessados somente em passar o tempo para o ingresso no mundo do trabalho que, talvez, lhes desse um salário capaz de financiar uma faculdade privada, agora, graças ao Enem, se sentem desafiados e motivados a estudar, a se preparar para a “chance do Enem”, nas palavras que um deles disse ao Professor João Monlevade no último sábado.

Eu quero cumprimentar o Ministro Fernando Haddad, o Professor Joaquim José Soares Neto por terem dado oportunidades como essa.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Suplicy. Ao finalizar, eu quero pedir, inclusive, à Mesa que pegue esse ar-

tigo do nosso consultor João Monlevade para colocar nos anais desta Audiência Pública.

E dizer... Aqui, Ministro, eu fiz questão de não falar durante a audiência, até porque o meu papel aqui, como Presidente da comissão, é primar para que os trabalhos ocorram da forma mais tranquila. Mas queria dizer, aqui, reafirmar a minha confiança no seu trabalho. Parabenizá-lo pelas atitudes tomadas no sentido de corrigir, imediatamente, sempre que há um problema, como ocorreu, agora, com o Enem. Mas dizer que a minha confiança é tanta que, na segunda-feira passada, ao chegar no Senado Federal e enfrentar este debate... Estava presente, também, o Senador Suplicy, no Plenário, e nós, de pronto, sem termos sequer conversado com o senhor, já saímos na defesa, porque confiamos e sabemos, diante de tudo que foi feito pelo Ministério da Educação no período em que o senhor está à frente desta Pasta, que, naturalmente, as coisas não eram daquele tamanho, da forma como estavam sendo colocadas.

Não vou aqui repetir tudo que já foi dito, mas dizer da nossa confiança e da nossa imensa alegria de poder ter participado desse processo de construção de políticas públicas de inclusão social na área da educação. Agradecer, também – porque não sei se nós teremos oportunidade de tê-lo aqui mais uma vez -, por esta parceria feita conosco na Comissão de Educação do Senado Federal com o Ministério da Educação. E eu, pessoalmente, durante a relatoria do PL 280, que trata da formação dos profissionais da educação brasileira...

E dizer que confio, que tem muita coisa a ser corrigida, sim, mas a gente tem é que avançar sempre. Retroceder, nunca, jamais. E a nossa próxima tarefa no sentido de avançar, Senadora Ideli, para os que vão ficar aqui, Senador Suplicy, é abraçar, com muita garra, o Plano Nacional de Educação, que foi amplamente debatido durante o processo de construção daquela que, eu entendo, foi a política mais importante realizada por este governo no que diz respeito à participação popular e inclusão, que foi a Conferência Nacional de Educação. A Conferência Nacional que se juntou à academia, que se juntou aos trabalhadores, aos empresários da educação, aos gestores e trouxe os eixos do Plano Nacional de Educação que, agora, eu acredito, até o final do ano, o governo enviará ao Congresso Nacional.

Quero parabenizá-lo por isso, Ministro. O senhor deixará o seu nome na história da educação brasileira, junto com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Meu muito obrigado.

O Senador Augusto Botelho quer dar uma palavra para finalizar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Uma palavrinha, também, para agradecer ao Ministro o apoio que ele deu à Universidade Federal de Roraima e ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima, também, durante a sua gestão. A nossa universidade, hoje, parece uma universidade, com prédios, com mais professores e tudo. E o IFET fez duas escolas no interior de Roraima.

Então, eu gostaria de agradecer isso em nome do povo de Roraima e dizer que a sua gestão foi brilhante, foi agradável e amorosa com o nosso estado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza. Ministro, esteja à vontade. E muito obrigada pela disposição de trabalhar conosco mais de três horas, esclarecendo à população brasileira e ao Senado Federal sobre o Exame Nacional do Ensino Médio.

Quero informar à comissão que amanhã realizaremos Audiência Pública para discutir a Primeira Infância e Cultura da Paz, para atender requerimento da Senadora Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini. É uma audiência conjunta entre Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 14h28.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Roberto Cavalcanti**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Inácio Arruda, Papaléo Paes, Regis Fichtner e Sérgio Zambiasi, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Renato Casa-

grande, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Mozarildo Cavalcanti e João Durval. O Senhor Presidente Eventual, Senador Roberto Cavalcanti, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 42/10-CE, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano e nº 62/10-CAS, de autoria da Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, que tem como objetivo debater o tema **“Primeira Infância e Cultura da Paz”**, inserido na programação da “Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, organizada pelo Senado Federal, no período de 16 a 19 de novembro do corrente. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Adriano Souza de Freitas, Assistente de Diplomacia Pública da Embaixada Britânica; Senhora Maria Isabel Gonçalves Henriques, Psicóloga da 1ª Vara da Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF; Senhora Paula Freire Coutinho da Rocha, Psicóloga da 1ª Vara da Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF; Senhora Roberta Santana Simas, Psiquiatra Infantil da Associação Acolher; Senhora Rita Góes Bezerra de Moraes, Psicóloga da Entrelaços da Infância; Senhora Cristiane Kanzler, Psicóloga; Senhora Luiza Marques Borges, Psicóloga; Senhor Vladimir Melo, Psicólogo; Senhora Kelly Karine de Souza Castro, Administradora e Responsável Técnica da Clínica Conviver Psicologia; Senhora Elna Dias Cardoso, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Lucimar Nogueira Gondim Batista, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Rossana Maria de Arruda Correia, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Helaine de Fátima da Silva, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Kênia Cláudia dos Santos, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Neuza Maria Moreira Milhomens, Professora do Centro de Atenção Inicial à Criança e Juventude – CAIC, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Senhora Izabel Delci Lopes Machado, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Márcia Betânia do N. Farias, Professora de Educação Física do Centro de Educação Infantil 04; Senhora Lindalva Bispo Pereira, Professora do Centro de Ensino Infantil 04; Senhora Maria Nazaré Rodrigues dos Santos, Professora do Centro de Ensino Infantil 04; Senhora Patrícia C.

Campos Ramos, Professora de Cursos a Distância da Universidade de Brasília – UnB e do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB; Senhora Sileide S. Dantas, Professora do Centro de Educação Infantil 04 de Taguatinga; Senhora Cleide Maria de Souza, Professora do Centro de Educação Infantil 04 de Taguatinga; Senhora Cláudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta; Senhora Cláudia Patrícia de Oliveira Lima, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Neide Aparecida Lopes, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Tânia Maria T. Maciel Carvalho, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Rita de Cássia Rodrigues da Silva, Professora do Centro de Educação Infantil 04 de Taguatinga; Senhora Eva Fabíola Antunes Barros, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Edna Maria Alves Fernandes, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Senhora Alessandra Romano Grangeiro, Secretária Executiva do Instituto de Promoção da Nutrição e do Desenvolvimento Humano – IPREDE; Senhora Jovina Teodoro, Aposentada; Senhora Renata Bonfim, Educadora Socioambiental do Mosteiro Zen Morro da Vargem; Senhora Tereza Rachael R. Santos, Psicóloga; Senhora Cláudia Maria Costa Meneses, Professora de São Sebastião; Senhora Graziella Soares de Jesus, Professora do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília; Senhora Flaviane Antunes Barros, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Eliane Dias Rocha, Professora do Centro de Ensino Especial 02 de Taguatinga; Senhora Regina Andréa Fernandes Bonfim, Professora do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília; Senhora Iracilda Rodrigues de Souza, Professora de Educação Precoce da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Maria do Carmo Melo Fernandes de Paula, Professora do Jardim de Infância 303 Sul; Senhora Maria do Carmo do Amaral Sobral, Gerente/Assistente Social da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal; Senhora Telma Scott, Professora/Coordenadora Pedagógica do Instituto Sidarta; Senhor João Augusto Bertuol Figueiro, Presidente do Conselho Executivo do Fórum Nacional pela Primeira Infância; Senhora Ednalva Carilho de Matos, Presidente da Associação Mater Amabilis – AMAs; Senhora Denise do Nascimento Percilio, Psicóloga da Unidade de Neomatologia do Hospital Regional da Ceilândia; Senhora Dearose Rodrigues Nunes Maia, Pedagoga da Equipe de Apoio à Aprendizagem da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Senhora Valéria de Souza Barbosa, Mestranda em Psicologia da Universidade de Brasília – UnB; Senho-

ra Elizabeth César Nunes, Mestranda em Política Social do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e Senhora Tereza Freire, Aluna da Pós-Graduação do Curso de Psicologia da Universidade de Brasília – UnB. Como expositores, comparecem à Audiência o **Senhor Professor Dr. Bernard Golse, Chefe do Serviço de Psiquiatria Infantil Necker-Enfants Malades (Paris, França); Senhor Professor Dr. Sylvain Missonier, Instituto de Psicologia da Universidade de Paris e Senhora Professora Dra. Elvidina Nabuco Adamson-Macedo, da Universidade de Wolverhampton (Wolverhampton, Inglaterra)**, que abordaram os seguintes temas, respectivamente: “A construção do vínculo na adoção”; “A importância dos cuidados pré-natais para a saúde mental” e “O ambiente de cuidados para promover a saúde mental materno-infantil: a perspectiva da psicologia neonatal”. Às onze horas e cinquenta minutos, durante a exposição da Senhora Professora Dra. Elvidina Nabuco, o Senhor Senador Roberto Cavalcanti passa a presidência ao Senhor Senador Augusto Botelho, em virtude de compromissos anteriormente assumidos. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, submete à deliberação do Plenário, a possibilidade da palavra ser concedida a todos os participantes da reunião que dela quiserem fazer uso, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não disciplina sobre reuniões desta natureza. A sugestão é aprovada. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos presentes. Usam da palavra a Senhora Denise do Nascimento Percilio, Psicóloga da Unidade de Neomatologia do Hospital Regional da Ceilândia – DF e da Clínica de Atenção em Saúde Mental – SER; Senhora Regina Aragão, Psicóloga e Psicanalista e Senhor Laurista Corrêa Filho, Pediatra. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR AUGUSTO BOTELHO**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das atas de reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº. 42/10, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Marisa Serrano, e 62/10, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, para a realização desta Audiência Pública, destinada a discutir a valorização da primeira infância e cultura da paz, sessão esta que está inserida na programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se realiza entre 16 e 19 de novembro, no auditório Petrônio Portela. As palestras serão realizadas com tradução simultânea.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, grande amigo e competente Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Nós estamos comunicando a V. Sas. e V. Exas. que nós temos os aparelhos de comunicação e tradução simultânea disponibilizados à porta da comissão. Quem desejar ter a tradução simultânea das exposições que serão feitas, em seguida, poderão acessar, exatamente na porta da comissão, estes aparelhos de comunicação e de tradução simultânea.

Nós estabeleceremos como tempo inicial 25 minutos para cada um dos expositores. Estão presentes todos os três expositores, o Prof. Bernard Golse, o Dr. Sylvain Missonier e a Dra. Elvidina Nabuco Adamson-Macedo.

Eu desejo fazer especificação na qual o Prof. Bernard, Chefe do Serviço de Psiquiatria Infantil do Hospital Necker-Enfants Malades em Paris, França, e o tema da sua palestra será “A Construção do Vínculo na Adoção”; o Prof. Sylvain, que é do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris V, (Paris, França), e o tema será “A Importância dos Cuidados Pré-Natais para a Saúde Mental”; e por fim, a Dra. Elvidina, da Universidade de Wolverhampton, Inglaterra, e o tema é “O Ambiente de Cuidados para Promover a Saúde Mental, Materno Infantil e a Perspectiva da Psicologia Neonatal”.

Convidaria, obedecendo a ordem, que o Dr. Bernard Golse iniciasse a sua palestra, o seu pronunciamento. Agradeço a atenção.

SR. BERNARD GOLSE: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Muito obrigada. Eu gostaria, em primeiro lugar, de expressar todo o meu prazer e a minha honra de ser recebido por esta comissão para falar de um assunto que eu acredito ser importante: a

construção dos primeiros laços na adoção. Eu faço isso na qualidade de psiquiatra, psiquiatra infantil e psicanalista de crianças, e também porque sou membro do Conselho Superior da Adoção na França, que presidi durante três anos, Conselho Nacional para o Acesso às Origens Pessoais, ou seja, uma instituição que tem por objetivo ajudar as pessoas adotadas a reencontrar suas origens, mais tarde, no decorrer da vida. Este é um tema evidentemente importante, porque a adoção é uma espécie de laboratório para estudar a criação dos primeiros vínculos, dos primeiríssimos vínculos entre bebês e adultos; e os ensinamentos, as lições da adoção, também são importantes para a criação de vínculos nos bebês biológicos não adotados. Existe algo, no processo de adoção, que podemos ver de uma forma mais intensa, que nos informa sobre a construção dos primeiros vínculos em geral.

E eu desejo dizer uma vez que, na França, que fazemos quatro mil adoções por ano, três mil são adoções internacionais, grande número de crianças vêm do Brasil, e mil adoções nacionais, ou seja, que envolvem crianças abandonadas na França.

O objetivo da minha intervenção é de tentar levantar alguns pontos de referência que permitam prevenir riscos, os riscos da adoção sendo principalmente o fracasso da situação(F), que é difícil de definir, mas que leva evidentemente a um sofrimento psíquico, uma dor psíquica importante tanto para as crianças quanto para os pais. Uma condição muito geral que, na minha opinião, permite minimizar, reduzir os fracassos da adoção, é ter em mente que a adoção deve ser feita em benefício primário da criança, a adoção é organizada em benefício da criança e secundariamente para os adultos. Insisto mais uma vez, dizendo que nos parece, na França, e é uma opinião que atualmente é compartilhada pelo Conselho Superior da Adoção, que não existe direito dos adultos serem pais. Felizmente, aliás, podemos ser um adulto perfeitamente respeitável e digno de interesse, sem ser pai ou mãe. Não existe um direito particular dos adultos a terem crianças, enquanto que, em revanche, existe direito fundamental, o direito de crianças de serem criadas por adultos e, se possível, por pais e mães. Dessimetria que deve ser mantida em mente, porque, se fizermos adoções que são mais em benefício de adultos do que de crianças, vamos ter fracassos importantes.

No pano de fundo, também, de algumas coisas que eu gostaria de dizer, no tempo que me é reservado, gostaria de lembrar que, na França, temos muitos trabalhos de Jean Guillotin(F), que definiu os eixos da filiação, e filiação quer dizer o modo como uma criança pode se inscrever na história de seus pais, na história do seu grupo familiar, social e cultural. De um modo

muito eficaz, na minha opinião, Jean Guillotin(F) distinguiu três eixos principais da filiação, que são o eixo biológico, evidentemente, a transmissão dos gametas do material cromossômico genético, através dos espermatozóide e do óvulo; o eixo legal instituído, ou seja, a transmissão do sobrenome e a inscrição oficial da criança nos diferentes documentos que organizam a vida do cidadão em geral; e neste eixo simbólico, eu gosto muito de acrescentar a inscrição menos oficial, mas mais oficiosa, mas é muito importante para a criança, é que a criança todos os dias vai escrever o seu nome e seu sobrenome no caderno na escola, e é um modo de reforçar sua vivência, sua vivência simbólica, o eixo legal instituído. Existe, depois do biológico e do eixo legal, o eixo afetivo, emocional, às vezes dizemos o eixo narcisístico, ligado ao feito que, vivendo em conjunto sob o mesmo teto, pais e filhos vão aos poucos poder forjar um sentimento recíproco de pertencer uns aos outros. Para a criança, são esses adultos que vão ser sentidos como os seus pais e para os pais, vice-versa. Isso não é uma coisa que é imediata, é uma coisa que ocorre muito rapidamente, mas não imediatamente. A adoção nos mostra que existe um processo de adoção afetiva recíproca, que é um trabalho contínuo, talvez ao longo de toda a vida.

Esses três eixos são fundamentais se, desde já, nos compreender que a adoção é uma situação que não podemos idealizar, que não podemos negar e não podemos diabolizar, satanizar. Para uma criança adotada, não existe apenas a adoção e as causas da adoção na sua vida. A seguir, vai existir toda a sua vida e vamos... Quando encontramos, às vezes, uma criança adotada, aos cinco, seis, dez anos, quando tem uma dificuldade, não devemos reduzir uma criança adotada à sua adoção e às condições que deram lugar a essa adoção; ao inverso, podemos dizer que um programa que não foi adotado, uma criança adotada foi marcada de modo muito intenso pelo abandono e pela ruptura dos laços iniciais. Acredito ter chegado a um bom termo entre esses dois polos: a adoção não pode ser banalizada, mas também não pode ser satanizada ou levada em conta demais; é preciso se lembrar que, nos três eixos de filiação, somente o eixo biológico é interrompido, e dos dois lados, uma criança adotada não tem mais a filiação biológica materna e paterna, mas ainda tem a filiação simbólica dos dois lados e a filiação afetiva. Então ele ainda tem quatro eixos em seis, que são vivos e que são, evidentemente, uma garantia, quando tudo ocorre bem.

Passo agora ao tema da construção dos vínculos da adoção, que pressupõe uma grande atenção na sua preparação, e essa preparação é dupla, é a preparação da criança e a preparação dos pais, e, evidentemen-

te, só posso falar do que eu conheço, que é o modo como fazemos as coisas na França. Essa preparação é muito importante tanto do lado da criança quanto do lado dos adultos, porque a criança que chega... Eu vou ser um pouco provocante, porque isso também ocorre para casos do filho biológico. Sempre tem estatuto de estranho, é o membro novo da família, ele chega com uma carga de mistério, de desconhecido, e é preciso criar laços. Mesmo a criança biológica tem uma função de intruso numa família e, quando chega na família, ele perturba a ordem anterior, ele chega numa família aonde já existe uma linguagem, onde já existe um pensamento, relações, e mesmo a criança biológica vem perturbar um pouco essa ordem que já existia. E a criança adotada, sobretudo se ele é uma adoção internacional, ele traz, além disso, o seu estrangeirismo, mesmo geográfico, que pode ser um problema para adultos ou crianças mal preparadas. Então eu insisto no fato que essa preparação é dupla e que ela concerne tanto os adultos candidatos à adoção quanto às crianças que vão ser propostas para adoção.

A preparação de adultos... Na França, temos uma lei que estabeleceu um procedimento de acordo, que tem uma duração legal de nove meses. Evidentemente essa escolha não foi anódina, a ideia é que este procedimento, que vai permitir que os adultos sejam declarados prontos para adotarem, aptos para adotarem, é um procedimento que foi um pouco concebido pelo legislador da França como uma gravidez psicológica, ideia sendo que o que ocorre na mente dos candidatos da adoção é uma dinâmica psíquica da gestação, como ocorre numa gestação biológica, que vai permitir a implementação adequada de toda uma série de representações na mente dos pais. Esse dinamismo psíquico foi muito bem estudado, no caso de [ininteligível] gestações reais, biológicas. [ininteligível] é um especialista nesse acesso, este conceito do dinamismo psíquico da gestação, mesmo falando de um modo muito esquemático, é preciso voltar a dar fluidez, jogo, nas representações mensais, aquilo que chamamos a criança, o filho imaginário, filho sonhado... Todos temos representações mentais da criança, da infância. E os pais que vão adotar, em geral, são mais velhos do que pais biológicos. Frequentemente a adoção ocorre após um longo período de infertilidade, de procura de fertilização.

Hoje, na França, 90% dos adultos que vêm como candidatos a adoção tem cerca de dez anos mais do que a média dos pais biológicos, e dez anos é muito, é todo um tempo onde as representações mentais riscam de congelar pouco, de se tornarem fixas. Para falar rapidamente, eu diria que, quanto mais esperamos uma coisa, mais esperamos uma criança, mais arris-

camos esperar uma coisa muito precisa, e é um risco de decepção, porque, quando seremos confrontados à criança acolhida, há um risco de que essa criança acolhida seja muito diferente dessa criança esperada. Então, toda a dinâmica desses nove meses, esse período de nove meses, é de dar um pouco de jogo de cintura e de flexibilidade na mente desse casal candidato à adoção, quando existe um casal, e, para que quando a criança chegue, seja acolhida, exista uma distância justa entre a criança que tem na sua mente e encontra a que vai chegar, para não haver um encontro doloroso e às vezes traumático.

Mas a preparação envolve também as crianças, e este é um capítulo que ainda é muito difícil, é preciso dizê-lo. Este é um trabalho muito delicado num país como a França. Nós funcionamos por regiões, a preparação dos pais e a preparação das crianças passa pelo Conselho Geral de uma reunião e existem regiões aonde as coisas funcionam bem e outras onde elas funcionam mal. Há uma grande disparidade entre regiões. Mas não é tão surpreendente que seja diferente, porque é uma coisa muito delicada e não basta simplesmente prevenir a criança, é preciso palavras para que ele possa antecipar, na sua vida, imagens de adultos que ele não conhece, mas é preciso também que todos os gestos, todos os cuidados para esta criança, antes da adoção, seja em famílias, ou seja, em instituições onde as crianças moram, antes de serem adotadas. É preciso que todos gestos e todas as interações sejam refletidas, pensadas de modo muito sutil, para estabelecer funções parentais, que a criança precisa, mas não para substituir imagens parentais. Então, no nível da formação de profissionais, existe um trabalho extremamente importante a ser feito. O sucesso da adoção passa muito por esta capacidade de formar profissionais para isso. Ou seja, dar à criança funções parentais para ajudá-la a sobreviver, mas sem funcionar como pai ou mãe substituto, que iria, na verdade, ocupar, fechar o lugar dos futuros pais.

Na perspectiva dessa preparação das crianças para adoção, todo o trabalho do Instituto Pickler Loczy, em Budapeste, são extremamente preciosos. Eu falei disso ontem, isso é um guia para pensar esta preparação da criança.

O último ponto da minha apresentação, uma vez este acordo estabelecido, uma vez que os pais sejam considerados prontos para acolher uma criança, é preciso que a própria criança seja preparada para este encontro com seus futuros pais, e vai se haver o que nós chamamos de aparentamento. A colocação de criança e pais escolhidos para ele em relação a escolha dos pais é feito por uma Comissão de Aparentamento, que, em função dos prontuários da criança e da família, vai

tentar favorecer os encontros mais frutuosos. É difícil, porque nunca sabemos se uma criança e aqueles adultos são realmente feitos para viverem juntos, o que também existe em casos de gravidez biológica. Uma vez, então, a criança acolhida pela família... Parece-nos, na França, que existe uma coisa que nos falta um pouco. Nós fizemos muitos esforços na França, e eu tentei mostrar rapidamente, antes do encontro de família e pais, todo esse procedimento de preparação, mas, depois, no acolhimento da criança, temos uma pequena falha, que vai ser preciso... Os pais se queixam, muitas vezes, de não saber bem onde ir para falar, a lei não previu o acompanhamento das crianças adotadas, e muitas vezes os pais têm vontade e não porque existam problemas, mas, depois de alguns meses, de encontrar uma terceira pessoa e eventualmente falar de problemas que existam. Nós não temos, na França, estruturas suficientemente acessíveis, e tenho uma tendência a dizer que não devemos impor isso à família que adotou uma criança, mas é preciso que essas estruturas existam e sejam acessíveis facilmente, se tivermos necessidade delas.

Com essas diferentes condições, parece-me que crianças e pais adotados poderão construir em conjunto uma nova história que pertencem a eles e que se enraíza na história da criança, antes da sua adoção, na história dos pais também, mas tem um grau de liberdade suficiente também do lado dos pais, para evitar fracassos que levam a grandes problemas.

Agradeço muito por sua atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria de parabenizar o palestrante Bernard Golse, pela objetividade, o uso do tempo da forma mais preciosa possível e pelo tema abordado. Eu acho que no tocante quando se fala do tema, que é a preparação dos pais para receber a adoção, é fundamental a preocupação, como foi relatada, com a criança, voltado pra criança, e não para atender, na verdade, o capricho dos pais, foi por demais esclarecedor. E esse programa do governo francês, adotado na França, é extremamente merecedor dos maiores elogios, programa de preparação dos pais. Na verdade, nós todos conhecemos vários casos de fracassos em adoções, motivados exatamente pelo não preparo exatamente dos pais, pela geração de expectativas, falsas expectativas. Então, parabenizo a palestra e tenho certeza de que, quando nós concluirmos a exposição dos dois outros expositores, nós abriremos os microfones para alguns debates que se façam necessários.

Gostaria só de, antes de passar a palavra ao segundo expositor, registrar algumas presenças. Está presente aqui o Dr. Adriano Souza(F) de Freitas, Assis-

tente de Diplomacia Pública da Embaixada Britânica; está a Maria Isabel Gonçalves Henriques, Psicóloga da Primeira Vara da Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; está aqui Paula Freire Coutinho da Rocha, Psicóloga da Primeira Vara da Infância do Tribunal de Justiça; está aqui a Roberta Santana Simas, Psiquiatra Infantil da Associação Acolher; está aqui a Rita Góes Bezerra de Moraes, Psicóloga de Entrelaços da Infância; e a Christiane Kanzler, Psicóloga.

Em seguida, lerei os demais destaques de presenças e passaria a palavra para o Dr. Sylvain Missonier.

SR. SYLVAIN MISSIONIER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Bom dia a todos e todas. Eu queria, primeiro, agradecer calorosamente os senadores que nos recebem e agradecer os organizadores da semana de sensibilização à primeira infância, como uma atenção peculiar para o Dr. Laurista e sua esposa, e a Dra. Regina de Araújo. Eu falo em nome da minha experiência de psicólogo clínico numa maternidade, onde os partos ocorrem, onde se acompanham as gestações e onde as mulheres ficam tempo de menos depois de darem a luz no hospital. Também sou psicanalista, o que para mim representa uma orientação psicopatológica essencial. Historicamente, a Psicologia e a Psiquiatria se interessaram, sobretudo ao adulto, e há pouco tempo, depois do pós-guerra, da Segunda Guerra, aos poucos, essas pessoas foram se interessando ao mundo da criança e ao mundo de adolescência, e é apenas nos últimos 30 anos que essas disciplinas passaram a se interessar pelo bebê, recém-nascido e a sua família. Quer dizer que está na hora de incluir, nessa cadeia, o pré-natal, isto é, a zona da gestação, que faz verdadeiramente parte da história da humanidade. Se um biógrafo quisesse escrever a biografia de uma das pessoas aqui presentes, seria um grave erro não falar nada sobre o que aconteceu durante a gestação, em que vocês passaram de embrião para feto e, depois, para pequeno homem, filho de homem, e seria muito grave o erro de começar a biografia apenas no dia do nascimento.

Falamos... Chamamos processo de parentalidade aquele processo que reúne pai e mãe e que consideramos como indissociável. Há uma grande crítica a ser feita sobre os trabalhos que produzimos nos últimos anos, eles são focalizados demais sobre a mãe, que obviamente é uma pessoa muito importante, mas que deve ser considerada na sua conjugalidade e na sua associação com o pai. O termo de parentalidade visa, de forma militante, a que ponto... Uma rua sem saída pensar numa abordagem médica, apenas somática e separado de uma abordagem psíquica; é preciso

pensar numa abordagem conjunta, onde a polaridade somática e psíquica se misturam e são verdadeiramente inerente no processo do primeiro capítulo da vida, que tem ressonâncias, aquele primeiro capítulo, durante todas as etapas da vida, e é preciso começar afirmando a inércia do que vai acontecer durante essa época pré-natal em todas as outras etapas da vida, para entender que nós estamos falando de uma prevenção primária e secundária.

Prevenção primária e secundária, cuja primeira característica é a de ser indissociável da interdisciplinaridade. A prevenção pré-natal deve ser médica, psicológica e social e, portanto, ela deve juntar, agrupar os atores do acompanhamento médico da gestação, como também todas as pessoas das comunidades da psiquiatria e da psicologia e também aquele mundo imenso do social... Estou falando dos trabalhadores sociais, de todas as pessoas do Ministério da Justiça e por que não da cultura.

Está claro, portanto, que qualquer projeto de prevenção não funcionará, senão com esforços consequentes, fornecidos a favor de uma rede que deve ser conquista. É um trabalho permanente, é um *working in progress*, aquele de implementar laços funcionais entre profissionais que, pelo menos na França, costumam, há muito tempo, funcionarem de forma muito dividida e independente. Trata-se de propor um percurso aos pais, nesse acompanhamento pré e perinatal, que permita que passem de clínicos para clínicos de várias especialidades, de médicos para especialistas do mundo da justiça, sem que haja nenhuma tiragem ou descontinuidade.

Quais são os argumentos que um psicólogo clínico de inspiração psicanalítica pode fornecer para justificar que vale a pena que os governos e os senadores votem orçamentos importantes para a prevenção durante esse período? O principal argumento é que esse período de pré-natalidade para a jovem mãe e o jovem pai é um período de maleabilidade, em que listras da zebra humana são mais fáceis de serem modificadas do que nas outras épocas. É difícil falar de modificar as listras da zebra humana, mas é um pouquinho no período perinatal, porque, naquela época, nessa época, tem elementos que normalmente ficam escondidos, que ficam no porão da pessoa, que aí ficam mais no meio da cozinha ou da sala de estar. E aí tem um meio para os pais e para os profissionais que os acompanham pensar em reformas. Essas reformas só se produziram se os pais encontrarem um ambiente favorável, que vai permitir essas reformas, senão o período de gestação seria um período extremamente cínico, severo e mal, onde as dificuldades são amplificadas e onde a miséria da vida vai ser mais dura ainda de ser aguen-

tada do que nas outras épocas. Então, o argumento do psicólogo a favor da necessidade de implementar meios importantes na prevenção primária secundária no pré-natal é que, naquele momento – é um paradoxo, mas é um paradoxo rico, fecundo -, a amplificação da vulnerabilidade do humano dá também a ele mais criatividade, e nós temos todos essa experiência cotidianamente, clinicamente... Paradoxalmente, os humanos atravessam uma crise naquele momento, mas também, muito mais do que nas outras épocas, são capazes de implementar reformas, se é que recebem os meios humanos, à medida dos desafios.

Eu utilizo, muitas vezes, a expressão prevenção primária ou secundária. A primária é tudo o que podemos fazer de forma interdisciplinar para agirmos antes que o problema apareça. A prevenção secundária é tudo o que a gente pode fazer depois do problema aparecer. Eu tenho exemplos de prevenção primária, na população em geral. É o caso, por exemplo, do acolhimento das angústias inerentes ao diagnóstico antenatal. Hoje em dia, o acompanhamento médico da gestação, com a ecografia em especial, é uma fonte de angústia e de preocupação para os pais. É muito importante que os pais possam dispor de espaços, de ágoras, onde eles possam ter a opinião de cuidadores sobre o diagnóstico antenatal. Os exemplos de prevenção secundários são múltiplos. Se eu comesse a fazer uma longa lista de todas as patologias possíveis, estaríamos aqui até a noite. Eu vou dar apenas três exemplos, exemplos comuns, eu acho, a sua realidade brasileira e a nossa realidade na França.

As gestações de adolescentes. As gestações de adolescentes, eu sei que aqui é um problema grave de saúde pública e na França também é uma questão importante, onde se vê muito bem a fronteira comum entre prevenção primária e secundária. Seria um erro grave imaginar sistematicamente que a gestação de um adolescente é obrigatoriamente o início de uma tragédia. Não, existem gravidezes de adolescentes que têm um sucesso depois. As depressões pré e pós-natais, sobre as quais falei ontem, na minha conferência... Apenas um número: são 10% das mulheres que dão à luz que tem potencialmente uma depressão psiquiátrica, não estou falando de um pequeno *baby blues*, estou falando de depressão; 10% das mulheres sofrem depressão durante a gestação ou depois do nosso nascimento, 10%. Se você contar a sua história familiar em três gerações, a probabilidade de encontrar, no seu percurso mental, uma tia ou avó que atravessou um episódio de depressão é muito elevada.

Terceiro exemplo: maus-tratos ao feto. Um trabalho que estamos começando, um estudo que estamos começando na França, na esteira do nosso mestre

[ininteligível], e várias pessoas que aparentam ser calmas e apaziguadas, tranquilas, na sua vida, durante a gestação da mulher, se tornam pessoas violentas. O que significa para um homem, que não é cotidianamente violento, o fato de se tornar violento contra a sua mulher gestante é uma questão muito interessante e precisamos refletir.

Dentro da nossa caixa de ferramentas, psiquiatras e psicólogos, quais são as ferramentas privilegiadas que podemos utilizar? Eu acho que são três as grandes categorias, tem... Tudo o que tem... Junto com os nossos colegas somaticistas, a possibilidade preventiva de todos os cuidados médicos, os projetos de prevenção devem primeiro ocupar o cotidiano do cuidado, antes de inventar espaços novos, adicionais, de prevenção, vamos começar por dar espaços de cuidados, de ir contra o cotidiano, começando, dando a plena potencialidade de prevenção num âmbito de interdisciplinaridade. Tem a preparação para parentalidade, que eu comentei muito ontem, que convida os pais, geralmente em casal, mas pode ser também individualmente, convida os pais a virem para discutir o que representa para eles o fato de se tornar pai ou mãe. E temos um plano de perinatalidade, que foi muito importante na nossa política na França, e resolvemos inaugurar esta preparação, o nascimento e a natalidade por uma entrevista precoce, no primeiro trimestre, entre uma parteira e a gestante e o conjunto, o cônjuge, e vai ser... Vão falar das mil e uma perguntas que podem acontecer no plano médico, social ou psicológico em relação à gestação, e acreditamos muito nesse procedimento, na medida em que se manter eticamente correta e em que não basculamos numa prevenção preditiva, que poderia transformar uma prevenção humanista em uma medida policialesca e estigmatizante para as populações.

Para prevenção secundária de que dispomos, consultas especializadas com psicólogos e psiquiatras que trabalham dentro da maternidade no hospital, como também de todos aqueles que trabalham em rede, como clínicos, temos unidades de hospital dia e de raríssimos, e gostaríamos de saber como acontece no Brasil, de algumas raras unidades de hospitalização mãe-criança. Eu acho que temos aqui uma necessidade que foi implementada pelos ingleses, no século passado, de pensar em espaços onde mães e bebês, com os pais por perto, estejam contemplados na sua tríade e hospitalizados, pelo menos a mãe e o bebê, para um cuidado muito atento e muito de proximidade de uma duração de cerca de três meses, e o poder terapêutico dessa indicação já foi comprovado para várias patologias.

Então, já para terminar. O fim lógico, a conclusão lógica das minhas palavras muito militantes, e que, para nós, isto é uma condição formidável poder dizer aos políticos: deem meios aos atores de saúde mental, da educação, da Justiça, da cultura, que vão se interessar ao período perinatal, porque os políticos, ontem, na abertura da Semana, disseram: o futuro das nossas sociedades, no Brasil e na França, está nas mãos das crianças e dos bebês, e eu tinha proposto dizer também dos fetos. O futuro da nossa sociedade depende também do modo como os nossos fetos e embriões são tratados. Precisamos de recursos para as consultas, para as especializações, para as unidades mãe e filho, e eu vou terminar também dizendo para formações transversais, porque só existe sucesso na prevenção quando existem cuidadores formados e não formados numa única vez, mas formados de forma perene. Ou seja, com planos de formação que são *a priori* concebidos como se organizando ao longo do tempo e não reduzidos a um único período de intervenção. Então, os homens políticos... Sem políticos, não há políticas de intervenção. E nós contamos com vocês, aqui, no Brasil, e também para que vocês sejam nossos transmissores dessa mensagem fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu parabeno, mais uma vez, pelo nível de exposição, objetividade da exposição, e nós, tenho certeza, saímos cada vez mais enriquecidos. Esta Audiência Pública, que tem como objetivo o tema Primeira Infância e Cultura da Paz, na verdade, estamos recebendo diversos subsídios no tocante às experiências francesas, através da primeira palestra, no sentido da adoção, e, em seguida, nesse tema também extremamente fascinante, que é o pré-natal e a saúde mental. Eu parabeno o expositor Ms. Sylvain, e faria algumas referências de algumas presenças, aqui, na platéia: A Sra. Luiza Marques Borges, psicóloga; Vladimir Melo, psicólogo; Kelly Karine de Souza Castro, administradora e responsável técnica da Clínica Conviver Psicologia; Elmna(F) Dias Cardoso, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, GDF; Lucimar Nogueira Gondin(F) Batista, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, GDF; Rossana Maria de Arruda Correia, Professora da Secretaria de Educação, também do Governo do Distrito Federal; Elaine de Fátima da Silva, Professora da Secretaria da Educação também do Governo do Distrito Federal; Kenia Cláudia dos Santos, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal; Valéria de Souza Barbosa, Mestranda em Psicologia da Universidade de Brasília; a Elizabeth Cezar Nunes, Mestranda em Política Social, da Uni-

CEUB; Tereza Freire, aluna de Pós-Graduação do curso de Psicologia da Universidade de Brasília, UnB.

Fiz alguns registros, posteriormente faremos outros complementares. Com a palavra a Dra. Sra. Elvidina Nabuco Adamson-Macedo, da Universidade de Wolverhampton da Inglaterra, que fará a exposição em seguida.

SRA. ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO:

Parabéns, Roberto Cavalcanti, presidente da Mesa, presidente eventual da Comissão de Cultura. Meus colegas de Mesa, senhores e senhoras, eu vou apresentar o tema sobre o ambiente de cuidados para promover a saúde mental materna infantil, a perspectiva da psicologia neonatal. Vou tentar manter o tempo. Eu vou... Minha apresentação está... Alguns slides estão em inglês, mas logicamente que eu vou traduzir, e com o meu colega falando sobre o cuidado pré-natal, tudo acontece quando o bebê nasce prematuro e então essa relação é interrompida.

Eu sou brasileira, vocês já notaram, sou sergipana com muita honra, e estou há 32 anos, sou psicóloga experimental, psicologia neonatal, é um ramo da psicologia da saúde, que eu propus e tenho desenvolvido. Então, se, de vez em quando, eu esqueço e falo uma palavra em inglês, espero que vocês me desculpem e entendam comigo.

Eu sempre digo que o trabalho científico não é um trabalho de uma pessoa só, e depois, aqui, são entidades que têm me ajudado com o financiamento sobre esses 32 anos no Reino Unido, e pesquisadores doutorados e pós-doutorados, eu tenho que agradecer especialmente em memória do Dr. Alberto Carvalho da Silva, um médico de São Paulo, que, na realidade, foi o que eu chamo meu pai científico, e Maria Elena Corrêa, que muitos de vocês conhecem, que a visão dela e de Dr. Laurista Corrêa e de todos que estão trabalhando aqui é um dos motivos por que eu estou aqui com vocês.

Então eu quero agradecer ao Senado Federal, Brasília, particularmente a [ininteligível] Lucena, e a toda comissão organizadora, ao Dr. Laurista Corrêa Filho, a quem eu conheço há algum tempo, e, lógico, à Embaixada Britânica, que me deu apoio para que eu pudesse me deslocar da Escócia.

Vou tentar usar o máximo de visual possível, para ver se consigo manter os nossos 20, 25 minutos. Então trouxe esse pensamento, que uma gravura vale mais do que dez mil palavras. Mas, primeiro, deixa eu me colocar dentro da minha jornada, como é que eu cheguei aqui, como é que eu cheguei lá. Eu fui para fazer o doutorado, saí de Sergipe, já estava no Rio, aqui, trabalhando na Universidade Federal Rural do

Rio de Janeiro, quando fui fazer o meu doutorado e lá estou ainda.

Para esta apresentação de hoje, eu vou apresentar um fundo, um *background*, o ambiente de cuidados, surgimento da Psicologia da Saúde Neonatal, resumo da evidência baseada em pesquisas, e o presente e futuro, infância e paz. Está muito depressa? É que eu estou querendo manter o tempo. Então, em termos de *background*, são 70 mil bebês que nascem prematuros na Grã-Bretanha. Isso é um dado de 2009. Desses 70 mil, 2500 desses bebês têm um peso ao nascer com menos de um 1,816 kg. É importante, é um problema de saúde pública, não só na Grã-Bretanha, mas acreditado no mundo inteiro, e as causas da prematuridade a gente sabe, são várias. Então, por exemplo, o nível socioeconômico baixo, a idade das mães, na realidade, ou muito novas ou também agora, que já se tem as mães depois de 35 anos e 40. Então é nos extremos. E a mortalidade, na realidade, com a alta tecnologia, tem diminuído, mas a morbidade logicamente que aumenta.

Esta é uma brincadeirinha, que meu marido sempre me ajudava a conseguir alguma coisa, assim, interessante para apresentar nas minhas aulas, etc. Então é o dinossaurozinho que está saindo, está alguém dizendo assim: “Seja bem-vindo ao mundo! O que é que você pensa desse mundo?”. E eu identifico isso como prematuro, saindo e chegando na incubadora. O que o dinossaurozinho faz? Sai correndo e quer voltar para dentro do ovo, e não pode. E é isso que define exatamente o que é o prematuro, toda aquela relação que o nosso colega francês falou é interrompida, e meu trabalho de 32 anos tem sido realmente só com prematuro. Trabalhei mais um pouco, recentemente, com bebê de termo, mas eu falo pouco sobre isso. Então, já que ele não pode voltar, a gente tem que ajudá-lo da maneira melhor possível, e esta maneira é tentando fazer com que esta plasticidade do cérebro, no período perinatal, que aumenta a vulnerabilidade; quanto mais plasticidade que se tem, mais aberto está para novas experiências. Então é muito importante que este ambiente seja um ambiente que vai facilitar o desenvolvimento intacto desse bebê e, logicamente, de todos que estão cuidando dele.

Então, no ambiente físico, biopsicossocial e comportamental, o bebê, os pais e os profissionais, casa e família. Quando vai para casa, onde é que vai ficar? Então, a Psicologia da Saúde Neonatal, que eu proponho, é um estudo científico sobre os processos biopsicossociais e do comportamento do bebê prematuro, durante um período específico, o período dos 28 dias, que é o período neonatal oficial, que, por isso, dá o

nome para este ramo da Psicologia da Saúde. E logicamente todos nós envolvidos com este bebê.

Aqui, esses dois slides mostram claramente um bebê de termo, uma mãe bem relaxada em casa. Na realidade, é uma mãe brasileira, é uma amiga minha que me deixou usar. Com a permissão dela, eu uso esse slide nas minhas apresentações, e essa é a mãe de um prematuro que você está vendo aí. Um ambiente físico é um ambiente cheio de máquinas, é um ambiente... Está melhor, muito melhor, não se compara, o visual é mais... Algumas unidades já diminuíram também o barulho. Com a programação dos Estados Unidos com os cuidados individualizados, muita coisa... E a colaboração dos psicólogos, psicólogos cognitivos também, mostrando a percepção e a necessidade, a sequência do desenvolvimento do sistema sensorial. Então, vocês vejam essas duas mães. E como é que a gente vai ajudar essas mães?

A minha primeira pergunta, então, foi: “Como é que eu posso suportar, o que eu posso fazer para ajudar esses bebês?” O meu trabalho, no Brasil, foi financiado pela Fundação Four(F), mas foi olhando o efeito da nutrição, da desnutrição no desenvolvimento cognitivo de pré-escolares. De 1970 a 1975, eu fiz uma pesquisa no Nordeste, na minha terra natal.

Nos anos 70, quando eu cheguei... Em 1978, na realidade existia uma controvérsia muito grande entre os benefícios da estimulação sensorial, com bebês hospitalizados, de uma forma muito drástica, dizendo que esses bebês não deviam ser tocados, que o toque aumentava a infecção, e que na realidade somente eram os profissionais, os médicos e as enfermeiras, que poderiam ficar perto. E, na realidade, quando comecei, no final de 78, principalmente 80, as unidades ainda tinham visitas ainda muito limitadas e depois, no meio dos 80, você vê esse *slide*, que é uma mãe desesperada – esse menino nasceu com 860g -desesperada, colocando... quando já começaram a relaxar um pouco as visitas e já se podia colocar alguma coisa dentro da incubadora, então ela traz tudo e nada está funcionando porque, na realidade, o bebê ainda não está pronto para ver. Ele está pronto para ser tocado, mas ele não está pronto, ainda, para ver.

Então, o meu embasamento teórico, da teoria do desenvolvimento, como eu disse no princípio, sou psicóloga experimental, não sou psicóloga clínica, a minha paixão é, na realidade, o desenvolvimento e a manutenção da saúde, e as minhas teorias têm embasamento, são de desenvolvimento. Essa é a do Gottlieb, que chama canalização da experiência e que define... Ele define o desenvolvimento individual para ser mantido e facilitado, ou induzido, através do que ele chama de coações, recíprocas, horizontais e verticais.

Aqui, neste diagrama, nós vamos ver as influências bidirecionais do ambiente do comportamento das atividades neurais e das atividades genéticas. Este que é o desenvolvimento individual, com estas coações verticais e horizontais, o ambiente influenciando o comportamento e vice-versa; é o recíproco. E tem outras teorias dentro do desenvolvimento, que falam mais ou menos, como a teoria do Bandura, falam sobre essas interações recíprocas; eles dão outro nome, eles chamam de *transactions*, de transações.

Essa foi a definição que eu dei para... Desculpe, esse *slide* está muito escuro, mas é simplesmente a definição da Psicologia da Saúde Neonatal que os estudos científicos dos processos biopsicossociais e do comportamento na saúde, na doença e nos cuidados hospitalares do bebê, pré-termo e de termo durante os primeiros 28 dias de vida e desse relacionamento, desses processos de uma maneira longitudinal.

Então aqui vamos ver a minha paixão científica, como eu falei, esta mãe de novo e as tarefas que têm alguns psicólogos, colegas psicólogos aqui, que conhecessem muito estas tarefas psicológicas, o antecipatório Griffith(F) é o luto, o luto que a mãe começa a pensar que o bebê não vai sobreviver, e ele tem esse luto antecipado. A mãe começa a pensar que foi falha dela, porque o bebê nasceu mais cedo, acredita que o bebê não vai sobreviver e precisa, então, depois que ela começa a acreditar, que a gente ajude ela a acreditar que o bebê vai sobreviver, então ela tem que entender as necessidades desse pré-termo, as necessidades que são várias.

Então a sequência do desenvolvimento dos sistemas sensoriais já sabemos que é o tato, é a pele que vem primeiro. Quando o bebê nasce, em qualquer idade, é o tato que é mais desenvolvido, mas o tato para mim nunca foi um final, uma maneira de tentar ajudar esses bebês. Ia dizer, no princípio, e acabei não dizendo, mas vou dizer agora. Eu, na realidade, sou uma psicóloga experimental potteriana. O que quer dizer? Muitos de vocês, talvez, se lembrem que o Popper, o Karl Popper é um filósofo científico do século XX, famoso, inglês, e que ele disse que em pesquisa, em ciência você não prova nada, você apenas diz, refuta, ou aceita, ou não aceita, ou rejeita uma hipótese científica. Então, o que eu vou dizer aqui realmente não é uma prescrição, são resultados das minhas pesquisas.

Apoiar o prematuro, então, eu decidi que ia usar um tipo de estimulação, que eu agora chamo nutrição sensorial, se tiver tempo eu explico mais isso, mas eu vou explicar de tarde também, e o *stroking* foi definido como passar a mão de leve numa direção apenas, como uma carícia; não é uma massagem, é carícia afetiva.

O programa que eu desenvolvi, que agora nós temos quatro versões, chama-se *Touching and Caring, Tender in Caring* – TAC-TIC, e os princípios são: gentileza, suavidade, equilíbrio, ritmo e continuidade; tem sempre a mão no bebê. E aqui é o primeiro movimento que chama a posição de conforto.

[exibição de vídeo em outro idioma]

SRA. ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO:

Desculpe, estou querendo correr e dei para trás.

Desenvolvimento e saúde mental, mais direto. Então, agora, eu vou dar para vocês a parte de alguns resultados breves das pesquisas que fiz com meus alunos. Os bebês perderam... Que tiveram TAC-TIC perderam menos peso, tiveram uma sucção mais forte, mais acelerada, teve melhor digestão pelo aumento da secreção da lipase lingual, maior pressão da sucção, o mecanismo do tato, da sucção alimentação, e o ácido no estômago, que é mais ácido(F), e nos bebês que estavam recebendo oxigênio, eles tiveram uma saturação de oxigênio mais equilibrada.

Aqui é um bebê, foi a minha aluna, ela já acabou, que era uma enfermeira, e ela me mediu nesses bebês durante a primeira semana, foi a primeira vez que nós conseguimos trabalhar com bebês que estavam recebendo oxigênio e durante a primeira semana de vida, que ainda era um tabu muito grande se tocar nesses bebês.

Então aqui é o resultado da primeira coisa que nós e detectamos, foi que na realidade a imunoglobulina A, que é muito importante para ajudar os bebês a ficarem mais fortes, para poder combater a infecção, a gente não sabia se podia ser encontrada em bebês prematuros durante a primeira semana, então este estudo mostrou que pode ser encontrada, medida pela saliva, e que também nós tivemos um imunologista conosco e que vocês vêem no gráfico verde ali que aumentou a secreção da imunoglobulina.

A importância, então, desse desenvolvimento da criança para a relação familiar é muito crucial, e através, então, da mãe conseguindo passar sobre aquelas tarefas que ela começa, então, a pensar como levar o bebê para casa e como vai ser a atuação para continuar aquela relação que foi interrompida, continuar no hospital e continuar em casa também, lógico.

Na saúde mental materna, então, a gente olhou três variáveis: a autoeficácia, o apego e a autoestima. Como estes conceitos são muito conhecidos, a autoeficácia foi desenvolvida pelo Bandura, e que é uma crença que nós tínhamos, que nós vamos desenvolver, vamos fazer uma ação, e esta ação a gente tem a possibilidade de conseguir sucesso naquela ação. Esta é a autoeficácia, logicamente que não tínhamos uma escala, nós desenvolvemos e validamos essa escala,

eu tenho... Esse *paper* já foi publicado, se algum de vocês tiver interesse, eu posso deixar a cópia desse *paper* com a escala que foi desenvolvida, como parte do Doutorado do Dr. Chris Barnes, comigo e as outras nós usamos, já existiam: a autoestima e o apego.

Eu vou passar mais depressa aqui, porque o *attachment* todo mundo já sabe a importância dessa relação, que é considerada uma relação única, uma relação de afeto que se desenvolve entre uma mãe, um bebê, qualquer cuidadora com esse bebê.

A autoestima também é um conceito que todos nós conhecemos, que é o valor que a pessoa dá refletida naquela avaliação, naquela autoavaliação que se faz no caso da mãe da autoavaliação com referência a ela como mãe. Então, nós medimos isso, esse gráfico aqui vai mostrar para vocês, é uma pesquisa, foi a mais recente que nós olhamos a influência do TAC-TIC, do programa que nós descrevemos, na autoeficácia, na autoestima, e, logicamente, no apego, e comparamos isso com um brinquedo, um brinquedo que nós chamamos um brinquedo regular. E vocês... Aqui estão os dados da análise de variância, vocês se virem primeiro, o *light blue*, o azul... Me ajuda, o azul-claro, o azul-claro é o grupo controle, o [ininteligível] TAC-TIC para a autoeficácia primeiro, depois a autoestima e depois o *attachment*.

É interessante, porque deixa eu explicar o que era o controle, controle é que nós deixamos que a mãe fizesse o que ela quisesse, que normalmente ela fazia, tudo por três minutos só, o que ela realmente, o cuidado que ela dava para o bebê e nós filmamos e demos um dos filmes para a mãe no final. Então, esse gráfico mostra que houve um aumento no autoeficácia, no apego e na autoestima, comparando os três grupos com... Foi o efeito maior foi de TAC-TIC, seguido pelo brinquedo e depois pelo que a mãe fazia, contanto que ela não conversasse, eu pedia para elas não conversassem para não trazer outro estímulo, o estímulo auditivo, porque já tem bastante, vamos dizer assim, outras coisas acontecendo de qualquer maneira na unidade neonatal.

E agora eu mudo para a parte de, ainda no tato, mas é um novo brinquedo que nós inventamos, que chama [ininteligível], que nós usamos, e como eu me referi, eu também trabalhei recentemente com bebê de termo. Então, aqui, eu mostro, rapidamente, um dos resultados usando esse novo brinquedo, comparando com o outro brinquedo que foi usado com o prematuro, que nós chamamos de *regular toy*, um brinquedo comprado na loja, e aqui vocês verem que o desenvolvimento cognitivo usando [ininteligível] no grupo que usou o brinquedo que nós inventamos, foi maior do que o outro brinquedo que vocês viram, que nós chamamos

um *regular toy*. E aqui, só alguns *statements* que as mães disseram, por exemplo, a mãe número um diz assim: "Você viu como é que ele trabalhou mais e que ele moveu mais as mãos com o novo brinquedo invés do outro?" Então são *statements* da mãe.

Então, nós mudamos de estimulação para a nutrição sensorial, porque nós acreditamos que a palavra estimulação, que vocês viram no dicionário, traz um pouco de conotação que vai acelerar, que vai acordar, que vai irritar e as mães não gostavam disso.

Então já estou acabando a minha apresentação, em termos do nosso tema central, do ambiente, nós temos que ter um ambiente de compreensão, integração e sincronização. O ambiente do cuidado para promover o desenvolvimento e saúde mental é um ambiente em que a gente tem que dar o tipo de nutrição sensorial que é apropriada, que vai ser o tema do meu curso de tarde. E vocês vêm aí de um lado esquerdo, TAC-TIC que é promovendo a saúde e a qualidade de vida, e facilitando o desenvolvimento, um desenvolvimento apropriado, com o apoio apropriado, depois nós temos também, ainda no tato, quando o bebê também se toca e começa a brincar com ele, com ele mesmo, nós vimos em diversos filmes que os bebês prematuros quando são deixados em atividades espontâneas, na realidade, eles brincam com o ambiente, eles pegam na sonda, aí quando eles pegam na sonda eles usam o *hand grasp*, usam... como traduz *hand grasp*, o... Me ajuda aí, agarrar, isso, obrigada, apreensão, isso, obrigada. Se eles tocam no corpo, eles têm um movimento de toque que é o *stroker*, eles fazem isso. Então isso foi em atividades espontâneas, nós começamos a desenvolver nova teoria de brincar para o prematuro, que é um novo paradigma que nós chamamos de *neoplay*, *neoplay* do neonato. E o último que nós falamos, que é o tocar do objeto, mas o objeto que é a apropriado, que é este brinquedo que nós inventamos.

Então, vocês veem que a minha pesquisa não ficou só em um lado, pesquisa pura, com a descoberta de um novo brinquedo, a pesquisa aplicada, e então concluindo, nós queremos salientar que há implicações, e que a gente tem procurar o equilíbrio, o cuidado individual é o mais importante. O papel do psicólogo neonatal dentro das unidades neonatais é grande, não somente com a mãe, com os profissionais também, as aplicações e juntos em defesa da infância e da paz. Então, ambiente de cuidado melhor, na minha opinião, com a experiência que eu tenho é o individualizado que facilita, promove, sustenta a saúde, física, mental e o desenvolvimento sistêmico, com a família.

Muito obrigada.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Muito obrigado, Profa. Elvidina.

Essa comissão é um assunto do interesse de muitos senadores, inclusive eu sou médico, mas nós estávamos sob pressão, em quórum, na Comissão de Constituição e Justiça, que não podíamos sair de lá de jeito nenhum. Quando chegou um senador, eu fugi para cá. Infelizmente, não tive o prazer de assistir as outras conferências, e o Regimento Interno aqui permite que somente senadores façam perguntas, mas como eu estou como Presidente aqui, e sei que todo mundo está aqui está interessado, eu vou abrir uma exceção, que depois eu devo receber alguma coisa, mas vai ser feito. Eu vou abrir para quatro pessoas fazerem perguntas de dois minutos cada uma.

Então, nós temos que ser rápido porque.... Abro aqui quem quiser, é só levantar o dedo. Quem já levantou? Nós temos microfone móvel para qualquer uma das pessoas que estão aqui interessadas esclarecerem alguma dúvida, fazerem alguma pergunta. Não é possível que ninguém tenha dúvida nenhuma. Pois não, levantou a...? Se identifique, por favor, para que todos entendam quem está falando.

SRA. DENISE: Bom dia. Meu nome é Denise, eu sou psicóloga da Secretaria de Saúde, na unidade neonatal do hospital da Ceilândia. Não tinha como não fazer uma pergunta para a Dra. Elvidina.

Na nossa prática, o trabalho tanto da prevenção primária como disse o Prof. Missonier, e da prevenção secundária, é muito presente. Com essa experiência do TAC-TIC, a senhora conseguiu nas pesquisas ter um escore de prevalência mais alto em relação à diminuição dos efeitos da depressão pós-parto com essas mães que desenvolveram todo esse trabalho?

SRA. ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO: Não. Eu não trabalhei com depressão.

SRA. DENISE: Mas no contato que a senhora percebeu dos bebês que apresentaram ganhos maiores do ponto de vista da nutrição sensorial, a senhora conseguiu verificar, mesmo que empiricamente, alguma influência benéfica junto a uma diminuição dos efeitos depressivos nessas mães, ao verem seus bebês com uma...?

SRA. ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO: Como eu não medi depressão, o que eu posso falar é da observação no contato de tantas mães, por exemplo, se a gente voltar para aquele slide daquela mãe, se eu tivesse talvez usado depressão, depressão não foi... Como psicóloga da saúde, estou interessada na saúde, em conceitos como a autoeficácia, a autoestima, o apego, como evitar. Voltando àquele *slide* da mãe, eu me lembro muito dessa mãe e de outras mães, foi

quando eu comecei o trabalho, a importância de que a gente dá alguma confiança para ela, para fazer alguma coisa com o bebê, para cuidar do bebê, e a mudança na fisionomia dela, por exemplo, ela começou, já entrava, lavava as mãos, enxugava as mãos e até um sorriso já, é como se a gente está dando alguma coisa que ela possa fazer e indiretamente é a única coisa que eu posso falar para você, uma observação subjetiva, não é científica, mas não é só de uma mãe, de várias mães.

Sim, eu notei que se você conseguir dar um apoio para que elas se sintam, que fazem parte do cuidado, porque isso tudo é novo, é de dez anos para cá, ainda tem muita unidade, não vamos pensar que está tudo bem, não está. Ainda têm muitas unidades, em qualquer país, que ainda não se toca, não é nem o tocar, mas que ainda há muita luz, muito barulho, uma mudançazinha, mas não está generalizada. Eu acho que nunca vai ser generalizada, muito difícil, tem a parte das personalidades de quem trabalha nas unidades também.

Não respondi, tenho certeza não respondi sua pergunta, mas é a única maneira que eu posso; é fenomenológico.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Prof. Sylvain quer fazer uma pergunta. Pode fazer com escrito também, se estiver inibido de falar, escreva que eu leio a pergunta para ele.

SR. SYLVAIN MISSONIER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Vocês me ouvem? Sim, discutimos ontem, mas a noite é boa conselheira, certamente existem numerosos estudos que mostram a forte correlação entre uma grande prematuridade e depressão.

Os trabalhos que mencionei ontem, que me parecem ser os mais interessantes nesse trabalho são os trabalhos de equipe de Lausanne e de [ininteligível], que mostram que a depressão materna e a desorganização familiar se instala com a duração do tempo, passar do tempo, e eventualmente depressões graves da mãe, quando existe uma estrutura experimental individual e coletiva favorável a isso, e que são mais os critérios de estrutura mental materna que estão diretamente correlacionados à depressão que a severidade da prematuridade do bebê e as sequelas da prematuridade do bebê. Então, estamos aqui nessa matéria, necessidade de um referencial médico, mas também de psicologia, porque se tivermos apenas um referencial médico, vamos fugir muito do problema e do problema essencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Prof. Bernard também quer fazer um questionamento.

SR. BERNARD GOLSE: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Gostaria de ter tanto tempo quanto eu [ininteligível] antes, mas eu gostaria de me concentrar sobre coisas objetivas, é uma coisa tão importante, o que falávamos antes da síndrome do antigo prematuro que depois uma leve prematuridade e depois de alguns meses ou anos podiam desenvolver disfunções cerebrais, um retardo psicomotor dificuldade cognitivas, etc. Essa síndrome do antigo prematuro desapareceu em grande parte, não estou falando dos grandes prematuros, mas para os prematuros leves e moderados, em particular ela desapareceu porque o auxílio às mães e bebês e a orientação infantil permitiu... Em certos números de casos, não se deprimirem e efetivamente os cuidados interativos têm um efeito sobre a depressão materna.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Com a palavra a senhora. Se identifique, por favor. Depois dou a palavra para o senhor.

SRA. REGINA ORTH DE ARAGÃO: Tudo bem? Eu sou Regina Orth de Aragão, sou psicóloga e psicanalista e Diretora da ABB, Associação Brasileira de Estudos sobre Bebê. Esta é uma pergunta dirigida mais especialmente, ainda que seria aos três componentes da Mesa, ao Prof. Bernard Golse e Prof. Sylvain Missonier, e ela diz respeito à formação dos profissionais. Ambos salientaram, cada um no seu tema, a importância para o Prof. Golse, da preparação dos pais e das crianças para a adoção, e o Prof. Sylvain Missonier salientou a importância da prevenção na sua modalidade primária e secundária. Eu pediria, se fosse possível, sei que é uma coisa muito difícil, que cada um pudesse salientar quais consideram os traços essenciais para a formação dos profissionais que atuam nessas preparações ou nessas ações de prevenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Regina, por esta pergunta, essencial. Quando eu comecei a trabalhar na minha comunidade, a rede da comunidade perinatal de Versailles trabalhava as questões de formação dos profissionais de saúde em perinatologia, e eu tive que batalhar muito com os representantes, com os médicos desta rede para que nas capacitações não houvesse apenas o saber acadêmico, ou seja, uma sucessão de pessoas que vinham com seus *power points* e que aí iam embora. Eu disse: "Eu só vou aceitar trabalhar nessas capacitações se houver metade de conhe-

cimento acadêmico e metade de jogos e grupos de discussão". E, para mim, esse é um dado essencial, porque se esse reagrupamento de profissionais só acontecerem em volta de um saber cognitivo e não se fizer em torno de uma experiência comum, de uma experiência humana onde nós possamos interrogar sobre seus próprios sentimentos, suas próprias emoções, suas próprias fantasias eventualmente, acho que não servem para grande coisa.

O outro ponto que fui compreendendo ao longo de coisas, e você me perguntou o esquema essencial, dando realmente o cerne de tudo, foi que eu fui compreendendo aos poucos as formações, as capacitações do tiro fuzil de único tiro não funcionam. É preciso uma capacitação três, quatro vezes, dois, três dias, que permitam verdadeiro processo, e no mundo ideal isso vai ser um processo que vai ser perene e será definido por definição imediatamente como se mantém; uma capacitação que ocorre de uma única vez, nos priva do essencial porque quando a gente se vê uma vez, depois duas depois três podemos fundar uma cultura em conjunto, e avançar. Eu compartilho, evidentemente, aquilo com o que foi dito, eu só gostaria de acrescentar mais um ponto, para dizer que uma formação duradoura, prolongada, pertence tanto ao organismo de capacitação e que ela pode ser feita e deve ser feita em cada instituição por um trabalho detalhado e de supervisão caso a caso, para o que profissional do contato com o casos clínicos, os bebês, mães dos bebês e pais possam correr na sua instituição para falar disso, eu insisto porque esse tempo, pelo menos na França é difícil para financiar, as pessoas mandam, as pessoas tem capacitação uma formação algum local, e um tempo financiado dentro da instituição, às vezes, é difícil de implementar, mas é um tempo essencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Com a palavra.

SR. LAURÍCIO DA CORREA(F): Eu sou Laurício da Correa(F), sou pediatra, neonatologista, e antigo residente dos hospitais de Paris. Eu gostaria de perguntar para o Prof. Missonier, que nós sabemos que é recente dentro da história da Medicina que há 20 anos, foi ontem, em relação à entrada do psicólogo e muito mais, do psicanalista, quais foram as dificuldades e as resistências, porque nós sabemos que só quem eram os donos do serviço, eram os pediatras e os obstetras, claro, nós fizemos então uma fase e aqui nós estamos ainda engatinhando nessa outra fase, sobretudo ter psicanalistas e pessoas com esse enfoque, as resistências, as dificuldades, que o senhor encontrou. Obrigado.

SR. SYLVAIN MISSONIER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Essa pergunta, que mereceria uma conversa até hoje de noite, mas para ir direto ao essencial, eu diria que existe um debate na história da medicina ocidental, que fabricou o muro de Berlim entre o somático e o psíquico. Eu digo muro de Berlim, porque o muro de Berlim caiu e eu espero que aos poucos todos juntos, como você fez com a sua primeira esposa, com aquele curso universitário de especialização, trata-se de trabalhar em conjunto os especialistas do somático e da psique, é obrigatório constatar, entretanto devemos constatar que a história da medicina construiu um muro que é preciso ultrapassar para chegar a este trabalho de ligação, essa é a primeira ideia.

A seguir, eu acredito e já disse muito em relação à depressão, o fato que possamos vir para inquietar a idealização da maternidade e da infância só pode estar acompanhado por resistências, nós vivemos uma sociedade complexa, existe guerra em alguns lugares do mundo, a nossas sociedades são cheias de violência e é verdade que temos necessidade, pelo menos coletivamente, espaços que imagináramos livres de conflitualidade, de violência, e essa é uma idealização, e acredito que a maternidade, a infância e o bebê, o termo da gestação, são local de idealização.

Então, quando nós chegamos e dizemos mesmo numa mulher que não tem patologia severa, é preciso acompanhar e escutar, a maternidade não é um instante; tornar-se pai, tornar-se e a mãe é um processo complexo que necessita de intercâmbio, de escuta, e intersubjetividade, acredito que estamos criando uma onda naquela ideia que fazer bebês é natural e estar grávida é tudo muito natural, tudo muito evidente. E essas instâncias é preciso colhê-las com humanidade, com doçura, estamos indo contra nossos objetivos se formos julgadores e não compreensivos e acho que temos varrer da frente da nossa porta, vários de nós fomos muito ativos, achando que os nossos colegas somáticos não particular amo cabeça, que só trabalhavam com as mãos, que nunca imaginaram as coisas, nós maltratamos eles, acho que hoje condições estão reunidas para o trabalho de igual para igual.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Prof. Bernard com a palavra.

SR. BERNARD GOLSE: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Para continuar como um duo aqui, acho que sua pergunta é muito importante, é formidável que ela venha de um pediatra, porque fora daquilo que Sylvain mencionou, eu faço a resistência a todos os residentes médicos do corpo, mas é verdade que

na perinatalidade o papel do pediatra é essencial, e é evidente, está claro que o certo número de pediatras escolheram se ocupar do corpo do bebê para não ter que lidar com as suas dificuldades psíquicas eventuais, e quando a gente vem para o meio da perinatalidade para falar que o problema das interações também podem criar problemas aos funcionamentos do bebê, alguns pediatras podem ter medo, e é preciso pediatras como você para dizer que pediatra não se ocupa só do corpo, mas ele também se preocupa com efeitos de interações sobre a psique e efeitos corporais da criança.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Mais uma pergunta. Se identifique, por favor.

SRA. CLÁUDIA SIQUEIRA: Eu me chamo Cláudia Siqueira, sou Diretora do Instituto Sidarta, e gostaria de fazer uma pergunta para os três a respeito de qual é a ordem de investimento das políticas públicas para esta temática, para a área de pesquisa de vocês, e para o dinheiro endereçado para a situação de formação de profissionais na área que vocês atuam, e se vocês consideram suficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Com a palavra a Profa. Elvidina Nabuco.

SRA. ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO: Essa é difícil [risos]. Muito difícil, porque eu tenho conseguido financiamento esses anos todos, particularmente a Universidade de Wolverhampton foi muito boa, e outras entidades como mostrei para você. Mas não existe, relacionado com sua pergunta específica, ainda não existe muitos psicólogos trabalhando nas unidades neonatais, quando tem é mais a psicologia clínica em vez do psicólogo fazendo pesquisa, então fica assim nessa área da nutrição sensorial fica mais ou menos ainda assim: se tiver faz bem, mas se não tiver não morre. Mas se não tiver oxigênio morre, se não tiver remédio morre, se não tiver...

Então, nessa área, eu diria que pouca. Fica ainda a termos individuais, não fica nível que você perguntou. Infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Com a palavra o Prof. Bernard.

SR. BERNARD GOLSE: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Alguns aspectos sobre a situação da França. Primeiro, de forma geral na psiquiatria, psicologia ou psicopatologia da criança e da adolescência, há já faz algum tempo, duas áreas bastante apoiadas, que são: o bebê, a perinatalidade, e o adolescente. E é preciso também estar atento para não esquecer a

criança do meio, porque hoje a neonatalidade é um setor muito apoiado como a adolescência. Os primeiros investimentos foram, sobretudo, clínicos, com o mapa do território dividido em setores e psiquiatria e infanto-juvenil na França, e últimos 20 anos muitos setores puderam se equipar com unidades da primeira infância, que onde trabalhavam pediatras, psicólogos, psicanalistas, educadores, especializadas no desenvolvimento precoce. Era, sobretudo, na pedopsiquiatria clínica.

Num segundo tempo, desenvolveu-se um esforço de pesquisa, e o eixo da perinatalidade foi declarado recentemente um dos eixos temáticos prioritários ou para o plano quadrienal de pesquisa. Um ponto do desenvolvimento das coisas ainda do ensino ainda pontual, muitos dos cientistas falam de perinatalidade, mas a estruturação desse ensino na universidade ainda está engatinhando, e eu quero dizer que Sylvain Missonier é o primeiro professor de psicologia clínica na França que se dedica a perinatalidade. Está aí, o pioneiro.

[palmas]

SR. SYLVAIN MISSONIER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Fiquei emocionado. Obrigado, Bernard. É preciso acrescentar o dinheiro que foi recentemente investido nas redes; houve uma conscientização do Ministério da Saúde da necessidade de uma coordenação dos diversos setores envolvidos na perinatalidade. Historicamente essa conscientização nasceu num plano de perinatalidade que focalizava muito a conscientização das transferências no pré-natal, não é a transferência psicanalítica e sim a transferência da mulher que deve se aproximar de um hospital aonde haja um serviço de neonatalidade, que corresponda à patologia da prematuridade do bebê. E aí houve uma conscientização no campo da necessidade de fazer com que os diversos atores de saúde, coordenam suas ações, e a partir daí houve uma verdadeira sinergia entre somaticistas e psiquistas para fazer com que essa coordenação pudesse ser sinônimo de dinheiro, recursos, financiamentos, para capacitações em rede. E devo dizer que as chamadas bacias de vida, mas também as regiões que conseguiram, porque é um trabalho enorme, vocês bem sabem, que conseguiram preencher os pedidos tão difíceis, burocráticos de financiamento de redes, receberam recursos consideráveis para organizar capacitações que permitiram que se tornassem verdadeiras redes de perinatalidade.

Então temos aí algo importante, porque é uma nova fonte de financiamento que não é mais uma fonte de recurso corporativista, e sim uma fonte de financia-

mento que já é um ato de transversalidade e um ato de federação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (S/PARTIDO-RR): Mais alguma pergunta?

Eu, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, agradeço a presença da Profa. Elvidina Nabuco da Universidade de Wolverhampton, da Inglaterra; Prof. Bernard Golse, Chefe de Serviço de Psiquiatria Infantil do Hospital Necker-Enfants Malades, de Paris; Prof. Sylvain Missonier, Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris.

Bom, muito obrigado a todos, e espero que continuemos ainda, que ainda tem mais coisa durante a semana.

E eu gostaria só de informar que essa reunião está sendo coberta pela Agência do Senado Federal, agência... Pela rádio do Senado, pelo Jornal do Senado e será transmitida integralmente para todo o Brasil. Quem tiver serviços para comunicar é bom comunicar os serviços dos interiores para participar, para assistir isso também. Vou fazer isso com Roraima, sou médico do Estado de Roraima, sou cirurgião-geral, não sou pediatra, não.

Obrigado. Declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h21.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quinze horas do dia nove de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE e JOÃO RIBEIRO**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) **ELISEU RESENDE, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, DELCÍDIO AMARAL, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO e GERALDO MESQUITA**. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, ALFREDO NASCIMENTO, GILVAM BORGES, HÉLIO COSTA, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, ARTHUR VIR-**

GÍLIO, CÍCERO LUCENA e GIM ARGELLO. Haverdo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. **EXTRAPAUTA:** É aprovada a apresentação de onze projetos de lei de autoria da Comissão, dispondo sobre a legislação consumerista: **1)** Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2010, que “Altera os arts. 4º e 11, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para otimizar o funcionamento das agências reguladoras em atenção ao interesse público e à proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários”; **2)** Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2010, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a proteção do consumidor em operações realizadas por meio eletrônico”; **3)** Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2010, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para admitir que o juiz conheça de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, das normas dispostas no Código de Defesa do Consumidor, bem como para determinar ao juiz que conheça, de ofício, da abusividade das cláusulas contratuais, inclusive nos contratos bancários”; **4)** Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2010, que “Acrescenta § 2º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre o manual de instrução”; **5)** Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2010, que “Alteram os incisos I e II do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dobrar os prazos de reclamação pelos vícios aparentes e de fácil constatação nas relações de consumo”; **6)** Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2010, que “Acrescenta o § 10 ao art. 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dar prioridade aos processos coletivos de natureza consumerista no âmbito do Superior Tribunal de Justiça”; **7)** Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2010, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a publicidade de alimentos ao público infantil”; **8)** Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2010, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre o aviso de risco aos consumidores relativo ao alto grau de nocividade ou periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo, e dá outras providências”; **9)** Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2010, que “Acrescenta o art. 90-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para conferir eficácia de título executivo extrajudicial às transações referendadas por qualquer dos órgãos públicos de defesa do consumidor”; **10)** Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2010, que “Al-

tera o art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a eficácia dos mecanismos de sanção aplicáveis pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor”; **11)** Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2010, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a multa civil”. É aprovado o **REQUERIMENTO nº 29, de 2010-CMA**, que “nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores pedido de informação sobre o estágio em que se encontram as negociações de uma convenção sobre direitos do consumidor, que tiveram início por ocasião da Sétima Conferência Interamericana Especializada em Direito Internacional Privado (CIDIP-VII) da Organização dos Estados Americanos (OEA)”. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Resultado:** Aprovado. A seguir, passa-se à deliberação da **PAUTA. Item 4) Não terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2007** Altera o art. 8º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos. **Autoria:** Senador César Borges. **Relatoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado:** Lido o relatório, a matéria segue em discussão. **Item 5) Não terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 2009** Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. **Autoria:** Deputada Rebecca Garcia. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da CMA, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1– CMA, Substitutiva. Retirados de pauta, a pedido dos relatores, os **itens 2) PLC Nº 77, DE 2009; e 6) PLC Nº 74, DE 2009**. Ficam adiadadas as seguintes matérias: **itens 1) REQUERIMENTO Nº , DE 2010**, de autoria da Senadora Kátia Abreu; **3) PLS Nº 184, DE 2009; 7) PLS Nº 58, DE 2008; 8) PLC Nº 70, DE 2009; 9) PLS Nº 135, DE 2009; e 10) PLC Nº 35, DE 2009**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 09/11/2010**

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senadores que forem de acordo com a dispensa da leitura da Ata permaneçam como se encontravam. Aprovada.

Nós teremos, nesta próxima quinta-feira, dia 11 de novembro, a 20ª Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, às dez horas da manhã, no Plenário 2, do Anexo 2, da Câmara dos Deputados. O expositor vai ser o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Então fica a comissão comunicada e os parlamentares comunicados da reunião conjunta das duas comissões, Câmara e Senado, na próxima quinta-feira.

Também quero pedir a aprovação da comissão, Senador Geraldo Mesquita, de um conjunto de projetos que propõem alterar o Código de Defesa do Consumidor, projetos decorrentes de seminários que fizemos aqui, diversos seminários que nós realizamos aqui, na Comissão de Defesa do Consumidor. Fizemos seminários, estudos, ciclos de debates e pesquisa, destinados a produzir um documentário escrito que marcasse a passagem dos 20 anos do direito consumerista no nosso Brasil. Então fizemos um relatório, um resgate histórico, avaliando cada projeto que está tramitando no Congresso Nacional e fizemos diversas proposições, decorrentes dos seminários e dos Projetos de Lei. Então eu queria pedir a aprovação da Comissão, porque esses projetos eu sugiro que seja dada entrada como projetos da Comissão de Defesa do Consumidor.

A Senadora Marisa Serrano chegou. Seja bem-vinda, minha senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Estamos aqui, Senadora Marisa, falando sobre o resultado do ciclo de debates, de seminários e de palestras que nós fizemos sobre o direito consumerista, em homenagem às comemorações relacionadas aos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Dia 11 de setembro, o Código completou 20 anos. Então nós fizemos um resgate histórico de tudo que o Código patrocinou, interferiu no Brasil, Analisamos todos os projetos, avaliamos todas as possibilidades de alteração do Código de Defesa do Consumidor. E, com base nos seminários, aqui está

a consultoria da Casa, o Departamento de Defesa do Consumidor, o Ministério da Justiça participou, o pessoal da Biblioteca, a Consultoria da comissão, o meu gabinete... Então, depois de diversas reflexões, nós chegamos pelo menos a alguns projetos que são projetos que podem, na avaliação desses seminários, desses estudos, tramitar, propondo alteração do Código de Defesa do Consumidor. Nós queremos que seja uma proposta da comissão.

O primeiro projeto é o que tem “*o objetivo de aumentar a eficácia dos mecanismos de sanção, aplicáveis pelos órgãos de proteção de defesa do consumidor*”. Na verdade... Aqui é da multa civil, eu acho, esse projeto aqui. É a possibilidade de, além da indenização por qualquer prejuízo, também num caso de reincidência, num caso de má-fé, o Poder Judiciário poder aplicar uma multa. Esse recurso... Não, esse aqui é da multa civil, disciplinar a multa civil, “*por devida gravidade da extensão da lesão, número de consumidores atingidos pela ação ou omissão danosa, grau de reprovabilidade da culpa ou dolo do responsável, condição econômica do fornecedor*”. Então, você pode ter multa que vai além da indenização, além do ressarcimento do prejuízo, multa que vai de 1/100 a 1/10 para o autor, se for uma ação individual, e o restante para um fundo da União, para fortalecer o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Se for uma entidade, 1/3 para associação e 2/3 para o fundo. Então, isso aqui é para que não haja reincidência de infração cometida por qualquer fornecedor de produto ou serviço.

O projeto anterior, que eu estava me referindo, é “*que os órgãos de defesa do consumidor precisam de novos mecanismos de sanção, a serem aplicados aos infratores, como condição para a efetividade (F) das normas de proteção da defesa do consumidor*”. É esse que altera o art. 56, para aumentar a eficácia dos mecanismos de sanção aplicáveis, para dar poder aos órgãos de defesa do consumidor, para que tenham efetividade as suas decisões.

E outro projeto, que é “*admitir que o juiz conheça de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, das normas dispostas no Código de Defesa do Consumidor, bem como para determinar ao juiz que conheça de ofício da abusividade das cláusulas contratuais, inclusive nos contratos bancários*”. Então, isso aqui também torna mais rápida a aplicação.

Um outro projeto que nós estamos apresentando, propondo que seja da comissão, é o que altera alguns itens do manual de instrução. “*O manual de instrução de instalação e uso do produto deve ser elaborado de acordo com o critério previsto em ato normativo do órgão competente*”.

Tem um requerimento... Esse requerimento está fora de... Pode deixar aí.

Um outro projeto é para dobrar o prazo de reclamação, pelos vícios aparentes. Hoje, é de 30 dias para qualquer serviço e de 90 dias para produtos duráveis. Nós estamos aumentando para 60 dias e 180 dias o prazo para a reclamação.

“Prioridade aos processos coletivos de natureza consumeirista, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Quando concorrerem processos coletivos e individuais sobre a mesma matéria de direito do consumidor, o Superior Tribunal de Justiça dará prioridade de tramitação e julgamento aos processos coletivos, sobrestando o andamento dos processos individuais”. Reclamações diversas que acontecem, uma pessoa reclama individualmente ou reclama de forma coletiva, através de uma instituição. Então, na hora do julgamento, até para que haja aqui a presença dessa parte que reclamou, que o Superior Tribunal de Justiça dê prioridade ao julgamento dos processos coletivos.

Publicidade de alimentos ao público infantil. Acho que a Senadora Marisa Serrano tem uma proposta nessa direção, que é *“abusiva a publicidade de alimentos que induz ao público infantil a padrões de consumo incompatíveis com a saúde, especialmente daqueles considerados com quantidade elevada de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional, além de outros definidos pela autoridade sanitária, conforme regulamento”.*

Mais um projeto: *“Dispor sobre o aviso de risco aos consumidores, relativo ao alto grau de nocividade ou periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo, e dá outras providências”.* É o recall, o projeto do recall. Nós temos até uma proposta tramitando, mas aqui nós estamos regulamentando e incluindo no Código de Defesa do Consumidor.

“Conferir eficácia de título executivo ou extrajudicial às transações referendadas por qualquer dos órgãos públicos de defesa do consumidor”. O órgão público tomou uma decisão, que essa decisão possa ter já a eficácia de execução extrajudicial.

E para dispor sobre a proteção do consumidor em operações realizadas por meio eletrônico. O comércio eletrônico não está normatizado no Código de Defesa do Consumidor. Há 20 anos atrás, o comércio era muito insignificante, o comércio eletrônico. Hoje, é um meio crescente da aquisição de produtos, especialmente de produtos e serviços. Nós estamos aqui, regulamentando a parte de comércio eletrônico.

Então, Senadora Marisa Serrano, Senador Valdir Raupp, diversos projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor, que nós estamos apresentando, que inclui regulamentação com relação ao comércio

eletrônico, no Código de Defesa do Consumidor, que estabelece eficácia de execução extrajudicial às decisões dos órgãos de defesa do consumidor, porque, hoje, você toma uma decisão, se o fornecedor não concorda, o prejudicado, o consumidor, tem que recorrer à Justiça. Nós estamos apresentando um projeto em que a decisão do órgão de defesa do consumidor tem execução, tem poder e tem eficácia de cumprimento extrajudicial. Se o fornecedor não concordar, ele recorre a outra instância, ele recorre à Justiça.

Então são diversos projetos, que têm o objeto de aperfeiçoar o Código de Defesa do Consumidor, preparando o código para os próximos anos. Nós viemos até aqui bem, nesses últimos 20 anos, mas nós temos que preparar e organizar o futuro. Não vou dizer que sejam para os próximos 20 anos, não, porque, se de 20 anos para trás já tivemos muitas mudanças, nos próximos 20 anos, teremos muito mais mudanças. Então é para prepararmos um pouco do futuro.

Então são propostas que estão apresentadas. Se os senadores e senadoras concordarem, nós vamos entrar como propostas da Comissão de Defesa do Consumidor.

Em discussão a matéria.

Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sr. Presidente, só queria parabenizar V. Exa. pelo excelente trabalho que tem feito nesta comissão e, também, por nós estarmos comemorando os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, temos amanhã uma Sessão Solene--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Amanhã, Sessão Solene, justamente, duas horas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

--às 14 horas, para podermos fazer com que todo o país também acompanhe aquilo que é fundamental. Hoje em dia, o consumidor é a pessoa mais importante, nessa fase toda de consumismo que nós temos no mundo.

Eu estava lendo, esses dias, discussão sobre a biodiversidade, sobre o problema do meio ambiente, dizendo como o consumidor ficou exigente, que, hoje, é tão importante que, até para consumir algum produto, ele quer saber de onde vem, qual é a origem, se é animal, se é vegetal, que tipo de componentes tem, coisa que, alguns anos atrás, não acontecia. Como V. Exa. diz, cada vez mais, nós estamos exigentes. O consumidor está ficando exigente. E é claro que o Código de Defesa do Consumidor tem que se modernizar, tem que se adaptar às novas demandas da população.

Portanto, eu quero parabenizar a V. Exa. e dizer que sou completamente favorável a que a comissão

toda, e, para nós, é uma honra podermos fazer parte desse grupo todo que pode oferecer à Nação uma nova ótica do Código do Consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, senadora. Também registro a presença do Senador João Ribeiro, reeleito senador pelo Estado do Tocantins, assim como o Valdir Raupp, reeleito senador pelo Estado de Rondônia. Marisa Serrano não se reelegeu porque não se candidatou, mas, quando se candidatar, vai se reeleger.

Continua em discussão. Não havendo quem queira mais discutir as propostas, apresentadas como propostas da comissão, os senadores e senadora que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada a apresentação das propostas como propostas da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Fiscalização e Controle.

Aqui é o relatório do trabalho, aqui, está em minhas mãos, dá até para ser instrumento de briga de tão pesado que é, está certo? Eu parabenizo, aqui, a todos os profissionais que trabalharam e estão aqui, presentes, hoje, todos os profissionais que trabalharam na elaboração desse documento, na elaboração dessas propostas. Parabéns a todos vocês. Vocês cumpriram uma tarefa importante, merecedora desse registro. Também quero fazer esse registro amanhã, no Plenário da Casa, na Sessão Solene que vai comemorar os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Temos já um relatório pronto, que vai servir de análise, de estudo, vai servir para a academia, para a nossa biblioteca, para quem quer aprofundar no tema 'defesa do consumidor' que é um tema cada vez mais demandado, cada vez mais presente nos debates, cada vez a imprensa também procura abordar cada vez mais esse tema, que é um tema de interesse da comunidade, que a população está muito atenta a esse assunto. Então, parabéns a todos vocês.

Vamos, então, para a nossa pauta.

Item 1, a Senadora Kátia Abreu não se encontra.

Item 2, o Senador César Borges pediu retirada de pauta.

Item 3, o Senador Valter Pereira não se encontra.

Item 4, a relatoria é da Senadora Marisa Serrano: *"Altera o art. 8º, da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos"*. O Senador César Borges é o autor e a Senadora Marisa Serrano é a relatora. O Parecer da senadora é contrário ao projeto. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sr. Presidente. Como V. Exa. colocou, esse é um projeto elaborado pelo Senador César Borges, que propõe a modificação na lei que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei 9.433. Ele altera o art. 8º da lei.

Eu quero fazer uma colocação, Sr. Presidente, que os planos de recursos hídricos, que é o objeto da proposição desse exame, são instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e encontram disciplina específica nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei 9.433, de 1997, que institui o Plano Nacional de Recursos Hídricos e que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

São planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos. A Lei Nacional de Recursos Hídricos garante, na composição dos Comitês de Bacia, a participação de representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, dos usuários das águas sob sua jurisdição e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. Então essa é a forma de trabalhar no país, se trabalha por bacia hidrográfica e com a participação de todos os elementos. O que é que quer o Senador César Borges? Ele quer uma modificação(F), voltando... criando para a região Nordeste... Voltando a ser por regiões e não mais por bacia. Quer dizer, a bacia já foi um avanço, foi um grande avanço e tem dado certo nesse país. O trabalho tem sido feito exaustivamente, no tocante à importante oferta de recursos hídricos em quantidade e qualidade satisfatórias, voltados principalmente para a preservação, a conservação e o uso racional desses recursos.

Portanto, Sr. Senador, no art. 8º, a mudança que propõe o Senador César Borges é instituir Plano Nacional de Recursos Hídricos para a região Nordeste, destinado a assegurar o aumento de oferta e o manejo racional de águas. Ele coloca na sua justificativa que isso vai abrir... A ideia, a proposta, segundo ele mesmo coloca aqui, também por regiões geográficas, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Abre a hipótese de voltar a ser por regiões e não mais por bacia.

Como eu sou amplamente favorável ao trabalho que nós estamos fazendo e um programa que nós temos e uma legislação extremamente moderna a respeito de água, não pude concordar com a proposta do Senador César Borges. Ele já sabe do meu posicionamento, porque não é compatível com aquilo que

se discute no mundo a respeito de garantir recursos hídricos abundante a toda a população.

Portanto, o meu voto é pela rejeição total ao projeto, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu consultaria se não seria possível a gente deixar, embora ela já tenho feito o relatório dela, para discutir essa matéria na próxima Sessão, já que o Senador César Borges não se encontra. É possível?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): É possível, lógico. Com a concordância da relatora, é totalmente possível.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Se a senadora concordar--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então fica sobrestado, fica adiada a votação--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Isso, até para ele vir à comissão fazer a sua defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --para a próxima reunião. Aí vamos votar, ele estando ou não presente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Estando ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Está certo?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então fica adiada a votação.

O Item nº 5, eu sou o relator e a autora é a Deputada Rebecca Garcia, do Amazonas. Vou pedir ao João Ribeiro para que assuma aqui a presidência, para que eu possa relatar essa matéria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Item 5 da pauta. Senador Renato Casagrande com a palavra, para a leitura do seu relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Projeto da Deputada Rebecca institui a "Política de Educação para o Consumo Sustentável". Projeto de Lei da Câmara.

O art. 1º desse projeto institui a referida Política para a Educação Sustentável, com o objetivo de estimular a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis.

O art. 2º identifica os objetivos dessa política, entre os quais podem ser destacados: incentivar mudança de atitude dos consumidores, de modo a induzir a escolha de produtos obtidos com base em processos ecologicamente sustentáveis; estimular a redução do consumo de água, energia e demais recursos naturais; propiciar queda na geração de resíduos sólidos, mediante estímulo a práticas de retorno pós-consumo; reutilização e reciclagem de produtos e embalagens; estimular o setor empresarial a incorporar as dimensões social, cultural e ambiental nas esferas de produção e gestão; e fomentar o uso de recursos naturais com base em técnicas adequadas de manejo dos recursos naturais de produção e de gestão.

O art. 3º determina, para o cumprimento do objetivo da Política de Educação para o Consumo Sustentável, que incumbe ao Poder Público, nos âmbitos federal, estadual e municipal, promover campanhas em prol do consumo sustentável e capacitar profissionais da área de educação para a inclusão do consumo sustentável nos programas de educação ambiental do Ensino Médio e Fundamental.

Ao justificar a sua proposição, a Deputada Rebecca argumenta que o aumento na produção de bens de consumo e o crescimento populacional acarretam desperdício de recursos naturais e geram poluição. Enfatiza também que, no presente, ainda há baixa consciência da população quanto à disponibilidade limitada de recursos naturais e, por isso, o consumidor pode e deve constituir importante agente de controle da degradação ambiental.

Proposta importante, é uma política que tem o objetivo claro de mudar a cultura, de incentivar a educação ambiental. Fiz algumas modificações nessa direção, para que haja educação ambiental em todos os níveis, para que haja compatibilização do desenvolvimento econômico, social e dos padrões de consumo, com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Fiz algumas alterações, no sentido de incorporar e de enriquecer a proposta da Deputada Rebecca Garcia.

Portanto, o meu relatório, Srs. Senadores, é pela aprovação do Projeto de Lei, com as emendas que eu apresentei, para enriquecer, na minha avaliação, o projeto. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, aprovada a matéria. Projeto de Lei aprovado.

Desenvolvo a presidência ao Senador Renato Casagrande.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador João

Ribeiro, pela sua colaboração, aqui, nos trabalhos da comissão.

Os demais projetos não são terminativos? O Jefferson Praia não está presente. Os outros projetos são terminativos, mas nós não temos quórum. Então nós vamos encerrar.

Antes de encerrar, nós temos mais um projeto de alteração do Código de Defesa do Consumidor, *“para otimizar o funcionamento das agências reguladoras, em atenção aos interesses públicos e a proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários”*. Os senadores que forem favoráveis à inclusão, também, desse projeto como projeto da comissão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento extrapauta. Os senadores que forem favoráveis à inclusão desse requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento: *“Requer que seja encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores pedido de informação sobre o estágio em que se encontram as negociações da Convenção sobre Direito do Consumidor, que tiveram início por ocasião da 7ª Conferência Interamericana Especializada em Direito Internacional Privado, da Organização dos Estados Americanos”*. É um requerimento de informação que eu estou fazendo ao Ministro das Relações Exteriores, que está relacionado ao trabalho nosso do Código de Defesa do Consumidor, que eu peço aos senadores também que possam assinar junto comigo esse requerimento, se assim concordarem. Os senadores que forem favoráveis ao requerimento de informação permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Nós temos uma reunião na quinta-feira, às dez horas, no Anexo 2, Sala 2, Corredor das Comissões da Câmara. E amanhã, às duas horas da tarde, Sessão Solene em homenagem aos 20 anos ao Código de Defesa do Consumidor.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, na quinta-feira, próxima quinta-feira, às dez horas, na Sala 2, Anexo 2, da Câmara dos Deputados, e a Ordinária para a próxima terça-feira, às 11h30 da manhã.

Muito obrigado.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2010, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL.

MARA DOS DEPUTADOS; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e dez, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre do exercício de 2009 e ao primeiro semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: **Deputados:** Aelton Freitas, suplente da CDEIC/CD, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Alfredo Kaefer, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Arnaldo Jardim, titular da CMO/CN, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Carlos Abicalil, suplente da CMO/CN, Carlos Zarattini, suplente da CMO/CN, Colbert Martins, suplente da CMO/CN, Devanir Ribeiro, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Dilceu Sperafico, titular da CMO/CN, Fábio Ramalho, titular da CMO/CN, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Guilherme Campos, titular da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CDEIC/CD, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Luiz Carlos Haully, titular da CFT/CD, Pedro Eugênio, titular da CFT/CD, Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN, Ricardo Berzoini, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Roberto Britto, suplente da CMO/CN, Rômulo Gouveia, suplente da CMO/CN, Waldemir Moka, titular da CMO/CN, Wilson Santiago,

[illegible]

QUARTOS: 45

CONJUNTA - MISTA DE ORÇAMENTO / FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO / FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E ASSUNTOS ECONÔMICOS E DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR/ FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL		
EVENTO: Audiência Pública Conjunta	Nº: 1107/10	DATA: 11/11/2010
INÍCIO: 10h39min	TÉRMINO: 14h21min	DURAÇÃO: 3h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h41min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

HENRIQUE MEIRELLES – Presidente do Banco Central do Brasil.

SUMÁRIO: Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre do exercício de 2009 e ao primeiro semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada em conjunto com as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e as de Assuntos Econômicos e do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Houve exibição de imagens. Há termo ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública com a participação das seguintes Comissões:

Da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A presente reunião tem como tema *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre do exercício de 2009 e ao primeiro semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Convidado: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Anuncio a presença dos Srs. Alvir Alberto Hoffmann, Diretor de Fiscalização, e Isaac Sidney de Menezes, Procurador-Geral do Banco Central do Brasil.

O Senador Gim Argello, Relator-Geral do Orçamento de 2011, já está ao meu lado, na Mesa Diretora.

Convido também para tomarem assento à mesa o Sr. Deputado Guilherme Campos, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e o Sr. Deputado Laurez Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados...

Para melhor andamento dos trabalhos, solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de dois minutos.

A lista de inscrição está aberta na Secretaria da Comissão.

Tem a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka.

É uma satisfação enorme estar mais uma vez no Congresso Nacional. Consideramos o evento mais importante do ano para o Banco Central sua prestação de contas à sociedade brasileira por meio da representação máxima parlamentar do País, as Comissões do Congresso Nacional.

Então, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, vamos iniciar a nossa exposição.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, o sumário da exposição apresenta o resultado contábil do Banco Central. Depois, vamos falar sobre o cumprimento dos objetivos do Banco Central, basicamente de política monetária, política creditícia e política cambial. Finalmente, mostraremos possíveis efeitos fiscais da política monetária – efeitos de políticas consistentes aplicadas sobre a atividade econômica, sobre a renda e sobre o emprego.

Resultado fiscal contábil do Banco Central. No primeiro semestre de 2010, o Banco Central do Brasil apresentou um resultado líquido positivo de 10,8 bilhões de reais. De acordo com a legislação aplicável, o resultado apurado no primeiro semestre de 2010 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro de 2010.

No segundo semestre de 2009, o Banco Central do Brasil apresentou um resultado líquido positivo de 6,6 bilhões de reais. O resultado apurado no segundo semestre de 2009 foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2010.

Temos aqui o resumo do resultado contábil do Banco Central, focalizando inicialmente o primeiro

semestre de 2010: resultado de operações no mercado aberto, 15 bilhões positivos; juros com operações com títulos, 34 bilhões positivos; juros com operações compromissadas, isto é, a captação de recursos pelo Banco Central, 19 bilhões; depósitos compulsórios, um custo de remuneração de 5,4 bilhões; juros com o Governo Federal, pagos na Conta Única do Tesouro, 16 bilhões; resultados de operações com instituições em liquidação – empréstimos a essas instituições, os empréstimos PROER e da reserva bancária –, 1,8 bilhão; operações em moeda estrangeira, OFI e outras, 171 milhões; outras receitas e despesas administrativas, 482 milhões; e outras receitas e despesas financeiras, 15 bilhões.

Seguindo a mesma metodologia, em relação ao segundo semestre de 2009, os resultados diferem um pouco, porque tinha havido substancial queda de custos e resultados financeiros no ano de 2009, em face da crise. Então, o resultado do mercado aberto é de 6,5 bilhões; juros com operações de títulos, 26 bilhões; juros com operações compromissadas, mais ou menos o mesmo valor, 20 bilhões – os mercados de títulos foram os que mais sofreram; depósitos compulsórios, 1,8 bilhão. Tinha havido uma grande queda de depósitos compulsórios, uma vez que eles haviam sido liberados pelo Banco Central no processo de combate à crise, mas, posteriormente, na sua maioria, eles foram recompostos este ano.

Prosseguindo. Juros com o Governo Federal, 13,9 bilhões; resultado de operações de instituições em liquidação, aproximadamente 1,7 bilhão; operações em moeda estrangeira, 836 milhões – resultado um pouco superior; outras receitas administrativas, 191 milhões; outras receitas e despesas financeiras, 13 milhões; resultado líquido, 6,5 bilhões.

No momento, vamos analisar um fator da maior relevância e que está sendo objeto de discussão, o custo das reservas internacionais para o Governo brasileiro e, em consequência, para a sociedade nacional.

É importante entender a situação das reservas não só do ponto de vista dos custos, mas também do ponto de vista dos benefícios. As reservas funcionam como um seguro. O seguro tem um custo, mas o custo tem de ser medido em relação ao seu benefício, no caso de sinistro.

No caso das reservas, vai muito mais longe. É um seguro que não só é acionado no momento do sinistro, mas ajuda a prevenir o próprio sinistro, isto é, ajuda a evitar a ocorrência do problema, na medida em que a existência de reservas o evitam. Por outro lado, garante a rolagem dos empréstimos externos em momentos de crise, impede o contágio do sistema financeiro doméstico, diminui o impacto sobre a atividade econômica em

caso de crises externas – emprego e renda – e permite que a política monetária seja anticíclica.

O que significa isso? Por exemplo, na década de 90 do século passado, quando de crises menores até do que a de 2008, o Banco Central tinha de elevar a taxa de juros fortemente para combater a fuga de capitais. Desta feita, pela primeira vez em muitos anos, o Banco Central pôde baixar a taxa de juros para incentivar a atividade econômica, porque não tínhamos de lutar contra a fuga de capitais, uma vez que contávamos com reservas suficientes para enfrentar o problema.

Reduz ainda a incidência de choques cambiais, aumenta a confiança no câmbio flutuante, amplia a sustentabilidade das contas externas e estabiliza automaticamente a dívida líquida do setor público.

Torno a perguntar: o que significa isso? Significa que, no momento em que as reservas são maiores do que a dívida externa do setor público, no momento em que há uma depreciação cambial, aumenta o valor em reais das reservas – mais do que o aumento em reais ocorrido com a dívida pública externa. Portanto, a dívida pública líquida cai. No último trimestre de 2008, caiu 4% do Produto

Os benefícios resultantes da acumulação de reservas internacionais ficam mais evidentes quando a economia enfrenta uma crise externa. Em termos quantitativos, os benefícios de um nível elevado de reservas podem ser estimados comparando-se as respostas pós-crise em situações com baixas reservas *versus* situações com altas reservas.

Não vou entrar em todos os detalhes técnicos, mas estudo do Fundo Monetário Internacional sobre avaliação de longo prazo acerca de crises em países emergentes até a crise da Ásia no final da década de 90 concluiu que crises de financiamento externo custam, em média, ao país 8% do PIB e que crises de financiamento externo levam também a uma crise bancária. E, no passado, crise bancária com financiamento externo gerou, em média, um custo de 14% do PIB.

Durante a última crise internacional, países emergentes com reservas baixas tiveram custo do PIB de 25%, enquanto países emergentes com reservas elevadas menos de 5%. Como se vê, há uma diferença de cerca de 20% do PIB entre os países que tinham reservas elevadas e aqueles outros que tinham reservas baixas. É um ganho para o País evitar esse custo.

Portanto, se fizermos uma análise de custos em relação a benefícios, poderemos estimar, a *grosso modo*, um custo de reservas, segundo determinados critérios, de 68 bilhões de 2004 a 2010 e estimar benefícios, em cenários de crise, de cerca de 600 bilhões, 17,5% do PIB, caso não existissem as reservas.

E como se mede, como se estima isso? Redução da atividade econômica, elevação do custo de captação pública e privada no exterior, elevação na taxa de juros no custo de financiamento da dívida pública e perda na arrecadação de tributos. Evidentemente, são valores estimativos, sujeitos a uma série de hipóteses de trabalho, baseados em critérios do FMI.

Em resumo, trata-se apenas de dar uma ideia geral. Por exemplo, se compararmos as crises de 2002 e 2008/2009, respectivamente com baixo e alto volume de reservas, veremos que, em 2002, houve um aumento da SELIC de 8,4%, enquanto em 2008/2009 foi possível uma queda de 5%. A dívida líquida do setor público sobre o Produto cresceu 11,5% em 2002; em 2008/2009, caiu 3,7%. Em 2002, o Risco País subiu 1.550 pontos; em 2008, subiu 180 pontos, o que mostra a diferença que impacta o custo de financiamento do Tesouro e o custo de financiamento do setor privado nacional.

Há um comparativo internacional, projetado pelo Fundo Monetário Internacional, sobre a evolução da dívida pública líquida com percentagem de Produto. No caso do Brasil, em verde escuro, a trajetória é cadente. Se pegarmos o Japão, em vermelho, e os Estados Unidos, em azul, vamos ver a evolução. A projeção do FMI para 2014 é que a relação Produto/dívida pública líquida chega a 81% nos Estados Unidos, 147,8% no Japão, 100% na Itália e 35,2% no Brasil. É importante notar que, no início desse processo, em 2002, o Brasil tinha uma dívida pública líquida substancialmente superior à dos Estados Unidos, superior à do Reino Unido, superior à da Alemanha e superior à da França. E, hoje, o Brasil tem uma dívida líquida substancialmente menor que a desses países. Já era menor e continua bem menor do que a Itália. Era próxima à do Japão. Agora, segundo essa projeção do FMI para 2014, a japonesa é de 147,8% e a brasileira, 32,5%. E o Governo brasileiro tem, inclusive, anunciado metas mais ambiciosas do que essa para 2014. Em resumo, é essa a equação.

Efeitos fiscais da política monetária sobre o déficit fiscal. Comparando o Brasil com outros países emergentes e levando em conta a crise, vamos ver que, cotejando 2007, em azul escuro, com 2009, em azul claro, o G-20 subindo, em média, de 0,9 para 7,6 e o Brasil de 2,6 para 3,2; G-20 (países industrializados), de 1,7 para 9,5 e o Brasil de 2,6 para 3,2; e emergentes do G-20 de -0,3 para 4,7.

Isso revela como a crise no Brasil, de fato, custou menos do que para a maioria dos outros países, principalmente para os membros do G-20. A razão foi exatamente a maior resistência do País por causa das reservas, da trajetória da dívida pública cadente,

da possibilidade de aplicação de medidas anticíclicas, não só monetárias, de liquidez, de empréstimo de reservas, mas também de estímulos fiscais. E isso fez com que o custo final, inclusive dos estímulos fiscais, fosse menor do que o dos outros países.

Em termos de objetivos, o Banco Central cumpriu seu objetivo principal na política monetária, a meta de 4,5% de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2009 e 2010, com tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo, condição necessária para o crescimento sustentável ao longo do tempo.

Se olharmos aqui trajetória da inflação, vamos ver que ela tem estado dentro da trajetória de meta. Em alguns momentos, um pouco abaixo do centro; em outros, um pouco acima, mas orbitando em torno do centro da meta, exatamente a missão determinada ao Banco Central pelo Conselho Monetário Nacional.

Em vermelho estão as projeções dos analistas sobre a trajetória de inflação para os próximos anos, consistentes com a trajetória de metas. E as projeções do Banco Central indicam também, dentro de determinadas hipóteses de trabalho condicionantes para todas as projeções, que a trajetória da inflação futura está consistente com a meta.

Dado importante é olharmos as consequências da política monetária e a taxa de juros de mercado. Isto aqui são os contratos de juros comercializados no mercado de futuro, os chamados *swaps*, contratos de taxas de juros de DI, uma boa demonstração da taxa de juros de 180 dias, 360 dias no mercado. Vemos que sua trajetória sobe e desce, conforme os ciclos de política monetária, mas que existe, no meio, uma reta chamada de tendência – uma reta teórica, porque raramente ela está em cima da tendência. A taxa sobe e desce por causa da política monetária e das condições de mercado – liquidez, projeções de inflação, incertezas diversas etc. –, mas a reta de tendência mostra muito bem o que está acontecendo com a economia brasileira.

Existe consequências importante disso em relação ao objeto da nossa exposição hoje de contas, a diminuição do custo de financiamento do Tesouro Nacional em razão da política monetária.

Esta taxa, descontada a inflação, aproxima-se das taxas de 360 dias pagas pelo Tesouro. Evidentemente, o Tesouro emite a prazos um pouco maiores. Portanto, não são exatamente essas taxas, mas são consistentes com a trajetória. Sobem e descem, dependendo das condições de mercado, mas essa é uma linha de tendência interessante.

Esta taxa aqui, descontada a inflação esperada – portanto, acima da inflação –, é a chamada taxa de

juro real. E tivemos novamente, nos últimos anos, uma trajetória de queda no custo de financiamento do Tesouro Nacional. Cinco vírgula nove por cento é a taxa que prevalece no mercado neste momento, ou seja, o DI de 360 dias, que é a taxa de juros de mercado, descontada a inflação esperada. No caso da política creditícia, o Banco Central tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais.

Este gráfico mostra a evolução do crédito no Brasil nos últimos oito anos. Observamos consistente expansão do crédito no período: sai de um patamar abaixo de 400 bilhões de reais e atinge, hoje, um patamar de aproximadamente 1,5 trilhão de reais. Isso mostra a evolução do crédito no Brasil e o cumprimento da missão determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao Banco Central: incentivar, motivar, dar condições para a expansão do crédito no Brasil.

Observamos neste gráfico a evolução do crédito como percentagem do PIB. Alguns podem verificar que houve uma pequena estabilização em 2010 e perguntar a razão. Se olharmos a expansão de crédito, não. Ela continua normal. Por que, então, como percentual do Produto houve uma pequena estabilização? Muito simples, Srs. Deputados e Srs. Senadores: o PIB cresceu bastante, principalmente no início de 2010. As previsões de crescimento para este ano são acima de 7%; a do Banco Central é 7,3%. Por isso, houve essa estabilidade, mas o crédito está crescendo substancialmente.

Este gráfico, muito importante, mostra que o prazo médio de linhas de crédito bancário para pessoas físicas, em azul claro, à esquerda, e para pessoas jurídicas, em verde, à direita, teve uma evolução: de 255 dias médios, em setembro de 2003, para 541 dias médios para pessoas físicas; de 173 dias para 384 dias para pessoas jurídicas. Portanto, estão aumentando os prazos do crédito.

Com referência às operações de crédito acima de 5 mil reais, segundo dados do Banco Central, o número de pessoas tomadoras de crédito subiu de aproximadamente 9 milhões para mais de 25 milhões. Esse objetivo do Banco Central é o de inclusão bancária. Não só aumentou o número de pessoas que têm conta bancária, mas também o de pessoas que têm acesso ao crédito, principalmente por causa do crédito consignado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – E é o pior que existe no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em termos de qualidade de crédito e do seu alongamento, as pessoas físicas e as jurídicas estão mais ou menos na mesma linha.

Outro objetivo do Banco Central com a política cambial é o aperfeiçoamento permanentes do regime de câmbio flutuante. Não há metas para a taxa de câmbio.

O Banco Central do Brasil, como mencionei, tem acumulado reservas, com todos os benefícios daí consequentes. Aliás, no dia 5 de novembro, tínhamos 287 bilhões de dólares de reservas internacionais.

Já analisei os custos e benefícios das reservas.

Este gráfico mostra o crescimento das exportações. Em verde ou em linhas horizontais, os números médios, por período: 25,5 bilhões de dólares de 1980 a 1989; 42 bilhões de dólares de 1990 a 1999; 111 bilhões de dólares de 2000 a 2009; e 235 bilhões de dólares de 2010 a 2014, segundo projeção dos analistas no Brasil.

Objetivos do Banco Central. Possíveis efeitos fiscais da política monetária. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito. A política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio dos efeitos sobre as expectativas de inflação, taxa de câmbio e crescimento econômico de longo prazo do País.

Uma das maneiras de avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é a trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao Produto.

E eis aqui essa trajetória: caiu de 60,6%, em dezembro de 2002, para 41%, em setembro de 2010, e o percentual projetado para dezembro é 40,9%. E a projeção dos analistas para os próximos anos.

Existem objetivos mais ambiciosos contemplados pelo Governo, segundo declarações da Presidente eleita.

Em relação aos juros nominais pagos pelo setor público consolidado – muito importante –, houve uma queda na taxa de juros pagos como percentagem do PIB. O custo médio da dívida pública monetária financeira, isto é, o custo médio de financiamento do Tesouro acumulado em 12 meses, caiu de quase 17% ao ano, em dezembro de 2005, para 11% ao ano, em setembro de 2010. A linha de tendência também caiu. Vemos, então, que o custo de financiamento da taxa de juros efetiva paga pelo Tesouro está caindo, resultado, de novo, da estabilidade econômica e, principalmente, da maior previsibilidade da inflação e da queda dos prêmios de risco.

Dívida externa líquida. O setor público passou a ser credor líquido internacional a partir de 2006, o que implicou melhora do Risco País e dos custos de financiamento.

Passando agora para a atividade econômica, vemos que o regime de metas de inflação, aplicado de forma rigorosa e consistente, gera maior estabilidade

de econômica e reduz o risco inflacionário; o câmbio flutuante, com reservas internacionais elevadas, leva a uma dívida pública cadente, com redução do risco externo; os *superávits* primários produzem uma dívida pública cadente, com redução do risco fiscal; e a redução desse tipo de risco leva a um menor prêmio de risco e a uma diminuição da taxa de juros, que, aliada a uma maior credibilidade, gera um efeito ampliado: à medida que cai o custo de financiamento, com o superávit primário, cai a dívida pública, de forma ainda mais consistente.

Os fundamentos econômicos de metas para a inflação, responsabilidade fiscal e flexibilidade cambial, combinados com política prudencial e supervisão bancária sólida, resultam em capacidade de absorver choques internos e externos; estabilidade macroeconômica e financeira; crescimento sustentável; crescimento do investimento; crédito e desenvolvimento do mercado de capitais. Inflação consistente com trajetória de metas nos últimos anos, segundo a projeção dos analistas; taxa de juros cadente, nos últimos oito anos, descontada a inflação, e crescimento do País.

Crescimento do PIB. Em azul, as taxas anuais de crescimento real e, no pontilhado vermelho, as taxas médias: 2,1% no período 1999-2002; 3,3% no período 2003-2005; 5,1% no período 2006-2007; 0,2% negativo em 2009, por causa da crise; e 7,3% neste ano, conforme previsão de crescimento do Banco Central. A previsão média dos analistas consultados pelo Banco Central está acima desse percentual: 7,5%. A média da pesquisa *Focus* para 2011 é 4,5%.

Se compararmos o Brasil com os demais países emergentes, com a exclusão dele próprio, da Índia e da China, porque são casos especiais, pela alta população, alta disponibilidade de mão de obra e altas taxas de poupança, veremos que o País tem crescido a taxas substancialmente maiores do que os demais emergentes, em média.

Ao analisarmos o investimento, em vermelho, ou a formação bruta de capital fixo, veremos que o investimento no Brasil tem crescido também substancialmente. Caiu na crise, mas voltou a crescer, ao mesmo tempo em que caiu o Risco País. Portanto, a conclusão a que se pode chegar é a de que o aumento da previsibilidade ou a diminuição do risco com aumento da confiança levam a um aumento dos investimentos no País. É um resultado positivo da estabilidade econômica.

A formação bruta de capital fixo é uma medida do investimento. Ele vinha subindo forte até 2008, caiu com a crise, mas já começou a se recuperar e, a esta altura, está em nível superior a 2008, com forte recuperação. Trata-se de um dado muito importante para o País, na medida em que em muitas outras regiões

do mundo existe ainda muita incerteza em relação à saída da crise e os investimentos ainda estão sofrendo. No Brasil, ao contrário, os investimentos já estão crescendo.

Mercado de capitais de novo está se recuperando. Aí estão os números de emissões primárias, importante fonte de financiamento para empresas brasileiras: não contrair dívidas para expandir, ir direto o mercado de capitais e emitir. Temos em 2010 valores elevados — em azul a emissão de ações. Evidentemente, parte substancial disso é a emissão de ações pela PETROBRAS. Mas, de qualquer maneira, são emissões de ações no Brasil. Representa uma mudança importante do perfil de financiamento das empresas brasileiras, que passam a ter — as grandes empresas, principalmente — menos necessidade de busca de empréstimos. Vão direto ao mercado de capitais, como foi o caso da PETROBRAS.

Investidor estrangeiro. Este é o investimento estrangeiro direto, também crescendo. Caiu depois da crise e voltou a crescer. Em verde, as médias dos últimos anos e as previsões dos analistas.

Aqui apenas para mostrar que a qualidade do total do investimento externo no Brasil está melhorando, porque o total de empréstimos, o chamado de renda fixa, está caindo — está aumentando o prazo —, mas o total de ações e investimento estrangeiro direto está aumentando. Era 42% em 2001 e hoje já é quase 70% o total investido em ações ou em investimento direto. Portanto, está melhorando a qualidade.

Produção industrial cresce fortemente desde 2003. Caiu na crise, mas já voltou a crescer, recuperando o patamar pré-crise.

Em relação à confiança na indústria, a mesma coisa, atingindo patamares elevados. Caiu também durante a crise, mas já voltou ao patamar pré-crise.

Vendas no comércio apresenta uma trajetória de crescimento constante desde 2003. Em azul, o comércio ampliado, que inclui veículos. Sofreu uma queda mais pronunciada depois da crise, mas, de novo, voltou a crescer. Em marrom, sem veículos, a projeção do comércio varejista e de como ele está crescendo. O comércio varejista cresceu 2% no último mês e 10,4% ao ano; o ampliado, 14%.

Sobre emprego, temos a evolução da renda *per capita* do País, com um crescimento real de 17,5% nos últimos anos, acima, portanto, da inflação no período.

Foram criados 14,7 milhões de empregos desde 2003. No final da década de 90, criavam-se cerca de 117 mil empregos por ano, em média. No início de 2000, passou-se para 668 mil; de 2004 a 2006, 1

milhão e 325 mil, em média; e, de 2007 até 2010, 1 milhão e 700 mil.

Um dado importante que eu gostaria de enfatizar: esses são números de janeiro a setembro, apenas. Por quê? Para poder comparar 2010 com os demais anos. Em 2010, de janeiro até setembro, 2,2 milhões de empregos formais criados no País, o que representa um total 14,7 milhões de empregos criados desde 2003.

Desemprego é um dado da maior importância. Vemos aqui a evolução do desemprego no Brasil nos últimos anos: saiu de 13% e chegou a 6,4% em setembro de 2010 – dessazonalizado. Se compararmos o índice de desemprego no Brasil ao de outros países, veremos que, de fato, esse dado ainda é mais impressionante: África do Sul, 25%; Espanha, 20%; Lituânia, 18%; Irlanda, 13%; Colômbia, 12%; Grécia, 11%; Estados Unidos, 9,6%; área do euro, 10,1%. No Brasil, 6,4%!

Comparemos, de novo, a evolução do índice de desemprego no Brasil com o dos países Europa e dos Estados Unidos: o Brasil apresenta uma trajetória virtuosa comparativamente a esses países, com o desemprego em queda, enquanto nessas regiões o desemprego tem aumentado.

Massa salarial, em azul, crescendo desde 2003 até 2010.

Renda real média do trabalhador brasileiro, crescendo; crédito imobiliário, de novo, crescendo. Este é o número de imóveis financiados: sai de 30 mil a 40 mil imóveis anualmente, no período de 1999 a 2004, e atinge, em 2010, 382 mil imóveis.

Finalmente, entre 2003 a 2009, 35 milhões de brasileiros passaram a fazer parte da classe média; 20 milhões de brasileiros cruzaram a linha de pobreza para cima. E, mantida essa tendência, 36 milhões de brasileiros entrarão na classe média até 2014 e mais 14,5 milhões cruzarão a linha de pobreza.

Esta é a percentagem da população de renda mais baixa, que caiu de 28% para 15,3%. Este é o Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade: quanto mais alto, mais desigual; quanto mais baixo, menos desigual. A distribuição de renda no País – justiça social – está melhorando.

Outra maneira de mostrar isso é o número de pessoas que fazem parte das diversas classes sociais. Por exemplo, a classe E caiu de 49 milhões para 29 milhões, em 2009, e a previsão é que chegue a 16 milhões em 2014.

Finalizando. Tivemos sucessivas crises e planos econômicos de 1980 a 1990, mudança de regime monetário, planejamento de longo prazo prejudicado. Nos últimos oito anos, estabilidade macroeconômica, pla-

nejamento de longo prazo e, principalmente, aumento do emprego e da renda.

Sr. Presidente, esse é o sumário do que eu gostaria de apresentar a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, e, de imediato, vou dar início ao período debate.

Inicialmente, passo a palavra ao Senador Gim Argello, Relator-Geral da proposta orçamentária para 2011.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO – Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka; Srs. Senadores; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; Sr. Presidente do Banco Central do Brasil; Srs. Diretores do Banco Central; demais pessoas que acompanham os trabalhos, representantes da imprensa em geral, ficamos muito felizes, eu particularmente, e, tenho certeza, todos os brasileiros, com a apresentação desses números. São números bastante consistentes, que mostram que uma economia pujante, em crescimento no correr dos anos.

Parabenizando V.Exa., Presidente Henrique Meirelles, por mais essa exposição – todas as vezes em que é convidado a comparecer ao Congresso Nacional, V.Exa. está sempre pronto a fazê-lo –, eu gostaria de formular algumas perguntas.

Em primeiro lugar, eu vi os números das nossas reservas cambiais: mais de 280 bilhões. Também temos a reserva do dinheiro depositado pelos bancos brasileiros no Banco Central, mas não vi os números dos depósitos compulsórios. Isso é motivo de grande alegria para nós, porque representa estabilidade macroeconômica. Nossa dívida externa líquida está decedente; a dívida pública vem cedendo, assim como a taxa de juros, a inflação está no centro da meta e a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo observada. Enfim, tudo está muito bem definido.

Mas o que quero lhe perguntar, Sr. Presidente, é sobre um assunto que, nos últimos 2, 3 dias, vem dominando a opinião pública. Diante dos fundamentos apontados, temos crescimento sustentável, crescimento de investimento e desenvolvimento de mercado de capitais, combinados com política prudencial e supervisão bancária sólida. Já fui questionado algumas vezes se temos condições de enfrentar algumas dificuldades no nosso sistema bancário, como aconteceu recentemente com o banco PanAmericano.

Então, em cima disso, eu lhe pergunto, Sr. Presidente: primeiro, nesse caso do banco PanAmericano, houve envolvimento de recursos públicos, vai haver perda

de dinheiro público? E mais: os particulares que têm investimentos ou depósitos naquele banco vão sofrer algum tipo de perda ?

Eram essas as minhas primeiras colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

– Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles para responder as perguntas do Senador Gim Argello.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Senador Gim Argello, pelas perguntas.

Eu entendo sua preocupação. Ela é extremamente adequada e procedente, porque temos lido nos jornais, visto na televisão e nos noticiários *on line* o custo enorme para o poder público dos ajustes e dos problemas bancários em outros países. Sabemos, por exemplo, que foi aprovado pelo Congresso norte-americano aquele plano de ajuda à economia do país a enfrentar a crise bancária, que, no caso, projetou um custo possível de 250 bilhões de dólares que poderiam ser alocados ao sistema financeiro americano.

No Brasil, tivemos casos importantes no passado. Em razão deles, foi criado o PROER, através do qual foram investidos, com a apresentação de garantias etc., volumes substanciais de recursos públicos para resolver os problemas dos bancos. Nesse caso, não há o uso de nenhum centavo público para a recapitalização e a recomposição patrimonial do banco, que é do que se trata.

O sócio majoritário, o Grupo Sílvia Santos, foi convocado pela autoridade monetária e fiscalizadora, e, dentro das normas legais, o Banco Central demandou a recomposição patrimonial do banco.

E o que diz a norma legal? O art. 5º da Lei nº 9.447, de 1997, estabelece que o Banco Central, em última análise, pode decretar a intervenção e a liquidação, mas deve adotar medidas preventivas.

São previstas medidas preventivas, medidas saneadoras e medidas punitivas. O primeiro passo são as medidas preventivas. O Banco Central pode determinar as seguintes medidas:

“Art. 5º

.....
I – *capitalização da sociedade, com aporte de recursos necessários ao seu soerguimento, em montante por ele fixado (Banco Central);*

II – *transferência de controle acionário” – se o nosso controlador não tiver condições ou desejo de aportar os recursos necessários para o soerguimento da sociedade em montante fixado pelo Banco Central;*

“III – *reorganização societária, inclusive mediante incorporação, fusão ou cisão.*

Parágrafo único. Não implementadas as medidas de que trata este artigo, no prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil, decretar-se-á o regime especial cabível”.

Isso significa intervenção, num primeiro momento, e, se não houver resolução durante a intervenção, a liquidação. Esse é o último recurso, porque provoca prejuízos substanciais para os depositantes, para o Sistema Financeiro Nacional e, possivelmente, para o poder público, dependendo da situação.

Nesse caso, o Banco Central determinou cumprimento do inciso I: “*capitalização da sociedade, com o aporte de recursos necessários ao seu soerguimento, em montante por ele fixado*”. Foi fixada a capitalização em aproximadamente 2,1 bilhões de reais. Depois, houve mais um problema no cartão de crédito, questão que está fora da alçada do Banco Central, de mais cerca de 400 milhões de reais.

Pois bem. O grupo majoritário controlador, Grupo Sílvia Santos, tomou recursos de empréstimo no Fundo Garantidor de Crédito, uma entidade privada cujo patrimônio é formado por contribuições dos próprios bancos. Desde a sua criação, em 1995, até o momento, o patrimônio total desse Fundo é de 28 bilhões de reais.

O Fundo Garantidor de Crédito, exercendo sua função de prevenir e estabilizar o Sistema Financeiro Nacional, emprestou 2,5 bilhões de reais ao controlador, Grupo Sílvia Santos, que deu todo o seu patrimônio empresarial em garantia do empréstimo, e, ao tomar esses recursos, fez exatamente o que determina a lei: “*capitalização da sociedade, com o aporte de recursos necessários ao seu soerguimento, em montante por ele fixado*”.

O Banco Central cumpriu a lei, determinando a capitalização, com o aporte de capital, para o soerguimento da instituição. O controlador tomou dinheiro emprestado no órgão adequado, dando seu patrimônio empresarial em garantia, e fez o aporte de recursos, saneando e soerguendo a instituição. Ademais, cumpriu também suas obrigações contratuais com a Caixa Econômica Federal de entregar a instituição com o patrimônio previsto.

A partir desse ponto, saneada a instituição, o Banco Central aprovou a posse dos diretores nomeados pela Caixa Econômica Federal, os quais foram empossados ontem. Posteriormente, haverá eleição dos novos conselheiros.

Em resumo, não houve uso de recurso público nesse processo.

A segunda pergunta do Senador é se existe perda para os depositantes. Não. Os depositantes tiveram seus depósitos totalmente preservados. Quem perde

no processo, em última análise, conforme determina a lei, é quem tem a responsabilidade primária, o sócio controlador, que voluntariamente cumpriu os termos da lei e a orientação do Banco Central: tomou o empréstimo, dando seu patrimônio empresarial em garantia, e aportou recursos no banco, recompondo o capital. O grupo controlador assumiu o custo, conforme determina a lei, e cumpriu suas obrigações legais, assim como o Banco Central. O banco PanAmericano está restabelecido, operando normalmente. Empossados os novos diretores e, depois, os novos conselheiros, o banco continuará sua vida normal, agora com a participação efetiva do novo sócio, a Caixa Econômica Federal. Os depositantes estão livres para sacar seus recursos, se quiserem, ou continuar a mantê-los no banco. Portanto, não há perda para os depositantes.

Essa situação, de fato, não é usual no mundo de hoje. Houve a solução desse problema sem perda para o depositante e sem perda para o poder público. O controlador tem recursos patrimoniais suficientes para fazer isso; existe uma entidade preparada para fazer o empréstimo, o Fundo Garantidor de Crédito; e ele teve a disposição de cumprir a lei e fazer o depósito.

O Banco Central cumpriu todos os prazos legais. Para os senhores terem uma ideia, os prazos são determinados pela legislação – já estou antecipando perguntas que podem ser feitas sobre isso. No § 2º do art. 2º da Resolução 3.398, os prazos são específicos para situações de descumprimento dos padrões mínimos de capital e limites operacionais, exatamente este caso. Para estes casos, o que a resolução estabelece é prazo de no máximo 60 dias, fixado pelo Banco Central, para apresentação do plano de regularização contados da data da convocação ou da lavratura do termo de comparecimento, se houver.

O Banco Central solicitou no dia 8 de setembro esclarecimentos sobre divergências apontadas no balanço do banco. Recebeu no dia 14 correspondência do banco solicitando prazo adicional para prestar os esclarecimentos, tudo dentro das normas. Essa correspondência do Conselho de Administração enviada ao Banco Central no dia 22 de setembro dá conhecimento da existência de eventuais inconsistências, solicita um comitê de auditoria do banco PanAmericano, levantamento completo e conclusivo, e solicita ao Banco Central prazo para entregar isso, nos termos da norma.

O banco entrega ao Banco Central, no dia 1º de outubro, a base de dados cuja análise permitiu à fiscalização confirmar parte do valor total das inconsistências. A partir daí, o banco PanAmericano pede mais um prazo para entregar o número preciso, aí sim junto com a fiscalização do Banco Central. Portanto

determinou-se o número no dia 13 de outubro, quando o banco reconhece e o Banco Central de fato avalia, fiscaliza e conclui que é este o valor: 1 bilhão e 400 milhões e outros passivos, de 673 milhões.

A partir daí comparece o acionista controlador, em última análise, o Presidente da *holding*, e informa que está em entendimentos com o Fundo Garantidor de Crédito com o objetivo de viabilizar a obtenção de recursos financeiros para a regularização patrimonial da instituição no dia 13 de outubro. E no dia 4 de novembro acontece a assinatura do termo de comparecimento. Estava marcada para o dia 3, mas eles tiveram alguns problemas documentais, e o termo foi efetivamente assinado no dia 4 de novembro. Portanto, em tese, nos termos da lei, poderia haver ainda um prazo de 60 dias, depois um prazo de mais 180, prorrogável mais 2 vezes por 180 dias. Em uma semana, o prazo estava implementado. Esse tempo transcorrido desde o início do processo até o final foi extremamente rápido, e, mais importante, Senador, foi muito menor do que os prazos regulamentares.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO – Sr. Presidente, fico muito feliz em saber que há toda essa consistência. O senhor está respondendo com dados precisos. Não existe dinheiro público perdido, nem para os investidores e aplicadores.

Mas fiquei com uma dúvida que eu gostaria que o senhor, por favor, esclarecesse. A fiscalização, em menos de um mês, detectou essas inconsistências, como o senhor muito bem colocou. Mas fico me perguntando o seguinte: a Caixa Econômica Federal comprou parte desse banco há menos de um ano, menos de um ano. Quando o Banco Central fez a fiscalização, detectou rapidamente que existiam algumas inconsistências. Quando a Caixa Econômica Federal foi comprar parte do banco, ou não foi consultado o nosso Banco Central, ou foi feito um acordo comercial entre os dois para só depois a Caixa Econômica Federal ter consciência de que havia comprado algo sem a consistência que pensava que havia. Foi comprovada num período bastante curto essa inconsistência.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito bem.

A Caixa Econômica fez uma avaliação do negócio, isso é importante. Fez uma avaliação das finalidades estratégicas, da potencialidade do negócio depois da sua entrada como sócia, e concluiu que era boa a oportunidade de expansão dos negócios da Caixa Econômica, algo que começa a ser implementado a partir desta semana, na medida em que a Caixa Econômica faz agora a entrada efetiva no negócio.

Existe uma avaliação do negócio em si, que é uma avaliação negocial, estratégica, que a Caixa fez

e cujos resultados nós vamos ver nos próximos anos. O importante é a compra do negócio, e a Caixa Econômica vai agora começar a executar o seu plano de negócio, juntamente com o sócio e, possivelmente, com o novo sócio que entrará no lugar do sócio controlador, na medida em que ele tenha de vender a sua participação para pagar o FGC.

Pois bem. Existe a avaliação contábil patrimonial, essa é outra questão do balanço daquele banco. Para isso, o sócio que está analisando faz um processo chamado *due diligence*. Contrata-se uma instituição, etc., contratam-se empresas de auditoria que fazem avaliações segundo os seus critérios – foram feitas –, e a partir daí a Caixa Econômica conclui que o negócio lhe interessa, por um preço determinado.

Agora o dado mais importante: o grupo controlador assumiu com a Caixa Econômica o compromisso de que o patrimônio era aquele, e cumpriu esse compromisso, porque, na medida em que o Banco Central detectou a inconsistência, o grupo controlador depositou o dinheiro. Portanto o grupo controlador cumpriu o compromisso com a Caixa Econômica. A Caixa Econômica recebe o banco em condições íntegras, isto é, como foi declarado no negócio.

O Banco Central, quando analisa a fusão, exerce para os bancos o papel que é exercido pelo CADE nos negócios comerciais, tanto que existe uma ação no Superior Tribunal de Justiça em que o CADE argumenta que o Banco Central não deveria sequer opinar em casos de fusão bancária ou compra. O CADE argumentou no passado que o Banco Central não deveria nem dar opinião em casos como esse, quando a Caixa Econômica faz a compra de uma participação de banco. Por quê? Porque isso é função do CADE, e não do Banco Central. O que ocorre hoje é que o Banco Central opina e o CADE também.

Mas qual é o foco do Banco Central, por lei, por norma? O Banco Central tem de opinar sobre o ato de concentração e seu reflexo sobre a concorrência. Busca-se identificar o mercado relevante, verificar a probabilidade do exercício de poder de mercado por meio de cálculos, de nível de concentração e de análise do grau de rivalidade. Se detectado impacto considerável sobre a concentração, são avaliadas as deficiências econômicas geradas, podendo ser impostas medidas compensatórias de modo a compartilhar as sinergias geradas com o consumidor. É essa a função do Banco Central, além de atos com possibilidade societária. Isto é que é avaliado pelo Banco Central, por lei. Nós não estamos questionando aqui se deveríamos ou não fazer isso. A lei manda fazer isso e restringe a isso, então é o que o Banco Central faz.

Pois bem, cumpriu-se a lei. As auditorias, etc., são feitas pelas auditorias do próprio banco e internacionais – trabalham há vários anos – e por outras auditorias contratadas pela instituição que entra, que faz auditorias específicas, pontuais. Isso tudo será analisado pelo Banco Central no seu devido tempo. E o compromisso do controlador foi cumprido.

O Banco Central continua sempre examinando o sistema, analisando os índices de consistência, etc., e concluiu, finalmente, por uma inconsistência no balanço do banco, então demandou uma providência antes da efetiva entrada dos diretores nomeados pela Caixa e dos conselheiros. Muito importante isto, porque a entrada dos conselheiros e dos diretores configuraria a responsabilidade solidária da

Caixa na instituição. Isso não aconteceu, porque o Banco Central apenas aprovou, finalmente, a posse do diretor ontem, ou melhor, anteontem. Portanto tudo foi feito preservando-se o interesse público porque o Banco Central agiu a tempo e a hora, determinando um processo de avaliação complexo, sofisticado e sistêmico. Por quê? Porque o Banco Central faz avaliações sistêmicas de índices, de balanços, com toda a autoridade regulatória e supervisória. E há o trabalho dos auditores também, dos comitês internos de controle de risco, etc. O importante é que isso foi detectado a tempo e a hora, que se demandou a solução e que o sócio, o grupo controlador, cumpriu-a. Portanto não houve prejuízo para as demais partes interessadas.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO – Sr. Presidente, eu compreendi perfeitamente, e quero parabenizar o nosso Banco Central, que agiu a tempo e a hora e não permitiu que houvesse perda de dinheiro público. Não sei se parabenizo também o controlador, que está cumprindo a lei. É difícil, no nosso País, acontecer de alguém assumir que seu pessoal errou e pagar por esse erro.

Parabenizo o Banco Central porque, para mim, a resposta é muito consistente. Realmente o nosso sistema bancário é um sistema bancário firme.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Vou passar a palavra ao Deputado Guilherme Campos, que é o Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e logo em seguida darei a palavra aos Parlamentares inscritos. Aproveito para dizer que a lista continua aberta para aqueles que quiserem fazer suas inquirições.

Com a palavra o Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS – Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo todos os Senadores e Deputados aqui presentes e o nosso Presidente Henrique Meirelles.

Faço algumas considerações. Existem divergências quanto ao custo das reservas: aquilo que o Banco Central coloca e o que o mercado avalia. O senhor poderia especificar melhor o custo das reservas?

A segunda questão é sobre o aumento do volume de crédito. Quanto representa o crédito imobiliário? Do aumento no volume de crédito, quanto representa o crédito imobiliário?

A terceira questão diz respeito à guerra cambial. Foi demonstrado na sua apresentação o volume de exportações, com previsão de crescimento. Haveria também a informação de quanto existe de previsão de aumento das importações e seus impactos? E, do que é exportado, nessas projeções o que significam as *commodities*? Porque, em função desse desbalançamento das moedas, nós temos sentido na indústria nacional um grande impacto afetando a competitividade dos produtos brasileiros.

A última questão é relativa a esse problema do PanAmericano, que surgiu agora, coincidentemente agora, depois de 31 de outubro – até a trinca na turbina de Itaipu surgiu depois de 31 de outubro.

Segundo as suas explicações, não fosse a intervenção e a ação do Banco Central, o negócio com a Caixa já estaria feito. A Caixa não detectou esses problemas. Um pequeno problema, de pequena monta. Tudo o que o senhor disse é mais uma demonstração da consistência do sistema financeiro brasileiro, que foi um grande diferencial durante o processo de crise internacional e que vem sendo construído ao longo dos anos, não é coisa somente do passado recente.

Aproveitando esse problema do PanAmericano, especificamente do cartão de crédito, dos 400 milhões apontados, eu gostaria de saber se ainda continuam em curso no Banco Central as análises sobre o setor de cartão de crédito, que tem impacto muito grande na economia nacional.

Seriam estas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, para suas respostas ao Deputado Guilherme Campos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Vamos às perguntas.

Hoje o crédito imobiliário representa 7% do volume total do crédito no Brasil. Esse é um percentual ainda relativamente modesto em comparação com os padrões internacionais – este é um dado importante.

Quanto à pergunta sobre possíveis diferenças entre cálculo de custo de reservas e cálculos do Banco Central, devo dizer que é um pouco difícil compará-los, Excelência, porque nós não sabemos exatamente qual

é a premissa de cada analista, qual é a hipótese de trabalho de cada analista, e isso varia dependendo do que o analista considera ser o retorno das reservas, por exemplo. Normalmente eles trabalham com retornos teóricos: qual é de fato o custo de financiamento das reservas através das operações com provisórias. O Banco Central trabalha com dados reais: o retorno real das reservas, o retorno de fato, através do tempo, menos – esta conta é negativa – o custo financeiro efetivo das reservas. E dá esse valor que nós mencionamos. Mas muito mais importante do que isso é mencionar que os benefícios, independentemente das variações que pode haver nas premissas – um custo maior ou menor do que o das reservas –, o importante a mencionar é que o benefício das reservas é um benefício muito maior, várias vezes maior, do que o custo, independentemente dos critérios que possam ser usados para se calcular o custo de carregamento das reservas.

Em relação à questão sobre a guerra cambial, de fato nós mostramos projeções de aumento das exportações para os próximos anos, mas podemos dar agora, para responder a V.Exa., as previsões da balança comercial para os anos de 2010 e 2011. As exportações estão crescendo 25% em 2010, passando para 192 bilhões de dólares, e as importações crescendo 39%, passando para 177 bilhões de dólares. Nas projeções para 2011, exportações crescendo 20%, para 230 bilhões de dólares, e importações crescendo 24%, para 219 bilhões de dólares.

Duas coisas importantes precisam ser mencionadas. Em primeiro lugar, que uma das razões do crescimento maior das importações é o fato de que a economia brasileira vai bem, portanto a demanda doméstica brasileira está crescendo, enquanto nos outros países está deprimida, o desemprego está elevado, etc. Um país que tem a taxa de desemprego crescendo para 10% e tem a demanda doméstica deprimida tende a importar menos. O Brasil está crescendo muito. O desemprego aqui está em 6,5%, a demanda também cresce, as vendas aumentam, portanto é normal que haja um crescimento maior das importações, na medida em que as exportações são para os países com economias mais deprimidas.

Há também a questão cambial, evidentemente.

Para proteger sua economia, o Brasil está tomando todas as medidas necessárias. E são medidas fortes: tem comprado reservas; todo o fluxo líquido de entrada; em consequência, tem esterilizado os Reais; tem tomado medidas prudenciais no sistema financeiro; e, finalmente, o Governo impôs o IOF de 6% sobre as entradas de recursos determinados para a renda

fixa ou para a aplicação e depósitos de margem nos mercados futuros.

Portanto, o Brasil está tomando todas as medidas necessárias exatamente para defender a sua economia do desequilíbrio dos mercados globais que se reflete no desequilíbrio dos mercados cambiais.

Agora, visto que há questão referente ao banco PanAmericano, vou então responder à primeira pergunta em relação à Caixa Econômica Federal.

A Caixa Econômica fez diversas avaliações: contratou empresas de auditorias, que fizeram seus estudos; contratou um banco de investimento para fazer a avaliação do negócio; depois, contratou outra empresa de auditoria; e, baseada também nos pareceres de auditoria internacional, que estava auditando aquele banco, durante os últimos anos, assumiu a integralidade daquele balanço, mas com a garantia – isso é muito importante, e S.Exa. precisa levar isso em conta –, porque o sócio majoritário garante aquele patrimônio. E, finalmente, cumpriu, reintegrou o patrimônio.

Isso tudo faz parte de todo o processo de análise da Caixa Econômica Federal. No final do processo, o banco foi entregue ao mercado, aos depositantes e ao novo sócio – Caixa Econômica – com as condições de balanço totalmente saneadas.

Em relação ao cartão de crédito, não há dúvida. Existe um grupo de trabalho do Banco Central, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda trabalhando nisso; existe já um projeto de regulamentação de tarifas de cartões de crédito que o Banco Central já enviou para o Conselho Monetário Nacional, que está sob análise, e que deverá ser regulado nas próximas reuniões do Conselho Monetário Nacional que é, digamos, um projeto bastante abrangente, criterioso, o qual, acredito, atenderá as finalidades. Evidentemente, há uma participação intensa também da Câmara dos Deputados e do Congresso através da Comissão de Defesa do Consumidor. Portanto, trabalhamos todos em conjunto.

É importante mencionar que o Banco Central não fiscaliza e não regula o cartão de crédito por lei. E uma das possibilidades futuras, e aí vai depender do Congresso, é dar ou não poderes ao Conselho Monetário Nacional de regular ou o mercado de cartão de crédito e dar poderes a uma instituição, que pode ser o Banco

Central ou outra, para fiscalizar os cartões de crédito. O Banco Central apenas fiscaliza os bancos envolvidos no processo do cartão de crédito. Esse é um ponto que eu gostaria de mencionar, e nós estamos trabalhando intensamente no processo.

Em relação ao percentual das *commodities* nas exportações – estou checando os números precisos –,

tem havido um crescimento do preço das *commodities*. Com isso, o volume em dólares tem crescido e o percentual em dólares também. O número preciso, até 5 de outubro, é 44.7%. Tínhamos um número aproximado até meses anteriores, até o final do primeiro semestre, de cerca de 40%, mas a atualização precisa que eu pedi a S.Exa., até o dia 5 de outubro, é de 44.7%. E gostaríamos de observar que as exportações dos itens industrializados também têm crescido.

Finalmente, gostaria de mencionar para S.Exa que, quanto ao Banco Central, em relação aos prazos ou coincidências eleitorais, bem como em relação ao banco PanAmericano, o importante é o seguinte: o Banco Central cumpriu todos os prazos legais. Ele teria agido de forma arbitrária, dado prejuízos ao Poder Público, à população e aos depositantes, se tivesse agido precipitadamente, isto é, não dado tempo ao controlador de assumir suas obrigações legais. O Banco Central teria sido sujeito inclusive a ações legais por parte dos depositantes e controladores, não deixando o controlador resolver o problema, porque, precipitadamente, sem cumprir os prazos legais, anunciou um problema sem dar tempo legal, previsto na lei e na resolução, para o coordenador resolver o problema.

Então, o Banco Central cumpriu rigorosamente as normas e prazos legais.

E vou repetir, S.Exa: os prazos são muito mais amplos do que os que foram executados. O prazo prevê 60 dias para apresentar o plano, 180 dias para implementá-lo, podendo prorrogá-lo mais 2 vezes por 180 dias. Estamos falando de um ano e meio mais 60 dias. Então, estamos falando de 1 ano e 8 meses, prazo que pode durar o processo total, segundo a norma.

Na realidade, foi muito mais rápido esse processo. Por quê? Porque o controlador tinha patrimônio para cumprir, o desejo, a disposição de cumpri-lo; o Fundo Garantidor de Crédito também foi muito rápido, a detecção do problema pelo Banco Central foi muito rápida, não demorou meses de discussão; e, portanto, devemos celebrar o fato de que houve um final feliz, porque preservou o Poder

Público, os depositantes e a integralidade da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR DEPUTADO GUILHERME CAMPOS – Sr. Presidente, apenas mais uma consideração.

Então, esse problema do PanAmericano foi detectado pelo Banco Central e não pela Caixa. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Vou passar a palavra aos oradores inscritos.

Temos neste momento 8 Parlamentares inscritos. Se houver aquiescência do Plenário, podemos fazer 2 blocos de 4 Parlamentares. Depois, o Presi-

dente do Banco Central responde aos 4 Parlamentares. (*Pausa.*)

O primeiro inscrito é o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, Sras e Srs. Parlamentares, Ministro, Presidente Henrique Meireles, senhores diretores, *staff* do Banco Central, tivemos no início da apresentação um momento de descontração. O Deputado Fábio Ramalho, uma pessoa muito querida por todos nós, um grande Parlamentar, reeleito com votação extraordinária, acabou brincando com todos. Mas não foi uma brincadeira quando S.Exa reclamou da nossa planilha que, por ser de uma mesma cor, dificulta a identificação dos gráficos.

É mais do que isso, infelizmente, Sr. Presidente, significa uma fragilidade do Legislativo de muitas vezes não termos uma capacidade de análise como têm os órgãos do Executivo, especificamente a qualidade que se tem no Banco Central. É o destaque que faço. Isso incide numa dificuldade muitas vezes de cotejar dados, contrapor argumentos. E reconhecemos ser uma debilidade do nosso sistema.

Mas vamos tentar exercitar o tema com liberdade. A situação fica mais agravada no meu caso, porque, assim como V.Exa., sou engenheiro da Escola Politécnica, mas o nobre Presidente depois estudou economia e eu fiquei nos limites da engenharia. Mas o suficiente, Sr. Presidente, para entrar em algumas discussões pontuais.

Primeiro, quando V.Exa. fala sobre os limites do Banco Central, e o próprio CADE questiona a capacidade, a necessidade e o âmbito de responsabilidade do

Banco Central de entrar numa questão como essa do banco PanAmericano, acho que o Banco Central não pode se limitar a essa visão, inclusive porque a própria planilha apresentada por V.Exa., na página 19, refere-se à necessidade política prudencial e supervisão bancária sólida. Isso tudo já determina como missão necessária do Banco Central o zelo em relação, por exemplo, à situação que vivemos agora em relação ao banco PanAmericano. Não há limite jurídico. Vamos à primeira questão, porque disseram: *Ah, nós estamos fazendo, mas nem era para fazer.* Não, há necessidade e é uma imposição.

Segundo, em relação à opinião – e entramos no mérito do problema do banco PanAmericano –, caro Presidente, num determinado instante V.Exa. disse: *Olha, o negócio foi feito em cima do negócio banco PanAmericano.* Depois, ao longo da sua resposta à arguição feita pelos Senador Gim Argello e Deputado

Guilherme Campos, V.Exa. se referiu a outro aspecto: o patrimonial.

Correto que o aporte se dá do ponto de vista patrimonial, mas o que foi comprado foi o negócio, como V.Exa. disse no início da intervenção. E todos os senhores sabem que há evidente descompasso: fluxo de caixa descontado, valor patrimonial, valor do negócio. Não há dúvida de que se comprou gato por lebre! Quarenta e nove por cento foi comprado pela Caixa, que fez uma avaliação; determinou-se um valor em relação a isso. Mesmo que após a *due diligence*, se faça agora uma atualização profissional, o valor do negócio é outro, obviamente. Eu sou engenheiro cartesiano. Isso salta aos olhos, não é preciso ter nenhuma sofisticação para fazer essa análise. Essa é a primeira questão sobre a qual nós precisamos nos debruçar, necessariamente.

No que diz respeito ao encadeamento de fatos que V.Exa. resumizou a partir do dia 8 de setembro – e faz a comunicação, dia 14, solicita o prazo adicional, o termo de compromisso, até que o controlador reconheça isso, e, pela minha anotação a respeito da sua intervenção aqui, foi no dia 13 de outubro –, houve um prazo e se cumpriu. Até V.Exa. destaca que poderia ter sido postergado num período anterior, e eu reconheço isso. Mas há outro questionamento: por que a identificação só dia 8 de setembro? Esses procedimentos acontecem há quanto tempo no banco PanAmericano? Não se faz do dia para a noite. Além do fato destacado pelo Deputado Guilherme, de que a Caixa não foi capaz de identificar isso, mas do ponto de vista da fiscalização do Banco Central – o Dr. Hoffmann está aqui – quais foram os indicadores anteriores, até se consolidar essa visão do dia 8? O jornal *O Globo* de hoje diz que essas irregularidades podem ter se iniciado há 4 anos. Há sinais disso? A quanto montou? Em que momento se chegou para se poder constatar e tomar as medidas preventivas, que eu sei que é preocupação de V.Exa. e da equipe? Mas onde se falhou? Foram extremamente hábeis de ocultar isso? Estamos em uma sofisticada operação de burla, e, muitas vezes, se demora a apreender esses caminhos e descaminhos que são construídos, mas é necessário ter uma avaliação. Além dos procedimentos do dia 8 até o que ocorre neste instante, por que a demora e a dificuldade, ou alguma outra razão, para que esses processos não tenham vindo à tona em momento anterior?

Quero fazer, depois, outro bloco de questões a V.Exa., se me permitirem o Presidente e os Srs. Parlamentares, sobre o problema de câmbio e juros. Nós sabemos que a missão fundamental do Banco Central é zelar pela moeda. Reconheço que V.Exa. tem sido diligente nesse sentido, perseverante nessa questão,

mas há uma mesma consideração, na página 15 da planilha apresentada por V.Exa. – e é óbvio isso, correto –, que diz o seguinte: “a política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio de seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio (...)”.

Sabemos que o sistema de câmbio que adotamos no País é o câmbio flutuante. Eu não preconizo uma mudança nisso; não saberia elaborar outra mudança. Nós não temos um regime como o da China, que permite outra metodologia. Temos dificuldade de gestão.

Dentro desse sistema de câmbio flutuante, eu diria o seguinte: é flutuante, mas não o troco, porque, quando se determina um volume de reservas, estabelece-se uma referência de mercado, que é o suporte inclusive para ter ataques especulativos em relação às flutuações de câmbio. É óbvio isso; V.Exa. sabe muito bem.

Por que se aumenta em determinado instante a reserva? Por que se diminui? Como se faz esse cálculo? Em função exatamente da vulnerabilidade. E por que a vulnerabilidade é problemática? Porque, além de ser oscilação, ela permite uma instabilidade, e disso V.Exa. sabe muito melhor do que eu.

Então, como compor isso? Eu estou achando – e vou mandar o meu recado cartesiano e pedir ao senhor que me ajude a analisar isso – que nós estamos entrando em um mundo de guerra acentuada muito ingenuamente. O regime de câmbio flutuante *stricto sensu*, como nós estamos praticando, não é obviamente praticado pela China, nem pela Índia. Quando o Presidente Obama determina o derrame, como o fez agora, de dólares no mundo, obviamente isso não significa uma prática de política de câmbio flutuante. Ou seja, nós não estamos, meu caro Presidente, neste instante, precisando de medidas adicionais?

V.Exa. mencionou a questão do IOF, a esterilização, nós aprovamos aqui o Fundo Soberano, que pode ter um efeito anticíclico, mas, no meu entender, isso é melhorar um pouco diante de uma pneumonia que temos. Uma questão muito mais estrutural precisaria ser pensada para que pudéssemos efetivamente enfrentar essa situação.

Embora eu quisesse conversar um pouco sobre a questão da política creditícia, separar crédito de investimento, para podermos ter um parâmetro de sustentabilidade desse ciclo que queremos virtuoso, sustentável de crescimento, fico nessas questões.

Agradeço antecipadamente a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

– Na sequência, está inscrito para fazer o seu questionamento o Deputado Luiz Carlos Hauly.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY –

Muito obrigado.

Sr. Presidente; Deputado Guilherme Campos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Sr. Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; Sr. Procurador do Banco Central; Srs. Diretores; Sras. e Srs. Parlamentares.

Última prestação de contas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, 17 anos de Plano Real, 17 anos de estabilidade econômica. Quero que as minhas primeiras palavras sejam de homenagem ao Presidente Itamar Franco, por ter tido a coragem, junto com Fernando Henrique, de criar o Plano Real.

O Plano Real possibilitou 17 anos de conquistas para este País, com o Governo Fernando Henrique de 8 anos, com o Governo Lula de 8 anos. Chegamos até aqui com estabilidade econômica. É verdade que pagamos um preço muito alto, um custo elevado pela nossa estabilidade dentro das leis precárias do nosso País. Não cumprimos com a reforma tributária, com as demais reformas, com o ajuste fiscal, como deve ser feito, dentro dos padrões e parâmetros corretos da boa administração pública, mas eu quero me alegrar porque, como Pêrsio Arida, André Lara Rezende, Edmar Bacha, os pais econômicos do Plano real, eu me considero o pai do plano econômico dentro do Congresso Nacional – um dos pais –, porque aqui estive presente, aqui defendi, aqui lutei, aqui briguei. Inclusive, na época, o maior adversário era o próprio PT, que hoje usufrui da estabilidade econômica, do Plano Real. Eu tentava mostrar ao então Deputado Aloizio Mercadante que o erro que o PT cometia à época, de ir contra o Plano Real, custaria a eleição. Não custou uma, custou duas. E, finalmente, vimos que, com a ascensão do PT ao Governo, eles mantêm a mesma disciplina, a mesma regra, o mesmo plano.

Eu quero me lembrar aqui e à Nação das leis que nós fizemos na época. Eu fui o Relator da Lei das Sociedades Anônimas e autor da última lei que acabou criando um novo mercado no Brasil que possibilitou, com uma infraestrutura, que tudo mais acontecesse no mercado de capitais. Quero lembrar que eu fui o Relator da Lei Kandir, a Lei do ICMS – até então não existia uma Lei de ICMS no País –, que possibilitou a maior política para o meio rural brasileiro, com a desoneração dos grãos, dos semielaborados para exportação, que colocou o setor produtivo rural, mas que acabou, por falta de uma política industrial que obrigasse o setor produtivo nacional a transformar isso em produtos industrializados.

Eu quero lembrar à Nação que a reserva cambial de 280 bilhões de dólares, toda ela vem do campo, diretamente da agroindústria, porque o superávit da

balança comercial todos os anos tem sido alcançado com 100% do agronegócio brasileiro – e aqui está o Gustavo Lopes, Presidente da Sociedade Rural do Paraná, que nos abrilhanta hoje com sua visita ao Congresso, testemunha disso –, com o sacrifício de milhões de produtores rurais que não têm renda há muitos anos.

Quero lembrar da Lei de Responsabilidade Fiscal. V.Exa. está aqui por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, que criou essa mecânica. E nós temos a possibilidade de ter aqui S.Exa., o Ministro da Fazenda.

Quero lembrar do SIMPLES ao Super-SIMPLES, uma somatória, um processo que começa com o SIMPLES, em 1996, e continua com o Super-SIMPLES, de 2006.

Excelência, a microempresa é responsável pela geração de 70% dos novos empregos e do estoque de 90. As 4 milhões e 300 mil microempresas – 600 mil, na informalidade, que já se formalizaram – representam 20% do PIB. Um por cento das empresas brasileiras representa 80%. O que me preocupa para o futuro, para o novo Governo, é como vamos desconcentrar essa riqueza no País, como vamos conduzir a situação daqui para diante.

A Lei de Falências, a criação do Fundo Garantidor, a que V.Exa. se referiu, deu a condição de se resolver esse imbróglio.

Eu não falo do Banco Central. Eu falo da decisão anterior do caso do Banco PanAmericano, que levou a Caixa Econômica a adquirir, com informações erradas de maus funcionários que induziram o Governo, induziram a Caixa à compra de um ativo. A Caixa é uma das maiores instituições deste País e não pode pagar um mico desses por maus gestores que induziram à compra minoritária. Eu nunca vi isso. Eu falei da tribuna que nunca vi, nos meus 40 anos de vida pública, o Governo autorizar um banco estatal a comprar um outro banco, e compra o controle minoritário. Olha a ironia. Em vez de comprar o controle da empresa, comprou 49% – 49% é o que está na imprensa; 35%, sei lá eu. Comprou 49%. O problema não é esse aporte, mas aquele aporte anterior, que deve ser investigado e punido.

Excelência, eu fui um dos Parlamentares massacrados por defender o PROER. No PROES, da reforma dos bancos estaduais – do Banco do Brasil e da Caixa nós fizemos aporte. Só no Banco do Brasil deu mais de 50 bilhões de reais. Da securitização, Presidente Moka, do RECOOP, do PESA, do PESINHA, do PROGER, do PRONAF, do MODERFROTA.

Para mim, foi mortal quando acabamos com o regime de câmbio fixo, porque o Governo estava registrando naquele ano 8% do câmbio, e o mercado pedia

7% a mais. Houve uma decisão equivocada que nos levou ao câmbio flutuante. Como Nação em desenvolvimento, nós não temos como competir com a China, os Tigres Asiáticos, na formação de preços dos nossos produtos. Hoje, para mudar isso é muito difícil. Então nós temos que encontrar uma política de subsídio ao produtor rural, pelo produto, ao exportador, pelos benefícios que nós temos.

Eu não me conformo que o Brasil ainda pague 10,75% de juros e seja o campioníssimo do mundo, distante do segundo colocado. Tudo bem. Tem que pagar juros. Mas nós já temos estabilidade, credibilidade, o Presidente Fernando Henrique e o Presidente Lula prestigiados no mundo inteiro e respeitabilidade internacional. A vinda de V.Exa. para o Banco Central foi a garantia que deu a moeda ao crédito do País.

Então, já passou da hora de termos uma política de juros realmente compatível, diminuir a despesa com juros, fortalecer o serviço público brasileiro, melhorar, fazer a reforma tributária, fazer a reforma fiscal, realmente rever, repactuar todas essas questões.

A grande questão é: eu vejo com preocupação o saldo das transações correntes, com um déficit que não tínhamos – este ano, 2,49% do PIB. A dívida bruta me preocupa: 72,7%, 2 trilhões e meio. Não é uma dívida líquida, tudo bem. Mas é a dívida bruta. As nossas reservas, 280 bilhões de dólares, significam 476 bilhões aqui aplicados, pagando juros de 10,76%. Mas estamos recebendo menos de 1% lá.

Que possamos fazer inversões em títulos brasileiros lá em Nova Iorque, ter um título internacional que a nossa reserva compre lá.

Há ainda o déficit público. O superávit primário é uma bela invenção, mas o que vale é que os 3 entes, União, Estados e Municípios, estão gastando a mais 3,38% do PIB este ano, mais de 100 bilhões do que arrecada.

Nas décadas de 80 e 90, como V.Exa. coloca na página 64 do *slide*, têm sucessivas crises de planos econômicos, mudanças de regime monetário, planejamento de prazos prejudicado. Última década: estabilidade macroeconômica, planejamento de longo prazo, aumento do emprego e da renda.

Eu quero dizer que a estabilidade macroeconômica está garantida. O Brasil mantém a sua arrecadação crescente ao longo dos anos. Nem com a perda da CPMF, naquele ano, a arrecadação diminuiu: o Governo aumentou, por decreto e resolução, a sua receita 3 CPMFs.

Planejamento de longo prazo: começamos a fazê-lo.

O emprego aumentou, pela formalização. Precisamos de bons e melhores empregos.

A renda. A tributação brasileira é a mais injusta do planeta. Tributa mais os mais pobres – o dobro do que tributa aqueles que ganham mais na sociedade brasileira.

Temos que fazer uma boa e bela reforma tributária, uma revisão do papel do Estado, do pacto federativo e do pacto social.

Eu estou um pouco crítico, mas muito feliz. Eu quero pensar agora, com a nova Presidente, Dilma Rousseff, como vai ser esse futuro do País.

Espero que, com aquilo que S.Exa. falou na campanha e após a campanha, quando venceu as eleições, possamos ter mais estabilidade, crescimento e distribuição de riqueza.

A oposição que queremos fazer, respondendo ao Presidente Lula, é e sempre foi responsável. O PSDB, o Democratas, o PPS, os partidos de oposição nesses 8 anos fazem uma oposição construtiva e responsável. Claro que corrupção, falcaturas, má gestão são casos de denúncia, de fiscalização. É o papel da oposição. No campo econômico, responsabilidade máxima.

São essas as minhas palavras, olhando para o futuro e esperando realmente que este Governo corrija os problemas de corrupção, de má gestão, maus funcionários, tráfico de influência, para que possamos continuar evoluindo.

E V.Exa., Ministro Henrique Meirelles, tem sido realmente o esteio desse processo de respeitabilidade que dá à economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

– Na sequência, está inscrito o Deputado Fábio Ramalho. **O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO** – Primeiramente, Sr. Presidente, quero agradecer ao meu amigo e irmão Arnaldo Jardim as palavras elogiosas.

Quero também parabenizar o Presidente Henrique Meirelles e a sua equipe pelo bom trabalho desenvolvido no Brasil. Sei que essa é uma pergunta que faz hoje todo brasileiro: Se o Presidente Henrique Meirelles for convidado para ficar no Banco Central ele ficará e nos dará essa estabilidade de que tanto precisamos?

Quero perguntar ao Presidente se o fator de crédito vai se sustentar e como S.Exa. vê o papel de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

– Na sequência, como combinamos, ouvimos o quarto Parlamentar inscrito, Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, em especial o Ministro Henrique Meirelles, Srs. Diretores do Banco Central, Vice-Presidente em exercício da representação da Comissão de Finanças e Tributação, Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, antes de fazer pergunta

específica, com a permissão do Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários sobre o que ouvimos aqui de nossos colegas.

Primeiro, verificar que, do ponto de vista do eixo central, da estrutura da apresentação que V.Exa. nos traz, verificamos que os colegas da oposição fazem poucos reparos. São reparos pontuais. A apresentação de V.Exa. é o espelho de um momento importante que vive o País, resultado de uma série de políticas consistentes que vêm sendo tomadas na área econômica e social, no Banco Central, na Fazenda, no Ministério do Planejamento, nos Ministérios Setoriais que executam as políticas de desenvolvimento do País.

O quadro é extremamente favorável, não apenas internamente, mas em comparação com a realidade mundial.

Evidentemente, a questão cambial causa preocupação. E a minha pergunta vai, de alguma forma, tocar nesse aspecto. Mas quero chamar a atenção para o fato de a oposição, que talvez tenha se caracterizado ou se caracterize doutrinariamente, ou eu esperaria vê-la se caracterizar doutrinariamente por uma preferência à liberalização da economia, vem solicitar políticas mais intervencionistas.

Os Deputados Arnaldo Jardim e Luiz Carlos Hauly fazem referências explícitas à intervenção no câmbio. Aliás, convergindo com a querida Maria da Conceição Tavares, que falou ontem ou anteontem sobre a intervenção do câmbio, em seminário no Senado, quando recebeu homenagem pelos seus 80 anos.

Sinceramente, sou muito cético a respeito de intervenções desse tipo, Deputado Arnaldo Jardim, já que o Deputado Hauly não está presente. Preocupa-me a questão do câmbio, mas sou cético que haja uma solução fácil e de simplesmente se voltar ao câmbio fixo que quase afunda o País.

Uma das coisas que acho que marcou o Governo de Fernando Henrique Cardoso de forma negativa, infelizmente, foi talvez essa questão eleitoral a que o Deputado Guilherme Campos se referiu, ter-se levado em consideração o prazo político eleitoral para uma decisão macroeconômica, que era de flexibilizar o câmbio. Demorou muito. Deixou o câmbio fixo ali, deixou chegar à reeleição, que aliás a nossa Constituição não permitia, e foi estabelecida a possibilidade de reeleição através de iniciativas dos partidos, na ocasião, do Governo. Naquela ocasião, o câmbio fixo gerou um desequilíbrio extraordinário na nossa balança comercial, com reflexos seríssimos sobre as nossas reservas, com reflexos na nossa inflação, comprometendo extraordinariamente a nossa capacidade de exportar. Aí, sim, de forma dramática, fazendo com que as importações aumentassem.

Tudo isso foi herdado. Quer dizer, não entendo muito bem o discurso do Deputado Luiz Carlos Hauly, quando procura, de forma ingênua — já que S.Exa. é figura da maior qualidade, admiro muito o colega —, atribuir todos os sucessos que estamos colhendo por decisões fortes, importantes do nosso Governo, como herança do Governo anterior, que teria plantado e nós estaríamos aqui só a colher, inclusive V.Exa., Ministro.

Eu não aceito isso. V.Exa., ao longo desses anos, tem demonstrado sintonia com a sociedade, com as diretrizes do Governo do Presidente Lula e tem feito com que, no âmbito da política macroeconômica, no que diz respeito ao Banco Central, tenhamos hoje extraordinária proteção nas nossas pujantes reservas, uma inflação absolutamente sob controle, o crédito em expansão.

Tive extraordinária experiência, concedida pelo Presidente Lula ao me designar Diretor do Banco do Nordeste, de ver a diferença entre a política de financiamento do desenvolvimento dos bancos públicos anterior. Recebemos o Banco do Nordeste, em 2003, com 5 bilhões aplicados em títulos públicos, tendo emprestado, no ano de 2002, exatamente 254 milhões para todo o Nordeste.

Por exemplo, a agência de Petrolina, no ano seguinte, emprestou mais do que foi emprestado em todo o Nordeste naquele ano de 2003. A política de fomento, através do sistema de crédito, a política que faz parte da estratégia macroeconômica do Governo mudou. Muitas coisas mudaram.

O SIMPLES, a que o Deputado se refere, quantas vezes batemos? Eu era Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa naquela ocasião. Na realidade, tinha outro nome, era o Núcleo de Estudos Tributários. O Deputado Germano Rigotto era o Presidente e eu era o Vice. Quantas vezes tentamos, junto ao Ministério da Fazenda de então, convencer o Governo de termos um SIMPLES, e não tínhamos isso? O Deputado Hauly era um dos construtores e sabe que foi no Governo do Presidente Lula que conseguimos fazer uma reforma tributária para dar respaldo às pequenas, médias e microempresas do País.

Quero fazer esse registro para contraditar nessa questão tão salutar, que é a discussão democrática do contraditório no âmbito do Congresso.

Nesse quadro tão positivo, tão favorável, há que se avançar, há que se procurar aperfeiçoamentos. E nos preocupa a questão cambial. Pergunto a V.Exa.: apesar de uma curva decrescente, claramente estabelecida de juros cadentes, não teríamos condição de ter uma redução, não ao longo da curva, mas uma redução da curva e irmos para um patamar menor de

juros? O mercado, face ao Risco Brasil tão reduzido, à estabilidade política e econômica que vivemos, com o crescimento da economia, não aceitaria taxas básicas de juros menores, que se refletiriam nas taxas de mercado, no varejo, no crédito e no capital de giro, tendo em vista que no crédito a longo prazo isso já está preservado?

Esta é a pergunta que eu deixo para V.Exa. Que a sua resposta nos sirva de alento com a possibilidade de modificar essa situação, principalmente agora quando os Estados Unidos acabam, em plena reunião do G20, de anunciar 600 bilhões de dólares para inundar o mercado que vão fluir no nosso câmbio e contra os nossos interesses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

— Eu vou passar a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para que responda os 4 questionamentos.

Logo em seguida, passaremos a palavra aos próximos Parlamentares inscritos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES —

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a responder as perguntas.

Em primeiro lugar, Deputado Arnaldo Jardim, tenho a satisfação de informar que, nesta semana, terminei de escrever um artigo para um livro que está prestes a ser publicado. Nele há algumas entrevistas e artigos de ex-alunos da Escola Politécnica. Espero que V.Exa. leia esse livro e se lembre dos bons tempos.

Quanto à questão relativa ao Banco Central de que ele não pode limitar-se à análise de concentração de mercado, nos termos da lei, do ato de concentração e seus reflexos sobre a concorrência, o Deputado, se eu entendi, acha que o Banco Central deveria, na realidade, não só opinar sobre negócios, substituindo, portanto, a direção do órgão que está tomando a decisão, do controlador, do órgão que está comprando, como deveria substituir também os bancos de investimento ou outros órgãos contratados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM — Presidente, permite-me um aparte?

Longe de mim pensar isso, Presidente, longe de mim. Acho que fui infeliz ou V.Exa. está forçando um raciocínio.

Eu só me referi, além da questão da concentração *stricto sensu*, ao zelo pela solidez bancária, o que significa um papel fundamental e precípua de fiscalização do Banco Central sobre a gestão das instituições de crédito e financiamento em nosso País.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES — Pois não. Vamos chegar lá.

Vamos então separar em duas partes, Deputado, porque elas precisam ficar claramente definidas.

Em primeiro lugar, num ato de compra, de fusão ou de mudança de controle majoritário ou minoritário – esta é a primeira parte –, onde a lei estabelece que o Banco Central deve se pronunciar a respeito do ato de concentração e seus reflexos sobre a concorrência.

Pois bem. O Banco Central segue a lei como deve e faz a análise no momento da compra, da fusão, da transferência de controle majoritário ou minoritário.

Mudar a lei é sempre possível. É uma prerrogativa do Congresso Nacional. Não é uma prerrogativa do Banco Central. O Congresso pode decidir o que for; pode decidir, por exemplo, que o Banco Central tem de fazer uma avaliação patrimonial de uma instituição que esteja sendo vendida ou sendo fusionada. No momento de qualquer transação, é prerrogativa absoluta do Congresso Nacional tomar a decisão nesse sentido.

O Deputado pode apresentar um projeto de lei nesse sentido, e eu, pessoa física, Henrique Meirelles, se convocado, ou convidado, posso dar uma opinião sobre esse projeto que estará tramitando no Congresso. Hoje, pela minha experiência de muitos anos no Banco Central, em órgãos decisórios de bancos centrais na Basileia, em diversos comitês de governança e do Conselho Diretor, tendo participado muitos anos no mercado financeiro e em bancos, eu diria voluntariamente que o Banco Central não deve fazer isso. Por quê? Porque no momento em que o Governo assume a responsabilidade, independente de ser viável ou não, de o Banco Central ser um superauditor, pelo patrimônio de instituições privadas, dando um selo de garantia – digamos assim –, ele está abrindo um passivo contingente enorme, criando aquilo que se chama de risco moral, isto é, todos os investidores e gestores passariam, a partir do pressuposto de que têm uma garantia do Banco Central, porque ele garante o balanço, o nível de risco do sistema teria um crescimento geométrico, e, possivelmente, a experiência internacional mostra que teríamos, em última análise, uma insolvência do Estado.

Então, o que um Banco Central não pode fazer ou um órgão supervisor é exatamente assumir a responsabilidade por números de instituições privadas. O primeiro responsável é o acionista controlador, segundo a lei brasileira que, neste caso, cumpriu sua responsabilidade, é verdade. Tem de ser dito isso. Ele é o primeiro responsável, sócio majoritário, e ele cumpriu com essa responsabilidade: depositou o seu patrimônio, tomou empréstimo e pagou. Portanto, ele cumpriu a responsabilidade legal.

Segundo, existe toda uma série de órgãos internos: o conselho, a diretoria, comitês, comitês de audi-

toria, comitês de análise de risco, auditorias internas e externas etc., e as avaliações feitas pelo comprador. O Banco Central não pode substituir nada disso e não deve, porque, senão, estaria assumindo um passivo contingente absolutamente inadmissível.

Uma das maiores conclusões, Deputado, do Comitê da Basileia, do qual o Brasil faz parte e do Conselho de Estabilidade Financeira é exatamente isto: não pode haver uma garantia implícita que seja do Governo para todas as instituições financeiras. Seria uma irresponsabilidade enorme o Governo assumir responsabilidade da gestão privada, porque, com isso assumiria o risco, isto é, o custo, caso haja problema, e não assumiria o lucro, caso haja ganho. Esse seria do empresário. Nós estaríamos socializando o prejuízo, custos eventuais e capitalizando lucro. Isso não pode.

Portanto, é prerrogativa do Congresso aprovar uma lei. E tem total poder para isso. A minha opinião é que não deveria. Muito bem. Isso no caso de compra, processo de fusão, aquisição, transferência de controle, etc.

No que diz respeito à supervisão e às regras prudenciais, a primeira questão seria a seguinte: o que significa uma supervisão rigorosa, regras prudenciais rigorosas? Por que o Brasil é diferente de outros países, por exemplo, como foi mencionado? Alguns bancos de investimentos americanos, por exemplo, durante a crise chegaram a apresentar índices de alavancagem de 50 vezes. Não existe isso no Brasil. Por quê? Porque existe uma regra fixada pelo Conselho Monetário Nacional e uma supervisão, fiscalização do Banco Central, para não permitir que haja essa alavancagem de 50 vezes. Isso é o que dá solidez ao sistema, isto é, todas as instituições financeiras que operam no mercado financeiro brasileiro são reguladas pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional, e o Banco Central verifica os balanços, analisa, faz teste, fazendo com que esse sistema, portanto, esteja sob normas. E é essa a diferença do mercado financeiro brasileiro. Isso é uma coisa.

A outra coisa, Deputado, seria o Banco Central, portanto, a União, o Poder Público contribuinte assumir novamente a responsabilidade pela gestão e pela integridade patrimonial de empresas privadas. Se houver uma fraude, o Governo é obrigado a descobrir, tem de prevenir e não pode deixar. Não, aí, estaríamos abrindo um passivo contingente, criando o chamado risco moral de uma forma simplesmente incomensurável. Então, não é isso. As recomendações hoje do Comitê do Banco Central são o contrário: os depositantes, os investidores têm de estar conscientes de que eles têm de fazer uma auditoria. Os gestores, os analistas, todos têm de fazer o seu trabalho e o Governo não dá

uma garantia, o que se chama de garantia cobertor, para todo mundo, independente de qualquer coisa. Não pode fazer isso. As garantias são as dadas pelo Fundo Garantidor de Crédito. Têm limites específicos, etc.

Agora, o Banco Central cumpre, sim, o seu papel de supervisão. Aliás, neste caso, cumpriu de forma eficiente e eficaz. Tanto que detectou um problema a tempo e a hora, analisando o mercado, o sistema financeiro inteiro, consolidando as posições de cedentes e cessionados, localizando que existia um problema sistêmico e, a partir daí, fazendo um trabalho de pesquisa e chegando finalmente nessa instituição, demandando providências do controlador que as cumpriu. O sistema portanto foi preservado, o capital foi recomposto e não houve prejuízo para os depositantes, para o Poder Público. Assim, o controlador entregou um banco para transação e houve a entrada de um novo sócio, a Caixa Econômica Federal, com patrimônio comprometido por lei.

É exatamente por isso que o sistema financeiro brasileiro está sendo reconhecido internacionalmente como o mais seguro, porque tem regras prudenciais e supervisão. Isso não quer dizer que o Banco Central substitui todo o processo de gestão de comitê interno, de comitê externo, de auditorias e todos os sistemas em que entidades privadas e públicas têm responsabilidade. Isso viria contra toda a orientação hoje do Conselho de Estabilidade Financeira e do Comitê de Basiléia para Supervisão Bancária. É exatamente o contrário. Regras, sim, supervisão, sim; mas não substituir auditor, comitê de auditoria, conselho de administração, gestor, sócio controlador. Isso, não. Essas responsabilidades são mantidas.

Valor do negócio.

Parte S.Exa. do pressuposto que caiu o valor do negócio. É óbvio que é menor. É, contudo, uma conclusão prematura, Deputado, com o devido respeito a sua experiência na área empresarial, etc. Tenho também experiência no setor financeiro já de alguns anos, talvez mais do que eu gostaria de admitir. De qualquer maneira, estou nisso há muitos anos. Então qual é o problema? Vamos verificar qual o valor do negócio nos próximos anos à medida que o negócio tenha questões relativas à sinergia, a ganhos.

A Caixa Econômica Federal só entrou lá esta semana. Nomeou seus diretores apenas nesta semana – na realidade, ontem. Então, em 24 horas, é difícil prever qual será o resultado desse negócio ao longo dos anos.

O balanço foi saneado. O controlador colocou o dinheiro, e está lá o patrimônio recomposto. Agora vamos ver o negócio. Vamos ver exatamente as manifestações de interesses de outros sócios que aparente-

mente existem. Vamos verificar. Existem manifestações informais não confirmadas, mas todas as indicações são de que há possibilidades. Vamos aguardar.

Talvez seja prematuro julgar que tenha caído o valor do negócio. No entanto, não há evidências que confirmem isso. Vamos aguardar e esperar que aumente o valor do negócio, que, nos próximos anos, essa instituição valha de fato mais ainda do que estava previsto.

Em relação a falhas nessa instituição.

Falhou a estrutura de controle da instituição. Toda a estrutura de controle falhou, e, óbvio, apareceu o problema. Agora, Deputado, o que falhou exatamente... Aí entramos na terceira fase do processo.

Descrevi a fase que a lei chama de preventiva, ou seja, aquela que foi cumprida. Caso a fase preventiva não tivesse sido cumprida, entraríamos na fase de saneamento.

A terceira fase é a punitiva, a investigativa, e é nisso que o Banco Central está engajado agora. O Banco Central está com processos administrativos abertos, processos estes que analisarão todo um conjunto de fatores – conselho, diretoria, gestores, gerentes, auditores, comitês, todos os envolvidos no processo de gestão do banco – para apurar responsabilidades, etc.

De novo digo que seria prematuro. Eu não estaria cumprindo meu dever legal se comesse a voluntariar opiniões, palpites, etc., sobre quem pode ter falhado.

Existe todo um processo de julgamento, de investigação formal na área de fiscalização do Banco Central, com procedimentos rigorosos e, no devido tempo, serão concluídos os processos administrativos e punições serão devidas.

Além do mais, existe também evidentemente uma prerrogativa do Ministério Público Federal de abrir investigações, se julgar adequado, de iniciar inquéritos penais contra pessoas que o Ministério Público Federal julgar possam existir evidências de que tenham cometido algum procedimento ilícito. É uma prerrogativa absoluta de um órgão independente como o Ministério Público Federal.

O Banco Central, em procedimentos como esse, sempre coloca à disposição do Ministério Público Federal todas as suas conclusões, todos os seus processos de investigação, bem como os seus procedimentos administrativos.

Certamente, esse processo seguirá o seu devido curso, com todo o rigor, nos diversos órgãos envolvidos, sem prejuízo de ações que possam ser tomadas pelas partes prejudicadas – pelos sócios, etc.

Câmbio e juros em relação a reservas.

O que leva as reservas a diminuir ou a aumentarem? Normalmente, o Banco Central faz um leilão diário e compra as ofertas a taxas que prevalecem no mercado. É o chamado preço justo. São as taxas que estão prevalecendo antes do leilão.

Normalmente, ao longo do tempo, ao longo dos anos, a observação que se faz é que esse valor de compra de reserva termina sendo similar à entrada líquida de recursos no País. É o chamado fluxo líquido de entrada de capitais.

Isso não acontece todo dia, a cada semana, a cada mês, medindo cada... Não, não. Porém, se tomarmos um prazo longo, esta é exatamente a conclusão a que se chega, mesmo que, em alguns momentos, o Banco Central esteja comprando mais que o fluxo, comprando menos que o fluxo. As reservas diminuem em várias circunstâncias. Uma delas, claramente, ocorreu no final dos anos de 2008 e 2009, quando o Banco Central vendeu reservas, atendendo à crise e às necessidades de proteger o País contra a crise, contra a fuga de capitais, *etc.*, medida muito bem sucedida.

Outras questões, como paridade de moeda, também influenciam preço, *etc.*

Existe um relatório sobre gestão de reservas, e o Banco Central terá grande satisfação de remetê-lo a V.Exa. O Diretor Aldo Mendes, responsável por política monetária, presente a esta reunião, terá toda a satisfação de entregar a V.Exa. o relatório sobre gestão de reservas, onde tudo isso foi bem discutido. Além disso, poderá recebê-lo, com seus assessores, no Banco Central, caso V.Exa. tenha interesse e queira de fato aprofundar-se nesse assunto, qual seja, gestão de reservas.

Essa qualificação técnica a que se refere o Deputado de alguns órgãos de Governo, inclusive o Banco Central, está totalmente à disposição do Legislativo.

Para fazer suas análises, V.Exa. tem acesso absoluto para usar as qualificações técnicas do Banco Central.

Poderia dizer ainda que o uso das reservas diminui a volatilidade da moeda, ou que a volatilidade é prejudicial à economia. Reserva baixa, como houve no passado, em 2002, levou a uma volatilidade muito grande e a crises importantes na economia. Portanto, a diminuição da volatilidade, principalmente em momentos de corrida contra a moeda, é um aspecto muito importante.

Quanto a uma afirmação do Deputado de que o Brasil estaria sendo ingênuo em relação ao câmbio fluante no meio dessa guerra cambial, eu, com o devido respeito, discordo dessa suposta ingenuidade.

Podemos também analisar diversas medidas tomadas por vários países. A Tailândia, por exemplo,

simplesmente taxou títulos domésticos com imposto de renda; ou a Coreia que limitou um pouco a exposição dos bancos ao risco cambial – medida tomada pelo Brasil em 2007, alocando e limitando capital; ou de Taipé, ou Taiwan, que proibiu fundos estrangeiros de investirem em alguns tipos de renda fixa; ou ainda no caso do Japão e da Suíça que compraram dólares no mercado à vista.

Se olharmos as medidas tomadas pelo Brasil, revela-se tudo menos ingenuidade. O Brasil hoje é respeitado no mundo como um país que adotou fortes medidas fortes de proteção à sua própria economia. Tenho mantido contatos constantes com investidores internacionais, e V.Exa. pode estar certo de que falo isso com segurança. Hoje, os investidores internacionais respeitam muito as medidas que o Brasil está tomando; alguns até discordam, acham que é forte demais, não gostam, criticam inclusive, mas ninguém diz que são medidas excessivamente leves, pelo menos que eu tenha ouvido.

Mantive contato não só com investidores grandes, com representantes de fundos de pensão, de fundos privados. Estive, há cerca de 10 dias, na Bolsa de Chicago, onde recebi uma homenagem. Discuti profundamente com eles. Visitei a Bolsa de Nova Iorque e outras. No último final de semana, estive na Basiléia, onde houve discussões intensas sobre esse assunto. Além disso tudo, participamos do Conselho Diretor.

Posso, portanto, com toda convicção e com o devido respeito a V.Exa., afirmar que o Brasil vem levando muito a sério isso e tomando medidas adequadas.

Agora, as questões do Deputado Luiz Carlos Hauly.

Em primeiro lugar, a questão da compra desse percentual, dessa participação no banco PanAmericano pela CaixaPar.

O que posso apenas dizer... O Deputado discorda que um órgão público como a Caixa Econômica Federal, ou a CaixaPar, no caso, poderia ou deveria comprar uma participação minoritária em uma instituição privada. Muito bem.

Isso foi autorizado pela Lei nº 11.908, de 2009, aprovada pelo Congresso Nacional. Não cabe ao Banco Central...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Com o meu protesto, não é? Foi aprovado pela maioria.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Perfeitamente, é a lei.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Agora, cabe a V.Exa. fiscalizar, porque o Banco Central é o controlador, o fiscalizador, para ver se houve realmente nesse processo manipulação nos dados.

Alguns dizem que foi maquiado o dado com produtos Jequiti, não é? (*Risos.*)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, é isso exatamente o que o Banco Central está fazendo no momento. Temos processos administrativos abertos, e, certamente, caso existam atos ilícitos haverá punições, cumprindo rigorosamente a lei, como sempre faz o Banco Central.

Outra questão.

Não está na hora de baixar os juros de uma forma, digamos assim, contra a tendência dos últimos anos? O Deputado chamou de “baixar a curva” – foi o Deputado Pedro Eugênio – mas é a mesma pergunta, em última análise. A frase “está na hora de baixar os juros” foi do Deputado Luiz Carlos Hauly. O Deputado Pedro Eugênio usou a expressão “baixar a curva”, e tem toda razão.

O Deputado Luiz Carlos Hauly menciona ainda as reformas tributárias, que está na hora de fazer a reforma tributária, a reforma fiscal, *etc.*

Deputado, evidentemente V.Exa. tem direito a sua manifestação como Parlamentar. Certamente, esses assuntos estão sendo discutidos no Congresso Nacional. V.Exa. quer saber se todas as reformas – tributária, fiscal – iriam ou não viabilizar uma queda de juros. Esta é, com certeza, uma questão para ser debatida no Congresso Nacional, caso venha a ocorrer.

Saldo das transações correntes.

Deputado, é importante mencionar que as transações correntes no Brasil tiveram um déficit de 2,5% do produto, em 2010, e 2,8%, em 2011. São números ainda moderados, comparados a anteriores no Brasil – já chegamos a números acima de 6%, até 8% – e a de outros países, hoje com números substancialmente superiores a este.

No caso do Brasil temos mais um dado importante. No momento, 75% desse número é financiado por investimentos estrangeiros diretos. À medida que o País cresce, companhias internacionais que já operam aqui tem cada vez mais interesse estratégico no Brasil.

Existe, portanto, um percentual grande disso, financiado por investimentos estrangeiros diretos. Ademais, existe uma tendência de continuidade, porque essas subsidiárias brasileiras são componentes estratégicos importantes dessas corporações globais, pelo poder do nosso mercado hoje. De qualquer maneira, isso vem sendo analisado constantemente. O Governo toma suas providências, como discutimos há pouco, em relação à chamada guerra cambial. Temos olhado isso com todo o rigor necessário.

Apesar de S.Exa. discordar da instituição do câmbio flutuante no Brasil, iniciada em 1999 – deixou muito claro a sua posição –, dizemos que, de acordo com a

literatura e a prática dos bancos centrais, ele tem, entre outras, exatamente a vantagem de ajustar a taxa, na medida em que o déficit de conta corrente pode caminhar para patamares não vistos como sustentáveis ao longo do tempo. Evidentemente, isso é questão de análise a tempo maior. De qualquer maneira, estamos atentos a tudo isso.

Dívida bruta e sua evolução.

Evidentemente transmitiremos a observação do Deputado para outros órgãos do Governo, como sempre o fazemos quando são manifestadas preocupações em relação a eles.

No entanto, quero mencionar que boa parte dessa dívida bruta, acima da dívida líquida, é composta de reservas – portanto é caixa. Ou seja, as reservas podem funcionar, na realidade, como uma segurança e não como aumento do risco. Essa parte do aumento da dívida bruta é importante e grande – estamos falando em 287 bilhões de dólares, o que representa, em última análise também, um aumento da dívida bruta. Portanto é importante levar isso em conta.

Finalmente, agradeço ao Deputado o elogio feito à minha atuação.

Deputado Fábio Ramalho.

A primeira pergunta foi se, caso convidado pela Presidente Dilma Rousseff, eu ficaria no Governo.

Deputado, tenho uma resposta clássica para perguntas desse tipo, perguntas que me são feitas há muitos anos: eu não trabalho com hipóteses ou especulações. Caso surja algo, dependendo da evolução, vou analisar no devido tempo, como sempre fiz na minha vida profissional.

No momento, estou focado no Banco Central. Imagine o senhor se eu estivesse preocupado com esse tipo de coisa nos últimos dias, com a atual situação do mercado, com a quebra do banco PanAmericano?

Em resumo, o Presidente do Banco Central tem atividades suficientes para se manter ocupado 24 horas por dia. Não precisa se preocupar muito com o seu futuro. Certamente consideraremos a situação no seu devido momento.

O Deputado pergunta se o crédito vai se sustentar nesse crescimento, assim como os investimentos. Deputado, a tendência é de sustentação. O aumento do crédito é consistente com o aumento da renda. Existem algumas medidas de comprometimento do rendimento médio do trabalhador com o crédito da pessoa física. Elas são consistentes e estão em patamares aceitáveis. O País está crescendo, o emprego está crescendo e a renda está crescendo. Existe, portanto, perspectiva de crescimento do crédito. As empresas também es-

tão crescendo, suas vendas estão crescendo, assim como os investimentos.

Então, respondendo à segunda pergunta, a tendência do investimento é crescer, porque a demanda doméstica é robusta, está crescendo e os fundamentos econômicos do País também estão sólidos. Portanto, a tendência, sim, é de crescimento.

O Deputado Pedro Eugênio pergunta: podemos “baixar a curva de juros”?

Deputado, há 2 componentes: a taxa base de juros e a taxa de mercado, qual seja a taxa dos bancos *etc.*

Vamos falar primeiramente da taxa base, a taxa fixada pelo Banco Central, a SELIC.

Num regime de metas de inflação e com a evolução da política monetária hoje, a finalidade básica da taxa SELIC é o controle da demanda agregada. Ou seja, quando começa a existir um desequilíbrio muito grande entre demanda e oferta no País, em que a demanda começa a crescer muito, isso não pode ser preenchido pelo chamado vazamento externo e por limitações diversas. Em resumo, podem começar a vir pressões inflacionárias, vindas de fatores de produção, que começam a pressionar os preços. Então, o Banco Central faz um ajuste da taxa base para cima ou, do contrário, para baixo, visando, em última análise, influenciar as taxas de mercado.

São diversos os canais de transmissão – não vamos entrar aqui em technicalidades. Portanto, o Banco Central, em última análise, influencia a atividade e, em seguida, a inflação.

O Banco Central desenvolveu modelos desde a década de 90, muito aperfeiçoados nos últimos 8 anos. Há um grande conjunto de modelos novos desenvolvidos, por meio dos quais o Banco faz projeções da taxa SELIC, projeções de manutenção, projeções de acordo com hipóteses de analistas. Ele prevê a inflação baseado nessas hipóteses, além de uma série de outras, que também entram nos modelos. Temos ainda o ambiente externo, fator importante recentemente; o nível de atividade global e os efeitos disso no Brasil e nos canais de transmissão de preço para a economia brasileira; as hipóteses fiscais de evolução do crédito, do crédito público, do câmbio, de uma série grande de outros fatores que não só esses.

A projeção de inflação que o Banco Central faz no momento não dá margem para que se faça essa redução artificial. Ele dá uma puxada para baixo da taxa de juros, esperando que, em função disso, caia a taxa de juros de mercado. A taxa de juros de mercado compõe-se de uma série de outros fatores – fatores de risco, expectativas de inflação, de competição, de captação de impostos e uma série de outras coisas –,

principalmente a taxa de juros na ponta de captação, o que é uma situação mais complexa.

Deputado, o importante é que essa taxa vem caindo nos últimos anos, o que, com certeza, será devidamente levado em conta. É evidente que o Banco Central, nos próximos anos, independentemente de qual seja sua administração, vai levar tudo isso em conta ao fazer a análise e tomar sua decisão soberana – e técnica certamente. Seja qual for a conclusão, não me cabe aqui... Antes de mais nada, nunca anunciamos decisões futuras. O Banco Central nunca prevê trajetória SELIC; muito menos, num momento de transição, estaremos aqui prevendo aqui ou dizendo o que deveria ser feito nos próximos meses ou anos. Estamos apenas olhando a situação do ponto de vista da última reunião do COPOM, o que vimos e por que tomamos uma decisão pela manutenção.

Olhando à frente, certamente haverá uma reunião do COPOM no mês de dezembro e outra em janeiro. Os componentes do Conselho, nas devidas oportunidades – serão 8 durante o ano de 2011 –, tomarão as decisões que julgarem adequadas, segundo as condições do momento. Temos confiança, portanto, de que serão decisões adequadas ao País. Isso responde à segunda questão, em relação ao mercado.

Agradeço também ao Deputado os elogios.

Acho que, sim, o progresso do País nos últimos anos, o aumento do número de empregos e da renda e a geração de investimentos formaram um conjunto de medidas governamentais, de toda uma administração. O Banco Central é uma parte disso e certamente temos grande satisfação em ser partícipes desse processo em que o Brasil conclui mais um ano com a economia crescendo a mais de 7%, gerando mais de 2 milhões de empregos, enquanto o mundo ainda enfrenta dificuldades.

Mesmo com problemas no mercado financeiro – como esse do PanAmericano –, ao contrário do que aconteceu em outros países, o assunto é resolvido sem uso de recursos públicos, sem prejuízo para depositantes. Já recebi diversos telefonemas de presidentes de bancos centrais de várias partes do mundo elogiando o Brasil e manifestando admiração pela capacidade de o País ter instituições que conseguem resolver problemas que acontecem no mundo todo.

Obrigado. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Waldemir Moka) – Passo agora à lista de inscritos.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Prezado Senador já eleito Waldemir Moka, Presidente da nossa Comissão Mista de Orçamento; Dr. Henrique Meirelles, Ministro e Presidente do Banco Central, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, Ministro Henrique Meirelles, quero cumprimentá-lo pela extraordinária atuação ao longo desses 8 anos.

Acredito que essa exposição, especialmente o balanço dos resultados aqui mostrados, constitui uma expressão maior daquilo que tem sido a sua gestão e a de sua equipe.

Quero inclusive assinalar que V.Exa. aceitou uma sugestão minha – acho que foi em uma de suas últimas exposições –, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no sentido de que V.Exa. incluísse nelas, nas suas exposições, os efeitos da política econômica no que diz respeito à erradicação da pobreza e à diminuição do Coeficiente de Gini, coeficiente que mede a desigualdade.

Observo que V.Exa. incorporou essas informações que denotam algo muito positivo. V.Exa. assinala aqui, em especial, que 20,5 milhões cruzaram a linha de pobreza; 35,7 milhões passaram a fazer parte da classe média; e como o Coeficiente de Gini, que, em 2002, estava em 0,553, foi diminuindo ano a ano, todos os anos: em 2003, para 4, para 5, para 6, para 7, para 8, para 9, inclusive num ano de crise econômica internacional. Muito provavelmente, só no ano que vem teremos o Coeficiente de Gini de 2010. Vale dizer que o de 2009 foi de 0,509.

Como o IBGE tem assinalado, e o PNAD também, há diversos coeficientes Gini, pergunto: qual deles foi considerado aqui? Foi o Coeficiente de Gini relativo a todos os tipos de renda, portanto os rendimentos do trabalho, de transferências de renda, mais os rendimentos de juros, lucros, aluguéis e outras fontes de renda? Neste caso estão considerados todos os tipos de renda, inclusive as transferências de renda, como as relativas à Previdência, aos benefícios da prestação continuada, ao Programa Bolsa Família, e já considerados os seus efeitos? Provavelmente tenha sido isso. Porém, como o IBGE, às vezes, publica o Coeficiente de Gini referente apenas à remuneração do trabalho, eu apreciaria aqui que o coeficiente fosse identificado.

No que diz respeito a uma das principais preocupações presentes, eu notei, à página 14, a evolução das exportações. Desta vez, diferentemente de outras ocasiões, V.Exa. não incluiu a evolução das importações.

É notório o que têm destacado diversos analistas. Em 2010, as exportações e as importações estão crescendo, e ainda há saldo positivo. Como a velocidade de crescimento das importações têm sido maior do que a das exportações, isso tem causado uma preocupação maior.

Cito um exemplo ilustrativo: acompanhei o Presidente Lula na sua última visita ao Salão do Automóvel

de São Paulo. Alguns empresários do setor automobilístico que ali estavam me perguntaram, a certa altura da visita: “Senador, observe que desta vez o número de automóveis importados no Salão do Automóvel está sendo bem maior do que os produzidos no País. Esse é um indicador de algo que tem nos preocupado, ou seja, o crescimento maior das importações em relação às exportações. Em que medida isso poderá ser corrigido?”

Relacionado a isso – até porque em Seul hoje estão o Presidente Lula, a Presidenta eleita Dilma Rousseff e o Ministro da Fazenda Guido Mantega, que tem trabalhado com muita sintonia com V.Exa. –, eu agradeço e solicito a V.Exa. que me responda sobre como avalia a proposta de utilização maior dos Direitos Especiais de Saque do FMI, em substituição ao dólar, como reserva de valor, como hoje preconizado, na imprensa, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega; isso poderia, de alguma maneira, colaborar para a resolução de problemas, tais como a dificuldade que hoje tem tido o Brasil para fazer com que suas exportações tenham maior possibilidade de sucesso, sobretudo as exportações de bens industriais, que significam alto valor agregado e com tecnologia nova? Pretende o Brasil avançar na direção do desenvolvimento não apenas do setor de produtos primários, que tem tido grande sucesso, conforme aqui ressaltado pelo Deputado Hauly, mas também no setor industrial, e que isso possa representar uma solução bastante adequada?

No que diz respeito ao problema do banco PanAmericano, considero muito positiva a explicação de V.Exa., Presidente Henrique Meirelles. Trata-se de algo que devo aqui assinalar. O novo Superintendente do banco PanAmericano, Celso Antunes da Costa, disse: “*Também tenho dificuldade de entender o que aconteceu*”. Ora, se ele que provavelmente está tão bem a par das coisas... Eu, sinceramente, em que pese a sua explicação tão didática, ainda quero compreender melhor. Por exemplo, surgiu para conhecimento de todos nós algo que eu, como Senador, não conheço tão bem.

Solicito, portanto, uma explicação sobre o que é esta entidade que teve papel tão fundamental, uma explicação sobre o Fundo Garantidor de Créditos. De acordo com as explicações dadas pelo Presidente Gabriel Jorge Ferreira, através da imprensa, houve uma interação bastante grande com o Banco Central nestas últimas semanas e dias. Agradeceria a V.Exa., para que todos nós pudéssemos entender melhor, uma explicação mais minuciosa sobre o Fundo Garantidor de Créditos. Como ele nasceu? Nasceu ao tempo de problemas havidos à época do PROER?

Trata-se efetivamente de uma instituição privada de extraordinária relevância, porque de alguma maneira interagiu com o Banco Central para que esse problema do banco PanAmericano fosse superado. Como ele funciona? V.Exa. nos informou que não há recursos públicos sendo colocados no banco PanAmericano. Então, são os recursos desse Fundo Garantidor de Créditos. Se por acaso surgir um problema, como e com responsabilidade de quem o Fundo Garantidor de Créditos vai enfrentar uma eventual dificuldade? Obviamente, eles tomaram essas decisões de colocar recursos de maneira tal a se sentirem muito garantidos. Como surgiu então esse Fundo Garantidor de Créditos que teve nesse momento papel tão importante?

Avalio como importante compreender a função dessa instituição e como ela coopera com o Banco Central, seja nesse caso ou em outros que possam surgir no futuro.

Quero ainda fazer uma pergunta sobre outro tema que, nos últimos dias, ressurgiu com grande importância.

Que análise V.Exa. pode nos brindar com respeito à experiência que teve o Brasil com a CPMF? Ela deve ser considerada, à luz da nossa experiência, de toda votação ocorrida aqui? Ela foi aprovada na Câmara, mas no Senado – acho que por 1 voto apenas – não chegamos aos três quintos necessários, e assim não foi aprovada.

Ora, se for para ressurgir a CPMF, na sua avaliação isso deveria ser objeto de algo dentro de uma nova política fiscal e tributária, dentro de uma reforma fiscal que possa levar em conta diversos aspectos, inclusive os necessários recursos para a saúde? Na sua avaliação, pode eventualmente a CPMF ser considerada com esse nome – ou já não seria mais provisória – ou o nome que for? Com uma taxa efetiva relativamente pequena, obviamente, pela sua natureza, e à luz da nossa experiência, ela pode efetivamente ser considerada? E, se for, por alguma outra forma?

Finalmente, refiro-me ao tema do objetivo maior que a Presidenta Dilma Rousseff transmitiu ao longo de sua campanha e nos últimos dias. Desde seu pronunciamento, quando foi proclamada vencedora, e nas entrevistas dadas nos dias seguintes, ela reiterou o seu objetivo de, como seu primeiro plano, erradicar completamente a miséria, a pobreza absoluta no Brasil.

Conforme muitas vezes dialoguei com V.Exa., para que esse objetivo possa efetivamente ser alcançado, o Congresso Nacional, na minha avaliação, tem e deve utilizar um instrumento, e o Governo também, para erradicar completamente a miséria, uma medida de bom senso. Ela foi estudada pelos mais diversos economistas, laureados com o Prêmio Nobel de Eco-

nomia – cito 2 nomes: James Tobin e James Edward Meade –, assim como centenas de outros pelo mundo, inclusive os que estiveram no Brasil em julho último, no Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica de Cidadania.

Sabe V.Exa. que o Brasil foi o primeiro país do mundo cujo Congresso Nacional, com todos os partidos, aprovou por consenso a instituição por etapas, a critério do Poder Executivo, da renda básica de cidadania – hoje para quase 190 milhões de brasileiros, e um dia será.

Relacionada à Lei de Responsabilidade Fiscal, objeto da sua exposição hoje, quero citar um exemplo de cooperação – que aqui às vezes acontece – entre um Senador do PT, autor de uma proposta, eu no caso, e um Relator do então PFL, o Senador Francelino Pereira. S.Exa. estudou a matéria e me disse: “Eduardo, é uma boa ideia, mas você precisa torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, que tal você aceitar um parágrafo instituindo a renda básica por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até que um dia seja para toda e qualquer pessoa, incondicional?” Aceitei e, graças a isso, o Senado aprovou o projeto por consenso em dezembro de 2002. Em dezembro de 2003, a Câmara também o aprovou. Em 8 de janeiro de 2004, o Ministro da Fazenda Antonio Palocci disse ao Presidente: “Como é para ser instituído por etapas, gradualmente, é factível, pode sancionar.” E o Presidente sancionou.

Quero agora, Presidente Henrique Meirelles, lhe encaminhar a carta que enviei semana passada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Presidente eleita Dilma Vana Rousseff, para que ambos considerem a possibilidade concreta de, nessa fase de conclusão do Governo Lula e na fase de transição para o novo Governo, analisar medidas para os próximos 4 anos que colaborarão com o objetivo maior da Presidente Dilma, o de tornar realidade a erradicação da miséria. Seria uma forma de ambos, conforme aqui concluam, entrarem na história como Presidentes que instituíram a renda básica de cidadania.

Quero muito lhe enviar, em mãos, uma cópia dessa carta, a minha palestra no último congresso da BIEN e ainda uma história feliz que Ziraldo fez para que o povo brasileiro compreenda tão bem a proposta da renda básica de cidadania.

Meus cumprimentos, prezado Ministro e Presidente do Banco Central. V.Exa. honra muito o mandato que tão bem tem exercido. Hoje também explicou de maneira didática e firme os propósitos sérios com que tem conduzido o Banco Central e demonstrou, sobretudo, a retidão de suas atitudes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

– Em sequência, para suas considerações e questionamentos, tem a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Meus cumprimentos, futuro Senador e atual Deputado Waldemir Moka, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e demais Deputados.

Eu aqui, em outra audiência com o Ministro, tinha dito que, no Brasil, há algo que considero um Triângulo das Bermudas, um lugar onde desaparece o desenvolvimento, um tripé que considero nefasto para o crescimento, para a geração de empregos, para o crescimento econômico. O primeiro é a nossa disparidade no câmbio, que poderia nos proporcionar muito mais exportações, reduzir nossas importações, deixar-nos competitivos no mundo e, por fim, gerar crescimento, desenvolvimento e empregos.

No segundo estão as taxas de juros, totalmente fora da realidade, acima da média mundial. Elas deixam as empresas brasileiras fora da competição. Como conseguem as nossas empresas, com taxa de juros SELIC de 10,75% multiplicada por fatores adicionados como resultados de banco, custos, *spreads* e tal, competir com empresas multinacionais que captam dinheiro lá fora com valores muito mais baixos?

O terceiro é a nossa altíssima carga tributária.

Ficaria atento à situação do câmbio, como compete a V.Exa., embora haja outras áreas que não são do seu envolvimento.

Aí indago: por quanto tempo vamos continuar pagando aos investidores estrangeiros essa taxa de juros de 10,75%, aumentando o endividamento público? Há que se gerar um título para fazer essa contrapartida e congelar os reais, investir isso lá fora numa taxa de menos de 1% ao ano, criar um custo extraordinário, tanto no diferencial da taxa de juros que pagamos em relação àquilo que recebemos lá fora, aumentando o endividamento bruto – e em última instância é sobre isso que pagamos efetivamente de juros e não podemos concordar com a dívida líquida sobre o PIB que diminui –, pois emitimos, passamos para a PETROBRAS, para o BNDES, mas sabemos que esse dinheiro não volta, como na nossa reserva lá fora que não podemos deduzir da dívida bruta, porque ela não volta, ela fica lá, a não ser que criássemos outro mecanismo de defesa contra isso.

Sei que o Banco Central não é o culpado por termos essa taxa, não é o único culpado. Acho que ele poderia contribuir, mas sabemos que a taxa de juros vai ficar mais baixa na medida em que o outro lado, a Fazenda, cumprir seu papel de redução de gastos públicos, fizer uma poupança maior e assim por diante.

Aliás, até acho que o Banco Central poderia ter reduzido a taxa de juros efetiva durante a crise. Naquele momento, o Banco Central, no meu entendimento, teve e perdeu uma oportunidade. Não havia demanda, não havia uma série de fatores que pudessem influenciar na taxa de juros. Ela poderia ter sido reduzida 2, 3 pontos de supetão, mas o Banco Central não o fez.

Então, neste momento, quando o Banco Central voltou a aumentar as taxas e saiu de um patamar alto, poderia ter saído de um patamar mais baixo. Então, o Banco Central, no meu entender, também errou naquele momento de crise.

Vejo também, Presidente, que os maiores *players* continuam fazendo aquilo que é mais interessante para eles. A China continua administrando seu câmbio, e nem por isso foi reduzido o fluxo de capitais para a China. Os investimentos lá continuam grandes, com o câmbio controlado. Outro *player*, o maior – os Estados Unidos –, também toma atitudes, como a de inundar o mercado com 600 bilhões de dólares. Nós, de nosso lado, não conseguimos baixar a taxa de juros, temos de continuar aumentando a nossa reserva! Para que esse tamanho de reserva? Para que continuar fazendo isso? Câmbio livre, câmbio flutuante, sim! Em 1998, precisávamos maciçamente da entrada de recursos. Era uma tese válida. Será que hoje continua válida? Será que o instrumento apenas de aumento do IOF? Nós vemos que não resolve o problema. Não seria o caso de se começar a analisar medidas mais drásticas, mesmo que teorias econômicas fossem colocadas de lado e olhássemos realmente os interesses do nosso País, ou alguma tributação sobre o ingresso de capitais, ou então a implantação de um dormitório de ingresso de dólares? O Banco Central tem inclusive legislação já pronta para isso, nem precisa aprovar.

Então, indago: por quanto tempo vamos continuar aumentando a nossa reserva, aumentando o endividamento público, pagando uma taxa de juros altíssima, prejudicando o setor produtivo nosso com menos exportações e mais importações, levando-se em conta que hoje 20% do consumo doméstico no País já é de produtos importados? Não dá para admitir! É preciso fazer algo diferente nesse sentido. Indago até se não é o momento de termos um controle mediano de fluxo de capitais. Quem quiser trazer dólares para dentro, que os deixe temporariamente no Banco Central e a liberação seja paulatina. Mas vejo que é um movimento técnico, teórico, que prejudica o País drasticamente.

Não estou questionando se teoricamente o câmbio flutuante está ou não adequado, mas estamos tendo enorme prejuízo aplicando nossa reserva a 0,25%, pois grande parte disso está aplicado em títulos do Tesouro americano, pagando aqui taxa SELIC a 10,75%!

Sr. Presidente, é preciso fazer alguma coisa diferente nesse sentido.

Sobre a situação do banco PanAmericano, se não me engano, nos últimos meses de 2009, dois bancos públicos adquiriram bancos privados. Até hoje não entendi isso. Também fui um daqueles que protestei contra essa autorização da Câmara para a compra de bancos pela Caixa – parece-me que o Banco do Brasil não precisou dessa autorização.

Mas é estranho o Banco do Brasil comprar o banco Votorantim. Na sequência, recuperou, valorizou o grupo Votorantim e comprou, em seguida, o controle da Aracruz Celulose. Ganhou dinheiro fantasticamente por uma decisão de governo que é duvidosa! Não vou questionar, por exemplo, a aquisição de um outro banco, um banco público, que é o Nossa Caixa. O Banco do Brasil o incorporou inteiramente, criou uma sinergia. Mas, comprar 49% do banco Votorantim! Isso também me fez lembrar do caso do PanAmericano, porque tem uma instituição financeira que financia automóveis, consumo e tal, e por várias vezes houve bochicho no mercado de que tinha uma carteira de créditos muito duvidosa. Mas vou ater-me ao banco PanAmericano.

O banco PanAmericano também é duvidoso. É de se questionar por que comprar 49% de um banco. E a pergunta é: se o Banco Central pode fazer isso pelo comprador, se a Caixa Econômica e o Banco do Brasil tivessem inquirido o Banco Central, exigido a apresentação de uma fiscalização, por que ela não o fez? Ou, se efetivamente poderia o Banco Central ter feito isso, quando ele pode fazê-lo quando inquirido por parte do comprador, com uma auditoria técnica pela autoridade monetária?

Sabemos que houve auditoria externa, mas me parece duvidosa, porque esse problema certamente não apareceu agora, vem de longa data. Não é possível que essa cessão de carteira tenha ficado nos ativos do banco e isso seja coisa de agora, de 90 dias. Então, realmente é questionável.

Sei que o Banco Central tem uma função, como o CADE, de autoridade monetária. Então, não pode questionar se a Caixa Econômica deve ou não deve comprar o banco PanAmericano? Se o Banco do Brasil deve ou não deve comprar o banco Votorantim? Eu questiono isso, acho que foi uma decisão diretíssima... Não acredito que o Presidente Lula não tenha dado autorização para a compra desses dois bancos e, de forma particular, à questão do banco PanAmericano, que me parece ter sido um benefício para alguém que tem um controle de mídia e que, num determinado momento, isso era extremamente benéfico para a atual situação.

Algo como: *“Eu autorizo resolver o problema do banco PanAmericano e resolvo uma situação de mídia de um grupo de comunicação muito forte”*.

No caso do Banco do Brasil versus banco Votorantim, não sei qual foi a razão. Já questionei aqui, inclusive fiz um requerimento pedindo a presença da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. A autoridade monetária também deverá ser convidada ou convocada para participar. Nós, Deputados, temos que questionar efetivamente por que bancos públicos, que têm um foco específico, como é o caso da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, ou outro banco público que tenha foco específico, devem comprar outras instituições.

E eu fico abismado neste momento, Senador, de ouvir que o Banco do Brasil está comprando banco na Argentina, um banco nos Estados Unidos etc. Então, ele tem que ser privatizado e cumprir sua função normal de mercado. Mas, no que tange ao Banco Central, quero saber por que a Caixa Econômica não pediu uma fiscalização técnica do Banco Central para saber a real situação da carteira, porque, assim, ela poderia se prevenir contra uma situação como essa. Está provado: fez um mal negócio, não tinha necessidade de comprar aquele banco; agora comprou um micro, porque as ações já caíram, e saiu totalmente fora do seu foco de banco de poupança, de financiador da habitação e assim por diante.

Então, indago sobre essa questão do câmbio. Acho que o Banco Central tem que rever a nossa política cambial, que é extremamente nefasta ao nosso País, e essa questão do banco PanAmericano versus Caixa e sua interface com o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na sequência, está inscrito o Deputado Roberto Britto, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – Sr. Presidente Moka, Sr. Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, senhores assessores presentes, Sras. e Srs. Deputados. Quem fica no final, Sr. Presidente, fica meio sem nada para perguntar. Tudo o que havia para perguntar aqui já foi praticamente perguntado. Tinha interesse em algumas coisas, principalmente a respeito do banco PanAmericano, e me satisfiz plenamente a explicação do Presidente do Banco Central. Fiquei feliz com a explicação de S.Exa., de saber que não existe dinheiro público, que as coisas foram realizadas conforme preconiza a lei e que o Banco Central agiu dentro do maior rigor possível para defender os interesses públicos.

Outra dúvida que tinha é exatamente essa que o nosso colega Deputado, que me antecedeu, falou, ou seja, a respeito do problema dos juros altos. Essa é uma preocupação que temos. O Banco Central ex-

plica que, todas as vezes em que se utiliza a queda dos juros, a inflação volta. Ou seja, os juros ficam fluando de acordo com a inflação, pelo menos esse é o sentimento que temos.

No mais, quero parabenizá-lo pela sua exposição e dizer que fico feliz com isso.

Muito obrigado. Espero que V.Exa. possa continuar no Banco Central por mais quatro anos com essa política, como disse o nosso Senador Suplicy, realmente vencedora, uma política que está dando certo. E é bom continuar com o que está dando certo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

– O último inscrito é o Deputado José Carlos Aleluia, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA –

Uma coisa me alegra: ver que, depois de oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de oito anos do Presidente Lula, há um consenso em torno da necessidade de se manter a estabilidade econômica.

Recordo-me do início do Governo do Presidente Lula, quando, muitas vezes, eu, como Líder da Oposição, tive de apoiar as posições do Banco Central diante das posições assumidas por alguns membros do Governo. Mas vi hoje que todos os membros do Parlamento estão afinados em torno da necessidade de manter a estabilidade. Portanto, parabéns ao Brasil por chegar a esse ponto. É um ponto que mostra que não temos sustos pela frente.

Assim, quero dizer que o relatório de V.Exa., com muita elegância, mostra claramente que as respostas relativas à política monetária estão evidentemente ligadas à questão da política fiscal. Portanto, não vou pedir nada nesse campo. Quero apenas dizer que, como Deputado de oposição, estou encerrando meu mandato no próximo dia 31 de janeiro. Acho que ajudamos bastante para que esse processo fosse consolidado, e agora estou vendo que os componentes da base do Governo também desejam fazer assim. Isso é muito bom.

Embora V.Exa. tenha sido convocado para tratar da Lei de Responsabilidade Fiscal, todo mundo resolveu, pela questão premente do que está acontecendo, tratar da Lei 7.492, de 16 de julho de 1986, que é a lei dos crimes contra o sistema financeiro. É evidente que concordo com V.Exa. que não cabe ao Banco Central, não cabe ao Governo, assegurar e ser auditor de nenhuma empresa, de nenhum banco, não pode ser responsável pelos bancos. A auditoria do Banco Central é uma auditoria muito mais de processo e jamais poderia ser uma auditoria nos moldes da Deloitte.

Portanto, estou impressionado por que ninguém incriminou a Deloitte até agora. A Deloitte cometeu um crime incurso na Lei 7.492, cujo art. 26 é claro quando diz:

“Art. 26. A ação penal, nos crimes previstos nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no art. 268, do Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, será admitida a assistência da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando o crime tiver sido praticado no âmbito de atividade sujeita à disciplina e à fiscalização dessa Autarquia, e do Banco Central do Brasil quando, fora daquela hipótese, houver sido cometido na órbita de atividade sujeita à sua disciplina e fiscalização.”

Eu sou brasileiro, e serei, a partir de 1º de fevereiro, um cidadão, e aplaudo a Polícia Federal. Ontem, subi à tribuna para aplaudir a Polícia Federal por ter prendido na Bahia seis Prefeitos, algemados por estarem roubando dinheiro da merenda escolar. Os ingleses se vangloriam muito – lendo a questão dos grandes crimes financeiros, recordo-me de um jovem inglês que praticou uma grande fraude em Hong Kong – e todos ficam muito satisfeitos quando eles são presos. É preciso prender pessoas que praticam crimes.

Os que eram membros do Conselho de Administração do banco PanAmericano... Estou aqui com o relatório, Sr. Presidente, do balanço do PanAmericano de 31 de julho, auditado pela Deloitte. A KPMG está sendo acusada porque coloca uma nota no seu relatório dizendo que não tem a responsabilidade da auditoria, mas ela coloca uma coisa meio estranha. Ela disse que fez apenas alguns procedimentos e não foi responsável... Inclusive, não é culpado quem faz a diligência; a culpa é dos Diretores, dos Conselheiros e dos auditores. É preciso prender gente.

Pergunto se o Banco Central já se habilitou a assistir, na forma do art. 28. Parece-me que o Ministério Público não tomou iniciativa. Não vi ninguém ser preso nem ser ameaçado de ser preso. Todo mundo põe Silvio Santos. Não quero transformar Silvio Santos num herói, mas ele pode ser o enganado, se não for membro e não conseguir, pelo relatório, ter acesso ao nome dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditores. Apenas colocam um nome; apenas de um coitado colocam o nome. Os membros do Conselhos de Administração são: Luiz Sebastião Sandoval, Presidente do Conselho de Administração; Rafael Palladino – Palladino, não, não é

da moralidade, mas da imoralidade – Vice-Presidente; Guilherme Stolar, membro efetivo; João Pedro Fassina, membro efetivo; Wadico Bucchi, membro efetivo; Carlos Correa Assi, membro independente; Luís Roberto Rosemberg. Esses são membros do Conselho de Administração.

No caso da Deloitte, aparece apenas o nome do contador, que está solto também: José Barbosa da Silva Júnior.

Fala-se muito em dinheiro público. Não há dinheiro público – V.Exa. deixou isso muito claro –, mas há dinheiro do público. Essa empresa era aberta, uma empresa pública, no conceito americano. Ela atenta contra a estabilidade do sistema financeiro.

Quanto à questão muito bem levantada sobre a crescente participação do Governo como banqueiro no Brasil, eu sei que V.Exa. nada pode fazer, porque não é V.Exa. quem define essa política. Sou contrário a ela, mas o povo resolveu eleger um Governo que já transformou mais de 50% do crédito do Brasil. V.Exa. não tem nenhuma responsabilidade com isso, nem o Banco Central. É muito difícil ser Banco Central, quando o maior banqueiro do Brasil é o Governo Federal.

Portanto, as minhas observações são na área criminal. É importante que se use a lei. O Congresso fez a lei. A lei é moderna, Senador Suplicy, e estabelece em seu art. 4º: *“Gerir fraudulentamente instituições”*. Em seu art. 6º: *“Induzir e manter em erro...”* E, em seu art. 10: *“Fazer inserir elementos falsos...”* Tudo isso está aqui.

Ninguém foi denunciado, ninguém foi preso. Será que ninguém vai ser preso? Pelo que eu estou vendo, Silvio Santos pode – e não é por ser dono de emissora de televisão – ser o enganado. Agora, houve uma fraude. Não é pelo fato de ele colocar o patrimônio dele que o assunto está resolvido. Houve uma fraude. E a fraude tem de ser levada ao Código Penal, à lei de ação penal.

Essa a minha pergunta, a minha indagação. O meu desejo é que, quando houver fraude, seja instituição financeira, seja empresas como o caso da Enron, que não era instituição financeira, haja gente presa, tem que ter gente perdendo patrimônio. Senão, nós não podemos confiar nas instituições brasileiras. E eu acho que, neste caso, o Ministério Público deve à sociedade uma fala em relação ao assunto.

Parabenizo mais uma vez o Banco Central. O Brasil está vivendo um momento excepcional. Espero que com a transição do Governo seja mantida a mesma estabilidade.

Sou um opositor ferrenho do Presidente Lula, mas reconheço que seu sucesso foi exatamente dar estabilidade, profissionalizar o Banco Central, o que

ele não fez, por exemplo, com o Ministério das Relações Exteriores, infelizmente. Com o Banco Central ele fez isso, o que é um ganho para o Brasil, depois de 16 anos.

Portanto, quero felicitar V.Exa. e V.Sas., que aqui o estão acompanhando, por esse trabalho feito nesses oito anos do Banco Central do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para que responda aos questionamentos feitos pelos Parlamentares.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, respondo aos questionamentos do Senador Eduardo Suplicy. A primeira pergunta do Senador é se o Índice Gini, que nós mostramos, leva em conta todos os itens de renda, não só do trabalho, transferência de renda, juros, aluguéis, pensões, Previdência, Bolsa Família etc. A resposta é simples, Senador: sim, são levados em conta todos esses índices no cálculo do Índice Gini, que nós mostramos aqui.

Em relação à evolução das importações, sim, nós mencionamos hoje, Senador, a evolução das importações para o ano de 2010 e 2011. Houve, de fato, um crescimento um pouco superior das importações sobre as exportações. Os números que aqui mencionamos, Senador, foi de que, no caso das exportações, o crescimento de 2010, foi de 25%, passando a 192 bilhões de dólares; o crescimento das importações foi de 39%, passando a 177 bilhões de dólares. As previsões para 2011 é do crescimento das importações em 20%, portanto, passando a 230 bilhões de dólares. E a previsão para o crescimento das importações de 24%, passando, portanto, a 219 bilhões de dólares.

Portanto, são essas as previsões solicitadas pelo Senador.

Em relação à pergunta sobre o Fundo Garantidor de Crédito, seria, de fato, Senador, uma excelente oportunidade. Obrigado pela pergunta. É importante e útil definirmos e explicarmos, da forma mais clara possível, o que é o Fundo Garantidor de Crédito. O Senador pergunta uma série de coisas, como quando foi fundado, como funciona etc.

Pois bem, Senador, o Fundo Garantidor de Crédito é uma associação civil privada, criada pela Resolução nº 2.197, de 1995, e, posteriormente, alterada e ampliada pela Resolução nº 3.251 de 2008.

O Fundo tem dois grupos de atividades mais importantes.

Não vou passar a ler a resolução em detalhe, senão gastaremos aqui um longo tempo e não ficaria tão claro.

Há dois grupos de atividades: o primeiro é para proporcionar garantia aos clientes das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional relativas a depósitos e aplicações financeiras, nos casos de intervenção, liquidação e insolvência ou outras situações especiais do Fundo.

Neste caso específico, hoje o Fundo garante depósitos de todas as instituições financeiras até o valor de 60 mil reais. E instituições financeiras que façam a emissão de um tipo de depósito especial regulado por essa resolução de 2008, que paguem uma taxa de risco também fixada normativamente para o Fundo Garantidor de Crédito, poderão ter garantidos depósitos até de 20 milhões de reais. Normalmente, esse seguro é pago por algumas instituições, principalmente de menor ou médio porte. Não é pago normalmente e, portanto, não é usado pelas instituições de maior porte.

O Fundo Garantidor foi muito importante também não só agora, mas também na recuperação do Brasil na crise de 2008/2009.

Existe um outro grupo de finalidades do Fundo, na parte de aplicação e depósito bancário, com ou sem emissão de certificados, em letras de câmbio, em bancos e instituições associadas à compra de direitos creditórios ou a constituir. E, no caso específico, outros direitos creditórios com garantias reais ou fidejussórias próprias ou de terceiros, na situação prevista no art. 3º, que é exatamente o caso de um banco com problemas de insolvência ou de deficiência patrimonial ou de problemas de liquidez, ou em casos mais sério, hipótese em que poderá sujeitar a operação ao prévio compromisso da instituição emitente ou aceitante na adoção de medidas que resguardem sua liquidez e equilíbrio patrimonial, que é exatamente o caso.

Essa é uma resolução do Conselho Monetário Nacional de 2008, quer dizer, o Fundo empresta, desde que a instituição aceite se comprometer na adoção de medidas que resguardem a sua liquidez e equilíbrio patrimonial. É o § 1º, item 2, “b”, do art. 22 da Resolução nº 3.251, de 2008.

Portanto, essa é, digamos, a finalidade do Fundo. Já é uma previsão que existe desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na época o Fundo já existia, mas a lei também formalizou isso. E o § 1º, do art. 28, diz que *“a prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos e outros mecanismos constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei”*. Isso foi criado em 1995, foi regulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que proibiu exatamente o setor público ou o Banco Central de dar assistência financeira direta em caso de risco de inadimplência. E esse Fundo passou a ser então o responsável por essas – vamos chamar, em termos técnicos – assis-

tências financeiras a instituições em dificuldades. Estou generalizando exatamente a definição legal.

A administração do FGC é eleita pelos próprios associados, que são os bancos membros do FGC, e os recursos do FGC são provenientes de contribuições recolhidas pelos participantes do Fundo, as instituições financeiras e bancos nacionais e internacionais operando no Brasil, não envolvendo qualquer tipo de recurso público, portanto. As contribuições mandatórias de cada banco são fixadas também normativamente.

O patrimônio atual do Fundo Garantidor de Crédito é da ordem de 28 bilhões de reais. Em suma, este é resumo do Fundo Garantidor de Crédito. Portanto, ele recebe contribuições dos bancos participantes, membros do Fundo; ele tem uma gestão feita pelos próprios associados, um conselho eleito pelos associados; e ele tem objetivos definidos para a aplicação dos recursos, seja no caso de cumprir garantias de depósitos, seja no caso de adquirir, que é este caso, outros direitos creditórios com garantias reais ou fidejussórias etc. Existe também outras finalidades, nesta mesma linha de aplicação de depósitos bancários, aquisição de direitos creditórios diretamente da instituição financeira etc.

Em relação à nossa avaliação sobre o uso de direitos especiais de saques para substituir o dólar. Acreditamos que, sim, seria algo desejável, como proposto pelo Ministro Mantega na Coreia. Evidentemente que essa é uma discussão, uma decisão que precisa ser tomada pelo G-20 e principalmente pelo Fundo Monetário Internacional, porque para que isso aconteça tem de haver um acordo global no sentido de que exista uma liquidez no direito especial de saque, isto é, *(ininteligível)* para o uso de moeda reserva. Precisa-se criar um volume suficiente de direitos especiais de saque, que é uma obrigação emitida pelo FMI, que possa dar liquidez a esses mercados internacionais para reserva.

Quer dizer, uma das coisas que limita o uso de muitas moedas como moeda reserva... Por exemplo, de vez em quando se colocam outras moedas: *“Por que não moedas como o franco suíço, ou a coroa norueguesa, ou o dólar canadense, ou outras moedas?”* E às vezes se menciona até o real, hoje em dia. O problema é o volume dessas moedas, não existe liquidez, não existe volume suficiente que possa fazer com que essas moedas possam ser usadas como reserva. Portanto, o direito especial de saque é o problema dele hoje, portanto teria de ser um acordo global, visando fazer uma movimentação nesse sentido. Mas certamente essa é uma discussão que está acontecendo em Seul, é um pouco prematuro que comecemos a avaliar. Certamente o Presidente Lula, o Ministro Mantega, a

Presidenta Dilma Rousseff estão participando dessas discussões em Seul.

Em relação à CPMF, se pode ou não ser usada para a saúde. Senador, é uma prerrogativa do Congresso Nacional e do Executivo, ou seja, definir qual é o uso de um determinado tributo. Primeiro, a conveniência para a sociedade da instituição de um tributo e a definição do uso, possíveis destinações desse produto. Acredito que é uma definição, em última análise, desta Casa. Não compete, necessariamente, sob esse aspecto, um pronunciamento do Banco Central.

Partindo agora para as questões, opiniões e perguntas levantadas pelo Deputado Alfredo Kaefer, diria o seguinte. O Deputado chama de tripé nefasto o tripé câmbio, juros e carga tributária no Brasil; diz que isso é nefasto ao crescimento no País, à geração de empregos, investimentos etc.

Eu diria ao Deputado que eu sou um homem que, na minha vida profissional, sempre procuro me pautar pelos resultados. A discussão sempre tende a ser interminável, quando ficamos apenas nos conceitos, na emissão de opiniões. Gosto de me pautar pelos resultados. Chamo isso, na minha vida profissional toda, de “foco no resultado”. Alguns aprovam, outros não, mas essa é a minha abordagem.

E, com o devido respeito a todas as opiniões de S.Exa., focando no resultado, mostro novamente uma projeção onde o crescimento do Brasil, de 1999 a 2002, foi de 2,1%, que é similar ao crescimento que prevaleceu de 1981 até 1999 também, subindo para 3,3% de 2003 a 2005 para 5,1%, em média, em 2006 a 2008, e 7,3%, é a previsão do Banco Central para 2010, sendo que a previsão dos analistas consultados pelo Banco Central no relatório *Focus* está acima de 7,5%, que é um dos maiores crescimentos do mundo no ano de 2010.

Então respeito a opinião do Deputado de que, se mudasse todo o sistema, talvez crescesse ainda mais. Perfeitamente. Respeito profundamente, mas me permito discordar de S.Exa. na medida em que acho que os resultados dessa política são inequívocos, e o Brasil está crescendo, em média, acima do padrão internacional; é um dos maiores crescimentos do mundo este ano, e tem aumentado as taxas de crescimento substancialmente. E mais importante, tem aumentado o investimento. Mostrei também alguns tipos de curva evidenciando o crescimento dos investimentos nos últimos anos e o emprego, 14 milhões de empregos, 2 milhões de empregos criados apenas no ano de 2010. Portanto, com o devido respeito e deferência à opinião de S.Exa., a minha opinião é que de fato o sistema está funcionando muito bem no Brasil e é extremamente bem-sucedido.

Em relação à opinião de S.Exa. de que o Banco Central poderia e deveria ter cortado a SELIC 2% no final de 2008 para ajudar o Brasil a sair da crise. Respeito profundamente a opinião de S.Exa, porém, devo mencionar – de novo, olhando resultado – que o Brasil foi o país que teve a mais curta recessão no mundo durante a crise. Foram cinco meses apenas de recessão, com uma perda de empregos comparativamente pequena. Foram 800 mil empregos, comparados ao que já se criou: 1 milhão e 200 mil empregos, em seguida, a partir de fevereiro de 2009, e 2 milhões e 200 mil empregos aproximadamente, criados já em 2010. É um País que, portanto, saiu de forma vigorosa da crise, foi um caso bem-sucedido. Hoje, o Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos países que enfrentou a crise com sucesso pelo conjunto de medidas adotadas, começando com empréstimos das reservas para as empresas que estavam tendo dificuldades de financiamento, principalmente os exportadores, que não tinham financiamento – felizmente tínhamos reserva, e o Banco Central pôde emprestar reservas aos bancos que emprestaram para os exportadores. Depois, com a liberação de compulsórios, depois com a intervenção do Banco Central nos mercados futuros, que resolveu uma crise grave nos mercados futuros e que poderia ter levado à falência e à insolvência um grande número de exportadores brasileiros que estavam expostos nos mercados futuros. Portanto, o Brasil pôde continuar a ter uma posição competitiva forte etc. Depois, com os estímulos fiscais que foram aplicados a partir de dezembro, e com o crescimento do crédito, liderado inclusive pelos bancos públicos inicialmente, tudo isso fez com que o sistema brasileiro crescesse forte.

Portanto, eu tomo a liberdade de dizer que respeito a opinião de V.Exa., mas acho que o Brasil enfrentou a crise da maneira adequada. Poder-se-ia dizer que, se fizesse algo diferente, poderia ser ainda melhor. É possível, tudo é possível. Mas acho que não, que haveria desvantagens importantes ter sido feito isso na oportunidade. O Brasil enfrentava um ataque especulativo muito forte contra a moeda, uma crise importantíssima nos mercados futuros, e tínhamos um problema de deterioração grande de expectativas de inflação. Empresas, formadores de preços, começaram a subir o preço por essa desvalorização cambial, uma situação em que, naquele momento, a prioridade era restabelecer o crédito, restabelecer a normalidade. O Banco Central conseguiu restabelecer a normalidade dos mercados cambiais à vista, dos mercados futuros e dos mercados de crédito. Portanto, acho que o conjunto de medidas foi suficiente, mas, evidentemente, conceitualmente, sempre é possível que algo feito

numa outra direção, quem sabe, pudesse ter efeitos ainda melhores. Eu tenho a opinião de que não teria sido algo positivo para o País naquele momento, com o devido respeito.

Em relação à tributação, o Deputado menciona uma das coisas que poderia ser feita, agora passando para a parte cambial. O Brasil poderia tributar a entrada de capitais. O Brasil fez isso – o IOF de 6% na entrada de capitais destinados à renda fixa, destinados à depósito de margem. Então o Ministério da Fazenda já está seguindo essa sugestão do Deputado nesse aspecto.

A questão do dormitório do ingresso, como se refere o Deputado – outros chamam de quarentena, outros chamam dão diversos nomes. É uma medida que tem vantagens e desvantagens, como tudo. Existem estudos muito importantes de medidas como essas tomadas no passado. Existe um caso muito famoso, do Chile, um caso do passado, e já estudo, e os resultados são muito controversos.

Mas o Brasil, o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional sempre consideram todas as medidas.

E agora S.Exa. também vai nos permitir um ponto importante. É que temos uma regra de governança do Banco Central: é que não anunciamos medidas futuras, em nenhuma hipótese. Nem o que vamos fazer, nem o que não vamos fazer. Uma das coisas importantes em qualquer Banco Central é não preanunciar medidas: *“Pode ser que façamos isso;”* ou: *“Não faremos isso jamais”*. Não, nenhuma das duas coisas, Deputado. Deixamos todas as possibilidades em aberto sempre.

Em relação à questão da compra de participações minoritárias em bancos privados por bancos públicos, o Deputado questiona essa norma legal. Ele informa que combateu, no Congresso essa norma que autorizou a CaixaPar a comprar uma participação no banco PanAmericano, e pergunta se o Banco do Brasil precisou ou não dessa autorização legal para comprar a participação no Votorantim. A resposta é sim. A mesma lei aprovada no Congresso que autorizou a CaixaPar a ter participações minoritárias em instituições do mercado financeiro foi a mesma lei que autorizou o Banco do Brasil a fazer a mesma coisa, isto é, ter participação em instituições financeiras minoritárias.

Em relação ao fato que o Deputado mencionou – que, no caso do Votorantim, pelo que eu entendi, o Deputado acha que, do ponto de vista financeiro, foi uma operação bem-sucedida –, digo que a operação de compra de parcela do banco PanAmericano pela CaixaPar foi, na realidade, concluída ontem com a posse dos diretores da Caixa. Portanto, é um pouco prematuro julgarmos o resultado financeiro apenas por uma reação de valor de ações num dia, ou nos dias

em que foram anunciados alguns problemas contábeis e medidas no PanAmericano.

Portanto, vamos ter de observar os próximos meses e anos – como foi observado no caso do banco Votorantim, e a entrada do Banco do Brasil – para saber o que vai acontecer no processo. Certamente, a direção da Caixa Econômica Federal, na sua avaliação, concluiu que é um negócio que será altamente vantajoso para a Caixa Econômica, estratégica e negociavelmente, mas não nos cabe entrar nesse mérito. Certamente, é a decisão da Caixa Econômica, do seu Conselho, e seria prematuro dizer que não irá funcionar. Esperamos que funcione. É uma medida estratégica importante. Como V.Exa. mencionou, o banco Votorantim está crescendo e o Banco do Brasil está tendo lucro naquela operação.

Em relação à pergunta sobre se a Caixa poderia ter exigido uma garantia, uma auditoria do Banco Central do Brasil naquela instituição para garantir o patrimônio, a resposta é não. A Caixa não tem prerrogativa legal para exigir; e, segundo, o Banco Central do Brasil não tem prerrogativa legal para atender, mesmo que fosse pedido. Terceiro, existiria um conflito de papéis e de interesses – como o regulador do sistema é a Caixa Econômica, e como regulado é essa outra instituição – no caso de o Banco Central se tornar parte de um negócio. Como a Caixa Econômica contratou auditores, consultores, no caso, não contratar, mas exigir que o Banco Central agisse como uma instituição contratada pela Caixa para ir lá garantir o patrimônio daquela instituição. Não. Não é papel de autoridade supervisora, não é papel de autoridade reguladora no mundo inteiro. O Banco Central fixa as normas, as regulações, faz o seu trabalho de supervisor. Aliás, muito bem-sucedido nesse caso, porque detectou o problema e o problema foi solucionado.

Vou agora para as questões do Deputado Roberto Britto. Deputado, o que eu posso lhe dizer é simplesmente agradecer a V.Exa. os cumprimentos que V.Exa. expressou a nossa administração no Banco Central do Brasil.

Agora, vou passar às perguntas do Deputado José Carlos Aleluia, em que ele se refere às aplicações da Lei nº 7.492, de 1986, a chamada popularmente de Lei do Colarinho Branco.

Eu consultei aqui e vou terminar a consulta ao Procurador-Geral do Banco Central, que está ao meu lado, para saber se eu posso, de fato, dar a resposta que pretendo a sua pergunta. *(Pausa.)*

O Deputado fala da sua indignação com o fato de quais seriam as ações tomadas contra os auditores, diretores, conselheiros etc. e todos os demais envolvidos na administração ou na auditoria do banco, e ele

faz uma pergunta objetiva sobre se o Banco Central comunicou ao Ministério Público Federal o fato. E a minha resposta é sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– É mais do que comunicar. O Banco tem o direito de assistência.

Se V.Exa. me permite, o art. 30 estabelece explicitamente a possibilidade de prisão preventiva. Por que ninguém foi preso? E, o art. 25, estabelece também a responsabilidade do controlador, dos administradores da instituição financeira, além, evidentemente do...

Só mais uma pergunta. Quem certifica, quem dá diploma para as empresas de auditoria se habilitarem a serem auditoras de banco? No caso específico dessa empresa Deloitte, que tipo de punição ela terá, além das punições penais?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Vamos responder por partes, Deputado.

Num primeiro momento, diante da ocorrência de algum problema, ou de algum indício de irregularidade, o que o Banco Central faz é uma comunicação ao

Ministério Público. E coloca à disposição do Ministério Público todo o processo administrativo que possa ter sido instaurado naquela circunstância. Caso o Ministério Público, no uso de suas prerrogativas, decida abrir um procedimento, propor uma ação penal ou um inquérito penal, o Banco Central, aí sim, como o Deputado mencionou, tem o dever, e faz isto, de prestar assistência ao Ministério Público Federal, propiciando todos os dados, todos os números etc. Portanto, caso se chegue a alguma dessas situações, se há um julgamento, soberano, do Ministério Público Federal, certamente o Banco Central, não só neste caso, mas em qualquer um – há um número muito grande desses procedimentos –, fornece todas as informações e assiste, nos termos da lei, o Ministério Público Federal.

Portanto, essa comunicação foi feita, sim, pelo Banco Central, através do seu canal específico, ao Ministério Público Federal, ontem, exatamente nos termos previstos na legislação: *“Faço a presente comunicação etc..., por força do dispositivo do art. 9º, caput, da Lei Complementar nº 105/10, de janeiro de 2001...”* O Banco Central cumpriu, sim, a tempo e a hora, mais uma vez, a sua missão legal. Já comunicou ao Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Quando?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Ontem, exatamente quando os procedimentos de processo administrativo do Banco Central chegaram a esse ponto. O Banco Central tem de instaurar um procedimento, fazer a sua investigação, concluir uma fase preliminar e, a partir daí, comunicar.

Muito bem, O Banco Central cumpriu todos os procedimentos rapidamente, e os prazos eram muito curtos. Porque a autoridade tem de ter responsabilidade, não pode simplesmente vir o problema e... Não, o Banco Central tem de abrir um processo investigativo preliminar, um procedimento administrativo interno, e investigar, substanciar etc., e aí comunicar. Os prazos foram muito curtos, historicamente e internacionalmente, e o Banco Central agiu com muita rapidez.

Com relação ao que aconteceria caso existissem irregularidades comprovadas com auditores ou administradores, os procedimentos são separados. O Ministério Público é uma coisa, na ação penal, e o Banco Central cuida do processo administrativo, que envolve também auditoria. Certamente, o processo administrativo do Banco Central vai investigar todos esses aspectos e chegar a suas conclusões, que envolvem, em caso de apuração de irregularidade, de ilícito etc., toda uma série de procedimentos administrativos, do ponto de vista das pessoas físicas e das empresas.

Insisto, a questão penal é do Ministério Público Federal.

Eu asseguro ao Deputado que todos os procedimentos estão sendo cumpridos, rigorosamente, nos termos da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

– Eu quero, antes de encerrar, agradecer ao Presidente do Banco Central, aos diretores e ao corpo técnico do Banco. Presidente, eu fico feliz. V.Exa. respondeu a todas as indagações. Inclusive não este o objetivo, e V.Exa., em momento algum, recusou-se a responder. E a Comissão também cumpriu com o seu papel. V.Exa. entende que pelo assunto eu poderia até ter coibido esse tipo de colocação, mas não o fiz porque era importante a Comissão dar à sociedade esse esclarecimento.

Parabenizo o Presidente do Banco Central.

Declaro encerrada a presente sessão.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de junho de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **(Cristovam Bu-**

arque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores, membros da CDH, Fátima Cleide, Paulo Paim, Patrícia Saboya, José Nery, Gerson Camata, Gilvam Borges, Paulo Duque, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Magno Malta, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Jayme Campos, Sérgio Zambiasi e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. **PAUTA. (REUNIAO DELIBERATIVA). Item 01.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 79, de 2009**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher). Autoria: Deputada Alice Portugal. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **aprovado. Item 2.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 168, de 2008**, que acresce parágrafos ao art. 120 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispõe sobre a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades sócioeducativas com adolescente em regime de semi-liberdade). Autoria: Deputado Antonio Carlos Biscaia. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado. Item 3.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 116, de 2009**, que acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 4.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 104, de 2003**, que assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências. Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Pela Rejeição da matéria. Resultado: **adiado. Item 5.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 40, de 2010 – Complementar**, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Autoria: Deputado Leonardo Mattos. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 6.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 20, de 2010**, que dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança

para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este). Autoria: Deputado Regis de Oliveira. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado. Item 7.** Não Terminativo. **Ofício “S” Nº 5, de 2009**, que encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Paulo Duque. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **adiado. Item 8.** Não Terminativo. **Ofício “S” Nº 55, de 2009**, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentos que denunciam a violação de direitos indígenas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, e dos Direitos Humanos na Alemanha. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **aprovado. Item 9.** Não Terminativo. **Sugestão Nº 4, de 2009**, que modifica a redação do § único do art. 38 e acrescenta § 9º ao art. 65, os artigos 93-A, 93-B, os §§ 3º e 4º ao artigo 113 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 Lei de Licitações e Contratos, acrescenta o § 4º ao art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acrescenta o inciso VIII ao art. 11 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e acrescenta o artigo 305 A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 Código Penal. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pelo acolhimento da matéria, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 10.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 277, de 2009**, que concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 11.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 479,**

de 2009, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 12.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 552, de 2007**, que acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal, para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts. 213, 214, 218 e 224 for considerado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças. Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 13.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 238, de 2008**, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 14.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 369, de 2009**, que concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 15.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 570, de 2009**, que destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens Projovem. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Geovani Borges. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 16.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 78, de 2006**, que estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Jefferson Praia. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 17.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 186, de 2008**, que insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20

de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 18.** Não Terminativo. **Projeto de Lei Do Senado Nº 432, de 2009**, que acrescenta o § 6º ao art. 206 e altera o art. 1.614 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), relativos à investigação de paternidade e ao reconhecimento de filhos. Autoria: Senador Adelmir Santana. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **retirado de pauta a pedido da Senadora Patrícia Saboya. Item 19.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 22, de 2010**, que acrescenta inciso ao art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino. Autoria: Senador Augusto Botelho. Relatoria: Senador Jefferson Praia. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado. Item 20.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 33, de 2009**, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 21.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 333, de 2009**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 22.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 23.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobi-

lidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 24.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008**, que modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamento públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 25.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 123, de 2006**, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 26.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 24, DE 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CAS e a Emenda nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 27.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01-CE/2008 e aprovação da Emenda nº 02-CE/2008. E inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 28.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 118, de 2007**, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado.** **Item 29.** Terminativo. **Projeto de**

Lei do Senado Nº 241, de 2008, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 30.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 412, de 2008**, que altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado.** **Item 31.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 97, de 2009**, que altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: **adiado.** **Item 32.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04 que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 33.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 34.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 338, DE 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 35.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 154, de 2008**, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de

registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 36. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas acolhidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **adiado. Item 37. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2009**, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: **adiado. EXTRAPAUTA. Item 01. Requerimento nº 33, de 2010 – CDH**, que requer a realização de Audiência Pública para **instruir o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2007**, que “Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts. 213, 214, 218 e 224 for considerado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças.”, com os seguintes convidados: Leila Regina Paiva de Souza, Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Fábio Feitosa da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Maria Lúcia Pinto Leal, Coordenadora Geral do Violes/SER – NEIJ/CEAM – UnB; Representante do Ministério da Justiça; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e Representante do Ambulatório de Transtornos de Sexualidade da Faculdade de Medicina do ABC”. Autoria Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. Às dez horas e trinta e dois minutos, passa a presidência para o Senador José Nery. Fazem uso da palavra os seguintes senhores senadores: **Fátima Cleide, Paulo Paim, Patrícia Sabóya, Jose Nery, Gil-**

vam Borges, Cristovam Buarque, Magno Malta, Sérgio Zambiasi e Jefferson Praia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Lavro, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada sem revisão, desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada.

Passamos à discussão de projetos não terminativos.

O primeiro projeto, Senadora Fátima Cleide é a relatora, o Deputado Antonio Carlos Biscaia é o autor. “*Acresce parágrafo ao art. 120 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.*”

Antes de passar a palavra à senadora, eu quero dizer que é o primeiro item, página 28. Esse é o segundo? Ah, é o segundo, porque o primeiro é terminativo. É o segundo, porque é o primeiro não terminativo.

Eu quero pedir licença aos Srs. Senadores de terei que me ausentar e passarei a presidência, portanto, ao meu Co-presidente, que é mais do que vice-Presidente, José Nery.

Senadora Fátima Cleide, eu, sem querer, pulei um item anterior, o 1, que também é não terminativo e que a senhora também é relatora.

É um projeto da Deputada Alice Portugal, que “*altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir nos currículos escolares do ensino médio conteúdo que trate dos direitos da mulher.*”

Então, eu passo para a senhora o projeto número--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O Item 1.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --o Item 1, depois votamos e passamos para a Item 2.

Mas eu já passo a palavra ao Senador José Nery, porque eu vou ter que me ausentar às 11 horas, mas fico ali quietinho para ficar mais fácil.

Senador Nery, o senhor está com a presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a palavra a Senadora Fátima Cleide, para relatar o projeto de autoria da Deputada Alice Portugal.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, “o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2009 (PL nº 235, de 2007, na Casa de origem), de autoria da Deputada Alice Portugal, objetiva alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), acrescentando-lhe o art. 26-B e parágrafos, que cuidam da inclusão de conteúdo sobre direitos da mulher – nos aspectos sociológicos, econômicos, culturais e políticos, que envolvam a luta da mulher pela conquista da igualdade de direitos – nos currículos dos estabelecimentos de ensino médio, públicos e privados.

Na justificativa, a autora assevera que a inclusão obrigatória de conteúdo sobre os direitos da mulher nos currículos de ensino médio tem o propósito de utilizar a educação escolar como uma importante dimensão da construção da cidadania e na elevação da autoestima da estudante no momento em que define os passos futuros de sua vida.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado em ambas com emendas.

No Senado Federal, foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, onde colherá decisão terminativa. O projeto não recebeu emenda no prazo regimental.

Da análise.

A Constituição da República estabelece, no seu art. 5º, inciso I, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Inciso I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

O preceito constitucional supracitado encontra sua aplicação em várias iniciativas legislativas que tentam, a partir da lei, construir condições reais na sociedade para o exercício do princípio da igualdade.

Um exemplo dessas iniciativas resultou na defesa de milhares de vítimas de agressão foi a Lei Maria da Penha. Outras leis, como a que criminaliza o assédio sexual e que garante a licença-maternidade às mães adotantes, mostram que a igualdade é conquistada passo a passo.

O grande obstáculo é a ideologia do machismo que se mantém graças à ignorância que um grande número de milhares tem sobre os próprios direitos.

Conhecimento é poder e se, de fato, queremos que a igualdade seja exercida, precisamos garantir que todas as mulheres tenham conhecimento de seus direitos, de suas lutas e da história da saga que enfrentamos para conquistá-los.

A presença da mulher no cotidiano da escola não pode estar limitada aos papéis a ela destinados tradicionalmente pela sociedade, quais sejam a de cuidadora do lar e da família. A educação deve resgatar referências históricas das personalidades femininas que, em todas as áreas, atuaram por essa conquista.

A universalização do conhecimento sobre os direitos da mulher contribui na conquista real da igualdade, pois potencializará o surgimento de uma nova ética na convivência entre os gêneros.

A escola, como o centro de convívio social, deve não só trabalhar na disseminação do conhecimento dos direitos das mulheres, mas, também, exercer, no seu cotidiano, a igualdade.

Finalmente, Sr. Presidente, cabe registrar que, do ponto de vista da técnica legislativa, a ementa da proposição carece de aperfeiçoamento, no sentido de explicitar o objeto da futura lei.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009, com a seguinte emenda:

Dê-se à emenda do Projeto de Lei da Câmara 79, de 2009, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 96, para incluir nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino conteúdo sobre os direitos da mulher.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Como não há número regimental para votar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nem para isso, nós não temos as assinaturas... Nós não temos as assinaturas sequer, Senador Jefferson Praia, as assinaturas que permitiriam que fizéssemos a votação das matérias não terminativas.

Neste sentido, vamos fazer a leitura dos relatórios e tentar agendar, ao final dessa reunião, uma sessão da CDH em que possamos contar com o quórum adequado para fazer as votações, mesmo dos projetos que não são terminativos nesta comissão.

Então, Senadora Fátima Cleide, remetemos a votação para a próxima sessão com quórum.

No Item 2, Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2008. “Acréscce parágrafos ao art. 120 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispõe sobre a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades socioeducativas com adolescente em regime de semiliberdade)”. A autoria é do Deputado do Rio de Janeiro Antônio Carlos Biscaia. A relatoria é da Senadora Fátima Cleide.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide, para apresentar o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, “o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2008 (PL 1.871, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Antônio Carlos Biscaia, acresce parágrafos no art. 120 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para exigir a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades socioeducativas com adolescentes em regime de semiliberdade e dispor sobre a partilha dos resultados das atividades da profissionalização.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Seguridade Social e Família, com emendas que aperfeiçoaram seu texto, e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Três artigos integram o referido projeto de lei. O artigo inaugural proclama a finalidade da Lei. O art. 2º acresce dois parágrafos ao art. 120 da Lei 8.069, de 2003. O primeiro deles exige a supervisão da autoridade judiciária sobre as atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades executoras das medidas socioeducativas em regime de semiliberdade. O segundo define a partilha dos lucros ou resultados provenientes das atividades profissionalizantes desenvolvidas pelos adolescentes em regime de semiliberdade ao reservar metade da cota individual de cada participante ao adolescente, um quarto a seus familiares e o restante para o custeio das despesas realizadas pela entidade de atendimento. O mesmo parágrafo prevê a possibilidade de, mediante a autorização judicial, a parte que couber ao adolescente ser depositada em conta poupança para resgate após o cumprimento da medida socioeducativa. O art. 3º ordena a vigência da lei na data de sua publicação.

No Senado Federal, a matéria foi encaminhada a esta Comissão de Direitos Humanos e seguirá, posteriormente, para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas ao projeto. Da análise.

O artigo 120 da Lei 8.069, de 1990, trata do regime de semiliberdade passível de aplicação ao adolescente infrator. Sua redação abre as alternativas de aplicação imediata ou na forma de transição para o meio aberto, ao tempo em que assegura a possibilidade de realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

É claro que esses dispositivos mantêm-se num plano de generalidade elevado, que origina dúvidas, na prática, a respeito de seu exato cumprimento. Afinal, como aferir a escolarização e profissionalização do adolescente, em tese obrigatórias? Quem é o responsável para atestar o cumprimento da lei e exigir as mudanças nos casos de tal necessidade?

Essas as perguntas que motivaram o projeto em apreço. Seu objetivo é sanar lacunas que tornam difícil a verificação da correta aplicação da norma.

Daí a exigência simples de supervisão judiciária sobre as atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades executoras de medidas socioeducativas em regime de semiliberdade.

Conforme o novo parágrafo proposto, metade dos resultados caberá ao adolescente, com a possibilidade de depósito em caderneta de poupança em seu nome com relação ao seguro, um quarto à família, destinado o restante ao custeio das despesas realizadas pela unidade de atendimento.

Dessa maneira, a norma aproxima-se do concreto e torna os adolescentes, seus familiares e as entidades responsáveis sujeitos interessados na aplicação da regra geral. A nova redação estimula, portanto, a cooperação dos atores interessados no rumo da recuperação e reintegração dos menores infratores”.

O voto, Sr. Presidente, em razão do exposto, é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2008.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Fátima Cleide.

Não mais havendo quem queira discutir a matéria... Aliás, remetemos a matéria para a votação quando houver o quórum adequado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, solicitar a palavra novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu sou o relator de dois projetos não terminativos, o de nº 16 e 19. Se V. Exa. e os demais senadores e senadoras permitirem, eu poderia fazer também o relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor é relator de dois itens?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Número 16 e 19, não terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor, Senador Jefferson Praia, pode considerar acatada sua solicitação pela Mesa.

A Senadora Fátima Cleide é relatora de mais dois itens. Eu vou pedir que ela possa realizar... O Item de nº 8, trata—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É o Item 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Item de nº 8. Trata... É de autoria da própria comissão. *“Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentos que denunciam a violação de direitos indígenas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos Direitos Humanos na Alemanha”*. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Relatoria com a Senadora Fátima Cleide, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, *“é submetido ao exame desta comissão documentos que versam sobre a violação dos direitos indígenas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e dos Direitos Humanos na Alemanha contra as crianças Morena Hausmann e Leon Gonçalves Hausamann. As denúncias são de autoria, respectivamente, do Sr. Rodrigo Siqueira Ferreira, Jurista da Comissão Técnica do Tribunal Latino-Americano da Água e da mãe dos menores, Sra. Rosana Gonçalves da Silva.*

O documento apresenta duas denúncias bem distintas, Sr. Presidente, portanto nossa análise foi realizada separadamente.

Primeiro apreciamos o documento enviado, a título de conhecimento, pelo Tribunal Latino-Americano da Água, instância da sociedade civil organizada internacional, sem poder judicial, e que tem por objetivo apresentar controvérsias ambientais discutidas na V Audiência Pública, realizada pelo tribunal, e que recomenda ao governo brasileiro que resolva as questões ambientais que cercam o projeto da construção da hidrelétrica do Rio Madeira.

A V Audiência Pública – Justiça Hídrica nas Terras e nos Territórios dos Povos Indígenas foi realizada no mês de setembro do ano de 2008 e, portanto, algumas das recomendações sugeridas ficaram prejudicadas pelo transcurso do tempo, uma vez que as obras estão em andamento e que várias delas já fo-

ram inclusive também observadas pelas construtoras e pelo governo.

Quanto à denúncia de violações ocorridas contra as crianças Morena Hausmann, Leon Gonçalves Hausamann e a Sra. Rosana Gonçalves da Silva, está sendo discutida em juízo na Alemanha. É preciso que a solicitante busque os mecanismos e órgão de proteção e garantia de direitos humanos naquele país para que, caso confirmado, as vítimas sejam acolhidas enquanto aguardam o término do processo de julgamento. Não tem”, Sr. Presidente, “o Governo Brasileiro, competência para interferir e nem contestar as decisões judiciais proferidas por outros Estados soberanos. O princípio da soberania impossibilita interferências dessa natureza. A justiça alemã decidiu que a guarda da criança, objeto do litígio da denúncia, deverá ficar com o pai. As violações denunciadas pela mãe são matérias de Direito, e esses direitos fazem parte do ordenamento jurídico da Alemanha.

Portanto, a denúncia possui elementos do processo litigioso e em curso no estrangeiro.

Seguindo o direito internacional público, se a denunciante estiver descontente ou ser portadora de provas/elementos contestadores, após o resultado do julgamento na última instância do judiciário alemão, pode recorrer aos tribunais internacionais de direitos humanos.”

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que me interessasse bastante por este assunto, mas procuramos, junto ao Ministério de Relações Exteriores, junto ao Itamaraty e em todas as... A embaixada, na Alemanha, e infelizmente nós não temos como atuar, a não ser como acompanhamento, neste momento, das decisões judiciais do processo na Alemanha.

“Em face do exposto, no primeiro caso, que é o caso do Tribunal da Água, sugerimos que seja dado conhecimento aos membros da comissão e posterior encaminhamento ao Ministério do Meio Ambiente, à Agência Nacional de Águas – ANA, à Fundação Nacional do Índio e ao Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

No segundo, entendemos que seja enviada a denúncia... Que deva ser enviada a denúncia ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Justiça, para o acompanhamento dos fatos e o processado ao arquivo.”

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

E já temos quórum, mas vamos votar um a um os relatórios apresentados por V. Exa.

Vamos ao próximo item, que V. Exa. também é relatora.

Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Fátima Cleide.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item do qual a Senadora Fátima Cleide...

Colocarei em votação posteriormente todos os relatórios lidos.

"Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008. Insere o parágrafo 3º no art. 79 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria com a Senadora Fátima Cleide, a quem passo a palavra para relatar.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, *"o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, propõe alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o objetivo de assegurar o respeito às particularidades culturais das comunidades indígenas nos processos de avaliação acadêmica da escolarização oferecida a esse segmento étnico.*

Ao justificar a medida, o autor destaca a necessidade de suprir lacuna, na legislação educacional vigente, quanto aos processos de avaliação da educação indígena, que pode dar margem ao emprego de processos não condizentes com as especificidades culturais dos povos a que se destina.

Distribuída à apreciação deste colegiado e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde terá decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

Nos termos do art. 102-E, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre fiscalização, acompanhamento e avaliação das políticas governamentais relativas, entre outras matérias, aos direitos humanos e das minorias sociais ou étnicas. Daí a legitimidade da comissão para se pronunciar sobre a proposição de que se cuida.

No que tange ao mérito, a preocupação do Senador Cristovam Buarque tem respaldo fático, constitucional e legal. Sendo a educação indígena oferecida de maneira diferenciada, de modo a respeitar as idiosincrasias culturais dos educandos, é de se esperar que também se observem tais particularidades na avaliação de sua aprendizagem, em todos os momentos. Assim, a proposição é oportuna para imprimir maior efetividade às prescrições legais voltadas ao sucesso escolar de indígenas, evitando-se eventuais constrangimentos em face do emprego de processos avaliativos inadequados a sua realidade.

Com efeito, o tratamento do assunto ficará completo e mais coerente, a nosso juízo, se envolver a parte da LDB de observância compulsória pelos sis-

temas de ensino dos Estados. Nesse caso, a inovação, uma vez incidindo sobre as disposições atinentes aos currículos do ensino obrigatório, contempladas, sobremaneira, no art. 32 da LDB, alcançará os entes federados diretamente responsáveis pela oferta da educação indígena, viabilizando e assegurando o respeito às particularidades desses povos na avaliação de rendimento e de aprendizagem a que se procede no próprio processo educativo.

Caso seja admitida a sugestão aventada, formalizada por meio das emendas que ora apresentamos, a ementa original deverá ser igualmente modificada, para refletir o novo teor da proposição, ressaltando-se que o seu objeto remanesce o mesmo. Para tanto, oferecemos, igualmente, nova redação a essa parte do projeto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, com as emendas a seguir.

Emenda nº 1.

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, a seguinte redação:

Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena.

Emenda nº 2.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, a seguinte redação:

Art. 1º Os arts. 32 e 79 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

No § 3º, acrescenta-se: a educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação.

O § 3º do art. 79: *Os processos de avaliação educacional respeitarão as peculiaridades culturais das comunidades indígenas."*

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

E, nesse momento, eu gostaria, então, de submeter à apreciação os relatórios apresentados pela Senadora Fátima Cleide, mas, antes, colocar em discussão o relatório apresentado ao projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Se não há quem queira discutir, imediatamente, Sras. e Srs. Senadores, em votação o relatório apresentado pela Senadora Fátima Cleide ao Projeto de Lei... Ao Projeto de Lei do Senado nº 186, de autoria

do Senador Cristovam Buarque. Os Srs. Senadores e senhoras que aprovaram permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Voltando ao Item nº 1, projeto de autoria da Deputada Alice Portugal, que inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino conteúdo que tratam dos direitos da mulher. O parecer da relatora é pela aprovação. Em discussão.

Não havendo quem mais queira discutir, coloco a matéria em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram.

Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Votação do Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Deputado Antonio Carlos Bisciaia, que altera o Estatuto da Criança é do Adolescente para permitir a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades socioeducativas com adolescente em regime de semiliberdade. O relatório da Senadora Fátima Cleide é pela aprovação. Em discussão.

Como não há quem queira discutir, coloco em votação a matéria. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Item 8, que é uma denúncia de autoria encaminhada à comissão e, portanto, se transformou em autoria da própria Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Fátima Cleide.

Como não há quem queira discutir, em votação. Os senadores e senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, na sequência, na sequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Aprovado.

Ocorre, Senadora Fátima Cleide, que a petição encaminhada à Comissão de Direitos Humanos, baseada no art. 409, não temos como fornecer – combinado com o 411 –, não há como encaminhar a outro órgão público no sentido... Como uma denúncia a ser averiguada por esses órgãos. No entanto, a Comissão encaminhará a denúncia que nos foi aqui apresentada e o seu relatório às autoridades e aos órgãos sugeridos no seu relatório. É o encaminhamento. Oficiaremos com certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu sou...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sou o relator de dois projetos não terminativos. Eu sou muito rápido, Sr. Presidente, os projetos não são polêmicos, eu vou sintetizar.

Um projeto, Sr. Presidente, é quanto a alienação parental que, quando há a separação do casal, quem acaba sendo... Pela disputa entre o homem e a mulher é a criança. Então esse projeto, muito bem elaborado por parte do Deputado Regis de Oliveira, visa proteger, em todos os casos, a criança, adolescente, enfim, os filhos do casal. Então, devido a isso, o meu voto é pela aprovação do projeto exatamente da forma que veio da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor solicita então... Antes eu havia concordado em...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que eu vou ter que presidir a Comissão de Assuntos Sociais e os meus pareceres é um minuto cada um. Já fiz um aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E havendo acordo com o Senador Jefferson Praia que--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, Senador Paulo Paim, o projeto que o senhor relatou é o Item 6.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): *"Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este)".* Autoria do Deputado Regis de Oliveira. A relatoria é com o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para proferir o seu voto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, o meu voto, eu havia sintetizado, e vou resumir: o projeto da alienação parental do Deputado Regis de Oliveira, ele visa proteger a criança.

Quando o casal se separa, a criança é que acaba sendo prejudicada nas disputas que existem os casais. Muitas vezes, inclusive, de forma psicológica, a criança sendo abalada por fatos inverídicos, por parte dessa ou daquela parte.

Esse projeto visa dar um amparo efetivamente para a criança. Devido a isso é que eu sou pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em discussão.

Em votação. O Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Item 9, agora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Item 9, também relatoria do Senador Paulo Paim, é uma **Sugestão de nº 4, de 2009**, de autoria do Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal.

V. Exa., Senador Paulo Paim, tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, esse projeto veio as minhas mãos, foi uma iniciativa da OAB, encaminhada a essa comissão, o Senador Cristovam Buarque pediu que eu relatasse. Foi principalmente devido a situação gravíssima que envolveu aqui a nossa Capital Federal, Brasília, principalmente no que tange a questão das licitações, devido ao projeto ser de envergadura, moralizador, em defesa do patrimônio público, em defesa, eu diria, do povo de Brasília, e, conseqüentemente, vai abranger a outros Estados em situação semelhante é que o meu voto é pela aprovação, pela admissibilidade do projeto, aqui, na comissão. E daqui para a frente, ele vai para as comissões de méritos e, lá, vai ser, de forma exaustiva, feito o debate sobre o tema.

Por isso, o meu voto é favorável ao projeto aqui encaminhado pela OAB, que moraliza principalmente a questão das licitações.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Não havendo quem mais queira discutir a matéria, o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim, em votação o relatório. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Agora vamos aos dois itens ao qual o Senador Jefferson Praia é relator.

Projeto... *“Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006. Estabelece punições para violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina corresponsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos”*. O projeto é de autoria do Senador Cristovam Buarque e a relatoria com o Senador Jefferson Praia, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Já passo ao relatório, Sr. Presidente.

“O Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, estabelece punições para as violações às normas e diretrizes concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a corresponsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos.

O Capítulo I do projeto cuida das disposições gerais, determinando que as pesquisas que envolvem seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas previstas nas normas emanadas pelos órgãos responsáveis e respeitar prioritariamente os direitos e valores dos sujeitos da pesquisa. Estabelece que o pesquisador, o patrocinador e a instituição realizadora são corresponsáveis nos aspectos éticos e legais concernentes à pesquisa e obrigam-se a dar assistência integral aos sujeitos da pesquisa em todas as fases de sua realização, além de indenizá-los por danos e prejuízos decorrentes de riscos previstos e imprevistos, sendo vedada a renúncia a esses direitos. Estabelece, ainda, que o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) institucional que aprovou o projeto é corresponsável nos aspectos éticos concernentes à pesquisa e que cabe à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa manter acompanhamento e avaliação permanente de todas as pesquisas realizadas em território nacional e aplicar as sanções administrativas previstas na lei que resultar da proposição.

No Capítulo II cuida da responsabilidade administrativa, tipificando como infração administrativa toda ação ou omissão que viole as normas vigentes e aquelas das quais o país for signatário, concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos. Determina que as infrações administrativas sejam punidas na forma estabelecida no regulamento da lei resultante do projeto e, sem prejuízo da obrigação de proceder às intervenções ambientais ou sanitárias pertinentes, com as sanções que estabelecem e que vão da advertência ao cancelamento de registro, licença ou autorização do pesquisador, do patrocinador, da instituição ou do CEP.

O Capítulo II determina, também que: 1) compete à CONEP definir critérios e valores e aplicar multas de dois mil reais a um milhão e quinhentos mil reais, proporcionalmente à gravidade da inflação; 2) os recursos arrecadados com a aplicação das multas serão destinados à CONEP; e 3) quando a infração constituir crime ou contravenção, a CONEP representará junto ao órgão competente para apuração da responsabilidade criminal.

O Capítulos III cuida dos crimes e das penas, tipificando como crimes dois fatos: 1) conduzir pesquisa que envolvem seres humanos em desacordo com o termo de consentimento ou o protocolo aprovado: apenável com a detenção, de um a três meses, e multa; 2) causar ou permitir que ocorram danos ou prejuízos injustificados a qualquer sujeito da pesquisa: pena de detenção, de três meses a um ano, e multa, com previsão de agravantes, caso ocorra lesão corporal de natureza grave ou morte do sujeito da pesquisa.

O autor, Senador Cristovam Buarque, justifica que o PLS foi motivado por eventos denunciados pela imprensa e constatados por ele, relacionados à utilização de moradores de comunidades ribeirinhas como cobaias humanas em uma pesquisa sobre a malária, conduzida no Estado do Amapá, no início de 2006.

A matéria foi distribuída à apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação. Posteriormente, em razão da aprovação de requerimento nesse sentido, foi acrescida a análise da matéria pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito de sua competência.

Em fevereiro do corrente ano, a CCJ aprovou relatório do Senador Antônio Carlos Valadares, com o voto pela rejeição do projeto.

Dentre as razões apontadas para essa deliberação, destacam-se inconstitucionalidades (arts. 4º, 5º e 7º do projeto); imprecisão e legalidade, (art. 6º); e mérito em relação a dispositivos que tratam matéria penal (art. 8º e caput do art. 9º).

O projeto vem, agora, à apreciação desta comissão, que deverá se manifestar sobre aspectos relativos à garantia e promoção dos direitos humanos, nos aspectos que dispõe o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.”

Passo a análise, Sr. Presidente.

“As normas e diretrizes a que se refere o projeto são as estabelecidas pela Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 96, do Conselho Nacional de Saúde, complementadas por resoluções da CONEP, ligadas ao Conselho.

Para o autor, ainda que abrangentes e redigidas em conformidade com as recomendados internacionais, essas normas necessitam de aprimoramento, na forma de instrumentos legais, para permitir a reparação social do erro, mediante a indenização dos sujeitos afetados por danos e prejuízos sofridos e a punição dos pesquisadores, patrocinadores e instituições envolvidos nessas pesquisas.

Nesse sentido, cumpre analisar se a regulamentação legal da matéria – que já se encontra normatizada pelas resoluções comentadas – resultaria em maior garantia dos direitos humanos das pessoas envolvidas em pesquisa e se o processo judicial seria mais efetivo do que o administrativo na sua defesa e reparação.

Na opinião dos especialistas ouvidos em Audiência Pública promovida na CCJ é de que o sistema atual tem-se mostrado efetivo nesse sentido. Na opinião da representante da Sociedade Brasileira de Bioética, por exemplo, a resolução CNN, CNS melhor dizendo, 196, de 1996, tem amplitude necessária para defender ou minimizar a vulnerabilidade do sujeito de pesquisa.

Essa opinião, no entanto, não é consensual, havendo quem defenda um status de lei ao regulamento do sistema CONEP/CEP, inclusive com previsão de sanções penais. Para essas pessoas, assim como para o nobre proponente, uma regulamentação criminalizadora funcionaria como um mecanismo de prevenção e desestímulo para pesquisadores desonestos.

Apoiamos esta última posição de que dar status de lei às normas vigentes – inclusive com previsão de sanções para os pesquisadores antiéticos – favorece a garantia e a defesa dos direitos humanos das pessoas envolvidas em pesquisas.”

Passo ao voto, Sr. Presidente.

“Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 78, de 2006.”

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Senador Jefferson Praia pelo relatório. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O próximo item que o Senador Jefferson Praia também é relator é o Item 19. “Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2010, que acrescenta ao inciso... Acrescenta inciso ao art. 59 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino”. A autoria é do Senador Augusto Botelho. Relatoria Senador Jefferson Praia, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passo ao relatório, Sr. Presidente.

“Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2010, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a Lei 9.434, de 20 de dezembro de 96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

A proposição prevê o direito ao atendimento educacional em local especial para educandos que tenham atestada a impossibilidade de frequentar estabelecimento de ensino, em razão de deficiência. Se for aprovada, essa alteração entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da data de publicação da lei em que o projeto vier a se transformar.

O autor justifica a iniciativa com o fundamento no direito das pessoas com deficiência à educação. A legislação vigente prevê o atendimento na rede regular de ensino e em instituições especializadas, inclusive instituições hospitalares e congêneres, mas não atende as pessoas com deficiência que não estejam internadas nessas instituições e que não estejam impossibilitadas de deslocar-se até as escolas, sejam as regulares, sejam as especiais.

O PLS nº 22, de 2010, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que se manifestará em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente."

Passo a análise.

"A inclusão das pessoas com deficiência é um princípio que deve ser realizado na sua máxima extensão possível. A educação é um direito humano fundamental e é indispensável para a plena inclusão das pessoas com deficiência. Por essa razão, a rede regular de ensino deve estar apta a acolher pessoas com necessidades especiais, que podem ser deficiências ou não, reservando-se o atendimento especial para os casos nos quais a educação regular não seja possível. Nesse sentido, é alentador que a legislação também contemple o atendimento educacional às pessoas com deficiência em hospitais e em instituições especializadas.

Todavia, as pessoas com deficiência que não possam se deslocar para as escolas regulares ou para as instituições especializadas e que não estejam internadas em hospitais ou em estabelecimentos congêneres não têm garantido o seu direito à educação. É o caso de pessoas que têm deficiências e que as impedem de sair de suas residências, ou que não encontram condições mínimas de acessibilidade no seu deslocamento até os estabelecimentos de ensino.

Nesse sentido, é meritória a proposição por garantir o direito fundamental das pessoas com deficiência à educação, indispensável à sua inclusão na sociedade e à realização do seu pleno potencial humano."

Passo ao voto, Sr. Presidente.

"Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 22, de 2010."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o relatório apresentado pelo Senador Jefferson Praia ao projeto de lei de autoria do Senador Augusto Botelho. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Presidente. Tem o Item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu sou relator do Item 5, Projeto de Lei da Câmara 40, de 2010—

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria combinar--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ocorre que eu sou relator aqui na CCT de alguns projetos e são terminativos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --se poderíamos adotar aqui um critério que não é regimental pela ordem de chegada à comissão. Posso fazer? Se for, o Senador Magno Malta é relator de um projeto; em seguida, Senadora Patrícia; e, logo em seguida, o Senador Sérgio Zambiasi. Há acordo? Eu vou então passar--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nem se discute.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Hoje, aqui, o Item... "O Item 10 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009. Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecem linhas de crédito especiais para sua aquisição". A autoria desse projeto é do Senador Flávio Arns, do Paraná, e a relatoria é do Senador Magno Malta, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Sr. Senador, eu vim muito empolgado para relatar o projeto da Senadora Marisa Serrano, que é terminativo, infelizmente nós não temos

quórum que, em meio a tanta violência contra criança, é o projeto que cria e institui o banco de pedófilos e o acesso da sociedade civil.

Eu havia feito um substitutivo, Sr. Presidente, mas resolvi tirar o meu substitutivo... Tocando o hino do Flamengo, mas quem está ganhando é o Ceará, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Totalmente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está matando a pau o Ceará não é? Homenagem a Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Magno.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E é um projeto absolutamente importante, é uma alguma coisa que já existe nos Estados Unidos, o cidadão, quando vai se locomover, Senadora Fátima Cleide, mudar de Estado, mudar de bairro, mudar de cidade, a pessoa tem acesso a esse banco e sabe exatamente onde ela vai arrumar escola para os filhos e sabe exatamente onde essas pessoas condenadas por abuso, aonde são suas residências, onde está o seu trabalho. Nos Estados Unidos, ainda vai mais além, porque eles são obrigados a colocar uma placa na porta: "Aqui mora um pedófilo", nos Estados Unidos. E ainda a própria lei os obriga a ficar longe de escola e longe de igrejas, mesmo sendo monitorados eletronicamente até a morte, como nós acreditamos aqui.

Mas eu quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano, a sociedade brasileira ter acesso a um projeto como esse. Você vem lá do Ceará para São Paulo, acessa esse banco, e você sabe exatamente onde os condenados de pedofilia moram em São Paulo: se é no bairro que você mora, se vai ser seu vizinho... Você tem tudo a respeito desses indivíduos quando você cria um cadastro nacional.

Infelizmente, nós precisamos de um quórum qualificado, que são dez senadores, e não temos. Já tivemos sete aqui. Mas não temos esse quórum qualificado.

Mas eu passo a relatar o Item 10. Então, Sr. Presidente, que V. Exa. já leu do que se trata, para mim é só eu falar que concordo ou "disconcordo", mas é muito importante. Eu gostaria de fazer... De chamar a atenção, olha aqui.

"A proposição cria incentivo à oferta de crédito para a aquisição de cadeiras de roda, permitindo às instituições financeiras abater do montante devido ao título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o valor resultante da aplicação, do total de empréstimos

concedidos, da diferença entre o dobro da taxa Selic e a taxa paga pelos tomadores desse empréstimo. Esses financiamentos serão praticados a taxas equivalentes à metade da taxa Selic e o prazo para sua amortização não poderá ser superiores a 60 meses. Somente um financiamento poderá ser concedido a uma pessoa física ou jurídica por vez, e essas operações estarão isentas do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos e valores imobiliários.

Um dos objetivos elencados na justificação da proposição é o de diminuir o custo de aquisição de cadeiras de rodas dotadas de equipamentos – essas cadeiras, agora, que têm motor e que dá certa mobilidade para que as pessoas portadoras de deficiência... e são cadeiras ainda muito caras por causa do imposto desses equipamentos que são importados, Senadora Patrícia – especialmente motores que facilitem a locomoção da pessoa com deficiência física. Apesar dos avanços observados nos últimos anos, nossas cidades ainda têm grandes desafios a superar no que diz respeito à acessibilidade.

Não foram apresentadas emendas perante essa comissão. A proposição será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos."

Bem, o meu voto é pela aprovação, lembrando que meu Estado... Eu tenho uma grande amiga tetraplégica que tem uma cadeira motorizada, Greice(F), lá de Presidente Kennedy, que só tem movimento do pescoço para cima, mas é pedagoga, com alguns doutorados, pessoa absolutamente útil à sociedade, feliz, de uma vida equilibrada.

Porque, na verdade, o portador de deficiência, na minha visão, é aquele que tem a deficiência no caráter. Porque, na verdade, essas pessoas que trazem e têm contribuições significativas a dar à sociedade.

Me lembro também que tem um deputado estadual, aliás dois, no meu Estado: Deputado Atayde Armani, que também é cadeirante, e o Deputado Claudio Vereza, do meu Estado. E me lembro da vereadora do PSC, de Alagoas, a Vereadora Thaíse, que luta demais por acessibilidade, perdeu as pernas e os braços aos 14 anos de idade, imaginem. E hoje é vereadora, faz essa luta. Lembrando essas pessoas, que representam milhões de tantos outros que nós não sabemos falar o nome e tantos outros que nos vê pela TV Senado nesse momento e que contribuem de forma significativa, sem qualquer tipo de trauma emocional, e que estão à disposição da sociedade pela capacidade que têm. Cumprimentando a Greice(F), o Atayde Armani, o Deputado Cláudio Vereza e a nossa querida Thaíse, vereadora do PSC, o meu voto é pela aprovação do projeto de lei do Senador Flávio Arns, parabenizando

também esse lutador, esse guerreiro dessa causa dos portadores de deficiência do Brasil, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senador Magno Malta.

Em discussão o relatório apresentado por V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o relatório. Os Srs. Senadores e Senadoras que se concordam com o relatório, com a aprovação do relatório, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos ao Item 14. *“Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009. Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que es-pecífica, e dá outras providências”*. A autoria do Senador Raimundo Colombo, de Santa Catarina, e a relatoria está com a Senadora Patrícia Saboya.

Com a palavra a Senadora Patrícia, para apresentar o seu relatório.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Presidente. Sras. e Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, antes de ler o relatório, eu queria parabenizar o Senador Raimundo Colombo por ter essa iniciativa, uma iniciativa que vem a resgatar uma injustiça, porque só quem tem filhos que têm algum tipo de deficiência, que carregam algum tipo de deficiência, sabem o que é o sacrifício, o esforço, a determinação, a coragem, a luta para que esses jovens, essas pessoas possam ter uma vida melhor e proporcionar uma vida melhor.

E é exaustivo, certamente, a vida daqueles, dos pais, dos tomadores de conta de crianças ou adolescentes ou adultos que exigem a sua presença em um tratamento, a sua presença sempre muito próxima dessa pessoa. Então, o relatório.

“Submete-se à apreciação desta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania o Projeto de Lei do Senado 369 acima ementado.

O projeto de lei altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, acrescentando o art. 58-B, concedendo o direito de ausentar-se, sem prejuízo do salário, por até dez horas da jornada semanal de trabalho ao empregado responsável legal por pessoas portadora de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial.

O dispositivo a ser inserido prevê, ainda:

1) ser funcionário da empresa com mais de 15 empregados;

2) a apresentação de laudo médico com o tipo e o grau de deficiência e respectiva CID, bem como também o tempo diário que o responsável precisará ficar afastado da empresa;

3) que as horas de ausência do serviço serão compensadas em comum acordo com o empregador, podendo a compensação exceder a duas horas diárias e não havendo a devida compensação o empregado terá desconto salarial correspondente às não trabalhadas.

A análise.

O projeto sob exame traz matéria que vem a regular uma demanda trabalhista de grande importância para a sociedade, particularmente para os trabalhadores responsáveis por pessoas com deficiência, bem como para os dependentes que terão melhor acompanhamento.

Atualmente, Sr. Presidente, esse direito somente é exercido quando o empregador, sensibilizado com a situação do seu empregado, por sua livre vontade, concede essa possibilidade de ausência no trabalho. Todavia, não sendo ainda um direito assegurado por lei, e muito menos parte integrante da cultura das empresas, grande parte delas se mantém ainda intransigente e, conseqüentemente, resistem em conceder a permissão ao empregado para ausentar-se do local de trabalho e, desse modo, acompanhar seu dependente portador de deficiência, a fim de que receba um atendimento especializado necessário.

A falta desse dispositivo legal em nosso ordenamento jurídico, não resta dúvida, vem causando significativas perdas tanto para os trabalhadores, que têm descontadas de seus salários as faltas ao trabalho, quanto para seus dependentes portadores de deficiência, que se veem privados de tratamentos imprescindíveis para o seu desenvolvimento.

A proposição apresentada tem o mérito de, ao mesmo tempo em que garante o direito, define normas para o acesso e resguarda as metas produtivas da empresa ao normatizar a reposição das horas não trabalhadas.”

Portanto, não acredito que haja nenhum tipo de rejeição a esse projeto, porque garante que aquelas horas que sejam necessárias do trabalhador se ausentar para acompanhar aquela pessoa que depende dela para o tratamento, para que dê continuidade a esse tratamento, essas horas, elas poderão ser compensadas.

Portanto, não irá ter uma perda para as empresas. Apenas é uma questão cultural, uma questão de criar essa sensibilidade.

Portanto, *“tendo em vista que a comissão tem competência para analisar o mérito da proposição e não sendo possível a tramitação em conjunto, já que*

o primeiro projeto tem parecer aprovado na comissão, disposto nos arts. 215 e 258 do Regimento Interno do Senado, não existe óbice regimental à tramitação de forma independente.

O voto.

Por todo o exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009."

E, concluo, mais uma vez, parabenizando o Senador Raimundo Colombo pela sua sensibilidade e por ter dado entrada num projeto que vem resgatar uma dívida que nós temos dentro de uma parcela da sociedade brasileira que tanto produz, mas que tanto precisa de um braço ou de um apoio do governo.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigada, Senadora Patrícia e parabéns pelo brilhante relatório e suas considerações a respeito de um projeto que tem os méritos que este apresenta, de autoria do Senador Raimundo Colombo.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório apresentado pela Senadora Patrícia Saboya. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram.

Aprovado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O próximo Item 18, de autoria--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu tenho o Item 15... É o Item 15, mas a pedido do próprio autor do projeto, eu gostaria de pedir a retirada do nosso relatório de pauta, em função de que o próprio autor, o Senador Adelmir Santana, tomou a decisão de retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Item 15, Senadora Patrícia, o item 15 é de autoria do... O Item 18.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Item 15 é de autoria do Senador Renan Calheiros. O Item 18?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É 18, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É esse que é de autoria do Senador Adelmir Santana?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É esse que eu peço...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, não. Nós aprovamos o relatório do Item 14.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): A senhora se reportou ao Item 15 que, na verdade, é o Item 18.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): A V. Exa. para fazer observações que achar necessário.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu só gostaria, Sr. Presidente, em função da decisão do autor do projeto em retirá-lo de pedir a V. Exa. que também retire de pauta para que, em seguida, o próprio autor possa chegar a algum acordo, modificar o projeto, tendo em vista que o nosso relatório não seria favorável.

Então, o relator entendeu, diante de nosso diálogo, e retirou o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Está retirado... Coloco em votação a retirada de pauta do Item 18, projeto de autoria do Senador Adelmir Santana. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a retirada de pauta permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senadora Patrícia, um pedido para que a senhora relate *ad hoc* o Projeto de Lei do Senado nº 570, de autoria do Senador Renan Calheiros, que trata da... Item 15...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente, tendo em vista...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Item 15, há um pedido...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Sérgio Zambiasi acaba de chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Relatório do Senador Zambiasi é o Item 5.

Consulto a Senadora Patrícia se, logo em seguida ao relatório a ser apresentado pelo Senador Zambiasi, se a senhora poderia relatar o Item 15, que trata do percentual de arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens, o Projovem.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente, o projeto, ele tem grande mérito, eu pude me informar sobre o projeto nesse momento, mas como

o Senador Renan Calheiros não está presente e há aqui uma indicação de tentar aperfeiçoar o projeto a pedido do governo, eu peço a V. Exa. se poderíamos deixar... Eu relato, com todo o prazer, mas na próxima semana, em função do autor não estar presente.

Eu considero que é uma grande iniciativa, mas, mesmo assim, o governo faz um apelo de que nós pudéssemos aperfeiçoar o projeto. Portanto, eu me vejo numa situação um pouco delicada e passo às mãos de V. Exa. a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Patrícia, acataremos vossa sugestão, mas o Senador Renan, por não ser membro dessa comissão, é claro que pode contribuir, sugerir modificações... No entanto, acatamos a sugestão para que a matéria seja apreciada numa próxima sessão.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado.

Voltamos ao Item 5. *“Item 5, Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social”.* Autoria do Deputado Leonardo Mattos e a relatoria, nessa Comissão, do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, para proferir seu relatório.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente José Nery.

Eu quero, inicialmente, registrar que eu recebi apelos e manifestações, de pessoas de todo o Brasil, querendo detalhes, informações sobre a tramitação desse projeto e pedindo que déssemos a maior celeridade possível a ele, dado o grau de importância para a vida das pessoas portadoras, as pessoas com deficiência, especialmente aquelas filiadas ao Regime Geral de Previdência Social.

Esse é um projeto realmente meritório.

“Essa aposentadoria especial de que trata o projeto, ela será concedida às pessoas com deficiência após o cumprimento de períodos contributivos: 30 anos para o homem, 25 anos para a mulher, no caso de deficiência leve; 27 anos para o homem e 22 para a mulher, no caso de deficiência moderada; e 25 anos para o homem e 20 para a mulher, no caso de deficiência grave. A definição da gravidade da deficiência seria atestada em período quinquenal pelo INSS e o agravamento da condição justificaria a antecipação dessa perícia.

A proposição prevê também que a pessoa com deficiência possa se aposentar por idade, aos 60 anos, se homem, aos 55, se mulher, desde que cumpra tempo mínimo de contribuição de 15 anos e prove a existência da deficiência nesse período. Na análise do projeto”, Presidente, *“as pessoas com deficiência enfrentam notórios desafios a sua plena inclusão social. Desde a educação, passando pelo mercado de trabalho e por aspectos diversos da vida cotidiana, tais como a locomoção e o uso de equipamentos públicos, são diversos os obstáculos com que se defrontam. Tais dificuldades são potencializadas, em muitos casos, pela existência de um persistente preconceito, que ainda não extirpamos da nossa cultura, e que não podemos jamais subestimar.*

A proposição ora examinada é inegavelmente relevante e meritória ao propor uma redução do tempo de contribuição exigido para que as pessoas com deficiência possam se aposentar, variável conforme a severidade da deficiência.

Dessa forma, procura compensar, ao menos um pouco, as desvantagens que essas pessoas encontram ao longo da vida.”

Diante do que nós estamos expondo aqui e da importância do mérito do projeto, nós estamos oferecendo um voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 40, de 2010, Presidente José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o relatório aqui apresentado pelo Senador Sérgio Zambiasi. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Zambiasi permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Senadores, há um requerimento que... Extrapauta, o Senador Zambiasi, Senadora Patrícia, eu quero submeter... Solicitar a inclusão de requerimento extrapauta de nossa autoria. Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a inclusão do item na pauta permaneçam como se encontram.

Aprovada a inclusão.

Requerimento. Requerimento de nossa autoria.

“Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2007, que acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, para culminar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts. 213, 214, 218, 224, que for condenado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças, com os seguintes convidados:

1) *Leila Regina Paiva de Souza, Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento de Violência Sexual contra Criança e Adolescente da Subsecretaria de Promoção em Direitos Humanos (sic) e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;* 2) *convitado Fábio Feitosa da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;* o convite à Sra. *Maria Lúcia Pinto Leal, Coordenadora-Geral do Viole/SER-CEAM, da Universidade Nacional de Brasília;* 4) *representante o Ministério da Justiça; representante do Ministério da Saúde; representante do Conselho Federal de Psicologia; representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e representante do Ambulatório de Transtorno de Sexualidade da Faculdade de Medicina do ABC.”*

Submeto... Para discutir?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, Sr. Presidente, só para parabenizar pela iniciativa de fazer uma Audiência Pública. É um assunto, evidentemente, muito polêmico, é um assunto difícil. Eu, que lido, nessa área, com crianças que são vítimas de exploração sexual, crianças e adolescentes, sei que é uma realidade absurda, é uma chaga que infelizmente nós não conseguimos dominar, não conseguimos curar nesse nosso país. Ainda é uma ferida aberta na vida de muitas família brasileiras, de muitas crianças que, às vezes, não perdem a sua vida, não perdem... Não morrem, mas são crianças que ficam com marcas, às vezes, para o resto da vida.

Portanto, essa tem sido a minha luta ao longo de tantos anos, presidindo uma CPMI, apresentando projetos de lei, mas sei que esse tema é um tema bastante polêmico. Portanto, eu parabenizo a V. Exa. pela coragem de apresentar um requerimento para discutir essa proposição, e espero que, aqui, no dia dessa audiência, que eu possa estar presente também para ouvir os demais argumentos, para que, juntos, nós possamos encontrar a melhor saída, a melhor alternativa, a melhor proposta, para, de uma vez por todas, acabar com esse drama, com essa doença, com essa perversidade que leva a vida de tantas meninas e de tantos meninos no nosso país. Parabéns a V. Exa. pela coragem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senadora Patrícia Saboya.

Em votação o requerimento. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Com a chegada do nosso ilustre colega do Amapá, Senador Gilvam Borges, solicito a V. Exa. se tem alguma consideração ou comunicação especial a fazer,

que estamos aqui ao final da nossa sessão da Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Só as minhas--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Só as minhas congratulações pelo brilhante e eficiente trabalho de V. Exa. na condução dessa Mesa. E, a título de sugestão, recomendo a V. Exa. o encerramento dessa sessão para que *a posteriori* possamos ajustar e agilizar todas as matérias que ficaram pendentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senador Gilvam Borges.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h43

ATA DA 23ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 12 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra presença os seguintes senhores Senadores membros da CDH **Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Marina Silva, Romero Jucá, Sérgio Zambiasi e Jefferson Praia**. Deixam de registrar a presença os demais membros. Dispensa da sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: **Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que, nos termos do art. 43 e 44, da Resolução nº 01/2006-CN, serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA para 2011).** Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente passa a palavra ao Relator das emendas ao PLOA, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **Aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 59/2010 – LOA, conforme tabela abaixo:**

Órgão	UO	Subtítulo	GND	MA	Valor
20.000 – Presidência da República	20.126 – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	8362.001 – Apoio as iniciativas para a promoção da igualdade racial – Nacional (Seq.: 1015)	3	30	100.000.000
			3	40	140.000.000
			3	90	148.000.000
			388.000.000		
20.000 – Presidência da República	20.121 – Secretaria Especial de Direitos Humanos	2A56.0001 – Apoio a serviços de Prevenção e combate à homofobia – Nacional (Seq.: 904)	3	30	246.000.000
			4	90	56.800.000
			302.800.000		
20.000 – Presidência da República	20122 – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	8834.0001 – Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Nacional (Seq.: 974)	3	30	81.800.000
			3	40	148.800.000
			3	90	74.800.000
			4	30	108.800.000
			4	40	45.800.000
			460.000.000		

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada um e a cada uma. Declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Passo a palavra, então... Antes disso, comunico às Sras. Senadoras e Srs. Senadores que, em razão do que dispõe o art. 322, do Regimento Interno do Senado e conforme cronograma definido em reunião com a Secretaria-Geral da Mesa, todas as proposições e matérias que se encontram sob análise de V. Exas. deverão ser devolvidas à Secretaria desta comissão até o segundo dia útil, após a última reunião desta comissão. Então todos deverão devolver todos os processos que tiverem, até o segundo dia último, após a última reunião desta comissão. E vamos fazer um documento por escrito, lembrando disso.

Item único desta sessão: emendas da comissão, Orçamento 2011, discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PL nº. 59/2010, CN, do Congresso Nacional, da

PLOA 2011, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. Na Secretaria da comissão, foram apresentadas 38 emendas, que o Senador Paim ficou responsável, por gentileza própria, de dar um parecer. Com a palavra, portanto, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, como V. Exa. disse, foram apresentadas em torno de 40 emendas, nós só podemos acatar três e, dessas três, eu usei como critério o critério mais abrangente, o critério onde o maior número de parlamentares apresentaram emendas sobre o tema, e a maioria dos senadores apresentaram emendas correspondentes ao combate da desigualdade racial, buscando a promoção da igualdade racial. Aí foram três, seis, nove, onze... A segunda que eu acatei foi destinada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, Apoio e Serviço de Combate à Homofobia; também aqui foram três, seis, mais quatro, dez, dez emendas. E a terceira, pelo mesmo critério, foi para a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, apoio à iniciativa de referência [ininteligível] temáticos do Plano Nacional de Política para as Mulheres. Aí vai a violência às mulheres, vai a questão da profissionalização, vai a questão de conferências. Aí foram três, seis, doze... Foram 20 emendas nessa área, destinadas ao atendimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. A Emenda nº. 1, somei todas as propostas, no que combate à igualdade racial, deu 388 milhões; a homofobia deu 302 milhões; a das mulheres deu 460 milhões. Nós sabemos que isso tudo vai ter um corte, depois, grande, na respectiva comissão, mas, como eu não pude acatar todas as emendas, eu acatei parcialmente, digamos, a vontade de praticamente todos os senadores, e eu entendo que essas três acabaram contemplando co-

letivamente o objetivo maior. Claro que eu gostaria de ter, também, inserido combate à exploração sexual de crianças, mas não tinha como, como também o Centro de Referência para os Idosos.

Mediante a isso, Sr. Presidente, eu sou pela aprovação dessas três emendas. Propomos, por fim, que a deliberação final conste na Ata da reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO, juntamente com as emendas aprovadas. Propomos também que a Secretaria da CDH seja incumbida de proceder à adequação, se fizerem necessária a formalização e apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados permanecem como constam na Proposta 398, respectivamente.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Está aprovada a emenda do Senador Paulo Paim, a quem eu agradeço o trabalho.

A sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 13 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dez de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os senhores Senadores: **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Adelmir Santana, João Faustino, Alfredo Cotait, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Justificam a ausência os senhores Senadores **Heráclito Fortes, João Tenório, Eduardo Azeredo e Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente propõe a discussão dos seguintes itens

extrapauta: **Item 1 – Requerimento (SF) nº 866 de 2010**, de autoria do Senador **Mão Santa** que “*requer, com fundamentação na Resolução nº 2, de 2007 – CN, e nos termos do art. 40, II, “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, a formalização da sua indicação para participar da Sétima Assembléia Plenária do FIPA (Fórum Interparlamentar das Américas), representando o Senado Federal nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2010, na Cidade do México – México*”. Relator: Senador **João Faustino**. **Resultado:** aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 2 – Requerimento (SF) nº 868 de 2010**, de autoria do Senador **Alfredo Cotait** que “*requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 12 de novembro de 2010, para fins de representar a Casa no encontro com o Senador Gilberto Bonalumi, Presidente da RIAL – Rede Itália América Latina, em Milão, na Itália; e comunica, nos termos do art. 39, que estará ausente do país no período da noite do dia 11 até a manhã do dia 16 de novembro de 2010*”. Relator: Senador **João Faustino**. **Resultado:** aprovado o parecer favorável à matéria. O Presidente convida para compor a Mesa o Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira. É apreciado o seguinte item constante da Pauta: **Item 1 – Mensagem (SF) nº 292, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru*”. Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. A Mensagem é apreciada. Feitas as explanações dos Embaixadores, fazem uso da palavra os Senadores **Roberto Cavalcanti, Cristovam Buarque, Alfredo Cotait e Eduardo Suplicy**. A reunião é tornada secreta às doze horas e vinte e seis minutos, e reaberta às doze horas e trinta e três minutos. Ocuparam a Presidência durante a reunião os Senadores **João Faustino e Alfredo Cotait**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada dessa reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura.

Submeto à comissão a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Senhoras (sic), antes de darmos início à nossa sessão, eu gostaria de dar as boas-vindas, em nome da comissão, do Presidente desta comissão, ao Senador Alfredo Cotait, do Partido Democratas, de São Paulo, que substitui, aqui, o nosso querido amigo, o Senador Romeu Tuma.

Senador, em meu nome e em nome do Senador Eduardo Azeredo, dessa comissão, dos servidores dessa comissão, dos demais parlamentares que integram essa importante comissão da Casa, queria saudá-lo e desejar a V. Exa. que o seu esforço seja traduzido em proveito do país e do Estado de São Paulo.

Quero também solicitar ao Plenário a inclusão de dois itens extrapauta, são dois requerimentos de autoria, respectivamente, do Senador Mão Santa e do Senador Alfredo Cotait. Se não houver objeção do Plenário, gostaria de submetê-los à apreciação da Comissão antes da nossa sabatina, e designo o Senador João Faustino para relatá-los. Trata-se do Requerimento 866, deste ano, que trata da formalização, da indicação para participar da VII Assembleia Plenária do FIPA – Fórum Interparlamentar das Américas. De quem? Do Senador Mão Santa, não é? Do Senador Mão Santa, representando o Senado Federal. Evento que ocorrerá na Cidade do México, no México.

Concedo a palavra ao Senador João Faustino.

SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta comissão o Requerimento nº. 866/2010, do Senador Mão Santa. S. Exa. requer, com fundamento na Resolução nº. 02/2007, nos termos do art. 40, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno, a formalização da sua indicação para participar da VII Assembleia Plenária da FIPA – Fórum Interparlamentar da Américas, representando, assim, o Senado Federal, nos dias 17, 18, 19 de novembro, na Cidade do México.

O art. 47, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no país e no exterior, deverá ser autorizada, mediante deliberação do Plenário, isto se houver ônus para o Senado. Esclarecendo, ainda, em seu parágrafo, a necessidade que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao art. 39, inciso I, do Regimento Interno, depreende-se que o requerente estará ausente do país no mesmo período de licença solicitada: 17 a 19 de novembro do corrente. S. Exa., Senador Mão

Santa, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho dessa missão.

Diante do exposto, em vista a importância da missão, o meu voto é pela aprovação do requerimento em tela.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

O segundo requerimento – peço também ao Senador João Faustino que o relate – é de autoria do Senador Alfredo Cotait, que nos prestigia com sua presença, hoje, nessa comissão, que requer licença para fins de apresentar a Casa no encontro com o Senador Gilberto Bonalumi, presidente da RIAL – Rede Itália América Latina, em Milão, na Itália. E comunica, nos termos do art. 39, que estará ausente do país no período da noite do dia 11 até na manhã do dia 16 de novembro de 2010.

Com a palavra o Senador João Faustino.

SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Sr. Presidente, em meu poder o requerimento do ilustre Senador Alfredo Cotait, requerimento que tomou o nº. 868/2010, requerendo, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 12 de novembro de 2010, para fim de representar o Senado Federal no encontro da Rede Itália América Latina, na Cidade de Milão, Itália. S. Exa., o requerente, o Senador Alfredo Cotait, cumpriu todas as formalidades previstas no Regimento Interno e requer a esta comissão autorização, para que possa se ausentar do país representando Senado durante o período supracitado.

Assim, Sr. Presidente, e diante do exposto e dos argumentos do requerente, voto favoravelmente ao que é solicitado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir em votação, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os requerimentos serão encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Eu registro que esse é um procedimento novo na Casa, porque normalmente esses pedidos de ausência tramitavam diretamente no Plenário do Senado. No entanto, a partir de agora, tais licenças para viagens ao exterior, de parlamentares dessa Casa, passarão, necessariamente, pelo crivo dessa comissão, o que eu acho muito pertinente. Aplaudo a iniciativa de quem

teve a ideia de introduzir, nos nossos procedimentos, mais essa iniciativa.

Vamos, então, à nossa Pauta. Eu queria convidar para compor a Mesa o Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, que vai cumprir, certamente, importante missão no Peru.

Eu gostaria de pedir ao Senador João Faustino que assuma, aqui, a Presidência, para que eu possa relatar a indicação do eminente Senador Carlos Alfredo Lazary.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Com muita honra assumo a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Passo a palavra ao Exmo. Sr. Geraldo Mesquita Júnior, Senador da República, para relatar a matéria que diz respeito à Mensagem 292/2010, *“que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Carlos Alfredo Lazary Teixeira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru”*.

Portanto, para esta finalidade de relatar a matéria, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Presidente.

Queria saudá-lo, saudar os demais parlamentares aqui presentes, o Sr. Embaixador Carlos Alfredo Lazary, membros do Itamaraty aqui presentes, nossos parceiros no trabalho desta comissão, agradecer a presença da Agência Senado, TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado e o auxílio imprescindível dos servidores desta comissão, para que apreciemos, a partir de agora, a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Carlos Alfredo Lazary Teixeira, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que irá exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. E o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou breve currículo do diplomata indicado, como sempre, do qual me refiro aqui, algumas passagens desse currículo do ilustre diplomata.

O Embaixador Carlos Alfredo nasceu no Rio de Janeiro, no ano em que eu nasci, 48. Filho de Nilo Lazary Teixeira e Nydia Guimarães Pinheiro Teixeira. Gradou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

em 72. Ingressou no Instituto Rio Branco por concurso direto, em 75, e na Chancelaria, no posto de Terceiro Secretário, em fevereiro de fevereiro de 76. Ascendeu a Conselheiro, em 88, por merecimento. Diplomou-se no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese *“A modernização do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores”*, em 2002, sendo então promovido a Ministro de Segunda Classe, em 2003, também por merecimento.

Desempenhou importantes funções na Chancelaria e na Administração Pública Federal, entre as quais se destacam a de Coordenador Técnico do Departamento Geral de Administração, em 1980. Adjunto do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, em 85. Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial, em 96, e Assessor da Presidência da República, em 2008.

No exterior, ocupou, entre outros, os cargos de Conselheiro, na Embaixada em Buenos Aires, em 1989, Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Miami, em 93, e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, em 2004.

O diplomata indicado é portador de numerosas condecorações que merecem ser registradas: Ordem da Águia Asteca, concedida pelo México, em 83; Ordem do Mérito Militar Brasileiro, em 84; Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro, em 1984, também; Medalha do Pacificador, no nosso país, em 1986; em 2002, a Ordem do Rio Branco, Grande Oficial; em 2006, Ordem do Mérito Aeronáutico.

Quanto à República do Peru, importa registrar, nesse relatório para subsidiar assessorialmente a sabatina pela comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil. Segundo o informe do Ministério das Relações Exteriores, *“o esforço de aprofundamento das relações bilaterais tem se expressado no número de encontros de alto nível, seja em visitas bilaterais ou reuniões paralelas a cúpulas, bem como nos acordos e memorandos firmados. Desde 2003, firmaram-se mais de 30 acordos bilaterais e, apenas em 2008, houve três encontros presidenciais.*

A Aliança Estratégica entre Brasil e Peru, lançada em 2003, baseia-se em projetos econômicos e comerciais, destinados a dinamizar a integração bilateral. Em 2006, foram inauguradas a ponte sobre o Rio Acre, entre Assis Brasil e Iñapari, e lançou-se a construção da Rodovia Interoceânica e da Estrada Taraponto-Yurimaguas.” A aliança abrange a atividade de integração energética, integração física, fronteiriça, voos transfronteiriços, cooperação ambiental fronteiriça, cooperação técnica e educacional, TV digital, *roaming*

internacional fronteiro, cooperação em temas sociais, em matéria de defesa, proteção e vigilância da Amazônia, combate ao narcotráfico, serviços de praticagem no Rio Amazonas, cooperação e transportes fluviais, biocombustíveis, petróleo, gás, mineração e ferrovias transcontinental.

“O intercâmbio comercial entre Brasil e Peru cresceu de 724 milhões de dólares, em 2003, para 3,25 bilhões de dólares, em 2008. Em 2009, em virtude da crise econômica, o fluxo comercial caiu para pouco menos de 2 bilhões de dólares. As exportações brasileiras para o Peru totalizaram 1,5 bilhão de dólares e as importações 484 milhões de dólares. O saldo do comércio bilateral, portanto, foi de 1 bilhão para o Brasil, nesse período, mantendo o histórico de superávit. O Brasil tem exportado para o Peru, sobretudo, óleos brutos de petróleo, terminais portáteis de telefonia celular, caminhões, tratores rodoviários e escavadoras. O Peru tem exportado para o Brasil, de sua parte, especialmente cobre, sulfetos de minério de zinco, prata, zinco não ligado e chumbo refinado.”

O Peru mantém posturas ambíguas em relação à União das Nações Sul-Americanas, embora tenha indicado que priorizará a consolidação da UNASUL, da qual já faz parte. O Presidente peruano assinalou que o desenvolvimento desse organismo deveria obedecer a uma natural gradualidade de iniciativas, com ênfase na integração física, regional, comercial e energética.

Ainda no campo do relacionamento internacional do Peru, merece ser assinalada a importância de que se revestem para aquele país os acordos de livre comércio, que fazem parte da estratégia do Governo de Alan García, de ampliação de mercado, atração de investimentos externos e desenvolvimento do comércio exterior do país. Nesse sentido, concluíram-se as negociações dos acordos de livre comércio com os Estados Unidos, Canadá, China e União Europeia. O Peru negocia, ademais, acordos similares com Japão, Coreia do Sul, Cingapura, México e Tailândia. O Presidente Alan García pretende, ainda, rever parcialmente os termos do ACE 58 com o Mercosul.

Eu quero acrescentar, além do que consta no nosso relatório, há um fato, um fato pequenininho, mas poderia entrar, aqui, na pauta de exportação do Peru para o Brasil. O extremo oeste lá do meu estado, o Juruá, Cidade Cruzeiro do Sul, hoje, nós temos um voo praticamente regular, do Peru para lá, levando, principalmente, legumes, hortaliças. Enfim, temos um... Já há um estreito relacionamento, embaixador, naquela região com esse importante país, que deve ser aprofundado. Peço a V. Exa. toda a sensibilidade, no sentido de... E V. Exa. assumirá em um momento importante, em que se encontra, praticamente abert-

ta, uma importante estrada ligando o nosso país ao Peru. Já do Acre partem pessoas que, regularmente, que vão e visitam aquela cidade, já por terra chegam até Lima. Uma importante estrada. Fala-se na construção, inclusive, de uma ferrovia. Tudo isso sinaliza para um futuro de muita aproximação, um futuro de muita prosperidade naquela região.

Espero que V. Exa. seja muito feliz na sua missão e, como disse, despeje toda a sua experiência e sensibilidade no aprofundamento dessa relação do nosso país – e não esqueça do Acre, nessa conjunção de esforços –, para que as nossas relações sejam cada vez mais profundas com o povo peruano e aquele importante país.

Que diante do exposto, entendemos que esta comissão já tem elementos suficientes para apreciar a indicação do eminente diplomata, e para deliberar sobre ela.

É o meu relatório, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Antes de passar à discussão da matéria, solicito do Senador Geraldo Mesquita Júnior que reasuma a Presidência dos trabalhos da comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu concedo, como de praxe, a palavra ao Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, para fazer a sua exposição e iniciar esta conversa sempre proveitosa para esta comissão. Sabe, embaixador, que é sempre uma experiência renovada e um prazer cada vez maior receber representantes do nosso corpo diplomático que se destinam a cumprir missões no exterior.

Com a palavra, embaixador.

SR. CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Presidente, eu quero, inicialmente, saudando--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria, com a permissão do embaixador, apenas declarar aberta o processo de votação.

Os Srs. Senadores que pretendam apor seu voto, o processo já encontra em aberto.

SR. CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA: Sr. Presidente, então, eu queria agradecer essa oportunidade e dizer a V. Exa. que eu tenho uma imensa honra de estar aqui, hoje, sendo sabatinado por V. Exas., por esta comissão, tendo meu nome submetido a esta Casa.

Eu quero, de público, agradecer a relatoria de V. Exa. e a oportunidade que me deu de termos conversado antes, quando o senhor me recebeu, me presenteou com dois livros de sua iniciativa, aqui, no Congresso, e

que deu a público os trâmites legislativos do Tratado de Petrópolis, e que consolidou a fronteira do Brasil com a Bolívia, e do Tratado de Limites com o Peru, cujo o centenário ocorreu o ano passado, e essa publicação foi... Essas duas publicações foram feitas com esse objetivo, de comemorar esse centenário. E dizer a V. Exa. que eu tenho um prazer muito grande de estar indo para um país que tem uma fronteira com o Brasil, de quase três mil quilômetros.

Ao longo da minha carreira, desde o começo de minha carreira, eu tive a oportunidade de servir na fronteira. Meu primeiro posto no exterior foi na fronteira do Brasil com o Paraguai, e lá eu pude conhecer como é que é o espírito do homem da fronteira. E tentar lá encontrar um equilíbrio entre o que na fronteira se vive, no dia a dia, e o que vem das capitais, e tentar fazer disso uma mistura que desse algum resultado.

Na minha vivência no Paraguai, onde eu fui Cônsul-Geral durante a construção de Itaipu, eu pude ver o que era a vida na fronteira e ver como as soluções têm que ser encontradas localmente. Ao longo da construção da Itaipu, nós fizemos uma série de coisas e eu fui o primeiro Presidente do primeiro Comitê Permanente de Fronteira, criado pelo Brasil, em 1977. Eu o presidi durante três anos e pude, então, ver como, na fronteira, se encontram as soluções.

Depois disso, já trabalhando na Presidência da República, pude ter contato com a segunda das minhas, digamos assim, paixões da carreira, que é a Amazônia. Eu trabalhei, durante a gestão do Presidente Sarney, com o Programa Calha Norte, em que pude conhecer todos os municípios fronteiriços, trabalhar com mapeamento dos ianomâmis, em Roraima, na Serra das Surucucus, conhecer toda a fronteira e trabalhar nos diversos mecanismos que foram criados por este importante programa.

Então, Srs. Senadores, Sr. Presidente, a minha alegria, meu entusiasmo são muito grandes. Uma das primeiras... E é uma coincidência muito grande que uma das primeiras missões que eu recebi no Itamaraty foi, justamente, a de desembarcar a bordo de um navio da Marinha de Guerra do Brasil e subir o Amazonas de Manaus até Iquitos. E, por coincidência, estava... Levei comigo um livro do Mario Vargas Llosa, chamado "Pantaleão e as Visitadoras". Estou eu subindo o rio, chegando em Iquitos, óbvio que eu saí à cata dos personagens do livro [risos].

E foi, realmente, uma experiência extraordinária, ter vivido esse momento. Vinte e cinco anos depois, eu voltei ao Peru, já na... O Peru já não era mais uma ditadura, uma democracia, período do Presidente Alejandro Toledo. Estava lá, como embaixador, o ex-Ministro da Defesa, José Viegas, e com ele fomos ao cinema

assistir ao filme "Pantaleão e as Visitadoras". Vinte e cinco anos depois, uma produção extraordinária. E eu encontrei, desde então, um país diferente, um país fascinante. Sempre foi fascinante, mas cada vez mais fascinante, de modo que eu tenho um entusiasmo muito grande, caso conte com a aprovação desta comissão que está aí, no Plenário desta Casa, de poder representar o meu país na República do Peru.

E eu, nesse ano de 2010, não posso deixar de mencionar o fato de que o Peru, hoje, tem um desempenho econômico importante, como foi dito no relatório, e está numa fase pré-eleitoral. Aliás, o calendário eleitoral, no Peru, já começou. As eleições serão realizadas em abril de 2010. E um fato interessante, nessas eleições, é que os peruanos, o Governo Peruano enviou observadores a São Paulo, durante a nossa eleição, agora, de outubro, no primeiro turno. E, no dia 16 de outubro, eles aprovaram a instituição do voto eletrônico. No dia 3 de outubro, eles fizeram as eleições regionais em todo o país, para eleger o equivalente a governadores e a prefeitos. Só no começo de novembro é que eles tiveram os resultados finais das eleições, portanto, mais do que oportuna essa decisão de adotar o voto eletrônico, que começará a ser implantado nessas próximas eleições, e para o qual contará com a cooperação e o apoio da experiência brasileira, através do Tribunal Superior Eleitoral.

Eu não vou, aqui, repetir, senador, vou tentar atualizar alguns dados, apenas, da economia peruana, uns dados que eu considero relevantes para mostrar bom momento que vive o Peru. O Peru é, hoje, um grau de investimentos, portanto, tem atraído muitos investimentos externos, entre os quais investimentos brasileiros. Eles estão com índice de vulnerabilidade externa reduzido. Hoje, eles têm reserva de 42 bilhões de dólares, um PIB de 126, 42 bilhões reserva, é quase um terço ou mais... É um terço, exatamente, de reservas em relação ao PIB. E eles têm lá um fato que, para nós é importante, que a taxa de investimento doméstico na economia é acima de 20%. Eles já chegaram a 27% e, com a crise, reduziram a 21, mas estão retomando a taxa de investimento e isso tem sido um motor para esse impulso econômico que eles estão tendo, nesses últimos anos.

Eles têm a Lei de Responsabilidade Fiscal, também, que tem sido cumprida à risca, em que determinam um *déficit* máximo de 1%, e suspenderam a lei – mas já vão retomar –, por causa de crise, e devem ter, agora, uma redução do *déficit* e chegar ao *superávit*... Volta. Em 2013.

Portanto, eles estão com comportamento muito bem. A inflação, para este ano, 2%, talvez até menos; os juros, 2,5% – o ano passado era 1.25%. E claro que

eles vão ter que aumentar os juros por essa questão que está sendo discutida em Seul, agora, que é o afluxo, digamos assim, grande de capitais externos. Então, eles vão ter que segurar um pouco a moeda, o *nuevo sol* deles.

O comércio exterior deles está crescendo, 60 bilhões de dólares este ano, portanto, um crescimento exponencial. Isso é facilitado por aquilo que está no relatório, que é essa rede de tratados de livre comércio, que eles estão estabelecendo um relacionamento comercial muito fluido com todos esses países: Estados Unidos, China, União Europeia, Brasil, Mercosul, Canadá, Japão, enfim...

Na área social, eu devo registrar o forte crescimento de emprego e a redução da pobreza. Eles têm um problema ainda sério em relação à pobreza extrema, mas eles estão no processo de alargamento e incorporação das camadas mais pobres às camadas de consumo, assim como no Brasil. E o IDH deles, que é um dado dessa semana, o IDH deles subiu de 78 para 63%. Portanto, hoje, eles são terceiro IDH da América do Sul, depois da China e da Argentina. Perdão, do Chile e da Argentina. Então, é um dado impressionante.

As nossas relações bilaterais, como está no relatório do Itamaraty estão em um excelente momento. Eu queria registrar um dado importante, que os dados de comércio chegarão a 10%, este ano, além do que existia em 2008, portanto, antes da crise. Então, a retomada está se fazendo de uma maneira ainda mais pujante. E de registrar, também, o fluxo de turismo. O fluxo de turismo, hoje... O senhor vê na televisão aí, as passagens aéreas, ida e volta, Brasília-Lima-Brasília: 300 dólares, 250 dólares, e baixando. Então, há uma perspectiva de um fluxo imenso.

E, por outro lado, a estrada – como o senhor bem mencionou – deve gerar não só trânsito de pessoas na localidade, mas vai atrair muita gente para fazer o trajeto em direção ao Brasil, e vice-versa, brasileiros em direção ao Peru. Eu lembro da estrada que ligou Roraima à Venezuela, o exemplo... Quando foi construída a estrada, o comércio por aquela região era insignificante, um ano depois, 400 milhões de dólares o comércio de Roraima com a Venezuela. Portanto, senador, eu recebo a sua, digamos assim, encomenda com muito prazer, de trabalhar por aumento e a vivificação dessa fronteira, e trabalhar para que haja, realmente, um aproveitamento efetivo desse potencial de comércio pelos estados fronteiriços, o Acre, sobretudo, e o Amazonas.

Eu devo dizer aos senhores que os projetos que foram mencionados aqui, os projetos de integração física estão caminhando muito bem. Existe uma possibi-

lidade de, já no ano que vem, na área de energia, ser iniciada a construção de uma hidrelétrica, que deve ser construída, em parceria, pela Eletrobras e pela construtora brasileira OAS, que é uma hidrelétrica importante, de 2.000 MW, em Iñambari. A estrada, que o senhor também mencionou, deve ficar pronta já em janeiro. Portanto, pronta para ser inaugurada, já no começo do ano que vem, a estrada, e a ponte, que é uma ponte de 730 metros, construída pela construtora Odebrecht, que tem uma presença tradicional no Peru, eles estão lá há 30 anos. Essa ponte foi entregue, inicialmente, a uma empresa europeia, que não deu conta do recado. Portanto, a Odebrecht assumiu, e está terminando a construção em tempo recorde.

Eu não posso deixar de falar, na integração fronteira, a quantidade de projetos. Nós, agora, logramos estabelecer a institucionalidade e a organicidade de todo esse trabalho de integração fronteira através de uma comissão da criação da Zona de Integração Fronteira, que envolve toda a região e a criação da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteira, que é chefiada, no caso brasileiro, pelo Embaixador Antonio Patriota, que deverá se reunir com seu homólogo, a reunião está prevista, agora, para o dia 22 de novembro, em Cuzco. Essa estrada – me contava o colega que acabou de fazer o roteiro, por carro – que antes levava três dias para ir de Rio Branco até Cuzco, hoje, se leva 15 horas, e está diminuindo. Com a ponte, diminuirá ainda mais. Portanto, é, hoje, uma realidade que nós vamos ter que administrar e levar da melhor maneira possível.

Eu queria dizer que o Brasil está cooperando com o Peru em todo o leque de políticas públicas, incluindo a experiência do Bolsa-Família, que está sendo levada ao Peru. Nós estamos em um trabalho de cooperar com eles, para que eles consigam implantar, no Peru, o cadastro único, que é uma das razões de sucesso desse programa aqui, no Brasil. Em Lima, nós estamos montando uma escola pública brasileiro-peruana, que terá um currículo integrado e que vai ser... E que é uma experiência-piloto, para ser, depois, reaplicada em outras áreas.

Não posso deixar de dizer que o Peru foi instrumental na adoção, na América do Sul, do Sistema Brasileiro de TV Digital, em uma campanha em que Peru foi logo depois do Brasil, país que adotou o sistema, e que foi instrumental na adoção pela Argentina, pelo Chile, pelo Equador e por todos outros países. Hoje, na América do Sul, apenas a Colômbia, que já tinha adotado o sistema europeu, não tem o sistema do Brasil, brasileiro e japonês.

Sr. Presidente, eu queria, antes de terminar, dizer a V. Exa. que, com entusiasmo, eu pretendo, na Embai-

xada do Brasil, caso seja aprovado por essa comissão aí, do Plenário desta Casa, encaminhar algumas linhas de ação nesse trabalho. E uma deles é repetir um pouco a experiência que eu tive na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, que é criar, na embaixada, um setor de relações com o Congresso peruano. Eu cheguei em Buenos Aires, em 89, e criamos lá um setor de Congresso, um setor de relações com o Congresso, utilizando um pouco a experiência que eu tinha tido aqui, durante o acompanhamento da Constituinte, em que eu era uma das pessoas da Presidência da República que acompanhava outras discussões da Constituinte, e pude levar para Buenos Aires essa experiência.

E, agora, quero replicar essa experiência em Lima, fazendo uma aproximação ainda maior, porque a embaixada tem um diálogo fluido com o Congresso, mas eu quero fazer disso uma coisa quase que institucionalizada. Eu e meus colegas na embaixada vamos ter uma presença constante junto aos congressistas peruanos. E eu gostaria muito de poder contar com a aproximação e visitas de congressistas brasileiros, e vice-versa, e nessa linha eu quero trabalhar.

E, por último, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o trato da informação. É um dado importante que eu quero tocar na embaixada. O senhor sabe que o trabalho de uma embaixada é explicar o país onde está para os brasileiros e explicar o Brasil para este país. Nesse trabalho, é muito importante o intercâmbio e o diálogo entre autoridades, as visitas de autoridades, congressistas, personalidades, é sempre um instrumento importante para aumentar o grau de conhecimento sobre o Brasil, no Peru. E, em paralelo, e também nessa mesma linha, eu pretendo criar e aumentar o intercâmbio acadêmico, incentivando, com o apoio das empresas brasileiras lá, a criação de cátedras, a ligação maior entre os centros acadêmicos brasileiros e os centros de estudos independentes peruanos, para criar lá, no Peru, um time de brasilianistas que possam entender melhor e fazer com que o debate e a análise do Brasil seja uma coisa sofisticada.

Então, esses são os pontos que eu queria mencionar nessa minha apresentação inicial, e eu estou mais do que aberto e pronto para responder quaisquer questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Sr. Embaixador, pela sua explanação. Infelizmente, essa comissão, jungida por um dispositivo constitucional, eu acho que a gente, em algum momento, deve retirar da Constituição, ela terá que se transformar em secreta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí o senhor pode aguardar um pouco. Deixar a palavra e fazer a secreta depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ótimo. Pode ser até que a gente esqueça de transformar. Mas, antes disso, o Senador Roberto Cavalcanti queria fazer uma intervenção, e concedo-lhe a palavra, nesse momento, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço, Sr. Presidente, mas faz parte da praxe aí, da nossa sabatina aí, dos embaixadores, fazer algumas observações.

Na verdade, eu tenho, sistematicamente, feito referências, aqui, ao Ministério de Relações Exteriores, ao Itamaraty, no tocante ao nível profissional dos seus membros. O Senado Federal, sem dúvida, se sente muito honrado de aqui cumprir com sua missão regimental, que é fazer essa sabatina. Mas, na verdade, eu sou testemunha, nos últimos anos, os embaixadores aqui apresentados são do maior nível. Da mesma forma que V. Exa., pelo currículo que apresenta, traz uma experiência, sem dúvida, enriquecedora para todos nós e, sem dúvida, fará uma grande representação do nosso país no vizinho Peru.

Na verdade, essa constatação é muito importante fazer, como cidadão, como parlamentar, porque, na verdade, V. Sas. são os nossos representantes mundo afora, e um país que se propõe a ser uma quinta potência mundial, ele não pode deixar de ter sua representação no mais alto nível. Tenho certeza de que V. Exa. cumprirá a missão dada pela Presidência da República, no sentido de melhor conduzir as relações entre Brasil e Peru. Nós, verificando o currículo de V. Sa... Eu estou chamando de V. Sa. e V. Exa., na verdade, me desculpe as inversões de tratamento. Tem... Deve haver um registro de competência muito grande, porque as oportunidades que V. Sa. teve foram magníficas, porque tão logo entrou no corpo diplomático, teve esta oportunidade lá em Itaipu, de estar no Paraguai, representando aí na cidade de Presidente Stroessner, o nosso país, e depois, por diversas vezes, desde 81, depois em 85, mais recentemente em 2008, sempre V. Sa. esteve na Presidência, ligado à Presidência da República.

Isso demonstra, sem dúvida, que havendo uma disponibilidade tão grande, como é a brasileira, no sentido de aqui, em Brasília, termos membros do Itamaraty, se V. Exa. teve essas grandes oportunidades é porque, na verdade, é merecedor das mesmas. E, também, as três oportunidades no exterior, além da Argentina, mais próxima ao nosso país, mas as três, todas elas nos Estados Unidos, em Miami, Atlanta, e

Washington. São três cidades, realmente, merecedoras do melhor qualitativo do corpo diplomático e, sem dúvida, não se vai para lá sem ter, na verdade, esses méritos que V. Sa. tem.

Eu, curiosamente, aqui passando a vista, eu aprendo muito, aqui, no Senado Federal, com essas sinopses que são mandadas pela comissão, mas eu, verificando, me preocupei um pouco com a inconstância política do nosso país vizinho. Se nós verificarmos, aqui, a sequência de eventos, desde 1535... Até descobri aqui que a mina de Atacama, onde foram resgatados os mineiros, mês passado, pertencia, antigamente, ao Peru, à região. Foi perdida na Guerra do Pacífico, em 1879 a 1874, e passou a pertencer ao Chile. São curiosidades que estão aqui ilustradas, e que eu gosto de me aprofundar na leitura. Mas, na verdade, se nós verificarmos de 2000, ou de 1985, comparando aí com o período democrático brasileiro, de 85 até 2010 houve muitas turbulências políticas no Peru.

Espero que V. Sa. tenha oportunidade de, lá estando, serem anos, em torno... Supostamente em torno de quatro anos, essas missões giram em torno de quatro, cinco anos, espero que esses anos tragam cada vez melhor relacionamento Brasil-Peru. A interligação Brasil-Pacífico é fundamental. Um país do mundo globalizado não irá adiante se nós não raciocinarmos dessa forma. O mapa-múndi da Ásia é completamente diferente desse nosso. Esse que está aí, às costas do senhor, ele é o nosso mapa-múndi. O mapa-múndi asiático, ele corta o mundo no centro do Oceano Pacífico, ele divide... De um lado está o Brasil, estranhamente se assiste o Brasil ao lado direito do mapa e não ao lado esquerdo do mapa, mas essa é a realidade do mundo oriental, e isso é realidade do mundo asiático. E as trocas internacionais cada vez estão mais fortes, com o crescimento, e a China galgando os primeiros patamares do *ranking* mundial, como economia. O Brasil, sem dúvida, tem que olhar menos para a África e olhar mais para a Ásia. Ele só fará isso se, na verdade, nós tivermos essa integração com os países vizinhos, que são, na verdade, fronteiriços com o Oceano Pacífico.

Então, a missão que V. Sa. ocupará é estratégica, fundamentalmente estratégica. E, sem dúvida, o Itamaraty, ao encaminhá-lo para uma missão como esta, deve ter pensado neste grande *plus* de formação profissional e as experiências que V. Sa. tem, e objetividade estratégica de olhar para o Peru como, na verdade, um trampolim ou uma ponte avançada sobre o Pacífico, para o que Brasil, então, possa, na verdade, ser a quinta potência que deseja aumentar.

Parabenizo, e irei dar meu voto em seguida.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Consulto se algum outro senador deseja fazer alguma outra palavra.

Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Apenas, Presidente, para cumprimentar mais uma vez o Ministério das Relações Exteriores, que segue na linha de escolher novos embaixadores entre aqueles que são de carreira, e que mais uma vez tinha indicado para cá uma pessoa com a qualificação, a competência que nós temos nessa sabatina.

Preciso lembrar que nem sempre, em outros setores onde a gente tem que fazer sabatinas antes de aprovar um indicado pelo governo, a gente tem contado com tanta tranquilidade quanto no caso dos enviados pelo Presidente da República junto com Itamaraty. Eu fico feliz de ter mais um embaixador com a mais alta competência nos representando em Lima. E quero, apenas, desejar boa sorte e dizer que nós temos que agradecer a sua predisposição para continuar no serviço da nação brasileira, do Estado brasileiro, por tudo aquilo que nós temos a ofertar ao mundo e receber do mundo.

Dos oito anos do Presidente Lula, eu não tenho a menor dúvida de que a inflexão que nós podemos dizer que aconteceu foi na política externa. Nos outros setores, nós tivemos avanços, mas na política externa nós tivemos uma inflexão. Uma inflexão do ponto de vista de presença espalhada, que muitos até criticam, dizendo que temos embaixadas demais, e eu creio que enquanto tiver um país sem embaixada no Brasil, nós devemos tentar... Nem sempre não vamos conseguir, mas tentar ter uma. Do ponto de vista da capacidade de respeitar todos os países, não precisar ficar cabisbaixo diante de nenhum e também não acirrar qualquer confronto com nenhum.

Foi uma política externa que conseguiu manter a boa relação com aqueles que, antes, nós tínhamos um certo grau de submissão, e conseguiu avançar nas relações com aqueles que antes nós ignorávamos. E entre esses que nós ou ignorávamos, ou tratávamos com arrogância, eu creio que nossos vizinhos da América Latina se enquadravam. Nossa política foi de conflito com a Argentina, durante muito tempo, ou de ignorar outros países do continente. Hoje, nós estamos presentes respeitosamente nos países do continente, respeitosamente presentes na África, em países asiáticos, que muitos do Brasil nunca tínhamos escutado falar o nome; e mantemos a boa relação com a Europa e com os Estados Unidos, que durante tantos anos nos trataram como colônias, com uma arrogância de superiores. O Brasil demonstrou que é possível

não baixar a cabeça para ninguém e não usar os pés contra ninguém.

Eu faço questão de fazer essa homenagem à política externa, nesses oito anos que estão terminando. Esperar que o próximo governo continue esse tipo de comportamento em política externa. E o senhor, que vai ser nomeado no governo e vai continuar no próximo, que tenha a possibilidade de uma política coerente, daqui para frente, norteador o seu trabalho.

Parabéns. E muito obrigado, como brasileiro, digo, de tê-lo como nosso embaixador em Lima.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dando a palavra ao Senador Alfredo Cotait.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente, senadores, primeiramente, eu queria manifestar, Sr. Presidente, a honra que eu tenho de participar desta comissão, agradecendo suas palavras iniciais, e farei o possível para, dentro da minha capacidade, poder contribuir com os trabalhos desta comissão.

Eu queria, nessa oportunidade, de fazer uma declaração do meu conhecimento do trabalho efetuado pelo embaixador, o Ministro em Primeira Classe Carlos Alfredo Lazary Teixeira, nesses anos todos. Acompanho ele desde as suas ações no Departamento de Promoções do MRE, sempre com muita competência. Depois, na sua estada lá em Washington, onde representou o Brasil de forma muito importante. E eu acho que esta indicação para que ele possa nos representar no Peru é mais do que acertada.

Tenho certeza que o seu conhecimento, com o seu talento, será, realmente, uma pessoa muito importante naquilo que eu, pessoalmente, considero fundamental, que é a integração da América do Sul. E tenho certeza que o Embaixador Carlos Alfredo terá nisso um papel importante, de fazer com que essa integração se faça, principalmente, entre Peru e o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria deixar aqui o meu voto mais do que favorável à indicação do Embaixador Carlos Alfredo, desejando que ele tenha sucesso na sua missão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, senador.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero cumprimentar o nosso Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, agradecer a sua atenção para comigo, especialmente durante o período em que, como Ministro-Conselheiro, na Embaixada de Washington, acompanhou o trabalho que ali desenvolvi junto ao--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Votar aqui, vou marcar e [ininteligível].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --ao centro... *International Center for Scholars*, que aconteceu ali, em Washington, onde permaneci para realizar um trabalho sobre a Renda Básica de Cidadania.

Eu gostaria de transmitir a V. Exa. que já estive no Peru duas ou três vezes, inclusive, com o objetivo de realizar palestras sobre esse tema. Gostaria de informar, Sr. Presidente, Alfredo Cotait, que ainda há pouco recebi um convite para ir a Cartum, no Sudão, para expor como são as experiências de transferência de renda do Brasil, e qual é a perspectiva de um dia chegarmos à renda básica incondicional como um direito à cidadania para todos. E me coloco à disposição do Sr. Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, para também expor esse tema, ainda mais porque se efetivamente tivermos uma integração dos países da América do Sul que inclua desde o Peru, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, nós deveremos ter uma maior homogeneidade de direitos sociais e, inclusive, a questão da Renda Básica de Cidadania, hoje um tema cada vez mais estudado por pessoas de todos os países do mundo. Inclusive, aqui, quando em 30 de junho, 1º e 2 de julho, realizou-se, na USP, o 13º Congresso Internacional da *Basic Income Earth Network*, houve mais de 300 pesquisadores, estudiosos, especialistas neste tema, 92 de países estrangeiros, e muitos da América latina, ou seja, pessoas nos mais diversos países, acredito que também no Peru, estão estudando como se chegar um dia à renda básica incondicional.

E, por esta razão, encaminho ao Sr. Embaixador, desejando sucesso na sua missão diplomática no Peru, a palestra que fiz, aqui, no Congresso da BIEN, bem como a história feliz que o Ziraldo abrandou(F). Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Bom, com muita honra assumo, aqui, a Presidência dessa comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor dá a palavra... Vê se tem algum outro senador que queira a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Quero consultar se tem mais algum senador que queira fazer uso da palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor concede a palavra ao embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Passo, então, caro Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, para as suas considerações.

Sr. CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente. [ininteligível] no sentido de... Alguns comentários para... Sobre os comentários que foram feitos pelos Srs. Senadores.

Eu quero dizer que nesses anos em que eu trabalhei na Presidência da República, a maior oportunidade que eu tive foi de conhecer o Brasil. E usei isso em todas as oportunidades, em todas as ocasiões que me foram dadas. Muitas vezes, podendo ir para viagens no exterior, eu optava por fazer viagens a lugares escondidos, onde eu nunca teria condições de ir como diplomata.

Então, eu, ao longo da minha carreira, adquiri um conhecimento que poucos diplomatas tem a oportunidade de ter...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO CO-TAIT (DEM-SP): Queria pedir, caro embaixador, sua licença para que a gente possa, então...

Eu quero declarar aberto o processo de votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aqui, de acordo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO CO-TAIT (DEM-SP): De acordo com o dispositivo, no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383, do Regimento Interno, a reunião da comissão será transformada em secreta, afim de que o embaixador seja arguido pela comissão. Ok? Muito bem. Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encerrada a votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO CO-TAIT (DEM-SP): Encerrada a votação.

[sessão secreta às 12h28.]

[sessão reaberta às 12h32.]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO CO-TAIT (DEM-SP): A reunião está reaberta.

Comunico, então, a aprovação do Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira como...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quatorze votos sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO CO-TAIT (DEM-SP): Com 14 votos sim, como o nosso futuro embaixador na República do Peru.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALFREDO CO-TAIT (DEM-SP): Bom, nada mais tendo a tratar, declaro encerrada essa reunião.

Sessão encerrada às 12h32.

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18

DE NOVEMBRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os senhores Senadores: **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Pedro Simon, Regis Fichtner, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Adelmir Santana, Alfredo Cotait e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Senador **Fernando Collor** faz uso da palavra, fala sobre a atuação econômica da China na Europa e na África. O Presidente comunica o recebimento de documento proveniente da "Duma Estatal da Assembléia Federal da Federação da Rússia" intitulado "Apelo da Duma Estatal", dirigido à ONU pelo fim do bloqueio a Cuba. Fazem uso da palavra os senadores **Pedro Simon** e **Augusto Botelho**. A Comissão aprova o envio do citado documento, por cópia, aos Senhores Senadores. Passa-se à apreciação de pauta. O Presidente sugere a inversão da Pauta. **Item 3 – Projeto de Lei da Câmara Nº 149, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que "autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento". **Relator:** Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado:** aprovado o parecer favorável à matéria com Emenda nº 1 – CRE, de redação. Retomando à apreciação dos itens anteriores, o Presidente convida para compor a Mesa os Embaixadores Arnaldo Caiche D'Oliveira e Antenor Américo Mourão Bogéa Filho. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 151, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin." **Relator:** Senador **Antonio Carlos Valadares**. **Resultado:** apreciada a Mensagem. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 261 de 2010**, de autoria do Presidente da República, que, "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor

ANTENOR AMÉRICO MOURÃO BOGÉA FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa. Relator “ad hoc”: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Resultado: apreciada a Mensagem. Feitas as explanações dos Embaixadores, fazem uso da palavra os Senadores **Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro**. A reunião é tornada secreta às onze horas e quarenta e três minutos, e reaberta às onze horas e cinquenta minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores Arnaldo Caiche D'Oliveira e Antenor Américo Mourão Bogéa Filho. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada dessa reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos à apreciação da Pauta, nós temos dois embaixadores, duas indicações: Embaixador Arnaldo Caiche D'Oliveira, indicado para a República do Benim; Embaixador Antenor Américo Mourão Bogéa Filho, indicado para a República Togolesa; e também temos, ainda, um acordo internacional de doação, cujo relator é o Senador Suplicy.

Mas antes de passar à Pauta, nós temos a solicitação da palavra pelo Senador Fernando Collor.

Presidente Fernando Collor com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Sras. e Srs. Senadores, gostaria de fazer apenas um arrazoado sobre as impressões acerca da ofensiva econômica da China na Europa e na África.

Após a consolidação da suas zonas de influência econômica na Ásia, e firmar-se na África, a China realiza uma forte ofensiva econômica, hoje, na Europa. A iniciativa chinesa verifica-se no momento em que a Europa, atingida pela crise de 2008, 2009, apresenta um quadro de estagnação econômica, desemprego e autoendividamento público. Os investimentos chineses dirigem-se, principalmente, para obras de infraestrutura

– como há pouco informei na comissão da mesma área – com destaque para rodovias, ferrovias, portos e construção naval.

Ademais, tem havido maciças compras e promessas de aquisição de títulos da dívida pública de países seriamente afetados pela crise, como a Grécia, a Espanha, a Irlanda e a Itália. E esses países, duramente atingidos, já competem entre si pelos investimentos chineses, que podem representar uma oportunidade, no momento, para diminuir o seu desemprego. Alguns exemplos concretos da expansão europeia dos investimentos chineses são a compra de meio bilhão de euros de títulos de governo espanhol, o investimento no porto de Pireus, em Atenas, e no porto de Nápoles, na Itália. As negociações para um terminal de carga aérea no aeroporto de Roma, bem como para rodovias na Polônia. As aplicações financeiras ajudam a diversificar esse *portfólio*, que é extremamente concentrado em ativos denominados do desvalorizado dólar norte-americano, e os investimentos em infraestrutura e industriais preparam o terreno para uma maior influência chinesa no futuro.

A iniciativa da China vai além do simples interesse comercial e tem um caráter estratégico. Trata-se de um movimento que visa proporcionar à potência asiática apoio europeu para ter papel decisivo nas decisões de política econômica internacional, na organização mundial do comércio e nas discussões sobre taxas de câmbio.

É interessante notar que a estratégia chinesa dirige-se aos países periféricos da Europa ocidental, como a Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha, Itália – esse país não tão periférico assim – e que foram os mais atingidos pela crise; e também nos países do leste europeu, como a Polônia e a Hungria. Trata-se como a gente pode... como nós podemos depreender, de um ataque, pelas bordas, às áreas de União Europeia mais debilitadas pela crise que se abateu sobre o mundo há dois anos.

Registre-se também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a sabedoria tanto da escolha do alvo – países periféricos debilitados – quanto ao *timing* em que essa ofensiva chinesa está se realizando, no momento que os Estados Unidos estão as voltas com a enorme dificuldade de recuperação econômica. A aproximação econômica da China com a Europa mostra o crescente desejo chinês de afirmação estratégica global, a que os EUA, os Estados Unidos da América, já reagem com lances como a aceitação da inclusão da Índia como membro permanente em uma eventual, mas muito longínqua reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Eram essas observações que eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer sobre a ofensiva da China em países da África e da Europa.

Muito obrigado, V. Exa. Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Fernando Collor, é oportuna a sua observação, essa comissão deve, realmente, acompanhar esses acontecimentos. Nós tivemos, recentemente, eu estive recentemente na China, e vimos que o país continua em plena evolução do ponto de vista de crescimento, de comércio, de industrialização e, portanto, o Brasil não pode ficar alheio. Algumas informações importantes também são de se registrar. Por exemplo, foi até para minha surpresa que o número de registros(F), de vistos, para a entrada nos Estados Unidos, hoje, o maior número de países, de pessoas vêm da China. Quer dizer, o Brasil é o quarto país emissor de vistos para os Estados Unidos, mas, primeiro, é a China, segundo, é a Índia, terceiro, o México, e quarto é o Brasil, são informações do próprio embaixador americano. O Brasil ser o quarto não é muito surpresa, sabemos que o brasileiro está, inclusive, se beneficiando bem da questão do câmbio, e já existe mesmo na Flórida, Brasil é o terceiro país em número de visitantes na Flórida.

Agora, que a China já seja o número um em termos de visitantes aos Estados Unidos para mim é uma surpresa. Eu, realmente, não tinha essa informação do ponto de vista de saída de chineses, ponto de vista de crescimento da China é evidente que todos nós sabemos o que tem acontecido, mas a saída de chineses para os Estados Unidos ser hoje desse porte mostra uma outra faceta. O crescimento... O Senador Augusto Botelho, Senador João Tenório, Senador Heráclito participaram, também, dessa missão, o Senador Augusto Botelho pôde ver, continua impressionante o volume de construções novas na China, seja na infraestrutura habitacional, que basicamente tão desmanchando os prédios antigos todos e construindo novos prédios, mas a questão toda da infraestrutura de viadutos e de estradas impressiona muito, de aeroportos em especial, dando muita inveja, inclusive, a nós pelo nível dos nossos aeroportos, que estão muito a quem do que é necessário para podermos sedear a Copa do Mundo e a Olimpíada.

Mas esse ponto, realmente, da atenção da China com investimentos fora é outro importante ponto importante. Quer dizer, na África já é grande essa atuação, em Moçambique, na própria Angola e agora na própria Europa. Quer dizer, esses dados também que V. Exa. traz aqui, ou seja, de investimentos chineses em portos, como no porto de Nápoles, e o porto de Pireus,

investimento realmente na área, enfim, de compra de moeda, como esse da Espanha – 500 milhões de euros – vai fazendo uma ligação mostrando o gigantismo da China. Temos é que acompanhar, para estarmos atentos às consequências para o Brasil.

Mas eu quero, ainda, também, aqui, comunicar aos senhores membros que recebi, por meio de Embaixada da Federação da Rússia, uma comunicação de uma estatal da Assembleia Federal da Federação da Rússia, fazendo um apelo aos parlamentares dos estados-membros da ONU e das Organizações Parlamentares Internacionais sobre a retirada do bloqueio econômico, comercial e financeiro da República de Cuba. Uma cópia desse apelo está entregue a cada um dos Srs. Senadores. Na verdade, existe, eu pude comunicar ao representante de embaixada russa que existe uma sintonia, o Brasil, seja pelos membros do governo, seja pelos membros da oposição, defende o fim desse embargo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Perdão, mas eu não entendi. De quem é a...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A assembleia, o Congresso da Rússia pedindo apoio contra o embargo americano em Cuba. Pediram uma movimentação a todos os países da ONU...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Esse embargo é ainda o de 50 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, aquele embargo antigo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tem nada novo?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nada novo, tem novo a ação, a ação da Assembleia Federal da Rússia de tomar iniciativa de uma movimentação nesse sentido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Brasil, há muito tempo, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, há muito tempo. É o que eu estou dizendo. Eu disse a ele que, no Brasil, existe uma unanimidade, tanto dos parlamentares de oposição quanto de governo, todos entendem que o embargo realmente já se superou, não tem mais sentido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Mas, Presidente, é só o embargo, não se fala nada em direitos humanos, em coisas nenhuma não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não. Aqui é uma coisa específica... Está aqui o texto, é um texto de duas, três páginas, que vai ser entregue a todos vocês, a todos os senhores. Ele só, exatamente, chama a atenção para

o prejuízo comercial, econômico, financeiro que Cuba teve com esse embargo, mais nesse sentido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): É, mas já que a gente vai falar nisso, não custava nada falar, também, em direitos humanos de Cuba. Lá, o negócio ainda não mudou muita coisa, não. Já que a Organização das Nações Unidas vai querer resolver a parte comercial podia resolver a parte, também, do ser humano, que está lá oprimido, sem liberdade, sem nada, e preso por causa—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que a gente podia apenas salientar, Sr. Presidente, que a comissão ratifica a decisão tradicional do Brasil, que é favorável. Quer dizer, a propósito da intenção, nós somos a favor da decisão brasileira, que é a favorável a terminar [ininteligível], que é interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se os senhores todos estiverem de acordo, eu respondo a embaixada russa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo... Eu acho que seria interessante... Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estão todos de acordo? Podemos...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Mas eu gostaria de botar um adendo também, que poderíamos pensar também, já que vai abrir o mercado econômico, abrisse um pouco para liberdade, também, em Cuba. Nós não temos que interferir nos assuntos internos, mas já que estamos interferindo num sentido desse, poderia acrescentar um “itenzinho” para lembrar sobre os direitos humanos em Cuba.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está lá na Bíblia, no Eclesiastes, dizendo que há um momento para tudo na vida: um momento para rir, para chorar, para aplaudir, para [ininteligível]. Agora é o momento de dizer que somos favoráveis a isso. Lá adiante vem o outro momento de clamar pela liberdade. Eu concordo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Como o Senador Pedro Simon citou a Bíblia, então eu acho que vou ter que aceitar.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vai deixar direitos humanos para um segundo momento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Mas com o compromisso de que a gente, no futuro, faça isso também em uma oportunidade não muito distante. São 50 anos já que o negócio está duro lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente, é verdade.

Eu me lembro bem que o dia, há poucos meses atrás, quando o Senador Eduardo Suplicy exatamente estava comunicando ao Plenário a libertação de alguns presos políticos de Cuba, que o Senador Heráclito perguntou quantos outros ainda estavam presos [risos]. E é verdade. Então, falta ver quantos continuam presos.

Mas eu quero, então, já convidar aqui os dois embaixadores para que possam ter assento à Mesa. Então convido o Embaixador Arnaldo D'Oliveira indicado para a República do Benin e o Embaixador Antenor Bogéa Filho indicado para a República de Togo.

Senador Suplicy, eu vou começar pelo acordo internacional que V. Exa. é o relator e depois passamos aos embaixadores.

Projeto de Lei da Câmara nº. 149/2010, Projeto de 6.751/2006, da Casa de origem, do Presidente da República, “*que autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento*”. Relator, Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, prezados embaixadores Arnaldo Caiche D'Oliveira e Antenor Américo Mourão Bogéa Filho, com respeito a proposta “*que autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento, o Projeto de Lei da Câmara 149 é de autoria do Presidente e foi apresentado ao Congresso em 3 de março de 2006.*”

A matéria foi encaminhada à Câmara, tendo sido aprovada na forma de substitutivo, inclusive remetida à revisão do Senado. A finalidade é autorizar o Poder Executivo a contribuir com mecanismos financeiros de diferentes instituições internacionais destinadas a apoiar o desenvolvimento de países de menor renda relativa.

A colaboração ocorrerá mediante doação dos valores previamente estipulados, e busca auxiliar o desenvolvimento do campo da saúde. Após ser lido nessa Casa, em 16 de julho de 2010, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Assuntos Econômicos.

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC, ao ser lido, foi despachado pelo Presidente da Casa, primeiramente a CREA, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes às relações internacionais.

Registre-se que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais. No tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável.

No que se refere ao mérito, o projeto é a vários títulos dignos de aprovação, trata-se de iniciativas que

objetivam proporcionar melhores condições de saúde mediante compra e distribuição de medicamentos para países mais carentes da comunidade internacional.

Os aportes tal como aprovado na forma de substitutivo pela Casa de origem vincula-se às seguintes iniciativas: aliança global para vacinas e imunização, no valor de 20 milhões de dólares norte-americanos distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira do mecanismo de financiamento internacional para imunização, a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda; Central Internacional para Compra de Medicamentos unitários na proporção de dois dólares dos Estados Unidos por passageiro que embarque em aeronave no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo país.

A aliança tem como missão o elevado propósito de salvar vidas de crianças, bem como proteger a saúde da população dos países mais pobres mediante o aumento do acesso à imunização. Ela conta com dez anos de relevantes serviços prestados a parcela mais carente da comunidade internacional. O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário quanto da perspectiva da inserção de nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.

A Central Internacional para a Compra de Medicamentos, por sua vez, foi constituída em setembro de 2006, por iniciativa conjunta dos governos do Brasil e da França. E foi concebida visando a aquisição de medicamentos contra síndrome da... Aids, a malária e a tuberculose. A Central é financiada, sobretudo, por meio de mecanismo renovador que agrega pequeno valor aos bilhetes aéreos internacionais a ser destinada à iniciativa.

Com objetivo de aprimorar o texto da proposição, apresento uma emenda de redação que ajusta a emenda do PLC 149/2010. No texto proveniente da Câmara, a ementa da proposição dispõe que o PLC autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações da iniciativa internacional de auxílio ao desenvolvimento, o que não está em harmonia com os dispositivos do projeto.

Sendo assim, proponho a correção da ementa nos seguintes termos: 'Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento'.

Um ligeiro engano, que eu aqui corrijo, em relação ao que veio da Câmara, Sr. Presidente. E, de acordo com o próprio Itamaraty, essa é a redação correta.

"Portanto, a emenda de redação autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativa internacional de auxílio ao desenvolvimento".

Ressalto, Sr. Presidente, que esta proposição se relaciona no seu propósito com aquilo que hoje preocupa a comunidade internacional, relativa à iniciativa de apoio as populações que estão sendo afetadas por doença ali no Haiti.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. Em discussão o relatório.

Senador Suplicy, eu queria só uma informação aqui. Essa da Central Internacional para Compra de Medicamentos, que implica o pagamento de um taxa de dois dólares por passageiros que embarque em aeronave no Brasil, com destino ao exterior, isso já está... Essa medida não está em implementação ainda, será implementada a partir de agora?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É o que eu entendo, Sr. Presidente, que é uma autorização para que isso possa acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Algum senador deseja, ainda, discutir?

Portanto, não havendo mais que queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação.

Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado o parecer do Senador Suplicy, favorável à autorização da República Federativa do Brasil efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

Eu quero, ainda, registrar, na semana passada eu estava ausente, o Senador Geraldo Mesquita que foi o Presidente, como vice-Presidente da comissão, eu quero registrar a presença do Senador Alfredo Cotait, pelo Rio de Janeiro, pelo Estado de São Paulo. É a primeira vez que eu participo, quero lhe dar as boas-vindas nessa comissão, e ao mesmo tempo lembrando, realmente, com muita saudade, do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma foi o membro permanente dessa comissão, durante todos esses oito anos, e ele, aqui, esteve presente, falava com muita... com muito gosto mesmo da sua afeição a essa comissão, como que ele se interessa por esses temas da relação internacional, e sempre teve aqui muita dedicação. E nós sentimos muito a ausência do Senador Romeu Tuma, mas temos certeza que V. Exa. estará substituindo à altura nesse período que resta ainda dessa comissão. Mais uma vez, então, nossa homenagem ao Senador Romeu Tuma.

Eu quero, ainda, me referir à programação da comissão, nós vamos ter aí, ainda, a análise de 16 embai-

xadores até o fim do ano. Então, nós temos, além das reuniões ordinárias de hoje, da próxima quinta-feira, 25, da quinta 2, da quinta 9 de dezembro, e da quinta 16, talvez na quarta 15, porque nós, além de aprovarmos aqui, temos que ter aprovação em Plenário, e o Senado deve ter votações em Plenário até do dia 16 de dezembro. É a estimativa. Dia 17 é o dia previsto, em todo o Brasil, para a diplomação dos eleitos. E na outra semana já será Natal.

Então, nós vamos ter aqui um esforço, nós vamos ter que ter reuniões extraordinárias também. Eu vou contar com o Senador Geraldo Mesquita que nos auxilie, também, nessa... Nós possamos ter as reuniões, na medida que eu puder estar presente, puder estar o Senador Geraldo. Mas eu faço um apelo a todos os senadores para que estejam presentes nessas reuniões.

Já na próxima terça-feira, semana que vem, nós teremos já uma reunião extraordinária. Semana que vem, nós vamos ter reunião da Relações Exteriores, na terça, na quarta e na quinta. Na terça-feira, para a análise dos indicados para a Embaixada de Belize e o indicado para Embaixada de Bahamas. Na quarta-feira, para análise das emendas orçamentárias de comissões ao orçamento federal. E, na quinta-feira, já temos também mais dois outros embaixadores programados. E aí, na semana seguinte, a primeira semana de dezembro, já vamos precisar ter reuniões extraordinárias também, além da ordinária. Nós fecharemos o ano aí em tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, quero justificar, pois na próxima semana, a convite do governo do Sudão, de 21 a 25, eu estarei em viagem para, em Cartum, falar para os ministros da área de desenvolvimento social da África, sobre os programas de transferência de renda, experiência brasileira e a perspectiva da Renda Básica de Cidadania. Já apresentei o requerimento em Plenário, não haverá ônus para o Senado. Então, a razão de eu não estar nessas reuniões é por causa desta missão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O senhor estará ausente semana que vem só, não é? A outra--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Porque além dos embaixadores que nós estamos analisando hoje, Togo e Benim, nós temos aqui, ainda, na Pauta, o embaixador para Dominique(F), embaixador para o Canadá, embaixador para o Peru, embaixador para a Colômbia, embaixador para o México, embaixador para a República Tcheca,

para o Reino da Suécia, e ainda encaminhamos o da Jamaica e mais três outros que o Itamaraty ainda não encaminhou para nós.

Vamos passar aos embaixadores, o Item 1, Não Terminativo, Mensagem 151/2010, "*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira, é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Benin*". Autoria do Presidente da República. Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra, senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): "*Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil, junto à República do Benim.*"

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso IV.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministro das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira é filho de Benedicto Narciso D'Oliveira e de Linda Caiche D'Oliveira, tendo nascido a 5 de outubro de 1947, Ribeirão Preto, São Paulo.

O candidato, diplomado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, e em Geografia pela Universidade de São Paulo, ingressou na carreira diplomática em 1979 por concurso, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte, mesmo ano em que exerceu a função de assistente da Divisão de Orçamento.

No exterior exerceu, entre outros, os cargos de Segundo Secretário, em Madri, Luanda e Assunção, e de Primeiro Secretário, em Madri, onde também foi conselheiro. Foi, ainda, conselheiro em La Paz, em Porto Príncipe, e embaixador em Lomé.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre as relações entre os dois países. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1961, sendo que nossa Embaixada em Contonou foi criada em 2007, como resultado da maior aproximação entre o Brasil e Benin e das visitas feitas pelo mandatário daquele país no Brasil, e ao Presidente Lula ao Benim, em 2007, 2006, respectivamente.

Apesar dos laços econômicos merecem maior atenção, Brasil e Benin têm vínculos centenários, uma

vez que a antiga Daomé enviou muitos escravos para nosso país, os quais foram fundamentais para a constituição de nossa nacionalidade. Aspecto interessante nessas relações foi a emigração de escravos brasileiros alforriados, desde 1830, para Daomé, tornando-se influentes naquela sociedade. A muito que se fazer, sobretudo no que se concerne a cooperação na área cultural e no fomento ao desenvolvimento.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta comissão possuem elementos suficientes para liberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório”.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos.

O Senador Gilvam Borges é o relator do Embaixador Antonio (sic) Borgéa, mas a informação é que ele está a caminho. Então, vamos passar já a palavra ao Embaixador Arnaldo Caiche, e se o Senador Gilvam não chegar, nós então designaremos um relator *ad hoc*.

Embaixador Arnaldo D'Oliveira, prazo normal de dez minutos, mas se V. Exa. precisar de mais, não há problema.

SR. ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, Exmo. Sr. vice-Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Exmos. Srs. Senadores, muito obrigado pela atenção e gentileza que me tem sido concedidas. Especial agradecimento ao Sr. Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Bom, o Benin é um país da Costa ocidental da África e é um país que sucede historicamente ao reino... ao Reino de Abomé, que floresceu no século XVII. Em 1884, passou a ser uma colônia francesa e alcançou a independência em agosto de 1960. Fisicamente, ele tem mais ou menos a dimensão do Estado de Pernambuco, ou seja, 110 km². Tem oito 8,5 milhões de habitantes e a renda *per capita* é de cerca de US\$ 765.

É um país basicamente dependente da agricultura e extração vegetal, mineral, sendo que o algodão é responsável por 45% da receita do país.

O Benim registrou um crescimento econômico, nos últimos oito anos, mas com a crise de 2008 afetou fortemente a economia do Benin. Em 2009, o crescimento foi apenas de 2,5%. É um país pobre, onde apenas a terceira parte da população usufrui de saneamento básico e assistência médico-hospitalar. A economia informal é grande, e também o desemprego, sobretudo, entre jovens. O Presidente atual Thomas Yayi Boni, foi eleito em março de 2006, em eleições

transparentes e pacíficas, e tentou reverter um quadro de empobrecimento que o Benin vinha sofrendo acerca de quase 30 anos, com um governo autoritário de Mathieu Kérékou. E conseguiu, realmente, nesses últimos cinco anos, alguns sucessos na área econômica e social.

O Boni aí conseguiu, também, promover algumas reformas institucionais e adotou ações práticas de boa governança. Com isso, ele conseguiu o apoio da comunidade internacional, que retomaram os financiamentos, e, enfim, os investimentos, as doações, e o Benin, realmente, apresentou alguns sucessos nesses últimos cinco anos. Ele está para... Em março próximo, haverá eleições presidenciais e ele é um dos fortes candidatos a reeleição. A reeleição, claro, é permitida por dois mandatos consecutivos de cinco anos.

O senhor sabe, as Nações Unidas traçou nove objetivos do milênio para alcançar o desenvolvimento e o fim da pobreza extrema. O Benin conseguiu alguma melhoria em alguns desses objetivos, mas não muitos. Talvez o maior sucesso que o Benin tenha encontrado, enfim, êxito, foi a aliança, parceria, busca de parcerias para o desenvolvimento. O Benin, realmente, conseguiu atrair os investimentos, os financiamentos, constitucionais muitas vezes, e o país passa por uma fase de desenvolvimento, Cotonou, que é a capital administrativa e a principal cidade do país, e Porto-Novo que é a capital legislativa e também uma cidade importante, parecem, hoje, canteiros de obra e note-se que o país está melhorando em infraestrutura e a economia está mais dinâmica.

Bom, quanto às relações bilaterais, como o senador disse, foram estabelecidas em 1961, mas elas foram pouco expressivas, até que em 2002 houve uma decisão governamental de revigoramento das relações com o Benin. Em fevereiro de 2006, o Presidente Lula visitou o Benin e lançou o compromisso de inaugurar a Embaixada, em Contonou, o que foi feito em outubro de 2006. E reciprocidade o Presidente Boni visitou o Brasil em agosto de 2007 e fez uma grande viagem acompanhado de muitos ministros, empresários, e foi uma viagem realmente de grande êxito. Estiveram, também, no Benin, em 2008, em setembro de 2008, o governador da Bahia, Jaques Wagner, e o Ministro da Cultura Juca Ferreira. Foi estabelecido um grande programa de cooperação cultural entre a Bahia, o Estado da Bahia, e o Benin. E esse programa tem dado resultados, entre eles a Semana do Benin, em novembro de 2009, em Salvador, que trouxe grande número de intelectuais e artistas acompanhado pelo Ministro da Cultura do Benin, e essa delegação foi recebida em Salvador pelo Presidente Lula. Em março de 2001, março de 2009, foi realizada a 1ª Reunião

de Comissão Mista, Brasil e Benin, e dessa... E essa reunião, realmente, serviu para o aprofundamento da cooperação bilateral. Foram assinados alguns ajustes complementares a um acordo de cooperação técnica e científica, dos anos 60, que nunca havia sido posto em prática. E esses acordos foram: apoio ao Benin no combate a anemia falciforme, que é uma enfermidade que afeta muito duramente os países africanos; a proteção ao patrimônio cultural no Benin; um projeto piloto de aplicação de Bolsa-Família; e o apoio ao desenvolvimento de um grupo que chama Cotton-4. Cotton-4 são quatro países produtores, grandes produtores de algodão da região, que são o Benin, Burkina Faso, o Mali e o Chade.

O Brasil tem fornecido técnicos e fornecido nossa experiência... E estamos adaptando, começamos a plantar, em uma estação experimental, em Burkina Faso, as sementes melhoradas pela a EMBRAPA, que vão ser adaptadas às condições do Benin, para a melhoria do algodão. Além disso, esse grupo Cotton-4, ao qual o Brasil dá apoio, tenta modificar, no âmbito da Organização Mundial de Comércio, reverter essa situação de protecionismo, de subsídios dados para os países desenvolvidos, como os Estados Unidos. E o Brasil tem alcançado sucesso e esses países têm acompanhado o êxito do Brasil.

Bom, nós temos, ainda, muito a ganhar, os dois países, na área de cooperação e em combustíveis. Em março passado houve um seminário de políticas públicas para biocombustíveis, organizado pelo Itamaraty, e o programa estruturado de apoio aos demais países em desenvolvimento na área de energias renováveis, o Co-renova(F).

Outra coisa importante é que o resultado dos nossos acordos, dos ajustes, início ainda desse... Ainda em novembro, vai ter início um projeto de gestão patrimonial, cultural do Benin. Nós estamos enviando técnicos para a capacitação de técnicos beninenses e eles vão fazer, em conjunto, o inventário do patrimônio cultural do Benin. Isso é importante para nós, porque nós, também, temos um patrimônio cultural implantado no Benin, que arquitetura as casas... E tudo isso é uma... o Brasil introduziu. Quando os ex-escravos retornaram ao Benin e ao Togo, a Gana, etc., trouxeram técnicas que eles não tinham. Vieram de uma metrópole, que era Salvador, [soa a campainha] e foram a países onde não havia quase nada. Então, existe um patrimônio arquitetural, artístico, que é preciso preservar. E faz parte desse nosso projeto de apoio ao inventário, ao levantamento do patrimônio cultural do Benin.

Outra coisa importante foi a criação de um eleitorado brasileiro na Universidade Abomé Calavi, que é a principal do país. Em setembro de 2009, o Brasil

enviou uma professora que dá curso de português na universidade a cerca de 400 alunos. São alunos mesmo da universidade e funcionários do Ministério de Assuntos Exteriores do Benin, que trabalham com temas brasileiros, como membros dessa comunidade agudás, que são os retornados brasileiros, enfim, pessoas interessadas em aprender o português. Fora o curso na universidade, que tem cerca de 400 alunos, ela dá, ainda, aula em outros cinco cursos gratuitos. Enfim, é uma coisa importante para nós e importante, também, para a promoção do nosso programa de estudante-convênio de pós-graduação, que exige uma fluência em português.

Bom, além disso, existe acordos, perdão, estudos entre o Ministério da Cultura do Brasil e a Fundação Palmares, para dinamizar a chamada Casa do Brasil em Uidá – Uidá não aparece no mapa, mas está um pouquinho a esquerda de Porto-Novo. Uidá foi um porto importante de saída dos escravos e também do retorno. Então, em Uidá existe uma casa chamada Casa do Brasil. Ela não é nem de arquitetura brasileira e nem tem a relação alguma com o Brasil, mas tem esse título. Na verdade, era uma casa de administração francesa. O governo do Benin nos ofereceu a casa, o Ministério da Cultura não aceitou, mas aceitou a administração e a programação cultural. Então, isso vai começar a funcionar, além de atividades artísticas e culturais, haverá ensino de português, e, provavelmente, formação profissional com o apoio de Senai.

E são essas, esses projetos que estão já dando fruto. E outra coisa mais, houve uma cooperação militar, dois técnicos brasileiros deram cursos entre 2008 e 2009 em um centro de desminagem e aperfeiçoamento... Um centro de aperfeiçoamento e ações de desminagem em Uidá; também nessa cidade. O curso já terminou, mas há possibilidade deles voltarem. Não há [ininteligível], mas esse centro é para toda a África. Então, técnicos de Moçambique, de Angola, Guiné-Bissau, onde houve muitos problemas, assistiram a esses cursos.

Bom, quanto ao comércio Brasil-Benin, ele é pequeno ainda, mas tem experimentado um forte crescimento nos últimos anos. Entre 2006 e 2009, ele passou de US\$ 42 a 141 milhões, ou seja, um crescimento de 230%. O principal produto de brasileiro exportado é o arroz, os principais: arroz, açúcar, carnes e produtos básicos de ferro. O grande problema é que ultimamente, nos últimos dois anos, nós não compramos nada do Benin. Nada, nada. Nós éramos compradores tradicionais de algodão, mas não sei por que motivos deixamos de comprar. Então a balança comercial é altamente favorável a nós, e seria preciso encontrar um meio de tentar reequilibrar.

Eles, além de algodão, produzem fosfato, e o Brasil também é um comprador de fosfato. Talvez, fosse uma... Enfim. Mas a campo, ainda, para expansão do comércio brasileiro em áreas como produtos farmacêuticos e equipamentos para transporte e outros produtos químicos, etc., maquinarias. E alguma coisa já positiva é que este Grupo Odilon Santos, de Goiânia, acaba de fazer um acordo para a criação de uma empresa de transportes públicos em Cotonou. Os senhores sabem, essa região o transporte público é precaríssimo. A empresa, pelo que consta, já está lá, tem uma representação, e vai se encarregar do transporte público em Cotonou. Outra coisa que está acontecendo é o fabricante de genéricos brasileiros, que vai abrir, também, uma representação em Cotonou.

Bom, o Benin é um mercado em expansão, e uma coisa, ainda, uma grande vantagem, é que o porto de Cotonou é uma entrada para grandes, enfim, para países da área. Por exemplo, países interiores como Níger, Burkina Faso, e o Mali, e também para a Nigéria. Cerca de 75% do movimento do porto de Cotonou, as mercadorias, 75% se dirige a Nigéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O regime, hoje, então, abandonou o regime marxista. É um regime de mercado, existe todo o interesse em novos investimentos.

SR. ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA: O regime marxista de Kerekou foi abandonado com as eleições, em... Bom, ele abandonou antes, porque ele governou 18 anos como um regime autoritário, autocrático, e era um regime... Uma república popular. Isso, ele voltou em 2001, como presidente eleito e, enfim, o regime mudou um pouco e, hoje, realmente, o país é totalmente democratizado, todos os regimes... Os poderes são independentes e a imprensa é totalmente livre. Há uma produção de jornais, eles têm cerca de 40 jornais, é uma coisa impressionante. São realmente pequenos jornais, mais cerca de 40, enfim, e são totalmente livres, fazem oposição, enfim. Realmente, a democracia foi implantada e espera-se que continue. O Benin é um exemplo de estabilidade democrática. Tem sido estabilidade política. Outra coisa que favorece é que as diferenças étnicas não são motivo de desunião nacional, de conflitos, como em outros países, isso é e um grande fator de estabilidade.

Bom, as relações bilaterais sofreram um forte adensamento, a partir da abertura da Embaixada no Brasil, em Cotonou, em outubro de 2006. E em 2007, agosto de 2007, a abertura do Benin, da Embaixada do Benin, em Brasília, e as respectivas trocas de embaixadores residentes.

A presença brasileira na vida do Benin é uma realidade, tanto em termos políticos como educacional,

cultural e comercial e de cooperação. Desde que foi aberta a Embaixada, em outubro de 2006, até hoje, foram conseguidos cerca de 350 vistos. E isso mostra... E a maioria vistos turísticos, o que mostra o interesse.

Só apenas para finalizar, queria dizer que ainda há muito a fazer, e há uma grande expectativa beninense de que... Para que o Brasil tenha uma presença cada vez maior no Brasil, e que seja realmente um grande aliado, um parceiro para o desenvolvimento do Benin.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador.

Eu, na ausência, portanto, do Senador Gilvam Borges, relator do Embaixador Antenor Bogéa Filho, eu solicito ao nosso vice-Presidente, Senador Geraldo Mesquita, que como relator *ad hoc* possa ler o relatório da "*indicação do Embaixador Antenor Américo Mourão Bogéa Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto a República Togolesa*".

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O processo de votação está aberto já em relação... Os senhores já têm os relatórios já está aberto o processo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado Presidente. De fato, estamos em face da "*indicação do Sr. Antonio (sic) Américo Mourão Bogéa Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, que terá a missão de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa*".

Sr. Antenor é filho de Antenor Américo Mourão e Francisca Azevedo Martins Bogéa, tendo nascido em 9 de outubro de 1944, maranhense, de São Luís. O indicado é graduado em Ciências Políticas, na Geórgia, Estados Unidos, em 1967. Concluiu, também, nos Estados Unidos, mestrado em Literatura Anglo-Saxônica, em Washington, em 1974. Ingressou na carreira diplomática, por concurso, em 1977. Em 1978, tornou-se Terceiro Secretário; foi promovido a conselheiro, em 1993; a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, em 2003". Tudo isso sempre por merecimento.

"Foi chefe-adjunto do cerimonial da Presidência da República, em 1986; curso geral adjunto do Consulado-Geral, em Marselha, em 1993; Assessor na Assessoria de Relações Federativas, em 1998;

assessor no Departamento Cultural, em 2002; chefe de delegação da Comissão Mista Brasil-França, em 2003; Ministro Conselheiro encarregado de negócios na Embaixada, em Atenas, 2006.

O Brasil reconheceu a independência do Togo, em 26 de abril de 60. O estabelecimento de relações diplomáticas formais foi implementado, em 1962, com a criação de embaixada não residente, em Acra, na República de Gana. Em 1978, ambos os países abrem embaixadas residentes. Em 1997, foi fechada a nossa embaixada por motivos de ordem orçamentária. O Togo, por sua vez, a sua embaixada em Brasília, em 1999, fechou. Mas no final de 2005, o governo brasileiro retomou a missão na capital Togolesa.

Por conta de estabilidade política e econômica no país africano, em 1990, o relacionamento bilateral permaneceu bastante acanhado. Entretanto, a realização da 1ª Comissão Mista Brasil-Togo, em março de 2009, abriu novas perspectivas. Com efeito, no encontro foram assinados documentos de variadas ordens tendentes a aproximar os dois países.

Nesse sentido, merece destaque o memorando de entendimento entre a EMBRAPA, e o Instituto Togolês de Pesquisa Agrônômica. Ajustou-se, ainda, a realização da 2ª Reunião da Comissão Mista para o ano de 2011, que ocorrerá aqui em Brasília.

O Ministro Celso Amorim esteve em Togo, em outubro de 2009. No plano econômico, as relações bilaterais são modestas. Em 2009, as trocas bilaterais atingiram o montante de US\$ 66,8 milhões, números informados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Constam de nossa pauta de exportações, daqui para lá, os seguintes produtos: açúcar de cana, beterraba, polietileno sem carga, fios para a máquina de ferro e aço, polietileno linear e saco de papel. Importamos, basicamente, fosfato de cálcio.

Com essas informações, e aquelas que serão oferecidas pelo eminente diplomata, Presidente, essa comissão já pode deliberar sobre a sua indicação". É o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Vamos, então, já passar a palavra ao Embaixador Antenor Bogéa Filho.

Embaixador, com a palavra.

SR. ANTENOR AMÉRICO MOURÃO BOGÉA FILHO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, Exmo. Sr. Senador Geraldo Mesquita Júnior, vice-Presidente da comissão, Exmo. Srs. Senadores, senhoras e senhores. O Togo é um pequeno país, como podemos ver no mapa ao lado, de forma rudemente

retangular, que se estende do Golfo da Guiné(F) até o país acima de Burkina Faso. Faz fronteiras com o Benin e com Gana. Tem uma área aproximada a área do Estado da Paraíba, cerca de 57 mil km². Ele tornou-se dependente da França, em 1960, e manteve o francês como língua oficial, paralelamente a duas línguas locais: ewe e cabie.

Os dados que meu colega Arnaldo Caiche apresentou aqui sobre o Benin, não diria os mesmo, são praticamente próximos, bem próximos aos dados do Togo. Muito semelhantes. Evidentemente, o Benin, a República Benin tem uma situação um pouco melhor do que a situação do Togo, embora ambos sejam países bastante pobres. E por isso mesmo o Togo, como país pobre, é bastante motivado em buscar parceria para poder receber alguma forma de cooperação. A importância nossa, a importância da presença brasileira no Togo, além do seu [ininteligível] político, tem essa importância de você poder colaborar com o desenvolvimento de um país que ofereceu ao Brasil, em épocas passadas, grandes contingentes de mão de obra, os escravos, aos quais nos referimos anteriormente por nosso colega.

A população do Togo é de cerca de 6 milhões e 800 mil habitantes. É uma república semipresidencialista com um presidente e um primeiro-ministro, tem uma assembleia nacional, parlamento unicameral, 83 deputados.

O PIB do Togo é da ordem de US\$ 2,8 bilhões. E a renda *per capita* é muito baixa, abaixo de R\$ 500. A economia do país, semelhantemente ao caso do país anteriormente apresentado, depende essencialmente da agricultura. No caso do Togo, mineração de fosfato, também, e do comércio regional. Esse comércio regional se desenvolve muito em razão do porto de Lomé, a capital, que é um porto, apesar da situação do país, é um porto bastante moderno e que serve de trânsito para bens e produtos destinados a países centrais, como Burkina Faso, Níger, Mali, e a países, também, costeiros como Nigéria, Gana e o próprio Benin. Cerca de 30% dos produtos importados pelo Benin são reexportados através desse porto de Lomé.

O nível de investimentos domésticos é muito baixo e esse é um dos grandes problemas enfrentados pelo Togo para acelerar seu desenvolvimento. Os principais parceiros econômicos do Togo são a China, Gana, França, Alemanha, Burkina Faso, Costa do Marfim e Estados Unidos. França e Alemanha, evidentemente, pelas razões históricas, porque antes de pertencer ao império francês, Togo fez parte de um pequeno império alemão que tinha domínio sobre a Togolândia, que na época era chamada Costa dos Escravos, ao lado da Costa do Marfim e ao lado da Costa do Ouro, que se

ria Gana. Após a Segunda Guerra, a Primeira Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha, o Togo passou a depender da França e da Inglaterra.

O Brasil e o Togo. No âmbito de nossas embaixadas, em países de pequeno desenvolvimento, nossa missão tem se voltado, com frequência, para o desenvolvimento de um trabalho de cooperação. Embora não sejamos doadores como o Japão, os Estados Unidos, a França, a China, União Europeia, nós temos tido oportunidade de exercer um trabalho de cooperação em setores primordiais para esses parceiros menos favorecidos. Nossas relações diplomáticas com o Togo datam de 1962. Nos anos 80, abrimos uma embaixada que, posteriormente, tivemos que fechar por questões de falta de recursos. O mesmo aconteceu com o Togo, que abriu a Embaixada do Brasil e depois se viu forçado a fechá-la pelas mesmas razões.

Em 2006, o Brasil reabriu sua Embaixada em Lomé, e a partir de então nós temos procurado desenvolver, com o Togo, um programa de cooperação com base em diversos acordos assinados nos anos 70, que privilegiavam áreas como cultura, agricultura, capacitação de pessoal, educação e cooperação técnica e científica.

As dificuldades pelas quais passam o Togo, muitas vezes, impedem que a implementação de determinados projetos de cooperação ocorra de forma mais prática ou de forma mais ágil. Um desses pontos, uma dessas dificuldades diz respeito à locação em tempo hábil dos recursos que representam a contrapartida do país para os projetos feitos com o Brasil. O nosso caso, vamos chamar essa cooperação de sul-sul, tem se tornado muito importante no contexto Brasil e Togo, porque se constitui no instrumento que pode permitir a formulação de questões e soluções do desenvolvimento a partir de uma ótica do sul, diferentemente da ótica norte-sul, ou como eu mencionei, anteriormente, desses países que são doadores, que cooperam, mas que nem sempre seguem, doam aos países e nem sempre seguem a implementação dos recursos de forma mais objetiva.

O intercâmbio comercial do Togo com o Brasil é de nível bastante modesto, dadas as poucas perspectivas de um mercado reduzido e de baixo poder aquisitivo, como é o caso do Togo. Em 2007, nossas trocas comerciais chegaram a US\$ 48 milhões; em 2008, a US\$ 81 milhões; em 2009, chegamos, aproximadamente, a US\$ 77, 80 milhões; em 2010, não temos ainda o [ininteligível].

Tivemos uma Comissão Mista com Togo, no ano passado, e através, por meio dessa Comissão Mista podemos definir uma série de programas de cooperação. E eu gostaria de mencionar alguns acordos, um deles

importante, um acordo sobre exercício de... O acordo básico de cooperação técnica para implementação do projeto apoio institucional ao ITRA, que é o Instituto Toglês de Pesquisa Agrícola, com o qual a EMBRAPA tem um programa de desenvolvimento. E também um ajuste complementar para implementação de um projeto apoio a formação profissional e tecnológica do Togo, em áreas de formação pedagógica e mecânicas de automóveis. Enfim, há outros acordos também em área cultural, em área educacional, e eu, se tiver oportunidade, se for aprovado, me interessarei e terei muita vontade de criar condições para que possamos fazer um trabalho mais profundo com o Togo.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Já na fase de indagações, o Senador Alfredo Cotait está inscrito. Com a palavra, senador.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Bom, primeiramente, Sr. Presidente, Senador Eduardo Azevedo, queria agradecer as suas palavras iniciais, dizer que estou aqui para colaborar com V. Exa. e demais senadores, e para cumprir o mandato do querido Senador Romeu Tuma, até em memória da sua história de 16 anos nessa Casa.

Eu queria, a princípio, fazer um comentário aos nossos dois embaixadores, o Arnaldo Caiche D'Oliveira e o Antenor Américo Mourão Bogéa Filho, que fizeram uma brilhante exposição sobre os dois países que deverão servir no futuro, mas gostaria de fazer umas observações; primeiro quanto ao comércio bilateral. Conforme foi exposto, a pauta de exportação brasileira está muito concentrada. Acho que uma ação importante seria a gente expandir essa pauta para produtos, inclusive, manufaturados. Não sei a opinião dos senhores – eu gostaria, depois, de ouvir – sobre a estratégia de se detectar no país produtos brasileiros que pudessem ser exportados tanto ao Benin como ao Togo. Mas, também, comércio exterior é uma via de duas mãos. Se o Brasil tem o interesse de ajudar comercialmente o Benin e ao Togo, ajudar eles para que possam gerar empregos e desenvolvimento, uma das principais formas é encontrar produtos, nos dois países, que possam ser importados. O que nós precisamos aumentar é a pauta global do comércio exterior. Não adianta só ir para lá e querer exportar os nossos produtos. É fundamental que a gente também entenda que eles necessitam se desenvolver e que, se nós ajudarmos eles a encontrar produtos que são produzidos lá e que possam ser importados pelo Brasil, com certeza, isso trará bons frutos no futuro.

Gostaria também de fazer uma menção. Vi que os senhores têm uma preocupação muito grande na parte

cultural, acho isso fundamental, principalmente porque essa é uma primeira forma de interação, de troca das nossas culturas, tão próximas, mas acho que, dentro da minha experiência, que há pouco eu tempo eu servi à cidade de São Paulo, como secretário municipal de Relações Internacionais e tive oportunidade de receber várias missões de países africanos, e, conversando com autoridades, eles têm uma expectativa muito grande do Brasil para que possa auxiliá-los, principalmente na transferência, não só apenas de tecnologia, mas de conceitos administrativos, de gestão pública. Ou seja, há outros serviços que nós poderíamos realmente fazer a transferência, e aí eu gostaria que os senhores também ficassem atentos a isso, porque aí podem surgir grandes oportunidades, não apenas do ponto de vista comercial, mas do ponto de vista humano e social, para ajudar esses dois países irmãos.

O Embaixador Antenor, como comentou sobre a política Sul/Sul, que é uma política do nosso Itamaraty, correta, no sentido da ligação Brasil, África do Sul e Índia, que é a política do nosso chanceler Celso Amorim, mas acredito que isso possa se estender a outros países, como Togo e o Benin, sem esquecer a própria Angola, que, hoje, é um foco objetivo de uma investida da China, em grandes investimentos, e que o Brasil precisaria ficar atento também para aquela região. Como Angola faz fronteira com Benin, isso também poderia ficar com o Embaixador Arnaldo, até para acompanhar esses movimentos.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um pequeno relato. Eu estive, na sexta-feira passada, em uma missão em Milão, onde fizemos uma reunião com o nosso Embaixador Luiz Henrique, que é o Cônsul-Geral do Brasil em Milão, junto com autoridades e empresários italianos, para organizar uma missão, uma grande missão, de empresários italianos ao Rio e a São Paulo, que acontecerá nos dias 23, 24 e 25 de novembro. Eram essas as minhas observações e parabéns aos dois embaixadores.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Alfredo Cotait. Eu quero ainda comunicar aos Srs. Senadores que, hoje à tarde, nós temos uma Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para analisar a situação conjuntural dos Estados de Tocantins, Roraima e Amapá, em atendimento ao Requerimento nº. 27/2010, da CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado em junho deste ano. Estarão presentes o Deputado Júnior Coimbra, Presidente da Assembleia Legislativa de Tocantins, Deputado Antonio Mecias Pereira de Jesus, Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima e o

Deputado Jorge Amanajás, Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá. Hoje, na parte da tarde, teremos essa Audiência Pública. E eu relembro, então, que, semana que vem, nós temos reunião terça, quarta e quinta. Terça-feira, para a análise de dois embaixadores... Senador Flexa, V. Exa. está convocado para três reuniões a semana que vem, viu?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou sabendo já. [ininteligível], Presidente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, sempre que nós temos o prazer, aqui, de receber diplomatas que se destinam a representar um país africano me ocorre uma questão. Notadamente, hoje, os diplomatas se referiram expressamente ao fato de que os países onde servirão foram palco de violência contra os africanos, que foram retirados de seus países e escravizados em outros países, inclusive no nosso país. Isso me leva a considerações do tipo: o Brasil é um país racista. Oficialmente não, mas é, mas é. Oficialmente não, para que... Acho que é um processo até de negação desse fato. Ou seja, oficialmente, o Brasil não é racista, para negar o fato de que nós somos e de que escravizamos milhares, talvez até milhões, de africanos. Eu acho que vai chegar uma hora que a gente vai ter que, oficialmente, reconhecer isso, já que, até hoje, isso é negado. E eu acho que o início desse processo seria, por exemplo, a instituição pelo país, a construção, a instalação de um grande memorial da escravidão. Nós não temos isso no Brasil. Nós não temos. Repito: poderíamos começar... Humildemente reconhecemos que nós somos um país racista e superarmos essa excrescência instalando no nosso país um grande memorial da escravidão. Seria um bom começo, um bom começo. Eu não sei por onde a gente poderia provocar isso, mas se porventura isso for... Se for possível que essa provocação saia do Congresso Nacional, por exemplo – não sei, eu vou consultar minha assessoria -, eu não pretendo concluir meu mandato sem provocar uma situação dessas. Ou seja, é fazer com que o país se compenetre da necessidade de reconhecer oficialmente que nós somos um país racista, e esse reconhecimento se dará primeiramente pela instalação desse memorial.

É apenas uma reflexão, Srs. Embaixadores, que sempre me ocorre. Sempre que vem um diplomata aqui que se destina a um país africano, isso me ocorre, sabe? Acho que nós vamos ter que chegar a esse momento, com relação à escravidão, com relação à ditadura, memoriais que reconheçam oficialmente que

esses fatos ocorreram, que foram cruéis e dramáticos e que a gente precisa, reconhecendo as suas existências, de alguma forma, encaminhar algumas soluções com relação a ele. Mas, de toda sorte, eu desejo o maior sucesso aos senhores, no exercício das missões que vão ter em seus ombros. De parte desta comissão, tenho certeza absoluta que terão sempre, não só nesse momento de conversa com os senadores, mas no prosseguimento das suas missões, terão sempre, dessa comissão, um local que a gente possa prosseguir com essa conversa. A política externa não pode... A discussão da política externa, nesta comissão, não pode se restringir a esse momento; ela precisa ser mais ampla, mais abrangente, mais permanente. A sabatina de um embaixador acho até que deveria se desdobrar em outros momentos, já no exercício da missão, da tarefa que lhes é destinada, voltar algumas vezes à Comissão de Relações Exteriores, para dizer do cumprimento da missão, do prosseguimento das tarefas que lhe são atribuídas.

[interrupção no áudio] Essa é uma questão, também, que nós deveremos tratar, ter a coragem de abordar, de propor, de alterar, para que as coisas se encaminhem, para que a gente possa melhorar sempre e ter sempre a informação do que estão fazendo nossos embaixadores, do sucesso das suas missões. Essa comissão perde esse... Perde esse manancial de informação, porque, o mais das vezes, a gente se restringe a isso aqui. Portanto, eu espero que essa comissão, o próprio Senado Federal, reveja isso tudo e possa introduzir mecanismos, dispositivos que permitam esse contato mais frequente, mais direto, não só nesse momento, para que a política externa brasileira tenha assento cativo nesta comissão aqui e possa ser alvo da apreciação dos parlamentares brasileiros, que compõem essa importante comissão.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu queria lembrar só que o Itamaraty, na verdade, coloca alguma objeção a que os embaixadores em exercício venham aqui, com a justificativa de que existe, aqui, no Itamaraty, responsáveis por cada setor, responsáveis pela África, responsável pela América Central, e que o próprio ministro tem vindo à comissão, porque... Eu mesmo cheguei a fazer um convite para que o Embaixador na Argentina viesse aqui falar sobre o MERCOSUL e houve um pouco essa restrição, digamos assim, de que seria mais adequado o próprio ministro ou o embaixador responsável pela região. Eu não considero que seja válido. Para mim, não me satisfaz a justificativa, tanto que, naquele episódio do ciclo de debates sobre a Venezuela, o embaixador

do Brasil no MERCOSUL veio aqui, compareceu e foi importante a sua contribuição. Mas eu acredito que sim, que eles podem nos dar uma informação mais real do dia a dia, o que está acontecendo nesse país. Está ótimo.

Mais algum senador deseja usar a palavra? Nós vamos, então, de acordo com o que a Constituição prevê, nós vamos suspender a reunião para alguma eventual questão sigilosa e também para, logo em seguida, abrimos o processo de apuração.

Quem não votou ainda, eu [ininteligível] que vote. Solicito ao Senador Augusto Botelho para ser o secretário da comissão. Eu também não votei ainda, não.

[Sessão secreta às 11h40]

[Sessão reaberta ao público às 11h49]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. Eu comunico a aprovação dos Embaixadores Arnaldo Caiche D'Oliveira para da República do Benin, por 14 votos, por unanimidade dos votantes, e também do Embaixador Antenor Américo Mourão Bogéa Filho, para a República Togolesa, por 14 votos, por unanimidade dos votantes.

Portanto, eu quero desejar muita felicidade, muito sucesso, para ambos, nos dois países africanos, que possam representar muito bem o Brasil, em uma missão que é uma missão difícil, dois países com dificuldades de desenvolvimento, mas a presença brasileira é importante e esse é um ponto de acordo de todos nós, aqui, tanto da oposição quanto de governo, de que o Brasil deve estar permanentemente na ação, nos países africanos. Não há nenhuma discordância em relação a esse ponto.

Senador Heráclito Fortes já está aqui presente. Senador, eu solicitei que V. Exa. seja o relator das emendas orçamentárias. Nós vamos ter reunião na quarta-feira, dentro daquele mesmo critério em que a Câmara dos Deputados, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara já se reuniu e aprovou três emendas, uma para a Marinha, uma para Aeronáutica e a outra foi para o Ministério das Relações Exteriores. E aqui, então, está previsto, que nós tenhamos, por consenso—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, a Marinha já está atendida por lá. Então nós temos aqui Exército, Defesa e Relações Exteriores outra vez. Existe uma demanda da ABIN, solicitando que ela também possa ser incluída. Nós só temos que decidir ainda, mas evidentemente que isso é apenas uma orientação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pois é, exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
[ininteligível] de verba orçamentária.

Então, eu quero reiterar que nós vamos ter, então, três reuniões na semana que vem. Na terça-feira, às 14 horas, uma reunião da indicação dos embaixadores para Belize e Bahamas. Senadores Roberto Cavalcanti e João Ribeiro são os dois relatores. Na quarta-feira, pela manhã, então, vamos fazer reunião da questão orçamentária, mas eu estou tomando a decisão de também ter embaixadores nessa mesma reunião. Acho que é suficiente... Normalmente pode ter alguma polêmica sobre orçamento, mas eu acredito que é possível, é válido nós termos duas partes da reunião, uma para a questão orçamentária e, em seguida, ouvimos mais dois embaixadores, porque a lista era de 17 embaixadores; com os dois de hoje já aprovados, nós temos 15 embaixadores ainda para aprovar em três semanas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, apenas para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já há alguma sugestão de emenda por parte de algum senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, já tem proposta. Nós faremos na quarta-feira a discussão das emendas e mais dois embaixadores. Na quinta-feira, outros dois embaixadores. Faríamos seis na semana que vem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os Ministérios já mandaram alguma sugestão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já, já tem... Os assessores parlamentares já estão fazendo algumas sugestões, aí, em relação ao orçamento. Essa demanda da ABIN, eu até solicitei ao Senador Gim Argello, que é o relator-geral, que pudesse abrir uma possibilidade da comissão ser comissão mista, aquela comissão, a CCAI, que pudesse ela, a Comissão CCAI, apresentar uma emenda, mas isso não foi aberto no orçamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De qualquer maneira, eu estou aberta à ABIN.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E a ABIN é ligada à Presidência da República.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. Acho que sai um pouco do objetivo da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, eu estou colocando a... Existe a demanda. Está querendo que também pudesse...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
Mas eu estou aberto para ouvir a ABIN.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, a comissão é de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Algum assunto a mais, Srs. Senadores?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
Presidente, [ininteligível]. Talvez tenha dado um conflito de... O que ocorre é que, constitucionalmente, a ABIN presta esclarecimentos a essa comissão das suas atividades, mas, na realidade, no organograma dela, ela é vinculada à Presidência da República. Como é que nós poderíamos colocar emenda orçamentária de uma comissão que tem, especificamente, as atribuições relativas à política externa e à Defesa Nacional? Mas, de qualquer maneira, talvez, eu acho que eles tenham uma saída. Se eles são tão bons em acompanhamento e informação, eles podem ter algo que nós não tenhamos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, tem uma comissão específica, que é essa comissão mista, a CCAI, Comissão Mista de Atividades de Inteligência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
Bem lembrado, é uma comissão mista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É uma comissão mista a CCAI, mas ela não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
Então, é uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas ela não tem a faculdade de indicar emendas. Agora, como a atividade de Inteligência está dentro da área de Defesa Nacional, pode-se fazer esse enquadramento, que, apesar de não estar vinculada, o Ministério... Não está vinculada ao Ministério da Defesa, mas a atividade...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
Não é vinculado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, a atividade estaria, mas ele não está vinculado ao Ministério da Defesa.

Senador Flexa, V. Exa. chegou tardiamente à comissão. Estou dizendo que, semana que vem, nós temos três reuniões: terça à tarde, quarta e quinta de manhã. Contamos com a sua presença, porque V. Exa., inclusive, é relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estarei sob o seu comando, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Inclusive eu solicitaria aquela questão da Dominica. Eu estou impossibilitado de pautar o Embaixador da Dominica, por força de um requerimento do Senador Flexa, que pede informações sobre essa nova embaixada no Caribe. Eu estou informado que o requerimento está paralisado na Mesa. Então, se o Senador Heráclito puder interferir lá, porque o Itamaraty—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [ininteligível] nos ajudar a examinar e aí me passariam, porque, se for, eu já trato na própria reunião da mesa de...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É, para que o Itamaraty possa responder, porque, senão, não podemos pautar, já está realmente há mais tempo porque são aquelas novas embaixadas do Caribe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até ontem eu conversei com o Embaixador Sérgio(F) sobre esse assunto, e ele ficou de ter uma conversa com a Dra. Claudia. Houve tempo já para...?

É, nós estamos procurando saber onde está o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está desaparecido?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na mesa não, porque não está pautado, não tem nada em pauta. Não está pautado. Nós tivemos a reunião da mesa e é uma praxe, nessas reuniões, examinar tudo que tem pautado, e não está.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode não estar pautado, mas está para algum membro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Que eu lembro que o objetivo do Senador Flexa é saber exatamente qual é a relação do Brasil com Dominica, quantos brasileiros moram em Dominica, quantos brasileiros visitam Dominica, se há exportação, se há importação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alguma coisa me diz que o Senador Flexa está movido pelo desejo inarredável de ir a Dominica, antes de tomar qualquer decisão, aí complica um pouco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Heráclito, eu, apenas cioso da responsabilidade que todos nós temos em aprovar essas novas embaixadas que estão sendo criadas por este governo, gostaria de ter essas informações, antes de me pronunciar sobre o assunto, saber qual é a relação efetiva que existe entre o comércio ou culturalmente, entre o Brasil e Dominica, para que a gente possa fazer uma avaliação. Nós estamos ampliando, eu acho correto fazer a—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com Dominica, são 38 novas embaixadas, nesse período de governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, acho correto você abrir relação com outros países, mas, às vezes... Eu iria até pedir para o Presidente Lula, se possível, criar uma embaixada do Brasil no Pará, porque aí poderia atender melhor o nosso estado. Eu acredito que a gente tem que olhar para fora depois de olhar para dentro. O Presidente tem a visão dele toda voltada para fora; para dentro, só para os amigos, só para os... Como é que V. Exa. chama?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas a governadora de lá é do partido do presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas a governadora do Pará é do PT.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É do PT, mas parece que ela fez tanta gestão incorreta que o próprio PT já não a considera mais como integrante do grupo de apoio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa., pelo visto, quer trabalhar numa embaixada, [ininteligível].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que talvez. V. Exa. deu uma boa ideia, que o Presidente poderia fazer a indicação, e o Senador Heráclito seria o relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, com o maior prazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é nada de pessoal, nessa discussão aqui, com os embaixadores [ininteligível].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há nada de pessoal, apenas é um comentário que a gente vem discutindo, Srs. Embaixadores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um comentário descontraído [ininteligível].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Descontraído, até porque o Senador Eduardo Azeredo, quando eu vim aqui para ter o privilégio de votar em V. Exas. para as embaixadas da República de Togolesa e da República de Benin, ele perguntou se eu voltaria, eu disse que sim, que eu iria a um compromisso, mas voltaria, para que pudesse estar presente na sessão da Comissão de Relações Exteriores. Agora, efetivamente, isso é um assunto que já levantamos aqui diversas vezes, e o governo nunca nos dá uma resposta efetiva a respeito dessa questão. É como eu digo, eu acho que a relação é necessária, mas é preciso que o

governo tenha condições de manter essas embaixadas. Isso tem um custo. E o que a gente ouve do governo é só aumentar a carga tributária, aí não dá como; nós temos que diminuir gastos, temos que diminuir gastos, que não seja nas embaixadas, mas que possa ser nos Ministérios, 36, 37 Ministérios. E parece, Senador Eduardo, que, pelos entendimentos iniciais da composição do governo, eu acho que nós vamos para uns 42, 43, Senador Augusto Botelho, porque me parece que há uma demanda maior do que a capacidade de absorção existente hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa, Srs. Senadores, então vamos caminhar para o encerramento da reunião. Eu quero ainda dizer que hoje à tarde, às 15h30, os senhores estão convidados para, no Salão Nobre do Senado, junto com o Presidente José Sarney, receberem o presidente de Zâmbia, Sr. Rupiah Bwezani Banda. Será aqui, no Salão Nobre, às 15h30.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12 horas.

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e três minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os senhores Senadores: **Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Efraim Moraes, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, Alfredo Cotait e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Os Embaixadores **Tomas Mauricio Guggenheim** e **Ronaldo de Campos Veras** são convidados a compor a Mesa, e tem início a análise da Pauta. Ocorre troca da Presidência, que passa a ser exercida pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 275, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à aprecia-*

ção do Senado Federal a indicação do Senhor TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize”. **Relator:** Senador **Roberto Cavalcanti**. **Resultado:** apreciada a Mensagem. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 276 de 2010**, de autoria do Presidente da República, que, “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RONALDO DE CAMPOS VERAS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas*”. **Relator:** Senador **João Ribeiro**. **Resultado:** apreciada a Mensagem. Feitas as explanações dos Embaixadores, faz uso da palavra o Senador **Roberto Cavalcanti**. É analisado, como item **EXTRA-PAUTA**, o **Requerimento nº 29, de 2010 – CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que “*requer, nos termos regimentais, sejam convidados os Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados do Acre, de Rondônia e do Mato Grosso para exporem, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, sobre a situação conjuntural dos respectivos Estados*” **Resultado:** o Requerimento é aprovado. A reunião é tornada secreta às dezesseis horas e dezoito minutos, e reaberta às dezesseis horas e vinte minutos, com a comunicação, pelo Presidente, da aprovação dos Embaixadores indicados. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezesseis horas e vinte e um minutos, lavrando, eu Alexandre Bastos de Melo, esta Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada dessa reunião, será publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos à pauta.

Nós temos hoje a honra de receber os Embaixadores **Tomas Mauricio Guggenheim**, indicado para Belize, e **Ronaldo de Campos Veras**, indicado para a Comunidade das Bahamas. Convido os dois embaixadores para se assentarem à mesa.

Gostaria de lembrar aos senadores que amanhã, quarta-feira, às dez horas, teremos Reunião Extraordinária da Comissão, com o objetivo de discutir e votar as emendas da Lei Orçamentária Anual de 2011, além de votar pareceres relativos dos embaixadores junto ao México e à República Tcheca. Essa reunião ocorrerá sem prejuízo da Reunião Ordinária dessa Comissão, quinta-feira, também às dez horas, cujo objetivo será votar parecer referente aos embaixadores junto ao Canadá e à Colômbia.

Vai ser distribuído também para os Srs. Senadores um ofício, recebido do Deputado Humberto Souto, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para a participação na 11ª Conferência das Cidades, cujo tema será "O Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental". O evento terá lugar no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, no dia 07 de dezembro, a partir das 14 horas, e, no dia 08, a partir das nove horas.

Há ainda aqui um convite do Exército para a próxima quinta, sexta e sábado, uma visita ao Centro de Treinamento na Selva, em Manaus, Tucuui, depois Macapá e Oiapoque. Se algum senador estiver interessado... É o outro lado da selva. Ao invés de ser o lado esquerdo, é o lado direito.

Eu vou só pedir ao Senador Geraldo Mesquita que assuma aqui a presidência, o nosso vice-Presidente, tendo em vista, Srs. Embaixadores, que eu vou na reunião da bancada de senadores do PSDB, mas retorno logo em seguida.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PDMB-AC): Vamos lá. Reunião aberta. O senador já submeteu a dispensa? Mas, se submeteu, vamos submeter novamente. A dispensa da leitura e aprovação da nossa Ata anterior. Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os nossos ilustres convidados já estão aqui, os Embaixadores Tomas Mauricio e Ronaldo de Campos.

A mensagem referente ao Embaixador Tomas é a Mensagem nº 275, que "*Submete à apreciação do Senado – e por ora a essa comissão – a indicação do Embaixador Tomas Mauricio Guggenheim, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize*". Que beleza. Olha lá Belize. O Senador Simon conhece Belize? Não, vamos lá, não é, conhecer. A indicação, logicamente, é do Presidente da República e a relatoria é do diligente senador paraibano Roberto Cavalcanti, a quem passo a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradecer o diligente. Espero que não seja do tempo das diligências, mas seja diligência no bom sentido. [risos]

Na verdade, temos a grande oportunidade de relatar mais uma indicação para cumprir, em nome do nosso país, do nosso Brasil, indicação do Ministério das Relações Exteriores, de um embaixador.

Eu sempre faço uma referência extremamente positiva sobre a qualidade dos nossos representantes a nível de mundo. Neste mundo globalizado, o Brasil, que pretende ser uma das cinco maiores potências mundiais, tem que se habilitar para isso. E, na verdade, a habilitação vem na ocupação física, na ocupação pontual de estar presente em diversos países, vem na qualidade dos seus representantes e, na verdade, nós, brasileiros, estamos representados, temos que ter a confiança de que, tecnicamente e profissionalmente, esses profissionais estão habilitados.

Eu estive acompanhando passo a passo, nesta comissão, a Comissão de Relações Exteriores, por dois anos, essas indicações. Me parece que foi uma grande safra, um momento em que o Brasil também pretende expandir as suas participações em todo o mundo, muito fortemente até no próprio Caribe. Essa região do Caribe é uma região que o Brasil inteligentemente focou muito bem e eu diria que todos, sem exceção, que aqui chegam são profissionais do mais alto nível. O currículo que V. Sa. nos traz, que é um currículo primoroso, ele não é uma exceção à regra, ele é uma constância na regra. Eu tenho me detido, eu caprichosamente analiso todos esses currículos, todas essas indicações, e tenho assim a grande satisfação de, como cidadão brasileiro, constatar e, como senador, ter esta oportunidade, e acho muito importante que o Senado Federal tenha esta atribuição, de por aqui passarem esses representantes nossos pelo mundo.

Eu vou tentar ser bastante sintético, Sr. Presidente, no sentido de abreviar o meu relatório.

Na verdade, trata-se da indicação de um profissional de carreira do Itamaraty, indicação do Sr. Tomas Mauricio Guggenheim, eu não sei se a pronúncia está correta, mas, como eu sou marido de uma arquiteta, então vivo visitando os museus Guggenheim, então eu estou tendo a oportunidade de ter aí este sobrenome, que é um sobrenome, pelo menos nas artes, um mecenas das artes, que foi aí o Guggenheim. É um Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomacia do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Belize, é interessante, porque hoje, inclusive, aqui, com outros senadores, conversávamos sobre Belize.

Belize ainda é um pouco desconhecido. Você faz uma pergunta a um cidadão brasileiro: “Onde fica Belize?”, há uma hesitação. Eu, por questões de curiosidade, fui mau aluno de matemática e bom aluno de geografia, então eu gosto muito dessa parte cartográfica e de mapa. Então eu, na verdade, já conhecia Belize geograficamente e eu considero que Belize está no centro do centro, porque a América Central, na verdade, é o miolo, é o centro das Américas, exatamente chama-se América Central, e Belize fica no centro nevrálgico da América Central, que é extremamente bem encaixada entre México, Guatemala, Honduras, naquela região, e tendo o Caribe de frente com toda a vastidão e toda a amplitude de países. É uma região na qual existe uma concentração muito grande de países.

O Sr. Ministro, futuro Embaixador do Brasil junto a Belize, ele, na verdade, ele tem o *curriculum vitae* que... Nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1943, filho de Hugo Josef Guggenheim e Herta Guggenheim. O Sr. Tomas Maurício Guggenheim concluiu o curso de preparação à carreira de diplomata no Instituto Rio Branco, que é um instituto, principalmente à época, em 1968, auge, eu fui garoto... Um pouquinho... Sou três anos mais novo que o Sr. Embaixador, mas, na verdade, meu pai, uma das carreiras, uma das profissões que a família torcia que eu talvez abraçasse seria a carreira diplomática. Era o Itamaraty, localização no Rio de Janeiro e tudo aquilo. Essa época que foi muito brilhante no Brasil, os anos 60 a 70 no Itamaraty, no Instituto Rio Branco. Ingressou na Chancelaria, no posto de Terceiro Secretário, em 1970, ascendeu a Conselheiro em 1982 e Ministro de Segunda Classe em 1992.

Eu tive a oportunidade de tomar informações. Esta turma na qual foi formado o Sr. Tomas Mauricio Guggenheim, foi uma turma muito, digamos, de destaque. Ela ocupou e ocupa diversos cargos a nível de representação nacional pelo mundo e foi a turma da transição entre Rio de Janeiro e Brasília, foi a primeira turma na qual tinha que fazer aquela opção entre vir para Brasília, querendo ou não querendo, ou então arranjar uma posição no exterior. Me parece que a decisão do Sr. Tomas foi, na verdade, optar por Brasília, e as primeiras missões dele profissionais estão aqui descritas como, na verdade, estando localizadas em Brasília.

Teve grandes oportunidades profissionais: foi à Embaixada em Tóquio, Embaixada em Buenos Aires, Embaixada no México, missão em Bruxelas, Embaixada em Libreville, no Gabão, Embaixada em Oslo e, finalmente, em 2007, Embaixada, ali, próximo, em Nassau, como aquela ilha, lá(F), Bahamas, próximo à costa da Flórida.

Eu também coloquei aqui como observação que V. Sa. tem esse privilégio: além de ter passado por grandes locais, frutos dos méritos próprios, estará num local muito privilegiado. Eu digo que está na beira do Caribe, numa localização estrategicamente muito bem-posta, num país que fala duas línguas, que são duas línguas que a maioria dos cidadãos falam, que é o inglês e o espanhol. Isso é uma grande virtude, porque, na verdade, as missões são para países mais exóticos, quer seja... Religião católica, fortemente católico também. Então são vários atributos desse país que, sem dúvida, não o tornam um alienígena e darão a V. Sa. uma grande facilidade de interagir com a comunidade de uma forma geral, porque, muitas vezes, o corpo diplomático se isola no seu feudo em inglês e representantes se desconectam da sociedade e se conectam da comunidade. V. Sa., sem dúvida, não é nesse estilo, mas V. Exa. terá uma grande facilidade de interagir com a comunidade como um todo e com o meio diplomático de Belize, em função exatamente de estar com uma cultura muito próxima à nossa, a americana, no sentido das Américas, estar com religião católica, inglês e espanhol encravado no Caribe... Eu acredito que V. Sa. vai ter uma grande oportunidade de cada vez melhor trabalhar pelo nosso país.

Para finalizar, Sr. Presidente, segundo informações do Ministério das Relações Exteriores, o relacionamento bilateral entre os dois países, Brasil e Belize, é amigável, pouco denso. Recebeu um impulso adicional a partir da instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan. Acho que poucos brasileiros, questionados onde fica Belmopan, acertariam que é em Belize, que já é difícil para nós todos acertamos. Um dado importante é a existência de um significativo número de brasileiros, eu desconhecia, de ascendência libanesa vivendo em Belize, isso era um fato que eu desconhecia, gerando um grande potencial de uma atenção consular maior por serem cidadãos brasileiros.

A economia belizenha caracteriza-se pelo reduzido porte e seu elevado grau de abertura. Em razão disso, muito vulnerável economicamente e mais vulnerável ainda nesse mundo atual globalizado e dentro da crise econômica que nós passamos em 2008, 2009, e ainda em alguns países do mundo essa crise ainda está explodindo. Belize foi duramente atingida por essa crise mundial e estima-se que, inclusive, como uma das fontes de renda de Belize seriam os turistas estrangeiros, houve uma queda significativa de mais de 10% nesse fluxo de turistas estrangeiros, contribuindo aí para aumentar um pouco a taxa de desemprego.

Não há registro de nenhum investimento brasileiro de caráter comercial ou industrial em Belize. Porém, existem algumas tentativas e acredito que possa, sob

a gestão de V. Sa., interagindo entre o nosso país e os empresários de Belize, poder permitir que o Brasil expanda. O Brasil, pouco a pouco, está se tornando um país que está tendo as multinacionais brasileiras. O intercâmbio comercial entre Brasil e Belize ainda é modesto. O Brasil exportou para Belize aproximadamente 4,3 milhões de dólares, que é uma importância bastante pequena a nível de comércio mundial, importou uma quantidade ainda menor, que foram aproximadamente US\$ 300.000,00, US\$ 294.300,00, em utensílios fabricados lá em Belize.

Belize ocupa a 27ª posição entre os 33 países da América Latina. Quer dizer que realmente está bastante humilde a sua participação. Tem uma população de 310.000 habitantes e possui um PIB de pouco mais de 1,4 bilhões.

Eu vou me ater ao voto, porque senão eu vou ocupar a apresentação de V. Sa. sobre o país que muito condignamente irá representar o nosso país.

“Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório”. V. Exas., Srs. Senadores, têm em mãos o relatório da comissão e têm também disponível o relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, feito pela liderança de governo.

Então eu espero que V. Exas. tenham condições de, da forma mais justa possível, aprovarem a indicação do Sr. Tomas Mauricio Guggenheim.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Eu agradeço também ao Senador Geraldo Mesquita. Já estou de volta, não teve quórum na reunião da minha bancada, teve problema de quórum lá.

Nós temos, agora, o Item 2, que é a Mensagem nº 276, de 2010, que *“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ronaldo de Campos Veras, Ministro de Segundo Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas”.* De autoria do Presidente da República, o relator é o Senador João Ribeiro, a quem concedo a palavra, portanto, Senador João Ribeiro, para ler o seu relatório. Depois nós já vamos abrir o processo de votação e ouvir os Srs. Embaixadores.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do Sr. Ronaldo de Campos

Veras, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Ronaldo de Campos Veras é filho de Vinícius(F) de Campos Veras e Lúcia Izabel Leite Veras, tendo nascido em 13 de janeiro de 1943, em Natal, Rio Grande do Norte. O indicado ingressou na carreira diplomática por concurso em 1968, mesmo ano de sua graduação em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1970, tornou-se Terceiro Secretário, promovido a Conselheiro e a Ministro de Segunda Classe, em 1993, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática, destacam-se a de Assessor do Departamento de Promoção Comercial (1985), Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires (1987), Chefe da Divisão de Promoção Comercial (1990), Chefe da Divisão da América Meridional II (1992), Cônsul-Geral em Santiago (1995), Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Copenhague (1999), Cônsul-Geral em Santa Cruz de la Sierra (2001) e Cônsul-Geral em Mendoza (2006).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem Presidencial informe sobre a Comunidade das Bahamas e o seu relacionamento com o Brasil. Do documento apresentado, extraímos as informações seguintes: a Comunidade é um dos países mais ricos do Caribe. O Produto Interno Bruto (PIB) local é da ordem de US\$ 24.000,00 dos Estados Unidos. A economia depende de modo superlativo do turismo e de serviços bancários. Seus maiores parceiros comerciais são os Estados Unidos, Cingapura, Coreia do Sul, Japão, Alemanha, Polônia e Reino Unido.

Membro da Comunidade do Caribe – CARICOM, bloco de cooperação econômica e política criado em 1973, o país tem se notabilizado por forte atividade nos setores bancário e imobiliário. Nesse sentido, o tema dos paraísos fiscais é de grande importância para o arquipélago, que se interessa também por questões do meio ambiente.

No plano bilateral, nosso país abriu Embaixada em Nassau, no ano de 2005. Cuida-se de desdobramentos da política do atual governo de inaugurar representação em todos os países da CARICOM. Essa forma de agir proporcionou o fortalecimento do diálogo

go político com os países do bloco, compromisso em fóruns internacionais de cooperação em diferentes áreas. As relações atingiram patamar mais elevado com a realização, em Brasília, da 1ª Cúpula Brasil/CARICOM, em abril de 2010.

O intercâmbio comercial é amplamente favorável ao Brasil. Nossa pauta de exportação é bastante diversificada, compreendendo combustíveis, tubos de ferro e aço, carne bovina e de aves, calçados, ladrilhos, papel, automóveis e laticínios. Importamos gasolina, motores de aviação e engrenagens e rodas de fricção(F).

Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido de útil no âmbito deste relatório.

Somos favoráveis, Sr. Presidente. É o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Ribeiro. Declaro, portanto, aberto o processo de votação. Os Srs. Senadores já podem votar e já passo a palavra ao Embaixador Ronaldo Campos Veras, indicado para a Comunidade das Bahamas. O tempo normal é de dez minutos, prorrogável, se necessário.

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Muito obrigado, Sr. Senador Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores, Sr. Relator. Eu quero agradecer as palavras simpáticas que o senhor teve em relação à leitura do meu currículo.

Efetivamente estou indicado pelo Sr. Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador junto à Comunidade das Bahamas. É um país pequeno, situado ao sul da Flórida e ao norte de Cuba. Trata-se de um arquipélago composto de cerca 700 ilhas, das quais 16 estão habitadas e a capital está em Nassau, na Ilha da Providência, que é a maior.

É um país pequeno, mas muito próspero, prosperidade que decorre, sobretudo, do turismo, que tem sido responsável por cerca de 60% do total do produto. E o turismo, por consequência, produz efeitos na atividade hoteleira e em outras atividades que decorrem da atividade do turismo. Em seguida, os serviços bancários, sobretudo, que quando adicionados aos serviços prestados, aos serviços financeiros prestados às empresas, chega a corresponder a mais de 16% do produto bruto. A renda per capita, o produto bruto per capita atinge US\$ 24.000,00. Isso faz do país um país próspero dentro do Caribe.

Nós estamos nos aproximando, o Brasil vem se aproximando do Caribe paulatinamente ao longo dos anos. Nós já tivemos em Nassau um Consulado Honório, posteriormente tivemos uma Embaixada Cumulativa em Kingston, na Jamaica, e, em 2005, abrimos

a Embaixada. Desde então estamos intensificando as atividades, principalmente no campo comercial. O comércio já praticamente triplicou durante esses últimos anos.

Existe uma grande possibilidade de o Brasil adensar as relações com Bahamas. Eu, pessoalmente, nunca estive nas Bahamas, mas penso que existe uma possibilidade de complementaridade muito grande na área de cooperação técnica, sobretudo. As Bahamas dependem muito dos Estados Unidos pela proximidade e pelo fluxo de turismo que existe dos Estados Unidos. Eu vejo, então, que existe uma possibilidade muito grande de substituição de fornecedores, do ponto de vista de que as Bahamas conhecem ainda relativamente pouco do Brasil como potenciais fornecedores de produtos que atualmente importam de outros países.

Se for indicado para exercer o cargo de embaixador, eu seria o segundo embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas, que é um país bastante ordenado porque herdou os costumes políticos, a tradição política da Inglaterra e isso lhe dá uma estabilidade política bastante grande e confere ao país a estabilidade que nos interessa como parceiros e como sócios nessa aproximação da CARICOM.

Eu vejo, particularmente, um grande potencial na cooperação educacional, na medida em que se possa oferecer bolsas a estudantes bahamenhos, na medida em que se possa formar técnicos nas áreas de maior interesse das Bahamas, como finanças, o próprio turismo, administração de empresas, na medida em que se consiga firmar acordos de cooperação educação e cultural também, porque a nossa formação étnica é muito próxima da formação étnica das Bahamas. Isso nos confere uma identidade cultural, porque somos um país de afrodescendentes e temos costumes e uma tradição cultural que se pode se aproximar muito do povo das Bahamas.

Então eu vejo como prioridades da missão, em primeiro lugar, obviamente, dar continuidade ao trabalho do primeiro embaixador lá, e, em segundo lugar, continuar abrindo caminhos dentro dessas possibilidades, estudar-se a conhecer, porque no plano político existe, sempre existiu, sem haver uma proximidade tão grande, sempre existiu uma receptividade muito grande à atuação do Brasil em organismos multilaterais. A posição do Brasil como defensor do mundo, dos países em desenvolvimento é muito bem vista, inclusive em relação à pretensão brasileira de... em relação à reforma das Nações Unidas sempre foi muito bem vista. Mas as Bahamas, como acontece com todos os países da CARICOM, forma as suas posições dentro do organismo. Assim que aproximar-se das Bahamas significa também aproximar-se dos demais 14, enfim,

dos 14 países que compõem essa comunidade coesa e com uma identidade, repito, muito próxima da brasileira. No fundo, no fundo, a integração não se faz apenas com alíquotas e com negociações comerciais. Penso que dar-se a conhecer, incrementar as visitas de missões, tanto da Bahamas ao Brasil como do Brasil às Bahamas, o estreitamento de laços entre autoridades, o desenvolvimento de projetos, a participação do Brasil no Banco de Desenvolvimento do Caribe pode ser muito bem-vista como uma manifestação concreta de que a nossa intenção não fique apenas no campo das palavras, senão que vamos participar de projetos de desenvolvimento na região... Enfim, existe um campo bastante grande e promissor de aproximação progressiva com as Bahamas e vejo que está centrada aí a essência da missão que pretendo cumprir nesse país.

O detalhamento do comércio já foi objeto do relator, que tratou da compulsão e onde pode ser visto claramente que o Brasil é superavitário nesse comércio. Então devemos procurar, de alguma forma, equilibrar, obviamente sempre aumentando as nossas exportações, mas também de alguma forma produzir um interesse por parte das Bahamas em conhecer os nossos produtos, para que se possa [soa a campainha] estreitar ainda mais as relações comerciais entre o Brasil e as Bahamas. A PETROBRAS, especificamente, tem tido essa experiência de aproveitar as condições das Bahamas para desenvolver negócios *offshore*, mas também existe a possibilidade de dar a conhecer a empresas brasileiras a possibilidade de associar-se a sócios bahamenhos para aproveitar a condição, para exportar, a partir das Bahamas, produtos para os Estados Unidos, aproveitando-se das condições privilegiadas que têm as Bahamas.

Isso era o que tinha para apresentar neste momento, vejo que meu tempo se esgota, mas estou aberto às eventuais perguntas que V. Exas. queiram fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Embaixador Ronaldo Campos Veras e passamos a palavra já para o Embaixador Tomas Mauricio Guggenheim, indicado para Belize. O embaixador está hoje em Bahamas, não é?

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Isso mesmo. Muito obrigado, Presidente. Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Exmo. Sr. Relator, Exmo. Srs. Senadores membros da comissão, que nos honram com a sua presença hoje.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer ao Sr. Relator, não só as palavras extremamente gentis a respeito do meu modesto currículo de funcionário, e, também, agradecer-lhe pelo trabalho que teve em fazer

um levantamento da situação de Belize, o que, dada à escassez de tempo, me permite alterar um pouco o eixo da minha apresentação e, com a benevolência dos senhores, concentrar-me no que seria o potencial para o relacionamento bilateral, naturalmente fazendo sempre referências à realidade do país.

Do ponto de vista da política externa, Belize apresenta algumas características interessantes. Já sabemos que é um país pequeno, um bilhão e meio, menos que isso, de produto bruto, um país que atingiu a renda média de US\$ 4.000,00 anuais, o que é suficiente para ele não poder mais contar com doações e outros vários tipos de cooperação por parte da União Européia e de outros doadores, que preferem se concentrar em países como o Haiti, cujo nível de pobreza e de pobreza absoluta são incomparavelmente maiores.

O interesse primeiro de Belize, como, aliás, assinalou o nobre senador, é que ele é um país ao mesmo tempo da América Central e do Caribe. Ele é membro da CARICOM e é membro da SICA, o Sistema de Integração Centro-Americano. Ele participa ativamente dos dois fóruns. E como esses países pequenos, para ter um mínimo de audiência a nível internacional, coordenam as suas posições no âmbito principalmente da CARICOM, se o Brasil mantiver um bom e sólido relacionamento político, pode obter o apoio de Belize para defender as suas posições junto a esses blocos e, a partir daí, ter uma posição privilegiada no processo de tomada de decisões políticas, o que nós chamamos de GRULAC – Grupo Latino-Americano e Caribenho, que constitui um dos blocos do sistema das Nações Unidas.

Belize tem a vantagem de ser um país que opta sistematicamente pela moderação. Isso é certamente resultado da sua formação no âmbito da história política inglesa. Apesar da maioria da população ser de origem espanhola, cruzamento de Maias com espanhóis e outros europeus, numa proporção de talvez 54%, só 32% são resultado do cruzamento de europeus com afrodescendentes, que chegaram depois, quando começou, evidentemente, o cultivo da cana, que é o responsável em muitos países pela imigração de trabalho escravo. Então essa tradição de moderação e de bom senso, de Estado pequeno, mas bem administrado e bem fiscalizado pelo Parlamento, trata-se evidentemente de um país que segue o modelo de “Westminster” com bastante fidelidade, então ele se mantém o mais equidistante possível e mantém um belo diálogo, uma boa qualidade de diálogo com os dois blocos, vamos chamá-los assim, semi-ideológicos, que caracterizam a América Latina de hoje: os bolivarianos de um lado e os social-democratas ou trabalhistas de outro.

No caso específico de Belize, ele, por exemplo, é membro do PETROCARIBE, porque eles têm problemas financeiros, déficits nas contas públicas, déficits no comércio exterior. Esses déficits são cobertos em grande parte pela receita turística, é um país que recebe 750 mil turistas por ano, 250 mil de avião e que se instalam em hotéis, que, portanto, são turistas que acrescentam bastante à economia do país, e mais 500 mil são os turistas que aportam de navios cruzeiro e deixam relativamente pouco. Então é um país que está sempre necessitado de fundos para manter-se em equilíbrio. Nesse sentido, eles têm uma certa necessidade de agradar o grupo bolivariano para ter acesso aos financiamentos da importação de petróleo. Por outro lado, mantêm-se rigorosamente fiéis aos principais da democracia liberal clássica, a tal ponto de terem recebido agora, no segundo semestre do ano, a visita do presidente de Honduras, que pediu a sua intervenção, na qualidade de ocupantes da presidência da SICA, para acelerar o processo de reaproximação daquele país do resto da sua região.

Do ponto de vista econômico, não é tão fácil elencar o potencial disponível. O país importou, em 2009, 616 milhões e exportou 395. Nós exportamos para eles cerca de quatro milhões, ou seja, 1%, e essa proporção tem se mantido ao longo dos anos. A nossa pauta de exportação para Belize é praticamente a mesma que caracteriza a nossa pauta para o resto da região e até para países africanos, ou seja, carne de boi, carne de aves, pneus, ladrilhos, azulejos, os produtos Tramontina, enfim, há um núcleo duro de produtos brasileiros que resistiram sempre às pressões do Custo Brasil e, apesar de tudo, mantiveram as suas posições em todos esses países de terceiro mundo. Naturalmente que agora estão sujeitos a uma ameaça bastante grave, aliás, que é compartilhada pelo resto do planeta, que é a avalanche de produtos chineses. Os chineses praticamente estão desindustrializando os Estados Unidos e, com mais razão, então, serão altamente competitivos com um país como o Brasil, em todos esses pequenos mercados do terceiro mundo.

O outro problema, não vou entrar nisso evidentemente, mas é a questão cambial que também tem tido a sua influência. Quer dizer, eu tenho contato com empresários brasileiros, importadores, que preferem agora trazer da Índia ou da China produtos similares aos que traziam até pouco tempo do próprio Brasil. Em todo caso, o comércio tem se mantido pelo menos nos seus níveis tradicionais, mas eu não posso indicar a possibilidade de um aumento substancial.

Se houver empresas brasileiras interessadas em utilizar uma zona franca de Belize para exportar vestuário, por exemplo, aos Estados Unidos, isso abriria

uma frente de trabalho talvez interessante. O problema é como, evidentemente, mobilizar o setor privado no Brasil, que está agora defrontado com algum problema de lucratividade no plano exterior e uma alta demanda pelos seus produtos no mercado brasileiro, aquecido. Mas em todo caso, essa é a situação do comércio.

Uma outra possibilidade são os minérios. Infelizmente, quer dizer, existem jazidas de cassiterita, bauxita e ouro no país, mas até agora não houve exploração comercial. Existe uma pequena exploração de garimpeiros de ouro, mas, em todo caso, uma das coisas que pretendo me propor é obter, no Ministério dos Recursos Naturais local, os planos, os antecedentes existentes, as tentativas que se fizeram de mapear esses recursos e ver se alguma empresa, evidentemente a VALE é quase que uma resposta obrigatória, se disporia a investir um pouco em aprofundar a avaliação de jazidas. Com o petróleo também temos uma situação interessante. O país tem uma reserva de petróleo descoberta recentemente de 6,5 milhões de barris, o que é muito pouco, e uma produção anual que oscila entre 3.500 e 4.000 barris/dia [soa a campanha]. Para o país representa mais ou menos a metade do consumo.

Existe ainda um mercado para obras públicas e existe um mercado, uma possibilidade, de nós entrarmos com cooperação na área do aproveitamento ou do biodiesel, mediante a plantação de árvores especializadas, ou aproveitar uma parte da sua produção de açúcar para a produção de etanol. A produção de cana-de-açúcar deles é de 1,2 milhões de toneladas anuais e 120 mil toneladas de açúcar. Eles já estão usando o bagaço para produzir eletricidade. Pouca coisa, 37 megawatts, mas, enfim, há uma possibilidade aí.

A cooperação técnica oferece um potencial interessante, porque o país tem 27%, 28% do seu PNB(F) dependendo da agricultura, e, por exemplo, é uma agricultura de pequenos e médios agricultores, ou seja, que o Brasil pode ajudar de consciência tranquila porque não está criando um concorrente, está apenas ajudando politicamente, eventualmente até permitindo à EMBRAPA vender sementes, vender serviços de consultoria e eventualmente equipamentos. Nós já temos um acordo com eles nessa matéria e a EMBRAPA já deu um primeiro sinal da sua boa vontade, treinando uma equipe de agrônomos locais, aqui, em Goiânia, na melhoria das condições de produção de arroz, feijão, milho e soja.

Nós ajudamos eles também no plano do que se chama cooperação humanitária, quando há furacões. O país é muito sujeito a furacões, a mudança da capital foi porque a capital anterior foi destruída duas vezes por furacões. Então nós fazemos doações, pequenas doa-

ções, cestas básicas, duas mil uma vez, mil e trezentas outra, o que é um gesto sempre de boa vontade.

Na área cultural, temos atuado com aqueles pequenos festivais de cinema nas duas principais cidades, trazemos músicos brasileiros, não talvez de primeira linha, mas que servem para criar um certo ambiente, uma certa simpatia no público local, de modo que as relações são excelentes e eu espero aproveitar todas as possibilidades para incrementá-las, caso conte com a benevolência dos senhores para a indicação que lhes fez o Presidente da República.

Muito obrigado e peço perdão por ter ultrapassado realmente o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador, não tem nada que desculpar, o tempo é disponível.

Eu quero, antes de passar a palavra para os senadores que quiserem fazer alguma questão, mas eu quero ainda passar à leitura de um item extrapauta, que é um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, no sentido de que os presidentes das Assembleias Legislativas do Acre, de Rondônia e Mato Grosso, venham à Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira exporem sobre a situação conjuntural dos respectivos estados. Nós já tivemos, na semana passada, uma Audiência com os presidentes das Assembleias de Roraima e Tocantins. Ele aqui, agora, complementa com Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Eu, pessoalmente, tenho aqui um questionamento só... Na verdade, é mais uma observação. Eu vejo que os dois países têm uma população da ordem de 300 mil habitantes, tanto Belize quanto Bahamas. No caso de Belize, há informação de que 80 mil habitantes estão nos Estados Unidos. Eu queria saber realmente do embaixador se, além dos Estados Unidos, existe um outro tanto semelhante no México. Quer dizer, 80 mil em 314 mil está dando, na verdade, 25% da população só nos Estados Unidos.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Exatamente, e só nos Estados Unidos. Toda a diáspora belizenha está nos Estados Unidos e as remessas de imigrantes são uma fonte importante de receita. Mesmo agora com a recessão nos Estados Unidos, eles têm podido permanecer lá. Não houve uma emigração maior devido a situações de desemprego. E, realmente, os belizenhos não vão a outro lugar, não emigram para o México. O México não oferece condições sociais atraentes e, além disso, enfim, é mais recente, mas o acolhimento de estrangeiros no México, de pessoas

que não sejam turistas, empresários, investidores, não é evidentemente dos mais amenos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só para comparação, o Brasil tem 3 milhões e 200 milhões de habitantes, 3.190.000... Não chega nem a 2% de brasileiros morando fora. Então aí Belize tem 25% da população no exterior. É um número realmente muito grande, mas, na verdade, é comum naqueles países todos da América Central.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Todos eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu acredito que El Salvador, Guatemala, todos eles têm índice semelhante.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: É, as exceções são Bahamas, Barbados e Bermuda, porque têm um nível de vida tão alto que não há motivação maior para emigrar. Os outros todos emigram--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Bahamas, Barbados e Bermuda.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: --legal e ilegalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): E a outra questão, mas já está aqui colocada, é essa questão da Embaixada. Nós não temos embaixador de Belize no Brasil ainda. Eu vi aqui que, na verdade, Belize tem poucos embaixadores. Então são 16, 15.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não tem ninguém na América do Sul?

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Não. Para o senhor ter uma ideia, o conjunto de funcionários, que eles não gostam de chamar de diplomatas, que atuam na capital, são 40, incluindo o ministro e até os funcionários normais. No exterior, eles têm 35 diplomatas ao todo e 26 funcionários de apoio. Eles são extremamente seletivos. Os países de formação inglesa, como o senhor sabe, têm uma grande desconfiança do Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Quer dizer, então são muito particularistas nesse ponto. É muito difícil, numa discussão de orçamento, que é o ponto alto da atividade legislativa e política do país, excetuadas as eleições, bem entendido, é muito difícil o governo conseguir aumentos de recursos para qualquer atividade, que não seja considerada realmente da maior utilidade evidente para todos os eleitores. É

um estilo de fazer política diferente dos países latino-americanos, bem entendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agora, quanto ao número de visitantes brasileiros, os senhores teriam alguma informação? Primeiro eu vou perguntar ao senhor, depois eu perguntaria ao Embaixador Ronaldo.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Os brasileiros vão muito pouco à Belize. Belize recebe dois tipos de turistas: um turista mais de massa, que vem dos Estados Unidos e Canadá, fugindo do inverno, e que ou vem de avião ou vem de navio cruzeiro e ele está procurando praias. Basicamente ele quer passar um tempo na praia ou fazendo aquela pesca, aqueles esportes náuticos. Há uma pequena corrente europeia, supostamente mais interessada em aspectos históricos, e esses vêm, embrenham-se pela floresta, na chamada Rota Maia. Vão ver as pirâmides no México, depois descem para Belize, depois vão para a Guatemala. Mas são uma minoria, são uma minoria. Quer dizer, é um turismo realmente de derivado das condições meteorológicas, mais do que qualquer outra coisa.

E o turismo, no caso de Belize, esse turismo de massa está concentrado numa faixa... Eu sou muito míope, não sei se dá para ver no mapa, numa faixa, numa espécie de... É um atol bastante grande que corre paralelamente ao litoral, na parte mais norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dá para ver ali. Não em Belmopan, é em Belize mesmo.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Isso, e essa parte ali, que se chama Ambergris, tem uma cidade chamada San Pedro, aí já se vê. Esse atol é que atrai os turistas, é ali que eles se concentram, porque a cidade de Belize mesmo é uma cidade não muito bonita, eu espero que nenhum belizenho esteja assistindo à televisão, mas não é uma cidade atraente e tem o problema de criminalidade, como, aliás, o país todo corre o risco de ver a criminalidade aumentada pela infiltração de mexicanos naquelas circunstâncias de drogas que senhores conhecem. Mas é basicamente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então é naquela parte norte lá, Ambergris?

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Isso, norte e a metade da parte oeste é o México e depois, abaixo, já é a Guatemala. Aquela linha amarela, que faz um ângulo reto, mostra bem a situação. Aliás, Belize é quase fruto de um acidente histórico, porque os ingleses se instalaram lá numa área que os espanhóis não tinham interesse em colonizar. Então foram se instalando basicamente para explorar madeira, o

mogno, que é a grande riqueza deles. Por lá ficaram. Bom, com o passar do tempo, aumento da população, muitos marinheiros e soldados ingleses que ou desertavam pelos péssimos tratamentos que recebiam na marinha inglesa ou porque eram desmobilizados, assim que uma guerra terminava, e a Inglaterra queria fazer economia de orçamento, iam se instalando por ali e chegou um momento em que os ingleses tiveram que se defrontar com os guatemaltecos sobre o desenho da fronteira. Aí os ingleses propuseram essa linha que os senhores estão vendo em troca de oferecer uma compensação ação financeira aos guatemaltecos, um pouco como o nosso Rio Branco fez também com a Bolívia. Só que a Inglaterra não cumpriu a sua parte, não transferiu esses recursos. Então quando chegou o momento próximo à independência, Guatemala disse: "O Tratado de 1851 não é válido, não foi cumprido por uma das partes, e se o país se declarar independente, deixar de ser uma colônia inglesa, nós vamos invadir". Diante dessa situação, os ingleses, imediatamente, colocaram tropas lá, existe até hoje 300 soldados ingleses permanentemente estabelecidos lá, e adiaram a independência, que devia ser em 1973, quando foi mudado o nome de Honduras Britânica para Belize, para 1982. O atraso deveu-se a isso. Finalmente os guatemaltecos reconheceram, graças também a uma boa intermediação da OEA, reconheceram a necessidade de chegar a algum entendimento e o entendimento é continuar conversando, ou seja, eles estariam dispostos a levar a disputa fronteiriça à Corte Internacional de Justiça, desde que as duas populações aprovassem essa ideia por referendo. E como ninguém quer levantar muitos problemas, esse referendo nunca foi convocado. Depois a OEA interveio uma segunda vez para criar na fronteira uma linha de equidistância, um quilômetro para cada lado, para evitar aqueles pequenos incidentes de fronteira, que nós temos hoje entre Nicarágua e Costa Rica, de que alguém por engano ou não atravessou a fronteira por uns poucos metros e se instalou do lado equivocado. Enfim, essa é basicamente a situação deles.

Agora é claro que, como se pode inferir do tamanho da Chancelaria, é um país de diplomacia limitada e que conhece muito bem as suas prerrogativas, as suas prioridades e mantém, procura manter boas relações com esses países. Na última Assembléia Geral da ONU, a 65ª, o Chanceler, recriminando um pouco esses países que fazem doações, mas acompanhadas de muitas exigências, pleiteou uma cooperação mais aberta, mais igualitária, mais equânime, e citou Taiwan, Brasil e Cuba como exemplos dessa cooperação. Esses são, em linhas gerais, os traços.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu vejo aqui também que... Quer dizer, na verdade o país era chamado Honduras Britânica e se transformou em Belize.

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador Ronaldo, qual é o número de brasileiros que viaja à Bahamas?

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Eu confesso que não tenho essa informação. Talvez o Embaixador Tomas, que está saindo de lá, tenha essa informação. Mas o que eu sinto neste momento é que nós conhecemos muito pouco das Bahamas como um todo e sinto que provavelmente as Bahamas têm tão pouco conhecimento do Brasil como nós temos deles. Então um dos meus propósitos pessoais é de fazer o que estiver dentro do possível para ampliar esse conhecimento, porque de um maior conhecimento surgem as oportunidades, tanto comerciais como culturais, enfim, de toda ordem. De maneira que não tenho ideia, não sei se o Tomas teria essa informação sobre o fluxo de turistas brasileiros, porque eu tenho a impressão de que o turista que vai não deixa rastros, eu não sei se pode ser traçado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, como bons compradores, deixam muito dinheiro lá.

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Mas não fica o nome.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu quero dizer que, há 60 dias atrás, eu fui a Nassau, Bahamas, pisei na areia da praia e garanto que deixei meu rastro.

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Deixou seu rastro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Deixou o seu rastro lá.

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Vou retirar então o que disse.

[risos]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, usando a transparência do Senado Federal através da TV Senado, a penetração da TV Senado no país, hoje, é uma grande realidade. As nossas Sessões são depois reproduzidas pela TV Senado e, na verdade, há uma curiosidade muito grande, principalmente nessas indicações de embaixadores de países que nós, brasileiros, na maioria das vezes, não

conhecemos tão bem. Então eu gostaria de aproveitar e fazer duas perguntas aos dois.

Uma se prende às famílias. Eu gostaria de ter um pouco dessa história, Guggenheim, para que nós aprendêssemos, esse cidadão brasileiro com um sobrenome que, na verdade, não é típico brasileiro, e é um sobrenome muito conhecido.

E ao Veras, que sou pernambucano, sou parlamentar pela Paraíba, mas sou pernambucano. E, em Pernambuco, existe uma família muito forte, Veras. Eu queria saber se exatamente é o Veras, em se tratando do Rio-Grandense do Norte(F), a origem um pouco desse laço familiar.

E também aos dois faria um questionamento, que é mais ilustrativo para os ouvintes e telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado. É o seguinte: as características dos dois países, eles trazem como regime político, o sistema político é Monarquia Parlamentarista, o Chefe do Estado é a Rainha Elizabeth II, representada no país pelo Governador-Geral, tal e qual, num país e no outro, e que o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro 'X' e 'Y', também representando os dois países. Como nós, no Brasil, desconhecemos esse tipo de formação política, que é exatamente a Monarquia Parlamentarista, nós gostaríamos que V. Exas. explicassem um pouco para nós, senadores, mas principalmente para o povo brasileiro, que característica de governo é essa que, na verdade, nós, brasileiros, não temos historicamente esse registro.

Eram esses os dois questionamentos, um mais a nível pessoal e ilustrativo, familiar, e o outro para que a população brasileira aprenda um pouco, através da TV Senado, esse sistema político que é a Monarquia Parlamentarista. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ouvir, então, primeiro, o Embaixador Tomas Guggenheim, o dono do museu.

[risos]

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Tanto quanto eu pude apurar, o nome da minha família aparece pela primeira vez no Século XVII, na Suíça alemã, e reflete o nome de uma aldeia que desapareceu. No Século XIX, tangidos pela pobreza, pelos preconceitos, um ramo da família emigrou para os Estados Unidos, onde fez grande fortuna, e, a partir da segunda geração, já começou-se o mecenato e, hoje, a família não existe mais como poder econômico. A maior parte das pessoas que tem o meu nome continua morando na Suíça e muitos, pelas mesmas razões econômicas, emigraram para a Alemanha, porque entre a Suíça alemã e o sul da Bavária... A Bavária é só atravessar os Alpes. E a minha família, o meu ramo da família, então, se é que ainda se pode falar de vínculos familia-

res, emigrou também no Século XIX para a Alemanha e da Alemanha para o Brasil, tangidos pelo nazismo. Eu sou, efetivamente, a primeira geração no país.

Quanto às perguntas, eu não sei se gostaria que eu já entrasse--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, sim, que logo depois nós vamos passar à secreta(F).

SR. TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM: Bom, eu vou recuperar a sua questão dos brasileiros. Já sabemos que, em Belize, não há, há umas poucas senhoras casadas com belizenhos, que é o que nós encontramos praticamente em todo o planeta.

Nas Bahamas, o interessante é que há uns 100 brasileiros que moram nas Bahamas e que são todos casais jovens – e aí eu tenho que incluir as mulheres e os filhos nessa contagem – que trabalham para os bancos, porque eles absorvem muitos recursos, inclusive do Brasil, e os bancos têm todo o interesse em que haja brasileiros do outro lado da linha. E esses brasileiros são jovens começando a sua carreira no mundo financeiro, ficam três, quatro anos, depois voltam para o Brasil ou são designados para outros postos. Portanto, é uma colônia brasileira com alta rotatividade ou relativamente alta rotatividade. Muito poucas famílias brasileiras, efetivas, se instalaram lá.

Quanto ao turismo, não há estatísticas publicadas individualmente, mas há um fluxo de dois tipos: o primeiro... Mas como que o brasileiro vai a Miami? Indo a Miami, lá tem tudo, inclusive as compras, que é o grande fator de atração, então ele não tem razão de descer mais para as Bahamas. Ele só vem para a Bahamas se ele está num navio de cruzeiro e faz uma escala lá. A outra alternativa, que é ainda muito minoritária, é que eles têm lá um grande *resort*, que vale 3,5 ou 4 bilhões de dólares, chamado Atlantis, que faz a sua publicidade pelo mundo. E alguns brasileiros vão lá, aproveitando os pacotes, alguns vão até jogar no cassino, naqueles campeonatos de pôquer, etc. E os brasileiros são muito bem recebidos lá porque contribuem realmente para a economia local, mas, evidentemente, é uma gota d'água comparado com os brasileiros que vão à Flórida e com os americanos que vão às Bahamas. Nós não temos estatísticas sobre o número. Eu, às vezes, visitando Atlantis ou um outro hotel no centro da cidade, eu ouço pessoas falarem português. Mas eu não tenho tido casos, por exemplo, de brasileiros que perderam passaporte e precisam ir na Embaixada, que ficaram doentes lá e precisam de uma ajuda da Embaixada, o que significa que o volume total deve ser pequeno, porque, senão, estatisticamente, alguns apareceriam.

Quanto à questão da Monarquia, os ingleses legaram... Por favor, não vejam nenhuma conotação filocolonialista nisso, mas os ingleses deixaram grande legado nas suas ex-colônias, infelizmente, que não se sustentaram na maioria dos países africanos, mas, nos países que já tinham um mínimo de capacidade de auto-organização, os costumes políticos ingleses, não só as suas instituições, também os seus comportamentos, marcaram profundamente a *psique* desses países. Então quando ocorreu o processo de independência, diversamente, por exemplo, do que ocorreu com colônias francesas, houve muito pouca revolta, o processo era todo evolutivo. Por quê? Porque os ingleses precisam dar aos ingleses que habitavam nas colônias os mesmos direitos que tinham na metrópole, ou seja, de eleger o seu Parlamento. Então sempre havia Parlamntos locais, no começo só com voz, depois com voz e voto, apenas no começo como órgãos assessores dos governadores, nomeados por Londres, e progressivamente assumindo cada vez maiores poderes. Então eles copiaram o sistema de Westminster. A Câmara dos Representantes é que detém o poder. No caso de Belize, são 31 deputados, 25 do governo e 6 da oposição. Eles não podiam traduzir literalmente a Câmara dos Lordes, não há Lordes. Então eles criaram o Senado, mas o Senado é o que os senhores aqui chamariam de biônico: são 12 senadores, seis nomeados pelo governo, três pela oposição, há sempre o respeito pela posição da oposição, o líder da oposição é um personagem do Estado e respeitado como tal, com várias e sérias prerrogativas, por exemplo, até na indicação de membros do Supremo, e três indicados pela sociedade: um pelas ONGs, outro pelas igrejas e outro pelo empresariado. Agora eles vão fazer, a partir de [ininteligível], eleições para o Senado, e, a partir do momento que o Senado tiver sido eleito por voto popular, evidentemente que o seu fortalecimento político será inevitável e deverá haver uma certa distribuição de funções ou de poderes entre eles.

Eles têm também um Poder Judiciário, modesto, mas que funciona, com uma característica interessante que eu vou descrever. A base da pirâmide são os juízes singulares ou os juízes distritais. Tem uma Câmara de Apelação que, no caso, são cinco juízes togados, e pode se apelar das decisões dessa Câmara a uma Câmara do Caribe, a uma Câmara Constitucional do Caribe. Por que isso? Porque esses países sendo muitos pequenos é muito fácil haver conflitos de interesses. Então é preciso que se saia do país para obter isenção. E eles também, por causa disso, adotaram o costume de convidar juízes, juristas de outros países da mesma formação da região, para preencher vagas nos seus Tribunais. Então é um processo bastante interessante.

Antigamente o último nível de apelação era o chamado Conselho Privado, *Privy Council*, em Londres, que é o grupo dos lordes togados da Câmara dos Lordes. Mas, recentemente, de uns dois, três anos para cá, a Câmara dos Lordes andou protestando porque os processos se multiplicam indefinidamente e eles não têm mais como dar conta. Então estão pedindo a esses países para se desviarem para esse Tribunal Regional, com sede em Trinidad e Tobago.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador Ronaldo Campos Veras, para responder às perguntas do Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Em busca do Veras.

[risos]

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Agradeço à pergunta, porque me dá a oportunidade de... Na verdade, o sobrenome é Campos Veras. Humberto de Campos, que era o meu tio-avô, era Humberto de Campos Veras, e ele, enfim, por problemas familiares, tirou o Veras e passou a ser conhecido nacionalmente como Humberto de Campos. Em um dos livros dele, "As Memórias", ele relata que ele pôde chegar não só à identificação do nome, que é ligado à primeira virtude teologal, que, na verdade, estaria na origem do nome. Diz que eram três irmãos que saíram do Piauí, outro irmão ficou no Ceará e o outro foi a Pernambuco. Em Pernambuco teve uma família grande, inclusive eu não sei se o senhor poderá talvez confirmar, haveria o "Beco dos Veras", que seria conhecido lá. Eu não tive a oportunidade de conhecer, mas a família teria se dividido basicamente nesses três troncos. Agora, Campos Veras ficaram... Depois se encontra Gomes Veras, Santos Veras. O Veras ficou, mas o nome do meio é que altera e identifica o tronco. E Campos Veras teria sido mais do Piauí. Eu nasci no Rio Grande do Norte, explico o acidente, porque o meu pai é militar e estava, na época, em Natal, e eu nasci lá, infelizmente eu não tenho muitos vínculos de família com o Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós tínhamos também o Beni Veras, que é lá do Ceará.

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Exatamente, do tronco que se estabeleceu no Ceará.

Só para concluir: o quadro, descrito pelo Embaixador Tomas, é o mesmo quadro que vigora nas Bahamas. Parece ser um regime bastante ordenado, apenas que, no caso do Poder Legislativo nas Bahamas, é integrado por 16 membros que são nomeados pelo Governador-Geral, que obviamente é designado pela Rainha. O Governador-Geral indica o líder, o Primeiro-Ministro, que é sempre o líder do governo, do

partido que venceu as últimas eleições. A oposição é indicada igualmente, a Assembleia Legislativa tem 40 membros, eleitos por voto popular direto e com mandato de cinco anos.

O que se nota é que, realmente, como disse o Embaixador Tomas, esses países herdaram uma consciência bastante ordenada do que é o Poder Legislativo, do que é a organização, e procuraram copiar a fórmula inglesa. Pelo que dizem as estatísticas, tem sido bastante ordenada e sem conturbações, sem convulsões internas.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Esse Governador, ele é indicado pela Rainha ou ele é eleito?

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: O Governador-Geral é indicado pela Rainha.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O Governador-Geral é indicado pela Rainha?

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Indicado pela Rainha.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E o Primeiro-Ministro?

SR. RONALDO DE CAMPOS VERAS: Indicado pelo Governador, que é sempre o líder do partido que venceu as últimas eleições.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero designar o Senador Roberto Cavalcanti como secretário para a Mesa. Nós vamos transformar a reunião em secreta, mas, antes disso, ainda, eu quero só comunicar que nós vamos ainda encaminhar o resultado dessa reunião para o Plenário do Senado ainda hoje.

Teremos amanhã, às dez horas, uma reunião para análise das indicações dos Embaixadores Marcos Leal Raposo Lopes, indicado para o México, e George Monteiro Prata, indicado para a República Tcheca. E, na quinta-feira, os Embaixadores Piragibe dos Santos Tarragô, indicado para o Canadá, e Antonino Lisboa Mena Gonçalves, indicado para a Colômbia, ficando pendentes apenas conosco a indicação da Embaixadora Leda Lúcia Martins Camargo para a Suécia, para a semana que vem, e também o indicado para Dominica. Dominica ainda pendente de um requerimento apresentado e que está pendente de resposta, para que essa comissão possa pautá-lo.

Portanto, Srs. embaixadores, nós estamos agora dependendo do Itamaraty. Nós estamos em dia, depende do Itamaraty, o Embaixador Sérgio Danese está aí. Então agora fica faltando só... O nosso tempo está apertado. Que nós possamos ter aí os demais embaixadores, que estão previstos das indicações serem encaminhadas a essa comissão. Eu acho que esse é o ponto que nós temos.

Eu tenho ainda, só antes de passar para a secreta, Senador Roberto Cavalcanti, um assunto que aconteceu ontem, lá na Argentina, que o secretário ligado à área comercial, o Secretário Moreno, ele chamou o Embaixador brasileiro Enio Cordeiro ao Ministério da Economia para comunicar a imposição de barreiras informais em cima de alguns produtos brasileiros que são exportados. Primeiro, a nossa estranheza, porque barreiras informais dentro do MERCOSUL... Nós temos que ter barreiras formais ou não. E o que realmente chama a atenção é a forma que o embaixador brasileiro foi tratado. Foi tratado de maneira grosseria, segundo os próprios jornais de Buenos Aires, de maneira que se espera que o Governo Brasileiro realmente responda de maneira ativa a um ato que realmente agride de alguma forma a diplomacia brasileira, através dessa forma como foi tratado o Embaixador Enio Cordeiro pelo Secretário Guilherme Moreno.

Eu vou transformar a reunião, então, em secreta. Eu peço aos Srs. Diplomatas que possam permanecer. Os demais funcionários, pelo que a Constituição prevê, devem se ausentar da sala e, logo depois, então, nós reabriremos com o resultado, caso não hajam perguntas especiais.

[Sessão secreta às 16h18]

[Sessão reaberta ao público às 16h20]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu comunico a aprovação dos Embaixadores Tomas Mauricio Guggenheim, indicado para Belize, aprovado por 13 votos, apenas um voto contrário, e também do Embaixador Ronaldo de Campos Veras, indicado para a Comunidade das Bahamas, também aprovado por 13 votos, também com um voto contrário.

Eu quero, portanto, desejar ao Embaixador Tomas Guggenheim muito sucesso na representação do Brasil em Belize e, ao Embaixador Ronaldo de Campos Veras, muito sucesso na representação do Brasil na Comunidade das Bahamas. Tenham muito sucesso. Eu vou encaminhar ainda hoje para o Plenário, na expectativa de que possamos votar tão logo haja condições, ainda hoje se possível.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 16h21.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE

2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia quatro de agosto de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, ROSALBA CIARLINI, DELCÍDIO AMARAL, BELINI MEURER, INÁCIO ARRUDA, JOÃO RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GILVAM BORGES, REGIS FICHTNER, VALDIR RAUPP, EDISON LOBÃO, JORGE YANAI, ELISEU RESENDE, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, ACIR GURGACZ, CÍCERO LUCENA, JOÃO DURVAL e MÃO SANTA**. Compareceu ainda o Senador não-membro **JOSÉ BEZERRA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador **Fernando Collor** procede à leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 234, DE 2010.** “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE LUIZ MACEDO BASTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT, na vaga do Senhor Francisco de Oliveira Filho.” **Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Eliseu Resende. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva, pelo prazo de uma hora, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI; ITEM 2 – RELATÓRIO FINAL “AGENDA DESAFIOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS – RECURSOS HUMANOS PARA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE”, concluindo pela apresentação do ANTEPROJETO DE LEI Nº 06, DE 2010 – CI.** “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica”. **Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura. Coordenador: Senador Fernando Collor**, que encaminha favoravelmente à apresentação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Projeto de Lei. **Resultado: Aprovada a apresentação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Projeto de Lei; ITEM 3 – RELATÓRIO FINAL “MARCO REGULATÓRIO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS”, ANTEPROJETO DE LEI Nº 05, DE 2010 – CI.** “Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis”. **Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura. Coordenador: Senador Inácio Ar-**

ruda, que encaminha favoravelmente à apresentação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Projeto de Lei. **Resultado: Aprovada a apresentação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Projeto de Lei. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2009.** “Estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000”. **Autoria:** Deputado **Leonardo Monteiro.** **Relatoria:** Senador **Jorge Yanai.** **Parecer:** Favorável ao Projeto com a subemenda de redação à Emenda nº 1 – CMA – CI. **Resultado: Aprovada a subemenda de redação à Emenda nº 1 – CMA – CI, por 13 (treze) votos Sim, nenhum Não e nenhuma Abstenção; ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2010.** “Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária”. **Autoria:** Deputado **Betinho Rosado.** **Relatoria:** Senadora **Rosalba Ciarlini.** **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista aos Senadores Edison Lobão e Serys Slhessarenko, nos termos do art. 132, do Regimento Interno do Senado Federal; ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CI.** “Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo em conjunto, pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, que Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH”, de autoria do Deputado Chico da Princesa”. **Autoria:** Senadores **Demóstenes Torres e Francisco Dornelles.** **Resultado: Aprovado; ITEM EXTRA-PAUTA – MENSAGEM (SF) Nº 234, DE 2010.** “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE LUIZ MACEDO BASTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT, na vaga do Senhor Francisco de Oliveira Filho.” **Autoria: Presidente da República.** **Relatoria:** Senador **Eliseu Resende.** **Resultado: Aprovada a indicação por 17 votos Sim, nenhum Não e nenhuma Abstenção.** Usaram da palavra durante a reunião as Senhoras Senadoras e

os Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, ROSALBA CIARLINI, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, JORGE YANAI, ELISEU RESENDE, EDISON LOBÃO, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS e ACIR GURGACZ.** Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às 10 horas e 35 minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº. 697 – GPTCU, encaminhando relatórios sintéticos de auditoria. Recebemos, ainda, o Aviso nºs. 11 e 45(F) Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº. TC 016371/2010-0, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Cópia dos referidos avisos encontram-se à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras membros desta comissão na nossa secretaria.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, no primeiro semestre de 2010, realizou 27 reuniões extraordinárias, sendo 14 audiências públicas e uma reunião conjunta. Foram apreciadas 47 proposições, sendo 12 projetos de lei do Senado – PLS, seis projetos de lei da Câmara – PLC, oito mensagens do Senado Federal, apresentação de quatro projetos de lei, anteprojetos deliberados, e cinco emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, a LDO.

Realizamos, ainda, sete sabatinas de diretores de agências reguladoras, sendo três para a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, dois para a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, um para a ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, e um para o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Comunico, ainda, Sras. e Srs. Senadores membros desta comissão, que recebi em meu gabinete, no mês passado – e acredito que todos os senadores também tenham recebido –, a agenda da Confederação

Nacional da Indústria, a CNI, denominada “*A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor*”.

Trata-se de um documento que traz um verdadeiro e completo “raio x” dos principais entraves para o crescimento brasileiro, bem como uma série de propostas para reverter o quadro frente às dificuldades apontadas para os principais setores da economia, entre elas o da infraestrutura.

Contudo, me chamou a atenção, na publicação, o capítulo dedicado à educação, notadamente no que tange à questão da formação e qualificação profissional, que é o tema abordado este ano pela nossa “*Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais: Recursos Humanos para a Inovação e Competitividade*”.

O diagnóstico do atual momento brasileiro, as perspectivas e as soluções propostas para que o país, de fato, potencialize seu crescimento de forma sustentada, vem ao encontro de tudo que ouvimos ao longo do ciclo de debates que promovemos, com as 12 audiências realizadas e mais a reunião do grupo de trabalho de consolidação das propostas. Como veremos ainda hoje com a leitura e a apreciação do relatório final de nossa agenda, conforme consta da Pauta desta reunião, muitas das sugestões e objetivos são absolutamente coincidentes. E para melhor ressaltar a relevância do assunto e a gravidade da situação, gostaria, aqui, de reproduzir, resumidamente, os principais trechos e tópicos do documento da Confederação Nacional da Indústria, especificamente quanto à demanda educacional brasileira.

Nos dois primeiros tópicos, o documento chama a atenção para a qualidade da educação como a chave para a produtividade que, por sua vez, depende da inovação. Assim relata o texto: “*O crescimento de um país depende da oferta de recursos produtivos e dos ganhos de produtividade. A capacidade produtiva, contudo, não depende apenas de quantidade de trabalho e capital, é fundamental que o país disponha de trabalho qualificado. E, para que isso ocorra, o investimento em educação deve ser priorizado. A incorporação de novas tecnologias no processo produtivo requer uma força de trabalho apta a apreender e a desenvolver novas técnicas. É preciso cientistas e engenheiros qualificados para se inventar e/ou adaptar produtos e processos produtivos. Não obstante, se não houver uma força de trabalho capaz de utilizar tais eventos, isto é, gente educada, não haverá inovação*”.

E conclui: “*A falta de recursos humanos qualificados dificulta o aumento da produção e da produtividade e a própria competitividade do país*”.

Tratando especificamente acerca da educação profissional, a CNI traça o seguinte cenário: “*Do Ensino Médio à universidade, o sistema educacional brasilei-*

ro valoriza a formação acadêmica, desconsiderando as necessidades do mercado de trabalho, em rápida transformação, e da inserção produtiva de jovens e adultos. Será fundamental superar o modelo de Ensino Médio eminentemente acadêmico e voltado para um processo de seleção universitária generalista, evoluindo para um modelo, isto sim, que permita a diversificação de conteúdos e a profissionalização dos indivíduos”. Nos países da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, hoje composta pelos 30 países mais industrializados da economia de mercado, a média é que 54% dos estudantes do Ensino Médio estão matriculados em cursos profissionalizantes ou pré-profissionalizantes. No Brasil, esse percentual não chega a 10%. A maioria dos estudantes que consegue terminar o Ensino Médio não está preparada para o mercado de trabalho. Como poucos chegam à universidade, cria-se um desestímulo a se manter na escola.

Segundo a pesquisa “*Motivos da Evasão Escolar*”, da Fundação Getúlio Vargas, a principal razão do abandono entre os jovens de 15 a 17 anos é o desinteresse pelo conteúdo das aulas. Mais de 38% dos estudantes que iniciam o Ensino Médio não o concluem. Ao se contar a partir do fim da 8ª série da educação fundamental, a taxa de desistência sobe para 45%. O baixo incentivo à Educação Profissionalizante gera distorção na oferta de capital humano.

O país necessita investir na educação profissional, mas sem incorrer nos erros do passado. Não se deve procurar transformar todo o Ensino Médio em ensino profissionalizante. O que se deve é estimular a oferta de cursos profissionalizantes concomitantes e pós o Ensino Médio. O aluno precisa poder escolher o caminho mais apropriado ao seu perfil.

Para a educação superior, o documento faz, ainda, a seguinte avaliação, começando pela afirmativa de que o Ensino Universitário deve ser mais flexível e diversificado: “*As instituições de nível superior, no Brasil, precisam ficar mais próximas do mercado de trabalho*”. É exatamente um dos pontos que nós estivemos tratando especificamente nessa série de audiências públicas, e é, realmente, importante se notar a coincidência do que aqui foi debatido com o que aqui está sendo relatado nesse documento da Confederação Nacional da Indústria. “*As instituições de nível superior no Brasil – repito – precisam ficar mais próximas do mercado de trabalho e do ambiente regional. É preciso rever a obrigatoriedade de a universidade concentrar-se em educação, pesquisa e extensão. A instituição superior deve poder optar por variar suas atividades, ofertando cursos de acordo com sua vocação, segundo os recursos disponíveis e conforme*

as necessidades específicas da comunidade e do mercado local de trabalho". No Brasil, as matrículas em cursos tecnológicos, cursos superiores de curta duração, correspondem a 10% das matrículas nos cursos superiores tradicionais. Na média da OCDE, essa proporção sobe para 25%.

Em outros tópicos, chama-se a atenção para a necessidade de universidades e empresas trabalharem em conjunto, exatamente o que nós estamos aqui defendendo durante todo esse primeiro e segundo semestres do ano de 2010. Universidades e empresas trabalhando em conjunto para o fato de que a sociedade do conhecimento demanda um novo perfil dos egressos das universidades. Assim relata o texto: *"É preciso retirar os empecilhos e patrocinar essa parceria – universidade-empresa – como forma de se estimular a pesquisa, promovendo ações de inovação que melhoram a indústria e dinamizam a escola. Os conteúdos programáticos dos cursos superiores devem ser adequados à sociedade do conhecimento. Os novos graduados precisam ser criativos, preparados para a prática da inovação e para adaptar-se às mudanças constantes em seu campo de trabalho. A educação teórica e prática devem ser igualmente valorizadas"*.

Ainda sobre a educação superior, o documento ressalta que a chave para o acesso à faculdade está na Educação Básica de qualidade, na bolsa de mérito e na renda, afirmando: *"Para facilitar a entrada de alunos de baixa renda nas instituições de Educação Superior é preciso melhorar a educação básica pública e, além disso, expandir o sistema de bolsas e crédito educativo que levem em conta a renda e, principalmente, o desempenho escolar do aluno, premiando o mérito e o esforço de cada um"*.

Por fim, o texto considera que o recurso do estado nas instituições de educação superior deve ser a régua da eficiência, diante do seguinte raciocínio: *"O financiamento público da educação superior deve se pautar por critérios e indicadores objetivos de desempenho. A busca por financiamento e a disputa por alunos estimularão as instituições a se tornarem mais eficientes, assim ela promoverá uma educação de qualidade e foco, direcionando sua grade de cursos e respectivas ementas para as demandas do mercado e as necessidades do país"*.

Ao final desse capítulo, a CNI apresenta a sua agenda para o setor de educação, da qual vale a pena extrair as propostas para os segmentos da Educação Profissional e da Educação Superior, que dizem respeito, diretamente, a um dos gargalos da nossa infraestrutura, que vem sendo, por nós, aqui, debatido:

"Para a Educação Profissional: estimular parcerias entre os setores público e privado para aumentar

a oferta de cursos; aumentar o financiamento para os cursos profissionalizantes com base em critérios de desempenho e demanda do setor produtivo; integrar os cursos de educação de jovens e adultos com formação profissional inicial e continuada de trabalhadores.

Para a Educação Superior: substituir a gratuidade universal das universidades públicas por bolsas de estudo baseadas no nível de renda e no desempenho do aluno; distribuir recursos públicos para a Educação Superior com base no desempenho das instituições de ensino; flexibilizar a obrigatoriedade em educação, pesquisa e extensão; permitir que as instituições de ensino superior se dediquem a funções mais ligadas à sua vocação, recurso e necessidades regionais; eliminar os entraves legais que dificultam a interação instituição pública de ensino-empresa; estimular a oferta de cursos de tecnologia de curta duração; estimular a oferta de cursos voltados para o mercado de trabalho; adequar os conteúdos programáticos aos requisitos da sociedade do conhecimento, ou seja, disseminação da cultura empreendedora, formação de profissionais criativos e preparados para a prática da inovação; equilíbrio entre conteúdos teóricos e as aplicações práticas; autonomia universitária com responsabilidade e cobrança social."

Eram esses os principais pontos do documento da Confederação Nacional da Indústria que eu gostaria de trazer ao conhecimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, exatamente na oportunidade em que apreciaremos o relatório final de nossa agenda desse ano, cujas propostas finais, como será visto, convergem em suas diretrizes em quase todos os pontos sugeridos pela entidade das indústrias.

Finalmente, recomendo, também, as Sras. e aos Srs. Senadores, *data venia*, a leitura dos demais tópicos do documento da CNI, em especial o capítulo dedicado à infraestrutura. Lá, mais uma vez, poderemos constatar as similaridades dos diagnósticos e soluções para os segmentos da infraestrutura em relação às conclusões dos 16 debates que promovemos, no ano passado, sobre os gargalos que o setor precisa superar a fim de que o Brasil possa retomar o seu pleno desenvolvimento.

Sras. e Srs. Senadores, nós temos, hoje, como primeiro item da nossa Pauta, a Mensagem do Senado nº. 234/2010, que traz a indicação de um novo membro para a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Mas, antes de iniciarmos esse nosso primeiro item da nossa Pauta, eu gostaria de ler para os Srs. e Sras. Senadoras a justificativa do por que estarmos fazendo, hoje, esta leitura e, posteriormente, sabatina.

Com base nos arts. 48, inciso VI; 89, inciso I; e no art. 163, todos do Regimento Interno do Senado

Federal, bem como no Item 5 das Normas e Procedimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Presidência desta comissão incluiu na Pauta desta reunião a indicação do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Assim, processaremos primeiro à leitura do relatório do Senador Eliseu Resende, do Senador Ministro Eliseu Resende, e, em seguida, conforme prevê o § 2º, do art. 2º, do Ato nº. 01/2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, será concedida vista coletiva pelo prazo de uma hora. Findo o prazo da vista, realizaremos, ainda nesta reunião, a sabatina e a votação do indicado, com base no § 3º e do art. 2º do mesmo ato, o Ato nº. 01, que prevê que o intervalo entre as duas etapas será de até duas sessões, não estabelecendo, portanto, um prazo mínimo.

Esclareço que esta decisão justifica-se pelo caráter extraordinário de estarmos em uma semana de esforço concentrado, ou seja, se adotássemos o procedimento ordinário de dividir em semanas distintas as duas etapas previstas no Ato nº. 01 – quais sejam: primeiro, leitura do relatório e vista coletiva; segundo, sabatina e votação -, somente no próximo esforço concentrado é que seria possível esgotar todo o processo na comissão.

Vale lembrar que a mensagem da indicação terá, ainda, que ser deliberada em Plenário. Assim, o atraso que fatalmente ocorreria na aprovação final do nome do indicado, decerto traria prejuízos ao bom funcionamento da diretoria da ANTT – composta por cinco diretores -, na medida em que ela estaria, por exemplo, impossibilitada de deliberar em casos de empate nas decisões colegiadas.

Nesse sentido, a Presidência entendeu se tratar de uma situação extraordinária, conforme prevê o Item 5 das Normas e Procedimentos Internos da comissão, bem como o Parágrafo Único do art. 108 do Regimento Interno desta Casa.

Os dispositivos citados. Do Regimento Interno, art. 48: “Ao Presidente compete – por analogia em relação ao Presidente da Casa -: 6) *designar a ordem do dia das sessões deliberativas e retirar matérias de Pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso para sanar falhas da instrução*”. Art. 89: “Ao Presidente de comissão compete: 1) *ordenar e dirigir os trabalhos da comissão*”. Art. 163: “As matérias serão incluídas em ordem do dia a juízo do Presidente, segundo a sua antiguidade e importância, observada a seguinte sequência...”. Art. 108, Parágrafo Único: “A Pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima

de dois dias aos titulares e suplentes da respectiva comissão, mediante protocolo”.

2) Normas e Procedimentos Internos da Comissão de Infraestrutura, Item 5: “*Salvo situações extraordinárias, e a critério do Presidente da comissão, nenhuma reunião da comissão será realizada sem que a Pauta, devidamente preparada pela secretaria da comissão, seja enviada aos membros 48 horas antes de sua realização*”.

3) Ato nº. 01/2009, da Comissão de Infraestrutura. Art. 2º: “A avaliação do indicado será feita em duas etapas. § 2º – *Será concedida, automaticamente, vista coletiva, após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa. Haverá um intervalo máximo de duas sessões entre a primeira e a segunda etapa*”.

Portanto, aqui está a justificativa do por que estarmos hoje, pelo Item 1 da nossa Pauta, lendo o relatório de autoria do Senador Ministro Eliseu Resende, que trata da Mensagem do Senado Federal nº. 234/2010, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Sr. Francisco de Oliveira Filho*”. Autor: Presidente da República. Relator, Senador Ministro Eliseu Resende. Parecer: “A comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação”.

Concedo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende para proferir o seu relatório nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº. 01/2009, da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente e Srs. Senadores, leremos o nosso relatório.

“O Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº. 234/2010, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres na vaga do Sr. Francisco de Oliveira Filho.

A ANTT, entidade integrante da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial, é vinculada ao Ministério dos Transportes e foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001. Estabelece o art. 53 da Lei 10.233/2001, que os números de membros da diretoria da ANTT serão brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos.

Jorge Luiz Macedo Bastos é cidadão brasileiro, graduado em administração de empresas pelo Centro Universitário Augusto Motta, no Rio de Janeiro, com pós-graduação em Gestão de Projetos, pelo Instituto

Brasileiro de Mercados de Capitais – IBMEC, e em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, ambos no Rio de Janeiro.

Sua experiência profissional registra atividades tanto no setor público como na iniciativa privada, com destaque para atuações bem sucedidas nos seguintes pontos e instituições: na Consultoria Ouro Preto, como consultor sênior, onde atuou na área administrativa; Associação Salgado de Oliveira, exercendo o cargo de assessor da presidência, responsável pela implantação dos campos de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e de Salvador, na Bahia; Universidade Salgado de Oliveira, como diretor responsável pela implantação do campus de Brasília; no Senado Federal, foi assessor técnico do gabinete do Senador Wellington Salgado e do gabinete do Senador Hélio Costa.

A análise do curriculum vitae, anexada a presente Mensagem 234/2010, evidência que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho das atividades do cargo de diretor da ANTT para o qual foi escolhido pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Constata-se, ainda, Sr. Presidente, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº. 01/2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplina o processo de aprovação das autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Em vista do exposto e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea 'f', combinado com os arts. 53 e 54 da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, submetemos à apreciação e julgamento desta comissão a indicação do Sr. Jorge Luiz Macedo Soares Bastos, constante da mensagem presidencial referida.

O Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos está inteiramente credenciado para esta indicação”.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende pela leitura do seu parecer, e coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva por uma hora, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº. 01/2009, da Comissão de Infraestrutura.

O Item 2 da Pauta trata da apreciação, deliberação, do relatório final da “Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais: Recursos Humanos para a Inovação e Competitividade, Formação e Capacitação Profissional para a Infraestrutura”, que concluirá, caso aprovado, pelo Anteprojeto de Lei nº. 06/2010,

“que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para facultar a portadores de diploma de curso superior, não titulados em nível de pós-graduação, o acesso ao magistério na Educação Superior, nas condições que especifica”.

Passo a leitura resumida do relatório final dos “Desafios Estratégicos Setoriais”. Gostaria de apresentar, também, aos Srs. e Sras. Senadoras que aqui nesse livro constam todos os debates travados no decorrer das audiências públicas realizadas nesta comissão tratando da formação e capacitação profissional para a inovação e competitividade, focado na questão de recursos humanos, e está à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras. Passo a leitura resumida e vou tentar resumir ainda mais do que aqui está, já que também V. Exas. terão, em mãos, o resumo deste relatório.

“Agenda 2009/2015: Desafios Estratégicos Setoriais: Recursos Humanos para a Inovação e Competitividade” – relatório final. Leitura. Resumo. Introdução: “Em 2010, a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado dedicou sua agenda a um ciclo de 12 audiências públicas, com o objetivo de debater e buscar soluções para um dos principais gargalos do setor de infraestrutura, a crescente necessidade de mão de obra qualificada. De acordo com especialistas, as deficiências brasileiras no campo da formação e capacitação de recursos humanos já começam a impactar a nossa economia. O quadro torna-se crítico a ponto de ameaçar o crescimento do país, inclusive com uma possível pressão inflacionária em função das dificuldades do mercado em contratar mão de obra com as devidas qualificações exigidas para praticamente todas as áreas profissionais de todos os segmentos da infraestrutura.

Trata-se de uma demanda identificada e recorrentemente apontada durante o primeiro ciclo de 16 painéis, realizados pela comissão em 2009 especificamente para debater os gargalos setoriais da infraestrutura. Em todos eles, a escassez e a deficiência de recursos humanos qualificados aparecem como um dos principais problemas que o país precisa superar a curto, médio e longo prazo.

O assunto constituiu, portanto, fator que requer a reflexão aprofundada dos principais atores e instituições da sociedade, para, acima de tudo, informar e estimular a juventude brasileira no processo de escolha e planejamento quanto à sua formação e qualificação profissional, sejam elas do nível técnico, tecnológico ou superior. Além disso, em função da evolução tecnológica e da dinâmica do mundo do trabalho, o conceito de educação continuada torna-se cada vez mais premente na implantação de políticas públicas e no pro-

cesso de conscientização e formação dos estudantes e profissionais brasileiros”.

E aí vem a questão da nossa metodologia: *“Para todos os painéis, foram convidados especialistas das mais variadas formações, representando esses segmentos, em um total de 52 palestrantes que se manifestaram em nome da administração pública: ministérios, agências reguladoras, empresas estatais e autarquias; do setor privado: empresas, sindicatos e entidades de classe; e do universo acadêmico: universidades, institutos e centros de estudo e pesquisa. Concluída a realização das 12 audiências, as equipes do gabinete da Presidência e da Comissão de Serviços de Infraestrutura realizaram a primeira sistematização, compilando um total de 118 propostas que foram apresentadas pelos especialistas durante todo o ciclo de debates. Ao final, formou-se um grupo de trabalho composto por nove palestrantes que participaram das audiências e mais o presidente da CAPES, do MEC, com o intuito de discutir e consolidar as propostas apresentadas nesses painéis e, por fim, apresentar uma agenda final acerca da formação e capacitação de recursos humanos para a infraestrutura nacional.*

O grupo de trabalho se reuniu com a Presidência da comissão na sede do Interlegis do Senado Federal – a quem, mais uma vez, desejo agradecer pela excelência do seu trabalho e da sua capacidade de poder difundir o que ali foi tratado no último dia 07 de junho, uma semana após a realização do último painel. Na oportunidade, designou-se como relator do grupo o Dr. Luiz Ugeda, do Instituto Geodireito, para se encarregar da apresentação do relatório da reunião contendo as diretrizes e as propostas finais para a agenda da comissão”.

Tem algumas ideias centrais e objetivos para a confecção desse relatório final. As ideias centrais são basicamente três. *“Primeiro, informar ao público jovem estudantil sobre as atuais e futuras demandas do mercado de trabalho, de modo a facilitar e estimular a escolha profissional, dentro da visão das oportunidades, oferecida pelas necessidades identificadas. Segundo, adotar uma metodologia capaz de estabelecer a interação prática e objetiva entre governo (crescimento econômico), iniciativa privada (transformação da ciência em inovação) e mundo acadêmico (geração do conhecimento), no sentido de identificar e informar sobre as reais necessidades do mercado e efetivar a oferta de cursos de formação, qualificação e recapacitação profissional que atendam à demanda de recursos humanos. E, por fim, conscientizar e auxiliar o governo na coordenação de todo esse processo, inclusive quanto à necessidade de viabilizar uma melhor*

qualificação do aluno nos ensinos básico e médio na formação técnica”.

Foi, então, feita a sistematização dessas propostas, tendo como objetivos básicos esses que acabei de ler para as Sras. e Srs. Senadores. Foram 18, os pontos compilados, e não vou cansá-los com a leitura deles todos, já que V. Exas. têm em mãos.

Então chegamos à agenda final, suas conclusões e propostas. *“Para o exame apurado das propostas e das ações a serem adotadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com os devidos encaminhamentos, foram considerados os aspectos técnicos e constitucionais que envolvem cada uma delas. Nesse sentido, procurou-se observar os limites constitucionais quanto à iniciativa legislativa e o respeito à independência dos poderes, assim como a viabilidade técnica e a competência administrativa dos entes da Federação em relação à implantação de ações e políticas no campo da educação profissional. Por outro lado, há que se levar em conta a realidade de gestão e atuação, com os respectivos interesses sociais e econômicos do mundo acadêmico e da iniciativa privada, que completam, com o poder público, o tripé essencial no processo de estímulo e viabilização de ações para solucionar a escassez de mão de obra qualificada nos segmentos de infraestrutura.*

Das propostas apresentadas durante as audiências, algumas sugestões podem ser apresentadas na forma de projetos de lei, não só por se tratar de proposições formais e materialmente viáveis como também por não ferir o texto constitucional quanto à iniciativa. A primeira refere-se ao estímulo, à valorização e ao reconhecimento que podem ser conferidos às profissões da engenharia e arquitetura, permitindo a adesão de escritórios desses ramos ao imposto denominado Simples Nacional, que caracteriza a constituição e a atuação das micro e pequenas empresas. Embora preveja a possibilidade de adesão ao Simples das atividades ligadas à construção de imóveis e obras de engenharia em geral, bem como a execução de projetos e serviços de paisagismo e decoração interiores, a Lei Complementar nº. 123/2006 não contempla a permissão para que os engenheiros e arquitetos possam transformar o escritório em micro ou pequena empresa beneficiária do regime simplificado. A inclusão dessas atividades incentivará o empreendedorismo desses profissionais, como também terá o condão de tornar mais atrativos os respectivos cursos superiores de formação e de qualificação. Além disso, o projeto constitui uma forma de valorização do setor tecnológico, cujos profissionais, historicamente, carecem de uma melhor remuneração, principalmente no setor público. Diante de seu evidente mérito e oportunidade, a proposta foi, de pronto, aca-

tada e apresentada no início de abril deste ano, na forma do Projeto de Lei do Senado – Complementar – nº. 90/2010, já estando em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável do relator, Senador Adelmir Santana.

A segunda sugestão refere-se à flexibilização dos requisitos acadêmicos para a contratação de docentes para o magistério superior nos cursos das áreas tecnológicas e de engenharia. Trata-se de uma reivindicação sistematicamente apontada nos debates promovidos, traduzida na redução do academicismo quanto aos critérios para o exercício do magistério. O que se verificou é que, entre os egressos daqueles cursos, registram-se graves carências de formação, muitas vezes relacionadas à pouca articulação entre teoria e prática na trajetória escolar dos futuros engenheiros. Assim, para sanar esse problema, sugere-se a apresentação de projeto de lei – que já anunciei anteriormente – alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com base nas sugestões apresentadas ao longo dos painéis realizados e nas conclusões do grupo de trabalho de consolidação, sugere-se a construção de uma agenda de prioridades nacional que passa a constituir, institucionalmente, a agenda da comissão, para o enfrentamento dos desafios quanto à formação e capacitação de mão de obra no setor de infraestrutura. Ao oferecer esse documento consolidado ao governo, ao setor produtivo e à economia, a Comissão de Serviços de Infraestrutura pretende dar uma contribuição efetiva para assegurar um salto na formação e qualificação de recursos humanos para a infraestrutura nacional, setor estratégico ao desenvolvimento do país”.

E vem a agenda de prioridades: “Ações no âmbito do Governo Federal, ações no âmbito das universidades e institutos de educação tecnológica, ações no âmbito do setor produtivo e os encaminhamentos. Além da apresentação, ao Senado Federal, dos projetos de lei propostos, sugere-se o encaminhamento do presente relatório – dando-se ênfase à agenda de prioridades – às diversas instituições públicas e representações da iniciativa privada e acadêmicas, com o objetivo de recomendar e estimular a implantação das ações sugeridas. Para tanto, elencam-se vários órgãos e entidades que aqui estão descritos no relatório final”.

Então eram esses, Sras. e Srs. Senadores, os principais pontos que gostaria de destacar desse relatório final, recomendando, ainda, a quem interessar, a leitura dos artigos de referência e dos anexos contendo os textos das proposições sugeridas, que se encontra no fim deste documento.

Podemos, agora, submeter o relatório à discussão e votação e, em seguida, o anteprojeto de lei proposto.

Lembrando que, se aprovado, será apresentado à Mesa Diretora na forma de projeto de lei, tendo como autora a própria Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Coloco em discussão o relatório final da “*Agenda de Desafios Estratégicos Setoriais: Recursos Humanos para a Inovação e Competitividade*”.

Não havendo quem queira discutir, passo ao Item 2 da Pauta, para deliberação exatamente sobre este mesmo assunto – que aqui já foi colocado – em Decisão Não Terminativa. Anteprojeto de Lei nº. 06/2010, da Comissão de Infraestrutura, “*que altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, para facultar a portadores de diploma de curso superior, não titulados em nível de pós-graduação, o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica*”.

Em discussão, a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se estão. Aprovada a apresentação do projeto de lei pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A matéria seguirá à Secretaria-Geral da Mesa.

O Item 3 da Pauta trata do relatório final do Marco Regulatório dos Biocombustíveis, trabalho este coordenado pelo Senador Inácio Arruda e que teve a participação, como membros, dos Senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral. É um relatório da mais alta importância e relevância. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Inácio Arruda e todo o grupo de trabalho pelo que apresentaram como proposta de um novo marco regulatório para os biocombustíveis. É um assunto muito atual, sobretudo em função da questão, agora trazida até nós com muita satisfação, da descoberta do pré-sal, e também do etanol. E foi um trabalho de fôlego, executado pelo grupo de trabalho coordenado pelo Senador Inácio Arruda.

Esse, portanto, é o Item 3 da nossa Pauta, que trata do Anteprojeto de Lei nº. 05/2010, decisão Não Terminativa, “*que dispõe sobre a política nacional para os biocombustíveis*”. Coordenador, como afirmei, Senador Inácio Arruda; concluindo favoravelmente à apresentação pela Comissão de Serviços de Infraestrutura de projeto de lei.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Inácio Arruda para proferir o seu entendimento sobre a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Inicialmente, eu gostaria de agradecer a V. Exa. a confiança neste grupo de trabalho. Busquei coordenar com dedicação, porque considerei que era uma responsabilidade enorme. Nós estamos tratando de matéria do futuro, então era

preciso ter muita atenção. Agradecer à nossa equipe, uma equipe com dois senadores que entendem e têm uma participação ativa na área de energia, um na área da agricultura e o outro na área mesmo já da produção de energia elétrica e de petróleo, no caso o nosso Senador Delcídio Amaral e o nosso Senador Gilberto Goellner, que tiveram atuação destacadas.

Sr. Presidente, nós realizamos sete audiências públicas muito concorridas, com a participação muito ativa do setor privado, do setor estatal e de organizações da sociedade civil que têm preocupação, digamos assim, com as questões de sustentabilidade deste ramo de atividade que é a produção de energia a partir da chamada biomassa, especialmente.

Nessas audiências públicas, nós resolvemos, também, abrir, a partir do debate das audiências públicas, que deveríamos abrir, na nossa comissão, uma janela na nossa página na rede internacional de computadores que permitisse auscultar um conjunto de segmentos que tinham interesse e que não se conformaram nas sete audiências públicas. Além desta participação, também, direta na rede internacional de computadores, nós recebemos inúmeros representantes do setor privado e agentes públicos, que vieram diretamente aos senadores dar opinião sobre a matéria.

Ao final, Sr. Presidente, porque todos os nossos colegas dispõem do texto em suas mãos, nós concluímos pela apresentação de um anteprojeto, que está nas mãos dos nossos colegas. E a minuta do projeto de lei que ora apresentamos foi elaborada a partir das sugestões recebidas durante os painéis dos inúmeros projetos.

Dos painéis – foram sete painéis -, nós tivemos o cuidado de examinar os inúmeros projetos de lei em tramitação tanto na Câmara como no Senado, que são sugestões muito significativas. Muitas opiniões advindas das propostas ao anteprojeto, submetido à consulta pública, tiveram este viés, projetos já em tramitação no Congresso, Senado e Câmara, os painéis e opiniões oferecidas amplamente pela rede internacional de computadores. Tudo isso, nós aglutinamos, na medida do possível. As propostas foram apresentadas de modo a sintetizar as reivindicações do setor sucroalcooleiro, que é quem mais participou, de forma ativa, do nosso debate; do setor de biocombustíveis; da iniciativa privada *lato sensu*; e do estado, na forma de um projeto de lei que os membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura terão agora a oportunidade de analisar.

Eu destaco alguns aspectos que consideramos, na comissão, importante: 1) a promoção da concorrência nas atividades econômicas de produção, comercialização, distribuição, transporte, armazenagem e

revenda de biocombustíveis, bem como nas atividades econômicas de produção e comercialização de matérias-primas; 2) a garantia da crescente participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis brasileira, em razão do seu caráter renovável e dos benefícios econômicos, sociais, ambientais e de saúde pública decorrentes do seu uso; 3) o incentivo a projetos de cogeração de energia, a partir dos subprodutos da produção de biocombustíveis, assegurando de forma competitiva e em bases sustentáveis, a crescente participação desta fonte de energia na matriz de energia elétrica brasileira, em razão do seu caráter limpo, renovável e complementar fonte hidráulica; 4) a garantia de relações de trabalho dignas; E 5) a redução das desigualdades regionais.

Segue-se no nosso relatório, Sr. Presidente, um conjunto grande de informações a respeito dos agentes públicos do estado que nós consideramos que devem participar na coordenação de um trabalho como esse de regulação dos biocombustíveis. Nós destacamos, entre outros, em uma medida oportuna, que consta da minuta do projeto, que é a criação do Conselho Interministerial Propositivo de Políticas Relacionadas com os Biocombustíveis, com a participação, destaque aqui, dos seguintes membros: Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro das Minas e Energia, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro da Fazenda, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Ministro do Meio Ambiente.

A nossa ideia é que a gente tenha um conselho amplo, com a participação de agentes públicos, capaz de permitir que esse marco regulatório esteja sendo examinado permanentemente no âmbito do governo. Claro que o Congresso, a qualquer hora, também pode examinar. Eu destaco essas questões, esses pontos que considero que são muito importantes para o exame do anteprojeto que apresentamos, Sr. Presidente, porque, ao mesmo tempo que nós temos essa coisa fantástica, que é o pré-sal, nós temos as dificuldades advindas dos possíveis riscos que a atividade, hoje, oferece.

Veja o caso de uma empresa que esteve aqui conosco participando das discussões sobre esse anteprojeto, essa grande multinacional que é a BP, nós recebemos e ouvimos. Na hora que eles estão fazendo uma viragem para não, digamos assim, sair absolutamente do petróleo, mas para incrementar a sua participação de forma crescente na área de biocombustíveis, exatamente examinando a sua maior sustentabilidade e o caráter renovável, então nessa hora você tem um desastre de proporções mundiais na área de produção do petróleo. Isso faz com que a gente reforce ainda mais

a necessidade de nós termos um marco regulatório na área de biocombustíveis, sabendo que aqui nós temos condição de ter mais segurança no combustível limpo, renovável, e as condições de sustentabilidade, então, são muito mais significativas.

Nós, neste debate com a sociedade, ouvimos as perspectivas, porque você tem, hoje, essa atuação nossa destacada, que envolveu o Estado Brasileiro, na questão do pró-álcool, envolveu o setor privado... Digamos que isso demorou um pouco até que nós alcançássemos uma condição excepcional, que são as condições de hoje, onde você chega a ter 90% da frota de automóveis produzida no Brasil, como o carro *flex*, que usa álcool, gasolina, gás. Então, quer dizer, é uma tecnologia que nós, digamos assim, incentivamos a sua criação e o seu desenvolvimento. Isso é algo extremamente positivo.

Na discussão com as possibilidades, nós saímos do álcool, passamos pelas oleaginosas e chegamos às microalgas, em um debate que mostra o potencial da produção de combustíveis renováveis em nosso país. Para se ter uma ideia, estudos mais recentes indicam que nós podemos produzir, em um hectare de cultivo de algas, quatro vezes mais do que um hectare de soja, em óleo. Então, você tem um potencial gigantesco. Isso tudo é fruto da discussão, do debate com os nossos amigos que aqui vieram. Convidados, praticamente, não deixou de comparecer um. Vieram dar a sua opinião. São pesquisadores, são cientistas e são agentes públicos que estão no governo. E muitos do setor privado, que aqui vieram, demonstram esse potencial.

Por isso, Sr. Presidente, nós apresentamos o nosso relatório. O nosso projeto está indicado ao final. Temos um conjunto de anexos, de tabelas que são comparativas de qual é a situação atual, que os Srs. Senadores poderão examinar com tranquilidade. Pelo que eu estou entendendo, o nosso projeto, caso aprovado, vai à Mesa, e a Mesa terá que distribuí-lo para, talvez, várias comissões, mas especialmente essa, porque essa foi a matriz do nosso debate, da nossa discussão. Então nós apresentamos.

Claro que muitos itens são susceptíveis de alterações, ou porque já são amplamente atendidos em outras legislações, notadamente no campo trabalhista, ambiental. Nós temos resoluções, nós temos, até mesmo, a Constituição amparando muitos direitos. Então, muitas coisas são, às vezes, aparentemente polêmicas, mas já estão resolvidas e são apenas motivo de afirmação, mas, evidentemente, podem ser examinadas. E outras que serão, possivelmente, alteradas, fruto do entendimento na nossa comissão, que é a comissão

que eu considero que será a comissão principal de mérito nessa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, eu submeto, com a aquiescência de V. Exa., que V. Exa. que irá fazê-lo, à apreciação dos nossos colegas a proposta de relatório, com a minuta do anteprojeto que será indicado para a Mesa Diretora do Senado e, em seguida, evidentemente, nós iremos debater, ainda, intensamente, esse tema aqui no Congresso Nacional.

Mas digo para V. Exa., fruto do debate que fizemos, que há um anseio do setor, especialmente daqueles que estão produzindo. Aqui, a participação do governo, em termos de produção, é pequena. O que nós temos aqui, com um largo alcance, é o setor privado, e que estão ansiosos por ter uma regulação, digamos assim, que equalize de forma adequada a atividade do setor. Há uma grande expectativa da sociedade em torno da regulação dessa matéria, pela importância e o impacto que tem no nosso país e o reflexo que terá fora do nosso país.

Então, é muito significativa a aprovação dessa matéria, que eu espero que os nossos colegas a acolham aqui na nossa comissão. E, em seguida, evidente, teremos um grande debate, não só na nossa, mas em outras comissões também.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito grato ao Senador Inácio Arruda. Mais uma vez os cumprimentos de toda a comissão pelo grande esforço empreendido pelo grupo de trabalho coordenado pelo Senador Inácio Arruda, do qual faz parte o Senador Delcídio e o Senador Gollner. Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação a apresentação do Projeto de Lei por esta comissão tratando o Projeto de Lei do Novo Marco Regulatório para Biocombustíveis.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estão de acordo com a aprovação do encaminhamento deste Projeto de Lei permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A matéria seguirá à Secretaria-Geral da Mesa.

O Item 5º da Pauta, também Decisão Não Terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2010 que: *“Acréscimo Parágrafo Único ao art. 13 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado, correrão a expensas da concessionária”*. Autor, Deputado Betinho Rosado. Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, a quem desejo, em nome de todos aqui presentes, das

Sras. e Srs. Senadores da comissão, mais uma vez, cumprimentá-la pela grande vitória ontem alcançada com a aprovação, por unanimidade, de um projeto de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, estendendo para seis meses a licença-maternidade.

Parecer da senadora favorável ao projeto. A matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Não Terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para proferir o seu relatório.

[soa a campanha]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senadoras, esse é o relatório: *“Após a aprovação pela Câmara dos Deputados, em apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2010, de autoria do Deputado Betinho Rosado, que acrescenta Parágrafo Único ao art. 13 da Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão à expensas de concessionária.*

Na Casa de origem, a proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Minas e Energia, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Após exame nessa Comissão de Serviços de Infraestrutura, a matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a esta última a decisão em caráter terminativo.

O projeto tem como objetivo definir a responsabilidade pela instalação dos sistemas de medição [soa a campanha] dos serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos, atribuição deixada em aberto pela Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Espera-se, assim, evitar que normas infralegais atribuam ao usuário o ônus pela implantação do sistema de medição do serviço, invertendo uma obrigação que deveria sempre recair sobre a concessionária fornecedora do serviço.

Na Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal. Seu art. 13 estabelece que as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários. Para identificar essas características técnicas e os distintos segmentos é preciso, naturalmente, que sejam instalados equipamentos de medição.

A legislação não esclarece, contudo, a quem cabe o ônus de instalação dos medidores.

Na prestação de serviços públicos, os custos associados aos medidores são, em regra, cobertos pelas concessionárias e depois ressarcidos pelas tarifas pagas por todos os consumidores. Só ocasionalmente essa regra não é observada e, geralmente, no intuito de beneficiar as parcelas da população menos favorecidas.

Apesar dessa prática consagrada, têm surgido normas infralegais que atribuem ao usuário o ônus dos equipamentos de medição e de sua instalação.

O autor do projeto, na sua justificação, cita o exemplo da Resolução nº. 207, de 09 de janeiro de 2006, da Agência Nacional de Energia (ANEEL), que determina que os irrigantes, para receber os descontos tarifários previstos no art. 25 da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, pelo consumo noturno, deve arcar com os custos dos medidores de energia elétrica necessários”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, no nosso Nordeste é normal e algo que estimula bastante aos pequenos irrigantes é exatamente essa tarifa que ela tem um custo mais baixo à noite, uma tarifa noturna, só que são pessoas de pequeno poder aquisitivo, não estamos aqui falando com relação a grandes empresas do agronegócio, da agricultura irrigada, da fruticultura, nós estamos falando daqueles pequenos que ficam sem receber esse benefício, porque não têm condições de arcar com o ônus da instalação. Tenho certeza que todos os estados nordestinos, isso é um fato que vem deixando de atender a esse grande apelo social, essa grande necessidade. Ora, se nós sabemos que a fruticultura irrigada, ela hoje participa de forma muito forte na balança comercial do Nordeste, veja o caso de Petrolina, o caso do nosso Rio Grande do Norte, nós somos os maiores plantadores de melão. O Ceará, no Vale do Jaguaribe, que vem crescendo muito. Temos Alagoas, com certeza, também pequenos irrigantes. Na Paraíba não é diferente. Então, se há um esforço tão grande de termos barragens, da transposição do Rio São Francisco, das águas subterrâneas, seja do calcário Jandaíra, seja as águas lá no Arenito Açu; no Piauí isso é uma realidade, porque no Arenito Açu, no Piauí, nós temos água também em quantidade, que fazem verdadeiras transformações e revoluções no campo, principalmente na fruticultura irrigada. Eles, se tiverem acesso a esse tipo de energia mais barata, condição de utilizar, que é a energia noturna, que é exatamente uma forma de que durante o dia há um consumo maior, à noite essa, vamos dizer assim, essa sobra que pode ser muito bem utilizada na fruticultura e nas mais diversas atividades que utiliza a água para irrigação.

Então, os pequenos, os médios da agricultura familiar, que tem pequenas glebas, não estão tendo acesso, porque não têm a condição de colocar o equipamento que a concessionária, nesse caso, porque em outros casos a própria concessionária já coloca... No caso de uma residência, os medidores ficam às despesas da concessionária. Então, por que, nesse caso, não ficar bem definido para que possamos ter uma utilização maior dessa energia, que no período noturno pode ser utilizada, não irá faltar em nenhum lugar, porque ela está, vamos dizer assim, a quantidade realmente de reserva, e também, ao mesmo tempo, ajudar a impulsionar a agricultura irrigada, ajudar a impulsionar o trabalho, a renda a que possamos produzir mais com custo menor e, conseqüentemente, quem se beneficia? Beneficia o Brasil como um todo.

Então, acho mais do que justo que nós possamos aprovar este projeto que já foi analisado na Câmara, nas mais diversas comissões, ele vem já desde maio, aliás, foi remetido a esta Casa em maio, mas ele já tem dois anos tramitando, já foi bastante analisado, e acredito que será de um grande alcance social e um grande benefício para principalmente no Nordeste, embora isso vá beneficiar não só o Nordeste, mas todo o Brasil, mas no Nordeste é fundamental. Daí porque eu peço aos Srs. Senadores que, devido à importância do projeto, e para evitar injustiças na prestação dos serviços públicos, que opinamos favoravelmente à aprovação. E solicito aos Srs. Senadores que sejam favoráveis à aprovação, porque será um grande benefício. E o nosso Rio Grande do Norte será um dos estados que estará, com certeza, tendo oportunidades de avançar mais ainda na agricultura irrigada. Agora mesmo a Barragem Santa Cruz, que foi construída ainda no governo passado, e que não tem o seu perímetro irrigado, mas que por emendas coletivas, por indicação do Senador Garibaldi, com apoio do Senador Agripino, todos nós, nós conseguimos colocar para que o DNOCS começasse a fazer esse projeto importantíssimo, que vai beneficiar centenas de pequenos proprietários. Mas esse é um ponto fundamental, estou falando aqui na Chapada do Apodi. Mas o Vale do Açu e o Vale do Jaguaribe, a questão dos mais diversos estados, que também são beneficiados com a irrigação através do Rio Piranhas Açu, todos esses... São milhares que serão beneficiados, daí porque eu peço a esta comissão, Sr. Presidente, e aos membros que considerem a importância social que, com certeza, nenhuma empresa irá ter nenhuma desvantagem maior, já que o benefício será muito grande para o Brasil e para os que mais precisam.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para discutir. É um projeto que eu diria que é da mais alta relevância, mas como eu tenho um projeto que também tem alguma coisa a ver com a questão, eu gostaria de fazer uma análise melhor e vou pedir vista.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu solicito vista também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continuando a discutir a matéria, com a palavra o Senador Ministro Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Eu peço a V. Exa. que me conceda por igual vista, porque essa é uma questão que vem sendo analisada no Ministério de Minas e Energia, desde o tempo em que eu lá me encontrava como titular. E o ministério tem uma exposição contrária ao andamento desse projeto. Eu gostaria de estabelecer, sobre ele, também estudos complementares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Portanto, fica concedida vista à Senadora Serys e ao Senador Ministro Edison Lobão, do Item 5 da nossa Pauta, Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2010, com os agradecimentos à Senadora Rosalba Ciarlini pela leitura do seu parecer.

Como houve inversão de Pauta, o Item 4, também da nossa Pauta, em Decisão Não Terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 168/2009, "*que estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, e altera a redação do art. 35 da Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000*". Autor, Deputado Leonardo Monteiro. Relator, Senador Jorge Yanai. Parecer: "*Favorável à apresentação de subemenda de redação à Emenda nº. 1 da Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Infraestrutura*".

Observações: "*A matéria constou da Pauta da reunião do dia 25 de fevereiro de 2010. Em 08/12/2009, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou o parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs. 1 a 8 na Comissão de Meio Ambiente e Emenda de redação.*"

3) A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou o parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs. 1 a 8, também Emendas de redação".

Concedo a palavra ao Senador Jorge Yanai para proferir o seu relatório.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Obrigado, Sr. Presidente.

“Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 168/2009, PL nº. 181/2003, na origem, do Deputado Leonardo Monteiro, que estabelece a política nacional de segurança de barragens, destinada à acumulação de águas para quaisquer usos à disposição final, temporária e rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, e altera a redação do art. 35 da Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, do art. 4º da Lei nº. 9.984 de 17 de julho de 2000.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº. 168/2009, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, “estabelece a política nacional de segurança de barragens destinada à acumulação de água para quaisquer usos à disposição final, temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, e altera a redação do art. 35 da Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000”. A matéria foi aprovada em Decisão Terminativa nessa Comissão de Serviços de Infraestrutura do dia 04 de março de 2010, com oito emendas, que haviam sido aprovadas anteriormente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Nas duas comissões foi aprovado o parecer do Senador Gilberto Goellner. Por concordar com o mérito, passo a reaplicar este adendo de parecer por ele anteriormente apresentado.

Após a aprovação da matéria pela CI, nos termos do parecer do CMA, foi verificado pequeno equívoco relacionado com a Emenda nº. 1 – CMA, igualmente adotada por esta comissão que dá nova redação ao inciso III do art. 5º. Embora nomeada como emenda de redação, a modificação proposta altera o mérito da proposição.

Devemos ressaltar que consideramos fundamental que esta proposição seja aprovada com celeridade dado o crescente perigo de acidentes em barragens. Não existe até o momento legislação que obriga a sua conservação e [soa a campanha] manutenção. Portanto, faz-se necessário sanar todas as possíveis dúvidas, evitando o retorno do projeto para análise na Câmara de Deputados.

Desse modo, de acordo com o art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, consideramos necessária a correção desse equívoco antes que o projeto retorne o curso da sua tramitação. De forma a saná-lo, apresentamos a seguinte subemenda de redação à Emenda nº. 1 – CMA– CI, de maneira a evitar a alteração do mérito do art. 5º do PLC nº. 168/2009”.

Subemenda que é uma emenda de redação, a Emenda nº. 1. “Dê-se ao inciso I do art. 5º da PLC nº. 161/2009 a seguinte redação: art. 5º § 1: ‘a entidade que outorgou o direito de uso de recursos hídricos,

observado o domínio do corpo hídrico quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir. Em votação a subemenda de redação à Emenda nº. 1 da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Infraestrutura, ao Projeto de Lei da Câmara nº. 168/2009.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aliás, desculpe, essa é Decisão Terminativa, a votação tem que ser nominal. Vou iniciar a tomada de votos.

Como vota a Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Delcídio, não se encontra. O senador... Bom, eu gostaria antes de continuar a chamada para votação nominal de dar as boas-vindas, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, aos Senadores Belini Meurer, de Santa Catarina, que aqui substitui a Senadora Ideli Salvatti, seja muito bem-vindo. E o Senador Regis Fichtner, do Rio de Janeiro, que retoma a sua cadeira nesta Casa, as nossas melhores boas-vindas.

Como vota o Senador Belini Meurer.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Senador Presidente, quero agradecer as palavras, as suas palavras, quero cumprimentar todos os senadores presentes [soa a campainha]. E quero dizer que eu voto sim com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, senador.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Ministro Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Regis Fichtner?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Sr. Presidente, agradeço igualmente as palavras. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, senador.

Como vota o Senador Ministro Edison Lobão?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Ministro Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota a Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Falta mais alguém? Alguém deixou de votar? Algum senador ou senadora aqui presente deixou de votar? Todos votaram.

Então, aprovado por 13 votos sim, a subemenda de redação a Emenda nº. 1 da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Infraestrutura ao Projeto de Lei da Câmara nº. 168/2009.

A matéria vai, portanto, à Secretaria-Geral da Mesa.

O Item 6 da Pauta trata-se de requerimento apresentado pelo Senador Demóstenes Torres, e pelo Senador Ministro Francisco Dornelles, requerimento que: *“Nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal propõe ou requer o estudo em conjunto pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, do Projeto de Lei da Câmara nº. 315/2009, que altera o art. 1º da Lei nº. 8001 de 13 de março de*

1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº. 1 de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos estados e municípios do produto da compensação financeira dos recursos hídricos – CFRH, de autoria no Deputado Chico da Princesa”.

Em votação o requerimento... Autor, originalmente o Senador Demóstenes Torres e o Senador Ministro Francisco Dornelles. Em votação o requerimento.

As senhoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Em votação o requerimento, as senhoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo com este requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ainda sobre o projeto que eu relatei, só aqui para dar um esclarecimento aos senadores, não serão apenas irrigantes que vão ser beneficiados, são também os trabalhadores da aquicultura. Então veja a importância que é para o Nordeste, porque nós sabemos que além das questões dos irrigantes, nós temos os carcinicultores e temos uma série de atividades ligadas a aquicultura. Então é muito importante, todos são pequenos e médios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Fica registrado, portanto, a reafirmação da importância do projeto da qual foi relatora a Senadora Rosalba Ciarlini.

Em Decisão Não Terminativa, Mensagem do Senado Federal nº. 234/2010, *“que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Sr. Francisco de Oliveira Filho”.* Autor, Presidência da República. Relator, Senador Ministro Eliseu Resende.

Parecer: *“A comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação”.*

E observação: *“Em 04/08/2010 foi lido o relatório do Senador Ministro Eliseu Resende e concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº. 1/2009 da Comissão de Infraestrutura, cumprindo, assim, a primeira etapa na avaliação do indicado, disposto no Ato nº. 1/2009 desta comissão”.*

Convido, primeiramente, o Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, o indicado, para fazer-se presente à Mesa dos trabalhos.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sr. Presidente, mais uma vez, eu queria pela ordem, só para comunicar que a Comissão de Assuntos Sociais...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Presidente.

A Comissão de Assuntos Sociais, hoje, também tem reunião com muitos projetos terminativos. Então todos que fazem parte, como a reunião aqui termina antes do início da nossa, eu gostaria já de deixar esse convite muito especial para que a gente possa avançar na Pauta lá da nossa comissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em outras palavras, a senadora está dizendo que se o senhor puder...

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Presidente, eu também gostaria que o senhor pudesse abrir para votação, no caso específico, para que possamos dar o quorum, não perder o quorum.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida, logo após a apresentação que será feita pelo Dr. Jorge Luiz Bastos, será iniciado o processo de votação.

Com a palavra o Dr. Jorge Luiz Bastos, indicado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS: Exmo. Sr. Presidente Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Ministro Eliseu Resende, vice-Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, eterno Ministro dos Transportes e eminente relator da matéria. Exmas. Sras. e Srs. Senadores membros desta comissão, senhoras e senhores, autoridades da ANTT e demais presentes a essa sabatina, tenho a grande honra de ter sido indicado pelo Ministro dos Transportes e pelo Presidente da República para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade de grande importância para o desenvolvimento do país.

Sou um profissional com a formação exata na carreira de administração. Iniciei a minha vida acadêmica no curso de Administração de Empresas e me formei como bacharel no Centro Universitário Augusto Mota, no Rio de Janeiro. Tenho formação MBA em Gestão de Projetos pelo IBMEC e Gestão de Governos pela FGV, no Rio de Janeiro. Atuando no serviço público federal há alguns anos no Senado, estou acostumado ao manuseio de análise de projetos de relevância no âmbito da

infraestrutura do país, emitindo pareceres e relatórios para tomada de posição e decisão do senador.

Sobre a atividade da regulação, a intervenção estatal na economia era tratada até pouco tempo como sinônimo de assunção da produção de bens e serviços de utilidade pública pelo estado. Este cenário começa a mudar no Brasil a partir dos anos 90, como consequência da exaustão dos modelos intervencionistas ineficientes gerador de desequilíbrios fiscais.

Em termos mundiais, o modelo americano de regulação é assimilado pela Europa a partir dos anos 80 – a nossa Margareth Thatcher –, principalmente na Inglaterra. A reforma do estado passa a fazer parte da agenda política global. Não ocorreram apenas pela necessidade de ajuste estrutural, mas também para responder a padrões de governança do estado e equidade na prestação de serviços públicos.

A diminuição da intervenção direta não significa que tenha ocorrido redução da atuação estatal no domínio econômico; foi compensada pelo crescimento da ação indireta. Neste novo quadro econômico, a necessidade regulatória aumenta, porque quando o estado deixa de ser ele próprio provedor de bens ou serviços de relevância social, ele tem que passar a exercer algum tipo de controle sobre essa atividade, sob pena de não controlar a produção de uma utilidade essencial e relevante.

A regulação deve ser entendida de maneira abrangente, compreendendo o controle do estado, a administração sobre atividades privadas com regras de interesse público. O resultado é a imposição de normas com propósito de controlar, dirigir, restringir e alterar o comportamento dos agentes econômicos, autorizando o poder público a aplicar sanções em caso de desobediência.

A administração pode intervir através das comissões autônomas ou agências. O novo Marco Regulatório Setorial surgiu num momento histórico de profundas transformações operadas pelo modelo de estado em suas relações com os diversos atores econômicos sociais. Não resta dúvida que a globalização dos mercados tornou-se irreversível qualquer nação que dela queira retirar o proveito máximo, deve estar com a sua base infraestrutural preparada e bem dimensionada para fazer frente aos desafios da competitividade.

Em alentado estudo realizado em 2002, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência e Tecnologia, denominado Diretrizes Estratégicas do Fundo Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor de Transportes Terrestre e Hidrovias, afirma que nenhuma economia pode se desenvolver sem um sistema de transporte eficiente e integrado. De fato, estima-se que 40% do PIB mundial

correspondem a atividades diretas ou indiretamente ligada ao setor de transporte. Além disso, sabemos que qualquer interrupção, por menor que seja no setor, no funcionamento da rede de transporte, é capaz de afetar drasticamente vários outros setores da economia, a começar pelo próprio abastecimento.

No Brasil do século XXI, o primeiro grande desafio a se promover é o resgate histórico do *déficit* infraestrutura em rodovias, ferrovias e dutovias, que vem se aplicando desde a era do milagre econômico. E segundo consiste na percepção e prospecção do estado, os meios e modos com os quais trabalhar para levar a cabo o desenvolvimento da infraestrutura de transporte terrestre brasileiro, bem como instrumento de potencialização e competitividade econômica. O dado majestoso da dimensão territorial brasileira deve nortear como princípio reitor do diagnóstico, análise e apontamento das soluções das políticas públicas e de investimento na regulação do setor de transporte no Brasil.

No quesito da efetiva integração do território nacional, o fomento ao parco das estruturas terrestres deve ter preferência nas ordens entre as prioridades governamentais. O setor de transporte contempla o complexo das atividades executadas pelas empresas públicas e privadas, pelas autarquias permissionárias e concessionárias e é orientado pelos órgãos da administração pública, competentes para o planejamento, gestão e regulação respectivas.

A Lei 10.233 de 05 de junho de 2001, marco jurídico e regulatório dos transportes terrestres, que teve a participação do Ministro Eliseu Resende nesta lei, determina que a regulação e supervisão e fiscalização das atividades de prestação de serviço e de exploração de infraestrutura de transporte exercida por terceiros. Estas atividades visam a garantia, a movimentação de pessoas e bens em cumprimento de padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade dos fretes e tarifas.

O marco também prevê harmonização dos interesses dos usuários com as empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias [soa a campanha], e de identidades delegadas, segundo interesse público, bem como a arbitragem de conflitos e interesses, e impedir situações que configurem competição em perfeita ou infração contra a ordem econômica.

A agência atua nos seguintes segmentos: ferroviário, o rodoviário, o dutoviário e o multimodal, com foco principal na exploração de infraestrutura e na prestação de serviço público de transporte de passageiros e cargas, bem como no cadastro de dutovias, habilitação de operador do transporte multimodal. A estimativa go-

vernamental com gastos a infraestrutura de rodovias e ferrovias para a próxima década é da ordem de 100 milhões de reais. Reforça aí a necessidade de atrair investimentos privados para o setor, sendo a atuação da ANTT primordial para atração desses investimentos, garantindo um ambiente de negócios estável e que a prestação de serviços adequados e de qualidade. É inquestionável que o setor de transporte terrestre, com a ajuda do seu órgão regulador, tenderá a se expandir em progressão geométrica, do mesmo modo as demandas sociais por serviços cada vez mais eficientes, que requerem a prestação destes, devam satisfazer as expectativas de um país em franco desenvolvimento, atuando com presteza e firmeza e celeridade.

Nesse contexto, vejo que posso contribuir se for merecedor da confiança de V. Exa., no aprimoramento do plano de outorgas, tornando o setor mais atrativos ao investimento privado de grande porte, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social, transportando bens e pessoas integrando o nosso país com qualidade e eficiência.

Queria agradecer aos senhores a paciência e dizer que é uma honra muito grande ser indicado para diretoria de uma agência como a ANTT, que ela é de fundamental importância para o país.

Estou a sua disposição para qualquer pergunta, senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu indago ao relator, Senador Ministro Eliseu Resende, se deseja fazer uso da palavra?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Só uma palavra, Presidente. Há uma expectativa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perdão, ministro. Eu não gosto nunca de interromper o Senador Ministro Eliseu Resende, mas é que eu me esqueci de dizer que já está aberto o processo de votação, os Srs. Senadores poderão recolher aqui as cédulas para fazer... Exercer o direito do voto.

Desculpe, ministro. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Presidente.

Estava dizendo que há uma expectativa sempre muito grande aqui da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, com relação às indicações e nomeações dos diretores das agências, particularmente as agências vinculadas à infraestrutura.

Foi introduzido o sistema de fiscalização indireta da atuação do setor privado, particularmente da infraestrutura e foram criadas agências importantes como as agências de transporte, a Agência do Petróleo – ANP, Agência de Energia Elétrica e a Agência dos Re-

curso Hídricos – ANA. O Brasil espera muito dessas agências, a expectativa em torno de todos que vêm aqui se credenciando para prestar uma colaboração é muito grande. Há problemas imensos de se resolver na área do petróleo, na área de energia elétrica, na área dos recursos hídricos e principalmente no campo dos transportes. Temos problemas gigantescos.

A questão das concessões antigas do setor do transporte rodoviário de passageiros, transporte de coletivos, fazendo com que as velhas concessões se transformem em novas concessões, mediante um processo licitatório que não prejudique o interesse e o equilíbrio dos contratos, o equilíbrio econômico dos contratos anteriormente citados, a questão do pedágio das estradas, a questão do transporte ferroviário de cargas, são questões monumentais, nós esperamos que o governo e o Presidente da República possa encaminhar para o Congresso Nacional os melhores nomes, não aqueles que têm uma experiência específica no setor, mas aqueles que têm uma formação de consciência e de bom senso na parte administrativa, particularmente na administração do setor público e da sua transferência para o setor privado. De forma que fica guardado aqui, depois da sua exposição, a nossa expectativa para que venha, seja bem-vindo e aqui possa prestar a colaboração que o Brasil espera.

Meus parabéns.

SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende.

Eu indago se algum dos senadores gostaria de fazer uso da palavra. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Collor de Mello, Sr. vice-Presidente Senador Eliseu Resende, sabatinado, o Dr. Jorge Luiz Bastos. Eu quero cumprimentar o senhor, desejar-lhe sucesso, na certeza que o senhor vai cumprir com essa missão dessa agência reguladora tão importante que é a ANTT.

Todavia, Sr. Presidente, no meu entendimento, as agências desse Brasil aqui, desse país, lamentavelmente não tem cumprido com as sua finalidade, de quando a sua criação ela tinha um papel preponderante na fiscalização, na normatização, etc., e etc., dos setores que naturalmente cabe a cada um, mas particularmente a ANTT tem um papel preponderante quando aqui o Ministro Eliseu Resende fazia a sua observação na questão da fiscalização do transporte do Brasil. Lamentavelmente que você vê as várias rodovias federais que competem e cabem à ANTT fazer um trabalho fiscalizador, ele não tem cumprido com

a sua obrigação, tendo em vista que são centenas e centenas de ônibus velhos trafegando nas rodovias federais, caminhões que lamentavelmente sem nenhuma condições de trafegabilidade estão rodando nas rodovias federais, e certamente a ANTT tem momento acho que ímpar de ela cumprir com a sua obrigação e, sobretudo, quando a frota nacional aumenta todos os anos, está aumentando de forma acelerada, a produção de automóveis, de caminhões, no Brasil, cresceu nos últimos anos, e a agência tem que se aparelhar melhor. Eu falo, particularmente, pelo meu estado, Mato Grosso, que mesmo tendo poucos quilômetros de rodovias federais, é o estado que tem o menor número de rodovias federais, quase nada você vê a presença da ANTT na fiscalização desse tráfego, ou seja, desses caminhões que trafegavam pelas rodovias brasileiras.

E a ANTT tem que começar a fazer um trabalho também no sentido de tentar melhorar as nossas rodovias, que ela também compete, cabe a ela a fazer estudos, projetos que sejam direcionados a essas áreas.

Portanto, eu espero que o senhor faça um trabalho lá de resultados positivos, até porque daqui a muitos anos no Congresso Nacional tem acompanhado certamente as comissões, o trabalho do Senado e agora com a indicação que foi feita ao senhor para ocupar este importante cargo dentro do contexto nacional, eu peço que lute e, sobretudo, faça com que a agência cumpra com a sua obrigação.

A agência no Brasil, Presidente Collor, lamentavelmente nós temos acompanhado são poucas as indicações de pessoas qualificadas para o exercício de diretores, pouco. Tem gente que não tem nada a ver com o setor, que não conhece e muitas vezes é indicado, politicamente falando, e eu espero que ele possa, com certeza, Dr. Jorge aqui, cumprir com a sua obrigação, sobretudo, na questão da fiscalização. A agência reguladora é para cumprir o papel de fiscalizador, caso contrário as agências do Brasil têm que deixar de existir, passou a ser chacota que, lamentavelmente, não tem cumprido com o papel que a ele, com certeza, foi designado ou foi construída, ou seja, ou foi criada com esta finalidade.

Portanto, desejo ao senhor sucesso e faça com que a ANTT, se possível, esteja presente, pelo menos, em alguns estados da federação; Mato Grosso praticamente zero, muito pouco se vê a presença da ANTT; e trafega milhares de caminhões, tendo em vista a produção agrícola que V. Exa. conhece, hoje é um dos maiores produtores de grãos do país, de suíno, de bovino, de aves etc., e etc. A ANTT praticamente nada tem de presença no nosso estado.

Sucesso e parabéns para o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, evidentemente que sendo aprovado por esta comissão, V. Sa. passará a ter uma responsabilidade muito grande com o futuro do Brasil, o que o grande gargalo do desenvolvimento brasileiro na área de infraestrutura é, sem dúvida nenhuma, os transportes, o aéreo nem se fala, mas não é o setor de V. Sa., o ferroviário e o rodoviário, sem falar no aquaviário, que atende algumas regiões.

Nós somos uma região que estamos, Senador Eliseu Resende, aguardando com muita ansiedade, por exemplo, a implantação da ferrovia transnordestina, a transnordestina, Presidente Collor, é fundamental para o Nordeste, mas ela é fundamentalíssima para o estado do Piauí, nós somos hoje a última fronteira agrícola do país, nós temos um celeiro de produção de grãos e o nosso Ministro Eliseu conhece muito bem isso pelas encaminhadas feitas como Diretor-Geral do DNR, como ministro e como brasileiro, o grande celeiro que é a região dos serrados piauienses. Para que se tenha uma ideia, nós saímos de 15 anos atrás de 40 toneladas de grãos para 1 milhão e 200; 1 milhão e 400. Ocorre que a grande dificuldade que nós temos é o escoamento dessa produção, por falta de estrada ou de construção de estradas ou manutenção das estradas existentes. E aí há um papel que eu acho fundamental da ANTT, é a fiscalização junto ao DNIT da qualidade dessas obras, as recuperações chamadas vulgarmente de tapa-buraco são feitas de maneira completamente displicente, as estradas são conhecidas como "sonrisal", derretem às primeiras chuvas. E nós temos regiões, relator Eliseu Resende, que vou dar aqui apenas um exemplo. Entre Nova Santa Rita e Uruçuí, no mesmo município, é uma área de 70 quilômetros, os caminhões carregados de soja para percorrer esse trecho gastam 11 horas, encarecendo o transporte e atrasando o escoamento dessa produção.

Então, é preciso que haja uma fiscalização severa por parte da ANTT com relação esse tipo de concorrência geralmente dirigida, porque pelo menos o que se vê, Presidente Collor, são determinadas empresas carimbadas que ganham sistematicamente os mesmos trechos, as mesmas concorrências, aí vem a figura da terceirização, a subempreitada, mas isso não vale só para o DNIT, para as estradas do DNIT, vale também para a transnordestina.

Nós temos lá no Piauí uma grande construtora fazendo a parte piauiense da transnordestina, mas por pressão política local cedeu trechos para empresas sem

condições de tocar a obra, o canteiro está instalado em Taueira e a empresa que foi sorteada para lá, que é uma empresa local, não lembro aqui nem o nome dela, é Concremat(F), não importa, está devendo no comércio. Os servidores, os empregados com salário atrasados e a obra paralisada, não só depõem mal contra um projeto como esse da transnordestina, como também atrasa essa obra que é fundamental.

Se nós tivermos a interligação da transnordestina do Piauí partindo de Eliseu Martins, tendo como ligação o Porto de Pecém e o Porto de Suape, aí vai ficar faltando pouco para a ligação com o Porto de Itaqui, nós estaremos com essa solução equacionada, nós temos a região de Capitão Gervásio de Oliveira, Paulistana, é uma região onde tem uma incidência muito grande já comprovada de minerais. A própria Vale do Rio Doce já faz algumas explorações, agora um grupo indiano comprou uma área no Município de Paulistana por 1 milhão de reais. Ora, quem comprou algo por esse preço, sabe o que tem lá embaixo. Falta exclusivamente o quê? A condição dos transportes. Daí porque eu quero chamar a atenção de V. Sa. para esse fato.

Outro fato chocante, Ministro Eliseu Resende, é a questão da O20. A O20 é a única obra iniciada por Juscelino Kubitschek e que 50 anos depois não foi concluída, e por azar do Piauí, esse trecho que falta conclusão é exatamente no nosso estado. É uma coisa inadmissível, é preciso, Presidente Collor, que a comissão, inclusive, também presidida por V. Exa., tome providência com relação a isso, todo o ano eu ouço governantes dizer: "Vai dinheiro para a O20, vai dinheiro para a O20, esse ano a O20 acaba", tivemos os último sete anos, sistematicamente esse anúncio de recursos e a O20 completamente parada.

Outro ponto, navegabilidade do Rio Parnaíba. Nós tivemos, o Dr. Eliseu conhece muito bem esse episódio, a construção da Barragem da Boa Esperança e a não construção das eclusas, a Barragem da Boa Esperança foi inaugurada no início... No final da década de 60, para começo da década de 70. Até hoje essas eclusas não foram feitas, vários parlamentares, inclusive eu, já colocamos dinheiro de emendas parlamentares para as eclusas, e aí vem aquele grande problema do orçamento frouxo, não tem um orçamento impositivo, o ministério acha que não é prioridade, a prioridade é outra e termina-se essa obra não sendo feita.

E eu chamo a atenção para isso e quero chamar a atenção de V. Sa., porque anuncia-se no Piauí a construção de mais cinco barragens no leito do Rio Parnaíba e é preciso que a partir de agora não se permita mais que barragens sejam feitas em rios navegáveis, sem ter a construção concomitante das devidas eclusas, não se pode inaugurar as barragens

sem as eclusas, porque senão ocorrem casos como esse, como está correndo lá no Pará, em Tucuruí, e assim por diante.

Por último, eu queria apelar a V. Sa. também para que olhe a questão da transcerrado, que é uma estrada federal que é fundamental para o escoamento da produção de grãos no Estado do Piauí, é outra que vem sendo levada no bico, vem sendo levada na barriga e nada de concreto vem sendo feito. Daí porque eu faço a V. Sa. essas ponderações e espero que aqui aprovado e aprovado pelo Plenário e exercendo a sua função, exerça esse papel de fiscalizador e anote essas reivindicações que faço aqui agora, como representante do povo piauiense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Presidente Fernando Collor, senhor indicado, Jorge Luiz Bastos, senhoras e Srs. Senadores, sei que V. Exa. é uma pessoa dedicada, séria, honrada, que já conheço há vários anos e eu pediria que V. Sa. pudesse ajudar o presidente da ANTT, que é uma pessoa preparada, Dr. Bernardo Figueiredo, talhado para o cargo que exerce, eu pude estar na China por 10 dias numa missão aqui do Senado e da Câmara dos Deputados, com Bernardo Figueiredo e outras autoridades brasileiras, visitando ferrovias e eu fiquei encantado, a China está cortando o país para todo lado com ferrovia de trem-bala de alta velocidade; os trens de carga da China andam a 200 por hora. Enquanto os nossos anda a 40, 60, os trens de carga da China andam a 200... Estão reformando todas as linhas de trens de cargas e construindo trem-bala para tudo que é lado. Lá eles têm um orçamento plurianual de 300 bilhões de dólares, que pode planejar e construir uma ferrovia de 1200 quilômetros em três anos, o Brasil está aí apenas para colocar a primeira linha de trem-bala de cento e tantos quilômetros e acha que pode levar cinco, seis anos. Talvez não dê para terminar até as Olimpíadas de 2016.

Então, nós estamos muito atrasados. Eu acho que o Senador Heráclito Fortes tem razão quando fala do atraso das obras, das rodovias, das ferrovias, é claro que o Brasil agora, Ministro Eliseu Resende, tem condições com o descontingenciamento do programa e ascensão do crescimento, com o *superávit* extraordinário que tem hoje de poder planejar com mais consistência, de ter um orçamento mais robusto, mais o orçamento do Ministério do Transporte é mui-

to pequeno, muito fraco ainda para construir grandes obras de infraestrutura no país.

Eu acho que a ANTT tem que apertar um pouco mais, nós aqui temos que aprovar também orçamentos mais fortes para a infraestrutura do país e eu peço a V. Exa. que ajude lá com a diretoria. Eu não conheço todos os diretores da ANTT, conheço mais o Bernardo Figueiredo, que a gente possa lançar essas nossas ferrovias, a ferrovia transcontinental, que passa pelo Mato Grosso, Rondônia, Acre e vai até interligando ao Peru, aos portos do Oceano Pacífico, agora dia 14 de novembro, o Presidente Lula inaugura com o Presidente Allan Garcia, do Peru, a rodovia transoceânica, que corta também o Estado de Mato Grosso, Rondônia, Acre e vai até o Porto de Ilo, que eu pude ir de carro já nesta rodovia no ano passado, dormindo em acampamentos e chegamos lá no Porto de Ilo, no Peru, e o Porto de Arica, no Chile, da onde os nossos produtos poderão chegar também daqui alguns meses, já a rodovia toda asfaltada.

Mas vai faltar ferrovia, nós precisamos trabalhar mais nas nossas ferrovias interligando o Brasil de leste a oeste, norte a sul para baratear um pouco mais o preço do transporte, nós tivemos uma malha de ferrovias, e rodovias bem conservadas e de portos em condições de aumentar as nossas exportações, aí o Brasil, e energia abundante, o Brasil vai estar preparado para o século XXI que estamos entrando agora.

Então, eu acredito muito no Brasil, o PIB vai crescer assustadamente por cinco ou seis anos, com certeza acima de cinco, seis pontos percentuais e esta é a hora de o Congresso e o Governo Federal preparar as bases do nosso país para um crescimento sustentado por mais tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro encerrado o processo de votação.

Solicito aos Srs. Senadores, Senador Ministro Eliseu Resende e o Senador Valdir Raupp que, por favor, funcionassem como escrutinadores e passo imediatamente a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Pois não, Sr. Presidente, Dr. Jorge Luiz Bastos, cumprimento pela sua indicação, desejo sorte, sucesso nessa sua função.

E quero lhe fazer um pedido com relação ao transporte de passageiros no Brasil. O transporte terrestre que é o maior meio de transportes hoje que nós temos no nosso país, e estamos vendo crescer transportes piratas, o transporte clandestino de passageiros no nosso país, nas principais ligações e isso coloca em risco a saúde dos passageiros, além de

vários problemas, o nível de acidentes de transportes por essas pessoas que fazem esse tipo de transporte, é muito grande.

Então, eu quero pedir a V. Sa. que trate com carinho essa questão de fiscalização com relação ao transporte clandestino no país inteiro, não só na nossa região, na Região Amazônica, especificamente no Estado de Rondônia, mas em todo o país nós temos tido esse problema. E espero que V. Sa. possa desempenhar o seu trabalho, lembrando sempre que é importante nós termos um cuidado e termos a atenção com relação aos passageiros. E para termos a atenção aos nossos passageiros, nós precisamos cuidar das transportadoras, cuidar para que esse transporte clandestino, esse transporte pirata, realmente cabe no nosso país. E desejo sucesso, mais uma vez, para o senhor no seu trabalho.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Guracz.

Passo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende, escrutinador juntamente com o Senador Valdir Raupp da votação recém-finalizada.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, o resultado da votação houve 17 votantes, 16 sim. Perdão, 17 sim; unanimidade absoluta.

Meus parabéns, Sr. Jorge Luiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Portanto, declaro o resultado de 17 votos sim a favor da indicação do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, por unanimidade.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Luiz Bastos para suas considerações finais e também para alguma consideração que queira fazer sobre as indagações que foram feitas pelos Srs. Senadores.

Tem V. Sa. a palavra.

SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS: E a minha responsabilidade aumenta agora ainda mais com essa votação. Eu sei que o meu compromisso vocês podem tem certeza que vai ser honrado da melhor maneira possível. E vou levar as reivindicações dos senadores como dever de casa para ser cumprido e todas essas manifestações eu vou levar para dentro da agência e atendê-las da melhor maneira possível.

Quero agradecer a todos aí a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, mais uma vez, a todas as Sras. e Srs. Senadores pela presença no dia de hoje, nos trabalhos desta comissão.

Cumprimentando o Dr. Jorge Luiz Bastos pela sua indicação, pelo número de votos que recebeu, pela unanimidade, e acho que é pela primeira vez há um indicado para agências reguladoras, o é pela unanimidade dos votos dos senadores presentes e votantes, desejando-lhe muito sucesso.

E declaro encerrada a nossa reunião, convocando a próxima para o nosso esforço concentrado que deverá se dar no mês de setembro, em data ainda a ser confirmada.

Muito obrigado as Sras. e Srs. Senadores.

Sessão encerrada às 10h31.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE OUTUBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatorze minutos do dia seis de outubro do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência em exercício do Senador Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto, José Bezerra, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Jayme Campos e Papaléo Paes. Deixam de comparecer os Senadores Serys Slhessarenko, José Nery, Valter Pereira, Romero Jucá, Almeida Lima, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente faz o seguinte comunicado: A Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, convida todos os membros desta Comissão para participar da solenidade de abertura oficial do 38º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens 2010 – Feira das Américas, a realizar-se no dia 20 de outubro próximo, às 10 horas, no auditório principal do Rio Centro, estado do Rio de Janeiro. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a eleição do presidente da Comissão, esclarecendo que de acordo com o art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal, “o lugar

na Comissão pertence ao Partido ou Bloco Parlamentar”. A Comissão recebeu do PMDB manifestação favorável à candidatura do Senador Neuto De Conto para o cargo de Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas e procedida à votação secreta, o Senhor Presidente em exercício, Senador Jefferson Praia, convida os Senadores Jayme Campos e Gilberto Goellner para atuarem como escrutinadores. Após a apuração dos votos, o Senador Neuto De Conto é eleito Presidente da Comissão com 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A Presidência proclama eleito e empossado o Senador Neuto De Conto e o convida para sentar-se à mesa para proferir as suas considerações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Jefferson Praia**, Presidente em exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião da comissão. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicado: A Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV convida todos os membros desta comissão para participar da solenidade de abertura oficial do 38º Congresso Brasileiro de Agências de Viagem 2010 e Feira das Américas, a realizar-se no dia 20 de outubro, próximo, às 10 horas, no auditório principal do Riocentro, estado do Rio de Janeiro. Comunico, também, que recebemos documento do Senador Antonio Carlos Júnior, vice-líder no exercício da liderança dos Democratas.

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, indico o Senador José Bezerra para integrar como titular as Comissões de Educação Cultura e Esporte, Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direitos Humanos, Legislação Participativa, de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos

Sociais, de Constituição e Justiça, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na vaga do Senador José Agripino, em razão de licença requerida. Indico, ainda, para integrar como titular o mencionado senador a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na vaga ocupada pelo Senador Raimundo Colombo”. Quem assina esse documento, como falei, é o Senador Antonio Carlos Júnior, vice-líder no exercício da liderança dos Democratas.

Senador José Bezerra, é um prazer tê-lo conosco, nesta comissão.

Comunico também documento recebido pelo senador... encaminhado pelo Senador Antonio Carlos Júnior, vice-líder no exercício da liderança dos Democratas, que diz o seguinte: “Sr. Presidente, nos termos regimentais, comunico à V. Exa. a indicação do Sr. Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) para compor como titular e suplente as seguintes comissões permanentes do Senado Federal, a saber: como titular, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; como suplente, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e esta comissão, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática”. Quem assina, como falei, é o Senador Antonio Carlos Júnior.

Senador Gilberto Goellner, é um prazer tê-lo conosco, nesta comissão.

Passo ao próximo item, conforme Pauta previamente distribuída. A presente reunião tem por finalidade a eleição do presidente desta comissão. Recebemos, até o presente momento, a seguinte indicação: para presidente, Senador Neuto De Conto. Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores titulares as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas para votação. De acordo com a art. 60, do Regimento Interno, a eleição será feita em escrutínio secreto e a chamada será feita de forma nominal.

Fazer a chamada dos senadores. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É, para a votação. Estamos em votação, senadores e senadoras.

Senador Antonio Carlos Valadares. Assina aqui, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E aí, [ininteligível]? Cavalcanti, tudo bem?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Eu não posso passar a Presidência agora para o nosso Presidente?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode, pode, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Então pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Continue aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Quem é o próximo agora? Bem, vamos, então--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Antonio Carlos Valadares já votou, pode chamar o Senador Neuto mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Senador Neuto De Conto. Senador César Borges. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Senador Gilberto Goellner. Senador Jayme Campos. Senador José Bezerra. Senador Valdir Raupp, já votou? Valdir Raupp está ok. Bem, agora, eu também vou votar. Já foi chamado o Neuto De Conto. Eu passo a votar. Bem, nove senadores votaram, pela nossa relação dos senadores que assinaram na hora de votar.

Convido os Srs. Senadores Jayme Campos e Gilberto Goellner para fazer... para atuarem como escrutinadores. Também está encerrada a votação, é claro.

Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: Votos 'sim': nove votos; nenhum voto 'não' e nenhuma abstenção. Convido, então, o senador eleito, Neuto De Conto, para ocupar o seu lugar à mesa e, em seguida, usar a palavra. E parabênizo o Senador Neuto De Conto e desejo sucesso na Presidência desta comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CON-

TO (PMDB-SC): Retomamos a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual nós tínhamos nos licenciado pelo período de 60 dias, e, por força do Regimento, tivemos que passar para o crivo do voto dos nobres colegas. Por esta razão, primeiramente, quero agradecer a todos os pares desta Casa, que me confiaram para continuarmos na Presidência da comissão, e dizer de que com o mesmo empenho, com a mesma dedicação e com a vontade de continuar a produzir o desenvolvimento e o crescimento do turismo no Brasil.

Sem dúvida alguma, no nosso entendimento, no momento em que a Casa passa por uma revisão de todas as comissões e que a Comissão de Desenvolvi-

mento Regional e Turismo é também visada para ser extinta, estamos já com todo o trabalho e estudo pronto para fazer a defesa, junto à Comissão de Constituição e Justiça, para que nós possamos continuar, não só com esta comissão, mas continuar com o desenvolvimento e o crescimento desse setor tão importante para o Brasil. Por isso [ininteligível] agradecer e dizer, também, que teremos, no próximo dia 20, no Rio de Janeiro, a Feira da ABAV, onde todos os membros desta comissão estão convidados, e gostaríamos, deveremos nos fazer presentes, e lá gostaria de ver todos os pares, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para participar desse importante evento do segmento do turismo do Brasil.

E com essas palavras, deixo a palavra à disposição dos Srs. Senadores. Ninguém quer fazer uso da palavra. Nós, não tendo nada mais a tratar, encerraremos a presente sessão e vamos convidar, de acordo com a necessidade, à próxima reunião deliberativa, que será comunicada aos Srs. Senadores, em seus gabinetes.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h29.

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE NOVEMBRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatro de novembro do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número nove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marco Maciel, Jefferson Praia e Gilberto Goellner. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Valter Pereira, Romero Jucá, Almeida Lima, José Bezerra, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Gim Argello. Declarada aberta a reunião, o Presidente faz o seguinte comunicado: a Comissão esteve presente, a convite da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, na “38ª Feira das Américas”, que aconteceu entre os dias 20 e 23 de outubro, no Rio de Janeiro. Esclarece, ainda, que esteve igualmente representando este colegiado na Reunião dos Secretários de Estado de Turismo – Fornatur, que aconteceu também durante a Feira das Américas. Em seguida,

em virtude da evidente falta de quorum, o Presidente convoca todos os membros para a próxima reunião da Comissão e declara adiadas as deliberações dos itens da pauta. Usa da palavra o Senador Marco Maciel.

ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2010, “Altera a Lei nº 10.865, de

30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços da venda de material de construção destinadas a execução de programas e projetos de construção e/ou reforma de habitação popular”. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Observações: – A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. A Matéria constou na Pauta da 12ª Reunião da Comissão, realizada em 03/08/2010. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2010** – “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.” **Autoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Observações: – A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2010** – “Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.” **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Observações: – A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006** – “Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Observações: – Votação nominal. – Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar. – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos

Econômicos, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAE.

– Em 17/03/2010, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou por adiar a discussão e a votação da Matéria. – A matéria constou na Pauta da 4ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª e 12ª Reuniões da Comissão. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – **Senador Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): 14ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Comunicado. A comissão esteve presente, a convite da Associação Brasileira das Agências de Viagem, a ABAV, na 38ª Feira das Américas, que aconteceu entre os dias 20 e 23 de outubro, no Rio de Janeiro. Estivemos igualmente representados... representando este colegiado, na reunião dos Secretários de Estado de Turismo, o Fomatur(F), que aconteceu também durante a Feira das Américas, evento bastante interessante, bastante importante, porque lá estavam representados todos os estados do Brasil com um estande, demonstrando a sua potencialidade e as suas riquezas turísticas para expor aos brasileiros, para a América Latina e ao mundo. Encontramos também estandes da América do Norte, do Caribe e da Europa, onde a troca de informação, a presença dos fatos turísticos do mundo, expondo de maneira clara, aberta... Podemos ter a visão clara, não só da potencialidade, mas também das perspectivas de futuro para este segmento de uma importância transcendental para o desenvolvimento desta atividade no Brasil. Saímos convictos de que o Brasil tem um espaço fantástico para crescer, para se ampliar, para produzir empregos e desenvolvimento nesta atividade, que está deslançando de forma bastante acelerada, e não só em razão da Copa do Mundo, em razão das Olimpíadas, mas principalmente pelas riquezas que a pátria tem a demonstrar e, lógico, pela disposição, pelo crescimento econômico da sociedade brasileira, que também gasta... Na atividade, ela tem um crescimento vertical e com prosperidade muito forte. Por isso eu faço este registro, no momento em que deixaria também a palavra livre, se algum dos Srs. Senadores queira se manifestar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Caro presidente, Senador Neuto de Conto, eu gostaria de

cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, dizer à V. Exa. o quanto aprecio a forma como V. Exa. preside essa comissão sob sua direção. Estimo que nós talvez não estejamos em condições de deliberar hoje, falta... em função do reduzido quórum na Casa, mas eu espero que, na próxima semana, quem sabe, a partir da terça-feira, possamos ter quórum e deliberar, não somente as matérias que são afetas aqui à comissão, mas também algumas que são importantes, que se encontram dependentes de deliberação no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Marco Maciel. Eu... Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. Em função da falta de quórum e na certeza que teremos um esforço concentrado para a próxima quarta-feira, nos mesmos horários habituais, às dez horas da manhã, estaremos aqui para deliberar e colocar em pauta toda a matéria aqui exposta. Por isso eu encerro a reunião, colocando uma próxima para quarta-feira. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h27.

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 03 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número três da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Antônio Carlos Valadares, José Nery, Válder Pereira, Romero Jucá, Almeida Lima, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Papaléo Paes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, José Agripino, Marco Maciel, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente faz os seguintes comunicados: 1) O deputado federal Alex Canziani encaminhou a esta comissão convite para participar, no dia 3 de dezembro, no corcovado, Rio de Janeiro, da “Jornada Nacional de Parques e Atrações Turísticas”, pro-

movida pelo Sindicato Nacional de Parques e Atrações Turísticas – SINDEPAT. Todos os membros estão convidados. 2) A Comissão recebeu convite para participar, no dia 29 de novembro, no teatro da FIESP, em São Paulo, da 9ª edição do “Congresso Brasileiro da Construção”, que reúne todas as entidades da cadeia produtiva da construção. 3) A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo convida a todos os membros para participar da reunião do conselho de turismo, que será realizada no dia 24 de novembro às 17:30 horas na av. general justo, 307, Rio de Janeiro, ocasião em que a ex-presidente da EMBRATUR, Sra. Jeanine Pires, e o Sr. Renato Ribeiro, reporter da rede globo, debaterão sobre o tema “Infraestrutura Turística e Megaeventos”. 4) O presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados convida a todos os membros para participarem da XI Conferência das Cidades, cujo tema será: “Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental”, a realizar-se nos dias 7 e 8 de dezembro no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. 5) O Ministério da Integração Nacional, por meio da sua Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, convida para a oficina “Brasil / União Europeia: Propostas de um Novo Modelo de Gestão para o PNDR fase II (2011 / 2015)”, que acontecerá no dia 25 de novembro no hotel Nobile, em Brasília. 6) A deputada federal professora Raquel Teixeira, presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, convida a todos para uma sessão solene em homenagem ao “Dia Mundial do Turismo”, que será realizada no plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados no próximo dia 29 de novembro, segunda-feira, às 10 horas. 7) Esta comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, realizarão, no dia 1º de dezembro, no auditório Nereu Ramos, o XII Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBRATUR 2010, cujo tema será “Os Impactos dos Megaeventos Esportivos para a Indústria do Turismo – BRASIL 2011-2014”. a secretaria está providenciando o envio dos convites aos membros da comissão. 8) Recebemos expediente da presidência do Senado Federal informando que o Senador José Agripino passa a integrar esta comissão como membro titular a partir do dia 18 de novembro. 9) Comunicamos que o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2010, foi retirado de pauta para atender solicitação de leitura de requerimento de tramitação conjunta do referido projeto com o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2010**

– “Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, com os balanços do Fundo devidamente auditados e outros documentos referentes ao exercício de 2009.” **Autoria:** Banco da Amazônia. **Relatoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2010, do Banco da Amazônia – BASA, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2010, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao Arquivo do Congresso Nacional. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2010** “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços da venda de material de construção destinadas a execução de programas e projetos de construção e/ou reforma de habitação popular” **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2010** “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.” **Autoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2010** “Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º” **Autoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 5**

– **Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, DE 2009** “Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para estabelecer prazos e definir responsabilidades pelo relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, e dá outras providências” **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** A Matéria é retirada de pauta para reexame, a pedido do Relator. **ITEM 6 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2007** “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo” **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006** – “Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Observações:** – Votação nominal. – Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar. – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAE. – Em 17/03/2010, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou por adiar a discussão e a votação da Matéria. – A matéria constou na Pauta da 4ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª e 12ª Reuniões da Comissão. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, e da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª e 14ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

As Atas serão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

A comissão recebeu os seguintes convites: O Deputado Federal Alex Canziani encaminhou a esta comissão o convite para participar, no dia 3 de dezembro, no Corcovado, Rio de Janeiro, da Jornada Nacional de Parques e Atrações Turísticas, promovida pelo Sindicato Nacional de Parques e Atrações Turísticas – SINDEPAT. Todos os membros estão convidados.

A comissão recebeu convite para participar, no dia 29 de novembro, no Teatro da FIESP, em São Paulo, da 9ª edição do Congresso Brasileiro de Construções, que reúne todas as entidades da cadeia produtiva da construção.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo, convida a todos os membros para participarem da reunião do Conselho de Turismo, que será realizada no dia 24 de novembro, às 17 horas, na Avenida General Justo, 307, Rio de Janeiro, ocasião em que a ex-Presidente da EMBRATUR, Sra. Jeanine Pires, e o Sr. Renato Ribeiro, repórter da Rede Globo, debaterão sobre o tema Infraestrutura Turística e Mega Eventos.

Quarto: o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara de Deputados convida todos os membros para participarem da 11ª Conferência das Cidades cujo tema será Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental, a realizar-se dias 7 e 8 de dezembro, no Auditório Lineu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Quinto: o Ministério da Integração Nacional, por meio de sua Secretaria de Política do Desenvolvimento Regional, convida para a Oficina Brasil-União Europeia, Proposta de um Novo Modelo de Gestão para o PNDR, fase 2, 2011-2015, que acontecerá no dia 25 de novembro, no Hotel Nobile, aqui em Brasília.

Sexto: a Deputada Federal Professora Raquel Teixeira, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, convida a todos para uma sessão solene em homenagem ao Dia Mundial do Turismo, que será realizada no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados, no próximo dia 29 de novembro, segunda-feira, às 10 horas.

Sétimo: esta comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados realizarão, no dia 1º de dezembro, no Auditório Lineu

Ramos, o 12º Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas, SEBRATUR 2010, cujo o tema será o Impacto dos Mega Eventos Esportivos para a Indústria do Turismo Brasil 2011-2014.

A secretaria está providenciando o envio dos convites aos membros da comissão.

Comunicados. Recebemos expediente da Presidência do Senado Federal informando que o Senador José Agripino passa a integrar esta comissão, como membro titular, a partir do dia 18 de novembro.

Comunicamos que o Projeto de Lei do Senado 210, de 2010, foi retirado de Pauta para atender solicitação de leitura do requerimento de tramitação conjunta do referido projeto com o Projeto de Lei do Senado 292, de 2008.

Conforme Pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições.

Item 1º, Ofício nº 18, de 2010, *“Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, da Lei 7.827, de 1989, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, com os balanços do Fundo devidamente auditados e outros documentos referentes ao exercício 2009.”* Autoria, Banco da Amazônia. Relatoria, Senador Jefferson Praia.

Relatório pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2010, do Banco da Amazônia – S.A (sic), e pelo encaminhamento da matéria e para a presente... parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Praia, para proferir o seu parecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente. Passo à análise sobre este ofício.

“O art. 20, da Lei 7.827, de 1989, estabelece que os bancos administradores dos fundos constitucionais de financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

O § 4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 29 (sic), de 2009, determina, por sua vez, que o relatório de que trata o ‘caput’ deste artigo, acompanhado de demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades interregionais de desenvolvimento na

Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.

Conforme documento anexo ao Ofício 'S' sob exame, a Ernest & Young Auditores Independentes examinou os balanços patrimoniais do FNO levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, com a responsabilidade de opinar sobre essas demonstrações contábeis.

Do exame realizado, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, conclui-se parecer que as demonstrações contábeis representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, em 31 de dezembro de 2009-2008, o resultado de suas operações, as evoluções de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Junto a esse balanço, devidamente auditado, que chega a esta Comissão, cumprindo a exigência legal, foi entregue relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FNO, em conformidade com o § 4º do art. 20º, da Lei nº 7.827, de 1989.

Além desta comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização também está encarregada de analisar tanto o relatório como as demonstrações contábeis auditadas que são encaminhadas pelos respectivos conselhos deliberativos dos Fundos, conforme prescrito no § 5º do art. 20º, da Lei 7.827, de 1989:

'Art. 20º, § 5º. O relatório de que trata o 'caput' deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com a sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166, da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno'.

A sistemática acima descrita foi adotada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, com vigência a partir de 3 de janeiro de 2007.

Conforme já assinalado, com a nova redação dada pela Lei Complementar 129/2009, ao § 4º do art. 20º, da Lei 7.827, de 1989, os relatórios circunstanciados sobre as atividades dos Fundos passaram a ser encaminhados às comissões temáticas das duas Casas do

Congresso Nacional que tratam das questões relativas às desigualdades regionais. Assim, cabe a esta comissão e à sua congênere na Câmara dos Deputados, atestar se os Fundos Constitucionais de Financiamento estão contribuindo para o fim para o qual foram criados pelos Constituintes de 1988: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

Os dados constantes do relatório circunstanciado tornam possível uma melhor compreensão das atividades do fundo, com informações sobre a contratação por setor econômico e porte do beneficiário, inadimplência por estado e setor econômico e a distribuição dos recursos do FNO por setor de atividade econômica e por estado, por exemplo.

O relatório contém um conjunto bastante completo de informações e as recomendações dele constantes representam bem as diretrizes de correção quanto à aplicação dos recursos do FNO, objetivando o cumprimento da missão do Fundo, que é de promover a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras."

Passo ao Voto, Sr. Presidente.

"Diante do exposto, o Voto pelo conhecimento do Ofício 'S' nº 18, de 2010, do Banco da Amazônia S.A., que encaminhou ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2009, devidamente auditadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, e pelo encaminhamento da matéria, com o parecer ao arquivo, do Congresso Nacional."

Este é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Jefferson Praia. Concedo...

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 3 da Pauta, Não Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 185/2010, "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE, no Município de Cristalina, no Estado de Goiás". Autoria, Senador Gim Argello. Relatoria, Senadora Lúcia Vânia. Relatório pela aprovação do projeto.

Observação: a matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa. A matéria constou na Pauta da 14ª Reunião da Comissão.

Concedo a palavra à eminente Senadora Lúcia Vânia, para proferir o seu parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Sr. Senadores.

“O PLS 185, de 2010, coaduna-se com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais.

A proposição não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal.

O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.”

O Voto. *“Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 185 de 2010”.*

Pronto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão à matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer da relatora, pela aprovação do projeto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para as providências cabíveis.

Item 4 da Pauta, Não Terminativo, Projeto de Lei... Vamos passar para o Item 5º, que o senador relator está presente.

Item 5 da Pauta, Não Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 459/2009, *“Altera a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, para estabelecer prazos e definir responsabilidades pelo relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, e dá outras providências.”* Autoria, Senador Tasso Jereissati. Relatoria, Senador Jefferson Praia. Relatório pela aprovação do projeto com uma emenda que ele apresenta.

Observação: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia, para proferir o seu parecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a compreensão de V. Exa., da Senadora Lúcia Vânia, para que eu pudesse retirar de Pauta, neste momento, para dar uma reavaliada na posição que estou tomando, face a algumas solicitações que foram feitas para que nós pudéssemos melhorar o relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concedida a retirada de Pauta e voltará na próxima sessão.

Item 4 da Pauta, Não Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 238/ 2010, *“Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais e isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.”* Autoria, Senador Jefferson Praia. Relatoria, Senador Roberto Cavalcanti. Relatório pela aprovação do projeto.

Observação: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Roberto para proferir o seu parecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, o projeto, de autoria do nobre Senador Jefferson Praia, ele visa, na verdade, prorrogar até 31 de dezembro de 2033 os incentivos fiscais nelas previstos.

“O PLS 238, de 2010, é composto de três artigos. O primeiro deles altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001. Segundo a dedução proposta, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2033, para instalação, ampliação, modernização ou diversificação de unidades produtivas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SU-DENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, terão direito à dedução de 75% do imposto de renda e adicionais.

O art. 2º do PLS altera a redação do art. 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, para estender até 31 de dezembro de 2033 o percentual de 30% previsto no inciso I do art. 2º, da Lei nº 9.532, de 1997.

Ressalte-se que, no caso, os dois artigos estão sendo alterados, os incentivos valem para setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional segundo ato do Poder Executivo.

O art. 3º do PLS 238/2010, contém a cláusula de vigência.

O PLS sob análise foi encaminhado à Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Regional – a nossa – e Assuntos Econômicos, cabendo, em decisão terminativa, em última instância.

Não foram oferecidas emendas à matéria.”

Poderia ir direto ao Voto, Sr. Presidente.

“Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado 238/2010, de autoria do Senador Jefferson Praia.”

Era isso, Sr. Presidente como relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator pela aprovação do projeto.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para as providências cabíveis.

Item 2 da Pauta, Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado 141, de 2010, *“Altera a Lei 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços da venda de material de construção destinadas a execuções de programas e projetos de construção ou de reforma habitacional popular.”* Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relator, Senador Papaléo Paes. Relatório pela aprovação do projeto.

Observação: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em discussão terminativa. A matéria retornou na pauta da 12ª e a 14ª Reunião da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para proferir o seu parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores.

É com muita honra que eu sou relator do Projeto de Lei do Senado nº 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *“Visa alterar a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços da venda de material de construção destinados à execução de programas e projetos de construção natureza e/ou reforma de habitação popular.”*

Isso daí é o básico do projeto de lei, Sr. Presidente, e vou para a Análise.

“De acordo com o art. 104-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.”

O PLS nº 141, de 2010, está de acordo com os parâmetros constitucionais aplicáveis, seja no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar do processo legislativo ou quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria.

Ainda sob o ponto de vista da constitucionalidade, o projeto atende à exigência de lei federal especificada para a concessão de benefícios fiscais previstas no § 6º do art. 150, da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, é de amplo conhecimento o déficit habitacional ainda existente no nosso país. Diante disso, a possibilidade de reduzir os custos associados à construção de moradia para a população mais carente por meio de benefícios fiscais é plenamente justificável e vai ao encontro da política de ampliação do acesso à casa própria.”

Voto. *“Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 141, de 2010.”*

É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator pela aprovação do projeto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as providências cabíveis.

Fica pendente o Item 6, em razão do Sr. Relator não se encontrar presente, e o 7 por ainda não termos o quórum qualificado para a votação, por ser Terminativo.

Razão porque encerramos a primeira parte da nossa reunião de hoje e convocamos uma nova reunião para daqui a cinco minutos, para discutirmos as emendas da comissão para o Orçamento da União, e a relatora será a eminente Senadora Lúcia Vânia, *ad hoc*, pois o Senador César Borges teve problemas na sua chegada, em função dos aviões e aeroportos, que está dando problemas para chegar. E, em cinco minutos, nós discutiremos e votaremos as nossas emendas para o orçamento.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h45.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E
REFORMA AGRÁRIA

**ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

RIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE AGOSTO DE 2010.

Às dez horas e quinze minutos do dia três de agosto de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, JORGE YANAI, JAYME CAMPOS, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPPLY, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP E SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Augusto Botelho, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, João Faustino, Flexa Ribeiro, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2010** – (PL nº 2486, de 2007, na origem). EMENTA: Dá nova redação ao caput do art. 15 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, na forma que especifica. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Gerson Camata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** A Matéria será encaminhada posteriormente à SGM. Iniciada a discussão, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Aprovado o Projeto, com 8 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 2: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2010.** EMENTA: Revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e o seu Parágrafo único. **Autoria:** Senador César Borges. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Observações:** – **Em 3/8/2010, o Relator, Senador Jayme Campos, oferece novo relatório favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta;** – A Matéria será encaminhada posteriormente à SGM. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Jorge Yanai, Jayme Campos e César Borges. **Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CRA, com 8 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2010 – COMPLEMENTAR** – (PLP nº 374, de 2008, na origem). EMENTA: Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos

do seguro rural; altera dispositivos da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 e da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964; revoga dispositivos da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Observações:** A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, e será ainda apreciada pela CAE. Às dez horas e quarenta minutos o Senador Valter Pereira, relator do Projeto, passa a presidência da reunião para o Senador Jorge Yanai, para que possa fazer a leitura do relatório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Jorge Yanai e Jayme Campos. **Em reunião realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Valter Pereira, que passa a constituir o Parecer da CRA, pela aprovação com a Emenda nº 1-CRA.** Às dez horas e cinquenta e quatro minutos o Senador Valter Pereira reassume a presidência da CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **VALTER PEREIRA**, Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da Ata da reunião anterior e, havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de ingressarmos na pauta que nos traz a esta reunião, que está prevista para deliberação hoje, gostaria de fazer um ligeiro comentário e um alerta: o Brasil tem atualmente um déficit de cinco milhões de toneladas/ano para abastecer o seu mercado consumidor. Produz cinco e importa outros cinco milhões. O setor moageiro de trigo no Brasil já está em alerta, diante da explosão dos preços internacionais do cereal. As indústrias que importam estão se deparando com altas superiores a 30% em comparação com cotações feitas há 30 dias. A maior valorização está sendo observada nos Estados Unidos, um dos grandes exportadores de

trigo. O país é a principal alternativa de fornecimento nesse momento em que não há oferta suficiente do trigo argentino. Segundo levantamento do Sindicato da Indústria do Trigo, do Estado de São Paulo, em 29 de junho, a tonelada do cereal americano era de 178 dólares; ontem, a mesma tonelada estava estimada em 240 dólares, alta, portanto, de 35%. Na Argentina, há pouca disponibilidade desse cereal. Hoje, a necessidade brasileira de aquisição do trigo importado é da ordem de 400 mil toneladas/mês. Apesar de alguns moinhos estarem relativamente abastecidos, essa não é a realidade de todo o setor. A busca do trigo no mercado internacional será inevitável. Entre este mês e o início de outubro, quando entra a safra brasileira, o reflexo que poderá ocorrer diz respeito principalmente – e aí é que vem a preocupação – ao pãozinho nosso de cada dia. O Governo Federal deve, precisa ficar atento a essas repercussões e, sobretudo, agir para prevenir.

É preciso colocar no mercado, por meio de leilões governamentais, cerca de um milhão de toneladas do cereal, da safra passada. É medida que se impõe para equilibrar o mercado. Caso contrário, o governo poderá colher uma notícia preocupante nesse semestre: a volta do crescimento da inflação. Com este comentário, com este alerta, nós vamos iniciar os nossos trabalhos com a apreciação das matérias que estão pautadas nesta manhã, que recomeçamos os nossos trabalhos nesta comissão.

O primeiro item da pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº. 44, de 2010, PL nº. 2486/2007, na origem, que é terminativo, de autoria do Presidente da República, *“que dá nova redação ao caput do art. 15, da Lei 7678, de novembro de 88, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva, e do vinho, na forma que especifica”*. O relator da matéria é o Senador Gerson Camata, que acredito ser um especialista na matéria, já que tem dado frequentes depoimentos sobre o conhecimento da variedade infinita de vinhos que tem no mercado interno e no mercado internacional. Portanto, com a palavra o relator, Senador Gerson Camata, para proferir o seu judicioso relatório.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado à V. Exa. por suas palavras, principalmente pelo judicioso, e eu vou elaborar o relatório pensando naquele adágio latino que diz: *“In vino veritas”*. Então, quanto ao... No vinho, há verdade, e a verdade é o relatório que eu vou apresentar à V. Exa. e aos demais companheiros.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma mensagem do Sr. Presidente da República, que foi para a Câmara dos Deputados, aprovada por unanimidade em todas as comissões daquela Casa, originária de um aviso

ministerial do Ministro da Agricultura ao Sr. Presidente da República e, posteriormente, em uma mensagem do Sr. Presidente da República, remetida da Câmara para o Senado. É uma modificação muito simples. O vinho composto, segundo a definição da lei, é um vinho composto de ervas aromáticas, açúcares e várias substâncias maceradas, que tem entre 14 e 20 graus. Esses vinhos... Para a gente explicar um pouquinho melhor. Por exemplo, a Jurubeba é um vinho composto, o Quinado é um vinho composto, o Cinzano é um vinho composto, o Martini é um vinho composto. No Brasil, tem 636 marcas de vinhos compostos. Então, a disciplina que propõe aqui é que altera um pouco, porque diz que, na sua elaboração, pode ser, em conjunto ou separadamente, usado o álcool potável de cereal. Então, já se podia, e, agora, eles separam um pouco, fazendo com que possa se fazer um vinho composto também à base desse álcool potável de cereais. O próprio Ministro da Agricultura, no seu aviso ministerial, explica isso bem e a mensagem do presidente.

Então, na verdade, é uma adequação da nossa legislação atual aos parâmetros internacionais do que são vinhos compostos, para que a qualidade dos nossos vinhos acompanhem a qualidade dos vinhos compostos no exterior, para que eles também não ganhem mercado demais aqui dentro e para que a gente possa preservar os mercados de vinho composto que nós temos lá fora. A mensagem é simplesmente isso aí, e eu peço voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O relator, Senador Gerson Camata, concluiu pela aprovação do projeto. No entanto, há sinais de que, neste momento, não há quórum para deliberação, já que a matéria é terminativa e a votação tem que ser nominal. Nós vamos sobrestar a votação, mas vamos submeter à discussão o relatório do Senador Gerson Camata. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, nós declaramos encerrada a discussão e vamos sustar a tramitação do projeto, até que alcancemos o quórum necessário para a sua votação nominal.

Passamos, a seguir, ao Item 2 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 130/2010, que também é terminativo, de autoria do Senador César Borges, *“que revoga o art. 4, do Decreto-Lei nº. 467, de 13 de fevereiro de 1969 e seu parágrafo”*. O relator da matéria é o ilustre Senador Jayme Campos, a quem passo a palavra, para fazer a leitura do seu relatório e, depois, submeter à discussão.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, demais senadores e senadoras, o nosso relatório, Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura inicial e, depois, entra na fase da

análise e das nossas emendas, com a devida vênia e permissão de V. Exa.

“Vem à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado PLS 130/2010, de autoria do Senador César Borges, que revoga o art. 4º, do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, no seu parágrafo único. O intuito do PLS, examinado nesta comissão, em decisão terminativa, é extinguir, nos termos do art. 1º da proposição, a obrigatoriedade da elaboração integral em território nacional dos produtos de uso veterinário, licenciados para comercialização nas condições do inciso 3º, art. 3º, do mencionado Decreto-Lei, que atribuiu ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a competência para regulamentar a fiscalização de produtos de uso veterinário e exercer as atividades inerentes à fiscalização desses produtos. O art. 2º trata da cláusula de vigência. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental”.

Análise. *“Cabe à CRA, nos termos do inciso IV (sic), do art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar as proposições que versem sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, a exemplo da matéria tratada no PLS nº 130, de 2010, em análise.*

Como o exame se dá em decisão terminativa, faz-se necessária, de início, a abordagem da proposição quanto aos aspectos atinentes à constitucionalidade e à juridicidade da iniciativa.

Quanto à constitucionalidade, encontram-se contemplados os requisitos da competência legislativa da União, prescrita no art. 22, da Constituição Federal e do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48 e 49, caput, da Carta Magna. Observa-se ainda o atendimento aos requisitos à iniciativa de leis ordinárias, tratados no art. 61, da Lei Maior.

A proposição apresenta-se adequada no tangente à juridicidade, haja vista ser a lei ordinária o instrumento acertado para os fins estabelecidos, dotado de generalidade e coercitividade, em que se trata de matéria inovadora no ordenamento jurídico.

Observa-se que, relativamente à técnica legislativa, o Projeto de Lei em foco respalda-se no método adequado, uma vez que segue as diretrizes traçadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Entretanto, fica evidente que a mera revogação do art. 4º, da Lei nº 467, de 1969, sem a expressa revogação do § 3º, do art. 3º, do referido instrumento legal, não é a melhor técnica legislativa, uma vez que provoca uma confusa revogação parcial do contido no mencionado inciso 3º, deixando as licenças concedidas

com um prazo de validade improrrogável, ao contrário do que se almeja.

Para que as licenças se renovem conforme o monitoramento, no âmbito do MAPA, das necessidades da agropecuária nacional, a revogação do inciso 3º, do art. 3º, do Decreto-Lei nº 467, de 1969, se faz indispensável.

Nesse sentido, apresentamos as emenda que corrigem a dubiedade e que o texto original do PLS nº 130, de 2010, abriga”.

Vou à fase do voto, Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria já é de conhecimento desta comissão.

“Pelo exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 130/2010, com emendas que apresentamos. A emenda: Insira-se art. 1º ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2010, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 1º: O art. 3º, do Decreto nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 3º... § 2º.: A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinários, elaborados no país ou importados, total ou parcialmente, será válida por dez anos”.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório e também a emenda que estamos propondo nesta comissão. E quero cumprimentar aqui, antes de mais nada, também, o Senador César Borges, que busca efetivamente a modernização(F) desse projeto de relevância para o nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o relatório produzido pelo Senador Jayme Campos. Para discutir, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, como autor deste Projeto de Lei do Senado, que leva o número 130, quero, neste momento, dizer a V. Exa. e aos pares desta comissão que me sinto plenamente satisfeito com o relato feito pelo Senador Jayme Campos, que, com a sua pertinência e conhecimento de causa e do assunto, conseguiu aprimorar a nossa proposição, haja vista, Sr. Presidente, que esta é uma legislação que vem até do período autoritário, de 1969, é um decreto-lei assinado pelo presidente de então, presidente militar, Arthur Costa e Silva, Decreto-Lei 467, quando, àquela época, se propugnava pela substituição de importações, como que querendo fazer uma reserva de mercado para o país, que, muitas vezes, era algo forçado, algo que era imposto, trazendo graves prejuízos à comercialização, e a produção [ininteligível] agropecuária. Eu diria que o maior exemplo disso foi a questão da informática, quando se tentou impor ao país que uma revolução, que é a revolução da tecnologia da informação, fosse feita unicamente

por empresas brasileiras, estatais, que não detinham conhecimento tecnológico suficiente, o que atrasou a inserção do país na tecnologia da informação, tão importante para o desenvolvimento de tantos setores do nosso país, da educação à tecnologia e o desenvolvimento de produtos.

Então, Sr. Presidente, esse aqui é um artigo de um decreto-lei que tem que ser revogado, porque, muitas vezes, nós não temos demanda, nós não temos mercado suficiente, e que, se prevalece essa imposição, o que acontece é o encarecimento de produtos ou uma dificuldade muito grande para o setor agropecuário brasileiro. Então, nós estamos procurando trazer para o momento atual de livre comércio, onde o Brasil participa de acordos bilaterais, de acordo multilaterais de livre comércio, inclusive existe a Organização Mundial do Comércio, que permite exatamente essas transações, onde nós vivemos dentro de um período de globalização, e a indústria brasileira, claro que ela vai avançar, deve avançar, sempre que houver a demanda possível a baratear custos, quando produzidos aqui, no Brasil, e o que o Senador Jayme Campos fez foi exatamente conseguir aprimorar o nosso projeto, ampliando o prazo de licença, de três para dez anos, dessas mercadorias ou desses produtos que possam merecer importação.

Então, eu me considero satisfeito e agradeço, Senador Jayme Campos, pelo voto dado e solicito também o voto favorável ao parecer do Senador Jayme Campos dos meus pares aqui, nessa comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o relatório do Senador Jayme Campos.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Jorge Yanai.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Sr. Presidente, segundo o relator, cabe ponderar a importância das disposições no âmbito da produção agropecuária. *“Pelos termos vigentes, o descumprimento, por parte do importador, da obrigatoriedade que passaram a fabricar no país produtos comercializados, no prazo de três anos, a contar da licença, implica na perda da autorização para importar produtos, objetos do licenciamento. Na prática, a perda de autorização dada ao importador resulta na necessidade de se conceder licença a outro, uma vez que a pecuária nacional demanda os produtos, independentemente de haver licença para importação. Por razões dessa dinâmica característica do mercado, o mecanismo almejado pela legislação atual torna-se inócuo, posto que, no limite*

da aplicação da norma vigente, o cancelamento de todas as licenças de importação de produtos de uso veterinário conduziria a uma crise na pecuária brasileira, com drástica redução na sua competitividade. A julgar pela experiência vivenciada na longa vigência dos mecanismos de cancelamento das licenças para a comercialização de produtos veterinários importados, não há evidências de que o desenvolvimento da indústria química nacional vá se consolidar meramente em consequência das barreiras comerciais, que, como esta, afrontam abertamente os princípios do livre comércio. Dessa forma, o art. 4º, do Decreto-Lei 467, de 1969, está ultrapassado, sua revogação representaria um fator favorável para a pecuária nacional e para a indústria veterinária, o que nos leva à conclusão de que a aprovação do PLS 130, de 2010, trará benefícios poupáveis(F) a esses setores aos interesses no país”.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, com a emenda proposta de forma inteligente pelo Senador Jayme Campos, de validade de comercialização para dez anos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, me permite...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero fazer um comentário aqui, que, na verdade, essa lei, como bem disse o Senador César Borges, é de 1969. Lamentavelmente ela já foi superada até pelos avanços que houve nos últimos 40 anos, praticamente. Hoje, já vivemos em um mundo globalizado e, lamentavelmente, o que acontece? Essa lei de 69, ela dava aos produtos importados apenas três anos, ou seja, o seu alvará, a sua licença para ser comercializado no mercado interno brasileiro. Todavia, quando proponho essa emenda, é que nós queremos um pouco até desburocratizar e, acima de tudo, facilitar o Ministério da Agricultura, ou seja, [ininteligível] para que essas licenças, elas sejam agilizadas de uma forma mais rápida. Hoje, existe 500 mil quilos de papéis lá no Ministério, e o Ministério não tem capacidade pessoal para analisar esse tanto de processo e, com isso, gera uma sobrecarga de trabalho não só para os servidores, mas, acima de tudo, uma melhor agilidade. Portanto, a importância desse projeto não só na mudança da proposta feita pelo Senador César Borges, mas, acima de tudo, quando nós propomos essa modificação, propomos essa emenda, é para agilizar, sobretudo, a tramitação e a liberação das licenças para as empresas que comercializam esses produtos veterinários... Portanto, eu acho que é meritório. Volto a reiterar aqui, afirmar que o Senador César Borges

foi feliz na sua iniciativa, e projetos como este aqui, Senador César Borges, nós temos que produzir muito mais no Brasil, tendo em vista, como o senhor disse, que, de lá para cá, algumas leis que foram feitas nesse Brasil já houve observância e, na verdade, existiu, naquela oportunidade, uma reserva de mercado, não permitindo até importação de computadores, [ininteligível] aos veterinários, que dava pouco tempo, e isso inviabilizava e encarecia naturalmente a produção nacional aqui, sobretudo para o homem do campo, que produz o rebanho bovino em nosso país.

Portanto, eu reitero aqui e cumprimento novamente o Senador César Borges, como sempre competente, e um senador operoso, nesta Casa aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa agradece os agradecimentos do Senador Jayme Campos e encerra a discussão desse projeto e desse relatório, mas sobrestando ainda a votação para o quórum, que já está na eminência de ser alcançado, porém, ainda não o foi.

Vamos, então, ao terceiro item da pauta, que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 22/2010, não terminativo, de autoria de S. Exa., o Presidente da República, “que autoriza a participação da União em Fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural, altera dispositivo da Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, da Lei Complementar 126, de 15 de janeiro de 2007, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 66, e de várias outras legislações”. E tendo em vista que sou eu o relator da matéria, eu solicito, nesse instante, que assuma a presidência dos trabalhos o meu colega, quase conterrâneo, Jorge Yanai, em homenagem ao vetusto Estado do Mato Grosso, que assuma a presidência, para que eu possa prolar o relatório.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Tem a palavra o Senador Valter Pereira para fazer a relatoria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto não é terminativo, já foi examinado por outras comissões, inclusive pela Comissão de Constituição e Justiça, e vamos fazer a leitura naquilo que é relevante, que é relacionado ao mérito. “A proposta cria condições para que a União participe na condição de cotista do Fundo de Catástrofe, que representará importante instrumento para a cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal. A medida representa um avanço, pois substitui o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, instituído pelo Decreto-Lei 73, de novembro de 66, mas que nunca criou condições efetivas para o desenvolvimento de um mer-

cado de seguro rural eficiente. Consideramos que, na integralização de suas cotas, a União terá flexibilidade necessária para alocar os meios necessários para o atendimento do fim a que se destina esse importante instrumento de política rural.

A União fica autorizada, além dos valores monetários, aprovados pela lei orçamentária, a emitir títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, que seriam depositados em instituição financeira pública federal e utilizados para a alienação e entrega de recursos ao Fundo. O montante de títulos públicos até o limite de quatro bilhões de reais seria integralizado em duas partes: dois bilhões no ato da subscrição e o restante em até três anos.

É fundamental destacar também que o Fundo não contará com a garantia ou aval do Poder Público e responderá por suas obrigações até o limite de seu patrimônio. Assim, o contribuinte fica isento do custo fiscal inesperado e desonera-se o Estado de arcar com os passivos contingentes que surjam, sem devida provisão orçamentária e financeira.

Não menos importante, deve ser destacado que a participação de seguradoras e resseguradoras se dará de modo voluntário, sendo que aquelas instituições que optarem por integrar o Fundo terão que adquirir cotas e que nos leva a crer que o sistema proposta esteja lastreado em mais compromisso dos agentes participantes.

Igualmente inovador é o fato de que o Fundo é idealizado para ter natureza privada, com administração de pessoa jurídica criada para esse fim e regulada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, CNSP, e fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados, SUSEP, o que pode garantir maior eficiência econômica e mais responsabilidade na aplicação de seus recursos. Além disso, a construção do modelo de seguro rural preconiza a utilização de informações de zoneamentos agroclimáticos e a criação de núcleo de estudos para a promoção de gestão sustentável do Fundo de Catástrofe.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural, nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, pode representar um instrumento importante no apoio à política de suporte ao desenvolvimento ao agronegócio brasileiro, que tem sido, por um lado, fundamental para a produção de alimentos a preços acessíveis para a população brasileira e, por outro, tem exercido papel essencial no equilíbrio macroeconômico, a partir do seu saldo positivo na balança comercial.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 22, de 2010, complementar, com a seguinte emenda de redação: Dê-se ao inciso

II, do art. 23, do Projeto de Lei da Câmara nº. 22, de 2010, complementar, a seguinte redação: Inciso II: O inciso IV e o parágrafo único, do art. 3º, e o os incisos I e II, do art. 5º, da lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003”.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Um esclarecimento que precisa ser feito quanto a emenda que apresentamos, que é, eminentemente, de redação, portanto não correndo risco algum de retornar o projeto à Câmara.

Na verdade, é uma adaptação, uma exigência legal que se cumpre aqui. Toda legislação, todo projeto de lei tem que ser elaborado conforme uma legislação específica, que regula as formas dessa elaboração, e a emenda visa exatamente garantir o cumprimento dessa norma. A mudança é uma mudança sutil, não altera mérito, sendo, portanto, de mera redação.

Concluindo, Sr. Presidente, esse é o nosso parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): O relator, Senador Valter Pereira, concluiu pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Informo a comissão que o presente projeto já foi apreciado pela CCJ, tendo sido aprovado o parecer favorável. Em discussão. Para discutir, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É importante... Cumprimento o Senador Valter Pereira, pelo relatório, e eu pergunto se, na CCJ, foi aprovado, fora essa emenda que V. Exa. coloca como emenda de redação, para corrigir o fato inicial de exigência legal. Só isso. E é o mesmo da CCJ?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, a emenda de redação, ela está sendo introduzida nesse momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu digo: fora a emenda, V. Exa. explicou que é para corrigir a exigência legal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ela é idêntica a que foi aprovada na CCJ, sem essa emenda?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sem essa emenda. O projeto foi mantido na íntegra e há um consenso quanto aos termos do projeto. Todos aqueles que têm algum tipo de pleito com relação a isso, os produtores, cooperativas e todas as instituições que têm interesse direto no agronegócio estão de acordo com os termos que foram aprovados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Continua em discussão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, pela ordem, presidente. Nós estamos com uma série de votações na Comissão de Assuntos Econômicos sobre empréstimos para vários estados brasileiros. Então, eu pediria a V. Exa., se V. Exa. pudesse já abrir a votação seria muito importante, porque nós temos que nos deslocar para a Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Atendendo ao Senador Delcídio Amaral, nós vamos proceder à votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº. 1, do CRA. A matéria será apreciada pela CAE. Passo a presidência ao Senador Valter Pereira.

[troca de presidência]

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de solicitar à V. Exa. que também colocasse em votação o Item 02 da pauta. Já foi relatado pela minha pessoa, eu gostaria que V. Exa. colocasse em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, por economia processual, que é reclamada pelo ilustre Senador Delcídio Amaral, nós vamos colocar em votação as duas matérias que são terminativas. É o Item 01, que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 44, de 2010, de autoria de S. Exa., o Presidente da República, “*que dá nova redação ao caput do art. 15, da Lei 7778*”, cujo o relatório já foi prolatado e cuja a discussão já se encerrou. Está, portanto... Vamos colocar em votação este projeto. Senador Delcídio Amaral, como vota?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jorge Yanai.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Eduardo Suplicy, como vota?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Valdir Raupp, como vota? Aprovado por oito votos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, V. Exa. não colheu o meu voto. Alguma discriminação?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador, não há nenhum preconceito contra V. Exa. Muito ao contrário, muito ao contrário. A assessoria já tinha até chamado a atenção aqui, que acho que é eleitor da Bahia e já tinha até chamado atenção: “E o Senador César Borges?”. Então, como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, aprovado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, mesmo não havendo eleitor do Rio Grande do Sul, eu também não fui chamado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É que o Senador Romeu Tuma votou, e V. Exa. é suplente dele. Então, nós passamos agora ao Item 02.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do vinho o senhor troca. Do vinho eu troco. É o do vinho? É o do Camata? Do Camata o senhor vota.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Item 02, também terminativo, é o Projeto de Lei do Senado nº. 130/2010, de autoria do ilustre Senador César Borges, “*que revoga o art. 4º, do Decreto-Lei nº. 467, de 13 de fevereiro de 1969, e seu parágrafo*”. Já foi prolatado o relatório, na pessoa do Senador Jayme Campos, já foi encerrada a discussão. E agora nós vamos colher os votos. Como vota o Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Voto com o relator e parabenizando meu caro amigo e companheiro, Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como vota o Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jorge Yanai.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator. Voto conhecido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Conhecido. Senador Romeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aprovado por oito votos. Mas o voto do presidente não vale? Então, o presidente vota a favor também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A presença do presidente vale...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A presença conta ponto.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Falta um, Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Consulta à Comissão se podemos considerar esta mesma votação para a emenda apresentada.

Desta forma, aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, não há matéria alguma mais para ser votada. Agora nós vamos prestigiar o nosso colega, grande Senador Neuto De Conto, que está fazendo um apelo a todos os colegas presentes.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de contar com a presença de todos os pares na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Só temos três matérias também, duas terminativas, para limpar a pauta, deixando, portanto, serviços todos em dia para votar em Plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. quer nominar aqui os senadores que participam.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Todos fazem parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, é uma convocação geral que V. Exa. faz.

Bom, não havendo nenhuma matéria mais a tratar, está encerrada a presente sessão, embora com a participação recalcitrante de alguns senadores que insistem em permanecer no recinto.

Sessão encerrada às 10h57.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dez de novembro de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Gilvam Borges, Marco Maciel, Gilberto Goellner, Papaléo Paes e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alfredo Nascimento, Hélio Costa, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Bezerra, Efraim Moraes, Sérgio Guerra e Sérgio Zambiasi. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. Comparece à reunião o Ex-Deputado Federal Roberto Freire, Presidente Nacional do PPS. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 22 de 2010-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "... com amparo nos arts. 58, § 2º, II da Constituição Federal, e 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz

e pelo Desenvolvimento e debater o Relatório Mundial sobre Ciências, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e que dedica todo um capítulo ao Brasil. A título de sugestão, a audiência deverá ocorrer em 10 de novembro de 2010, Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, e serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; – Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil; – Jacob Palis Junior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); – Carlos Henrique de Brito Cruz, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e co-elaborador do capítulo dedicado ao Brasil, no Relatório Mundial sobre Ciências; – Hernan Chaimovich Guralnik, Universidade de São Paulo (USP) e co-elaborador do capítulo dedicado ao Brasil, no Relatório Mundial sobre Ciências. Comparecem à reunião os Senhores, Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil; Carlos Henrique de Brito Cruz, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e co-elaborador do capítulo dedicado ao Brasil, no Relatório Mundial sobre Ciências; Roosevelt Tomé Silva Filho, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, Jailson Bittencourt de Andrade, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC e Professor Titular da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número... Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data,

10 de novembro de 2010, para a realização de Audiência Pública, que tem como objetivo, aspas, "*Celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e debater o Relatório Mundial sobre Ciências, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e que dedica todo um capítulo ao Brasil*", atendendo ao Requerimento nº. 22, de 2010, da CCT, de minha autoria, tendo como convidados os senhores: Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Carlos Henrique de Brito Cruz, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e co-elaborador do capítulo dedicado ao Brasil no Relatório Mundial sobre Ciências; Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia; e Dr. Jailson Bittencourt de Andrade, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências e Professor Titular da Universidade da Bahia, Universidade Federal da Bahia.

Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de chamarmos para que tome assento à Mesa os nossos convidados, eu quero saudar a todos os presentes e, em especial, aos jovens, que, no dia de ontem, receberam prêmios pelos trabalhos elaborados, sejam de fotografias e... melhor, de desenhos e trabalhos escritos, que eu tive a oportunidade de participar da entrega da premiação, ontem. Também é uma atividade desenvolvida pela UNESCO e que ficou retratada através de um documento em que traz todos esses trabalhos e todos esses desenhos que foram feitos.

Eu faço essa observação porque não há dúvida que ciência e tecnologia são elementos da maior importância, senão os mais importantes, para que possamos desenvolver, não só de maneira global, o planeta, mas em especial o nosso país, o nosso querido Brasil. E a juventude de hoje, que nos substituirá nas próximas décadas, já demonstra uma atividade importante nessa área de ciência e tecnologia.

E, ao mesmo tempo que faço essa saudação, eu quero pedir desculpas a todos vocês pelo mal entendido que houve lá na chapelaria, quando do acesso dos nossos convidados, que estávamos agendados para às 8h30 e a segurança não tinha recebido a informação. Mas foi tudo resolvido, e vocês sintam-se em casa.

Esta é a casa do povo e vocês fazem parte desta Casa, nós apenas somos instrumentos e estamos re-

presentando, cada um de nós, senadores, com muita honra, os estados de origem de cada um de nós.

Nós vamos convidar para tomar assento à Mesa, e eu pediria ao Senador Acir Gurgacz que pudesse fazer entrar à Sala de Audiência o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, o Sr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP, Sr. Roosevelt Tomé Silva Filho, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências, ABC, e Professor Titular da Universidade Federal da Bahia.

Eu quero, inicialmente, agradecer o atendimento ao convite dos nossos palestrantes e agradecer, em especial, ao Dr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, pela parceria que a UNESCO tem tido com o Senado Federal, com esta Comissão de Ciência e Tecnologia, e que tem propiciado desenvolver as ações nesta área de ciência e tecnologia em nosso país.

A UNESCO tem uma ação mundial, desenvolve essa ação e o relatório que hoje será aqui apresentado é um balanço mundial de ciência, e tem um capítulo especial, como eu disse, sobre o Brasil, sobre o Brasil que temos aqui, a presença do Dr. Carlos Henrique, que é o coautor do capítulo, e esse documento, após a apresentação, será, então, colocado à disposição de todos para que possam tomar conhecimento do avanço, do avanço da ciência em nosso país.

Nós sabemos, e o próprio relatório já demonstra isso, que avançamos, sim, Dr. Vincent, avançamos, Dr. Jailson, mas avançamos menos do que poderíamos ter avançado, se nós compararmos os dispêndios em ciência e tecnologia com o crescimento do PIB.

Vamos ver que não houve um acompanhamento desse dispêndio em relação ao avanço da economia do nosso país. Eu sou de uma região, da Região Amazônica, no Estado do Pará, que é uma região, eu diria, simbólica para o mundo todo, e ainda em desenvolvimento, e eu tenho dito e repetido que é através da ciência, da tecnologia, da inovação e do conhecimento que nós vamos conseguir diminuir as distâncias, as desigualdades regionais em nosso país.

O Brasil está e deve estar com as vistas voltadas para o mundo, com o objetivo de alcançar patamares de países desenvolvidos, mas não podemos esquecer, jamais, de que é necessário, primeiro, diminuir as desigualdades internas, as desigualdades regionais, de tal forma que nós possamos ter cada vez mais um Brasil menos desigual e isso se fará, com certeza absoluta, fazendo aplicações, investimentos e dando incentivo para que a ciência, a tecnologia e a inovação

e o conhecimento possam ser desenvolvidos também nessas regiões periféricas, que eu diria Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste.

É preciso que haja um fluxo migratório de doutores, de pesquisadores para essas regiões, inclusive porque, na Amazônia, que é o tema dos trabalhos feitos pelos jovens, que ontem foi apresentado, que é a biodiversidade, detém a maior biodiversidade do planeta. Então, que... Os brasileiros desconhecem, e é preciso que isso seja conhecimento nosso, porque é uma riqueza imensurável que o Brasil tem e que precisa ser aproveitada para melhorar a qualidade da vida dos brasileiros.

Eu quero convidar o nosso Senador Roberto Cavalcanti, vice-presidente da comissão, para que tome assento aqui à Mesa, por favor, Roberto.

E vamos dar início à nossa...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, eu agradeço, mas está tão bem formada a Mesa aí, V. Exa. capitaneando aí no centro, dois a dois, tão bem armado. Eu vou me ater a ficar aqui, junto aos demais colegas, e agradeço pela deferência, mas eu fico na minha arquibancada geral, não gosto de cadeira cativa, não.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Essa cadeira, senador, não é cativa, ela é rotatória.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Mas com a quantidade de votos que V. Sa. demonstrou ter, V. Exa. transformou-a em cativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Rotativa. É rotativa.

Vamos dar início, então, à nossa audiência, passando a palavra ao nosso primeiro convidado e nosso parceiro... Na Audiência, o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil. V. Sa. dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, mas fique à vontade para que possa fazer a sua exposição.

SR. VINCENT DEFOURNY: Muito obrigado ao senhor, Exmo. Sr. Presidente. É uma grande honra para a UNESCO aqui estar presente, e gostaria, em primeiro lugar, cumprimentar os integrantes da Mesa, os senadores presentes e todos os jovens presentes nessa Audiência Pública, que demonstra, digamos, um interesse e a importância dessa temática nessa Casa. Como o senhor falou, essa Casa do povo, que discute, que é o lugar do debate, que é o lugar, digamos, das discussões, das opções da sociedade brasileira.

E nesse sentido, celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento é uma forma também de trazer, digamos, uma agenda internacional, algumas preocupações com foco internacional, aqui,

nessa Casa, para que essas temáticas não sejam só discutidas um dia e celebrado num dia especial, mas que seja também parte, realmente, do trabalho constante da Comissão de Ciência e Tecnologia.

E muito gostaria de agradecer o senhor pelo convite e pela oportunidade dessa parceria entre a comissão e a UNESCO, que realmente acreditamos que é o lugar certo para desenvolver essas atividades.

Mas, antes de desenvolver alguns recados, algumas mensagens mais relacionadas ao Brasil, gostaria de propor, se o senhor me permite, digamos, projetar a mensagem da Diretora-Geral da UNESCO, que tem feito um vídeo que vai ser também divulgado no mundo inteiro, em vários países do mundo, e acho que é importante ouvir a nossa Diretora-Geral, a Sra. Irina Bokova, falando da importância da ciência.

É uma mensagem em vídeo de três, quatro minutos. Se o senhor permitir, vamos primeiro ouvir.

[apresentação de vídeo em idioma estrangeiro]

[palmas]

SR. VINCENT DEFOURNY: Acho que a nossa Diretora-Geral expressou muito bem, muito claramente, um propósito do Relatório Mundial do Dia Mundial, e também da forma que a UNESCO tenta celebrar, digamos, os vários anos, ano 2010, o Ano Internacional da Biodiversidade, mas, também, Ano Internacional da Aproximação das Culturas.

E o ano 2010-2011, que, na realidade, começou no mês de agosto, é o Dia Mundial da Juventude também, e acho que a presença aqui de um grupo significativo de jovens também demonstra a importância da juventude nessas questões.

O que gostaria só ressaltar, antes de abrir o debate, é sobre realmente o conteúdo do relatório, como a Diretora-Geral propõe, e acho que a presença aqui do autor, de um dos dois autores do capítulo Brasil, é a melhor forma de introduzir o conteúdo desse relatório.

Gostaria só de destacar três pontos que me parecem muito importantes para a questão do desenvolvimento da ciência no Brasil.

A primeira questão, que é uma questão muito recorrente, mas que é absolutamente necessária para qualquer avanço na área da ciência, é a necessidade de melhorar o ensino da ciência.

Acho que o ensino da ciência é ainda muito aquém do que poderia ser e é por aí que as coisas têm que começar. Se os jovens não encontram na ciência, não encontram a oportunidade de primeiro se interessar e logo de desenvolver uma vocação, de desenvolver uma oportunidade de um trabalho, de se envolver nas pesquisas e de se tornar, amanhã, pesquisadores capazes

de depositar patente, de contribuir para o conhecimento mundial, acho que isso não vai avançar.

Então, acho que o primeiro grande esforço e, nesse sentido, gostaria realmente de convidar a Comissão de Ciência e Tecnologia de dar uma atenção muito especial sobre a questão do ensino da ciência, sobre o desenvolvimento do ensino científico. Isso é o primeiro ponto.

O segundo ponto acho que é a questão que foi mencionada também pela nossa Diretora-Geral, que é a questão da criação, do desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento. E uma sociedade do conhecimento é uma sociedade que não tem mais fronteiras. As fronteiras, o conhecimento, já faz muito tempo, que sabemos não existem, ainda menos na época da *Internet*.

O conhecimento circula a uma velocidade fantástica. É até muito interessante lembrar que a própria *Internet* nasceu com os militares e os pesquisadores. São aqueles dois grupos que mais, digamos, desenvolveram e criaram as condições de desenvolvimento da *Internet*, que está mudando tudo na forma de conhecer.

E acho que uma reflexão fundamental sobre o que uma sociedade do conhecimento, o que os desafios apresentados por uma sociedade baseada no conhecimento, num país como o Brasil, acho que uma reflexão também importante, que tem também tudo a ver com a segunda parte do título dessa Comissão da Tecnologia, Ciência, Tecnologia e da Informação também, que é tratado nessa comissão.

E, finalmente, o terceiro ponto que gostaria de destacar é a necessidade de fazer ciência com consciência. E essa questão, digamos, da ética na ciência é uma questão também que preocupa muito a UNESCO, porque a ética é realmente a dinâmica através da qual a sociedade, os indivíduos, realmente procuram suas finalidades, procuram encontrar o norte de suas atividades.

E procurar o norte significa realmente escolher, escolher a direção na qual a gente quer avançar. E quando estamos falando de ética na ciência, estamos falando claramente dos avanços mais sofisticados da ciência, e, por exemplo, todas as questões relacionadas, por exemplo, à bioética, até onde os pesquisadores podem ou devem trabalhar, de que forma podemos desenvolver ou financiar, por exemplo, pesquisas públicas para manipulação, genéticas e questões desse tipo. Acho que ninguém, hoje, tem uma resposta simples, e, por isso, em um debate, é importante colocar essas questões em debate. E de forma muito abrangente, por isso o título desse Dia Mundial, Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. No final,

lá no final de tudo, e isso é a proposta da UNESCO, o sentido, digamos, de ter uma organização internacional para cooperação internacional e uma organização intelectual, é tentar, digamos, pensar mais o que isso significa, qual é a ciência que o Brasil quer? É uma Ciência que vai seguir avançando para um desenvolvimento insustentável ou vamos realmente criar as condições do desenvolvimento sustentável do país e do mundo, porque o desenvolvimento sustentável do Brasil tem uma implicação muito grande sobre o futuro do nosso planeta?

Então, acho que são três questões que gostaria de colocar, digamos, realmente, nesse Dia Mundial, mas que seja na pauta dessa comissão, se o Sr. Presidente me permite, realmente, e também colocar a UNESCO à disposição sobre qualquer desses assuntos relacionados a essas questões, colocar a UNESCO à disposição para colaborar, para poder providenciar algum tipo de insumo.

E, por exemplo, esse relatório mundial acho que é uma fonte de inspiração muito interessante, muito importante, que realmente me felicito e ficamos muito satisfeitos de poder apresentar esse relatório mundial, aqui, nessa Casa, e, por isso, agradecemos à comissão, agradecemos à organização dessa Audiência Pública.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Eu que agradeço ao Dr. Vincent, e as palavras da Diretora-Geral da UNESCO, Sra. Irina Bokova, elas foram preciosas, porque mostram exatamente a intenção da UNESCO em levar avante, através de todas essas ações, a incentivar a juventude, incentivar os países a aplicarem cada vez mais em ciência e tecnologia. E ela fez referência a algo que eu tenha dito na abertura, até de forma mais ampla, que é diminuir as desigualdades entre países e dentro dos países.

Eu acho que o mundo globalizado de hoje, ele não permite mais, Senador Valdir Raupp, que nós possamos ficar como sem tomarmos ações efetivas, sem sermos agentes de produção de ações que possam diminuir essas desigualdades. Irmãos em outras regiões do nosso país, em algumas regiões como a nossa, na Amazônia, no Nordeste, ainda não alcançaram esse grau de desenvolvimento, assim como outros países, também, estão abaixo da linha mínima, eu diria, de dignidade para a questão da condição humana.

Mas eu, antes de passar a palavra ao nosso segundo convidado, que vai... será o Dr. Carlos Henrique Cruz, que é co-elaborador do capítulo do Relatório Mundial sobre Ciência sobre Brasil, eu quero lhe transmitir aqui, pela *TV Senado*, e a V. Sa., Dr. Vincent, uma

boa notícia. Nós concluímos a aprovação, na CCJ, do Projeto de Resolução no Senado nº 7/2010, de iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, que institui a Menção Honrosa Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica.

O projeto foi encaminhado à Mesa Diretora, que é a instância final, para a apreciação e aprovação, e, já no próximo ano, nós, querendo Deus, estaremos fazendo também essa distribuição dessa menção honrosa, que, como diz a resolução, a escolha, a aplicação deve ser feita até o dia 1º de agosto, que está aqui na... *“A indicação do candidato à menção honrosa deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada do respectivo curriculum vitae para as personalidades, ou portfólio para as organizações e de justificativa até 1º de agosto do mesmo ano”*.

Então, já em 2011, nós faremos essa primeira entrega, em parceria com a UNESCO, dessa Menção Honrosa da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. É uma boa notícia para ser dada no Dia Mundial pela Ciência.

E quero, então, passar a palavra ao nosso convidado, Professor Doutor da UNICAMP, Carlos Henrique de Brito Cruz, que vai fazer a apresentação do Relatório Mundial sobre Ciência, em especial o capítulo dedicado ao Brasil.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, demais senadores, colegas participantes aqui dessa sessão. Eu agradeço muito a oportunidade de fazer essa apresentação, aqui, na comissão, na qual eu vou, então, em breves minutos, mostrar-lhes alguns dos destaques, ali, desse capítulo que nós fizemos para o livro da UNESCO, sobre o estado da ciência e da tecnologia no Brasil.

Falando de alguns indicadores de esforço, quer dizer, qual é o esforço que o Brasil coloca nessa atividade, alguns dos indicadores de resultados e três dos desafios muito importantes para o Brasil nessa área, que nós destacamos no capítulo, que são o desafio de formação de pessoal qualificado, que tem a ver, como o Senador Flexa Ribeiro destacou, com a necessidade do Brasil de distribuir muito mais a atividade de ciência e tecnologia ao longo de todo o país. Há desafios na pesquisa acadêmica e desafios muito importantes na pesquisa que é feita em empresas no Brasil. Pode passar a próxima figura, por favor.

Essa figura mostra uma evolução do dispêndio total em pesquisa feito no Brasil, é uma das figuras que a gente usou no trabalho. Essas barras mostram... As barras vermelha e azul mostram quantos porcentos do

PIB brasileiro foi investido em atividades de pesquisa no país, de 2000 até 2008.

Então, vocês poderão ver que a gente veio de um investimento, que era um pouco mais do que 1% do PIB, depois houve um decréscimo em 2004 e 2003, e depois houve uma recuperação, chegou perto de 1,1% do PIB em 2008. Quer dizer, é um investimento em pesquisa que está em torno de 1% do PIB, sem muitas variações.

O volume de recursos – mostrado naquela linha vermelha, com as bolinhas brancas – chegou a 23 bilhões de dólares de paridade de poder de compra, no ano 2008; o volume de recursos cresce porque o PIB do Brasil cresceu, mas o que acontece é que o crescimento do investimento brasileiro em pesquisa, e esse é o investimento total, governo mais empresas, num país... Há uma parte do esforço de pesquisa que é feito por governo, que é a barra vermelha, e por empresas, que é a barra azul.

Então, o investimento total, no Brasil, cresceu menos do que a velocidade de crescimento do PIB, de tal modo que o avanço das barrinhas de porcentagem do PIB não foi tão forte. 54% do investimento em pesquisa no Brasil é feito com recursos de fonte pública, sendo que 26% vem de organizações de ensino superior, principalmente universidades públicas, e 28% por institutos de pesquisa e agências de fomento, como o CNPq, a CAPES, a FINEP, ou nos estados, como a FAPESP, a FAPEMIG, a FAPESPA e várias, que tem 23 estados brasileiros que têm agência desse tipo. 46% do investimento é feito pelo setor privado, é pesquisa que as empresas fazem em seus próprios centros de pesquisa. Esse é um dos desafios para o Brasil, porque, no mundo desenvolvido, esse percentual aqui, em vez de 46, costuma ser 70, 75, 80, e por isso que a gente vê tantos países, como Estados Unidos, Coreia, Inglaterra, França, converterem conhecimento em riqueza e em desenvolvimento de maneira tão eficaz, porque as empresas têm uma atividade de pesquisa muito intensa. Pode passar à próxima figura.

Aqui é uma comparação desse dispêndio total do Brasil em pesquisa, ali mostrando o nosso 1,1%, em comparação com uma coleção de países. E no gráfico do meio é a parte do dispêndio que vem do governo. Vocês notem que, quando a gente olha o dispêndio que vem de recursos do governo, a posição do Brasil avança nessa comparação. Quer dizer, o dispêndio feito pelo governo brasileiro, aí é governo federal, governo estadual e governo municipal, todos os níveis de governo, ele é um dispêndio que não é tão mal comparado com aquele feito em outros lugares, como... Por exemplo, pega aqui o Japão, o Japão está em 0,7%

do PIB, o Brasil está em 0,6. Quer dizer, a diferença não é tão grande.

Mas quando a gente olha o dispêndio feito pelas empresas do país, aí você vê que a posição do Brasil cai, porque o nosso 0,4, 0,45% do PIB é mais ou menos 1/5 daquele feito pelas empresas da Coreia ou as empresas da Finlândia, 1/4 daquele dispêndio feito pelas empresas dos Estados Unidos.

Isso é extremamente grave, porque a competitividade mundial pelo desenvolvimento vem da capacidade tecnológica das empresas, e, se as empresas no Brasil fazem pouco investimento em pesquisa, a capacidade tecnológica delas é pequena, elas têm pouca capacidade de competição mundial, significa que elas vão ser engolidas por empresas de outros países que fazem atividade de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologia com muito mais intensidade. Então, é um desafio importantíssimo para o Brasil e no qual nós não estamos realmente conseguindo progredir, como eu vou mostrar em seguida. Pode passar a próxima.

Uma característica muito importante sobre o dispêndio público em pesquisa no Brasil, e que é realmente singular – eu não conheço nenhum outro país do mundo onde tenha esse tipo de característica -, é que tem uma participação estadual relativamente alta no dispêndio em pesquisa.

No Brasil todo, praticamente 1/3 do dispêndio em pesquisa vem de fontes estaduais; são universidades estaduais, são fundações estaduais de amparo à pesquisa; são institutos estaduais de pesquisa. Chega ao ponto que, por exemplo, no Estado de São Paulo, que é onde o governo estadual faz um esforço muito grande na parte de pesquisa, 63% do dispêndio público em pesquisa é feito com o dinheiro do Estado e não com o dinheiro do governo federal.

Quer dizer, isso é um dos fatores que ajuda a gente a entender as estratégias boas para levar a pesquisa para certos lugares. Quando o próprio Estado faz um esforço maior, ele chama mais investimento do governo federal e cria as condições para haver mais atividade de pesquisa, para haver essa desconcentração. Portanto, uma estratégia de desconcentração – nós destacamos isso no capítulo -, feita pelo governo federal, é muito importante que ela consiga mobilizar recursos locais para aumentar o recurso federal que vai ser investido para criar as condições de trabalho.

Vocês vejam que esse investimento no Estado de São Paulo é tão alto que é maior do que o investimento em pesquisa feito pelo México, pela Argentina ou pelo Chile. Na verdade, na América Latina, o segundo maior investidor em pesquisa é o Estado de São Paulo; o primeiro é o Brasil, o segundo é o Estado de São Paulo. Pode passar, por favor.

Aqui uma questão muito importante para o Brasil, que é o número de pesquisadores. Nós temos poucos pesquisadores... Esse gráfico está mostrando quantos pesquisadores há no Brasil por mil pessoas na força de trabalho, a presença de pesquisadores na força de trabalho.

Vejam que o fator do Brasil é inferior ao da Argentina, inferior ao da China e é alguma coisa como talvez 1/4 do fator que há na Coreia do Sul. No Brasil, há aproximadamente 1,2 pesquisadores por mil membros na força de trabalho, enquanto que, na Coreia do Sul, em vez de 1,2, há 9. Quer dizer, tem um fator de 7 ou 8 a mais a favor deles na competição por tecnologia e por conhecimento.

No Brasil, a maior parte dos pesquisadores trabalham em universidades e apenas 37% em empresas, com um resultado recente, que não está no capítulo que nós escrevemos, porque saiu há duas semanas: a pesquisa de inovação tecnológica, feita pelo IBGE, mostra que, de 2005 pra 2008, diminuiu o número de cientistas que trabalham em empresas no Brasil.

Isso é um dado que deveria nos preocupar bastante, porque toda estratégia do Brasil tem sido para levar mais pesquisadores para as empresas. Quando o IBGE faz a pesquisa já com três anos praticamente de atraso e a gente descobre que diminuiu, significa que as políticas públicas para a pesquisa no Brasil não estão apontando para uma direção correta, na qual a gente consiga ter mais competitividade. Pode passar à próxima, por favor.

Falando em termos de resultados, na pesquisa acadêmica, um dos principais resultados são os artigos científicos, porque a pesquisa acadêmica [soa a campanha], pesquisa feita em universidades, ela tem a ver com a difusão do conhecimento, e a gente observa que tem um crescimento muito importante na produção de artigos científicos por brasileiros, que cresceu de 4.300 para 26 mil, de 92 até 2008. Então, isso é um resultado importante do esforço público do Brasil, federal e estadual, de criar universidades que sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento mundial. A próxima figura, por favor.

Quando a gente fala da pesquisa nas empresas, um dos resultados importantes que deveria haver ali são patentes, quer dizer, ideias que a empresa têm e que ela possa registrar uma patente para proteger aquela ideia contra a cópia pela concorrência. Entretanto, vocês vão ver, nessa figura aqui, do lado esquerdo, que, enquanto a China observou um crescimento espetacular no número de patentes registrados mundialmente, e a Índia também, o Brasil está marcando passo desde 1999. O número de patentes, registrados pelo Brasil,

em 2009, foi quase igual ao de 2004 e ao de 99; são 11 anos sem haver um progresso nesse setor.

Esse gráfico aqui está mostrando isso. Olha, até o ano 2000, vinha crescendo o número de patentes criadas por empresas brasileiras; de 2000 em diante, esse número começou a flutuar, mas, na verdade, na média, está estagnado aqui; de novo uma indicação de que as políticas governamentais para estimular pesquisas nas empresas não estão levando a um resultado muito efetivo. Pode passar à próxima, por favor.

Agora, eu vou fazer três comentários sobre três desafios importantes e concluir.

O primeiro desafio muito importante para o Brasil é aumentar a intensidade da pesquisa nas empresas. Esse gráfico mostra o número de pesquisadores que trabalham em empresas no Brasil e pode ser observado que, como eu disse, de 2005 para 2008, houve uma diminuição importante, de quase 10%.

Para terem uma ideia sobre o número desses pesquisadores, no Brasil, nós estamos com 45 mil desses; na Coreia do Sul, tem 166 mil. Isso é três vezes e meia mais que o Brasil. Nos Estados Unidos, 1 milhão 130 mil. É um número que é quanto? 20, 23 vezes mais do que o número que tem no Brasil. Então, a nossa capacidade de competição está bem combatida nesse quesito. Pode passar à próxima.

Segunda questão, no que diz respeito à pesquisa nas empresas, é que também os pesquisadores que nós temos nas empresas não estão criando o número de ideias comparável com aquele criado por outros países. Essa coluna da direita aqui mostra quantas patentes são criadas pelas empresas de cada país por mil pesquisadores que tem nas empresas.

A China precisa... Cria 1,3 patente para cada mil pesquisadores que eles têm trabalhando nas empresas. No Brasil, 2,25 patentes para mil pesquisadores; na Espanha, 7,2, que já dá três vezes mais que o Brasil; na França, 28, praticamente; no Reino Unido, 34; na Coreia, 45; na Alemanha, 52; nos Estados Unidos, 68.

Então, tem algo aí sobre a produtividade desses pesquisadores na empresa que precisa ser alvo e objeto de melhor entendimento por parte das autoridades no Brasil, que trabalham com essas políticas para pesquisa. Pode passar.

O segundo desafio: formação de recursos humanos. Nós temos uma situação relativamente preocupante, porque, desde 2003, o número de concluintes nas universidades federais brasileiras, que são as universidades que mais formam pessoas que vão se dirigir para atividade de pesquisa depois... Tem muitas pessoas que se formam em universidades privadas e tem muitas pessoas que se formam em universidades estaduais, mas a maior parte do fluxo de pessoas que

vão se dirigir à carreira de pesquisa vem das universidades federais. E, estranhamente, vinha havendo um crescimento no número de concluintes, até que, a partir de 2003, esse número estagnou, a ponto que, em 2008, as universidades federais brasileiras formaram menos pessoas do que formaram em 2004. Isso também precisa ser objeto de um melhor entendimento sobre que tipo de freio de mão foi puxado nesse sistema, porque tem havido mais investimento nas universidades federais, tem havido universidades federais novas criadas; no entanto, do ponto de vista do contribuinte, a coisa mais importante é ter pessoas formadas, não é quanto gastou com a universidade, e esse número de pessoas formadas está muito limitado. Pode passar, por favor, mais uma.

Na pós-graduação, também observamos uma dificuldade, que é a seguinte: a taxa de formação de doutores no Brasil vinha crescendo a uma taxa de 15% a mais a cada ano. E a partir de 2004, essa taxa caiu para 5% por ano, o que está fazendo o Brasil perder posições com respeito a outros países do mundo, quando, até 2004, o Brasil vinha ganhando posições, vinha se aproximando de países mais desenvolvidos. Então, também é um item que merece muita atenção.

E, finalmente, pode passar à próxima: há um desafio muito importante do ponto de vista do impacto da ciência no Brasil, porque o impacto da ciência brasileira, esse impacto é medido por quantas vezes outros cientistas usam artigos científicos criados em cada país, criados no Brasil, por exemplo. O impacto da ciência brasileira vem crescendo, mas esse gráfico permite ver que a China logo vai nos ultrapassar, e tanto o impacto da China como o do Brasil é menor do que... É 60% do impacto médio do mundo. Quer dizer, nós estamos abaixo da média mundial e estamos crescendo numa velocidade na qual a China e a Índia vão nos... A China deve ter já ultrapassado, em 2009, e a Índia vai nos ultrapassar em 2010, 2012.

Veja que aí não estou falando em volume de artigos feitos, mas estou falando quanto interesse os artigos científicos, criados no Brasil, despertam no resto do mundo, a ponto de uma outra pessoa usar e fazer uma referência àquele artigo. Então, também é algo que requer uma atenção muito importante. Pode passar, por favor, mais uma e mais outra.

Então, olha, em conclusão, o Brasil desenvolveu um sistema de pesquisa acadêmico que é bastante competitivo, uma série de ações que começaram, eu arbitrariamente usei aqui 1934, quando foi criada a Universidade de São Paulo, mas é preciso um esforço no Brasil para recuperar a vitalidade do sistema, o sistema de universidades federais, que têm o número de concluintes estagnados, e o sistema de formação de

doutores, que precisa crescer com velocidade maior, como já cresceu no passado, no Brasil.

E na pesquisa empresas, tem resultados muito importantes no Brasil. Tem a EMBRAER, que faz aviões; tem a PETROBRAS; tem muitas empresas da área química, petroquímica, que têm resultados importantíssimos em pesquisa. Mas está faltando distribuir isso no sistema empresarial brasileiro. Tem poucos pesquisadores nas empresas, o número deles parece que está sendo reduzido, e eles produzem poucas ideias relevantes e de impacto mundial, e, portanto, é preciso que o Brasil crie um ambiente que estimule a pesquisa nas empresas, um ambiente que fale de competição, de exposição ao mercado interno, de interação entre empresas e universidades e criação de novas empresas de base tecnológica.

Muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao Professor Doutor Carlos Henrique de Brito Cruz e o parabeno pelo trabalho. É um trabalho que dá a todos nós uma noção real da necessidade de haver, por parte dos governos, vontade política para incentivar o desenvolvimento de pesquisas e para que possamos ter, evidentemente, atendida a inovação em nosso país, como também das empresas privadas.

O capítulo da ciência no Brasil demonstra que ainda não chegamos aos níveis dos países desenvolvidos e em desenvolvimento com relação à aplicação de recursos da iniciativa privada em pesquisa. Acredito que isso poderia, Senador Roberto Cavalcanti, ser uma análise, ser objeto de uma reflexão, de um aprofundamento por parte da comissão, com o apoio da UNESCO, dos nossos, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Associação Brasileira pela Ciência e da própria UNICAMP, como colaboradores, no sentido de a gente buscar um caminho para que... Algo está emperrando essa aplicação de recursos. Alguma coisa precisa ser feita como política pública para que as empresas tenham incentivo para aplicação de recursos na questão do desenvolvimento de ciência, nas suas empresas, e o próprio... A própria... O próprio governo temos que elevar, pelo menos, ao nível da elevação do PIB, minimamente acompanhar a elevação da economia, a elevação dos investimentos.

Nós estamos caminhando, como já foi bem demonstrado aí, no capítulo sobre o Brasil, e estamos em curvas que são... tem caminhos diferentes e, lamentavelmente, a nossa para regressão e não para o acréscimo do desenvolvimento de pesquisas e também na aplicação em benefício da população.

Vou passar agora ao nosso terceiro convidado na audiência de hoje, o Sr. Roosevelt Tomé Silva Filho, Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com a palavra, Sr. Roosevelt.

SR. ROOSEVELT TOMÉ SILVA FILHO: Muito obrigado, senador. Primeiro cumprimentar a todos e a todas. Cumprimentar ao Dr. Vincent, ao Professor Carlos Brito, ao Professor Jailson Bittencourt, ao Senador Flexa Ribeiro, e, em nome do senador, cumprimentar aos demais senadores e a todos presentes.

O relatório, elaborado pela UNESCO, a cada cinco anos, hoje publicado no Brasil e na França, apresenta análise global sobre o setor de ciência e, nessa edição, há destaque para o Brasil, o único país da América Latina a ter um capítulo exclusivo no documento. Tratar da ciência no mundo é uma missão ambiciosa, que somente um organismo como a UNESCO, que possui representação mundial, poderia se lançar a fazer.

Sentimos honrados em saber que o Brasil foi merecedor de um capítulo a parte nesse relatório, em razão de ter conquistado importância regional no tema. Temos certeza da participação do Ministério da Ciência e Tecnologia como agente das transformações ocorridas nesse campo.

O Ministério da Ciência e Tecnologia coordena o trabalho de execução dos programas e ações que consolidam a Política Nacional de Ciência e Tecnologia, Inovação. O objetivo dessa política é transformar o setor em componentes estratégicos do desenvolvimento econômico e social do Brasil, contribuindo para que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade.

O MCT vem atuando na evolução da ciência e tecnologia no Brasil, tanto por meio de investimentos diretos quanto por meio de seus institutos de pesquisas e suas agências, que colaboram para que o Ministério exerça funções estratégicas, desenvolvendo pesquisa, estudos que traduzem geração de conhecimento e novas tecnologias, bem como a criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais.

No que se refere à atuação direta, o Ministério se divide, atividades, em quatro secretarias: políticas e programa de pesquisa e desenvolvimento; inclusão social; desenvolvimento tecnológico e inovação; e a de política de informática.

Quanto à atuação indireta, conta com cinco agências e 19 unidades de pesquisa em sua estrutura: Agência Espacial Brasileira, o Conselho, o CNPq, o CNGEF, FINEP, Comissão Nacional de Energia Nuclear e várias unidades. Essa diversidade das áreas de atuação, investimentos realizados pelo Governo Federal, por certo contribuiriam para que o Brasil alcançasse,

contribuíram para que o Brasil alcançasse o lugar de destaque no qual hoje se encontra.

O reconhecimento, conquistado pelo Brasil, representa um estímulo para que continuemos trabalhando arduamente na busca de superar os desafios que ainda colocam diante de nós. Alguns objetivos já conquistados ainda não constam no relatório, hoje lançado pela UNESCO, e outros ainda estão por ser conquistados, ainda a serem lançados nos relatórios.

Temos que reconhecer que os avanços são muitos e alguns merecem destaque.

Segundo o relatório da UNESCO, em cinco anos, 2002 a 2007, o número de pesquisadores no Brasil saltou de 71 mil para 124 mil. Embora os números relativos do percentual não seja tão expressivo no que se refere à proporção mundial de pesquisadores, de 1,2 para 1,7%, em números absolutos, demonstra significativo investimento, realizados pelo país, na formação de novos pesquisadores, e, mais do que formá-los, demonstra capacidade da absorver internamente esses pesquisadores, são 161 mil bolsas em 2010.

A democratização do acesso à *Internet* é outro aspecto que mereceu destaque no relatório. O Brasil passou, de 2002 a 2008, de 9 para 37 usuários na *Internet* a cada cem habitantes. O programa de inclusão digital, maior bandeira do Ministério da Ciência e Tecnologia e corrobora um Programa Nacional de Inclusão Digital com outros dois Ministérios, Comunicação e Planejamento, que pretende gestar um programa em curso e levará 5 mil telecentros comunitários, onde são 10 mil bolsistas, esses todos via CNPq.

Então, o CNPq, além das bolsas que concede para pesquisa, concede para professores, vai conceder também a monitores, um importante papel do estado, onde permite que monitores possam interagir com academia, com institutos federais, em prol da capacitação dos usuários desses telecentros, inclusive participam de rede de formação.

A SECIS vem investindo fortemente na redução das desigualdades sociais, que se mostram, em alguns dos números, apontados pelo relatório da UNESCO. Que programas são esses? São programas de arranjo produtivo local, são programas de centro vocacional tecnológico, são programas de extensão tecnológica, programas de segurança alimentar e nutricional, inclusão digital, e cada um desses programas busca interagir com outros, trazendo o que nós denominamos convergência social. Um arranjo produtivo local é um aglomerado de empresas, e nós identificamos, através do apoio a esses projetos, um gargalo tecnológico ou na gestão. A intervenção do estado, nesse momento, é de levar capacitação ou enfrentar o garga-

lo tecnológico, onde as empresas desse aglomerado se beneficiam.

Outra política que vai convergindo com essa temática de formação, um arranjo produtivo local, sem a mão de obra qualificada, ele peca, por melhor que seja a gestão, que nós trabalhemos ou vencemos o gargalo tecnológico. Se não for dada formação às pessoas que ali se empregam, dificilmente essas empresas vão se manter no mercado.

Então, o centro vocacional tecnológico, o próprio nome diz, vocacional, é um dos laboratórios desses centros, busca atender às demandas por formação qualificada desses empregados nas empresas do arranjo produtivo local.

E uma terceira política que também busca convergência é a inclusão digital. Não se pode conceber, hoje, formação, sem pensar na capacitação continuada ou capacitação permanente. Então, os projetos de inclusão digital se pretendem interagir dessa forma e buscam, hoje, consolidar essa política pública de convergência de inclusão social, onde os três programas e ações, conduzidos pela Secretaria de Ciência e Tecnologia pela Inclusão Social, tendem a aproximar cada um desses projetos e cada um desses atores para potencializar as suas ações.

Não obstante, é importante destacarmos o papel da Secretaria, na temática de fusão e popularização da ciência, departamento específico, departamento, como o próprio nome diz, de difusão e popularização da ciência, é indutor de transformações na ponta. Ou seja, os municípios participam, convidados a fazerem parte de um processo de disseminação do conhecimento, onde é levado, a partir de feiras de ciência, é levado a partir de projetos de implantação de museus, 11 salas de videoconferência em museus, que permitem uma interação entre os atores, os visitantes desses museus e outros museus em linha, tudo conectado. Então, nós estamos buscando, cada vez mais, através desses projetos, apoiados no âmbito da Secretaria, permitir a difusão e popularização da ciência, mas do ponto de vista de inclusão social.

O que é que é isso? A Olimpíada Brasileira de Matemática, hoje participam dessa olimpíada 20 milhões de pessoas, e a ideia é o quê? É permitir uma percepção melhor sobre ciências exatas, sobre a Matemática, especificamente, mas permitir também identificar jovens talentos, que identificados, quando esses... Nós não conseguimos atender a todos... Nós conseguimos identificar muitos talentos, mas não conseguimos apoiar a todos esses talentos. Mas aqueles poucos que nós conseguimos, nós pegamos na mão e vamos buscar que ele cada vez se interesse mais pela ciência, cada vez se interesse mais por ciências

exatas, e aí, sim, você transforma a realidade daquele indivíduo, que participou de um processo seletivo, foi agraciado com uma bolsa, um prêmio e o CNPq está de olho, buscando o quê? Fomentar a cultura de ciência e tecnologia.

Ainda podemos intensificar esse processo, mas devemos destinar recurso para esse aporte, onde, ao identificar um talento, esse talento seja fomentado para ele transformar a realidade, inclusive, do local onde ele habita.

Outro evento importante é a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que tem, cada vez mais, atraído, envolvido atores em nível Brasil e cada vez mais atraído as pessoas para exporem, participarem do processo de exposição nos eventos, sobre as tecnologias que descobriram, que são capazes de fazer.

Então, nós atuamos junto a estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio, e, na identificação desses talentos, provocando esse olhar crítico sobre ciência, provocando essa curiosidade científica... Esse ano, nós tivemos a grata satisfação de muitos expositores na Semana terem participado de eventos em edições anteriores como visitantes, e esse ano estiveram lá expondo. Por que isso? Porque, no momento que você permite, que você leva uma política que faculta àqueles excluídos que não podiam ter acesso a essa informação, e eles são instigados à curiosidade científica, envolve essas pessoas no processo de elaboração, de participar de estudo... [soa a campainha] Os próprios professores também têm se dedicado a essa pesquisa, muitos deles são visitantes de edições anteriores.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Percepção Pública de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério, em colaboração com a UNESCO, os brasileiros têm interesse por ciência e tecnologia, mas ainda não têm acesso a ela. Contudo, as alterações nas proporções da razão que levam as pessoas a não visitarem centros e museu de ciência e participação em eventos se mostram significativos.

Os números demonstram que o Ministério está no rumo certo e que os eventos de divulgação científica, promovidos nos últimos quatro anos, com destaque para a Semana Nacional, têm sido grandes aliados para a mudança desse quadro.

Observa-se, no entanto, que os temas mais frequentemente tratados pelos meios de comunicação, principalmente televisão, ganharam destaque no grupo de interesse da população; chamo atenção ao crescimento do interesse nas áreas de medicina, saúde e meio ambiente. Cerca de 70% das pessoas assistem, com muita ou pouca frequência, a programas de ciência e tecnologia na TV, enquanto o percentual não

ultrapassa 50, quando trata de outros veículos de comunicação.

Ainda que esses números sejam considerados pequenos, é importante ressaltar que o papel da TV como meio de divulgação é fundamental.

Pegando um pouco, ainda... Me sobra um pouco? O que o Vincent comentava sobre o que nós queremos, como ciência e tecnologia. Então melhorar o ensino de ciência é fundamental, e nós buscamos apoiar essas iniciativas, através... Inclusive, senador, tenho que parabenizar o Congresso Nacional, que tem sido um parceiro e um aliado nosso na questão da difusão e popularização da ciência e na questão do apoio a projetos de inclusão social.

Como nós idealizamos isso? A parceria com os institutos federais de ensino, universidades e aporte do recurso de emendas parlamentares, nós levamos laboratórios para esses institutos, centros vocacionais tecnológicos também, na expectativa e na certeza de que nós estamos induzindo, cada vez mais, à promoção dessa inclusão social, porque, antes, aqueles que não tinham acesso à informação, ao conhecimento passam a ter, porque os laboratórios, sobretudo os institutos federais de educação, buscam atrair cada vez mais jovens estudantes para um olhar crítico sobre ciência e tecnologia.

E outra que o Vincent comentava, sobre a sociedade do conhecimento. Como participar da sociedade do conhecimento, se você não consegue chegar nem na sociedade da informação? Um projeto amplo, que é o Programa Nacional de Banda Larga, conduzido pelo Governo Federal, tem buscado, está em curso, e tende, pretende levar a banda larga até o interior.

No momento que você tem só os grandes centros com banda larga e os altos custos dessa banda, você diminui a capacidade de penetração desses projetos de ciência e tecnologia, difusão e popularização, sobretudo do alcance dessas políticas públicas de inclusão social.

Então, diante disso, Vincent, o que o Brasil quer de ciência é fazer com que ela seja cada vez mais inclusiva. O Ministério de Ciência e Tecnologia, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, tem buscado apoio no Congresso Nacional, através... e atuação através das suas agências, dos seus institutos, de suas secretarias, fomentar essa questão de ciência e tecnologia inclusiva. Ela pode transformar a realidade do indivíduo que, anteriormente, excluído da sociedade de informação, ele passe a ingressar na sociedade do conhecimento.

Quero agradecer a oportunidade e parabenizar a UNESCO e o Brasil, pelo Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Evidentemente, o que

eu falei são instrumentos, são ações que nós vimos buscando construir a várias mãos, para promover essa ciência pela paz e pelo desenvolvimento.

Obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria de agradecer e parabenizar essa palestra – na verdade, se estendeu mais do que uma simples apresentação – do Dr. Roosevelt e passar a palavra...

Estou tentando ser objetivo para ver se nós chegamos ao momento do debate em si.

Passar a palavra ao nosso... Excelência... Jailson Bittencourt de Andrade, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciência – ABC e Professor Titular da Universidade Federal da Bahia, a UFBA.

Com a palavra, o companheiro Jailson.

SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE: Bom dia e obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Em seu nome, eu saúdo todos os senadores presentes.

Gostaria de cumprimentar aos colegas da Mesa, o representante da UNESCO, Dr. Vincent, e parabenizá-lo pelo lindo relatório que a UNESCO faz a cada cinco anos. O colega e acadêmico Professor Brito Cruz, pelo documento que ele apresentou e a distinção que a UNESCO fez em dedicar um dos seus capítulos ao Brasil, que é a única da América Latina, o único país a ser destacado, e ao Dr. Roosevelt, do Ministério de Ciência e Tecnologia, a quem eu também parabeno pelos programas inovadores que o MCT tem lançado nos últimos anos.

Me sinto extremamente honrado de estar nessa sessão, no Senado Nacional, para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Os cientistas têm pátria, mas a ciência não tem pátria, e nada melhor do que a ciência, juntamente com a educação e cultura, para promover a paz nos países e entre países.

Bem, há uma grande convergência entre muitas de nossas opiniões e o que consta no relatório da UNESCO, e, nessa apresentação, eu vou destacar alguns desafios atuais e algumas perspectivas para os próximos dez, 15 anos que nós vemos no Brasil, no sistema especial de educação, ciência, tecnologia e inovação, e destacar a possibilidade e a sugestão de várias conexões que precisam ser ou construídas ou reforçadas nesse sistema.

Nesse jovem Século XXI, existem três grandes objetivos que precisam ser alcançados, em especial pelo setor acadêmico e pelo setor empresarial, e esses objetivos envolvem a sustentabilidade no sentido mais amplo possível que se imagine, a interdisciplinaridade

e a inovação. Então praticamente são as três palavras de ordem nesse século.

Essa agenda do Século XXI, ela exige mudanças de atitudes significativas, tanto no setor empresarial como no setor acadêmico, e essas mudanças implicam numa reconfiguração muito ampla, que vai desde o Ensino Fundamental à formação de pós-doutores. Ou seja, em nossa visão, são precisas novas atitudes, novos currículos, novas concepções, novas formas de instituições educacionais e de instituição de pesquisa científica e tecnológica, e que nessas instituições predomine a criatividade e a coerência intelectual. Isso é extremamente importante.

Nesse jovem Século, nós vimos, ao fim do século passado, uma grande convergência entre as áreas básicas de Química, Física, Matemática e Biologia, praticamente acabando com as fronteiras do conhecimento.

Então se as fronteiras do conhecimento praticamente desapareceram no fim do século passado, as fronteiras disciplinares desapareceram, e nós vimos a emergência, nesse século, de grandes temas integradores, como nanotecnologia, ciência cognitiva, tecnologia da informação e biotecnologia. Ou seja, esse século começa com uma grande convergência científica e uma grande convergência tecnológica e aí se pode acrescentar energia, ambiente, alimentos, água. Eles surgem nesse século, em que o tema é o que é realmente importante e onde estão os desafios, e não na disciplina, como se via nos séculos passados. Ou seja, nesse século, a sustentabilidade, a inovação e a interdisciplinaridade só serão viabilizados com um investimento e uma mudança maciça e radical na educação. Ou seja, vou repetir isso em alguns momentos, mas nós precisamos de uma revolução na educação, para que se possam enfrentar de uma forma eficiente os desafios da convergência científica e tecnológica que surge nesse século.

A inovação, por exemplo, é o combustível para a longevidade das grandes corporações. A inovação nos permite transformar ideias, conceitos e invenção num produto comercial. Ou seja, a inovação tecnológica é diferente da inovação social. A inovação social, ela funciona quando há políticas públicas em que abranja toda a sociedade. A inovação tecnológica não; significa um produto, significa a proteção.

E mesmo no sistema de inovação tecnológica, nós temos três fatores críticos, novamente: pessoal, onde surgem as ideias e onde há um alto conteúdo de inteligência e criatividade; os procedimentos, que requerem boas práticas de trabalho e padronização dessas práticas; junto com elas, parcerias. Essas parcerias é

quem vão prover os entendimentos e as habilidades para que a inovação emerga nesse sistema.

Veja que, nesse quadro, nós temos a educação, ou seja, a qualificação como um dos grandes desafios, e há números que mostram que a média de escolaridade da população brasileira de 15 anos ou mais é de 4,3 anos. Esse nível de escolaridade precisa ser alterado e, além da formação de doutores, de mestres, de engenheiros, de médicos, de químicos, de professores, o nível de escolaridade do povo brasileiro precisa aumentar e qualquer tipo de inovação o capital humano e a qualificação do trabalhador representam claramente um insumo essencial nessa direção.

Então, o maior desafio, talvez mais básico, é melhorar a qualificação dos trabalhadores, para que, inclusive, o Brasil possa inovar e crescer sustentavelmente, com taxas expressivas do PIB. Na linha da sustentabilidade, nós temos uma série de desafios. Para a humanidade, nós temos uns limites críticos para a sustentabilidade. Hoje, já é reconhecida a questão da mudança climática, acidificação dos oceanos, a depressão da camada de ozônio e vários desafios que já estão, de certo modo, quantificados de que há uma forma segura de abordagem e outros ainda não quantificados, como a poluição química, como o papel dos aerossóis atmosféricos no aquecimento global.

Então, esses desafios, normalmente, são desafios temáticos, não são desafios disciplinares e não são desafios, alguns deles, para um país só; são desafios, na realidade, para a humanidade, para que ela mantenha a sua sustentabilidade.

Se nós olharmos o setor empresarial, e, no meu caso, como químico, eu tenho maior afinidade com o setor empresarial químico, veja, a situação atual do setor empresarial químico, no mundo inteiro, não só no Brasil, é de um alto consumo de matéria-prima. Hoje, existem mais de 80 mil produtos químicos registrados e quase 2 mil novos produtos são registrados por ano, existe um alto consumo de combustíveis fósseis e um gasto excessivo de recursos no controle de efluentes.

A expectativa é que esse sistema, para ter grande sustentabilidade, ele precisará migrar para uma situação dita ideal. Ou seja, sair do alto consumo de matéria-prima para reciclagem e reuso, sair do uso de combustíveis fósseis para o uso de energias renováveis e diminuir o controle de efluentes através da economia de átomos, ou seja, otimizar a formação de seus produtos.

Esse processo de migração, que envolve economia de energia, manejo de carbono, análise de ciclo de vida, toxicologia e química verde é um desafio do setor químico brasileiro e do setor químico global. Todo

esse século nós vamos ver essa migração. Essa é uma migração que provavelmente só será completada no próximo século e é um grande desafio em relação a produtos, processos, energia, competitividade econômica e, especialmente, em não agredir a vida e não agredir o ambiente. E o Brasil está incluído nesse desafio.

Se nós sairmos do grande setor da indústria química e pensarmos na sustentabilidade de empresas de alta tecnologia, que é algo que o Brasil precisa investir fortemente, nas empresas de alta tecnologia, ainda são poucas no país. Há uma visão muito grande nessa linha, em que alguém que desenvolva um produto inovador e de alta tecnologia, ele precisa exercitar o olhar de Janus; em um momento, está olhando o futuro e, em outro momento, está olhando atrás. Ele precisa desenvolver usuários e consumidores para o seu produto inovador, mas, ao mesmo tempo, ele precisa garantir uma cadeia de fornecedores e que, hoje, essa cadeia precisa ser verde. Ou seja, essa cadeia de fornecedores precisa ter sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e sustentabilidade tecnológica.

Ou seja, para que o Brasil avance fortemente no setor de empresas de alta tecnologia, é urgente rever o sistema de incentivos de inovação e os gastos de P&D no setor empresarial, bem como a implantação de políticas efetivas no fortalecimento da micro e pequena empresa. Na década de 80, o setor empresarial representava 38% do PIB brasileiro; atualmente, ele representa 23% do PIB brasileiro, e isso precisa ser extremamente incrementado e reforçado.

Para que nós possamos atingir uma boa parte desses objetivos é necessário um redesenho institucional. Hoje, a grande força de trabalho de pesquisa do Brasil está nas universidades. Então é preciso que as universidades certamente continuem fazendo o seu papel de formar recursos humanos e de formar cientistas e de desenvolver a ciência brasileira, mas nós precisamos criar estruturas de excelência dentro e fora do ambiente universitário.

Essas estruturas são [ininteligível] de propósito, porque elas podem ter tijolo e concreto ou não, e essas estruturas estejam dentro do ambiente acadêmico ou fora dele, elas precisam ter autonomia institucional, sustentabilidade financeira, inteligência e liderança, que é o que toca essas estruturas de excelência, parcerias com os setores públicos e privados, parcerias nacionais e internacionais, uma agenda de pesquisa interdisciplinar e aliar pesquisa básica e a pesquisa aplicada.

Então, nós precisamos avançar com os institutos de pesquisa, com novos institutos e com novas instituições, mesmo dentro do ambiente acadêmico que represente essas novas estruturas [soa a campanha].

Nós tivemos avanços consideráveis nos últimos anos, e um dos avanços que eu acho que é de alta relevância é a criação, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, os INCTs. São 122 institutos espalhados em todas as regiões do país e que criam um sistema extremamente robusto e sustentável de ciência.

Isso é um bom começo. Nós precisamos avançar além desses institutos e precisamos avançar na sustentabilidade nesses institutos, criando, inclusive, programas de longo prazo. Esses institutos têm um prazo de cinco anos, o que é um avanço considerável no país, mas nós precisamos avançar esses prazos.

Recentemente... Eu vou usar esses minutos finais para falar de um documento que foi elaborado em conjunto, pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência e pela Academia Brasileira de Ciências. Esse documento leva o nome de Agenda de Tecnologia e Inovação pelo Brasil. Então, esse documento foi, durante o período eleitoral, entregue e discutido com todos os presidentes e esse documento tem cinco eixos que resumem bastante a visão da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência para os próximos anos.

O primeiro desses eixos e o primeiro desses desafios prega que nós precisamos promover o avanço acelerado da ciência brasileira. Ou seja, as metas para 2020 precisam obter um acréscimo significativo em relação a 2009. A expectativa é que, para 2020, se produza uma visão, duas a três vezes e meia maiores, e os desafios que a Academia Brasileira de Ciências e que a SBPC colocam é que nós precisamos, por exemplo, intensificar a formação em áreas sensíveis, como Engenharia, Oceanografia, Biologia Marinha e Matemática, sem detrimento das demais áreas, é claro, e que o Brasil precisa formar 150 mil doutores e 450 mil mestres no próximo ano. Hoje é reconhecido que há uma deficiência de engenheiros no país, o país precisa cada vez mais incrementar a formação de engenheiros.

O segundo eixo desse documento é o Brasil na fronteira do conhecimento, ou seja, é preciso haver uma expansão qualitativa e o fortalecimento do patrimônio científico. Ou seja, o Brasil precisa atuar não como um contribuidor caudal na ciência mundial, ou seja, alguém que acrescenta na ciência mundial, ele precisa realmente ser um protagonista e ele tem condições de assumir esse protagonismo e uma posição de destaque na ciência internacional.

O terceiro é a conservação e uso sustentável dos biomas nacionais. Então, o Brasil precisa desenvolver tecnologias e desenvolver condições sociais de utilizar de forma sustentável os nossos biomas, em

especial a Amazônia e o mar, mas nós temos o Cerrado, o Pantanal, vários biomas que precisam de uma grande atenção e de um uso altamente sustentável e a abordagem desses biomas requer investimento e ações de longo prazo.

Um exemplo a destacar: no Estado da Bahia, a Baía de Todos os Santos é um patrimônio para a cidade de Salvador e o Brasil começa na Baía de Todos os Santos, há um programa de pesquisas, financiado pelo governo do estado, pela fundação local, em que a janela de funcionamento desse projeto envolve 30 anos, seis ondas de cinco anos e que o foco é a Baía de Todos os Santos e existem pesquisadores na área de ciências básicas, tecnologia, artes, educação e cultura trabalhando de forma integrada.

Então, são exemplos de que nós precisamos de uma visão de muito longo prazo e de uma integração grande. Essa interdisciplinaridade vai na conjunção de áreas que, inclusive, não têm cultura em conversar, como ciência, artes e cultura.

O quarto e penúltimo é agregação de valor às exportações. A balança comercial brasileira, ela é baseada muito nas *commodities*, especialmente do setor do agronegócio e do setor químico-industrial, e nós precisamos valorizar e agregar valor a essas matérias-primas. Ou seja, o Brasil precisa sair de uma indústria e de uma balança comercial de *commodities* e avançar cada vez mais para uma indústria de especialidades, agregando valor a essa matérias-primas. Ou seja, além disso, esse processo precisa contemplar, de forma mais efetiva, a geração de renda, não só a distribuição de renda, mas a geração de renda, antes de mais nada, com redução da pobreza, a inclusão e a justiça social.

E o último desses eixos, mas certamente o mais importante, não é o não menos importante, o Brasil precisa de uma revolução na educação. Então, nós precisamos, para atingir esses objetivos e posicionar bem o país no Século XXI, nós precisamos de uma revolução na educação que vá da educação básica à formação de pós-doutores. Nessa revolução, é fundamental a valorização do professor. O professor, desde o ensino básico ao ensino superior, em todos os seus níveis, ele precisa ser valorizado e a sua qualificação precisa ser intensificada.

Então, nada do que discutimos antes conseguirá sucesso, se nós não promovermos, urgentemente, essa revolução da educação em todos os níveis e a valorização da carreira dos professores.

Então, como considerações finais, eu gostaria de destacar de novo que a agenda do Século XXI, ela é calcada na educação, na ciência, na tecnologia e na

inovação, e, para que esse suporte funcione, é preciso estabelecer ou potencializar conexões.

Algumas dessas conexões são o uso de recursos naturais e a sustentabilidade. Isso precisa estar muito bem conectado, a formação disciplinar e a atuação disciplinar. As pessoas são formadas em suas disciplinas, em Química, em Engenharia, em Física, em Matemática, em Biologia, e elas vão continuar sendo formadas dessa maneira, mas precisam estar preparadas para atuarem num ambiente interdisciplinar, pois o foco neste século é o tema e não mais a disciplina. Profissional e profissionalizável, nós precisamos ter a formação de profissionais, mas que consigam ser reajustados e readaptados no movimento em que as empresas chamam de profissionalizável, que eles tenham uma condição de aprendizado grande e que possam ser reabsorvidos e realocados no sistema de trabalho.

E maior do que tudo: conectar ciência e educação. Isso vem sendo perseguido pelo país, ao longo das últimas décadas. O representante do MCT, o Roosevelt, mostra uma série de ações nessa direção, várias sociedades científicas têm feito isso, a Sociedade Brasileira de Química, a SBPC, a Academia, mas esse é realmente o grande salto do país, é conectar a sua força de ciência com educação. Ou seja, precisamos educar para inovar, mas também precisamos inovar para educar. Esse sistema precisa estar muito bem articulado.

Então, eu agradeço a todos a atenção, agradeço especialmente ao Senado pela oportunidade de estar aqui, com vocês, e, como químico, lembro que 2011 é o Ano Internacional da Química.

Muito obrigado pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Quero parabenizar a apresentação do Dr. Jailson, inclusive, com o *merchandising* final da Química [risos], e fazer até um registro que, na verdade, nós temos uma plateia supostamente pequena, fisicamente aqui, porém, graças à capilaridade e a fantástica penetração da *TV Senado* e da *Rádio Senado*, nós estamos para o Brasil todo. Então, todas essas apresentações que aqui foram feitas, na verdade, elas serão testemunhadas pela grande massa popular brasileira, nas cidades mais simples. Através da parabólica, dos sinais de satélites, a *TV Senado* é capturada, em várias cidades, em várias capitais do Brasil, também a *TV Senado* já opera em canais normais, no espectro digital.

E, na verdade, eu tenho certeza de que o Brasil se enriqueceu muito em ouvi-los, porque, na verdade, tivemos constatações bastante interessantes.

Eu gostaria, também, paralelamente, fazer um registro da presença do meu conterrâneo, Deputado Roberto Freire, que é Presidente Nacional do PPS, que nos honra com a presença aqui, nesta Audiência Pública, e ser testemunha de que, na sua vida privada, profissional e parlamentar, sempre teve uma grande preocupação com a ciência e tecnologia, talvez razão pela qual esse registro de presença e até a presença física de V. Exa., aqui, nos honrando nesta nossa Audiência Pública.

Na verdade, dando continuidade, eu gostaria de agradecer... Eu estaria sentado do outro lado, que o Flexinha, como eu chamo o meu grande Presidente, eu sou o vice-Presidente dele, mas o Senador Flexa, na verdade, quando me convidou para cá, eu disse "Não, eu gosto mesmo de ficar ali do outro lado". Na verdade, porque eu gosto de anotar, de fazer as minhas perguntas e tal.

Então, vou, daqui a alguns segundos, me transportar, pelo menos simbolicamente, para ali e fazer as minhas perguntas e as minhas observações. Mas, antes de fazê-lo e deixar franqueado, aí, também ao debate entre os apresentadores e os presentes, eu gostaria de, na verdade, agradecer, de forma significativa, a importância que foi dada pelos que fazem ciência no Brasil e desenvolvimento, na apresentação do convite, no decorrer das solenidades comemorativas ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

O dia, na verdade, é hoje, 10, e aqui, como participação, só temos nós, aí... "Dia 10 de novembro, Brasília, local: Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal". Então, nós fomos escalados, o Senado Federal foi escalado, na verdade, como prioridade máxima para que nós estivéssemos aqui, fazendo esta sessão, essa Audiência Pública.

Na verdade, houve um acontecimento no dia 09 de novembro, em Brasília, no SENAC, e amanhã haverá, também, na *Folha de São Paulo*, um debate entre às 20 e 22 horas.

Então, na verdade, a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal se sente honrada e se sente homenageada, por ter tido esse destaque dentro das comemorações do Dia Mundial da Ciência e Tecnologia pela Paz.

Senador Flexa, eu convoco V. Exa. para reassumir, porque me sentirei, inclusive, mais confortável de estar ali, fazendo algumas observações. Na verdade, essa importância dada a nossa comissão e ao Senado Federal é muito importante.

Eu gostaria também de parabenizar pela atuação que eu diria das minorias. Eu acredito muito nas

minorias. As majorias, às vezes, decidem, faz parte do processo democrático, mas, lá no fundo, as minorias são muito atuantes.

E eu saio daqui com a extrema convicção de que nós somos uma minoria, nós que pensamos e nos preocupamos com ciência e tecnologia no Brasil, mas nós sabemos os nossos caminhos. Por todas as apresentações aqui constatadas, se verifica que, na verdade, nós somos um país que almeja ser a quinta potência do mundo, mas concretamente, pragmaticamente, nós somos um país de quarto mundo, não é nem de terceiro mundo, quando se refere à ciência e tecnologia.

Não adianta, eu sou otimista, a minha origem é empresarial, então eu sou otimista por excelência. Então eu creio muito no Brasil, creio muito que nós possamos mudar este perfil, mas acredito que talvez até esta homenagem feita ao Senado Federal e à Comissão de Ciência e Tecnologia possa servir para que nós possamos liderarmos uma mobilização nacional nesse sentido, Senador Flexa, porque, na verdade, nós estamos cansados de ouvirmos a mesma coisa. Nós temos o pensamento... A excelência do pensamento brasileiro constata esta realidade brasileira e, na verdade, nós, sequencialmente, anos após anos, governos após governos, nós nos deparamos com o mesmo problema.

Eu vou fazer só uma pequena exposição pessoal. Eu era criança, menino de dois anos, meus pais moravam nos Estados Unidos e eu morava aqui no Brasil, aos cuidados de uma tia. Naquela época, as bolsas de estudo não permitiam que levassem as famílias ao exterior. Isso há mais de 60 anos, imagine o que é que era o mundo naquela época. E eu morava em Recife, Deputado Roberto Freire, e, sentado no colo de uma tia, ela me dava comida e dizia: "Roberto, você tem que comer, você tem que comer, você tem que comer o prato todo, porque os meninos da Coreia estão passando fome". Aquilo era a época de 1949, 50, época da Guerra da Coreia, e o exemplo de pobreza, o exemplo de dificuldade, talvez não tão marcante, mas talvez como o Haiti de hoje, mas nós nos referíamos à Coreia como um país no qual existia uma população de garotos supostamente passando fome, e eu, brasileiro, felizado, porque morava à beira-mar, em Pernambuco, tinha o privilégio de ter um prato que tinha o que comer. Essa foi a catequese minha de infância, razão pela qual, até hoje, eu como o prato, não deixo nem um pouquinho no prato, para poder... [risos] Educado por essa tia aí, velha. Agradeço a ela. E tento transmitir aos meus netos.

Mas, na verdade, mostra que, pelo menos em 1950, a realidade brasileira e a realidade coreana eram

realidades completamente distintas das de hoje. Hoje nós pegamos... Todas as apresentações aqui mostram a Coreia no topo, no *ranking*, competindo com Estados Unidos e competindo com outros países, em termos de percentuais de investimentos, em termos de massa, de pessoas que estão dedicadas à atividade científica *versus* a massa trabalhadora como um todo.

Então, na verdade, eu diria que o caminho brasileiro não precisa ser reinventado; nós não precisamos inventar caminho nenhum, nós não precisamos... Dizem que, na época do Plano Real, quando foi implantada a moeda e as cédulas do Plano Real, a Casa da Moeda Brasileira teve uma dúvida de como é que ia fazer o percentual de quantas moedas de 1 Real, de 50 centavos... as moedas brasileiras, como é que iam fazer, e fez errado.

Na verdade, quando nós, na primeira hora do lançamento do Real, da Moeda Real, nós lançamos errado e ficamos tentando consertar, e foi perguntado a um desses grandes economistas, não sei se... Não posso assegurar, posso estar errando, mas era Delfim Netto, o que é que deveria ter sido feito, como é que erramos numa coisa tão simples, ele disse: "Olhe, bastava ter copiado os Estados Unidos". Os Estados Unidos é um país que tem uma moeda estável. Lá, nos Estados Unidos, se manuseia a moeda metálica e bastava ter pego... Quantos porcentos tem de 50 cents, quanto tem de 25 cents e tentado copiar no Brasil.

Então, o modelo brasileiro, eu acho, não sei se estou extrapolando, aí, o pensamento de V. Exas., mas, na verdade, eu acho que, se nós tivéssemos a oportunidade de copiarmos o modelo que dá certo, nós ganharíamos muito tempo, e cito também, como exemplo, também, pessoal, estou hoje muito no pessoal, mas, na verdade, os meus filhos tiveram oportunidade de estudar nos Estados Unidos e, lá nos Estados Unidos, os colegas de turma dele e as classes tinham um percentual significativo de asiáticos e coreanos, e esses meninos coreanos eram meninos de origem simples, origem humilde, eram pagos pelo Governo da Coreia para estarem nos Estados Unidos estudando, nas melhores universidades, nas melhores, fazendo os melhores *high school*.

Então, diferentemente do Brasil. No Brasil se tem uma elite que tem a oportunidade de mandar os filhos estudarem fora. Então, acho que isso é um erro cultural nosso, brasileiro. Então, acho que, se nós pudermos imitar um pouco aí o sucesso da Coreia, nós teremos. Mas, na verdade, Senador Flexa, agora eu convoco efetivamente V. Exa. para reassumir, porque eu tenho quatro perguntas... Quatro não. Quatro observações a respeito das quatro apresentações que foram aqui

feitas e peço permissão a V. Exa. para voltar à arquibancada, como eu falei no início.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero agradecer ao Senador Roberto Cavalcanti, vice-Presidente da CCT, por nos ter substituído com a sua competência ao longo das palestras que restavam, e passo a palavra ao senador, para que ele possa fazer os seus questionamentos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu pediria só que invertessem as luzes, já que já está, na verdade, sinal de que está...

Na verdade, Senador Flexa, nada mais fiz do que dar continuidade ao trabalho que V. Exa. fez, a apresentação inicial, e fiz o acompanhamento dos dois últimos apresentadores.

Na verdade, elas foram extremamente enriquecedoras, todas elas, e eu diria que essa comissão sai enriquecida por ter tido a oportunidade e o Brasil também, através da *TV Senado* e a *Rádio Senado*, de ter assistido essas apresentações.

Eu vou rapidamente tentar fazer, assim, mais uma constatação do que eu consegui captar, das quatro apresentações que foram feitas.

A primeira, do representante da UNESCO, Vincent Defourny, a pronúncia foi um carona que eu peguei ao lado dele, senão ia chamar ele de "Vincent", mas ele disse que não, é Vincent, então aprendi esta forma. A origem é francesa?

SR. VINCENT DEFOURNY: Belga.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Belga, bem próximo.

Mas, na verdade, foi destacada uma frase, assim, uma palavra que é a chave: é o indivíduo. Na verdade, todas as nossas reflexões deveriam ser feitas a nível do indivíduo. É o indivíduo que é o cientista, mas, na verdade, é através do indivíduo e o incentivo ao indivíduo que nós chegaremos lá.

Então, eu faria, assim, aquelas interrogações: que país estamos disponibilizando para nossos jovens? No meu perceber, nós, brasileiros, estamos disponibilizando para os nossos jovens um país errado no tocante à ciência e tecnologia.

Foi comentado aqui a respeito da má audiência, a baixa audiência para programas de ciência e tal, mas isso vem da origem, vamos dizer. Nós educamos nossos filhos sem cultivar a leitura, nós educamos nossos filhos com brincadeiras que, na verdade, não induzem à ciência e tecnologia, quando, na verdade, todo um trabalho poderia ser feito, de base da origem da criança, até nos brinquedos educativos já deveriam ser concebidos a base de aguçar o interesse pela ciência e tecnologia.

Na verdade, foi falado também da partilha da ciência. Na verdade, a ciência devia ser partilhada, mas eu também raciocino no sentido do contraponto, da competitividade. Na verdade, nós temos... Quem paga parte da ciência ou é o país ou o estado, ou é a iniciativa privada, e, na verdade, o país ou a iniciativa buscam objetivos que, na verdade, é a competitividade.

Eu tenho uma extrema curiosidade de saber o que é que vai acontecer em termos dessa partilha, porque, no fundo, quem banca, quer seja o país, quer seja a iniciativa privada, vai buscar uma relativa partilha, vai querer que a partilha seja paga. Na verdade, seja um escambo em termos de alguma coisa.

Por fim, no tocante aos países emergentes e à necessidade das prioridades, eu acho que os países emergentes, eles têm, na verdade, que priorizarem a ciência e tecnologia acima de qualquer outro tema. Educação, claro, ciência e tecnologia, complementarmente, é a base educacional.

Parabenizar a ONU, a UNESCO, fundamentalmente, pela antecipação histórica. A UNESCO... Se ouve falar em UNESCO há anos e anos e, na verdade, de repente, a UNESCO desponta como uma coisa novíssima, fantástica, que, sem a ciência e a tecnologia, sem o trabalho de uma UNESCO, nós não teríamos.

Eu recentemente cheguei ontem de uma oportunidade dada pelo Senado Federal de mais uma vez estar na ONU, representando, lá em Nova Iorque, no Plenário da [ininteligível], e eu tive lá uma visão muito interessante, mais uma vez, no sentido de que a ONU, concebida há 65 anos atrás, muitos países não acreditavam... Inclusive o nosso país. O país, até hoje, tem uma boa representação lá, mas não tem sede própria. Alguns países investiram em sede própria já em 1945, 46. Os Estados Unidos construiu a representação agora, inaugurada há poucos meses, ao lado do prédio da ONU.

Mas, na verdade, a ONU é um exemplo de reflexão de longo prazo. Na verdade, eu parabenizo V. Exa. como representante da UNESCO, por ter tido a UNESCO esta visão que, hoje em dia, o mundo, agora, sim, despertou de um vez por todas para que só através da ciência, só através da cultura nós poderemos avançar. E parabenizar pelo relatório apresentado, referente à Ciência 2010.

No tocante à apresentação do Dr. Ricardo de Brito Cruz, da UNICAMP... A UNICAMP é um exemplo, um exemplo para o Brasil, um exemplo de modelo e, na verdade, eu diria que, se nós tomássemos... Se as universidades e os investimentos brasileiros seguissem o trabalho que é feito na UNICAMP, nós seríamos uma Coreia, na verdade.

Então, volto a fazer aquela reflexão, no sentido de que nós possamos dar ao país uma visão de dispêndio público e dispêndio privado, que uma coisa puxa a outra. Não sei se aqueles números tão bonitos que aparecem estaduais, na verdade, são fruto... Exatamente são tão poucos recursos no Brasil investidos que, quando algum estado resolve investir, aquilo passa a ser um percentual significativo, tendo em vista que a iniciativa privada, no Brasil, lamentavelmente, talvez fruto até da carga tributária, não tenha condição de fazer alguns investimentos maiores na ciência e tecnologia. E o Governo Federal, até agora, não priorizou... Historicamente, não é governo presente e nem passado. Historicamente, não priorizou como outros países priorizaram.

Mas, na verdade, a apresentação de V. Exa. nos enriquece porque nos traz números que, na verdade, constata a nossa posição.

No tocante à apresentação do Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, representando aqui, na verdade, o Ministério da Ciência e Tecnologia, parabênz-o, e diria o seguinte: que nós estamos no rumo certo. V. Exa., muitas vezes, disse que o Ministério está no rumo certo, mas eu diria que nós estávamos no rumo certo, no passo errado. Na verdade, a direção está correta, mas, na verdade... Eu não sei, V. Exa. pode, até, depois, no momento propício, nos esclarecer, mas sempre com a crítica otimista: qual é o percentual, quanto, na verdade, o Brasil investe em ciência e tecnologia? Quanto por cento do orçamento cabe ao Ministério de Ciência e Tecnologia? Que nós vamos, na verdade, verificarmos que cabe muito pouco. Então, nós tentamos atravessar o Atlântico num pau de jangada, vamos dizer. É difícil, na verdade. Sabemos o caminho, está constatado. A apresentação dos quatro apresentadores foram fantásticas, no tocante de nós sabermos que, no Brasil, tem pessoas que pensam da forma correta e têm a receita correta, só que falta uma decisão política de que haja assertiva.

O tocante à inclusão digital é importantíssimo, o projeto banda larga é fantástico. Sem inclusão digital, dentro dessa visão de modernidade mundial, é impossível. O Brasil só chegará lá se tiver essa inclusão digital. Mas, na verdade, eu tenho temor muito sério sobre o problema do orçamento. Sabemos o caminho, estamos no rumo certo, no passo errado.

Finalizando, realmente, no tocante à apresentação do Dr. Jailson Bittencourt de Andrade, da Universidade Federal da Bahia e Membro da Academia Brasileira de Ciências, na verdade, parabênz-o, parabênz-o até a Bahia. Às vezes... A Bahia foi privilegiada pelos deuses, mas, na verdade, a porta do Brasil, talvez seja a Ponta do Seixas, no Cabo Branco, onde o sol nasce

primeiro, na Paraíba, a nossa querida Paraíba, o maior respeito à Baía de Todos os Santos, mas, na verdade, foi feita uma afirmativa, que é a seguinte: "Ciência não tem pátria". Porém, eu diria, complementando: lamentavelmente as patentes têm pátria.

Então, existe esse confronto entre a ciência, utopicamente... Os cientistas têm práticas, a ciência não tem prática, mas, no pragmatismo, as patentes todas têm pátria, e nós, lá na frente, pagaremos um preço muito alto por isso.

As duas... Os pontos chaves da apresentação de V. Sa. foi no tocante à inovação e à sustentabilidade, que são temas extremamente presentes, principalmente a sustentabilidade.

Senador Flexa, me desculpe ter falado muito, mas, na verdade, nós somos um número de poucos senadores aqui e estamos tendo esse privilégio de poder usarmos um pouquinho mais esse tempo.

Agradeço e parabênz-o, de coração, o Brasil ter profissionais atuando, brasileiros e belgas, atuando no Brasil de forma tão competente. Brasileiros, belgas e baianos, como vimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Seus questionamentos são da maior importância para que a gente possa trazer, não só aos que participam da audiência, mas a todo o Brasil, através da *TV Senado*, esses esclarecimentos.

Eu quero saudar aqui e festejar a presença do Deputado Roberto Freire, Presidente Nacional do PPS, e, com a permissão dos Srs. Senadores, pergunto a V. Exa. se gostaria de fazer algum questionamento também aos nossos convidados.

DEPUTADO ROBERTO FREIRE (PPS-PE): Questionamento não, mas agradecer a deferência e dizer da importância do dia e desse debate.

Esse é um mundo do futuro. Infelizmente, o Brasil está no passo errado, como disse o Senador Roberto Cavalcanti. Algo que entristece, porque há generalizado clima de euforia e, quando se tem um simples dado que foi mostrado aqui, do sistema educacional brasileiro, o que é oferecido aos nossos jovens, é algo que não nos traz nenhum conforto, de imaginar que a gente possa acertar esse passo.

O Brasil é um dos países que tem um sistema educacional dos mais atrasados. Basta se ver que temos a metade da presença na escola do que tem um país como a Argentina, aqui, próximo de nós. E nada foi feito para mudar isso.

Estamos aqui discutindo o mundo do futuro e, dessa forma, nós não vamos ter um encontro marcado com ele. Mas a minha presença aqui é para dizer que existem pessoas que estão preocupadas com isso, e

que eu espero que a preocupação não fique apenas na retórica e que a gente possa realmente começar a acertar o passo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Deputado Roberto Freire.

Eu vou apenas fazer, antes de passar aos nossos convidados, para que possam fazer os seus... as suas explicações. Eu vou aproveitar e também colocar algumas dúvidas e parabenizar a todos por esta oportunidade que a CCT teve, dessa Audiência Pública, e mais do que a CCT, o conhecimento que vai através da TV e da *Rádio Senado* a todo o Brasil, que vão assistir a Audiência, vão ouvir a Audiência, e tenho certeza absoluta que a juventude vai se interessar cada vez mais pelo ramo da ciência e da tecnologia.

Mas me preocupou bastante esse... Eu vou ler com muito cuidado o capítulo sobre o Brasil do Relatório Mundial da UNESCO sobre Ciência.

O Dr. Carlos Henrique Cruz, ele fez algumas observações aí que acho que merecem reflexão da nossa parte. Uma delas é que – o Senador Roberto Cavalcanti falou, o Deputado Roberto Freire – nós estamos no caminho certo, no passo errado. Eu digo na velocidade errada, na velocidade errada. Os países estão numa velocidade a jato e nós estamos ainda no motor a hélice, no avião a hélice, aqui, e cada vez o que acontece nas desigualdades regionais, Senador Roberto Cavalcanti...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa, eu queria só fazer um ressalva em defesa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, fique à vontade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --aos aviões movidos a hélice e dizer que nós estamos ainda no balão a ar quente.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que eu diria é que, lamentavelmente, o que acontece no Brasil... Se nós formos fazer, Professor Carlos Henrique, se nós formos fazer um levantamento estatístico das desigualdades regionais, nós vamos constatar que, ao invés dessas desigualdades estarem diminuindo, elas estão se afirmando maior. Por quê? Porque, lamentavelmente, há uma tendência natural, natural... Eu, quando lembro... Se nós formos... Historicamente, os jovens precisam saber disso. Belém foi, lá no Século XIX, uma cidade, lá nos anos de 1800 e pouco, uma cidade mais desenvolvida que São Paulo, mais desenvolvida que São Paulo. Na época da borracha, na áurea da borracha, a Amazônia alimentava São Paulo com recursos para o desenvolvimento e,

lamentavelmente, quando chegou a fase da industrialização, essas regiões periféricas, Nordeste ou Amazônia, não tiveram, por parte dos governos, uma ação política, no sentido de que houvesse essa diminuição das desigualdades.

Esse dado é comprovado aqui, Dr. Carlos Henrique coloca e me assustou, quando ele diz que, em 2008, nós tivemos um número de concluintes das universidades federais menor do que 2004. Ou seja, então não é nem no balão, nós estamos andando para trás, nós estamos andando feito caranguejo, contra a maré.

Quer dizer, quando... E aí tem... O gráfico mostra o crescimento vertiginoso, até 2012, depois uma estagnação e uma depressão ao nível de... E quando compara o número de pesquisas ou pesquisadores por empresas, em empresas, ele faz uma comparação Brasil, Coreia do Sul e Estados Unidos, e mostra que o Brasil tem 44.901 pesquisadores, a Coreia do Sul tem 166.289, os Estados Unidos tem 1.135.000. Ora, mas no... Isso é uma comparação de número de pesquisadores. Se for fazer um percentual sobre a população, nós vamos ver que nós estamos muito aquém da realidade, porque a população da Coreia, junto com a do Brasil, vai mostrar que essa distância, essa igualdade é muito maior do que é absurda, já de um para quatro. O que nós temos aqui mostrado é que, quando a Coreia tem quatro pesquisadores nas empresas, o Brasil tem um. Agora, se nós trouxermos para reflexão pelo número de habitantes, nós vamos ver que essa relação é 1 para 20. Quer dizer, aumenta cinco vezes a realidade daqui.

E aí, quando nós vamos para os Estados Unidos, então, tem uma população mais ou menos parecida, mas aí a distância do número aqui é algo fantástico.

Então, eu só pediria... Como também, aqui, formação de recursos humanos, como houve uma... uma inflexão da curva para pior, a partir de 2004. Então eu gostaria de fazer, até de forma pragmática... Nós não podemos sair de uma Audiência Pública como essa, Dr. Vincent, sem que a gente tenha, pelo menos, algo que nos oriente para o futuro.

Então a minha pergunta, o meu questionamento aos senhores, primeiro, não é um questionamento, é uma... É um convite, é um convite para que nós possamos estreitar essa parceria entre a UNESCO, entre o Ministério, entre a Associação Brasileira de Ciência, entre a Academia, para que, juntos, nós possamos pensar a forma de acertar o passo que o Senador Roberto Cavalcanti fez referência. Se o pelotão, considerando o mundo como um pelotão, está com um passo e o Brasil está com um passo errado, nós precisamos dar aquele saltinho, aquele pulo que fazia quando exerci-

távamos a marcha, para poder acertar o passo. Vamos caminhar na linha do que o mundo caminha.

Então, a minha, o meu... A minha solicitação, além da parceria, é saber se V. Sas. teriam alguma proposta concreta para que nós pudéssemos caminhar, via Congresso Nacional, para que avancemos a nível de país. Aí nós temos que diferenciar as regiões, começar a incentivar a ida de pesquisadores para a Amazônia, para o Nordeste, incentivando esses pesquisadores, e de que forma o Congresso Nacional pode auxiliar, através de Projeto de Lei, através de programas e benefícios, para que esses jovens possam cada vez mais terem oportunidade de desenvolverem os seus conhecimentos aqui.

Lamentavelmente eu tenho dito que o Brasil é um país... Eu diria que ainda não alcançou uma visão de futuro para atingir as suas metas, ele tem uma meta que chegar a quinta potência mundial, mas para isso é preciso que ele olhe internamente e faça uma projeção para frente.

Lamentavelmente, Senador Cristovam Buarque, lamentavelmente, o Brasil, ele exporta a inteligência dos nossos jovens para o exterior, por falta de condição de aproveitar essas inteligências aqui no nosso país, e importa conhecimento. Quer dizer, são brasileiros que vão para o exterior, muitos deles sem apoio de governo, como disse aí o Senador Roberto, alguns por condição de família, outros até aventurando mesmo uma melhoria profissional e lá desenvolvem as suas pesquisas, transformam essas pesquisas em patentes, e nós, depois, compramos, importamos o conhecimento que nos custa, sei lá, milhares de vezes, centenas de milhares de vezes mais caro do que o investimento que teríamos que fazer já a partir desse momento na educação, não como um discurso, mas como prática, no desenvolvimento da pesquisa da ciência e inovação.

Eram essas só as questões que eu queria colocar, perguntando se o Senador Cristovam Buarque gostaria também de usar da palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Agradeço, Presidente, que tenha passado a palavra.

Srs. Senadores, senhores que fizeram a palestra, eu quero primeiro pedir desculpas de não estar presente para assistir as falas, mas eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e o Presidente é o único que não pode ficar saindo da comissão; mesmo assim, eu dei uma escapulida para vir aqui dizer da minha satisfação de ver essa sessão acontecendo na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu creio que a UNESCO é a instituição que, hoje, no mundo, tem mais condições de trazer uma proposta alternativa para os rumos da civilização, o rumo do aquecimento global, o rumo do aumento da

desigualdade, mesmo aumentando a riqueza para todo mundo, mas a desigualdade vai aumentando, o rumo de uma economia capaz de aumentar o PIB, mas não de aumentar a felicidade. A UNESCO é essa entidade. Ao mesmo tempo, o trabalho pela ciência e a paz é um esforço muito grande que a gente tem feito pela UNESCO e tem que ser reconhecido.

A ciência pela paz e pelo desenvolvimento, hoje, talvez seja o tema mais forte de reflexão que a gente precisa, porque, durante muito tempo, Presidente, a ideia de paz era não guerra, mas, agora, a ideia de paz é mais do que a não guerra e a ciência não colabora como a gente gostaria, por exemplo, para a redução da desigualdade; ao contrário, agrava a desigualdade porque, na medida que você tem dinheiro para comprar o serviço de ciência e tecnologia, você tem uma qualidade de vida diferente de quem não pode comprar, até mesmo a esperança de vida.

Esse é o primeiro momento da história em que a esperança de vida depende de quanto dinheiro você tem. O filho do rei tinha a mesma esperança de vida que o filho do camponês até o início do Século XX. Ao longo do Século XX é que foi se diferenciando a esperança de vida, conforme o dinheiro que você tem para comprar os serviços médicos, e isso vai aumentar muito daqui para frente.

A ciência pode ser um instrumento da paz, da saúde, equivalente para todos, no acesso. A ciência pode permitir a gente erradicar o analfabetismo, através dos instrumentos modernos que a gente tem de alfabetização, através dos instrumentos modernos de comunicação que a gente tem, e não só a comunicação dos equipamentos de telecomunicação, mas a comunicação mesmo hoje é mais fácil de levar o professor em qualquer aldeia do mundo.

Mas a ciência não está sendo usada para isso. A ciência é o instrumento para a gente manter a paz com a natureza, com um desenvolvimento equilibrado; ao contrário, ela é um instrumento de destruição da natureza, que cada motosserra na mão de uma pessoa irresponsável são muitas árvores derrubadas.

Por trás dessa diferença entre a ciência a serviço da paz ou a ciência não a serviço da paz está a ética de quem usa a ciência. A ética que não regula, censurando a ciência, mas define, para que, para quem ela será usada. E essa é uma reflexão que eu tenho acompanhado por parte dos trabalhos da UNESCO e fico feliz que o Senado brasileiro, graças ao trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia e ao nosso Presidente Flexa Ribeiro, está tendo a oportunidade de parabenizar por esse Dia Mundial e, ao mesmo tempo, trazer a ideia da paz, da ciência para a paz e o desenvolvimento, para dentro do Senado.

Aliás, quando a gente põe paz e desenvolvimento, já mostra que o desenvolvimento precisa ser qualificado, senão desenvolvimento bastava para conter a palavra paz. A gente sabe que não contém; ao contrário, em alguns aspectos, agrava, não só a guerra no sentido físico das armas, mas a guerra da desigualdade, a guerra do analfabetismo e todas essas formas de guerra que nós temos hoje. Nós precisamos construir todas as diferentes formas de paz, e não apenas a paz do não uso das guerras.

Então, parabéns ao nosso amigo Vincent, que é um amigo do Brasil, e a todos os demais por estarem aqui, mas parabéns, sobretudo, ao nosso Presidente e aos que convocaram essa sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cristovam.

E vamos então aos nossos convidados, primeiramente com o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil.

SR. VINCENT DEFOURNY: Muito obrigado, Exmos. Srs. Senadores. É uma grande satisfação ouvir essas palavras aqui, nesta Casa, porque a UNESCO, como colocou bem o Senador Roberto Cavalcanti, foi criada num momento de grande tensão, de momento de uma certa visão, mas que, naquele momento, talvez nem todo mundo acreditava, digamos, nesse tipo de organização, nesse tipo de cooperação internacional.

Mas acho que a intuição, colocada nesse momento, mais de 60... quase 65 anos atrás, foi uma intuição que hoje se torna cada mais relevante. E fico muito feliz de ouvir, por parte dos senadores, palavras, digamos, resgatando e demonstrando a relevância da contribuição da UNESCO para o Brasil, nesse momento. E não é uma questão, digamos, teórica, não é uma questão de querer uma organização internacional bonitinha, que é do bem e que faz coisas bonitinhas, mas que realmente contribuiu para o debate, que contribui para o avanço do país, que contribui de uma forma significativa.

E acho que a apresentação do relatório, tal como foi apresentado aqui pelo professor, demonstra, também, de uma forma clara, o Brasil no cenário internacional. S. Exa. colocou uma pergunta que acho importante e ao mesmo tempo desafiadora, que é qual é o rumo, em que direção podemos sugerir, qual é a direção que podemos sugerir para fortalecer, digamos, esses avanços. E, claramente, de mim, a resposta seriam duas dimensões.

Uma é uma questão que foi colocada aqui por todos os palestrantes e os senadores: é a questão da revolução da educação. Acho que não dá como fugir da revolução da educação. O Senador Cristovam Buarque é um incansável defensor e realmente um educador,

um educacionista que coloca a questão da educação no centro de todas as questões do desenvolvimento do país, e só podemos concordar.

E essa revolução da educação passa pelo momento que acho que todos aqueles que... Espero que os jovens que estão aqui passarão por esses momentos, também, do prazer do conhecimento. Acho que não dá para avançar no modelo educativo, se não é também despertando realmente esse lado prazeroso do conhecimento. O prazer de aprender, de entender o nosso mundo, de ter uma possibilidade de atuar ou de ter uma compreensão maior para poder atuar, sobre nosso entorno imediato e sobre a sociedade. Então, acho que essa revolução da educação que passa pelo prazer do conhecimento é também uma educação que tem muita, muitas brincadeiras, que tem muitos lados, vamos dizer, lúdicos.

Ontem, só para informação dos senadores e de todos os participantes daqui da Audiência Pública, tive a oportunidade, como foi mencionada no marco da celebração do Dia Mundial pela Paz e Pelo Desenvolvimento, no [ininteligível] SENAC, aqui, em Brasília, no qual foi apresentado um *show*, um *show* de... *Ciência Em Show*, três jovens, acho que são da USP, que fazem um *show* lúdico, mas um *show* de experimentos, experimentos científicos, que realmente demonstram que a ciência é uma coisa que dá para brincar, dá para tornar a ciência muito interessante e até... Quer dizer, de uma forma que chama a atenção.

Acho que esse tipo de ciência, esse tipo de atividade precisaria ser muito mais desenvolvida, não só nas escolas, mas também nos canais de televisão, nos vários espaços públicos, para que essa ciência se torne uma fonte de interesse e de satisfação.

Mas a segunda, a segunda dimensão que gostaria de destacar é a necessidade de abrir ainda mais o Brasil ao exterior. E um pouco... Justamente como foi demonstrado em algumas experiências, experimentos científicos ontem, ou classicamente, seguramente que o Professor Jailson, como químico, poderia explicar melhor o que acontece quando se esquentam alguns produtos químicos e quando se vai acelerando. Quer dizer, as reações. Acho que o Brasil, hoje, e respondendo um pouco essas questões, esses comentários sobre o passo, o rumo, a velocidade na qual o país está avançando, acho que, no entanto, a economia que precisa ser esquentada, mas acho que é... São as trocas, os intercâmbios internacionais, a exposição do Brasil ao resto do mundo que precisa ser realmente esquentada, para poder provocar mais oportunidade para jovens, para outros jovens de outros países conhecer o Brasil e pesquisar e trabalhar sobre também o Brasil. Acho que essa abertura é uma abertura absolutamente ne-

cessária para poder acelerar e tornar, digamos, o avanço da ciência e da tecnologia muito mais significativo. Acho que a experiência da CAPES, por exemplo, nos últimos 20, 25 anos, é muito clara e foi colocado aqui na apresentação. Quando a gente observa, digamos, o crescimento do número de doutores em menos de 20 anos, é um avanço significativo, mas que tem uma receita muito simples, quer dizer, uma receita relativamente simples, que foi de enviar muitos graduados no exterior para fazer pós-graduação, para fazer doutorados, para se formar, para ter outras experiências. E isso como um investimento, com financiamento da CAPES e de outros fundos de fomento da pesquisa, mas que isso permitiu realmente trazer para o Brasil uma riqueza muito grande e acelerar.

Acho que esse movimento, essa aceleração, seria absolutamente necessária na área científica, mas também em muitas outras áreas do conhecimento, para poder tornar o Brasil mais conectado com o resto do mundo.

E aqui, sei que não é aqui a Comissão das Relações Exteriores, mas acho que, se os senhores me permitem, mas gostaria de fazer umas palavrinhas, realmente para que o Brasil seja ainda mais atuante nos cenários internacionais, que o Brasil seja não só um credor do multilateralismo e um ator, quer dizer, um país muito envolvido nas atuações das Nações Unidas, mas que seja também um pioneiro do modelo novo da cooperação internacional.

Acho que o Brasil tem muitas características para desenvolver um modelo totalmente novo de cooperação internacional, e acreditamos que o sistema das Nações Unidas, a UNESCO em particular, como foi colocado aqui, tem muita relevância e que pode ser usada, que pode ser trabalhada para realmente ajudar a esquentar esses intercâmbios internacionais, para fazer que o Brasil seja não só um país que avança no seu próprio rumo, mas que participe do cenário internacional nessa dinâmica, nessa lógica de uma criação de uma cultura de paz e de um desenvolvimento, com certeza sustentável, e um desenvolvimento que seja mais igualitário para todos os habitantes do planeta, quero dizer, baseado nos direitos humanos.

Isso, Sr. Presidente, é o que queria colocar como elemento de reflexão, depois das várias falas.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, e passo a palavra ao professor Carlos Henrique Cruz, da UNICAMP.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: Muito obrigado, senador.

Eu creio que a conclusão foi falada por vários aqui, inclusive nos comentários, é que há acho que pelo menos três desafios essenciais para o Brasil, no âmbito da ciência, tecnologia e a inovação. Um deles é o desafio de reduzir a desigualdade de tal modo que a gente possa ter jovens de todo o Brasil contribuindo para um empreendimento científico e tecnológico que há no país. Isso é uma coisa muito importante e muito visível, porque, na medida em que há tanta diferença regional no país, acaba havendo um afluxo para certas regiões, para Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais.

A gente vê lá em São Paulo, como a gente recebe jovens brilhantes que vêm de todos os estados brasileiros, vêm do Ceará, do Pará, do Amazonas e que dão uma contribuição muito boa, e a FAPESP, por exemplo, paga a eles bolsa de estudos para fazerem mestrado e doutorado. E quando eles se formam, eles relutam muito em voltar para suas regiões, porque eles sabem que não vão encontrar ali as condições que podem encontrar em São Paulo ou em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro.

Então, essa questão destaca muito um ponto que nós sublinhamos no capítulo, que é a necessidade de que a política para ciência e tecnologia no Brasil seja fruto de uma articulação entre o governo federal e os governos estaduais. Ela não pode ser uma política federal, porque tem um papel muito importante dos estados. Quem vai criar as condições para esses jovens retornarem vai ser a iniciativa que vai acontecer nos estados, basta ver no exemplo de vários outros países.

Quer dizer, nos Estados Unidos, que é um país muito rico, quem cuida, o estado que quer atrair ciência para sua região, ele cria uma universidade estadual e investe naquela universidade estadual para ela ser competitiva, para os cientistas quererem vir trabalhar naquela universidade.

Então, essa questão da política para a ciência precisar ser uma política nacional e não somente uma política federal, eu acho que talvez seja um dos maiores desafios que a gente enfrenta no Brasil, porque essa disputa e essa relação tensa demais entre Brasília e os estados atrapalha demais, porque as políticas perdem efetividade. Por exemplo, me dá licença aqui, tem esse Plano Nacional para Ciência e Tecnologia – na verdade, chama plano de ação – e o Ministro Sérgio Rezende inicia aqui a apresentação destacando: resultado de uma forte articulação do Governo Federal com estados e municípios. A gente lê o relatório aqui sobre o plano, não tem uma menção a nada feito por nenhum estado e nenhum município, só tem ação do governo federal aqui dentro. E teve ações... Por exem-

plo, quando a gente pega os institutos nacionais de ciência e tecnologia, que houve um investimento de 600 milhões, foi uma coisa muito importante, o Jailson destacou na apresentação dele. Bom, o maior investidor nesses institutos foi o FNDCT, o segundo maior foi a FAPESP, em São Paulo. Mas o Ministério não reconhece que a FAPESP fez esse investimento num programa nacional, que não é um programa só do Governo Federal.

Então, essa tensão desnecessária eu acho que atrasa nossa velocidade de evolução. Quando a gente fala de velocidade, acho que o Senador Flexa e o Senador Roberto também destacaram isso, quer dizer, me faz essa questão de a gente estar no caminho... Como é que é a história? No caminho certo, mas na velocidade não muito certa.

Me faz lembrar aquela história de duas pessoas que estavam na floresta fugindo de um tigre, e aí eles vão correndo pela floresta e fugindo do tigre, e de repente um deles para e abre a mochila e começa a tirar um tênis, e aí o outro fala: "Poxa, mas por que é que você parou aqui para abrir a mochila, para mexer com o tênis, vem um tigre vindo". Ele falou: "Não, porque, se eu puser o tênis, eu vou correr mais do que você. Eu não preciso correr mais que o tigre", está certo?

Então, essa história da competição mundial, da maneira como os países vão evoluindo é que nós estamos perdendo de vista, porque não basta a gente olhar para os dados brasileiros e falar: "O Brasil forma hoje mais doutores do que há dez anos"; a pergunta que nós temos que fazer é: formando mais doutores do que há dez anos, nós chegamos mais perto do mundo desenvolvido ou eles foram mais rápidos do que nós e nós ficamos mais longe? E essa pergunta não tem sido feita na política nacional para ciência e tecnologia, é uma questão que o país fica mesmerizado, por ter, no ano que vem, mais do que tem nesse ano, mas isso é completamente não suficiente no mundo moderno.

Então, a questão da velocidade é completamente essencial para essa questão, a velocidade na qual evolui a pesquisa nas empresas, na qual evolui a pesquisa acadêmica. Isso precisa fazer parte.

E eu terminaria... Senador, o senhor pediu sugestões sobre ações ou recomendações ou políticas. Por exemplo, se essa questão da igualdade regional é tão importante para o Brasil, e eu tenho certeza que é, como é possível que nós não tenhamos nenhuma medida bem feita sobre a desigualdade regional em ciência e tecnologia no Brasil? Quer dizer, o esforço que o Ministério da Ciência faz sobre indicadores de ciência e tecnologia deveria nos permitir obter um mapa como esse mapa que a UNESCO fez, aqui, nesse livro, muito bem feito, tem um mapa do mundo

mostrando em cada país como é a situação. Nós precisamos ter um mapa do Brasil, mostrando, em cada estado, qual é o tamanho do esforço estadual, qual é o tamanho do esforço federal, como isso evoluiu nos último cinco anos, porque a única maneira de resolver problema é conhecer sobre o problema; não dá para resolver problema achando que as coisas são de um jeito ou de outro.

Então é preciso que o esforço brasileiro, que eu acho que precisaria ser coordenado pelo Ministério da Ciência e precisa ter uma participação intensa de todos os estados, para definir indicadores de ciência e tecnologia, é essencial, nós estamos fazendo voo cego no Brasil. A gente fala que precisa progredir, mas a gente descobre, em 2010, que, em 2008, o número de pesquisadores nas empresas diminuiu. Os coreanos fazem a pesquisa de quantos pesquisadores têm na empresa a cada três meses; o Brasil descobre três anos depois que em 2008 ficou a menos. Então, isso é algo que nos faz enorme falta. E ao lado dessa questão da falta dos indicadores, eu diria a questão da articulação, da política federal ser articulada com a política estadual. Articulado não é só o Governo Federal dar dinheiro para os estados, é os estados participarem da definição de prioridades, porque cada estado tem prioridades diferentes no Brasil, é natural que seja assim, tem estágios diferentes de desenvolvimento.

Então, não basta o Ministério, ou o CNPq, ou a CAPES telefonar para a gente, lá em São Paulo ou no Pará, etc. e falar: "Vamos fazer um edital daqui a três semanas sobre tal assunto. Vocês querem participar?". Nós queremos participar de definir qual que é o edital e qual é o assunto do edital. Os estados precisam participar disso e, participando disso, eles vão desenvolver as suas atividades de pesquisa, desenvolver a sua capacidade própria e isso também vai contribuir para a redução da desigualdade.

Então, eu diria, a articulação e medida para a gente conhecer o tamanho do problema que a gente quer resolver, porque nós não conhecemos. A UNESCO deu um exemplo espetacular com essa publicação, porque, ao buscar reduzir a igualdade mundial em ciência, eles mostram aqui para nós, está aqui o mapinha, você olha e vê: "O Brasil está chegando perto da França, da Espanha, etc.?". Nós precisamos ter um mapa desse para ver: "O Pará chegou mais perto do estado que tem mais? O Ceará se afastou? Paraná progrediu?". Isso nós precisamos saber, porque senão é impossível fazer políticas que tenham alguma efetividade, a gente fica dependendo da sorte e depender da sorte com o dinheiro do contribuinte não é bom.

Muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Professor Carlos Henrique Cruz.

Passo a palavra ao Sr. Roosevelt Tomé Filho, Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. ROOSEVELT TOMÉ SILVA FILHO: Obrigado, senador.

Com relação ao Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, PCTI 2007/2010, evidentemente ele vem mostrando um avanço ao longo desse período. Mas, sem dúvida nenhuma, o objetivo é garantir que ciência e tecnologia sejam feitas em toda a extensão desse país.

Não há como privilegiar uma ou outra região, onde a desigualdade regional, ela não é controversa, ela é uma realidade e nós devemos combater essa desigualdade regional. Mas como combatê-la, se não souber o que acontece lá?

Então, e também... Como identificar essa igualdade de *in loco*? Ou seja, implica numa participação efetiva das universidades, implica numa participação efetiva dos municípios, dos estados, alinhados com a estratégia em plano federal, governo federal. Isso está sendo estruturado. Existe uma agenda de convergência de políticas de inclusão social, onde cada estado tem lá um grupo gestor que viabiliza, na ponta, ou seja, o governo federal define uma política em sintonia com o estado, mas a aplicação vai dar-se no município.

O que acontece? Essa informação tem que ser retroalimentada no sistema, senão fica uma infinidade de ações isoladas ou descoordenadas; o que nós estamos buscando, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, é dar essa convergência dessas políticas públicas. Fala-se em território da cidadania, fala-se em programa nacional de inclusão digital, programa nacional de banda larga, e essas ações tendem a ser cada vez mais convergentes. Os estados todos devem ser convidados a participar do processo.

Agora, não é um estado ou outro em destaque maior no plano federal. O que deve se dar, efetivamente, é quando a política pública de inclusão nesse país permite que 30% de todo o recurso FNDCT seja canalizado, FNDCT, seja canalizado para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, buscando o quê? Vencer essas desigualdades regionais.

Então, quando o Senador Flexa Ribeiro coloca, assim, como acertar o passo, um dos elementos é qualificação de professores. É o primeiro passo: qualificar professores. Não adianta ter quantidade, se não tiver qualidade. Dar acesso à informação. Não adianta qualificar o professor, se ele não tiver acesso à informação, a modernos instrumentos, à tecnologia de

informação e comunicação que o permitam, de forma autônoma, se preparar uma aula, transmitir essa aula e criar multiplicadores.

Então, são ações conjuntas: qualificar professores, dar acesso a informação, e esse acesso à informação é amplo, onde o aluno vai também dispor desses mecanismos, dessas soluções de tecnologia de informação. Produzir ciência e tecnologia que induza transformação das realidades socioeconômicas. Muitas vezes as pesquisas são feitas para simplesmente publicar numa revista, numa publicação internacional. Isso é fantástico. É preciso, inclusive os gráficos mostram isso. Nós estamos crescendo a participação do Brasil na produção científica, em nível mundial, mas quanto dessa ciência e tecnologia, quanto dessas pesquisas efetivamente vão para a ponta? Isso é perguntado? Quem pergunta isso? Quantas monografias, quantas teses, quantos títulos são tirados que efetivamente vão para a ponta? E a sociedade, quando vai cobrar, cobra o quê? "Eu paguei o seu mestrado, eu paguei o seu doutorado, o que é que você reverteu para mim?". Então isso tem que ser pensado também. Incentivar e garantir orçamento próprio para pesquisa e desenvolvimento. Nós tivemos um orçamento previsto no PECTI de 1,5%... do PIB, de 1,5%; nós chegamos a 1,22%. Se não houver uma política pública onde... Aí eu convoco o Congresso a ajudar, a estar conduzindo essa mudança, que é destinar recurso específico para pesquisa e desenvolvimento, aí nós vamos ter carimbado. Esse recurso não pode ir para outra função, se não pesquisa e desenvolvimento. Aí você muda as realidades que nós tanto vimos e nos lamentamos. Incentivar a permanência de especialistas no Brasil, por meio de política de produção da ciência e tecnologia e repatriação de talentos. Nós qualificamos as pessoas. Então eles são muito bem qualificados, depois a gente manda embora. Eles vão lá fora porque não conseguem encontrar aqui dentro a real... O real *locus* de atuação.

Então, o que é que a gente tem que fazer? A gente tem que qualificar para o mercado externo ou qualificar para o mercado interno? Vamos repatriar os nossos talentos: "Ah, você foi estudar lá fora? Então vamos dar aqui a nossa parcela. O Brasil precisa de vocês". O que a China faz? Está repatriando os seus doutores, seus especialistas, que conduzem laboratórios no exterior, dado uma política de incentivo para que eles possam contribuir mais com o seu país. Então, façamos isso.

Quando se fala desigualdade regional, mostrar as realidades e a maior participação dos estados, a gente não pode nunca estar focando num estado especificamente, mas, sim, num cenário regional, onde

esse cenário, do ponto de vista da região Sul, Sudeste, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste sejam observados. E essas realidades sejam também observadas no que se pretende fazer como política, como ciência e tecnologia, como pesquisa e desenvolvimento.

Então, eu acredito que uma outra forma também, senador, é ampliar o uso da lei de inovação, da lei de informática, a partir do momento que você tem instrumentos que permitam a incentivar a permanência de pesquisadores nas empresas e esses mecanismos não são utilizados por limitações burocráticas, nós temos uma política boa, mas não é exequível porque esbarra na burocracia; temos que vencer isso.

E quando se fala também de garantir uma sociedade justa, a igualdade social, ela não é simplesmente do ponto de vista de fomentar o acesso à informação, é, sim, de qualificar aqueles que vão usar a informação, porque informação de *per si* é informação que você lê o jornal, mas, no momento que isso vira conhecimento, você transforma a realidade desse país.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Professor Roosevelt.

E nosso último convidado, Sr. Jailson de Andrade, membro da Associação Brasileira de Ciência.

SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE: Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Às vezes eu me sinto como numa banca de tese, o último a examinar, não sobra praticamente nada, mas eu acho que sobrou ainda algumas coisas.

Veja, o nosso sistema de ciência e tecnologia, ele é baseado, e bastante, no ensino superior e nas universidades. Então, olhando a situação das universidades e o esforço que tem sido para ampliar o apoio e o sistema do ensino superior, acho que, a partir delas, dois gargalos são extremamente relevantes, além dos recursos e dos novos incentivos.

Primeiro, a questão da autonomia, a autonomia das universidades em relação ao sistema, ela praticamente inexistente, e, com isso, a tomada de decisão nas universidades é de pobre a inadequada. Então, é preciso um sistema de autonomia que permita essas universidades terem autonomia para fora, extramuros, mas também delegarem autonomia intramuros, porque, em muitas universidades, a tomada de decisão interna é muito mais castradora do que estimulante.

Então, olhando o sistema universitário para baixo, todo o investimento feito no sistema federal, nas universidades, desde quando o Ensino Médio e Fundamental é responsabilidade dos municípios e estados, o que se observa é que não houve uma capilaridade adequada das universidades para o Ensino Médio, para o Ensi-

no Fundamental e para o Ensino Infantil. Então, como uma das sugestões que o senhor pede, eu acho que uma das ações que se precisa se observar com muito cuidado é essa capilaridade entre esses ensinos. E aí, com essa capilaridade... E eu reforço e uso essas últimas palavras para insistir na questão da revolução na educação. Realmente, sem uma revolução na educação, o nosso futuro estará muito comprometido.

Veja, alguns aspectos da revolução da educação, se nós observarmos... Por exemplo, o Brasil está atuando na área do pré-sal. A área do pré-sal está localizada na borda das 200 milhas. É claro que existe um bom volume de desafios científicos e tecnológicos e isso está por demais difundido. Mas existem desafios de preservação e de defesa da área do pré-sal, e isso não vai ser feito de maneira bélica, não há como defender uma área de pré-sal na borda das 200 milhas de uma forma bélica.

Então, qual a saída? O Brasil precisa investir fortemente na formação de pessoas especializadas em Direito Internacional, precisa incrementar a sua formação de diplomatas e atuação da Diplomacia. Essa será uma das maiores salvaguardas nossa.

Ainda há tempo de o país fazer uma revolução na educação. Veja, na minha visão, ainda há tempo. Se nós demorarmos, possa ser que não haja mais tempo. Nós observamos uma grande convergência científica e, nesse século, uma grande convergência tecnológica. Eu imagino que, numa janela de cinco a dez anos à frente, nós teremos uma grande convergência de acesso e manejo da informação.

Hoje as pessoas conseguem, a partir da *Web*, da *Internet*, acessar um grande volume de informações, mas ele ainda não consegue, ou ela, processar adequadamente. O desafio é processar essa informação. E uma das barreiras de processamento é, inclusive, a língua. Há uma barreira grande de processar informação em línguas distintas. Olha, as ferramentas de busca estão aumentando numa velocidade muito grande e as ferramentas de conversão de linguagem já estão avançando e já há uma boa confiabilidade na conversão de linguagem.

Nós vamos atingir um momento em cinco, dez anos, que eu acredito que o indivíduo pode escrever o que ele quiser, em qualquer local do mundo, em qualquer linguagem, e quem se interessar vai conseguir acessar e vai conseguir ler, independente da língua que ele fale.

Então, num país em que nós temos dificuldade de boa parte dos jovens ler e entender, se nós não geramos uma revolução grande nesse sentido, a própria soberania e a cultura nacional pode estar ameaçada com as novas gerações, porque ele terá acesso a in-

formações em qualquer cultura, em qualquer língua e conseguirá ler essa informação.

Nessa linha, senador, eu insisto, é extremamente importante melhorar, valorizar a capacitação dos professores no Ensino Infantil, no Ensino Médio, Fundamental. Toda a base de ciência, tecnologia e inovação começa a partir da formação básica e aí envolve o Ensino Infantil, o Ensino Médio e o Ensino Fundamental. É preciso uma convergência do país, que traga o lado federal para junto do lado estadual e para a parte municipal, buscando uma grande aliança, no sentido de capacitar melhor os seus professores, de gerar novas formas e novos modelos educacionais inovadores e realmente promover essa revolução, pois, sem ela, nós podemos perder um pouco o passo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado, Dr. Jailson.

E antes de nós encerrarmos a nossa Audiência Pública, eu, conversando com o Dr. Vincent, ele se dispôs, Dr. Carlos Henrique, a abrir um diálogo com a UNESCO, para que a gente possa, aquela sua sugestão, produzir um mapa como esse para o Brasil.

Então, eu gostaria que também o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Associação Brasileira de Ciência e a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado pudessem manter entendimentos com a UNESCO de tal forma, de que maneira nós vamos poder fazer esse raio X da ciência e tecnologia a nível de Brasil, para a gente ver quais são as distorções, assim como se mostram as distorções aqui no mundo, um olhar de distorções internas. E eu convidaria o Senador Cristovam Buarque e o Senador Roberto Cavalcanti, para que representassem a Comissão de Ciência e Tecnologia nesses entendimentos iniciais, de como nós poderemos, com o apoio da UNESCO, com o apoio do Ministério, com o apoio da ABC, da UNICAMP e do Senado Federal, produzir um, como eu disse, raio X, uma fotografia atual da situação da ciência e tecnologia a nível de Brasil, pelos estados brasileiros.

Então, é um desafio que pediria a V. Exa., junto com o Senador Roberto Cavalcanti, para que mantivesse contato com os nossos convidados e mantivesse a Presidência informada daquilo que possa ser feito para a gente chegar a esse objetivo.

Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aceito. E eu só... Para uma questão de funcionamento, poderíamos centralizar no Vincent?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Através dele a gente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A coordenação passa a ser sua...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E do Roberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E do Roberto. Vamos chegar ainda, nessa Legislatura, algo que seja capaz de, ano que vem, nós já termos, no relatório da UNESCO, já, um mapa do Brasil com relação à ciência e tecnologia. Aceito?

SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aceito. É fadada a tarefa recebida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cristovam, e agradeço ao Senador Roberto, que, mesmo ausente, ele foi convocado.

E agradeço a todos os participantes e a todos aqueles que estiveram presentes, enriquecendo essa Audiência Pública, e aos telespectadores da *TV Senado* e ouvintes da *Rádio Senado*, que, com certeza, vão poder tirar grandes informações da audiência de hoje e festejar o dia 10 de novembro, que é o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento.

Está encerrada a sessão.

[palmas]

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilvam Borges, Marco Maciel, Eduardo Azeredo e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Alfredo Nascimento, Hélio Costa, Gerson Camata, Demóstenes Torres, Efraim Morais e Sérgio Guerra. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. Comparece à reunião o Senador Eduardo Suplicy, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 30ª e 32ª Reunião, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Se-**

nador Papaléo Paes, que “Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, de forma a conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer favorável, com as emendas nº 01 a 03 – CCT, apresentadas durante a discussão pelo Senador Acir Gurgacz, é aprovado. Durante a discussão, fazem uso da palavra os Senadores Valdir Raupp, Papaléo Paes, Acir Gurgacz e Roberto Cavalcanti. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências,” que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas.” O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, na forma da emenda nº 01 – CAS/CCT (Substitutivo) e pela rejeição do PLS 229, de 2008, que tramita em conjunto, conforme relatório reformulado, durante a discussão, pelo Relator, Senador Papaléo Paes é aprovado. **Item 03: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer “... nos, termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2010 que “Aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo”, para juntada do Despacho do Ministro de Estado das Comunicações, proferido em 26 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto p.p. e recebido por esta CCT, com o prosseguimento da análise daquela proposta legislativa, nos termos regimentais.” O Requerimento é adiado. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio difusora alto do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1 – CCT e nº 02 – CCT. **Item 5: Proje-**

to de Decreto Legislativo nº 507, de 2010, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária New Life FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mercedes, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Abatiaense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abatiá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Moria FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florai, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Brasil Sul FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jales, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Acir Gurgacz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto**

Legislativo nº 561, de 2010, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Acir Gurgacz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inimutaba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Aliança FM para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Aliança, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador é o Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, com voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Marilac para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilac, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Rio Claro e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Medeiros Neto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medeiros Neto, Estado da Bahia” O relator de-

signado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Esportiva e Recreativa de Jussara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Recreativa e Cultural de Barra da Estiva – ACRCBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Luz do Sertão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uauá, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Semeando Vitória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Montanhosa Menino Jesus de Praga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Web Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Bel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Renascença Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à Cdin – Canal Digital Internacional de Notícias Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Jovem Fm para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, com voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comu-

nicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Fm D.A. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Mateiros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mateiros, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Vanguarda Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marianópolis do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Antonio Carlos Júnior requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-pauta, Item 1: Requerimento nº 23, de 2010 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer “...,nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para debater o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) em elaboração pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, tendo como convidados os Senhores Marcelo Bechara, Procurador-Geral da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil e Walter José Faiad de Moura, Presidente do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)”. O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão**

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 17 de novembro de 2010.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 30ª e 32ª Reunião.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Dispensada a leitura, as atas serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Justifica a ausência o Exmo. Sr. Senador Marcelo Crivella que se encontra em viagem ao exterior.

Expediente recebido. Convite da Intermares Consultoria à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – este convite, inclusive, já foi informado a V. Exas. apenas que aconteceu a informação no período anterior ao processo eleitoral, então eu estou lembrando para que nós possamos... Aqueles senadores que tiverem interessados em visitar as instalações de produção de energia eólica e solar possam fazer chegar à secretaria o seu interesse.

Então como dizia, o convite da Intermares Consultoria à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para visita de caráter técnico a algumas indústrias de energia fotovoltaica solar e térmica, iluminação pública, sistemas de vigilância e parques de energia, em Portugal, Espanha, França e Alemanha.

As Sras. e Srs. Senadores que tiverem interesse de participar dessa visita possam chegar à secretaria o interesse. Nós temos que agendar, vai depender dos senadores interessados para que a gente possa fazer uma reunião e encaixar, se possível, ainda, daqui até o final do ano, senão, em janeiro.

Dando prosseguimento à reunião, vamos aos itens da nossa Pauta de hoje. Projetos não terminativos: PLS 348/2005 “*altera o art. 11 da Lei nº. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, de forma a conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana*”. Aatoria, Senador Papaléo Paes. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior.

A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e em caráter terminativo pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Júnior, para proferir o seu parecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, “*de acordo com os incisos I, II e IX do art. 104-C, do Regimento interno do Senado Federal, cabe à CCT opinar sobre proposições atinentes ao desenvolvimento científico, tecnológico, inovação tecnológica; à política nacional de ciência e tecnologia, inovação, comunicação e informática; e a outros assuntos correlatos. Os aspectos econômicos e de desenvolvimento regional serão apreciados posteriormente, quando a tramitação na CAE e na CDR, respectivamente.*

O PLS nº. 348/2005 concedem incentivos fiscais aos bens que se referem desde que atendam as duas condições, simultaneamente. Primeiro, que sejam incluídos na categoria de bens de informática e automação pela Lei nº. 8.248, de 23 de outubro de 91, conforme regulamento. E dois, que sejam elaborados estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Na essência, o Senador Papaléo Paes propõe o estabelecimento de incentivos e benefícios fiscais para instalação de um polo da indústria de informática no Estado do Amapá.

De fato, o objetivo o PLS nº. 342/2005 parece ser um plano de difícil concretização, dadas as dificuldades de mão de obra especializada e as desvantagens locais decorrentes da distância dos principais centros consumidores. No entanto, acreditamos que os instrumentos na área fiscal propostos podem colaborar para a superação de dificuldades verificadas, facilitando o desenvolvimento de uma base industrial, atraindo empresas fornecedoras e incentivando a criação de centro de pesquisa e de formação de mão de obra especializada, até mesmo de nível superior, dedicados às atividades deste setor.

Concorre também a favor da proposta o fato de ser uma prioridade nacional a promoção do desenvolvimento da Amazônia de modo compatível com o compromisso de proteção do meio ambiente da administração das causas e dos efeitos dos processos de mudanças climáticas”.

O voto é favorável para aprovação do Projeto nº. 348, de 2005, contudo o Senador Acir Gurgacz estaria para apresentar uma emenda, mas só que até agora essa emenda não chegou.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu peço a palavra, nobre senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda não coloquei em discussão, senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mas é a questão da emenda, porque eu já ia pedir vista para trazer depois um substitutivo com essa emenda. Agora, se a emenda for acatada e eu apresento aqui, também, a emenda que o Senador Acir Gurgacz ia apresentar verbalmente... Chegou a emenda?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu vou apreciar, agora, a emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A emenda encaminhada pelo Senador Acir Gurgacz.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Então a emenda "*altera o art. 11 da Lei nº. 8.387 de forma a conceder os mesmos incentivos fiscais à Zona Franca da Manaus aos bens de informática e automação industrializados nas Áreas de Livre Comércio de Macapá, Santana e de Guajará-Mirim*". Então, seria... Ou seja, ao invés de nós analisarmos a Zona Franca de Macapá, no Estado do Amapá--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É área de livre comércio ou é Zona Franca?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Em Santana, no Estado de Amapá, nós estaríamos também incluindo Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior, nós estamos tratando aqui de conceder os benefícios dos incentivos da Zona Franca para--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): De Manaus para--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Área de Livre Comércio.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Exatamente, para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá, e a emenda, então, inclui Guajará-Mirim, em Rondônia. Ou seja, a extensão dos mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para essas duas áreas de livre comércio; as três. Quer dizer, Macapá e Santana, que já tinham sido proposta pelo Senador Papaléo, no Estado do Amapá, e agora é uma proposta do Senador Acir Gurgacz, que inclui Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Amplia para Guajará-Mirim, também, em Rondônia.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Exato. Então, da mesma maneira, pelas mesmas razões, eu vou acatar a emenda do Senador Acir Gurgacz.

Portanto, eu vou dar parecer favorável à emenda, então o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do senador, com emenda apresentada pelo Senador Acir Gurgacz. Esse é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior. Vamos colocar em discussão o parecer com a emenda acatada pelo relator. Em discussão.

O Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, essa extensão não se trata de todos os benefícios da Zona Franca de Manaus. Pelo que eu entendi, são alguns itens e principalmente os bens de informática. Eu acho que seria justo--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Porque poderia, os parlamentares do Estado do Amazonas, de repente não entender e achando que seria estendido todos os benefícios da Zona Franca de Manaus, o que na verdade não é. Então, seria apenas para os bens de informática, que eu acho que seria justo para essas zonas de livre comércio, Guajará-Mirim, e Macapá e Santana -- e têm outras também, tem mais duas ou três na Amazônia Ocidental -- porque elas padecem de uma deterioração muito forte. Hoje, a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim está falida, totalmente falida, muitas empresas que foram para lá se retiraram de lá porque as cotas que o Ministério da Fazenda libera são muito, muito baixas e não compensa nenhuma empresa se instalar na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim.

Então essa extensão desses incentivos, principalmente para os bens de informática, poderia, de repente, algumas empresas desse setor se interessar por essas áreas de livre comércio.

Eu sou favorável ao projeto do Senador Papaléo e ao relatório do Senador Antonio Carlos Júnior, com a emenda do Senador Acir Gurgacz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem solicitou?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sou eu, Papaléo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papaléo Paes, autor do projeto.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Como eu não vi ninguém se manifestar para discutir sobre o assunto...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Valdir Raupp já participou da discussão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Exatamente o que eu iria... que eu vou agradecer ao Senador Valdir Raupp, porque o Senador Valdir Raupp conhece muito bem aquela região e que o Estado do Amapá é um estado que como ex-território, até hoje, ainda sente as consequências daquele apadrinhamento que recebia do governo federal e nós estamos naquela fase, ainda, de coordenação e elaboração da nossa economia, da autossustentabilidade do estado.

Então, eu quero agradecer a V. Exa., dizer que Macapá e Santana são os maiores polos que nós temos no Estado do Amapá, ali concentra-se, mais ou menos, 77% de toda a população do estado, e por isso em virtude das rodovias que existem, do Porto de Santana, que é o porto mais estratégico do Estado do Amapá. Eu quero agradecer ao Senador Raupp por entender o nosso projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Papaléo, só um adendo. O Senador Acir Gurgacz se apresentou com uma emenda para incluir uma área de Rondônia e eu acatei também da mesma maneira pelos mesmos motivos que eu acatei o seu projeto de colocar para Macapá e Santana, inclusive, Guajará-Mirim, e eu também dei parecer favorável.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero agradecer a V. Exa. e dizer que eu peguei o bonde andando, por isso que eu não fiz essa referência, eu estava com conhecimento apenas do meu projeto. E quero agradecer, realmente, é mais uma medida extremamente importante para a nossa região, que é uma região, Senador Antonio Carlos, extremamente esquecida pelos governos federais, a não ser no caso de Rondônia, que já é um estado que já tem muito mais vida do que o nosso. Rondônia tem grandes lideranças políticas lá que realmente sempre souberam lutar muito pelo seu estado; Roraima também.

Eu quero agradecer a V. Exa., Senador Antonio Carlos, também, por entender as necessidades que passam a nossa região, os nossos estados da Região Norte. E agradecer, também, ao Senador Acir Gurgacz

que exatamente a sua visão fez com que nós tivéssemos mais um estado beneficiado, ou melhor, com seus direitos em ter uma opção para sua economia.

Parabéns a V. Exa. E obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Presidente. Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Acir Gurgacz, autor da emenda.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Eu quero cumprimentar, agradecer a V. Exa. por colocar em votação, e cumprimentar o Senador Papaléo pelo projeto que é muito importante para as Áreas de Livre Comércio. Essas regiões precisam de um incentivo, de um apoio para levar ao crescimento e o desenvolvimento para os demais cantos do país.

E cumprimentar o Senador Antonio Carlos Magalhães por ter colocado, ter aprovado a nossa emenda, ajudando o nosso município de Guajará-Mirim, que também precisa desse apoio como uma Área de Livre Comércio, já tivemos várias reuniões com o prefeito municipal, com os vereadores, com a sociedade organizada de Guajará-Mirim, sempre pedindo para que a gente tivesse uma atuação mais eficiente e mais eficaz com relação a levar para Guajará-Mirim outras alternativas de crescimento, de desenvolvimento, para ampliar a Área de Livre Comércio.

Então fica aqui o meu agradecimento ao Senador Antonio Carlos por ter acatado a nossa emenda para incluir Guajará-Mirim nesse projeto do Senador Papaléo.

Muito obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de pedir ao Senador Papaléo para que esse projeto seguirá para mais duas outras comissões, que é a Comissão de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, aliás, Desenvolvimento Regional.

Eu, normalmente, estaria pedindo vistas desse projeto. A minha dúvida... Não vou pedir, não vou pedir. A minha única dúvida é porque na redação fala em termo de conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Eu não sei se regimentalmente, legalmente se pode usar esta definição, e não o projeto fazendo especificar quais os incentivos na qual--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Só na área de informática. Só os incentivos [ininteligível] dirigidos à área de informática, não abrange

todos os setores como o caso da Zona Franca da Manaus.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Perfeito. Como nós vamos ter tempo de analisarmos na Comissão de Assuntos Econômicos, eu me dou por satisfeito no tocante à discussão nesta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação o parecer ao Projeto de Lei do Senado 348, de 2005, do Senador Antonio Carlos Júnior, com a emenda do Senador Acir Gurgacz, que foi também acatada pelo relator. Em votação.

Os Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 2 da Pauta. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado 211, de 2004, "*dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências*". Autoria, Senadora Roseana Sarney. Relatoria, Senador Papaléo Paes.

A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria constou na Pauta da reunião do dia 6 de outubro de 2010. Na reunião do dia 6 de outubro de 2010, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Júnior, que não apresentou manifestação por escrito.

Com a palavra o nobre senador Papaléo Paes para proferir o seu parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer já foi lido e o Senador Antonio Carlos Magalhães, na ocasião, ele pediu vista ao projeto.

Eu quero refazer aqui o meu voto, Sr. Presidente e dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vai refazer o voto. V. Exa. já tinha lido. Então vai refazer o parecer. A vontade.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E, por conseguinte, o voto, porque o meu parecer, ele orienta para a subemenda que eu apresentei.

Então eu, retirando a subemenda, eu vou manter o projeto original como foi apresentado aqui na Casa pela Senadora Roseana Sarney.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. encaminhou o novo parecer para que fosse juntado ao processo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Já recebeu a comissão aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A informação da secretaria é que não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ainda não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois é. Esses feriados também atrapalham muito. Mas eu quero dizer, deixar registrado aqui a V. Exa., então, que eu formalizarei o parecer para ser apresentado aqui na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então V. Exa.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi aprovado pela CAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., pelo o que eu estou entendendo, mantém o projeto com o parecer aprovado na CAS.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O projeto da Senadora Roseana Sarney, como foi aprovado na CAS – Comissão de Assuntos Sociais. Mas a formalidade parece-me que faz com que eu apresente outro...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, V. Exa. precisa apresentar um novo parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Está certo. Então fica adiado.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, eu solicitaria que fosse... Porque senão não tem como pedir vista. Mas já foi pedido. Mas tendo em vista que existe um fato novo, eu acho que nós desconhecemos esse fato novo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não existe fato novo nenhum.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não? Não tem um novo parecer?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O meu parecer que eu altero...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Na verdade, o Senador Papaléo está retirando a subemenda que ele apresentou--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Estou retirando a subemenda.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): --fazendo com que o projeto fique da forma que foi aprovado na CAS.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Na Comissão de Assuntos Sociais. Não altero em nada o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Papaléo tinha feito um parecer inicial com uma subemenda. Aí foi pedido vista pelo Senador Antonio Carlos Júnior, que deve ter feito reuniões com o Senador Papaléo Paes...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós debatemos sobre esse assunto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Nós dois discutimos o assunto com profundidade e o inconveniente era exatamente a subemenda. Então, o Senador Papaléo achou por bem retirar a subemenda e manter o parecer que veio da CAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, o que nós vamos colocar em discussão é o novo parecer do Senador Papaléo Paes, que apesar de ainda não ter sido encaminhada à secretaria, mas mantém o parecer da CAS.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, nós vamos colocar em discussão e V. Exa. encaminhará, então, para efeito de juntada de documento.

Então, em discussão o parecer--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria só de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Olha, na verdade, essa questão é uma questão que foi bastante polêmica, mas que, a partir do relatório, nós tivemos, aí, com pedido de vista, nós tivemos tempo, eu e o Senador Papaléo, de conversar sobre o assunto – o Senador Roberto Cavalcanti também participou de conversas em relação a esse assunto – e realmente chegou à conclusão de que ele realmente criaria alguns complicadores até para a própria operação das emissoras de TV.

Então, portanto, para que fosse facilitada a aprovação do projeto, para que não houvesse, digamos, obstáculos, inclusive envolvendo renúncia fiscal, que fatalmente seria vetada pela Presidência da República, etc. e etc., se chegou à conclusão que a melhor forma era manter o parecer da CAS. O Senador Papaléo tomou essa posição e ficou acordado comigo, aí... Inclusive, até, também, o Senador Roberto Cavalcanti, a gente conversou sobre o assunto. Ficou, então, acertado que a melhor maneira seria aprovar o parecer da CAS. Esse foi o acordo que nós fizemos para que o projeto fosse aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O projeto da Senadora Roseana Sarney é um projeto de mais alta importância. Tramita em conjunto, inclusive, com o Projeto de Lei do Senado 229/2009, do Senador Raimundo Colombo, que obriga os órgãos e entidades públicas a inserir, nas páginas que mantém na rede mundial de computadores, Internet, atalhos para a base de dados, contendo fotos de pessoas desaparecidas. O da Senadora Roseana

Sarney trata de crianças e adolescentes desaparecidos, o Sistema Nacional de Cadastro.

Eu acho que é importante que haja uma divulgação maior, além do cadastro, para que essas crianças, que se vê praticamente, diariamente, nos noticiários, que estão desaparecidas possam ter uma divulgação mais ampla e, com isso, ter uma oportunidade de serem encontradas.

Então eu coloco em discussão o parecer do Senador Papaléo Paes, que é o mesmo parecer sobre o projeto que foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, ou seja, o Senador Papaléo Paes retira a subemenda que tinha apresentado no seu parecer inicial. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Papaléo Paes permaneçam como se encontram. Aprovado.

O projeto será encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Vamos aos projetos terminativos.

O Item 3 da Pauta, que o relator é o Senador Renato Casagrande, ele saiu, vamos aguardar o seu retorno.

Item 4, PDS 531. Item 4, Terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 531/2010. *“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Alto do Vale Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina”.*

Lembrando aos Srs. Senadores que nós vamos fazer a leitura de todos os pareceres e, ao final da leitura dos pareceres, nós vamos fazer a discussão em bloco e a votação nominal, também, em bloco.

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi, relator do item.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, o parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo 531, *“que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Alto do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, é favorável, porém, nós apresentamos duas emendas de redação. Ocorre que, a partir de uma modificação, sofrida a partir de uma portaria ministerial, foi incluída a partícula ‘do’ em Alto Vale. Verificado o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, constata-se que a correta razão social do empreendimento é Rádio Difusora Alto Vale Ltda..”.* Então nós estamos corrigindo o lapso, com emendas de redação.

O voto, portanto, é favorável, com a apresentação das duas emendas. A primeira emenda dá a seguinte redação ao PDS 531: *“Aprova o ato que renova a per-*

missão outorgada à Rádio Difusora Alto Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina". A segunda emenda: "Art. 1º: Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria 535, de 26 de dezembro de 2007, que renova por dez anos, a partir de 29 de janeiro de 2002, a permissão outorgada à Rádio Difusora Alto Vale Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina".

O parecer, portanto, é favorável, com estas duas emendas de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Sérgio Zambiasi.

E eu solicitaria a atenção do Exmos. Srs. Senadores: o parecer do Senador Sérgio Zambiasi, ele é favorável, com duas emendas. Então, nós temos que fazer a votação... Duas votações: uma votação para o parecer e outra, para as emendas. Então, eu vou destacar esse Item 4, vamos votá-lo imediatamente, discuti-lo e votá-lo, para, depois, votarmos em blocos os restantes.

Então, em discussão o parecer do Senador Sérgio Zambiasi, com duas emendas que ele apresenta. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Votação nominal, primeiro, para o parecer e, em seguida, para as emendas. Votação nominal para o parecer do Senador Sérgio Zambiasi, relativo ao Projeto de Decreto Legislativo 531/2010. Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi? Como vota o Senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço V. Exa. Aprovado por unanimidade. E eu pergunto a V. Exas. se posso repetir esta votação nominal para as emendas apresentadas pelo Senador Sérgio Zambiasi. Os que concordam permaneçam como se encontram. Então, aprovada, também, as duas emendas do relator.

Vamos ao Item 5. Item 5 e 6, relatoria do Senador Gerson Camata, ele não se encontra.

Vamos aos Itens 7, 8 e 9, relatoria do Senador Flávio Arns.

Item 7, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 419/2010. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Abatiaense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Abatiá, Estado do Paraná".

Item 8, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 423/2010. "Aprova o ato que outorga permissão à Moriá FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Florá, Estado do Paraná".

Item 9, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 424, de 2010. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Brasil Sul FM Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade da Santa Mariana, Estado do Paraná".

Com a palavra, o nosso senador, vice-governador do Estado do Paraná, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, os relatórios dos três itens lidos são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Arns.

Vamos aos Itens 12, 13, 14 e 15, relatoria do Senador Eduardo Azeredo.

Item 12, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 359/2010. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Inimutaba, Estado de Minas Gerais".

Item 13. O Item 13, o parecer já foi lido, Senador Eduardo Azeredo, foi pedido vista. Então V. Exa. não tem necessidade de ler novamente o parecer do Item 13. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 466/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Aliança FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco”*. A matéria constou na pauta da reunião do dia 6/10/2010 e foi concedido vista ao Senador Roberto Cavalcanti, que não apresentou manifestação por escrito.

Item 14, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 480/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Marilac, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilac, Estado de Minas Gerais”*.

Item 15, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 481/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Rio Claro e Região, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais”*.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, para proferir os seus pareceres.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Sr. Presidente. O Item 12, como mencionado, é da Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba. Inimutaba é uma cidade que fica ao lado da cidade de Curvelo, no centro mineiro. Curvelo é o centro de Minas Gerais. Conhece bem, é uma boa cidade. O parecer é favorável, de acordo com a documentação encaminhada pelo Ministério das Comunicações.

O Item 13, V. Exa. já mencionou, já foi lido o parecer, e o relatório é do Senador Sérgio Guerra, eu tive a honra de ser o senador *ad hoc*. Associação Cultural e Comunitária Aliança FM, da cidade de Aliança, em Pernambuco. Também parecer favorável.

O Item 14 trata-se também da Associação Comunitária de Marilac. A cidade de Marilac fica na região leste de Minas, na região de Governador Valadares. O parecer também é favorável.

E, finalmente, o Item 15, que é da Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Rio Claro e Região. Carmo do Rio Claro já é na região sul de Minas, região de Furnas, do Lago de Furnas. Uma cidade também muito desenvolvida. E o parecer também é favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Eduardo Azeredo.

Vamos aos Itens 16, 17, 18, 19 e 20, de relatoria--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A discussão fica para depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao final.

Dezesseis, 17, 18, 19 e 20, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 16, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 460/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Medeiros Neto, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medeiros Neto, Estado da Bahia”*.

Item 17, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 461/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Esportiva e Recreativa de Jussara, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado da Bahia”*.

Item 18, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 462/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Recreativa e Cultural de Barra da Estiva – ACRCBE, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia”*.

Item 19, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 465/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Luz do Sertão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uauá, Estado da Bahia”*.

Item 20, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 486/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Semeando Vitória, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia”*.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, os Itens 16, 17, 18, 19 e 20, todos eles são rádios comunitárias nas cidades de Medeiros Neto, Jussara, Barra da Estiva, Uauá e Juazeiro, todos eles são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior.

Vamos ao Item 27, relatoria do Senador João Ribeiro. Esse item também não há necessidade de proferir o relatório, o parecer, porque já foi lido e foi pedido vista.

Item 27, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 455/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Jovem FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraias, Estado do Tocantins”*.

A matéria constou na Pauta da reunião do dia 6/10/2010. Na reunião do dia 6 de outubro de 2010, foi

concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti, que não apresentou manifestação por escrito. V. Exa. não precisa ler, refazer a leitura do parecer. Apenas por ocasião da discussão, nós vamos abrir, então, a discussão também desse item. Mas eu pediria a V. Exa., Senador João Ribeiro, que V. Exa. pudesse fazer, como relator *ad hoc*, a leitura dos pareceres dos Itens 30, que tem como relator o Senador Leomar Quintanilha, e 31, que tem como relatora a Senadora Kátia Abreu, que, junto com V. Exa., honra o Estado de Tocantins, na representação do Senado Federal.

Item 30, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 528/2010. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Mateiros, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Mateiros, Estado de Tocantins*”.

Item 31, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 526/2010. “*Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Marianópolis do Tocantins, Estado do Tocantins*”.

Como relator *ad hoc*, o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu quero fazer um rápido comentário sobre essas duas cidades, essas duas rádios comunitárias. A de Mateiros, a cidade de Mateiros, que está no Parque do Jalapão, que é um dos lugares mais bonitos do Brasil. Não sei se V. Exa., que é um homem bem informado, sabe. E lá, inclusive, foi feito parte daquele filme “Deus é Brasileiro”, com Antônio Fagundes, onde tem o fervedouro, o vertedouro de água, as dunas, coisas lindíssimas, o capim dourado, que é o único no mundo, da região do Jalapão. E, portanto, essa rádio comunitária vai servir muito para ajudar a orientar, informar à população, lá do Parque do Jalapão, que precisa ser preservado, e, acima de tudo, a população precisa ser cada vez mais bem informada, no sentido das leis e de tudo que esteja acontecendo pelo Brasil afora.

Então, o parecer é favorável. Eu cumprimento o Senador Leomar Quintanilha, pelo seu relatório. No Item 27, cumprimento... Já foi o... O parecer já foi relatado também, favorável. A cidade de Arraias, que é a cidade histórica do Estado de Tocantins, que merece essa rádio comunitária, e também a cidade de Marianópolis, que lá tem o meu amigo, prefeito Zé do Rui, o empresário rural, que está fazendo um excelente mandato de prefeito, uma cidade pequenininha, mas ele é um homem muito correto, e essa rádio comunitária também vai ajudar porque tem muitos assentamentos na cidade. Enfim, ela vai ajudar muito a população. Então voto também favorável.

E voltando à questão de Mateiros, quero aproveitar, Sr. Presidente, para convidar os senadores, aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, para conhecer o Parque do Jalapão, que é uma das belezas naturais mais bonitas do Brasil. Então fica aqui... Aproveito essa oportunidade para vender um pouquinho as belezas do Estado do Tocantins.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. convida, não só os senadores, mas como os telespectadores, tudo por conta de V. Exa.?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): O que quiser ir, a primeira viagem, chegando lá, eu dou um jeitinho de mandar um carro levar e acompanhar o pessoal. A passagem de avião eu não dou conta de pagar para todo mundo, mas lá eu dou apoio, orientação, o que precisar a gente faz, e, se for os senadores, senador não vai ter esse problema... Eu vou dar toda a assistência, viu, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. é um anfitrião da melhor qualidade. Então, eu recomendo aos Srs. Senadores que possam aceitar o convite do Senador João Ribeiro para conhecerem lá...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E quem for lá ainda vai trazer uma bolsa de capim dourado para a mulher, para a esposa, para a filha ou para a namorada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso aí. Vamos aos Itens 5 e 6. Relatoria do Senador Gerson Camata, que eu pediria ao Senador Valdir Raupp que pudesse fazer a leitura como relator *ad hoc* dos pareceres.

Item 5, Projeto de Decreto Legislativo 507, de 2010: “*Aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade da Castilho, Estado de São Paulo*”.

Item 6, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 508, de 2010: “*Aprova o ato que outorga a Associação Comunitária New Life FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Santa Mercedes, Estado de São Paulo*”.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, como relator *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Os pareceres do Item 5 e 6, do eminente Senador Gerson Camata, é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Itens 21, 22 e 23 de relatoria do Senador Hélio Costa. Pediria ao Senador Eduardo Azeredo que pudesse fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 21, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 2008: *“Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Montanhesa Menino de Jesus de Praga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade da Machado, Estado de Minas Gerais”*.

Item 22, Terminativo: *“Aprova o ato que outorga a permissão a Web Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais”*.

Item 23, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 499, de 2010: *“Aprova o ato que outorga a concessão à Rádio [ininteligível] Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Varginha, Estado da Minas Gerais”*.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, nosso chanceler, para que possa fazer a leitura, como relator *ad hoc*, dos pareceres do Senador Hélio Costa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado pelo chanceler, presidente. O relatório é favorável. É da Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga, relatório preparado pelo Senador Hélio Costa, que eu subscrevo. O processo foi aprovado pelo próprio Ministério das Comunicações. A cidade de Machado fica na região sul de Minas. Estive lá recentemente, nesta campanha eleitoral.

A Web Comunicação fica na cidade de Rio Pomba, essa já na Zona da Mata de Minas Gerais, e o parecer também é favorável; uma cidade, também, importante do nosso estado.

E, finalmente, o Item 23; refere-se à cidade de Varginha, a Rádio Bel(F) Ltda., também para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Varginha. A cidade de Varginha é uma das cidades que mais crescem no Estado da Minas Gerais, com uma grande perspectiva futura de desenvolvimento. E eu tive, também, a honra de ser muito bem votado lá, Sr. Presidente. O parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. foi bem votado nos 800 e quantos municípios?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São 853. Eu fui—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Oitocentos e cinquenta e três municípios no Estado de Minas Gerais. O Pará só tem 143 e vai ter mais um agora, a partir de 2012. Eu espero, Senador Azeredo, que a Câmara Federal aprove a regulamentação que teve o parecer do Senador Tasso Jereissati, aprovado no Senado e está engavetado lá por orientação do governo, para não aprovar a regulamentação da criação de novos municípios no Brasil, que há 15 anos não se cria um município. Isso é um absurdo

que nós não podemos concordar... É por isso que o Legislativo Brasileiro... Daqui a pouco o Judiciário vai regulamentar a criação de município, que é obrigação nossa e que nós não fazemos isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem toda razão, eu estou de pleno acordo. Eu acho que o Senado já fez o seu papel, já discutiu, já aprovou uma flexibilidade... Não é nem flexibilização. Na verdade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É regulamentação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Uma regulamentação da PEC, no sentido de que, realmente, você possa ter a criação de municípios na medida em que o país cresce, mas com regras básicas, nacionais, para evitar excessos que aconteciam no passado.

Agora, ficar como está hoje é que é inaceitável. O Brasil não pode ficar proibido de ter a criação de novos municípios, quando essa não é a realidade que acontece. [ininteligível] indo para a Câmara dos Deputados a partir de fevereiro, pode saber que estarei--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vai capitanear.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, estarei junto com--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta. Não é o assunto objeto da reunião, mas eu quero lembrar aos Srs. Senadores de que há um movimento, nas Assembléias Legislativas dos estados, de aprovarem – e algumas já aprovaram. No meu estado, o Estado do Pará, já aprovou um Projeto de Lei autorizando a Assembléia a criar municípios, o que é inconstitucional.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, pela lei atual, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que é inconstitucional. Ou seja, mas eles estão fazendo. Ceará fez, aí o Pará fez, também. Não sei se outros estados já fizeram, mas, se não o fizeram, o farão, porque nós aqui, no Congresso Nacional, não completamos a discussão e a votação da regulamentação da PEC que permite e devolve aos estados a criação de novos municípios dentro de uma regulamentação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Está bem, presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos Itens 24, 25 e 26. Relatoria do Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 24, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 500, de 2010: *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio da Renascença Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”*.

Item 25, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 503, de 2010: *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo”*.

Item 26, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 544, de 2010: *“Aprova o ato que outorga a concessão à CDIN – Canal Digital Internacional de Notícias Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade da Águas da Prata, Estado de São Paulo”*.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, no tocante aos Itens 24, 25 e 26, eu acompanho a relatoria do Senador Marcelo Crivella no tocante à aprovação dos três itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti, pela leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Itens 28 e 29; relatoria do Senador Delcídio Amaral. Solicito ao Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 28, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 438, de 2010: *“Aprova o ato que outorga a permissão à [ininteligível] Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Bodoquena, Estado do Mato Grosso do Sul”*.

Item 29, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 455, de 2010: *“Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM DA(F) Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Guia Lopes da Laguna, Estado do Mato Grosso do Sul”*.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, como relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, por designação da Presidência da comissão, eu passo a relatar, como relator *ad hoc*, os Itens 329 e 339, que... resultante de projetos distribuídos(F) ao Senador Delcídio Amaral. Como S. Exa. não se encontra presente, eu passo a relatá-lo neste instante. Trezentos e... É, é isso. Eu estou no 28 ainda.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, venho a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 445, de 2010, nº. 1825, de 2009, na Câmara dos Deputados, que *“aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM DA(F) Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guia Lopes da Laguna, no Estado de Mato Grosso do Sul”*.

Sr. Presidente, para não me delongar(F) em considerações, e como a Casa já está habilitada a votar a matéria, devo dizer que, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 445, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio FM DA(F) Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma de Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

É esse, Sr. Presidente, o meu voto, em função da análise que fiz sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel. E vamos aos Itens 10 e 11; relatoria do Senador Renato Casagrande. Ele teve que se ausentar para um compromisso e não retornou. Então eu vou pedir ao Senador Acir Gurgacz que, como relator *ad hoc*, possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 10, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 552, de 2010: *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade da Jales, Estado de São Paulo”*.

Item 11, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 561, de 2010: *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade da Linhares, Estado do Espírito Santo”*.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): É um prazer, Sr. Presidente, estar aqui como relator *ad hoc* do Senador Renato Casagrande, eleito governador do Espírito Santo.

Tanto o Item 10, quanto o Item 11, os dois pareceres são favoráveis pela implantação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos concluir, da Pauta, o Item 3 da Pauta é um requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande. Como ele não se encontra, eu vou

retirá-lo de Pauta em função de ser um requerimento que o autor tem que fazer a defesa...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu estou apresentando um requerimento para uma Audiência Pública que visa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Extrapauta?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Extrapauta, que visa discutir o Plano Geral de Metas de Universalização pela Anatel, da Anatel.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos concluir a discussão, aí aprovamos o extrapauta de V. Exa. Vamos à discussão dos Itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31. O Item 4 já foi votado, inclusive, em duas votações com o parecer e as emendas. Então é do Item 5 em diante; 5 a 31. Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A minha observação é recorrente. Na reunião passada, eu tinha passado vista dos Itens 13 e 27, em função das razões sociais das empresas, uma apresentar o nome de Aliança FM e a outra de Jovem FM, em sintonia com o pensamento de uma grande parte dos membros dessa comissão, ao qual nós fizemos uma consulta ao Ministério das Comunicações, o Ministério das Comunicações solicitou que fosse feito um Projeto de Lei específico para o caso, foi feito o projeto para o caso, o projeto está nas mãos da relatoria do Senador Renato Casagrande, que eu espero que ele conclua essa relatoria.

Então gera um impasse no sentido de que eu tenho que... O meu pedido de vista é pontual, é só uma referência em função de lembrar que existe esta pendência e esta solicitação por parte das emisoras FM. No tocante ao Item 6, que é um item que foi apresentado hoje, pela primeira vez, então eu peço vista no Item nº. 6 e libero para votação os Itens 13 e 27, lembrando aos demais senadores que nós temos que nos empenhar, junto ao Senador Renato Casagrande, para que o mesmo tenha um parecer contrário ou favorável ao nosso projeto de lei, para que, então, nessa Casa, nós possamos votá-lo e tomarmos uma decisão final sobre o uso ou não, nas razões sociais

das rádios comunitárias, da sigla FM. É esta a minha ponderação.

Sistematicamente, eu peço vista, existem vários senadores aqui que me acompanham nesse pensamento, mas, na verdade, nós estamos aguardando essa relatoria do nobre Senador Renato Casagrande. É isso. Fica vista no 6 e liberado para votação 13 e 27, tendo em vista o meu pedido de vista anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o Senador Roberto Cavalcanti tem razão. A nomenclatura incluindo a palavra "FM", ela traz confusão. Na verdade, elas são rádios comunitárias, e a rádio comumente conhecida como rádio FM são as rádios comerciais. Só manifestar a concordância com o argumento apresentado pelo Senador Roberto Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Roberto Cavalcanti tem sido atento sempre a essas nomenclaturas de rádio comunitária que trazem como "FM", ou como... Então eu acredito que isso deveria ser atendido lá no Ministério das Comunicações. Quando tramitasse o processo, eles já fizessem a alteração da denominação da empresa. Com isso, facilitaria o trabalho, não haveria necessidade de fazer um Projeto de Lei para que não possa fazer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso. Mas, nobre Presidente, o entendimento do Ministério das Comunicações à época, inclusive, que estava à frente o atual Senador Hélio Costa, foi contrário. Foi no sentido de que caberia a nós, legisladores, fazermos o projeto. O projeto está em nossas mãos. Cabe a nós... Eu acho que vamos ponderar, mas cabe a nós aprovarmos logo esse nosso projeto, ou então troca de relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu, como relator de projetos de rádio, eu aprovo com restrições. Eu sempre coloco a restrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior, eu vou fazer um contato com o Governador Renato Casagrande, da possibilidade dele retornar com o parecer, para que na próxima sessão nós possamos discuti-lo e colocá-lo em votação. Eu acredito que não haveria necessidade disso, bastaria que o ministério pudesse, na origem, fazer a correção.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agora, uma observação só, que este projeto está na mão do Senador Renato Casagrande, mas vai ser uma relatoria na CCT. Então, nós temos que, na verdade, o pedido é da CCT, na qual, na CCT, a primeira

votação dele é na CCT. Depois é que virá para nós. Então, na verdade, o que nós precisamos é agilidade no sentido...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): CCT é a nossa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Desculpe, CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está na CCJ?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, CCT. Eu estou cometendo um engano, está na CCT, está conosco. Eu estou cometendo um engano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então vamos conversar com o Governador Renato Casagrande, para ele fechar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, só pela ordem, é questão de um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero apresentar aqui, Sr. Presidente, o Ibsen(F) Matos Sevalos(F), que é do Paraná, da APAE de São José dos Pinhais, e a gente, com muita honra, o está recebendo aqui, nesta comissão, ele que está expondo, também, um quadro na exposição que vai ser inaugurada, dentro de alguns minutos, no Salão Negro aqui, do Congresso Nacional.

Então quero dar as boas-vindas ao Ibsen(F), jovem lá da APAE de São José dos Pinhais e que, com a arte, o talento e a pintura, está também expondo o seu trabalho no Congresso Nacional. E ele está acompanhado da Professora Gisele [ininteligível], que está aqui, e que também é professora da APAE. Então eu só quero, em nome da comissão, Sr. Presidente, e a gente sabe que V. Exa. é uma pessoa muito ligada à área, também, dar as boas-vindas tanto ao artista Ibsen(F), como à Professora Gisele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns, todos nós conhecemos a dedicação que V. Exa. tem pelas causas sociais e, principalmente, no caso da APAE, e quero fazer, também, da comissão, os votos de boas-vindas ao Ibsen(F) e à Professora Gisele, que nos honram com a participação na reunião de hoje da CCT e desejo boa sorte na exposição que será aberta daqui a pouco no salão... na chapelaria do Senado Federal. Parabéns a vocês.

Vamos à votação. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação nominal com a exclusão do Item 6, que foi solicitado vista pelo Senador Roberto Cavalcanti.

Então, nós estamos votando os Itens 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,

24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, todos com pareceres favoráveis.

Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu voto favorável a todos, exceto o 13 e 27, que eu voto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com os relatores, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então os projetos, com exceção do Item 13 e Item 27, os demais foram aprovados por unanimidade; e o Item 13 e o Item 27; Item 13, PDS 466, de 2010, e o Item 27, PDS 455, de 2010, foram aprovados por maioria dos votos. Voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu gostaria que V. Exa. pusesse em votação o requerimento que pede Audiência Pública para debater o Plano Geral de Metas de Universalização da Anatel.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Antonio Carlos Júnior para inclusão extrapauta do requerimento encaminhado à Mesa. *“Requeiro, nos termos do regimento interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública para debater o Plano Geral de Metas de Universalização, PGMU 3, em elaboração pela Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, tendo como convidados os Srs. Marcelo Bechara, Procurador-Geral da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel; Eduardo Levi Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal, SINDITELEBRASIL; e Walter José Faiad de Moura, Presidente do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel”.*

Em discussão, a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o requerimento, a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior. Vamos ao mérito do requerimento. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, para fazer a defesa do seu requerimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Plano Geral de Metas de Universalização é um projeto importante. É um projeto que visa estender os serviços de telecomunicações por todo o país e, portanto, é preciso que esta comissão debata com o órgão competente, que é a Anatel, e com, também, com sindicatos, etc., etc., para poder saber se nós estamos no caminho certo em relação à implantação da universalização.

Então nós queremos saber como é que está andando o processo e de que forma podemos acompanhar melhor essa execução.

Portanto, daí a justificativa da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento de Audiência Pública solicitado pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Para discutir, senador...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Prezado Presidente Flexa Ribeiro, também pela ordem, agradeceria se, da mesma maneira que o Senador Flávio Arns apresentou o artista indicado pelo Paraná, por ele próprio, eu gostaria de aqui apresentar a Sra.

Mariana Rabay(F) Dutra, que é a artista plástica que eu, como senador por São Paulo, pude indicar. Aproveito a oportunidade para, às 11h, daqui a poucos instantes, estarmos ali, na exposição, que cada um de nós, senadores, indicamos um artista de nossa respectiva Unidade da Federação e agradeço essa oportunidade para apresentar a todos os senadores a Sra. Mariana Rabay(F), uma artista plástica de grande valor e que, inclusive, obteve a indicação do Sindicato dos Artistas Plásticos para que eu pudesse fazer essa indicação. E a exposição está muito bonita ali, no hall de entrada da chapelaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Suplicy. E quero saudar, também, pela comissão, a nossa artista Mariana, do Estado de São Paulo. Seja bem-vinda e que, com certeza absoluta, o trabalho de V. Sa. irá enobrecer a exposição que anualmente o Congresso Nacional faz, por indicação dos senadores, para prestigiar os artistas plásticos de cada Estado da Federação Brasileira. Seja bem-vinda e sucesso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Srs. e Sras. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permanecem como se encontram. Aprovado.

A Audiência Pública será marcada... Proximamente, pediria à Secretaria que, junto com o Senador Antonio Carlos Júnior, entrasse em contato com os convidados para que pudéssemos marcar, então, esta Audiência Pública.

Não havendo mais nenhum item da Pauta de hoje e agradecendo aos Srs. e Sras. Senadores, aos nossos consultores, ao quadro da Secretaria, dou por encerrada a sessão de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação do Senado Federal.

Sessão encerrada às 10h50.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Ro-

berto Cavalcanti, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Eduardo Azeredo e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alfredo Nascimento, Hélio Costa, Leomar Quintanilha, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Moraes, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, que “Dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para impor ao fornecedor a disponibilização, nos contratos formalizados por meio eletrônico, de opção para cancelamento de contratos de fornecimento de produtos e de serviços”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fac-símile, correio de voz, internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico (call centers)”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Durval, que “Altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 735, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Dispõe sobre o Serviço de Atendimento Pessoal ao Consumidor pelos fornecedores que oferecem atendimento em balcão, por telefone, internet ou outra forma de telecomunicação eletrônica.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável ao PLC 114/05, na forma da emenda n.º 01-CCT (Substitutiva), e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 154/07, 542/07, 625/07, 735/07 é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado**

nº 148, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Regulamenta as relações entre a Internet e a propaganda eleitoral e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer pela prejudicialidade dos PLS 148/05 e 291/08, que tramitam em conjunto é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para determinar a cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nas condições em que especifica.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o parecer é pela rejeição da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4: Requerimento nº 24, de 2010–CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer “..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2010 que “Aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo”, para juntada do Despacho do Ministro de Estado das Comunicações, proferido em 26 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto p.p. e recebido por esta CCT, com o prosseguimento da análise daquela proposta legislativa, nos termos regimentais.” O requerimento é aprovado. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Assis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Assis, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica de Produtores Rurais de Brejetuba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejetuba, Estado do Espírito Santo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de De-**

creto Legislativo nº 425, de 2010, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Corupá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma Sola, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Tunápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Capinzal para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rebouças FM – Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rebouças, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é apro-

vado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Jeruel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Torre de Pedra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torre de Pedra, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis com abstenção do Senador Roberto Cavalcanti. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rio Alegre Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pau-brasiliense de Radiodifusão Comunitária – APRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na

cidade de Pau Brasil, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à FM Sertaneja de Abaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaré, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Bom Jesus de Cuiabá para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária New Life FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mercedes, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis, com voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Thathi de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pioneira Aguiabranquense de Radiodifusão

para a Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águia Branca, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Torre de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita D’Oeste, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Porteirinha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Recanto dos Pintados – ASSOPINTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corguinho, Estado de Mato Grosso do Sul” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Recreação “Advento” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2010**, de caráter

terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 533, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência para o Senador Roberto Cavalcanti, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar o seguinte item: **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senadores Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Sérgio Zambiasi requerem a inclusão extrapauta, de projeto e requerimentos, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Altera os arts. 41-A e 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a distribuição de parte dos recursos do Fundo Partidário proporcionalmente ao número de candidatas eleitas pelos partidos no pleito para a Câmara de Deputados” que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que “Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de regular a realização de pesquisas eleitorais com maior precisão nos dias que antecedem às eleições”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Altera as Leis nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as

eleições.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável ao PLS 93 de 2010, com as emendas nº 01-CCT, 02-CCT, 03-CCT, 04-CCT, 05-CCT, 06-CCT, e pela prejudicialidade do PLS 241, de 2009 e do PLS 366, de 2009, que tramitam em conjunto, conforme relatório reformulado, durante a discussão, pelo Relator ad hoc, Senador Cícero Lucena é aprovado. Durante a discussão, fazem uso da palavra os Senadores Gerson Camata e Eduardo Azeredo. **Extrapauta, Item 2: Requerimento nº 25, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, que requer “..., nos termos do art. 93, inc. II do regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCJ, a CMA, a CAE e a CE, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Sr. Amilcare Dallevo Junior; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Sr. Alexandre Annenberg; e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. Carlos Alkimim.” O requerimento é aprovado. **Item 3: Requerimento nº 26, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Flexa Ribeiro, que “Em aditamento ao Requerimento nº 25 – CCT, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requeiro também seja convidado para participar da Audiência Pública conjunta para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e onze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 24 de novembro de 2010.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no diário do Senado Federal.

Dando prosseguimento a essa reunião, passemos aos seguintes itens... Existem requerimentos, pedidos extrapauta e pedidos de inversão de pauta. Gostaria de iniciar.

O Item 1 nós retiramos de pauta, em função do Sr. Relator não estar presente e ser um item extremamente polêmico, porque existem a ele acoplados quatro outros projetos. Então será decidido em reunião posterior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pois não, com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem um projeto da maior importância, que trata de questões relativas à eleição, e ele foi já discutido aqui, já iniciou a discussão, foi pedida a anexação de outros projetos, e eu queria pedir que ele fosse incluído extrapauta, com o relator Cícero Lucena como relator *ad hoc*, já que o Senador Papaléo é que era o relator original. E não tem nada de novidades, são projetos todos aprovados por nós, quando fizemos aquela Comissão de Reforma Eleitoral, aqui, no ano passado. O que acontece é que nós aprovamos no Senado 64 itens; a Câmara dos Deputados só aproveitou quatro, por exiguidade de tempo. Então, esses outros 60 foram reapresentados. Então é isso que eu queria pedir: a inversão de pauta, para que o relator *ad hoc*, Cícero Lucena, pudesse ler o relatório do Senador Papaléo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Está sendo solicitada, na verdade, a inclusão extrapauta e a inversão de pauta. Trata-se do PLS 241/2009, que tramita em conjunto com o PLS 366/2009 e com o PLS 93/2010. Como o relator não está presente, nós indicariamos como relator *ad hoc* o Senador Cícero Lucena.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena, como relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, dizer que é por demais meritório o projeto do Senador Eduardo Azeredo. Eu acho que essa Casa tem e deve ter o compromisso de resgatar e dar uma velocidade no momento oportuno. Normalmente, no ano de eleição, se torna muito mais difícil as aprovações, as possíveis alterações, e o tempo não nos permitiu aprovar algo que já foi discutido nesta Casa e aprovado por esta Casa. Então, em função disso, a reapresentação apenas daqueles itens que não foram aproveitados na Câmara, como no caso, em seguida, vai para aquela Casa, nós vamos... e foi distribuído o relatório, aí, com todos os demais senadores, nós vamos direto ao voto, Sr. Presidente, que é efetivamente... *“Em razão do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 93/2010, modificado pelas emendas apresentadas e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 241/2009 e do Projeto de Lei do Senado 366, também de 2009”*.

Então, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação, com as emendas que, se V. Exa.... Que o autor do projeto está pedindo para que possa também apresentar umas emendas, do qual eu já tenho conhecimento e, desde já, digo que acato.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero só explicitar essas últimas... São quatro alterações, que são feitas exatamente com base na experiência recente dessas eleições, além daquelas anteriormente aprovadas por nós. O Senador Cícero já tem conhecimento. A primeira, ela coloca que é permitida a colocação de cavaletes, bonecos, cartazes, mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras, ao longo das vias públicas, praças e áreas de uso público, desde que móveis, não causem dano ao local e não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. Qual que é o objetivo? É deixar claro que pode se usar o cavalete – esse foi o instrumento usado em toda campanha -, entretanto, determinada cidade, o juiz pensava diferente, o procurador, o promotor público achava que não podia, e isso deu, realmente, inconvenientes diversos em todo o país. É aquele problema que nós estamos enfrentando. Se nós não legislamos, não deixamos claro que é permitido, outros vão e fazem a sua interpretação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A precisão da lei é fundamental em tudo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Então esse é para deixar claro que é permitido, sim, usar cavalete móvel, desde que não incomode o trânsito das pessoas.

A outra emenda prevê, também, que é permitida a utilização... já falava em faixas, placas, cartazes não colantes, textos adesivos, transparentes ou não, que não excedam a quatro metros quadrados. Já é assim também. O que é a novidade? É que a alteração relaciona que toda eleição tem uma série de pequenas atividades gráficas de divulgação das candidaturas, como a fixação de faixas, placas, cartazes não colantes, textos e adesivos transparentes, os chamados sitru, ou perfurado, que foi utilizado muito aquele adesivo no vidro traseiro dos carros, e são voluntários, como expressão da vontade do eleitor, e assim não ensinam a emissão de recibos e valor(F) estimável. O que é que aconteceu nesse caso? Da mesma maneira, em determinado local, o juiz exigia que tivesse uma autorização do uso, no carro particular, de um adesivo. O carro é do sujeito, ele é proprietário do carro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E muitas vezes são familiares que se acoplam às campanhas dos próprios candidatos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Até, de alguma maneira, forçando que houvesse remuneração. Não pode ter remuneração, mas forçando. Então, também deixando claro que é legal, é normal, a utilização do chamado sitru ou perfurados.

O terceiro ponto é suprimindo uma... Quer dizer, na verdade, é uma emenda da emenda, porque nós já temos, aí, a prestação de contas parcial, no dia 06 de agosto e no dia 06 de setembro, e, nessa eleição, mostrou que isso atende perfeitamente, depois da prestação final. Ocorre que, naquela ocasião, com uma emenda do Senador Suplicy, acabou sendo acatada, fazendo uma terceira prestação parcial, que seria na véspera de eleição, no dia 30. Apesar do bom objetivo, mas é um transtorno para todos que fazem uma campanha, a dificuldade de papéis, de maneira que não parece que seja necessário. Então, eu estou retirando essa do dia 30.

E, finalmente, a questão de que as despesas de valor menor ou igual a um salário mínimo vigente poderiam ser relacionadas em lista, cujo valor total será pago por um único cheque ou documento de débito, sendo, entretanto, cada despesa identificada pela inscrição do CPF ou no CNPJ. Qual é a justificativa dessa,

Senador Camata, que está aqui atendendo, escutando também? É que toda eleição tem uma série de pequenas despesas, como transporte, correios, alimentação, distribuição de material de campanha, que não justificam a emissão de cheques individualizados de pequeno valor. Nós emitimos cheques de 30 centavos, cheques de R\$ 1,20, cheques de R\$ 10,00... Isso tudo foi emitido. Cheque para pagar tarifa bancária teve que ser emitido, cheque para pagar o *office-boy*, que levou o material de motocicleta e cobrou R\$ 10,00. Então permanece a obrigatoriedade de fazer essa listagem, mas em uma lista, no borderô, e não um cheque para cada uma dessas despesas, desde que não tenham, realmente, significância no total das despesas eleitorais. Daí a limitação a um salário mínimo. São esses quatro pontos, senador, se isso aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu voto a favor das emendas apresentadas porque, normalmente, em consequência da lacuna legal, os candidatos são tratados como marginais, por determinados juízes e promotores. Porque... Por exemplo, no Espírito Santo... E outra coisa: de um município para o outro, de um promotor para o outro, de um juiz para o outro, de um procurador para o outro, varia a interpretação da lei. Em um lugar pode ter autofalante; no outro lugar, não pode ter autofalante; num lugar pode soltar fogos; no outro lugar, não pode soltar fogos. A lei diz que o Partido comunica ao delegado onde ele vai fazer o comício, o promotor proíbe fazer o comício naquela praça... Quer dizer, não tem lei, não tem lei eleitoral no Brasil. E esse problema dos recibos. O senhor vai com a equipe em um bairro pobre, aí tem que pagar o lanche das pessoas com cheque. Normalmente nesses bairros, essas biroskas, elas não têm nem registro, não têm nada, não aceita cheque e tal. Aí, se você paga com dinheiro por fora e se a Justiça pegar, pode até impedir a candidatura. Agora, se, por cheque, eles não aceitam, aí fica um pepino para você fazer aquela despesa, e pode até, depois, alguém reclamar que você deixou a equipe sem comer, aí lá vai para a Justiça do Trabalho. Quer dizer, é um problema muito complicado.

Então, toda essa legislação, ela precisa ser unificada, para que ela seja interpretada da mesma maneira por todos os juízes e todos os promotores. E precisa, também, que juízes e promotores das comarcas do interior obedeçam a interpretação que o TSE dá e que o Tribunal Regional Eleitoral pedem. Eles não obedecem, não. Teve lá até um juiz que eu fui procurado e ele disse: "Não, quem manda aqui sou eu. Aqui, TRE

e nem o TSE manda aqui, não. Quem manda aqui sou eu”. Então, quer dizer, a lei não manda lá, manda é ele. Então, talvez, até não precisava nem ter lei. Já que é ele quem manda, deixa ele fazer a lei para aquele município.

Então, eu acho que muitas coisas nós temos que rever, aqui já conserta um pouco, mas tem que haver uma afinação da lei, para que, em todos os lugares, em toda parte do Brasil, a lei eleitoral seja igual e interpretada da mesma maneira, com uma exegese de interpretação exarada, ou do TSE ou dos TREs regionais, e que seja obedecido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Parabenizo aí essa interferência do Senador Gerson Camata, e principalmente o texto de uma justificativa do Senador Eduardo Azeredo, na qual está bastante claro. A experiência nos mostrou que... Isso é a vida, isso é o aprimoramento da lei.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, apenas para renovar aquilo que eu já antecipei do meu acatamento às emendas propostas pelo autor do projeto e também nas emendas do Senador Eduardo Azeredo, dizendo que essas emendas, então, fazem parte, também, agora, do meu relatório, ao qual eu tive a honra de ser relator *ad hoc*, já que o relator original era o Senador Papaléo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Continua em discussão o tema. Se algum senador quiser fazer uso da palavra... Em votação.

Senadores que estão de acordo com o projeto e as emendas oferecidas em Plenário queiram permanecer da forma que se encontram. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, só quero tomar a liberdade de apresentar a Sra. Danimar Cristina, que é minha primeira suplente e que está visitando o Senado Federal e também vendo as atividades e se envolvendo, também, na rotina do Senado Federal. E eu quero, em nome meu, pessoal, e em nome da comissão da qual eu sou suplente, dar às boas-vindas também e dizer que o grupo do Paraná, portanto, está reforçado, no dia de hoje, nesta comissão, com Danimar Cristina, primeira suplente, e eu próprio.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flávio Arns, eu tive

o privilégio, ontem, de ser apresentado a nossa nova Senadora Danimar e dizer que tive essa grata satisfação. Agora eu tenho dois amigos, um vice-governador e mais uma nova senadora na casa. Parabéns ao Estado do Paraná.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu tive a honra de conhecer, também, a senadora e, com a apresentação, feita agora, pelo Senador Flávio Arns, quero dizer que, mesmo com a quebra do Pacto Federativo, mas nós ficamos alegres, o Paraná está, no caso, com quatro senadores.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É verdade, é verdade, é verdade. É um privilégio. Estado rico tem sempre esses privilégios. O Paraná, diferentemente da nossa querida Paraíba, Senador Cícero Lucena, da qual V. Exa. honra em representá-la, nós somos realmente abandonados em várias causas.

Então, dando prosseguimento. Existe, na Mesa, um requerimento do Senador Flexa Ribeiro. Então vamos passar. Enquanto temos quórum, vamos passar para as... Tem um projeto do Senador Marco Maciel, Item 2, Projeto de Lei nº. 148/2005, que “*regulamenta as relações entre Internet e a propaganda eleitoral e dá outras providências*”. O projeto é de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e o relator é o nobre Senador Marco Maciel. É o Item 2 da pauta.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Presidência, sob a direção do Senador Roberto Cavalcanti, resolveu designar-me para relatar os Projetos de Lei do Senado PLS 148/2005 e 291/2008(F), que tratam de matéria que tramitam em conjunto, por força do Requerimento nº. 608/2009, relativos à propaganda eleitoral na internet.

O primeiro, como é sabido, é de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, a quem já aludi, e regulamenta as relações entre a internet e a propaganda eleitoral e dá outras providência; o segundo, de autoria do Senador Expedito Júnior, altera o art. 36 e o § 3º, do art. 45, da Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela internet. Devo dizer, inclusive, que essa lei foi sancionada por meu intermédio, ao tempo em que exercia a vice-Presidência da República.

“Conforme o art. 1º, do PLS 148/2005, aplicam-se à propaganda eleitoral pela internet as regras pertinentes à propaganda eleitoral em geral, observados o disposto na lei que resultar da aprovação do projeto. A manutenção de página na internet, antes do período de propaganda eleitoral, não caracteriza propaganda extemporânea, desde que nela não haja pedido de voto

e nem menção ao número do candidato. Os candidatos poderão, conforme o art. 2º, manter página na internet, com terminação [ininteligível], como mecanismo de propaganda eleitoral. Para tanto, o candidato deverá providenciar o registro do cadastro do respectivo domínio, no órgão gestor, da Internet Brasil, responsável pela distribuição e pelo registro de domínios, observadas as disposições da lei. O projeto altera a redação do § 3º, do art. 45, da Lei 9504, a que já aludi, que, em sua forma vigente, veda as emissoras de rádio e televisão, a partir de 1º de julho do ano da eleição, determinadas condutas que podem influir no processo eleitoral, para definir que tais vedações não se aplicam aos sítios da internet, inclusive os mantidos por empresas de comunicação. Determina, também, o projeto que a divulgação de opinião favorável ou contrária a candidato, partido político ou coligação, em sítio da internet, não caracteriza propaganda eleitoral. Os abusos e excessos, entretanto, como as 'demais formas de uso indevido do meio de comunicação', serão apurados e punidos nos termos do art. 22, da Lei Complementar nº. 64, de 18 de maio de 1990, sem prejuízo do direito de resposta, previsto no art. 58 e seguintes da Lei Eleitoral. Eu me reporto, mais uma vez, à Lei 9504/1997. A vedação contida no parágrafo único, do art. 240, da Lei 4737, de 15 de junho de 1965 – e essa lei diz respeito ao Código Eleitoral – prevê que, desde 48 horas antes até 24 horas depois da eleição, é proibida qualquer propaganda política, mediante radiodifusão, televisão, comícios ou reuniões públicas, não se aplica aos sítios da internet, conforme o projeto sob exame. Entretanto, em páginas de provedores de acesso à internet, não é permitida a propaganda eleitoral em nenhum período. O candidato pode, todavia, participar de sala de bate-papo, mantida por provedor de acesso à internet, para responder a perguntas de internautas, ainda que antes do período de propaganda eleitoral, definido em lei.

O Projeto de Lei do Senado nº. 291, de 2008, apensado ao PLS supracitado, permite a propaganda eleitoral na internet a qualquer tempo, vedado, entretanto, o anonimato e o 'uso de métodos contrários à lei penal'. As discussões da nova lei aplicam-se 'às redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicações de valor adicionado, excetuados os sítios da internet, inclusive os mantidos pelas empresas de comunicação'. Antes de as duas proposições tramitarem conjuntamente, o PLS 291/2008 mereceu desta comissão, em 05 de novembro de 2008, parecer favorável com emenda. A seguir, a matéria será submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa”.

Análise. “Os projetos são meritórios a meu ver e não apresentam óbices de natureza constitucional.

Entretanto, a Lei nº. 12034, de 29 de setembro de 2009, que altera as Leis 9096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos, e a Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e a Lei 4737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, já regula, de forma satisfatória, a questão da propaganda eleitoral da internet. Assim, acrescenta os seguintes dispositivos à Lei 9504/1997”.

E, Sr. Presidente, eu gostaria de não fazer uma leitura de todos os dispositivos a que acabo de mencionar. “O art. 57A permite a propaganda eleitoral na internet, nos termos dessa lei, após o dia 05 de julho do ano da eleição. O art. 57B diz que a propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas: inciso I: em sítio do candidato, com endereço eletrônico, comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviços de internet, estabelecido no país; inciso II: em sítio do Partido ou da coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direto ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no país; inciso III: por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação; inciso IV: por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e semelhantes, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações, ou de iniciativa de qualquer pessoa natural ou pessoa física. Art. 57C: ‘Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga’. § 1º, do art. 57: ‘É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet em sítios’. Inciso I: ‘de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos; inciso II: ‘oficiais ou hospedados por órgãos de entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios’. § 2º: ‘A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado sem prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de 5 mil reais a 30 mil reais’. Art. 57D: ‘É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato e durante a campanha eleitoral, por meio de rede mundial de computadores, internet, assegurado o acesso e o direito de resposta nos termos das alíneas, A, B e C, do inciso IV, do § 3º, do art. 58, do art. 58A e por outros meios de comunicação interpessoal, mediante mensagem eletrônica’. § 2º: ‘A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado, sem prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de 5 mil reais a 30 mil reais’. Art. 57: ‘São vedadas às pessoas, relacionados no art. 24, a utilização, doação ou cessão de cadastro eletrônico de seus clientes em favor de

candidatos, partidos ou coligações'. § 1º: 'É proibida a venda de cadastro de endereços eletrônicos'. § 2º: 'A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado o seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de 5 mil reais a 30 mil reais'. Art. 57F: 'Aplicam-se ao provedor de conteúdo e de serviços de multimídia, que hospeda a divulgação de propaganda eleitoral de candidato, de partido ou de coligação, as penalidades previstas nesta lei, se, no prazo determinado pela Justiça Eleitoral, contado a partir da notificação da decisão sobre a existência de propaganda irregular, não tomar providências para a cessação dessa divulgação'. Parágrafo Único: 'O provedor de conteúdo ou de serviços multimídia só será considerado responsável pela divulgação da propaganda se a publicação do material for comprovadamente de seu prévio conhecimento'. Art. 57G: 'As mensagens eletrônicas, enviadas por candidato, partido ou coligação, por qualquer meio, deverão dispor de mecanismos que permita o seu descadastramento pelo destinatário, obrigado o remetente a providenciá-lo no prazo de 48 horas'. Parágrafo Único: 'Mensagens eletrônicas, enviadas após o término do prazo, previsto no caput do artigo, obviamente, sujeitam os responsáveis ao pagamento de multa no valor de 100 reais por mensagem'. Art. 57H: 'Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, será punido, com multa de 5 mil reais a 30 mil reais, quem realizar propaganda eleitoral na internet, atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive a candidato, partido ou coligação'. Art. 57, Item 1: 'A requerimento de candidato, partido ou coligação, observado o rito previsto no art. 96, a Justiça Eleitoral poderá determinar a suspensão, por 24 horas, do acesso a todo conteúdo informativo dos sítios da internet que deixarem de cumprir as disposições dessa lei. A cada reiteração de conduta será duplicado o período de suspensão. No § 2º, se estabelece que, no período de suspensão a que se refere este artigo, a empresa informará a todos os usuários que tentarem acessar seus serviços que se encontram temporariamente inoperante, por desobediência à legislação eleitoral'.

Passo agora, Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, a ler o meu voto. *"Considerando, portanto, que os supratranscritos dispositivos já regulam inteiramente a matéria, de forma bem atualizada, opinamos pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº. 148/2005 e 291/2008, com fundamento no art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal".*

Este é, portanto, Sr. Presidente, o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Em discussão a matéria. Os Srs. Senadores que queiram discutir o tema. Em votação.

Os senadores que acompanharem o voto do relator queiram permanecer como se encontram. Aprovado o voto do relator.

Dando sequência, eu solicitaria ao Senador Flávio Arns para relatar os Itens 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Vou ter que lê-los.

Item 7, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº. 425/2010, que *"aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Corupá para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina"*.

Item 8, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº. 426/2010, que *"aprova o ato de outorga de autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola, para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma Sola, Estado de Santa Catarina"*.

Item 9, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº. 430/2010, que *"aprova o ato de outorga de autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Tunápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina"*.

Item 10, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal 474/2010, que *"aprova o ato de outorga de autorização da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Capinzal para executar o serviço de radiodifusão comunitária no município de Capinzal, Estado de Santa Catarina"*.

Item 11, terminativo. Projeto de Lei (sic) Legislativo do Senado Federal nº. 494/2010, que *"aprova o ato de outorga e autorização para a Associação de Radiodifusão Comunitária Rebouças FM – Paraná, para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rebouças, Estado do Paraná"*.

Eu gostaria... Senador Flávio Arns, só um minuto, para fazer a transição da Presidência da Mesa para o titular, o Presidente, o Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero, primeiro, agradecer ao Senador Roberto Cavalcanti, por ter iniciado a nossa reunião de hoje, da CCT. Eu peço desculpas aos parlamentares, eu estava numa reunião de bancada do Estado do Pará, definindo as emendas cujo prazo final é até hoje.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas estava muito bem presidida aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta. A competência do

Senador Roberto Cavalcanti não deixa nenhuma diferença, muito pelo contrário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pelo contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele preside com muito mais agilidade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu protesto com o 'muito pelo contrário'. Eu tento imitar o Senador Flexa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu queria levantar uma preocupação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): --e fazer uma proposta. Hoje é o dia, o último dia para que todas as comissões façam a votação da questão orçamentária e, no caso, esta comissão também tem esse trabalho. Então eu queria sugerir a inversão de ordem. Nós suspendermos, após o relato do Senador Flávio Arns, que é bastante sucinto, nós deixarmos para votar todas em bloco essas concessões e já votarmos a questão orçamentária, porque os demais senadores têm compromisso em outras comissões.

Seria essa a minha proposta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desde que haja o compromisso dos Srs. Senadores que permaneçam, para que nós possamos aprovar os projetos terminativos, não há dificuldade em inverter a pauta. Eu apenas lembro, Senador Cícero Lucena, que as emendas, a cessão para a aprovação das emendas de comissão, ela não requer a presença de quórum qualificado. Então nós temos já o quórum--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas ela tem prazo, Sr. Presidente, que é hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, mas nós concluiríamos os terminativos, votaríamos e passaríamos às emendas.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Que a informação do relator é que ele vai ter que se ausentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é muito rápido, nós já estamos no Item 11 e complementamos rápido.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Espero que seja rápido--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): --mas eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O Presidente anterior não havia lido o Item 12...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 12?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, os relatórios dos Itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, que é o ato que aprova, o ato que "outorga autorização à Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina", os relatórios são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Arns, mas vou ler o caput do Item 12, para que possa ficar registrado, também, em Ata.

Item 12, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 524/2010. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina". Parecer do Senador Flávio Arns: favorável.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos Itens 13, 14 e 15. O relator: Senador Eduardo Azeredo.

Item 13, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 493/2010. "Aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais".

Item 14, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 496/2010. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Jeruel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Pirapora, Estado de Minas Gerais".

Item 15, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 514/2010. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Torre de Pedra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torre de Pedra, Estado de São Paulo".

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o parecer é favorável nos três itens, Vale Verde, na cidade de São Domingos do Prata, que fica na região leste de Minas, na região do Vale do Aço, também no caso do Item 14, que é a Associação Comunitária e Cultural Jeruel, na cidade de Pirapora. Pirapora fica exatamente à beira do Rio São Francisco, em Minas Gerais, região norte do estado. E, finalmente, a Associação Cultural Comunitária Torre de Pedra, na cidade de Torre de Pedra, no Estado de São Paulo. Torre de Pedra, Estado de São Paulo, eu não sei a localização, não, mas o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Eduardo Azeredo.

Item 16, relator: Senador Cícero Lucena, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 327/2007. *“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba”*. Senador: Cícero, para a leitura do seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, como é pela renovação e pelo serviço prestado dessa emissora em todo o Estado da Paraíba, o meu voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Itens 20 e 21. Relatoria do nobre Senador Gilberto Goellner. Item 20, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 549/2010. *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Bom Jesus de Cuiabá para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso”*.

Item 21, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 556/2010. *“Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade da Cláudia, Estado de Mato Grosso”*.

Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, ambos os projetos são com parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Gilberto Goellner.

Vamos... Então vamos aos *ad hocs*.

Itens 17, 18, 19, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior. Peço ao Gilberto Goellner que possa fazer a leitura dos pareceres, como relator *ad hoc*.

Item 17, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 488/2010. *“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rio Alegre Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia”*.

Item 18, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 492/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Paubrasiliense de Radiodifusão Comunitária – APRC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau Brasil, Estado da Bahia”*.

Item 19, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 562/2010. *“Aprova o ato que outorga permissão à FM Sertaneja de Abaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Abaré, Estado da Bahia”*.

Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner, como relator *ad hoc*.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, os três itens, relatados por V. Exa., da cidade da Santa Maria da Vitória, da cidade de Pau Brasil e da cidade de Abaré, ambas no Estado da Bahia, tem como relator, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Júnior, nós, como relatoria *ad hoc*, comunicamos que o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço.

[interrupção no áudio] que trata do PDS terminativo, Projeto de Decreto Legislativo, 508/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária New Life FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mercedes, Estado de São Paulo”*. Teve como relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp, já foi lido o parecer favorável, foi concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti, pelo prazo, e não houve manifestação. Então, não há necessidade da fazer novamente a leitura, só vamos colocá-lo em discussão e votação ao final.

Itens 23 e 24, relatoria do Senador Gerson Camata.

Item 23, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 554/2010. *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Thathi de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”*.

Item 24, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 589/2010. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pioneira Aguiabranquense de Radiodifusão para Promoção da Cultura, Artes e Educação, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águia Branca, Estado do Espírito Santo”*.

Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado a V. Exa. O primeiro projeto trata-se apenas de uma renovação de um sistema de comunicação de ondas médias, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. O meu relatório é favorável e peço aos nobres companheiros o acolhimento do mesmo.

O segundo trata-se de uma rádio comunitária na cidade de Águia Branca, no Estado do Espírito Santo. Essa cidade, Sr. Presidente, é colonizada por poloneses e recebeu, há alguns anos, quando eu era governador, a visita do General Jaruzelski, o grande ditador da Polônia que praticamente encerrou o Regime Comunista naquele país. E dizer também que o prefeito dessa cidade, que se chama Brizola, recentemente, ele foi de automóvel ao Piauí, ao Sergipe. Quando ele parou

o carro, Sr. Presidente... Chama-se Águia Branca. Então disse que o guardador de carro disse a ele assim: "Mas que cidade é essa, que chama 'Águia Branca?'". Ele disse: "Não, não é 'Águia Branca', não, é Águia Branca". Apenas um fato curioso para fundamentar, também, o relatório favorável a esta rádio comunitária, que é a primeira na cidade de Águia Branca, Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado a V. Exa.. Relatório favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Gerson Camata, estava sentindo falta de V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado. Eu realmente estava com muita saudade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma presença bastante importante na comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu fui a Roma, Sr. Presidente, cumprimentar o nosso cardeal, que eu fui colega de seminário dele, em Mariana, no tradicional seminário, e me orgulho muito de ter um colega... Um, o Geraldo Lírio, Presidente da CNBB, e o outro, o Cardeal brasileiro, que vai participar da eleição do próximo papa, esperando que esse papa não morra tão cedo, e que é mineiro da terra, aqui, do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., então, voltou de Roma abençoado, e transfira a todos nós as bênçãos que V. Exa. recebeu em Roma.

Vamos aos Itens 25, 26 e 27, relatoria do Senador Hélio Costa. Peço ao Senador Eduardo Azeredo que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 25, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 389/2010. "*Aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais*".

Item 26, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 444/2010. "*Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Torre de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Santa Rita D'Oeste, Estado de São Paulo*".

Item 27, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 467/2010. "*Aprova o ato que outorga permissão à Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Nova Porteirinha, Estado de Minas Gerais*".

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Parecer favorável nos três processos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bastantes ágil, agradeço a V. Exa..

Itens 28... De relatoria do Senador Delcídio Amaral. Itens 29 e 30, de relatoria do Senador Marcelo Crivella. Item 31, relatoria do Senador Fernando Collor. Solicito ao Senador João Ribeiro que possa fazer a leitura, como relator *ad hoc*, dos pareceres desses itens.

Item 28, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 456/2010. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Recantos dos Pintados – Assopinta, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade da Corguinho, Estado de Mato Grosso do Sul*".

Item 29, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 509/2010. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Recreação 'Advento' para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo*".

Item 30, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 510/2010. "*Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo*".

Item 31, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 533/2010. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Vida, para executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Campo Grande, Estado da Alagoas*".

Com a palavra, o Senador João Ribeiro, como relator *ad hoc*.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, parecer favorável nos quatro projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Nós retornamos aos Itens 5 e 6, relatoria do Senador Renato Casagrande, que mandou informar que não vai poder retornar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 4, 5 e 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o 4 é requerimento... Vamos adiar para a próxima sessão.

Os Itens 4 e 5, solicito ao Senador Gerson Camata que possa fazer a leitura dos pareceres... 5 e 6, como relator *ad hoc*.

Item 5, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 533/2010. "*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Assis Ltda. para explorar*

serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Assis, Estado de São Paulo”.

Item 6, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 590/2010. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica de Produtores Rurais de Brejetuba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Brejetuba, Estado do Espírito Santo*”.

Com a palavra o Senador Gerson Camata, como relator *ad hoc*.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o Senador Renato Casagrande relatou a favor, e eu apoio e peço votos para o relatório do senador, favorável aos dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Transfiro a Presidência ao Senador Roberto Cavalcanti, para que eu possa relatar o Item 31.

Com a Presidência, o Senador Roberto Cavalcanti.

[troca de presidência]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Presidente, pela ordem. Eu solicito que o Senador Flexa seja tão rápido quanto eu e o Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho certeza que o Senador Flexa terá a mesma objetividade, porque ele gosta de seguir os bons exemplos.

Item 31, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº. 533/2010, que “*aprova o ato de outorga de autorização da Associação Comunitária Nova Vida*”... Aliás, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não, é esse aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É que ele falou que era o 31.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas é o 32.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, 32, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ah, então tudo bem. Pensei que estaria *ad hoc* do Collor. Mas é dele... É relatoria própria, razão pela qual os senadores todos estão na expectativa de uma simples frase: “Sim”.

Item 32, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº. 473/2010, que aprova o ato de outorga, aliás, de renovação da concessão de outorga da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Com a palavra, o senador objetivo e pragmático, Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Atendendo... Quero agradecer ao Senador Roberto Cavalcanti, que preside a sessão neste momento, e, atendendo ao Senador Eduardo Azeredo, vou diretamente ao voto, Presidente.

“*Tendo em vista que o exame da documentação, que acompanha o PDS nº. 473/2010, não evidenciou violação da legislação, que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto a aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora e imagens na cidade de Brasília, no Distrito Federal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.*

Parecer é favorável”.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ufa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço a objetividade comum ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aleluia!

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E transfiro de volta a Presidência dos trabalhos ao presidente efetivo da CCT.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Presidente. Roberto Cavalcanti, apenas atendi à solicitação do meu dileto amigo e irmão, Senador Eduardo Azeredo. Ele está com poucos afazeres no dia de hoje.

Vamos à discussão e votação dos itens terminativos: 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32. Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de pedir vista ao Item 11. Gostaria de antecipar o meu voto no Item 22, que eu sou contrário. Eu tinha pedido vistas e V. Exas. sabem as razões efetivas, que é o uso indevido da marca FM como razão social ou marca de propaganda, para, lá na frente, não gerar transtornos às outras empresas de comunicação, e pediria a minha abstenção no Item 16, por questões de foro íntimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, retiramos de pauta o Item 11,

concedendo vista ao Senador Roberto Cavalcanti. O Senador Roberto Cavalcante declara o voto no Item 16, pela abstenção, e, no Item 22, vota contrário.

Então, não havendo mais quem queira discutir, vamos aos demais itens, incluindo esses, menos o Item 11, que foi retirado de pauta. O Item 16, abstenção do Senador Roberto Cavalcanti; o Item 22, voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti. Vamos aos outros itens. Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Como já antecipei, aprovo os demais itens, com exceção do... Abstenção no 16, vista no 11 e contra no 22.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O 11 não está em votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, contra só no 22.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): À exceção do 11, Sr. Presidente, nos demais eu voto com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O 11 não está em discussão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): À exceção do 11, que não está em discussão, voto com os relatores nos demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O 11 não está em votação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nos demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns? Como vota o Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Projetos aprovados por unanimidade, com exceção do Item 16, abstenção do Senador Roberto Cavalcanti, e o Item 22, voto contrário do Senador Roberto Cavalcanti.

Nós vamos suspender... O Senador Sérgio Zambiasi chegou agora, ele tem um processo para relatar. Então nós vamos suspender esta sessão por algum tempo, vamos abrir a sessão de aprovação das emendas à LOA da Constituição(F) de Ciência e Tecnologia e retornamos para completar a pauta prevista para a sessão de hoje.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, presidente, vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está suspensa a sessão.

[Sessão suspensa às 10h45]

[Sessão reaberta às 11h01]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Encerro a 35ª Reunião e reabro a 34ª para nós concluirmos a Pauta prevista para o dia de hoje.

Item 1, Não Terminativo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Meu requerimento que peço para colocar em Pauta, se V. Exa. puder me atender--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será o próximo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se puder me atender, pela primeira vez, eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será o próximo. Se o Senador Zambiasi não se importar, eu posso fazer inversão de Pauta.

Item 1, Não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº. 114/2005, "*dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar*". Autoria, Deputado Wellington Fagundes. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O relatório é favorável na forma do substitutivo oferecido e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 154/07, 542/07, 625/07, 735/07, que tramitam em conjunto.

Com a palavra o relator, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, primeiro eu quero agradecer a confiança em me oferecer a relatoria de um projeto tão importante.

Trata-se, como o Presidente comentou, de um projeto que *“dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”*.

Foram apensados mais quatro projetos, e eu quero agradecer muito à consultoria aqui da Casa, a consultoria do Senado que conseguiu produzir, Presidente, um substitutivo que obedece, acima de tudo, a boa técnica legislativa, encontrando uma saída adequada, Presidente, para que o projeto possa caminhar para uma solução feliz no sentido de atender a demanda, que é do consumidor. Eu acho que esse projeto tem uma grande relevância em relação ao respeito que as empresas que tratam desse assunto devem ter com os consumidores de forma geral.

A opção encontrada tecnicamente, na técnica legislativa, foi modificar o Código de Defesa do Consumidor, Presidente, para determinar que saio empresas que oferecem atendimento por telefone ou internet também disponibilize o mesmo atendimento de forma pessoal. Também prevê normas adicionais para melhorar a qualidade dos serviços de atendimento telefônico.

Eu reuni todos os projetos e optei por fazer essa alteração no Código de Defesa do Consumidor, conforme sugestões da nossa consultoria, ao invés de propor a edição de uma lei autônoma sobre o tema que poderia prejudicar o bom andamento dos processos.

Dessa forma, entendemos que ficou contemplada a boa técnica legislativa, e a modificação proposta inclui, então, o art. 50-A, no Código de Defesa do Consumidor, com redação que já foi apresentada. E por isso o parecer do relatório é favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação.

Os senadores que concordam com o parecer do Senador Sérgio Zambiasi, ao PLC 114/2005, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aprovado na forma do substitutivo encaminhado pelo senador relator.

O Item 3 da Pauta, PLS 528/2009, Terminativo, que tem como relator o Senador Antonio Carlos Júnior.

Por solicitação do mesmo, será retirado de Pauta para a próxima sessão.

O Item 4, requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande. *“Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo 188/2010, que aprova o ato que outorga a permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade da Ibirapu, Estado do Espírito Santo, para juntada do despacho do Ministro de Estado das Comunicações, proferidas em 26 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto próximo passado, e recebido por essa CCT com o prosseguimento da análise daquela proposta legislativa nos termos regimentais”*.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, o requerimento que eu estou fazendo porque eu solicitei informações ao Ministério das Comunicações com relação a uma outorga de rádio, porque tinha um processo na Justiça, o Ministério já me respondeu, sanou todas as dúvidas, e eu estou, agora, de novo, pedindo para que haja a reinclusão da matéria na Pauta, que nós possamos dar sequência aos procedimentos naturalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir. Em votação.

Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Renato Casagrande, o projeto se encontra na Mesa do Senado, nós vamos solicitar que ele seja... À secretaria da comissão que ele retorne para a comissão, para que trâmite normalmente.

Extrapauta. Apresento apreciação de V. Exas., um requerimento de minha autoria, extrapauta, nos seguintes termos: *“Requeiro nos termos do art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que, no âmbito desta comissão em conjunto a CCJ, CMA, CAE e CE, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº. 116/2010, que define o objeto e especifica termos técnicos ilegais relativos à comunicação audiovisual, estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo, e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais.*

Convidados: o Presidente da Associação brasileira de Radiodifusores – ABRA, Sr. Amilcare Dallevo Júnior; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas

de Telefonia e de Serviços Móvel, Celular e Pessoal, SINDITELEBRASIL, Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, Sr. Manoel Rangel; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA, Sr. Alexandre Annenberg; e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA, Sr. Carlos Alckmin”.

Esse é o termo do requerimento que coloco em discussão a sua inclusão extrapauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, está em discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro. Só queria acrescentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio, nós estamos discutindo a inclusão, depois nós vamos discutir o requerimento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ok. Eu aguardo o momento da discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, discussão para inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora vamos ao item extrapauta que trata do requerimento que já foi feito a leitura. Peço a V. Exa. que não haja a necessidade de repeti-la, e colocando em discussão, agora, o teor do requerimento.

Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Apenas para acrescentar o nome de mais um convidado, no caso o Sr. Cícero Aragón, que é Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A proposta do Senador Sérgio Zambiasi para que acrescentemos mais um convidado à Audiência Pública, que seria o Sr. Cícero Aragón, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema. Em discussão.

Os senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero informar a V. Exas. que o objetivo dessa Audiência Pública é acelerar a tramitação do projeto PLC 116/2010, que é Terminativo nesta comissão. Como ele vai tramitar por quatro outras comissões, nós combinamos com os demais presidentes que faríamos as audiências públicas em conjunto, de tal forma que tivéssemos, com isso, uma economia processual.

E também ficou definido que as demais comissões poderiam fazer inclusão de outros convidados definidos pelos Srs. Senadores membros das outras comissões. Então, a lista de convidados está aberta, poderá, ainda, ser incluída, e ainda temos que aprová-la na CCJ.

Apenas a informação que eu queria passar aos Srs. Senadores, já aprovando a inclusão do convidado proposto pelo Senador Sérgio Zambiasi.

Não havendo mais nenhum item na Pauta de hoje, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, dos nossos técnicos, consultores, secretários e dos presentes, dou por encerrada a 34ª Reunião Ordinária (sic) da CCT.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 478 páginas

OS: 2010/15716